



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1452

Segunda-feira - 24 de Março de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta.....	14
Atalanta.....	15
Bela Vista do Toldo.....	17
Biguaçu .....	20
Bom Jesus do Oeste.....	24
Braço do Trombudo.....	26
Brunópolis .....	31
Brusque.....	46
Caçador.....	52
Camboriú.....	55
Campo Alegre .....	85
Campos Novos.....	87
Canelinha .....	87
Canoinhas.....	88
Capinzal .....	164
Catanduvas.....	165
Chapadão do Lageado .....	165
Cocal do Sul.....	167
Concórdia .....	168
Cordilheira Alta .....	168
Correia Pinto.....	169
Corupá .....	171
Curitibanos .....	183
Dionísio Cerqueira .....	185
Doutor Pedrinho.....	224
Ermo .....	235
Forquilha.....	236
Fraiburgo.....	237
Garopaba.....	242
Gaspar .....	244
Grão Pará .....	248
Guaramirim.....	249
Guarujá do Sul.....	249
Herval d'Oeste .....	250
Ibiam .....	251
Imbituba .....	292
Iomerê .....	293
Ipumirim .....	323
Irineópolis .....	341
Itaiópolis .....	342
Itapiranga.....	342
Itapoá .....	343
Jacinto Machado .....	348
Joaçaba.....	351
Lages .....	352
Lauro Muller .....	352
Lebon Régis.....	353
Leoberto Leal.....	356

Lindóia do Sul .....	357
Luzerna .....	359
Mafra .....	378
Maravilha.....	378
Marema .....	380
Massaranduba.....	383
Meleiro .....	383
Modelo .....	384
Morro da Fumaça .....	411
Navegantes.....	416
Nova Trento .....	417
Novo Horizonte .....	424
Orleans .....	426
Ouro Verde .....	427
Palhoça .....	427
Papanduva.....	429
Paulo Lopes .....	430
Peritiba.....	434
Pescaria Brava .....	434
Pinheiro Preto .....	437
Ponte Serrada .....	438
Porto União.....	455
Rio do Sul.....	463
Salto Veloso.....	467
Santa Terezinha do Progresso .....	468
São Bento do Sul.....	469
São João do Sul .....	472
São José.....	474
São José do Cedro.....	476
São Lourenço do Oeste.....	476
Schroeder .....	576
Serra Alta .....	595
Siderópolis.....	599
Sombrio.....	609
Timbó .....	611
Treze Tilias .....	617
Tunápolis.....	622
Vargem Bonita .....	631
Videira.....	641
Vitor Meireles.....	659
Xavantina .....	660
Xaxim.....	661

### Associações

AMMVI .....	661
-------------	-----

### Consórcios

CINCO .....	662
Consórcio Catarina .....	664
CVC.....	664

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		32.225.053,74	6.448.086,40	6.448.086,40	2.917.397,64	2.917.397,64	96,86	9,05	29.307.656,10
		Legislativa	1.380.000,00	1.380.000,00	137.446,66	137.446,66	137.446,66	137.446,66	4,56	9,96	1.242.553,34
		Ação Legislativa	1.380.000,00	1.380.000,00	137.446,66	137.446,66	137.446,66	137.446,66	4,56	9,96	1.242.553,34
		Administração	2.310.300,00	2.344.391,47	657.490,99	657.490,99	334.320,84	334.320,84	11,10	14,26	2.010.070,63
		Planejamento e Orçamento	485.000,00	485.000,00	159.262,34	159.262,34	69.064,91	69.064,91	2,29	14,24	415.935,09
		Administração Geral	1.813.300,00	1.847.391,47	498.228,65	498.228,65	265.255,93	265.255,93	8,81	14,36	1.582.135,54
		Defesa Civil	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
		Segurança Pública	102.000,00	102.000,00	22.100,84	22.100,84	6.404,35	6.404,35	0,21	6,28	95.595,65
		Policimento	46.000,00	46.000,00	19.090,84	19.090,84	5.862,42	5.862,42	0,19	12,74	40.137,58
		Assistência Comunitária	56.000,00	56.000,00	3.010,00	3.010,00	541,93	541,93	0,02	0,97	55.458,07
		Assistência Social	349.000,00	349.000,00	50.930,63	50.930,63	35.040,81	35.040,81	1,16	10,04	313.959,19
		Assistência ao Idoso	55.000,00	55.000,00	7.116,05	7.116,05	5.316,05	5.316,05	0,18	9,67	49.683,95
		Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	3.340,00	3.340,00	115,03	115,03	0,00	1,05	10.884,97
		Assistência Comunitária	283.000,00	283.000,00	40.474,58	40.474,58	29.609,73	29.609,73	0,98	10,46	253.390,27
		Previdência Social	1.520.000,00	1.520.000,00	191.169,73	191.169,73	191.169,73	191.169,73	6,35	12,58	1.328.830,27
		Previdência do Regime Estatutário	1.520.000,00	1.520.000,00	191.169,73	191.169,73	191.169,73	191.169,73	6,35	12,58	1.328.830,27
		Saúde	5.060.200,00	5.332.453,45	1.261.730,68	1.261.730,68	805.781,38	805.781,38	26,75	15,11	4.526.672,07
		Atenção Básica	4.775.200,00	5.039.425,57	1.059.351,27	1.059.351,27	766.951,38	766.951,38	25,46	15,22	4.272.474,19
		Vigilância Sanitária	67.000,00	75.027,88	22.802,23	22.802,23	12.158,73	12.158,73	0,40	16,21	62.869,15
		Vigilância Epidemiológica	25.000,00	25.000,00	14.243,99	14.243,99	3.113,28	3.113,28	0,10	12,45	21.886,72
		Alimentação e Nutrição	193.000,00	193.000,00	165.333,19	165.333,19	23.557,99	23.557,99	0,78	12,21	169.442,01
		Educação	5.183.060,00	6.028.747,38	1.957.458,50	1.957.458,50	523.991,29	523.991,29	17,40	8,69	5.504.766,09
		Ensino Fundamental	3.186.560,00	3.346.386,74	685.557,41	685.557,41	358.213,35	358.213,35	11,89	10,70	2.988.173,39
		Ensino Médio	160.000,00	160.000,00	81.980,00	81.980,00	12.770,00	12.770,00	0,42	7,98	147.230,00
		Ensino Superior	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	11.080,00	11.080,00	0,37	13,85	68.920,00
		Educação Infantil	1.736.500,00	2.422.380,64	1.109.921,09	1.109.921,09	141.927,94	141.927,94	4,71	5,86	2.280.432,70
		Educação Especial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
		Cultura	333.000,00	343.127,00	42.830,88	42.830,88	29.311,61	29.311,61	0,97	8,54	313.815,39
		Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
		Difusão Cultural	313.000,00	323.127,00	42.830,88	42.830,88	29.311,61	29.311,61	0,97	9,07	293.815,39

Município de ANTONIO CARLOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	30.801.000,00	32.225.053,74	6.448.086,40	6.448.086,40	2.917.397,64	2.917.397,64	96,86	9,05
Infra-Estrutura Urbana	7.473.000,00	7.714.744,44	1.043.284,87	1.043.284,87	515.115,91	515.115,91	17,10	6,68
Serviços Urbanos	4.731.000,00	4.767.288,25	136.288,25	136.288,25	136.288,25	136.288,25	4,52	2,86
Saneamento	2.742.000,00	2.947.456,19	906.996,62	906.996,62	378.827,66	378.827,66	12,58	12,85
Saneamento Básico Urbano	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	2.704.000,00	2.724.000,00	791.465,01	791.465,01	154.968,38	154.968,38	5,14	5,69
Comércio e Serviços	2.704.000,00	2.724.000,00	791.465,01	791.465,01	154.968,38	154.968,38	5,14	5,69
Turismo	145.000,00	145.000,00	5.515,81	5.515,81	5.515,81	5.515,81	0,18	3,80
Transporte	145.000,00	145.000,00	5.515,81	5.515,81	5.515,81	5.515,81	0,18	3,80
Transporte Rodoviário	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.100.000,00	1.100.000,00	104.012,71	104.012,71	41.569,80	41.569,80	1,38	3,78
Encargos Especiais	1.100.000,00	1.100.000,00	104.012,71	104.012,71	41.569,80	41.569,80	1,38	3,78
Serviço da Dívida Interna	825.000,00	825.150,00	182.649,09	182.649,09	136.761,07	136.761,07	4,54	16,57
Outras Transferências	485.000,00	485.000,00	75.817,68	75.817,68	75.817,68	75.817,68	2,52	15,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	340.000,00	340.150,00	106.831,41	106.831,41	60.943,39	60.943,39	2,02	17,92
	128.440,00	128.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS								
	1.987.000,00	1.987.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	1.082.000,00	1.082.000,00	94.642,03	94.642,03	94.642,03	94.642,03	3,14	8,75
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	956,73	956,73	956,73	956,73	0,03	4,78
Administração	20.000,00	20.000,00	956,73	956,73	956,73	956,73	0,03	4,78
Planejamento e Orçamento	298.000,00	298.000,00	23.421,34	23.421,34	23.421,34	23.421,34	0,78	7,86
Administração Geral	18.000,00	18.000,00	967,86	967,86	967,86	967,86	0,03	5,38
Assistência Social	280.000,00	280.000,00	22.453,48	22.453,48	22.453,48	22.453,48	0,75	8,02
Assistência ao Idoso	5.000,00	5.000,00	347,00	347,00	347,00	347,00	0,01	6,94
Assistência Comunitária	4.000,00	4.000,00	347,00	347,00	347,00	347,00	0,01	8,68
Saúde	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	163.000,00	163.000,00	26.829,24	26.829,24	26.829,24	26.829,24	0,89	16,46
	152.000,00	152.000,00	25.107,22	25.107,22	25.107,22	25.107,22	0,83	16,52

Continua 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saúde	1.082.000,00	1.082.000,00	94.642,03	94.642,03	94.642,03	94.642,03	3,14	8,75
Vigilância Sanitária	163.000,00	163.000,00	26.829,24	26.829,24	26.829,24	26.829,24	0,89	16,46
Educação	11.000,00	11.000,00	1.722,02	1.722,02	1.722,02	1.722,02	0,06	15,65
Ensino Fundamental	393.000,00	393.000,00	29.149,79	29.149,79	29.149,79	29.149,79	0,97	7,42
Educação Infantil	242.000,00	242.000,00	19.496,80	19.496,80	19.496,80	19.496,80	0,65	8,06
Cultura	151.000,00	151.000,00	9.652,99	9.652,99	9.652,99	9.652,99	0,32	6,39
Difusão Cultural	35.000,00	35.000,00	2.162,74	2.162,74	2.162,74	2.162,74	0,07	6,18
Urbanismo	35.000,00	35.000,00	2.162,74	2.162,74	2.162,74	2.162,74	0,07	6,18
Serviços Urbanos	110.000,00	110.000,00	7.273,67	7.273,67	7.273,67	7.273,67	0,24	6,61
Agricultura	110.000,00	110.000,00	7.273,67	7.273,67	7.273,67	7.273,67	0,24	6,61
Extensão Rural	50.000,00	50.000,00	3.851,03	3.851,03	3.851,03	3.851,03	0,13	7,70
Desporto e Lazer	50.000,00	50.000,00	3.851,03	3.851,03	3.851,03	3.851,03	0,13	7,70
Desporto Comunitário	8.000,00	8.000,00	650,49	650,49	650,49	650,49	0,02	8,13
	8.000,00	8.000,00	650,49	650,49	650,49	650,49	0,02	8,13
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>33.307.053,74</b>	<b>6.542.728,43</b>	<b>6.542.728,43</b>	<b>3.012.039,67</b>	<b>3.012.039,67</b>	<b>100,00</b>	<b>9,04</b>

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 19/03/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR	CARLICE B. SCHMITZ	ANA CARLA PRIM
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC - 14636	Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO  
ENSINO BÁSICO**

REFERÊNCIA ATÉ Fevereiro DE 2014.

**1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

<b>1.1. Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Realizada até o mês</b>
IPTU	386,71
ITBI	8.526,62
ISS	118.793,52
IRRF	37.278,44
Receita da Dívida Ativa de Impostos	8.456,11
Multas e Juros de Mora de Impostos	6.028,01
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-820,83
<b>SOMA</b>	<b>178.648,58</b>
<b>1.2. Receitas Resultantes de Impostos, Base de Cálculo do FUNDEB</b>	
Cota-Parte do FPM	1.230.024,26
Cota-Parte do ICMS Exportação	7.595,50
Cota-Parte do ICMS	1.781.671,23
Cota-Parte do IPI	26.538,99
Cota-Parte do ITR	974,85
Cota-Parte do IPVA	139.617,49
<b>SOMA</b>	<b>3.186.422,32</b>
<b>1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>3.365.070,90</b>

**2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**

	<b>CÓDIGO D.R.</b>	<b>Especificação Das Fontes de Recursos</b>	<b>Valor até o Mês</b>
2.1	0.1.01	Receitas oriundas de Impostos - 26%	874.918,43
2.2	0.1.18	Transferências do FUNDEB – Parte do 60%	287.893,24
2.3	0.1.19	Transferência do FUNDEB – Parte do 40%	190.833,87
2.4	0.3.19	Superávit Financeiro do FUNDEB	70.900,18
2.5	0.1.58	Cota-Parte do Salário Educação	44.130,59
2.6	0.3.58	Superávit Financeiro do Salário Educação	36.526,56
2.7	0.1.22.5	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	329,45
2.8	0.3.22.5	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual	5.009,06
2.9	0.1.24.6	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Médio	0,00
2.10	0.3.24.6	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual E. Médio	37.659,80
2.11	0.1.59	Transferências Diretas do FNDE – PDDE	0,00
2.12	0.1.61	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	52,07
2.13	0.3.61	Superávit Financeiro do PNATE	551,22
2.14	0.1.62	Outras Transferências do FNDE	616,30
2.15	0.3.62	Superávit Financeiro - Outras Transferências do FNDE	10.443,54
2.16	0.1.060	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	0,00
2.17	0.1.22.71	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Infantil	2.582,60
2.18	0.3.22.71	Superávit Financeiro - Convênio MEC - Ampliação Rede Esc. Infantil	192.501,17
2.19	0.1.22.74	Convênio Quadra Esportiva	523,69
<b>TOTAL</b>			<b>1.755.471,77</b>

**3. DESTINAÇÃO DO RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**

	CÓDIGO F.R.	SUB-FUNÇÃO	Especificação	Exigência Legal	Realizada até o mês	Diferença
3.1	0.1.01	361	Ensino Fundamental 67,84%	161.210,89	75.666,66	-85.544,23
3.2	0.1.01		Contribuição ao FUNDEB	637.284,46	637.248,04	-36,42
3.3	0.1.01	365	Educação Infantil 32,16%	76.423,08	14.437,19	-61.985,89
3.4	0.1.18	361	Ensino Fundamental 57,8%	166.402,29	160.879,72	-5.522,57
3.5	0.1.18	365	Educação Infantil 42,20%	121.490,95	109.354,08	-12.136,87
3.6	0.1.19	361	Ensino Fundamental 63,41%	121.007,76	32.694,37	-88.313,39
3.7	0.1.19	365	Educação Infantil 36,59%	69.826,11	26.149,66	-43.676,45
3.8	0.3.19	361	Ensino Fundamental	70.900,18	70.900,18	0,00
3.9	0.1.58	361	Ensino Fundamental 48,19%	21.266,53	9.224,78	-12.041,75
	0.1.58	365	Educação Infantil 51,81%	22.864,06	1.640,00	-21.224,06
3.10	0.3.58	361	Ensino Fundamental	36.526,56	0,00	-36.526,56
3.11	0.1.22.5	361	Ensino Fundamental	329,45	27.687,44	27.357,99
3.12	0.3.22.5	361	Ensino Fundamental	5.009,06	0,00	-5.009,06
3.13	0.1.24.6	362	Ensino Médio	0,00	12.770,00	12.770,00
3.14	0.3.24.6	362	Ensino Médio	37.659,80	0,00	-37.659,80
3.15	0.1.59	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.16	0.1.59	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
3.17	0.1.61	361	Ensino Fundamental	52,07	657,00	604,93
3.18	0.3.61	361	Ensino Fundamental	551,22	0,00	-551,22
3.19	0.1.62	361	Ensino Fundamental	616,30	0,00	-616,30
3.20	0.3.62	361	Ensino Fundamental	10.443,54	0,00	-10.443,54
3.21	0.1.60	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.22	0.3.60	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.23	0.1.22.71	365	Educação Infantil	2.582,60	0,00	-2.582,60
	0.3.22.71	365	Educação Infantil	192.501,17	0,00	-192.501,17
3.24	0.1.22.74	365	Ensino Fundamental	523,69	0,00	-523,69
<b>TOTAL</b>				<b>1.755.471,77</b>	<b>1.179.309,12</b>	<b>-576.162,65</b>

<b>4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	21,61%	-3,39
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério	60%	64,90%	4,90

Memória de Cálculo:  $4.1 = (3.1 + 3.2 + 3.3) / 1.3$

$4.2 = (3.4 + 3.5) / (2.2 + 2.3 + 2.4)$

Antônio Carlos, em 14 de Março de 2014.

**ANTONIO PAULO REMOR**  
Prefeito Municipal

**CARLICE B. SCHMITZ**  
Contador

**ALTAMIRO ANTONIO KRETZER**  
Secretário M. de Educação

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>30.801.000,00</b>	<b>30.801.000,00</b>	<b>3.925.877,03</b>	<b>12,75</b>	<b>3.925.877,03</b>	<b>12,75</b>	<b>26.875.122,97</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.376.000,00</b>	<b>23.376.000,00</b>	<b>3.851.275,79</b>	<b>16,48</b>	<b>3.851.275,79</b>	<b>16,48</b>	<b>19.524.724,21</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.062.000,00	2.062.000,00	175.285,35	8,50	175.285,35	8,50	1.886.714,65
IMPOSTOS	1.888.000,00	1.888.000,00	164.741,46	8,87	164.741,46	8,87	1.693.258,54
TAXAS	204.000,00	204.000,00	10.543,89	5,17	10.543,89	5,17	193.456,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	725.000,00	725.000,00	91.265,68	12,59	91.265,68	12,59	633.734,32
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	458.000,00	458.000,00	36.063,69	7,87	36.063,69	7,87	421.936,31
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	267.000,00	267.000,00	55.201,99	20,67	55.201,99	20,67	211.798,01
RECEITA PATRIMONIAL	1.802.000,00	1.802.000,00	158.133,00	8,78	158.133,00	8,78	1.643.867,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.801.000,00	1.801.000,00	158.133,00	8,78	158.133,00	8,78	1.642.867,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.000,00	8.000,00	1.013,00	12,66	1.013,00	12,66	6.987,00
Outras Receitas Agropecuárias	8.000,00	8.000,00	1.013,00	12,66	1.013,00	12,66	6.987,00
RECEITA DE SERVIÇOS	69.000,00	69.000,00	6.347,28	9,20	6.347,28	9,20	62.652,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.535.000,00	18.535.000,00	3.388.448,71	18,28	3.388.448,71	18,28	15.146.551,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.980.000,00	17.980.000,00	3.388.448,71	18,85	3.388.448,71	18,85	14.591.551,29
Transf. de Conv.	555.000,00	555.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	555.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	175.000,00	175.000,00	30.782,77	17,59	30.782,77	17,59	144.217,23
Multas e Juros de Mora	79.000,00	79.000,00	14.315,40	18,12	14.315,40	18,12	64.684,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.000,00	22.000,00	7.291,46	33,14	7.291,46	33,14	14.708,54
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	74.000,00	74.000,00	9.175,91	12,40	9.175,91	12,40	64.824,09
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.425.000,00</b>	<b>7.425.000,00</b>	<b>74.601,24</b>	<b>1,00</b>	<b>74.601,24</b>	<b>1,00</b>	<b>7.350.398,76</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.150.000,00	4.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.150.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.150.000,00	4.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.150.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.000,00	1.000,00	146,54	14,65	146,54	14,65	853,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.264.000,00	3.264.000,00	74.454,70	2,28	74.454,70	2,28	3.189.545,30
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	3.264.000,00	3.264.000,00	74.454,70	2,28	74.454,70	2,28	3.189.545,30
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>96.334,53</b>	<b>8,90</b>	<b>96.334,53</b>	<b>8,90</b>	<b>985.665,47</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>96.334,53</b>	<b>8,90</b>	<b>96.334,53</b>	<b>8,90</b>	<b>985.665,47</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	902.000,00	902.000,00	68.060,60	7,55	68.060,60	7,55	833.939,40
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	902.000,00	902.000,00	68.060,60	7,55	68.060,60	7,55	833.939,40
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	180.000,00	180.000,00	28.273,93	15,71	28.273,93	15,71	151.726,07
Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	180.000,00	180.000,00	28.273,93	15,71	28.273,93	15,71	151.726,07

Continua 1/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.082.000,00	1.082.000,00	96.334,53	8,90	96.334,53	8,90
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.883.000,00	31.883.000,00	4.022.211,56	12,62	4.022.211,56	12,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.883.000,00	31.883.000,00	4.022.211,56	12,62	4.022.211,56	12,62
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.883.000,00	31.883.000,00	4.022.211,56	12,62	4.022.211,56	12,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	822.798,77	—	—	160.018,59	—
Superávit Financeiro	—	822.798,77	—	—	160.018,59	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.801.000,00	1.424.053,74	32.225.053,74	6.448.086,40	6.448.086,40	2.917.397,64	2.917.397,64	9,05
DESPESAS CORRENTES	19.580.400,00	445.839,81	20.026.239,81	4.746.468,67	4.746.468,67	2.691.156,44	2.691.156,44	13,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.655.200,00	15.880,83	12.671.080,83	1.765.410,30	1.765.410,30	1.760.107,80	1.760.107,80	13,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.787.400,00	0,00	6.787.400,00	19.090,90	19.090,90	19.090,90	19.090,90	13,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.105.160,00	429.958,98	9.535.118,98	2.961.967,47	2.961.967,47	911.957,74	911.957,74	12,64
DESPESAS DE CAPITAL	8.726.960,00	978.213,93	9.705.173,93	1.701.617,73	1.701.617,73	226.241,20	226.241,20	2,24
INVESTIMENTOS	378.200,00	0,00	378.200,00	1.639.973,72	1.639.973,72	164.597,19	164.597,19	1,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	128.440,00	0,00	128.440,00	61.644,01	61.644,01	61.644,01	61.644,01	16,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.801.000,00	1.424.053,74	32.225.053,74	6.448.086,40	6.448.086,40	2.917.397,64	2.917.397,64	9,05
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.987.000,00	0,00	1.987.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.082.000,00	0,00	1.082.000,00	94.642,03	94.642,03	94.642,03	94.642,03	8,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	902.000,00	0,00	902.000,00	80.420,03	80.420,03	80.420,03	80.420,03	8,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180.000,00	0,00	180.000,00	14.222,00	14.222,00	14.222,00	14.222,00	7,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.883.000,00	1.424.053,74	33.307.053,74	6.542.728,43	6.542.728,43	3.012.039,67	3.012.039,67	9,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.883.000,00	1.424.053,74	33.307.053,74	6.542.728,43	6.542.728,43	3.012.039,67	3.012.039,67	9,04
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.010.171,89	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.883.000,00	1.424.053,74	33.307.053,74	6.542.728,43	6.542.728,43	3.012.039,67	4.022.211,56	9,04

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 101.039,73

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 19/03/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ  
Contador CRC/SC - 14636

ANA CARLA PRIM  
Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.661.538,79</b>	<b>1.987.926,00</b>	<b>2.434.829,82</b>	<b>2.016.436,69</b>	<b>1.882.467,44</b>	<b>1.796.080,82</b>	<b>2.000.433,40</b>	<b>2.016.585,65</b>	<b>1.959.149,98</b>	<b>2.867.856,61</b>	<b>2.267.538,42</b>	<b>2.221.021,41</b>	<b>25.110.854,93</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	108.722,55	125.896,43	460.166,38	314.807,80	182.467,44	130.360,19	153.806,86	133.186,36	102.869,53	228.862,86	85.180,05	90.105,30	2.081.622,16
I.P.T.U.	0,00	0,00	334.751,43	171.099,67	18.890,64	13.285,68	14.963,84	14.180,08	1.711,15	2.863,99	142,88	0,00	571.889,36
I.R.R.F.	51.909,17	15.022,61	15.932,26	71.280,04	35.834,05	37.691,37	56.333,27	36.552,54	37.314,31	136.506,48	22.736,69	14.539,75	531.654,54
I.S.S.	33.275,75	63.909,94	64.415,69	45.597,13	46.413,85	59.451,78	67.192,83	60.833,18	53.339,26	63.708,96	54.932,99	63.860,53	674.011,89
I.T.B.I.	9.954,53	7.236,60	12.478,46	10.872,79	16.210,15	14.114,22	7.622,83	14.236,64	3.829,15	14.794,41	4.807,82	3.918,80	119.868,40
Outras Receitas Tributárias	15.983,10	39.725,28	52.598,54	15.988,17	13.405,06	8.817,14	7.696,09	7.345,92	6.815,96	7.908,62	2.757,67	7.786,22	184.197,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	52.455,28	54.104,86	60.119,39	64.487,81	61.069,59	71.758,94	69.653,14	69.483,86	69.123,17	126.261,73	26.721,65	64.544,03	725.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.067,48	69.857,09	10.889,80	-72.237,78	150.397,91	-125.880,14	20.694,88	104.315,52	-72.168,87	-160,89	18.021,43	140.111,57	1.802.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	535,00	271,00	205,00	0,00	316,00	183,00	0,00	912,00	1.671,00	0,00	0,00	1.013,00	6.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	12.828,66	5.620,41	5.164,52	2.934,43	9.099,38	4.676,73	7.571,75	2.996,97	4.155,10	3.476,42	3.247,87	3.099,41	64.871,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.452.239,73	1.712.422,84	1.866.819,51	1.697.982,60	1.519.804,46	1.703.387,32	1.737.145,31	1.690.915,01	1.845.575,76	2.488.255,65	2.118.149,07	1.907.563,68	21.738.360,94
Cota-Parte do F.P.M.	355.613,96	381.780,35	545.586,47	457.664,94	325.915,62	426.129,77	352.683,29	352.683,71	490.575,86	740.091,40	594.931,36	635.192,90	5.661.924,85
Cota-Parte do I.C.M.S.	672.334,64	778.422,86	773.789,97	724.598,75	719.279,72	754.145,92	801.269,15	779.024,85	866.844,07	863.943,45	913.015,87	868.655,36	9.515.113,61
Cota-Parte do I.P.V.A.	88.836,25	101.302,81	114.867,22	95.331,68	116.086,39	110.826,21	90.002,44	84.072,69	45.456,08	18.408,58	55.768,75	146.208,68	1.150.000,00
Cota-Parte do ITR.	79,39	255,70	595,72	0,00	465,54	139,50	6.385,44	10.241,46	376,63	175,80	285,68	689,17	19.694,03
Outras Transferências Correntes	141.621,67	213.023,78	187.693,29	199.406,08	144.661,72	180.847,50	256.635,69	239.690,09	189.464,43	615.078,63	294.616,29	67.607,40	2.728.348,77
Transferências da LC 61/1989	9.128,68	8.370,48	11.255,73	11.723,14	11.547,58	12.356,00	11.238,38	12.014,98	13.327,74	14.244,47	14.371,62	12.167,37	141.747,17
Transferências da LC 87/1996	0,00	14.163,81	3.540,95	3.540,95	3.540,95	3.540,95	3.540,95	3.540,95	3.540,95	3.540,95	3.797,75	3.797,75	50.086,91
Transferências do FUNDEB	184.425,14	215.095,05	228.721,16	204.817,06	198.306,74	214.381,47	215.393,97	209.646,28	235.889,98	234.772,17	241.459,75	173.265,05	2.554.277,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.690,09	19.953,37	11.465,22	9.351,83	11.026,35	12.014,78	11.559,46	13.813,93	7.983,99	24.160,94	16.218,35	14.564,42	180.892,73
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>256.822,69</b>	<b>288.026,68</b>	<b>321.867,17</b>	<b>291.899,01</b>	<b>268.812,42</b>	<b>294.832,88</b>	<b>286.521,05</b>	<b>281.947,93</b>	<b>317.525,45</b>	<b>382.884,24</b>	<b>317.430,53</b>	<b>355.917,20</b>	<b>3.664.487,25</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	31.594,27	31.166,89	31.386,37	33.327,36	33.445,47	33.405,39	33.498,12	33.632,44	33.501,38	101.623,06	1.016,53	35.047,16	458.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	225.238,42	256.695,79	290.480,80	258.571,65	235.366,95	248.315,49	253.022,93	246.315,49	284.024,07	281.261,18	316.114,00	320.870,04	3.402.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.404.716,10</b>	<b>1.699.899,32</b>	<b>2.112.962,65</b>	<b>1.724.537,68</b>	<b>1.613.655,02</b>	<b>1.501.247,94</b>	<b>1.713.912,35</b>	<b>1.733.637,72</b>	<b>1.641.624,53</b>	<b>2.484.972,27</b>	<b>1.950.107,89</b>	<b>1.865.104,21</b>	<b>22.918.000,00</b>
FONTE:													
ANTONIO CARLOS, 19/03/2014													

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ  
Contador CRC/SC - 14636

ANA CARLA PRIM  
Controle Interno

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE***Mês de Fevereiro de 2014***1 – BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadado até o mês
IPTU	386,71
ITBI	8.526,62
ISS	118.793,52
FPM	1.230.024,26
IRRF	37.278,44
ICMS	1.781.671,23
IPI	26.538,99
IPVA	139.617,49
ITR	974,85
Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.595,50
Receita da Dívida Ativa de Impostos	8.456,11
Multas e Juros de Mora de Impostos	6.028,01
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-820,83
<b>TOTAL</b>	<b>3.365.070,90</b>

**2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE**

Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.1.002	Recursos Oriundos de Impostos - 20%	673.014,18
0.6.002	Superávit de exercício Anterior	328.879,91
0.2.002	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	3.758,84
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.205,24
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária	7.320,61
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	29.489,65
0.6.064.32	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	35.201,49
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	2.944,14
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	707,27
0.2.067.34	Farmácia Básica	6.486,69
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	7.945,36
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	14.379,40
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	16.677,62
0.2.064.36	PACS	35.690,47
0.6.064.36	Superávit - PACS	43.391,53
0.2.064.37	PSF	42.953,42
0.6.064.37	Superávit - PSF	21.479,65
0.2.064.38	Saúde Bucal	2.325,98
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	12.484,41
0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	5.076,79
0.6.064.39	Superávit - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	20.194,04
0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	5.719,73
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	6.642,12
0.2.064.76	PMAQ	42.681,84
0.6.064.76	Superávit - PMAQ	11.222,60



Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.2.064.42	NASF Estadual	16,87
0.6.064.42	Superávit - NASF Estadual	1.800,48
0.2.065.77	Teto Municipal Rede Cegonha	5,24
0.6.065.77	Superávit Teto Municipal Rede Cegonha	708,14
0.2.023.43	Convênio - Ampliação UBS	1.062,67
0.6.023.43	Superávit Convênio - Ampliação USB	133.449,13
0.2.064.78	PSE	2.397,33
0.6.064.78	Superávit - PSE	600,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.519.912,84</b>

**3 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE**

Código das Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.1.002	20% das Receitas oriundas de Impostos	673.014,18	566.738,37	-106.275,81
0.6.002	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	328.879,91	0,00	-328.879,91
0.2.002	Rend. de Aplicação de Rendimentos	3.758,84	3.467,31	-291,53
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.205,24	7.553,45	4.348,21
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vig. Sanitária	7.320,61	959,28	-6.361,33
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	29.489,65	49.464,48	19.974,83
0.6.064.32	Superávit - Piso Atenção Básica - PAB Fixo	35.201,49	0,00	-35.201,49
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	2.944,14	508,16	-2.435,98
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	707,27	284,25	-423,02
0.2.067.34	Farmácia Básica	6.486,69	13.025,21	6.538,52
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	7.945,36	0,00	-7.945,36
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	14.379,40	3.113,28	-11.266,12
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	16.677,62	0,00	-16.677,62
0.2.064.36	PACS	35.690,47	36.386,89	696,42
0.6.064.36	Superávit - PACS	43.391,53	4.650,00	-38.741,53
0.2.064.37	PSF	42.953,42	53.032,02	10.078,60
0.6.064.37	Superávit - PSF	21.479,65	0,00	-21.479,65
0.2.064.38	Saúde Bucal	2.325,98	8.596,04	6.270,06
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	12.484,41	0,00	-12.484,41
0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	5.076,79	22.606,46	17.529,67
0.6.064.39	Superávit - Núcleo Apoio à Saúde da Família	20.194,04	0,00	-20.194,04
0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	5.719,73	3.105,59	-2.614,14
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	6.642,12	0,00	-6.642,12
0.2.064.76	PMAQ	42.681,84	31.000,00	-11.681,84
0.6.064.76	Superávit - PMAQ	11.222,60	2.866,04	-8.356,56
0.2.064.42	NASF Estadual	16,87	1.500,00	1.483,13
0.6.064.42	Superávit - NASF Estadual	1800,48	195,80	-1.604,68
0.2.065.77	Teto Municipal Rede Cegonha	5,24	0,00	-5,24
0.6.065.77	Superávit Teto Municipal Rede Cegonha	708,14	0,00	-708,14
0.2.023.43	Convênio - Ampliação UBS	1.062,67	0,00	-1.062,67
0.6.023.43	Superávit Convênio - Ampliação USB	133449,13	0,00	-133.449,13
0.2.064.78	PSE	2.397,33	0,00	-2.397,33
0.6.064.78	Superávit - PSE	600	0,00	
	<b>TOTAL</b>	<b>1.519.912,84</b>	<b>809.052,63</b>	<b>-710.260,21</b>

Despesas de Saúde com recursos de Impostos - 16,94%

Antônio Carlos, em 17 de Março de 2014.

**ANTONIO PAULO REMOR**  
Prefeito em Exercício

**CARLICE B SCHMITZ**  
Contador

**LUCIDE MARIA S. KREFF**  
Secretária de Saúde

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **Contrato Nº 0025/2014 - Locomaq - com. E Locação de Máquinas E Equipamentos Ltda**

CONTRATO Nº 0025/2014, RECUPERAÇÃO DO MOTOR MERCEDES BENS E DA TRANSMISSÃO E TORQUE DE CARREGADEIRA 45 C, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA - LOCOMAQ - COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2014

PREGÃO Nº 0006/2014.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa - LOCOMAQ - COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.527.352/0001-53, com inscrição estadual nº 255.760.582, com sede à Rua Prefeito Normélio Zílio, 75 sala 2, em Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sócia Administradora a Srta ANA PAULA DE MIRANDA, brasileira, solteira, empresária, portadora do CPF nº 044.136.669-41 e Carteira de Identidade nº 11/R 3.711.194 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Francisco Guilherme Dorl, 48, Bairro Cruzeiro do Sul, em Joaçaba - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**Cláusula Primeira** – A CONTRATADA SE OBRIGA A REALIZAR SERVIÇOS PARA A RECUPERAÇÃO COMPLETA DO MOTOR MERCEDES BENS, MODELO 366 E RECUPERAÇÃO DA TRANSMISSÃO E TORQUE DA CARREGADEIRA 45C DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ABRANGENDO PEÇAS E SERVIÇOS MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTO de propriedade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC, conforme Pregão nº 0006/2014, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

**Cláusula Segunda** – O objeto deste contrato, acima descrito, deverá ser realizado na oficina da Empresa vencedora, isto é, na LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQ. E EQUIPAMENTOS LTDA ME, por preço unitário, conforme descrição da relação de peças e serviços mão-de-obra, anexadas à proposta no Processo Licitatório acima descrito.

(Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$57.497,80 (CINQUENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS), sendo que o valor de R\$36.308,14) TRINTA E SEIS MIL TREZENTOS E OITO REAIS E QUATORZE CENTAVOS) refere-se a peças e R\$21.189,66(VINTE E UM MIL CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)corresponde a serviços de mão-de-obra, com base nos preços apresentados na licitação.

**Cláusula Quarta** – O prazo de fornecimento ora contratado é de

18 de março a 10 de abril de 2014, podendo ser renovado através de Termo Aditivo, conforme determina a Lei e se houver interesse de ambas as partes.

**Cláusula Quinta** – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2014.

**Parágrafo único** – O pagamento à Contratada será efetuado no final dos serviços, na entrega do equipamento á vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

**Cláusula Sexta** – A Contratante assume com exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do transporte da máquina, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega.

**Cláusula Sétima** – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

**Parágrafo único** – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, a RECUPERAÇÃO COMPLETA DO MOTOR MERCEDES BENS, MODELO 366 E RECUPERAÇÃO DA TRANSMISSÃO E TORQUE DA CARREGADEIRA 45C, com peças novas e de qualidade.

**Cláusula Oitava** - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

**Cláusula Nona** – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

**Cláusula Décima** – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

**Cláusula Décima Primeira** – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

**Cláusula Décima Segunda** – A Contratada assume com exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da recuperação da máquina, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega. Responsabilizar-se-á, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato

as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Terceira – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Quarta – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 18 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

LOCOMAQ - COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ 10.527.352/0001-53

ANA PAULA DE MIRANDA

Sócia Administradora

Contratada

ÁLVARO JOSÉ GONÇALVES

CPF: 945.102.379-87

PROCURADOR

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

TARCISIO LIDANI

CPF – 613.139.809-78

## Atalanta

### PREFEITURA

#### Lei N.º 1368/2014.

LEI N.º 1368/2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA PARA O EXERCÍCIO DE 2014."

Tarcísio Polastri, Prefeito Municipal de Atalanta, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Atalanta, crédito adicional especial no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) para a inclusão do seguinte programa:

Órgão: 03.00 - Secretaria da Administração e Finanças  
Unidade: 03.01 - Secretaria da Administração e Finanças  
Função: 04 - Administração  
Sub-Função: 122 – Administração Geral  
Programa: 0008 – Centro Administrativo  
Projeto 1.002 – Construção do Paço Municipal  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0090 .....  
R\$ 800.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1357/2013, de 13 de dezembro de 2013.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Atalanta - SC, 20 de março de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

#### Lei N.º 1369/2014

LEI N.º 1369/2014

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta

mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0040.1.013 – Ampliação da Rede Física – Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 20.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0073.2.032 – Assistência a Família  
4.4.90.00.00.00.00.00.0121 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 10.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 50.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.365.0043.1.003 – Construção/Ampliação da Rede Física – Educação Infantil  
4.4.90.00.00.00.00.01.0122 – Aplicações Diretas .....  
R\$ 20.000,00  
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.01.0113 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.243.0076.2.030 – Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0121 – Aplicações Diretas.....  
R\$ 10.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 20 de março de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 1370/2014**

LEI Nº 1370/2014

“Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências”.

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0104; no Programa 0049 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 370.000,00 (Trezentos e Setenta Mil Reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do provável excesso de arrecadação do recurso 0104 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 370.000,00.

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0104; no Programa 0049 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO, na Lei Municipal nº. 1341/2013 de 16.10.2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 370.000,00 (Trezentos e Setenta Mil Reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2014 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 370.000,00 (Trezentos e Setenta Mil Reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 0049 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO  
Projeto Atividade 2.018 – Manutenção do Transporte Escolar  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... 370.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2014.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 20 de março de 2014.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### Extratos de Aditivos E Extratos de Contrato

PREFEITURA  
EXTRATOS DE CONTRATO

Contrato Nº 003/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratado: Altavir Leite, CPF nº 292.077.389-53, Município de Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: contratação de 1.800 (um mil e oitocentas) horas de prestação de serviços de mecânica na área de mecânica pesada, para manutenção das máquinas e veículos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Data da assinatura: 31.01.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 004/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Ahimsa Da Costa Canena, CPF nº 038.268.799-02, OAB/SC nº 23.893, município de Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: contratação de Serviço Profissional na esfera dos interesses do Município de Bela Vista do Toldo no Processo Judicial (Ação Trabalhista nº 0001346-11.2013.5.12.0021) junto a Vara do Trabalho de Canoinhas, devendo a CONTRATADA atuar nos interesses do CONTRATANTE até segunda instância.

Data da assinatura: 05.02.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 005/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Bitur Transportadora Turística Ltda., CNPJ sob o nº 00.579.954/0001-09, Rua Prefeito Farid Abrahão, 332, Bairro São Francisco, no município de Bituruna, PR.

Objeto do contrato: Contratação de empresa para prestar serviços de transporte escolar da Rede Municipal de Ensino

Data da assinatura: 05.02.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 006/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Construtora E Artefatos De Concreto Planaltina Ltda., CNPJ nº 17.970.164/0001-44, Rua Bento Gonçalves, 1755, Centro, no município de Monte Castelo, SC.

Objeto do contrato: contratação de 43 (quarenta e três) horas de serviço de escavadeira hidráulica para corte de cascalho e limpeza do cascalheiro localizado no lugar denominado Lagoa do Sul, no interior do município de Bela Vista do Toldo, SC, imóvel este objeto da matrícula 9.091, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas.

Data da assinatura: 05.02.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 007/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: José Carlos Selvino Da Costa - Me, CNPJ nº 02.420.563/0001-64, Rua Cidade de Frohlinde, 15, Bairro Piedade, no município de Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: contratação de serviço profissional de retirada da cobertura e da estrutura da cobertura da quadra coberta do Núcleo Escolar Municipal Juliana Tomporoski Krull, localizada na localidade da Serra do Lucindo, no interior do Município de Bela Vista do Toldo.

Data da assinatura: 05.02.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 008/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Pró Campo Agrimensura E Planejamento Rural Ltda. -ME, CNPJ nº 13.098.210/0001-06, Rua Caetano Costa, 166, centro, no município de Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: Contratação de empresa à elaboração de projeto técnico para corte de árvores que acarretem risco a vida ou patrimônio ao no Município de Bela Vista do Toldo, SC.

Data da assinatura: 05.02.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 009/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Recauchutadora De Pneus Neri Ltda. - EPP, CNPJ nº 82.989.096/0001-27, Rua Duque de Caxias, 314, fundos, Centro, no município de Rio dos Cedros, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de pneus.

Data da assinatura: 06.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 010/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Modelo Pneus Ltda., CNPJ nº 94.510.682/0001-26, Rua Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56, no município de Bento Gonçalves, RS.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de pneus.

Data da assinatura: 06.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 011/2014 – PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Pneuforte Comércio E Recapagens Ltda., CNPJ nº 00.805.922/0007-61, Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, 3.617, Bairro Santa Rosa, no município de Porto União, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de pneus.

Data da assinatura: 06.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 012/2014 – PREF.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Siga Bem Distribuidora De Lubrificantes Ltda., CNPJ sob o nº 01.104.642/0001-01, Rodovia BR 470, km 140, nº 5.350, salas 02 e 04, Bairro Itoupava, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de pneus.

Data da assinatura: 06.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 013/2014 – PREF.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Valfértil Máquinas Agrícolas Ltda, CNPJ sob nº 03.233.069/0001-53, Rua Pioneiro Estanislau Schumann, nº 250, Bairro Vila Buenos Aires, Mafra, SC.

Objeto do contrato: Fornecimento De Equipamentos Agrícolas Em Conformidade Com O Convênio N. 2013TR004518, Celebrado Com Estado De Santa Catarina, Por Meio Da Secretaria De Estado Do Desenvolvimento Regional De Canoinhas.

Data da assinatura: 14.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 014/2014 – PREF.**

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Altair Fabro & Cia Ltda - Me, CNPJ nº 02.730.048/0001-80, Avenida Presidente Vargas, nº 454, Complemento sala 2, Bairro Centro, Nova Prata, RS.

Objeto do contrato: Fornecimento De Equipamentos Agrícolas Em Conformidade Com O Convênio N. 2013TR004518, Celebrado Com Estado De Santa Catarina, Por Meio Da Secretaria De Estado Do Desenvolvimento Regional De Canoinhas.

Data da assinatura: 14.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**PREFEITURA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Termo Aditivo Nº 003/2014 –PREF- Sexto Termo Aditivo ao Contrato Nº 029/2012.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Perfil Empreendimentos & Construtora Ltda. CNPJ - 15.265.188/0001-77, estrada da Boa Esperança, 2047, Bairro Fundo Canoas, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto do aditivo: Acréscimo de valor ao contrato nº 029/2012 no montante de R\$ 30.320,65 (trinta mil, trezentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), em função da necessidade de acréscimos que são necessários à execução da obra do referido contrato (serviços de Terraplanagem, Pavimentação e Drenagem), e de acordo com o Memorial de Justificativa Técnica e quantitativos de alteração e adequação, aliado ao Parecer Técnico favorável subscrito de Engenheiro Civil responsável.

Data da assinatura: 10.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE CONTRATO****Contrato Nº 001/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ

10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Hospital Santa Cruz De Canoinhas, CNPJ n.º 83.192.096/0001-64, Rua João da Cruz Kraling, n.º 1050, Centro, na cidade de Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: Contratação do serviço de sobreaviso médico para execução dos serviços médicos nas especialidades de Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Geral, Anestesia, Pediatria e Clínica Médica.

Data da assinatura: 07.01.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 002/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Contestado Prestadora De Serviços Médicos Ltda, nº 04.104.480.0001/91, Rua Getúlio Vargas, 1345, sala 01, no município de Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: Prestação de serviços com pessoal na área médica, como serviços de PLANTÃO PRESENCIAL, na especialidade de Obstetrícia para atenderem as pacientes da maternidade de Bela Vista do Toldo no Hospital Santa Cruz de Canoinhas.

Data da assinatura: 06.01.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 003/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Metromed Comércio De Material Médico Hospitalar Ltda., CNPJ nº 83.157.032/0001-22, Estrada Boa Esperança, nº 1918, Bairro Fundo Canoas, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material médico hospitalar.

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 004/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Compramed Comércio De Produtos Hospitalares Ltda. - Epp, CNPJ nº 04.428.100/0001-74, Rua Guilherme Rauen, 29, Centro, no município de Santa Cecília, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material médico hospitalar.

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 005/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Plasmedic Comercio De Materiais Para Uso Médico E Laboratorial Ltda - Me, CNPJ n.º 09.200.303/0001-22, Avenida Mauricio Cardoso, n.º 706, Bairro Centro, na cidade de Erechim, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material médico hospitalar.

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal



**Contrato Nº 006/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ n.º 00.802.002/0001-02, Estrada Boa Esperança, n.º 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material médico hospitalar.

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 007/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Compramed Comércio De Produtos Hospitalares Ltda - Epp, CNPJ n.º 04.428.100/0001-74, com sede à Rua Guilherme Rauhen, n.º 029, Bairro Centro, na cidade de Santa Cecília, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material odontológico.

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 008/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Silmes Comércio De Produtos Odontológicos Ltda - Epp, CNPJ n.º 04.989.294/0001-87, com sede à Avenida Oscar Barcelos, n.º 380, Complemento sala 02, Bairro Centro, na cidade de Rio do Sul, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material odontológico

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 009/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Fusão Comércio De Produtos Odontológicos Ltda, CNPJ n.º 10.633.441/0001-84, Rua Natal, n.º 2005, Complemento térreo, Bairro Centro, na cidade de Cascavel, PR.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material odontológico

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 010/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LA Dalla Porta Junior - Epp, CNPJ n.º 11.145.401/0001-56, Rua PASCOAL GOMES LIBRELOTTO, n.º 020, Complemento andar primeiro, Bairro Parque Dom Antonio Reis, na cidade de Santa Maria, RS.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de material odontológico

Data da assinatura: 07.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 011/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Inovadora Serviços Em Tecnologia Da Informação Ltda-Me, CNPJ n.º 12.234.834/0001-40, Rua Fernando Ferrari, 35,

Bairro Nossa Senhora de Lourdes na cidade de Joaçaba – SC.

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso, locação, implantação, treinamento e manutenção de sistemas de informatização para saúde pública da Secretaria Municipal da Saúde

Data da assinatura: 12.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 013/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Mauro Marciano Comércio De Medicamentos Ltda, CNPJ n.º 94.894.169/0001-86, Rua Samuel Kruchim, n.º 200, Complemento Vila Noal, Bairro Patronato, na cidade de Santa Maria, RS.

Objeto do contrato: Aquisição Parcelada De Medicamentos Básicos

Data da assinatura: 14.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 014/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Centermedi Comércio De Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ n.º 03.652.030/0001-70, Rodovia BR 480, n.º 795, Bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, RS.

Objeto do contrato: Aquisição Parcelada De Medicamentos Básicos

Data da assinatura: 14.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 015/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Andromeda Distribuidora De Medicamentos Ltda Me, CNPJ n.º 13.568.558/0001-10, Avenida Nereu Ramos, n.º 1.675D, Complemento Anexo Salas 01 e 02, Bairro Universitário, na cidade de Chapecó, SC.

Objeto do contrato: Aquisição Parcelada De Medicamentos Básicos

Data da assinatura: 14.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 016/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Promefarma Representações Comerciais Ltda, CNPJ n.º 81.706.251/0001-98, Rua Professor Leonidas Ferreira da Costa, n.º 847, Bairro Parolim, na cidade de Curitiba, PR.

Objeto do contrato: Aquisição Parcelada De Medicamentos Básicos

Data da assinatura: 14.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 017/2014 - FMS**

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Dimaster Comércio De Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ n.º 02.520.829/0001-40, Rodovia BR 480, n.º 180, Bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, RS.

Objeto do contrato: Aquisição Parcelada De Medicamentos Básicos

Data da assinatura: 14.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

## Prefeito Municipal

## Contrato Nº 018/2014 - FMS

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Dimaster Comércio De Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ n.º 02.520.829/0001-40, Rodovia BR 480, n.º 180, Bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, RS.

Objeto do contrato: Aquisição Parcelada De Medicamentos Controlados.

Data da assinatura: 17.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

## Contrato Nº 019/2014 - FMS

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ n.º 00.802.002/0001-02, Estrada Boa Esperança, n.º 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, SC.

Objeto do contrato: Aquisição Parcelada De Medicamentos Controlados.

Data da assinatura: 17.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 004/2014 – FMS, Quarto termo aditivo ao contrato 017/2013-FMS.

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ nº 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, no Município de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: A Cláusula Segunda do Contrato nº 017.2013 – FMS passa a ter a seguinte redação: Aquisição de combustíveis, sendo 5.000 (cinco mil) litros de óleo diesel comum e 12.500 (doze mil e quinhentos) litros de gasolina comum que deverão ser fornecidos diretamente nas bombas de combustíveis de propriedade do CONTRATADO, com sede no município de Bela Vista do Toldo, SC para atender a frota de veículos de propriedade do CONTRATANTE (Fundo Municipal de Saúde).

Data da assinatura: 01.02.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

## Biguaçu

## PREFEITURA

## Portaria Nº 844/2014

PORTARIA nº 844 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Eliane Margareth Schaeffer Quint, ocupante do cargo temporário de Professor III (Inglês), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Eliane Margareth Schaeffer Quint, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Inglês), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

## Portaria Nº 843/2014

PORTARIA nº 843 de 19 de março de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Eva Anilda Silveira, ocupante do cargo temporário de Professor II – ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Eva Anilda Silveira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II – Ensino Fundamental, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2014.

Biguaçu, 19 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

## Portaria Nº 896/2014

PORTARIA nº 896 de 21 de março de 2014

## ERRATA:

Na portaria 468/2014, de admissão da servidora Rosária Judésia Adriano, ocorreu um equívoco quanto ao período.

Portaria nº 468 de 18 de fevereiro de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSARIA JUDESIA ADRIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSARIA JUDESIA ADRIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2014 a 19/12/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 895/2014**

PORTARIA nº 895 de 21 de março de 2014

ERRATA:

Na portaria 568/2014, de admissão da servidora Marta Zimmermann Weber, ocorreu um equívoco quanto ao período.

Portaria nº 568 de 18 de fevereiro de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARTA ZIMMERMANN WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL) – SEM REGENCIA DE CLASSE, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARTA ZIMMERMANN WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL) – SEM REGENCIA DE CLASSE, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2014 a 19/12/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 894/2014**

PORTARIA nº 894 de 21 de março de 2014

ERRATA:

Na portaria 572/2014, de admissão da servidora Vânia Pereira Damásio Azevedo, ocorreu um equívoco quanto ao período.

Portaria nº 572 de 18 de fevereiro de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANIA PEREIRA DAMASIO AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL) – SEM REGENCIA DE CLASSE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANIA PEREIRA DAMASIO AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo

temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL) – SEM REGENCIA DE CLASSE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2014 a 19/12/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 692/2014**

PORTARIA nº 692 de 17 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANTONIO LEOCADIO ELISARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANTONIO LEOCADIO ELISARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/03/2014 a 21/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/03/2014.

Biguaçu, 17 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **Extrato Contrato Nº 10.018/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.018/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.

Valor: R\$ 61.150,00 (sessenta e um mil cento e cinquenta reais).

Vigência: 12/03/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

#### **Portaria Nº 897/2014**

PORTARIA nº 897 de 21 de março de 2014

ERRATA:

Na portaria 663/2014, de exoneração do(a) servidor(a) Homero

Ramos Duarte, ocorreu um equívoco quanto à data.

Portaria 663 de 11 de março de 2014:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Homero Ramos Duarte, detentor do cargo de provimento temporário de Engenheiro Civil, com jornada de 30 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 11/03/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Homero Ramos Duarte, detentor do cargo de provimento temporário de Engenheiro Civil, com jornada de 30 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 27/03/2014.

Biguaçu, 21 de dezembro de 2013.  
João Luiz Luz  
Secretário Municipal de Administração

### Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
REPUBLICAÇÃO DO PP 65/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 65/2014 PMB, que tem como objeto "LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE PRODUTORES RURAIS E TÉCNICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA", fica republicada a mesma para a seguinte data:

Recebimento dos envelopes de documentação e Propostas de Preços: dia 04/04/2014, até 13:45 horas.

Abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços: dia 04/04/2014, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria Nº 903/2014

PORTARIA Nº 903/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARISTELA TEREZINHA PAULI AMARAL, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2528/2014 em anexo no período de 12/03/2014 a 24/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 902/2014

PORTARIA Nº 902/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MEIRE KARIANE AMARAL, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2627/2014 em anexo no período de 18/03/2014 a 01/04/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 901/2014

PORTARIA Nº 901/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TOMAZ BECHE ESTIVALETE, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2276/2014 em anexo no período de 10/03/2014 a 14/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

### Portaria Nº 900/2014

PORTARIA Nº 900/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLENE DE MELO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2499/2014 em anexo no período de 11/03/2014 a 23/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**Portaria Nº 899/2014**

PORTARIA Nº 899/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVANIA REGINA DA ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2587/2014 em anexo no período de 19/03/2014 a 28/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 898/2014**

PORTARIA Nº 898/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RITA MARITE MORAIS MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2551/2014 em anexo no período de 17/03/2014 a 22/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 904/2014**

PORTARIA nº 904 de 21 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SIRLEI DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

## RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIRLEI DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 905/2014**

PORTARIA nº 905 de 21 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SILVANA SOUZA ARCENO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

## RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SILVANA SOUZA ARCENO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 906/2014**

PORTARIA nº 906 de 21 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GILNEIA RIBEIRO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

## RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GILNEIA RIBEIRO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 907/2014**

PORTARIA nº 907 de 21 de março de 2014

Nomeia Gislaíne Patrícia Martins Moreira, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Gislaine Patricia Martins Moreira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente de Ensino Fundamental, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 28/02/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2014.

Biguaçu, 21 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Municipal Nr 2524/2014

DECRETO MUNICIPAL 4524/14 DE 18 DE MARÇO DE 2014.  
DISPÕEM SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS COM FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aos contidos na Lei Organiza Municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os cidadãos, a seguir identificados, para compor a comissão municipal de avaliação para fins de alienação de bens móveis conforme especifica:

Nairo Cezar Morandini - Presidente

Jeferson Persch - Secretário

Pedro Luis Copini - Membro

Walter Naujorks - Membro

Art.2º- O objetivo da comissão será basicamente efetuar a avaliação em moeda corrente nacional dos bens móveis a seguir discriminados, para fins de alienação:

ITÉM 01 – Um AUTOMOVEI FIAT/TEMPRA SX 16V, de cor cinza, ano de fabricação 1996, modelo 1997, chassi nº 9BD159577T9172460, renavam nº 670303186, Placas GUT 2863, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2593, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 02 – Um AUTOMOVEI VW/PARATI 1.8 TOUR, de cor cinza, ano de fabricação e modelo 2002, chassi nº 9BWDC05X82T085613, renavam nº 778872335, Placas AKD 6569, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2596, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 03 – Um AUTOMOVEI FIAT/UNO MILLE WAY ECONOMY, de cor prata, ano de fabricação 2009, modelo 2010, chassi nº 9BD15844AA6270617, renavam nº 138690294, Placas MGK9324, registrado no patrimônio público municipal sob nº 1985, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 04 – Um AUTOMOVEI FIAT/UNO MILLE WAY ECONOMY, de cor branca, ano de fabricação 2009, modelo 2010, chassi nº 9BD15804AA6270584, renavam nº 138700761, Placas MGK 9364, registrado no patrimônio público municipal sob nº 1985, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 05 – Um AUTOMOVEI FIAT/UNO MILLE IE, de cor azul, ano de fabricação e modelo 1996, chassi nº 9BD146067T5820759, renavam nº 657721247, Placas AGI 6367, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2599, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 06 – Um AUTOMOVEI FIAT/PALIO WEEKEND 16V, de cor cinza, ano de fabricação e modelo 1997, chassi nº 9BD178838V0319718, renavam nº 677706006, Placas CJC 5677, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2598, no estado de conservação em

que se encontra.

ITÉM 07 – Uma MOTOCICLETA/HONDA CG 150 TITAN, de cor prata, ano de fabricação e modelo 2007, chassi nº 9C2KC08107R098649, renavam nº 911999272, Placas MGL 5841, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2598, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 08 – Um CAMINHAO C. ABERTA/MERCEDES BENZ L 1313, de cor laranja, ano de fabricação e modelo 1974, chassi nº 34500212008475, Renavam nº 347422101, Placas CPG 6727, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2600, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 09 – Uma MOTONIVEALDORA/CATERPILLAR 120B, com escarificador, de cor amarela, ano de fabricação e modelo 1980, chassi nº 64V07100, registrado no patrimônio público municipal sob nº 6, no estado de conservação em que se encontra.

ITÉM 10 – Um TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND/MODELO 7630 S-100, de cor azul, ano de fabricação e modelo 2007, chassi nº Z7CA25911, Serie 763BR408946, traçado, com concha, registrado no patrimônio público municipal sob nº 1712, no estado de conservação em que se encontra.

ITEM 11 - Uma COLHEDORA DE FORRAGEM (Esiladeira), marca JC, com rotor de 12 facas em Perfil C, transmissão com polia e correia semi-comando hidráulico, com plataforma colhedora de forragem de 2 linhas, com 08 rolos de recolhimento registrado no patrimônio público municipal sob nº 2496, no estado de conservação em que se encontra.

ITEM 12 - Um DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LIQUIDO, capacidade para 4000 litros, Marca Incomagri Nogueira, registrado no patrimônio público municipal sob nº 1655, no estado de conservação em que se encontra.

Art. 3º- A Comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para encaminhar o laudo de avaliação ao Executivo Municipal.

Art. 4º- Os serviços da comissão serão considerados de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e a não geração de vínculo empregatício.

Art. 5º- Este Decreto tem vigor na data de sua assinatura, condicionado a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 18 DE MARÇO DE 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### **Decreto Municipal Nr 2525/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO N.º 4525 /2014 DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Cancela o Processo Licitatório n.º 596/2014, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPIAL DE BOM JESUS DO OESTE – SC, no uso de suas atribuições que a Lei n.º 8.666/93, atualizada pela lei 8.883/94:

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o processo licitatório n.º 596/2014 que tem por objeto a Emissão de seguros para a frota municipal de veículos no exercício de 2014.

Art. 2º. Pelo presente intimado os participantes da licitação supramencionada da decisão estabelecida neste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º do Decreto n.º 4450 de 16 de setembro de 2013. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 20 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Convênio 002/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO 002/2013

Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bittencourt nº 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ: 82.951.294/0001-00.

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a cooperação com a finalidade de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 06 (seis) câmeras de segurança.

Data da assinatura: 02.10.2013

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

Registro de Preços Que Objetiva A Eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração E Detonação de Rochas, com

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 17/2013

Data do Registro: 24/06/2013

Válido até: 24/06/2014

Objeto da Compra:

REGISTRO DE PREÇOS que objetiva a eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas que acompanha este edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas (10830)	M3	EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA (8009)		0	8,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 17/2013		Data do Registro: 24/06/2013		Válido até: 24/06/2014			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS que objetiva a eventual Contratação de Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação de Rochas, com fornecimento de materiais e mão de obra no município de Braço do Trombudo, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas que acompanha este edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013  
PROCESSO Nº 29/2013  
(8909) - EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Junho de 2013.

Registro de preço para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 33/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 33/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Registro de preço para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza de área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas, em anexo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

1	Contratação de empresa para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza da área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas em anexo. (11881)	Km/L	SERRANA ENGENHARIA LTDA (8241)	0	1.410.0000	1
---	--	------	--------------------------------	---	------------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 33/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para prestação de serviços de varrição capina e pinturas de meio fio com fornecimento de material e mão de obra para urbanização e limpeza de área urbana sede e núcleo urbano Serril, conforme relação dos nomes de ruas, em anexo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2013  
PROCESSO Nº 61/2013  
(8241) - SERRANA ENGENHARIA LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2013.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### Edital de Chamada Publica 01/2014

CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL – 001/2014

O Município de Brunópolis, com sede à Rua Armino Leobet, nº 441, Centro, atendendo a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 realiza chamada pública, a partir do dia 06 de março de 2014 e até o dia 31 de março de 2014, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

#### 1. OBJETIVO

Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

#### 2. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

2.1 Grupos Informais de Agricultores Familiares e de Empreendedores Familiares Rurais deverão entregar ao Setor de Licitações os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

I – cópia da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II – cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente.

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

V - Para produtos de origem animal, apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal.

VI – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo I) elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;

2.2 Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar ao Setor de Licitações os documentos relacionados abaixo para serem avaliados e aprovados:

I – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;

III – cópias da Certidão Negativa Previdenciária, Certificado de Regularidade do FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

IV – cópias das certidões negativas junto à Fazenda Municipal, Estadual e Federal;

V - cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade

registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

VI – Para produtos de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal;

VII – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

V - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo I);

### 3. CARACTERÍSTICAS DO FORNECIMENTO:

#### 3.1 Especificação Técnica dos Gêneros Alimentícios

A especificação técnica dos gêneros alimentícios a serem registrados está disponível no Anexo III.

As mercadorias serão devolvidas no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida no Edital. De acordo com a Lei nº 8135/1990 “é configurado como crime misturar gêneros de qualidade desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo ou entregar materiais impróprios ao consumo” (artigo 7º, incisos III e IX).

As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado.

As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para consumo.

As folhas deverão se apresentar intactas e firmes. Deverão estar sem substâncias terrosas; sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa; sem parasitos, larvas ou outros animais nos produtos e embalagens; sem umidade externa anormal; isentas de odor e sabor estranhos; isenta de enfermidades; não deverão estar danificadas por lesões que afetem a sua aparência e utilização.

Os grãos de cereais deverão ser PRÉ-ESCOLHIDOS, sem sujeiras como grãos estragados, pedras, torrões de barro, ciscos e outros corpos estranhos.

Para a bebida láctea, a embalagem deverá ser em embalagem plástica hermeticamente fechada com capacidade de 1 litro, rotulado conforme legislação vigente.

Os biscoitos caseiros deverão ser entregues em embalagens tipo pacotes de polietileno com capacidade de 1 kg.

#### 3.3 Período de Fornecimento

Até 31 de dezembro de 2014.

#### 3.4 Ponto de Entrega:

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Armino Leobet, nº 441, Centro, toda terça-feira, pelo período da manhã.

#### 3.5 Previsão de Quantidade de Gêneros Alimentícios a serem Adquiridos

A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados por nutricionista do Município e executados pelas escolas.

### 3.6 Preço

3.6.1 O preço de compra dos gêneros alimentícios será o menor preço apresentado pelos proponentes.

3.6.2 Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da Resolução nº 38/09 do FNDE.

### 3.7 Contrato

O modelo de Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios que deverá ser celebrado entre o Município e o(s) Vendedor(es) habilitados nesta chamada pública será feito conforme modelo constante no Anexo IV.

### 3.8 Pagamento

3.8.1 Os pagamentos do fornecimento feito pelo fornecedor da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural habilitado, como consequência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município até o 10º dia útil do mês subsequente à entrega dos produtos e apresentação da Nota Fiscal.

3.8.2. O pagamento será depositado em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

4.2 Cada grupo de fornecedores (formal e/ou informal) deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

4.3 O Município classificará as propostas, considerando-se a ordenação crescente dos valores.

4.4 Após a classificação, o critério final de julgamento será definido pela Comissão Julgadora.

## 5. RESULTADO

O Município divulgará o resultado do processo em até 48 horas após a conclusão dos trabalhos desta chamada pública.

## 6. CONTRATAÇÃO

6.1 Uma vez declarado vencedor, o Proponente Vendedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, de acordo com o modelo apresentado no Anexo IV.

6.2 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)/ano.

## 7. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

7.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

7.2 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e disponíveis no Anexo II;

7.3 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública até 31 de dezembro de 2014;

7.4 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela

escola.

## 8. FATOS SUPERVENIENTES

Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão do Município, poderá haver:

Adiamento do processo;

Revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

## 9. IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

Observado o disposto no item nove acima, após a divulgação do resultado das ofertas objeto desta Chamada Pública considera-se, para todos os fins, que o registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural estará concretizado.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

## 11. FORO

A presente Chamada Pública é regulado pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro da Comarca de Campos Novos para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

Fazem parte deste Edital de Chamada Pública:

ANEXO I – MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ANEXO II – CRONOGRAMA DE ENTREGA

ANEXO III – ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

Brunópolis (SC), 21 de março de 2014.

Ademil Antonio da Rosa,  
Prefeito Municipal.



ANEXO I – MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº 01/2014				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
A – Grupo Formal				
1. Nome do Proponente		2. CNPJ		
3. Endereço	4. Município		5. CEP	
6. Nome do representante legal	7. CPF		8. DDD/Fone	
9. Banco	10. N° da Agência	11. N° da Conta Corrente		
B – Grupo Informal				
1. Nome do Proponente				
3. Endereço	4. Município		5. CEP	
6. Nome da Entidade Articuladora		7. CPF	8. DDD/Fone	
C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)				
1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. N° da Agência	5. N° da Conta Corrente

fl. 6/18

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS		2. CNPJ 01.613.853/0001-61		3. Município BRUNÓPOLIS		
4. Endereço RUA ARMINDO LEOBET, 441		5. DDD/Fone 49-3556.0020				
6. Nome do representante e e-mail SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRUNÓPOLIS		7. CPF				
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total	
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4. Quantidade	5.Preço/Unidade	Total agricultor	6.Valor Total
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4. Quantidade	5.Preço/Unidade	Total agricultor	6.Valor Total
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4. Quantidade	5.Preço/Unidade	Total agricultor	6.Valor Total
Total do projeto					Total agricultor	

IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO				
1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
			<b>Total do projeto:</b>	
<b>IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS</b>				
<b>V – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)</b>				
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Formal		Fone/E-mail: CPF:	
Local e Data:	Agricultores Fornecedores do Grupo Informal		Assinatura	

fl. 8/18

## ANEXO II - CRONOGRAMA DE ENTREGA

Nº	PRODUTOS	Un.	Qtidade	Cronograma de Entrega								
				Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1.	ABOBRINHA ITALIANA	Kg	120	40	-	-	-	-	-	40	40	-
2.	ALHO A GRANEL	Kg	12	6	6	-	-	-	-	-	-	-
3.	BATATA DOCE	Kg	180	45	-	-	-	-	45	45	45	-
4.	BATATA INGLESA	Kg	240	40	40	-	-	-	40	40	40	-
5.	BEBIDA LÁCTEA (Sabor morango)	Lt.	1.440	180	180	180	180	180	180	180	180	-
6.	BISCOITO CASEIRO	Kg	280	35	35	35	35	35	35	35	35	-
7.	BRÓCOLIS	Uni	80	20	20	-	-	-	-	20	20	-
8.	CEBOLA (Tipo branco)	Kg	90	30	30	-	-	-	-	-	30	-
9.	COUVE MANTEIGA	Maç	60	15	15	-	-	-	15	15	-	-
1	COUVE FLOR	Uni	95	32	32	-	-	-	-	-	32	-
1	CHUCHU	Kg	80	20	-	-	-	-	20	20	20	-
1	ERVILHA IN NATURA	Kg	18	9	-	-	-	-	-	-	9	-
1	FEIJÃO DE VAGEM	Kg	40	-	-	-	-	-	-	-	40	-
1	FEIJÃO PRETO	Kg	240	30	30	30	30	30	30	30	30	-
1	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	Lt.	4.440	555	555	555	555	555	555	555	555	-
1	MANDIOCA (Descascada)	Kg	180	36	-	-	-	36	36	36	36	-
1	MACARRÃO CASEIRO	Kg	390	48	48	48	48	48	48	48	48	-
1	MELANCIA.	Uni	60	30	-	-	-	-	-	-	30	-
1	MELÃO	Uni	40	20	20	-	-	-	-	-	-	-
2	MILHO VERDE (Descascado e	Uni	500	-	-	-	-	-	-	-	500	-
2	MILHO DE PIPOCA (À granel)	Kg	12	6	-	-	6	-	-	-	-	-
2	MORANGA CABUTIÁ	Kg	55	18	-	-	-	-	-	18	18	-
2	MORANGO	Bdj.	20	-	-	-	-	-	-	-	20	-
2	PIMENTÃO	Uni	16	-	16	-	-	-	-	-	-	-
2	PINHÃO	Kg	50	-	25	25	-	-	-	-	-	-
2	TOMATE	Kg	140	-	-	-	-	35	35	35	35	-

fl. 9/18

**ANEXO III – ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

<b>ANEXO II: DESCRIÇÃO DOS GÊNEROS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b>
01	<b>ABOBRINHA ITALIANA.</b> (peso médio 470g). Fruto sadio, suficientemente desenvolvido, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, cor, sabor e aroma, característicos da variedade, assim como manter sua forma e aparência. Apresentar o grau de desenvolvimento ideal para consumo humano. Estar isento de lesões provocadas mecanicamente e por insetos ou doenças fitopatológicas. Não conterem terra ou corpos estranhos aderentes à casca. Não apresentar umidade externa anormal, odor e sabor estranho.
02	<b>ALHO A GRANEL.</b> Produto de classificação graúda sem defeito, suficientemente desenvolvidas, com aspecto e sabor característicos, uniformidade no tamanho e cor. Não serão permitidos rachaduras, perfurações, cortes e dentes chochos ou brotados. Características gerais: deverá estar livre de enfermidades, insetos ou parasitas, umidade, terra e de resíduos de fertilizantes.
03	<b>BATATA DOCE.</b> Tubérculo de elevada qualidade, selecionados e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade com uniformidade no tamanho e cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Ausência de odor e sabor estranho, assim como parasitas e larvas.
04	<b>BATATA INGLESA.</b> Tubérculo de qualidade e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Não serão permitidas rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidade, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos. Sua polpa deverá estar intacta e na cor característica.
05	<b>BEBIDA LÁCTEA (Sabor morango).</b> Produto lácteo resultante da mistura do leite, soro de leite (30% máximo), adicionado ou não de substâncias alimentícias, gordura vegetal, leite fermentado e fermento lácteo. Produto adicionado de vitaminas A,D,E,K e zinco. Produto deve seguir a legislação vigente (Instrução Normativa nº. 16 de 23/08/05 MAPA). Registro do SIE ou SIF. A base láctea deve representar pelo menos 51%(m/m) do total de ingredientes do produto. Aspecto líquido. Odor, sabor e aroma próprio. Rotulagem obrigatória (RDC nº.360/359 de 23/12/03, RDC nº.259 de 20/09/02, RDC nº.123 de 13/05/04, IN nº 16 de 23/08/05, lei nº 10.674/03 e Portaria nº34). Embalagem primária: saco de polietileno atóxico leitoso com 1000 ml do produto.
06	<b>BISCOITO CASEIRO.</b> O produto deverá conter como ingredientes mínimos: farinha de trigo especial, ovos, leite pasteurizado, fermento químico, açúcar refinado e amido de milho. O mesmo não deverá apresentar umidade excessiva, odor desagradável, bolores e sujidades. Serão rejeitadas as bolachas mal assadas, queimadas ou

fl. 10/18

	caracteres organolépticos anormais. O produto deverá ser acondicionado em pacotes de polietileno de até 1 kg. O pacote não poderá apresentar mais de 2% de bolachas quebradas.
07	<b>BRÓCOLIS.</b> Produto de primeira qualidade, obtendo aproximadamente 1 kg. É a parte geralmente verde das hortaliças, utilizada como alimento em seu estado natural. Esta classe será constituída por brócolis de ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração turgesciente, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deverão apresentar coloração e tamanho uniforme, típicos da variedade. Não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua conformação e a sua aparência.
08	<b>CEBOLA - Tipo Branca.</b> Sem defeito, suficientemente desenvolvidas, com aspecto e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações e cortes. Características gerais: deverá estar livre de enfermidades, de umidade externa anormal, de resíduos de fertilizantes. Quanto às características microscópicas não deverá apresentar sujidade e parasitas.
09	<b>COUVE MANTEIGA.</b> Folhas verdes, bem firme, fresca, em maço, bem formada, uniforme, com peso médio de 800 gramas o maço. Deverá estar isenta de manchas, amareladas, machucaduras, bolores e apodrecimento, livre de terra, de resíduos de fertilizantes e isenta de umidade externa.
10	<b>COUVE FLOR.</b> Parte da flor da hortaliça, de elevada qualidade, sem defeitos, hidratadas, sem traços de descoloração, turgescerem, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deve apresentar aroma, coloração e tamanho uniforme e típico da variedade. Não são permitidos defeitos nas verduras que lhe alterem a sua conformação e aparência. As verduras próprias para o consumo devem ser procedentes de vegetais genuínos e sãos, serem frescas, abrigadas dos raios solares, estarem livres de insetos e enfermidades assim como seus danos, estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos.
11	<b>CHUCHU.</b> Legume de elevada qualidade, suficientemente desenvolvidos. Deve apresentar aroma, sabor, coloração e tamanho uniformes, típicos da variedade. Não são permitidos nos legumes defeitos que alterem a sua conformação e aparência. Os legumes próprios para o consumo devem ser procedentes de vegetais genuínos, estarem livres de enfermidades; não danificados por qualquer lesão de origem mecânica ou por insetos; não estarem sujos de terra; não conterem corpos estranhos aderentes, isentas de umidade externa anormal, odor e sabor
12	<b>ERVILHA IN NATURA</b>
13	<b>FEIJÃO DE VAGEM.</b> Elevada qualidade, bem desenvolvidas, compactas e firmes. É indispensável uniformidade na coloração, tamanho e conformação. Próprias para o uso na culinária, devendo ser procedentes de vegetais genuínos e sadios, serem frescas, de colheita recente, abrigadas dos raios solares e apresentar um estágio ideal de desenvolvimento quanto ao tamanho, aroma, cor, sabor (maturação). Estarem livres de terra aderente, assim como sujidades, parasitas e larvas. Ausência de umidade externa anormal, odores e sabores estranhos, resíduo de fertilizantes ou produtos químicos aderentes à casca.
14	<b>FEIJÃO PRETO.</b> Produto de primeira qualidade. Em embalagem plástica, resistente, flexível, atóxica, transparente. Em pacotes de 1 kg, com identificação do produto.

fl. 11/18



15	<b>LEITE LONGA VIDA INTEGRAL.</b> Produto Longa Vida, processado pelo sistema UHT (Ultra High Temperature) também chamado de UAT (Ultra Alta Temperatura) onde é elevado a aproximadamente 142° C durante 02 a 04 minutos, sendo imediatamente resfriado e acondicionado em embalagem asséptica. Embalagem primária: embalagem tetra Park asséptica – com 01 litro. Embalagem secundária: caixa de papelão com capacidade para 12 litros. Inspeccionado pelo Ministério da Agricultura (SIF).
16	<b>MANDIOCA (Descascada).</b> Raiz limpa de elevada qualidade e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma, sabor e cor da polpa típicos da variedade, com uniformidade no tamanho e cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações e cortes provocados mecanicamente ou por insetos e doenças. Próprios para o consumo devendo ser oriundos de vegetais sadios, com colheita recente; livres de terra aderente à casca. Estarem isentos de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos, resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas.
17	<b>MACARRÃO CASEIRO.</b> Produto de primeira qualidade, composto por farinha de trigo, ovos e sal. Acondicionado em pacotes de 1 kg, atóxico e hermeticamente fechado, devendo apresentar a data de validade.
18	<b>MELANCIA.</b> Cada unidade pesando entre 08 a 10 kg. Redonda/comprida, Fruto sadio, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, e atingir o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou provocadas por insetos ou doenças, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Tamanho médio e uniforme.
19	<b>MELÃO.</b> Fruto de primeira qualidade com peso médio de 2 a 3 kg. Procedente de planta sadia, destinado ao consumo “in natura”, devendo se apresentar fresca, e ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedades, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica, por insetos e doenças que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, produtos químicos ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Sem umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos.
20	<b>MILHO VERDE (Descascado e limpo).</b> Espiga de milho apresentando grãos bem desenvolvidos e novos, porém macios e leitosos. Os grãos devem apresentar cor amarelada clara, brilhante, cristalina, e ter atingido o grau ideal de tamanho. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica, por insetos e doenças que afetem suas características, não conter substancia terrosa, sujidades ou produto químico.
21	<b>MILHO DE PIPOCA.</b> Produto embalado em plástico atóxico, transparente e incolor, termos selada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas.
22	<b>MORANGA CABUTIÁ.</b> Cada unidade pesando em média 2 kg. Madura, de 1° qualidade, tamanha média, casca sã.

fl. 12/18

23	<b>MORANGO.</b> Produto de primeira qualidade, bandeja com 500g produto procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor. Com grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou por insetos que afetem suas características, não conter substância terrosa, sujidades, resíduos de produtos químicos e corpos estranhos aderentes à casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos.
24	<b>PIMENTÃO.</b> Produto procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo se apresentar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor próprios da variedades, apresentar grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou por insetos e doenças que afetem suas características.
25	<b>PINHÃO.</b> Produto de primeira qualidade, procedente de planta sadia, destinado ao consumo "in natura", devendo estar fresca e ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma.
26	<b>TOMATE.</b> Produto de primeira qualidade. Fruto procedente de planta sadia, destinado ao consumo "In Natura" ou como ingrediente na culinária, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal de tamanho, aroma, cor e sabor próprios de cada variedade, apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e conservar as condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Estar livre de quaisquer lesões de origem mecânica ou causadas por insetos e doenças. Não conter terra, sujidades, produtos químicos e corpos estranhos aderentes à superfície da casca, estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos, estarem livres de resíduos de fertilizantes. Isento de parasitas e larvas. Tamanho médio e uniforme. Ponto de maturação conforme orientação do Departamento Gestor.

fl. 13/18

**ANEXO IV – MODELO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA****CONTRATO Nº...../2014****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

O Município de Brunópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Armindo Leobet, nº 441, inscrita no CNPJ sob n.º 01.613.853/0001-61, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademil Antonio da Rosa, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal), com sede à Av. \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, (para grupo formal), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2014, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2014, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

fl. 14/18

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2014.

a. A entrega das mercadorias deverá ocorrer na Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Armindo Leobet, n.º 441, Centro, toda terça-feira, pelo período da manhã.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

DAP	Produto	Unid.	Quantidade	Preço	Valor Total

2. Nome do Agricultor Familiar: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

DAP	Produto	Unid.	Quantidade	Preço	Valor Total

3. (...)

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade 05.01 – Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto

Atividade 2.009 – Merenda Escolar

Modalidade 3390.00.00.00.1.60.0000 – Aplicações Diretas

Modalidade 3390.00.00.00.1.00.0000 – Aplicações Diretas

fl. 15/18

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

Caso o CONTRATANTE não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

fl. 16/18

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2014, pela Resolução CD/FNDE n.º 038/2009 e pela Lei n.º 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:**

É competente o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

fl. 17/18



Brunópolis, SC, ... de .... de 2.014

Ademir Antonio da Rosa,  
Prefeito Municipal.

.....,  
Contratada

**Testemunhas:**

Nome: .....

Nome:

CPF: .....

CPF: .....

\_\_\_\_\_  
Visto Jurídico

fl. 18/18

# Brusque

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.693, de 17 de Março de 2014

LEI nº 3.693, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais), para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 01	Administração	
Função: 04	Administração	
SubFunção: 122	Administração Geral	
Programa: 300	Administração SAMAE	
Projeto: 1193	Construção, Ampliação e Reforma da Sede Administrativa	
Despesa: 4.4.90.00.00.00-	Aplicações Diretas	
Recursos:		
Vínculo :		

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 01	Administração	
Função: 04	Administração	
SubFunção: 122	Administração Geral	
Programa: 300	Administração SAMAE	
Atividade: 2291	Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos	
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos:		
Vínculo:		

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 02	Técnica	
Função: 17	Saneamento	
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano	
Programa: 301	Sistema de Água	
Projeto: 1192	Contr , Ampliação e Ref Und. De Cap. E Elev.	
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos:		
Vínculo:		

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 02	Técnica	
Função: 17	Saneamento	
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano	
Programa: 0301	Sistema de Água	

Atividade: 2293	Operação e Manutenção do Sistema de Água	
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos:		
Vínculo:		

Art. 2º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151. da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

### Decreto Nº 7.396, de 17 de Março de 2014

DECRETO nº 7.396, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 3.693/14,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais), para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 01	Administração	
Função: 04	Administração	
SubFunção: 122	Administração Geral	
Programa: 300	Administração SAMAE	
Projeto: 1193	Construção, Ampliação e Reforma da Sede Administrativa	
Despesa: 4.4.90.00.00.00-	Aplicações Diretas	150.000,00
Recursos:		Próprios
Vínculo :		60.000

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 01	Administração	
Função: 04	Administração	
SubFunção: 122	Administração Geral	

Programa:	Administração SAMAE		
Atividade: 2291	Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	500.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000
Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 301	Sistema de Água		
Projeto: 1192	Contr , Ampliação e Ref Und. De Cap. E Elev.		
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.300.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 0301	Sistema de Água		
Atividade: 2293	Operação e Manutenção do Sistema de Água		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	565.000,00	
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	235.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000

Art. 2º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 7.396, de 17 de Março de 2014**

DECRETO nº 7.396, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 3.693/14,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais), para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 01	Administração		
Função: 04	Administração		
SubFunção: 122	Administração Geral		
Programa: 300	Administração SAMAE		
Projeto: 1193	Construção, Ampliação e Reforma da Sede Administrativa		
Despesa: 4.4.90.00.00.00-	Aplicações Diretas	150.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo :			60.000

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 01	Administração		
Função: 04	Administração		
SubFunção: 122	Administração Geral		
Programa: 300	Administração SAMAE		
Atividade: 2291	Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	500.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000
Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 301	Sistema de Água		
Projeto: 1192	Contr , Ampliação e Ref Und. De Cap. E Elev.		
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.300.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 02	Técnica		
Função: 17	Saneamento		
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano		
Programa: 0301	Sistema de Água		
Atividade: 2293	Operação e Manutenção do Sistema de Água		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	565.000,00	
Despesa: 4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	235.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo:			60.000

Art. 2º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 7.397, de 17 de Março de 2014**

DECRETO nº 7.397, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 5.217.749,53 (cinco milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos), para atender a programação abaixo especificada:

75.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal de Meio Ambiente
018.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundação
3.3.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
– Outras Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 500,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
004.121.0010.2015	Manutenção do Dpto. de Finanças e Contabilidade
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
– Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
004.122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.3.50.00	Transf. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.000,00
4.4.30.00	Transf. a Estados e Distrito Federal – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 54.000,00
006.452.0325.2303	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
3.3.50.00	Transf. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes
0.1.56.00	Convênio Trânsito Prefeitura
VALOR	R\$ 1.000,00
4.4.30.00	Transf. a Estados e Distrito Federal – Investimentos
0.1.56.00	Convênio Trânsito Prefeitura
VALOR	R\$ 54.400,00

30.00	Fundo Municipal de Assistência Social
30.001	Fundo Municipal de Assistência Social
008.244.0255.2328	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
– Outras Despesas Correntes	
0.1.52.10	Outras Transf. FNAS PSE/AC
VALOR	R\$ 1.600,00
008.244.0255.2329	Proteção Social Básica
3.3.50.00	Transf. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 269.249,53
40.00	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
40.001	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
023.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.24.54	Transf. de Convênios da União Outros
VALOR	R\$ 204.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 192.000,00
60.00	FUMREBOM – Fundo Mun. Reequip.
Corpo de Bombeiros	
60.001	FUMREBOM – Fundo Mun. Reequip.
Corpo de Bombeiros	
006.182.0150.1101	Instalações e Equipamentos p/Corpo de Bombeiros
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 400.000,00
70.00	Instituto Brusquense de Previdência
70.001	Instituto Brusquense de Previdência
009.272.0205.2315	Concessão de Benefícios Previdenciários
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.2.03.00	Contribuição para o RPPS
VALOR	R\$ 4.000.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.002	Fundo Munic. De Desenvolvimento Turístico
023.695.0170.2237	Infra – Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolvimento
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 192.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
018.451.0320.1002	Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.24.54	Transf. de Convênios da União Outros
VALOR	R\$ 204.000,00
75.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal de Meio Ambiente
018.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da

Fundema	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 500,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
004.121.0010.2015	Manutenção do Dpto. de Finanças e
Contabilidade	
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
004.122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 55.000,00
006.452.0325.2303	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas
Correntes	
0.1.56.00	Convênio Trânsito Prefeitura
VALOR	R\$ 55.400,00
30.00	Fundo Municipal de Assistência Social
30.001	Fundo Municipal de Assistência Social
008.244.0255.2328	Proteção Social Especial – Alta Com-
plexidade	
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas
Correntes	
0.1.52.10	Outras Transf. FNAS PSE/AC
VALOR	R\$ 1.600,00
008.244.0255.2329	Proteção Social Básica
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 269.249,53
70.00	Instituto Brusquense de Previdência
70.001	Instituto Brusquense de Previdência
009.997.0205.2316	Reserva do RPPS
7.7.99.00	Reserva do RPPA – Reserva Orçamen-
tária do RPPS	
0.2.03.00	Contribuição para o RPPS
VALOR	R\$ 4.000.000,00

II – superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº 4320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2012
		0.1.00.00	29.082,00
7000.13-7	CEF C/C	0.3.00.00	0,00
	CEF – FUNREBOM	0.1.00.00	257.086,82
153941-0	Poupança	0.3.00.00	303.279,97
		0.1.00.00	0,00
33.957-1	BB C/C	0.3.00.00	10.831,85
		0.1.00.00	8.557,32
24.384-5	BESC C/C	0.3.00.00	0,00
		0.1.00.00	294.726,14
TOTAL		0.3.00.00	314.111,82
TOTAL GERAL			608.837,96

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos a Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
DDO a Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	867,79
Restos a Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL GERAL		867,79

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	607.970,17
TOTAL		607.970,17

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

### Lei Nº 3.693, de 17 de Março de 2014

LEI nº 3.693, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais), para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 01	Administração	
Função: 04	Administração	
SubFunção: 122	Administração Geral	
Programa: 300	Administração SAMAE	
Projeto: 1193	Construção, Ampliação e Reforma da Sede Administrativa	
Despesa: 4.4.90.00.00.00-	Aplicações Diretas	
Recursos:		
Vínculo :		

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 01	Administração	
Função: 04	Administração	
SubFunção: 122	Administração Geral	
Programa: 300	Administração SAMAE	
Atividade: 2291	Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos	
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	
Recursos:		
Vínculo:		



Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 02	Técnica	
Função: 17	Saneamento	
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano	
Programa: 301	Sistema de Água	
Projeto: 1192	Contr , Ampliação e Ref Und. De Cap. E Elev.	
Despesa: 4.4.90.00.00.00		Aplicações Diretas
Recursos:		
Vínculo:		

Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 02	Técnica	
Função: 17	Saneamento	
SubFunção: 512	Saneamento Básico urbano	
Programa: 0301	Sistema de Água	
Atividade: 2293	Operação e Manutenção do Sistema de Água	
Despesa: 3.3.90.00.00.00		Aplicações Diretas
Despesa: 4.4.90.00.00.00		Aplicações Diretas
Recursos:		
Vínculo:		

Art. 2º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151. da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe de Gabinete

### Lei Nº 3.694, de 17 de Março de 2014

LEI nº 3.694, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 5.217.749,53 (cinco milhões, duzentos e dezessete mil, setecentos e quarenta e nove

reais e cinquenta e três centavos), para atender a programação abaixo especificada:

75.00	Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001	Fundação Municipal de Meio Ambiente
018.122.0160.2216	Manutenção Administrativa da Fundação
3.3.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
– Outras Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 500,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
004.121.0010.2015	Manutenção do Dpto. de Finanças e Contabilidade
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
– Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
004.122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.3.50.00	Transf. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.000,00
4.4.30.00	Transf. a Estados e Distrito Federal – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 54.000,00
006.452.0325.2303	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
3.3.50.00	Transf. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes
0.1.56.00	Convênio Trânsito Prefeitura
VALOR	R\$ 1.000,00
4.4.30.00	Transf. a Estados e Distrito Federal – Investimentos
0.1.56.00	Convênio Trânsito Prefeitura
VALOR	R\$ 54.400,00
30.00	Fundo Municipal de Assistência Social
30.001	Fundo Municipal de Assistência Social
008.244.0255.2328	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.91.00	Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos
– Outras Despesas Correntes	
0.1.52.10	Outras Transf. FNAS PSE/AC
VALOR	R\$ 1.600,00
008.244.0255.2329	Proteção Social Básica
3.3.50.00	Transf. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 269.249,53
40.00	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
023.695.0170.2255	Reforma e Manutenção do Teleférico
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas
Correntes	
0.1.24.54	Transf. de Convênios da União Outros
VALOR	R\$ 204.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 192.000,00
60.00	FUMREBOM – Fundo Mun. Reequip.
Corpo de Bombeiros	
60.001	FUMREBOM – Fundo Mun. Reequip.
Corpo de Bombeiros	
006.182.0150.1101	Instalações e Equipamentos p/Corpo de Bombeiros
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos



0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 400.000,00  
 70.00 Instituto Brusquense de Previdência  
 70.001 Instituto Brusquense de Previdência  
 009.272.0205.2315 Concessão de Benefícios Previdenciários  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas  
 Correntes  
 0.2.03.00 Contribuição para o RPPS  
 VALOR R\$ 4.000.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

10.00 Secretaria Municipal de Turismo  
 10.002 Fundo Munic. De Desenvolvimento Turístico  
 023.695.0170.2237 Infra – Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolvimento  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 192.000,00  
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 018.451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos  
 0.1.24.54 Transf. de Convênios da União Outros  
 VALOR R\$ 204.000,00  
 75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente  
 75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente  
 018.122.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundação  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 500,00  
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 004.121.0010.2015 Manutenção do Dpto. de Finanças e Contabilidade  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 40.000,00  
 004.122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 55.000,00  
 006.452.0325.2303 Secretaria de Trânsito e Mobilidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.56.00 Convênio Trânsito Prefeitura  
 VALOR R\$ 55.400,00  
 30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 008.244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas  
 Correntes  
 0.1.52.10 Outras Transf. FNAS PSE/AC  
 VALOR R\$ 1.600,00  
 008.244.0255.2329 Proteção Social Básica  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas

Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 269.249,53  
 70.00 Instituto Brusquense de Previdência  
 70.001 Instituto Brusquense de Previdência  
 009.997.0205.2316 Reserva do RPPS  
 7.7.99.00 Reserva do RPPA – Reserva Orçamentária do RPPS  
 0.2.03.00 Contribuição para o RPPS  
 VALOR R\$ 4.000.000,00

II – superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº 4320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2012
7000.13-7	CEF C/C	0.1.00.00 0.3.00.00	29.082,00 0,00
153941-0	CEF – FUNREBOM Poupança	0.1.00.00 0.3.00.00	257.086,82 303.279,97
33.957-1	BB C/C	0.1.00.00 0.3.00.00	0,00 10.831,85
24.384-5	BESC C/C	0.1.00.00 0.3.00.00	8.557,32 0,00
		0.1.00.00 0.3.00.00	294.726,14 314.111,82
TOTAL			
TOTAL GERAL			608.837,96

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos a Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
DDO a Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	867,79
Restos a Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL GERAL		867,79

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	607.970,17
TOTAL		607.970,17

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
 Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON  
 Chefe de Gabinete

### Lei Nº 3.695, de 18 de Março de 2014

LEI nº 3.695, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Institui o "Dia do Outubro Rosa", no Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Brusque, o Dia Municipal do Outubro Rosa, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

### **Lei Nº 3.696, 18 de Março de 2014**

LEI nº 3.696, 18 DE MARÇO DE 2014.

Institui o mês "Novembro Azul", dedicado à ações educativas para prevenção da saúde do homem, no Município de Brusque/SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Brusque/SC, o mês "Novembro Azul", dedicado à realização de ações educativas para prevenção da saúde do homem.

Art. 2º No mês "Novembro Azul" serão realizadas ações educativas para o combate às doenças, priorizando o tratamento das doenças do homem e sua prevenção.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

## **Caçador**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 5.938 - Designa Comissão Especial de Licitação Para Concessão do Transporte Coletivo.**

DECRETO Nº 5.938, de 21 de março de 2014.

Designa Comissão Especial de Licitação para Concessão do Transporte Coletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais SAMARA APARECIDA ROARIS, CAROLINA FRUET DE LIMA, GIANNI LUCIO PARIZOTTO, JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER e MARIA APARECIDA BOSCATTO, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de Licitação para Concessão do Transporte Coletivo no Município de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

#### **Audiência Pública Nº 01/2014 Transporte Coletivo do Município de Caçador - SC**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014

PROCESSO LICITATÓRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE OUTORGA

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC em conjunto com a Comissão Especial de Licitação para Concessão do Transporte Coletivo constituída através do Decreto nº 5938, de 21 de março de 2013, comunica que estará realizando Audiência Pública, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 9784/99 e art. 39 da Lei Federal nº 8666/93, objetivando dar conhecimento à população do Plano de Outorga para concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano do Município de Caçador/SC.

A realização de Audiência Pública obedecerá ao disposto neste EDITAL.

Caberá a responsabilidade pela organização e realização da Audiência Pública ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, o qual seguirá os seguintes procedimentos:

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC disponibilizará para consulta, no site do Município de Caçador, o material a ser exposto na Audiência Pública, até 5 (cinco) dias antes da data marcada para a realização da mesma; O prazo para inscrição dos interessados na participação dos debates públicos expira às 19h00min (dezenove) horas da data da audiência pública, e deverá ser procedida junto ao O Instituto de

Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, na Avenida Santa Catarina nº 195, na cidade de Caçador – Santa Catarina; A inscrição para uso da palavra se dará mediante preenchimento de ficha de inscrição disponível no local de realização da audiência das 18h00min (dezoito) horas às 19h00min (dezenove) horas;

IV. O registro da Audiência Pública será em ata específica, de acordo com a pauta prevista, contendo, principalmente, os questionamentos formulados, as respostas oferecidas aos mesmos, assim como os demais esclarecimentos prestados;

V. O comando e a direção da Audiência Pública é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, que deverá indicar um responsável para presidir os trabalhos e encaminhar as conclusões apuradas à Relatoria do IPPUC;

VI. A ata, depois de devidamente confeccionada, conferida e assinada pelos membros da mesa dos trabalhos será publicada;

VII. A audiência pública compor-se-á das seguintes etapas:

a) Abertura e Explicação Inicial – A abertura será realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC;

b) Exposição da Matéria – A exposição da matéria é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC ou pessoa por ela indicada, que de forma clara e objetiva, dará ciência do Plano de Outorga do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Caçador aos presentes;

c) Audiência Pública – Constituir-se-á no momento em que a palavra é dada aos participantes da Audiência Pública, devidamente inscritos, para que exponham seus questionamentos ou opiniões pessoais e institucionais para registro em ata;

d) Avaliação Final e Encaminhamento dos Questionamentos e Esclarecimentos Prestados – A avaliação final e o encaminhamento dos questionamentos, assim como dos demais esclarecimentos prestados é de responsabilidade da Presidência do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC;

e) Tempo de duração da Audiência Pública – A duração da audiência será de até 02 (duas) horas, podendo ser prorrogada por, no máximo, mais 30 (trinta) minutos a critério do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC;

f) O participante no uso da palavra deverá limitar-se ao tema objeto da presente Audiência Pública e disporá, para tanto, de até 5 (cinco) minutos, prorrogáveis por mais 3 (três) minutos, a juízo da presidência dos trabalhos, não podendo ser apartado;

g) Caso o participante se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, a presidência dos trabalhos poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto;

h) Os membros da Comissão Especial de Licitação para Concessão do Transporte Coletivo, assim como os representantes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC poderão manifestar-se estritamente sobre o assunto exposto ou colocações feitas por participantes, pelo prazo de dez minutos, cuja inscrição se dará no momento do debate, através de solicitação ao Presidente dos trabalhos.

VIII - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos e definidos pela Comissão Especial de Licitação para Concessão do Transporte Coletivo em conjunto com a presidência dos trabalhos.

A Audiência Pública para dar conhecimento à população do Plano de Outorga para licitação dos Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano do Município de Caçador, realizar-se-á no dia 14

de Abril de 2014, às 19h00min (dezenove horas), no Plenário Joaquim Sclaro (Plenarinho), junto à Câmara Municipal de Vereadores de Caçador, localizado na Rua Fernando Machado, nº 139, Centro, Caçador, SC.

Caçador, 21 de março de 2014.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC  
Presidente da Comissão Especial de Licitação para Concessão do Transporte Coletivo

## IPASC

### Portaria N.º 692, de 18 de Março de 2014

PORTARIA n.º 692, de 18 de março de 2014.

Encerra benefício do Servidor inativo VILMAR LEZAN.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria do Servidor inativo VILMAR LEZAN, Matrícula 3320, concedido pela Portaria nº 685, de 24 de fevereiro de 2014, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 16/03/2014, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 18 de março de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

### Portaria N.º 690, de 12 de Março de 2014.

PORTARIA n.º 690, de 12 de março de 2014.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, no uso das atribuições legais da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, nos termos do § 2º, do art. 32,

#### RESOLVEM:

Art. 1º Contratar a estagiária ANGELA CRISTINA MATTOS DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob nº 091.428.849-00, portadora do RG nº 5.546.432-7, aluna do Curso de Direito da Universidade do Rio do Peixe, de Caçador, no período de 11 de março de 2014 a 11 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 12 de março de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

### Portaria Nº 689, de 11 de Março de 2014

PORTARIA nº 689, de 11 de março de 2014.

Redistribui cotas de pensão.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso da atribuição que lhes confere o art. 40 da Lei Complementar nº 93, de 29 de dezembro de 2006, RESOLVEM:

Art. 1º Redistribuir as cotas do benefício de pensão por morte, concedido pela Portaria nº 039, de 20 de abril de 2004, aos pensionistas DEJANIRA ALVES DOS SANTOS, JODECIR BATISTA DOS SANTOS e JULIANO BATISTA DOS SANTOS, conforme datas a seguir:

#### I – VALOR TOTAL DA PENSÃO E COTAS ATÉ 08/06/2009:

NOME PEN-SIONISTA	DATA NASCIMENTO	DATA CESSAÇÃO BENEFÍCIO	VALOR COTA DO BENEFÍCIO NA DATA CESSAÇÃO
DEJANIRA ALVES DOS SANTOS	08/06/1988	08/06/2009	R\$ 220,57
JODECIR BATISTA DOS SANTOS	20/11/1991	20/11/2012	R\$ 220,57
JULIANO BATISTA DOS SANTOS	18/06/1993	18/06/2014	R\$ 220,57
VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO EM 08/06/2009: R\$ 661,71			

#### II – VALOR TOTAL DA PENSÃO DE R\$ 661,71, A PARTIR DE 08/06/2009 E DISTRIBUÍDAS NAS SEGUINTE COTAS:

NOME PEN-SIONISTA	DATA NASCIMENTO	DATA CESSAÇÃO BENEFÍCIO	VALOR COTA DO BENEFÍCIO NA DISTRIBUIÇÃO	VALOR COTA DO BENEFÍCIO NA DATA CESSAÇÃO
JODECIR BATISTA DOS SANTOS	20/11/1991	20/11/2012	R\$ 330,85	R\$ 402,54
JULIANO BATISTA DOS SANTOS	18/06/1993	18/06/2014	R\$ 330,85	R\$ 402,54

VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO EM 20/11/2012: R\$ 805,08

#### III – VALOR TOTAL DA PENSÃO DE R\$ 805,08, A PARTIR DE 20/11/2012 E DISTRIBUÍDA NA SEGUINTE COTA:

NOME PEN-SIONISTA	DATA NASCIMENTO	DATA CESSAÇÃO BENEFÍCIO	VALOR COTA DO BENEFÍCIO NA DATA DISTRIBUIÇÃO
JULIANO BATISTA DOS SANTOS	18/06/1993	18/06/2014	R\$ 805,08
VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO EM 20/11/2012: R\$ 805,08			

Art. 2º Ao valor do benefício da pensão de R\$ 805,08 (oitocentos e cinco reais e oito centavos), atualizado até 20/11/2012, aplica-se o reajuste de 6,20% em 01/01/2013, concedido pela Portaria nº 563, de 13/01/2013, resultando em R\$ 855,00 (oitocentos e

cinquenta e cinco reais), e sobre este valor aplica-se o reajuste de 5,56%, concedido pela Portaria nº 670, de 13/01/2014, passando o benefício da pensão em 01 de janeiro de 2014 a ser de R\$ 902,54 (novecentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 11 de março de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

### Contrato Nº 02/2014 - 2º Aditamento ao Contrato Nº 04/2012

Contrato nº 02/2014 - 2º Aditamento ao Contrato nº 04/2012  
Data do processo: 19/01/2012. Pregão Presencial 01/2012 - Processo de Licitação 01/2012.

Objeto: PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA PAGTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, RH, PATRIMÔNIO PÚBLICO, TESOURARIA, PROTOCOLO, EM AMBIENTE WINDOWS, DO IPASC. Contratada: Betha Sistemas Ltda. PRAZO: 1 ano. VALOR: R\$ 29.902,08. Caçador, 15/02/2014. Eliete Catarina D'Agostini, Diretora Presidente do IPASC, em exercício. Ernesto Muniz de Souza Jr., Betha Sistemas Ltda.



# Camboriú

## PREFEITURA

### PR 8/14 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2014-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE IMPRESSOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, SAMU, ASSISTÊNCIA SOCIAL, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CEDIT, PRONTO ATENDIMENTO E ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 08 (Oito) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 21 de Março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 1.814/2014

DECRETO N.º 1.814/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal da Cultura.

Órgão: 13 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Sub-função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0004 – Gestão de Apoio ao Desenv. do Turismo e Cultura

Atividade: 2.055 – Manutenção da Fundação Municipal da Cultura

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 06

VALOR: R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância.

Órgão: 13 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Sub-função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0004 – Gestão de Apoio ao Desenv. do Turismo e Cultura

Atividade: 2.055 – Manutenção da Fundação Municipal da Cultura

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 – Transf. A Inst. Priv. sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 1.0000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 05

VALOR: R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 05 de março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### Decreto N.º 1.819/2014

DECRETO N.º 1.819/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 950.609,05 (novecentos e cinquenta mil, seiscentos e nove reais e cinco centavos) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 1.009 – Invest. na Const. e Reformas de Centros de Educ. Infantil  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0022 – Transferências de Convênio - Educação  
Código Reduzido: 02  
VALOR: R\$ 950.609,05

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos do convênio PAC 203092/2012 com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para edificação de uma creche/pré-escola Tipo "B" Programa Pró Infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 12 de março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

#### **Decreto N.º 1.820/2014**

DECRETO N.º 1.820/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.978.000,00 (dois milhões novecentos e setenta e oito mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde  
Sub-função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 1.006 – Investimentos na Construção e Reformas de Unidades de Saúde  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0023 – Transferência de Convênios - Saúde  
Código Reduzido: 02  
VALOR: R\$ 2.978.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do convênio com o Ministério da Saúde – MS/PAC liberado por meio do Sistema de Monitoramento de Obras - SISMOB, Portaria n.º 340/2013, a ser apurado no exercício corrente, na mesma

importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 12 de março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

#### **Decreto N.º 1.821/2014**

DECRETO N.º 1.821/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 422.261,19 (quatrocentos e vinte dois mil duzentos e sessenta e um reais e dezenove centavos) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde  
Sub-função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 1.006 – Investimentos na Construção e Reformas de Unidades de Saúde  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 3.0002 – Receitas de Impostos e de Transferências

Código Reduzido: 43  
VALOR: R\$ 250.261,19

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 2.023 – Manut. do Bloco de Assist. Farmacêutica - Medicamentos

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 3.0002 – Receitas de Impostos e de



Transferências

Código Reduzido: 52

VALOR: R\$ 172.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o superávit financeiro de recursos ordinários de exercícios anteriores, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 12 de março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.827/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DECRETO N.º 1.827/2014

Dispõe sobre o encerramento do Programa Farmácia Popular do Brasil no Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 1.720/2006 autorizou o Município a firmar convênio para adesão ao Programa Farmácia Popular do Brasil;

CONSIDERANDO que o Município já possui uma Farmácia Municipal, onde os medicamentos são distribuídos gratuitamente, fato este que não ocorre por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil, o qual se utiliza do sistema de venda de medicamentos;

CONSIDERANDO que o citado Programa pode ser executado exclusivamente por meio de convênios com as farmácias já existentes na rede privada, de modo a evitar os custos oriundos da manutenção da Farmácia Popular do Brasil subsidiada pelo Município, atendendo, assim, o Princípio Constitucional da Eficiência e o Princípio da Economicidade que norteia o gestor público;

DECRETA:

Art. 1º Fica encerrado o Programa Farmácia Popular do Brasil no Município de Camboriú, nos termos da Portaria n.º 1.507, de 24 de junho de 2013 do Ministério da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 19 de março de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **Ata de Registro de Preços PR 11/2014 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 011/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 008/2014 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ESCOLAR PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 20/03/2015  
1ª Publicação.

Anexos LRF - RREO 1º Bimestre - 2014

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		121.063.500,00	121.063.500,00	27.521.728,85	22,73	27.521.728,85	93.541.771,15	
RECEITAS CORRENTES		120.540.500,00	120.540.500,00	26.923.466,50	22,34	26.923.466,50	93.617.033,50	
RECEITA TRIBUTÁRIA		22.996.000,00	22.996.000,00	8.332.733,90	36,24	8.332.733,90	14.663.266,10	
IMPOSTOS		14.820.000,00	14.820.000,00	6.504.277,86	43,89	6.504.277,86	8.315.722,14	
TAXAS		8.166.000,00	8.166.000,00	1.828.456,04	22,39	1.828.456,04	6.337.543,96	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.738.500,00	3.738.500,00	757.990,61	20,28	757.990,61	2.980.509,39	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.848.500,00	1.848.500,00	323.399,91	17,50	323.399,91	1.525.100,09	
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		1.890.000,00	1.890.000,00	434.590,70	22,99	434.590,70	1.455.409,30	
RECEITA PATRIMONIAL		922.000,00	922.000,00	562.755,01	61,04	562.755,01	359.244,99	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		922.000,00	922.000,00	562.755,01	61,04	562.755,01	359.244,99	
RECEITA DE SERVIÇOS		9.726.000,00	9.726.000,00	1.657.065,57	17,04	1.657.065,57	8.068.934,43	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		78.326.000,00	78.326.000,00	13.970.159,16	17,84	13.970.159,16	64.355.840,84	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		78.219.000,00	78.219.000,00	13.970.028,88	17,86	13.970.028,88	64.248.971,12	
Transf. de Pessoas		0,00	0,00	130,28	0,00	130,28	-130,28	
Transf. de Conv.		107.000,00	107.000,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		4.832.000,00	4.832.000,00	1.642.762,25	34,00	1.642.762,25	3.189.237,75	
Multas e Juros de Mora		713.000,00	713.000,00	281.146,08	39,43	281.146,08	431.853,92	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		43.000,00	43.000,00	6.522,70	15,17	6.522,70	36.477,30	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		3.950.000,00	3.950.000,00	1.319.896,79	33,42	1.319.896,79	2.630.103,21	
RECEITAS DIVERSAS		126.000,00	126.000,00	35.196,68	27,93	35.196,68	90.803,32	
RECEITAS DE CAPITAL		523.000,00	523.000,00	598.262,35	114,39	598.262,35	-75.262,35	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		521.000,00	521.000,00	598.262,35	114,83	598.262,35	-77.262,35	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		521.000,00	521.000,00	598.262,35	114,83	598.262,35	-77.262,35	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		2.436.500,00	2.436.500,00	404.964,08	16,62	404.964,08	2.031.535,92	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		2.436.500,00	2.436.500,00	404.964,08	16,62	404.964,08	2.031.535,92	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		2.211.500,00	2.211.500,00	382.199,90	17,28	382.199,90	1.829.300,10	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		2.211.500,00	2.211.500,00	382.199,90	17,28	382.199,90	1.829.300,10	
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS		225.000,00	225.000,00	22.764,18	10,12	22.764,18	202.235,82	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		123.500.000,00	123.500.000,00	27.926.692,93	22,61	27.926.692,93	95.573.307,07	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>123.500.000,00</b>	<b>123.500.000,00</b>	<b>27.926.692,93</b>	<b>22,61</b>	<b>27.926.692,93</b>	<b>22,61</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>123.500.000,00</b>	<b>123.500.000,00</b>	<b>27.926.692,93</b>	<b>22,61</b>	<b>27.926.692,93</b>	<b>22,61</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>2.492.728,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>93.388,34</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	2.492.728,00	—	—	93.388,34	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>121.063.500,00</b>	<b>13.874.628,00</b>	<b>134.938.128,00</b>	<b>35.805.320,06</b>	<b>35.805.320,06</b>	<b>14.329.846,84</b>	<b>14.329.846,84</b>	<b>10,62</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>108.931.800,00</b>	<b>1.183.110,00</b>	<b>110.114.910,00</b>	<b>32.204.915,51</b>	<b>32.204.915,51</b>	<b>13.667.276,93</b>	<b>13.667.276,93</b>	<b>12,41</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.068.400,00	340,00	65.068.740,00	9.445.633,23	9.445.633,23	9.394.972,49	9.394.972,49	14,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	60.202,23	60.202,23	54.743,04	54.743,04	10,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.363.400,00	1.182.770,00	44.546.170,00	22.689.080,05	22.689.080,05	4.217.561,40	4.217.561,40	9,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.031.700,00</b>	<b>12.691.518,00</b>	<b>22.723.218,00</b>	<b>3.600.404,55</b>	<b>3.600.404,55</b>	<b>662.569,91</b>	<b>662.569,91</b>	<b>2,92</b>
INVESTIMENTOS	8.331.700,00	12.691.518,00	21.023.218,00	3.283.181,05	3.283.181,05	373.021,52	373.021,52	1,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00	317.223,50	317.223,50	289.548,39	289.548,39	17,03
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>2.436.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.436.500,00</b>	<b>597.715,67</b>	<b>597.715,67</b>	<b>419.175,92</b>	<b>419.175,92</b>	<b>17,20</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.211.500,00	0,00	2.211.500,00	396.115,67	396.115,67	396.115,67	396.115,67	17,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	225.000,00	0,00	225.000,00	201.600,00	201.600,00	23.060,25	23.060,25	10,25

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.436.500,00	0,00	2.436.500,00	597.715,67	597.715,67	419.175,92	419.175,92	17,20
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	123.500.000,00	13.874.628,00	137.374.628,00	36.403.035,73	36.403.035,73	14.749.022,76	14.749.022,76	10,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)								
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	123.500.000,00	13.874.628,00	137.374.628,00	36.403.035,73	36.403.035,73	14.749.022,76	14.749.022,76	10,74
SUPERÁVIT (XIII)								
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	123.500.000,00	13.874.628,00	137.374.628,00	36.403.035,73	36.403.035,73	14.749.022,76	14.749.022,76	10,74

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 759.490,05

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6
---	--	--

Kaita HelenTestoni  
Controladoria

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	17.861.000,00	17.861.000,00	7.699.798,10	43,11
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	4.308.715,67	71,81
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.000.000,00	5.000.000,00	1.528.783,58	30,58
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.500.000,00	3.500.000,00	641.314,88	18,32
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	25.463,73	7,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.000,00	31.000,00	146.054,65	471,14
Dívida Ativa dos Impostos	2.950.000,00	2.950.000,00	1.048.986,24	35,56
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	60.000,00	60.000,00	479,35	0,80
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	41.400.000,00	41.400.000,00	7.258.564,44	17,53
Cota-Parte FPM	27.000.000,00	27.000.000,00	4.920.097,05	18,22
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	448,02	4,48
Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	582.745,43	13,87
Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.722.330,08	17,22
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	25.613,30	18,30
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	50.000,00	50.000,00	7.330,56	14,66
Desoneração ICMS (LC 87/96)	50.000,00	50.000,00	7.330,56	14,66
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>59.261.000,00</b>	<b>59.261.000,00</b>	<b>14.958.362,54</b>	<b>25,24</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	7.375.000,00	7.375.000,00	1.323.492,75	17,95
Provenientes da União	6.814.000,00	6.814.000,00	1.249.706,20	18,34
Provenientes dos Estados	561.000,00	561.000,00	73.786,55	13,15
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>7.375.000,00</b>	<b>7.375.000,00</b>	<b>1.323.492,75</b>	<b>17,95</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	19.714.000,00	20.404.200,00	4.145.133,61	20,32	2.295.194,95	11,25
Pessoal e Encargos Sociais	12.333.000,00	12.333.000,00	1.883.986,78	15,28	1.872.986,78	15,19
Outras Despesas Correntes	7.381.000,00	8.071.200,00	2.261.146,83	28,02	422.208,17	5,23
DESPESAS DE CAPITAL	513.000,00	1.474.128,00	286.667,88	19,45	35.418,47	2,40
Investimentos	513.000,00	1.474.128,00	286.667,88	19,45	35.418,47	2,40

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		513.000,00	1.474.128,00	286.667,88	19,45	35.418,47	2,40
Investimentos		513.000,00	1.474.128,00	286.667,88	19,45	35.418,47	2,40
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		20.227.000,00	21.878.328,00	4.431.801,49	20,26	2.330.613,42	10,65
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IVh)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		7.375.000,00	8.809.200,00	1.418.847,90	32,02	665.095,60	28,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		7.375.000,00	8.809.200,00	1.418.847,90	32,02	665.095,60	28,54
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		7.375.000,00	8.809.200,00	1.418.847,90	32,02	665.095,60	28,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		12.852.000,00	13.069.128,00	3.012.953,59	-11,76	1.665.517,82	-17,88
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]							
-578.236,56							

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013		0,00	0,00	0,00	170.064,36	-170.064,36	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	170.064,36	-170.064,36	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO		
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-	-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	17.955.000,00	19.389.128,00	3.702.544,87	83,54	2.133.460,46	91,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.622.000,00	1.800.000,00	503.512,30	11,36	112.337,26	4,82
Vigilância Epidemiológica	650.000,00	689.200,00	225.744,32	5,09	84.815,70	3,64
TOTAL	20.227.000,00	21.878.328,00	4.431.801,49	100,00	2.330.613,42	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i) - (15 \times Ilb)/100$

Continua 3/4



Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Camboriú, 21/03/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

Kaita HelenTestoni  
Controladoria

Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

Município de Camboriú - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	123.500.000,00	
Previsão Atualizada		—	123.500.000,00	
Receitas Realizadas		27.926.692,93	27.926.692,93	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	93.388,34	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	123.500.000,00	
Créditos Adicionais		—	13.874.628,00	
Dotação Atualizada		—	137.374.628,00	
Despesas Empenhadas		36.403.035,73	36.403.035,73	
Despesas Liquidadas		14.749.022,76	14.749.022,76	
Superavit Orçamentário		—	13.177.670,17	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		36.403.035,73	36.403.035,73	
Despesas Liquidadas		14.749.022,76	14.749.022,76	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			128.293.250,39	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.001.014,34	1.001.014,34	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		241.524,29	241.524,29	
Liquidadas		241.524,29	241.524,29	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		759.490,05	759.490,05	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-505.368,36	-11.290.643,67	2.234,14
Resultado Primário		1.276.000,00	12.959.206,59	1.015,61
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	667.145,00	80,00	666.887,45	177,55
EXECUTIVO	638.204,96	80,00	638.124,96	0,00
LEGISLATIVO	28.940,04	0,00	28.762,49	177,55
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.343.364,38	0,00	1.604.731,84	3.738.632,54
EXECUTIVO	4.966.315,47	0,00	1.498.284,98	3.468.030,49
LEGISLATIVO	377.048,91	0,00	106.446,86	270.602,05
TOTAL:	6.010.509,38	80,00	2.271.619,29	3.738.810,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		863.460,61	25%	5,77
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.756.992,20	60%	61,64
Liquidadas		5.506.471,12		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito			0,00	1.000,00	
Despesa de Capital Líquida			662.569,91	22.060.648,09	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	1.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.665.517,82	15,00	11,13	
Liquidadas		1.665.517,82			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Camboriú, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	121.063.500,00	134.938.128,00	35.805.320,06	35.805.320,06	14.329.846,84	14.329.846,84	97,16	10,62
Legislativa	3.479.500,00	3.479.500,00	460.637,07	460.637,07	326.481,80	326.481,80	2,21	9,38
Ação Legislativa	3.479.500,00	3.479.500,00	460.637,07	460.637,07	326.481,80	326.481,80	2,21	9,38
Judiciária	519.000,00	619.000,00	296.516,68	296.516,68	294.961,57	294.961,57	2,00	47,65
Ação Judiciária	201.000,00	201.000,00	193.956,81	193.956,81	193.956,81	193.956,81	1,32	96,50
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	318.000,00	418.000,00	102.559,87	102.559,87	101.004,76	101.004,76	0,68	24,16
Administração	10.804.900,00	11.106.700,00	4.787.258,48	4.787.258,48	1.456.776,62	1.456.776,62	9,88	13,12
Administração Geral	8.642.900,00	8.880.900,00	4.065.333,46	4.065.333,46	1.164.030,19	1.164.030,19	7,89	13,11
Administração Financeira	1.576.000,00	1.639.800,00	389.890,76	389.890,76	192.567,46	192.567,46	1,31	11,74
Normalização e Fiscalização	158.000,00	158.000,00	32.997,42	32.997,42	30.907,42	30.907,42	0,21	19,56
Comunicação Social	428.000,00	428.000,00	299.036,84	299.036,84	69.271,55	69.271,55	0,47	16,18
Segurança Pública	824.500,00	1.224.500,00	184.219,11	184.219,11	44.299,17	44.299,17	0,30	3,62
Policimento	495.500,00	495.500,00	113.238,62	113.238,62	22.381,98	22.381,98	0,15	4,52
Defesa Civil	329.000,00	729.000,00	70.980,49	70.980,49	21.917,19	21.917,19	0,15	3,01
Assistência Social	4.296.500,00	4.439.500,00	1.824.465,01	1.824.465,01	587.596,00	587.596,00	3,98	13,24
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.125.000,00	1.125.000,00	1.033.511,00	1.033.511,00	138.015,20	138.015,20	0,94	12,27
Assistência Comunitária	3.171.500,00	3.314.500,00	790.954,01	790.954,01	449.580,80	449.580,80	3,05	13,56
Previdência Social	2.400.000,00	2.400.000,00	317.947,41	317.947,41	241.524,29	241.524,29	1,64	10,06
Previdência do Regime Estatutário	2.400.000,00	2.400.000,00	317.947,41	317.947,41	241.524,29	241.524,29	1,64	10,06
Saúde	21.607.000,00	23.258.328,00	5.131.134,97	5.131.134,97	2.300.973,41	2.300.973,41	15,60	9,89
Atenção Básica	17.735.000,00	19.169.128,00	3.657.298,89	3.657.298,89	2.103.820,45	2.103.820,45	14,26	10,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.622.000,00	1.800.000,00	503.512,30	503.512,30	112.337,26	112.337,26	0,76	6,24
Vigilância Epidemiológica	650.000,00	689.200,00	225.744,32	225.744,32	84.815,70	84.815,70	0,58	12,31
Alimentação e Nutrição	1.600.000,00	1.600.000,00	744.579,46	744.579,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	41.289.000,00	42.418.800,00	8.048.776,59	8.048.776,59	5.245.453,29	5.245.453,29	35,56	12,37
Ensino Fundamental	25.275.000,00	26.404.800,00	5.690.171,35	5.690.171,35	2.959.424,30	2.959.424,30	20,07	11,21
Educação Infantil	15.953.000,00	15.953.000,00	2.358.605,24	2.358.605,24	2.286.028,99	2.286.028,99	15,50	14,33
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	835.500,00	899.300,00	127.748,60	127.748,60	99.671,56	99.671,56	0,68	11,08
Difusão Cultural	835.500,00	899.300,00	127.748,60	127.748,60	99.671,56	99.671,56	0,68	11,08

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b> Urbanismo Infra-Estrutura Urbana Serviços Urbanos Habitação Habitação Urbana Saneamento Saneamento Básico Urbano Gestão Ambiental Preservação e Conservação Ambiental Agricultura Extensão Rural Comércio e Serviços Turismo Desporto e Lazer Desporto Comunitário Encargos Especiais Serviço da Dívida Interna Outros Encargos Especiais RESERVA DE CONTINGÊNCIA	121.063.500,00	134.938.128,00	35.805.320,06	35.805.320,06	14.329.846,84	14.329.846,84	97,16	120.608.281,16
	10.890.500,00	20.812.600,00	4.940.809,89	4.940.809,89	890.342,19	890.342,19	6,04	19.922.257,81
	9.907.000,00	19.719.100,00	4.748.983,75	4.748.983,75	768.578,83	768.578,83	5,21	18.950.521,17
	983.500,00	1.093.500,00	191.826,14	191.826,14	121.763,36	121.763,36	0,83	971.736,64
	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
	14.485.000,00	14.485.000,00	7.304.141,63	7.304.141,63	1.914.954,54	1.914.954,54	12,98	12.570.045,46
	14.485.000,00	14.485.000,00	7.304.141,63	7.304.141,63	1.914.954,54	1.914.954,54	12,98	12.570.045,46
	536.500,00	575.500,00	78.339,07	78.339,07	56.848,10	56.848,10	0,39	518.651,90
	536.500,00	575.500,00	78.339,07	78.339,07	56.848,10	56.848,10	0,39	518.651,90
	1.065.000,00	1.065.000,00	237.091,07	237.091,07	175.353,81	175.353,81	1,19	889.646,19
	1.065.000,00	1.065.000,00	237.091,07	237.091,07	175.353,81	175.353,81	1,19	889.646,19
	1.084.100,00	1.144.100,00	124.490,70	124.490,70	48.436,33	48.436,33	0,33	1.095.663,67
	1.084.100,00	1.144.100,00	124.490,70	124.490,70	48.436,33	48.436,33	0,33	1.095.663,67
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b> Legislativa Ação Legislativa Judiciária Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário Administração Administração Geral Administração Financeira Normalização e Fiscalização Comunicação Social	2.436.500,00	2.436.500,00	597.715,67	597.715,67	419.175,92	419.175,92	2,84	2.017.324,08
	20.500,00	20.500,00	3.688,47	3.688,47	2.984,54	2.984,54	0,02	17.515,46
	20.500,00	20.500,00	3.688,47	3.688,47	2.984,54	2.984,54	0,02	17.515,46
	3.500,00	3.500,00	298,68	298,68	298,68	298,68	0,00	3.201,32
	3.500,00	3.500,00	298,68	298,68	298,68	298,68	0,00	3.201,32
	126.500,00	126.500,00	42.110,07	42.110,07	16.110,55	16.110,55	0,11	110.389,45
	90.000,00	90.000,00	37.108,02	37.108,02	11.108,50	11.108,50	0,08	78.891,50
	34.000,00	34.000,00	4.773,41	4.773,41	4.773,41	4.773,41	0,03	29.226,59
	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	2.000,00	2.000,00	228,64	228,64	228,64	228,64	0,00	1.771,36

Continua 2/4



Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	2.436.500,00	2.436.500,00	597.715,67	597.715,67	419.175,92	419.175,92	2,84	17,20
Assistência Social	41.000,00	41.000,00	7.175,95	7.175,95	6.052,05	6.052,05	0,04	14,76
Assistência Comunitária	41.000,00	41.000,00	7.175,95	7.175,95	6.052,05	6.052,05	0,04	14,76
Saúde	220.000,00	220.000,00	45.245,98	45.245,98	29.640,01	29.640,01	0,20	13,47
Atenção Básica	220.000,00	220.000,00	45.245,98	45.245,98	29.640,01	29.640,01	0,20	13,47
Educação	1.825.000,00	1.825.000,00	453.385,22	453.385,22	341.075,98	341.075,98	2,31	18,69
Ensino Fundamental	1.145.000,00	1.145.000,00	303.498,81	303.498,81	231.617,33	231.617,33	1,57	20,23
Educação Infantil	680.000,00	680.000,00	149.886,41	149.886,41	109.458,65	109.458,65	0,74	16,10
Cultura	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	125.000,00	125.000,00	15.252,73	15.252,73	15.252,73	15.252,73	0,10	12,20
Infra-Estrutura Urbana	110.000,00	110.000,00	13.025,71	13.025,71	13.025,71	13.025,71	0,09	11,84
Serviços Urbanos	15.000,00	15.000,00	2.227,02	2.227,02	2.227,02	2.227,02	0,02	14,85
Saneamento	15.000,00	15.000,00	2.025,73	2.025,73	2.025,73	2.025,73	0,01	13,50
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	2.025,73	2.025,73	2.025,73	2.025,73	0,01	13,50
Gestão Ambiental	2.000,00	2.000,00	600,00	600,00	279,03	279,03	0,00	13,95
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	2.000,00	600,00	600,00	279,03	279,03	0,00	13,95
Agricultura	16.000,00	16.000,00	2.351,24	2.351,24	2.351,24	2.351,24	0,02	14,70
Extensão Rural	16.000,00	16.000,00	2.351,24	2.351,24	2.351,24	2.351,24	0,02	14,70
Comércio e Serviços	7.000,00	7.000,00	581,60	581,60	581,60	581,60	0,00	8,31
Turismo	7.000,00	7.000,00	581,60	581,60	581,60	581,60	0,00	8,31
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	25.000,00	25.000,00	2.523,78	2.523,78	0,02	8,14
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	25.000,00	25.000,00	2.523,78	2.523,78	0,02	8,14

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.436.500,00	2.436.500,00	597.715,67	597.715,67	419.175,92	419.175,92	2,84	17,20	2.017.324,08
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	25.000,00	25.000,00	2.523,78	2.523,78	0,02	8,14	28.476,22
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	25.000,00	25.000,00	2.523,78	2.523,78	0,02	8,14	28.476,22
TOTAL (III) = (I + II)	123.500.000,00	137.374.628,00	36.403.035,73	36.403.035,73	14.749.022,76	14.749.022,76	100,00	10,74	122.625.605,24

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias

Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio

Secretário de Finanças

Renata Pereira

Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni

Controladoria

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma turção. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Agô/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>9.705.566,01</b>	<b>10.137.544,35</b>	<b>11.344.257,66</b>	<b>9.875.589,22</b>	<b>9.744.255,59</b>	<b>12.275.512,82</b>	<b>10.236.794,56</b>	<b>10.755.322,42</b>	<b>11.518.593,84</b>	<b>13.390.043,99</b>	<b>12.703.118,32</b>	<b>15.672.156,66</b>	<b>137.330.061,34</b>	<b>128.820.500,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.330.216,12	2.184.210,82	1.794.611,24	1.642.694,73	1.723.156,34	1.779.600,22	1.597.414,76	1.834.303,56	1.776.524,71	1.752.332,72	2.350.452,88	5.982.281,02	26.737.799,12	22.996.000,00
IPTU, ITR, IR, IRRF		728.478,72	437.991,44	189.833,72	151.106,10	145.392,77	153.556,28	93.799,68	90.231,42	69.465,41	25.315,64	321.767,39	3.986.948,28	6.393.907,05	6.000.000,00
L.S.S.		21.982,45	38.997,67	22.692,99	25.993,59	26.784,26	23.296,47	26.992,62	25.638,50	28.519,16	196.021,34	0,00	25.463,73	462.372,78	320.000,00
ITBI, Outras Receitas Tributárias		342.797,50	364.873,14	315.440,16	337.246,87	426.594,31	428.654,23	375.633,39	368.750,94	368.220,04	273.549,09	303.382,83	337.932,05	4.244.074,55	3.500.000,00
L.T.B.L.		520.716,76	485.331,55	581.454,04	406.241,64	474.603,27	509.547,11	384.604,32	536.717,80	519.052,24	415.845,10	867.300,46	661.583,12	6.362.907,41	5.000.000,00
Outras Receitas Tributárias		716.240,69	857.017,02	675.190,33	722.106,53	649.781,73	664.546,13	716.394,75	811.964,90	791.247,86	841.601,35	858.102,20	970.353,84	9.274.537,33	8.176.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		238.325,83	284.667,82	252.574,86	257.388,82	275.554,50	305.800,42	322.652,72	318.926,87	317.255,25	458.809,60	335.022,40	422.788,21	3.769.947,30	3.738.500,00
RECEITA PATRIMONIAL		73.184,33	167.116,63	107.326,26	116.080,27	141.513,77	2.131.408,16	160.018,34	198.302,19	174.378,16	216.049,96	199.112,79	383.642,22	4.048.113,08	922.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		694.198,65	727.178,18	795.908,31	767.410,07	846.683,06	816.450,33	763.656,42	834.925,64	819.387,08	859.675,68	767.996,92	889.068,65	9.582.538,99	9.726.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.973.644,58	6.477.947,09	7.341.826,68	6.661.690,38	6.244.577,95	6.819.361,09	6.841.365,09	6.655.541,37	7.678.686,60	8.007.500,61	8.059.531,31	7.362.436,33	84.124.511,08	86.606.000,00
Conta-Parte do FPM		1.423.255,86	1.527.121,45	2.194.265,95	1.830.659,75	1.303.663,36	1.704.519,04	1.410.713,15	1.410.734,82	1.962.303,50	2.023.974,65	2.379.325,46	2.540.771,59	21.711.308,58	27.000.000,00
Conta-Parte do I.C.M.S.		670.491,81	808.464,84	803.434,02	732.563,47	747.039,14	763.251,00	832.192,87	809.090,07	900.296,56	897.285,98	883.874,47	838.355,61	9.726.441,84	10.000.000,00
Conta-Parte do I.P.V.A.		336.624,67	392.534,51	416.749,68	424.456,95	454.494,44	443.872,63	403.886,22	404.178,19	247.430,03	196.505,42	258.137,91	324.607,52	4.303.480,17	4.200.000,00
Outras Transferências Correntes		1.183.004,75	982.465,77	1.012.982,09	987.334,90	1.195.795,29	1.135.689,18	1.421.176,58	1.329.771,90	1.533.716,93	1.870.807,10	1.445.036,32	642.136,96	14.740.117,77	12.206.000,00
Transferências da LC 61/1989		9.480,97	8.693,53	11.690,14	12.175,58	11.993,25	12.832,85	11.673,15	12.478,66	13.642,09	14.794,20	13.870,33	11.742,97	145.267,72	140.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	14.710,44	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.677,61	3.665,28	3.665,28	51.461,88	50.000,00
Transferências do FUNDEB		2.350.484,59	2.741.420,37	2.895.541,23	2.650.711,46	2.528.134,11	2.735.121,53	2.737.095,18	2.679.126,19	3.015.780,37	3.000.217,14	3.075.427,40	3.000.802,52	33.432.862,09	33.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		399.016,50	316.423,81	1.062.010,31	430.634,95	512.369,97	423.892,60	551.687,23	908.322,79	752.366,04	2.065.675,32	990.822,02	651.940,23	9.066.151,77	4.832.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>615.786,24</b>	<b>684.883,70</b>	<b>618.939,57</b>	<b>740.940,17</b>	<b>640.590,78</b>	<b>725.290,41</b>	<b>676.637,46</b>	<b>672.064,39</b>	<b>769.743,46</b>	<b>916.926,38</b>	<b>852.137,43</b>	<b>923.070,96</b>	<b>9.036.810,95</b>	<b>10.128.500,00</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		127.856,17	134.071,72	132.779,11	136.047,07	136.381,28	135.613,15	144.006,97	143.075,14	143.905,42	289.544,70	144.234,14	179.075,77	1.846.680,64	1.846.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		487.930,07	550.811,98	686.060,46	604.763,10	504.209,50	589.677,26	532.630,49	528.989,25	625.838,04	627.361,68	707.813,29	743.955,19	7.190.130,31	8.280.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) – (II)</b>		<b>9.089.779,77</b>	<b>9.452.660,65</b>	<b>10.525.318,09</b>	<b>9.135.049,05</b>	<b>9.103.664,81</b>	<b>11.551.222,41</b>	<b>9.560.157,10</b>	<b>10.080.258,03</b>	<b>10.748.850,38</b>	<b>12.443.117,51</b>	<b>11.850.980,89</b>	<b>14.749.085,70</b>	<b>126.293.250,39</b>	<b>118.692.000,00</b>

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

Kaila HelenTestoni  
Controladora

Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados	2.188.500,00	2.188.500,00	618.814,44	618.814,44	
Pessoal Civil	2.188.500,00	2.188.500,00	618.814,44	618.814,44	
Ativo	1.848.500,00	1.848.500,00	323.399,91	323.399,91	
Inativo	1.848.500,00	1.848.500,00	323.399,91	323.399,91	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	320.000,00	320.000,00	295.414,53	295.414,53	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	320.000,00	320.000,00	295.414,53	295.414,53	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.211.500,00	2.211.500,00	382.199,90	382.199,90	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	4.400.000,00	4.400.000,00	1.001.014,34	1.001.014,34	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	2.400.000,00	2.400.000,00	241.524,29	241.524,29	
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	1.280,00	1.280,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
	20.000,00	20.000,00	1.280,00	1.280,00	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.380.000,00	2.380.000,00	240.244,29	240.244,29	173.431,29
Pessoal Civil	0,00	0,00	232.108,36	232.108,36	173.431,29
Aposentadorias	0,00	0,00	195.356,28	195.356,28	146.404,95
Pensões	0,00	0,00	36.752,08	36.752,08	27.026,34
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.380.000,00	2.380.000,00	8.135,93	8.135,93	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.380.000,00	2.380.000,00	8.135,93	8.135,93	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.400.000,00	2.400.000,00	241.524,29	241.524,29	180.650,81
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	2.000.000,00	2.000.000,00	759.490,05	759.490,05	770.703,24
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			2.000.000,00		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			JANEIRO	2014	2013	
			18.612.769,16			19.224.187,36
Investimentos						
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			PREVISÃO INICIAL	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			2.211.500,00	382.199,90	382.199,90	453.375,95
RECEITAS CORRENTES (VIII)			2.211.500,00	382.199,90	382.199,90	453.375,95
Receita de Contribuições Patronais			2.211.500,00	382.199,90	382.199,90	453.375,95
Pessoal Civil			2.211.500,00	382.199,90	382.199,90	453.375,95
Ativo			2.211.500,00	382.199,90	382.199,90	453.375,95
Inativo			0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar			0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo			0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo			0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista			0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial			0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições			0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial			0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais			0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos			0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)			2.211.500,00	382.199,90	382.199,90	453.375,95
DESPESAS			DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			DOTAÇÃO INICIAL	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6
---	--	--

Kaita Helen Testoni  
Controladoria

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.535.830,95	2.535.830,95	2.246.282,56
DEDUÇÕES (II)	17.099.683,77	17.099.683,77	28.100.779,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.766.740,51	17.766.740,51	29.641.993,04
Demais Haveres Financeiros	88,26	88,26	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	667.145,00	667.145,00	1.541.213,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-14.563.852,82	-14.563.852,82	-25.854.496,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-14.563.852,82</b>	<b>-14.563.852,82</b>	<b>-25.854.496,49</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-11.290.643,67</b>	<b>-11.290.643,67</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-505.368,36</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
DEDUÇÕES (VIII)	18.476.060,01	18.476.060,01	19.225.202,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.287,18	1.287,18	1.015,31
Investimentos	18.474.772,83	18.474.772,83	19.224.187,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-4.586.734,70	-4.586.734,70	-5.335.877,36
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-4.586.734,70</b>	<b>-4.586.734,70</b>	<b>-5.335.877,36</b>

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>122.055.000,00</b>	<b>26.765.675,57</b>	<b>26.765.675,57</b>	<b>20.312.662,22</b>
Receita Tributária	22.996.000,00	8.332.733,90	8.332.733,90	5.882.804,74
I.P.T.U.	6.000.000,00	4.308.715,67	4.308.715,67	4.054.260,24
I.S.S.	3.500.000,00	641.314,88	641.314,88	251.821,54
I.T.B.I.	5.000.000,00	1.528.783,58	1.528.783,58	572.733,85
I.R.R.F.	320.000,00	25.463,73	25.463,73	20.394,86
Outras Receitas Tributárias	8.176.000,00	1.828.456,04	1.828.456,04	983.594,25
Receita de Contribuição	5.950.000,00	1.140.190,51	1.140.190,51	1.089.944,96
Receitas Previdenciárias	4.060.000,00	705.599,81	705.599,81	837.002,27
Outras Contribuições	1.890.000,00	434.590,70	434.590,70	252.942,69
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	922.000,00	562.755,01	562.755,01	153.245,72
(-) Aplicações Financeiras	922.000,00	562.755,01	562.755,01	153.245,72
Transferências Correntes	78.326.000,00	13.970.159,16	13.970.159,16	11.318.929,53
F.P.M.	21.600.000,00	3.936.077,69	3.936.077,69	3.446.457,61
I.C.M.S.	8.000.000,00	1.377.864,23	1.377.864,23	1.199.616,74
Convênios	107.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	48.619.000,00	8.656.217,24	8.656.217,24	6.672.855,18
Demais Receitas Correntes	14.783.000,00	3.322.592,00	3.322.592,00	2.020.982,99
Dívida Ativa	3.950.000,00	1.319.896,79	1.319.896,79	635.561,39
Diversas Receitas Correntes	10.833.000,00	2.002.695,21	2.002.695,21	1.385.421,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>523.000,00</b>	<b>598.262,35</b>	<b>598.262,35</b>	<b>1.310.414,55</b>
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	0,00	11.100,00
Transferências de Capital	521.000,00	598.262,35	598.262,35	1.299.314,55
Convênios	521.000,00	598.262,35	598.262,35	1.299.314,55
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>521.000,00</b>	<b>598.262,35</b>	<b>598.262,35</b>	<b>1.299.314,55</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>122.576.000,00</b>	<b>27.363.937,92</b>	<b>27.363.937,92</b>	<b>21.611.976,77</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>112.551.410,00</b>	<b>14.086.452,85</b>	<b>14.086.452,85</b>	<b>11.587.522,35</b>
Pessoal e Encargos Sociais	67.280.240,00	9.791.088,16	9.791.088,16	8.004.940,40
Juros e Encargos da Dívida (IX)	500.000,00	54.743,04	54.743,04	88.962,23
Outras Despesas Correntes	44.771.170,00	4.240.621,65	4.240.621,65	3.493.619,72
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>112.051.410,00</b>	<b>14.031.709,81</b>	<b>14.031.709,81</b>	<b>11.498.560,12</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>22.723.218,00</b>	<b>662.569,91</b>	<b>662.569,91</b>	<b>1.584.209,10</b>
Investimentos	21.023.218,00	373.021,52	373.021,52	1.310.421,51
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.700.000,00	289.548,39	289.548,39	273.787,59
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>21.023.218,00</b>	<b>373.021,52</b>	<b>373.021,52</b>	<b>1.310.421,51</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>100.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>2.000.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>135.174.628,00</b>	<b>14.404.731,33</b>	<b>14.404.731,33</b>	<b>12.808.981,63</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-12.598.628,00</b>	<b>12.959.206,59</b>	<b>12.959.206,59</b>	<b>8.802.995,14</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	93.388,34	0,00
Superávit Financeiro	-	-	93.388,34	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>1.276.000,00</b>

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013						
<b>RESTOS A PAGAR (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	177,55	496.340,50	80,00		496.260,50	1.830.062,60	-	3.669.837,26
<b>EXECUTIVO</b>								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	83.546,02	0,00		83.546,02	418.886,79	0,00	1.498.137,70
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	83.546,02	0,00		83.546,02	418.886,79	0,00	1.498.137,70
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA - CAMBORIÚ	0,00	0,00	0,00		0,00	5.375,04	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00		0,00	5.375,04	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOF	0,00	0,00	0,00		0,00	16.500,00	0,00	11.675,53
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00		0,00	16.500,00	0,00	11.675,53
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAMBOF	0,00	0,00	0,00		0,00	5.700,00	0,00	13.820,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00		0,00	5.700,00	0,00	13.820,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00		0,00	20.912,40	0,00	4.810,40
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00		0,00	20.912,40	0,00	4.810,40
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	8.370,62	0,00		8.370,62	0,00	0,00	220,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AM	0,00	8.370,62	0,00		8.370,62	0,00	0,00	220,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	16.320,21	0,00		16.320,21	55.486,77	0,00	32.557,56
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTENCIA S	0,00	16.320,21	0,00		16.320,21	55.486,77	0,00	32.557,56
FUNDO MUN. REQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DI	0,00	1.573,58	0,00		1.573,58	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	1.573,58	0,00		1.573,58	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESC CA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR DA CRIANÇA E ADOLI	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	215.653,42	80,00		215.573,42	309.668,22	0,00	710.870,81
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	215.653,42	80,00		215.573,42	309.668,22	0,00	710.870,81
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	10.814,60	0,00		10.814,60	290.016,05	0,00	450.446,47
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	10.814,60	0,00		10.814,60	290.016,05	0,00	450.446,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	132.810,40	0,00		132.810,40	527.268,47	0,00	624.560,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	132.810,40	0,00		132.810,40	527.268,47	0,00	624.560,74
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE CAM	0,00	0,00	0,00		0,00	8.512,00	0,00	8.136,00
INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBO	0,00	0,00	0,00		0,00	8.512,00	0,00	8.136,00
<b>LEGISLATIVO</b>	177,55	27.251,65	0,00		27.251,65	107.426,86	0,00	270.602,05
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	177,55	27.251,65	0,00		27.251,65	107.426,86	0,00	270.602,05
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	170.626,95	-		170.626,95	-	-	68.795,28
<b>EXECUTIVO</b>								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	14.387,45	0,00		14.387,45	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	14.387,45	0,00		14.387,45	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	1.074,13	0,00		1.074,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AM	0,00	1.074,13	0,00		1.074,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	2.559,13	0,00		2.559,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTENCIA S	0,00	2.559,13	0,00		2.559,13	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	137.205,08	0,00		137.205,08	0,00	0,00	68.795,28
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	137.205,08	0,00		137.205,08	0,00	0,00	68.795,28
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	925,61	0,00		925,61	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	925,61	0,00		925,61	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	12.964,71	0,00		12.964,71	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	12.964,71	0,00		12.964,71	0,00	0,00	0,00
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	1.510,84	0,00		1.510,84	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	1.510,84	0,00		1.510,84	0,00	0,00	0,00

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) LEGISLATIVO	-	170.626,95	-	-	68.795,28	-	-	-
	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	1.510,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):	177,55	666.987,45	177,55	243.535,63	5.099.828,75	1.830.062,60	1.604.731,84	0,00

FONTE:

Camboriú, 21/03/2014

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6
---	--	--

Kaita Helen Testoni Controladoria
--------------------------------------



MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	17.861.000,00	17.861.000,00	7.699.798,10	7.699.798,10	43,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.820.000,00	8.820.000,00	5.402.431,20	5.402.431,20	61,25
1.1.1- IPTU	6.000.000,00	6.000.000,00	4.308.715,67	4.308.715,67	71,81
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	143.766,87	143.766,87	718,83
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.750.000,00	2.750.000,00	949.469,31	949.469,31	34,53
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	479,35	479,35	0,96
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.001.000,00	5.001.000,00	1.528.783,58	1.528.783,58	30,57
1.2.1- ITBI	5.000.000,00	5.000.000,00	1.528.783,58	1.528.783,58	30,58
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.720.000,00	3.720.000,00	743.119,59	743.119,59	19,98
1.3.1- ISS	3.500.000,00	3.500.000,00	641.314,88	641.314,88	18,32
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	2.287,78	2.287,78	22,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	200.000,00	200.000,00	99.516,93	99.516,93	49,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	25.463,73	25.463,73	7,96
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	25.463,73	25.463,73	7,96
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	41.400.000,00	41.400.000,00	7.258.564,44	7.258.564,44	17,53
2.1- Cota-Parte FPM	27.000.000,00	27.000.000,00	4.920.097,05	4.920.097,05	18,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	27.000.000,00	27.000.000,00	4.920.097,05	4.920.097,05	18,22
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.000.000,00	10.000.000,00	1.722.330,08	1.722.330,08	17,22
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	7.330,56	7.330,56	14,66
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	25.613,30	25.613,30	18,30
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	448,02	448,02	4,48
2.6- Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	582.745,43	582.745,43	13,87
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>59.261.000,00</b>	<b>59.261.000,00</b>	<b>14.958.362,54</b>	<b>14.958.362,54</b>	<b>25,24</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	50.000,00	50.000,00	1.180,97	1.180,97	2,36
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	3.969.000,00	3.969.000,00	587.003,94	587.003,94	14,79
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.140.000,00	3.140.000,00	564.845,35	564.845,35	17,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	798.000,00	798.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	13.000,00	13.000,00	22.158,59	22.158,59	170,45
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	104.000,00	104.000,00	605.718,39	605.718,39	582,42
6.1- Transferências de Convênios	102.000,00	102.000,00	598.262,35	598.262,35	586,53
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.000,00	2.000,00	7.456,04	7.456,04	372,80
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>4.123.000,00</b>	<b>4.123.000,00</b>	<b>1.193.903,30</b>	<b>1.193.903,30</b>	<b>28,96</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	8.280.000,00	8.280.000,00	1.451.808,48	1.451.808,48	17,53
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.400.000,00	5.400.000,00	984.019,36	984.019,36	18,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.000.000,00	2.000.000,00	344.465,85	344.465,85	17,22
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	1.466,10	1.466,10	14,66
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	5.122,67	5.122,67	18,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	89,59	89,59	4,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	840.000,00	840.000,00	116.644,91	116.644,91	13,89
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	33.050.000,00	33.050.000,00	6.094.818,99	6.094.818,99	18,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	33.000.000,00	33.000.000,00	6.076.229,92	6.076.229,92	18,41
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	18.589,07	18.589,07	37,18
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>24.720.000,00</b>	<b>24.720.000,00</b>	<b>4.624.421,44</b>	<b>4.624.421,44</b>	<b>18,71</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	25.690.000,00	25.690.000,00	3.756.992,20	3.756.992,20	14,62
13.1- Com Educação Infantil	13.190.000,00	13.190.000,00	2.078.672,32	2.078.672,32	15,76
13.2- Com Ensino Fundamental	12.500.000,00	12.500.000,00	1.678.319,88	1.678.319,88	13,43
14- OUTRAS DESPESAS	7.360.000,00	7.360.000,00	939.350,77	939.350,77	12,76
14.1- Com Educação Infantil	1.826.000,00	1.826.000,00	220.097,82	220.097,82	12,05
14.2- Com Ensino Fundamental	5.534.000,00	5.534.000,00	719.252,95	719.252,95	13,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	33.050.000,00	33.050.000,00	4.696.342,97	4.696.342,97	14,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.696.342,97
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					61,64
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,41
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					22,95
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	14.815.250,00	14.815.250,00	3.739.590,64	3.739.590,64	25,24
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	15.781.000,00	15.781.000,00	2.395.487,64	2.395.487,64	15,18
23.1- Creche	7.890.500,00	7.890.500,00	1.197.743,82	1.197.743,82	15,18
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.508.000,00	7.508.000,00	1.149.385,07	1.149.385,07	15,31
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	382.500,00	382.500,00	48.358,75	48.358,75	12,64
23.2- Pré-escola	7.890.500,00	7.890.500,00	1.197.743,82	1.197.743,82	15,18
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.508.000,00	7.508.000,00	1.149.385,07	1.149.385,07	15,31
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	382.500,00	382.500,00	48.358,75	48.358,75	12,64
24- ENSINO FUNDAMENTAL	24.049.000,00	24.049.000,00	3.110.983,48	3.110.983,48	12,94
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.034.000,00	18.034.000,00	2.397.572,83	2.397.572,83	13,29
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.015.000,00	6.015.000,00	713.410,65	713.410,65	11,86
25- ENSINO MÉDIO	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	39.841.000,00	39.841.000,00	5.506.471,12	5.506.471,12	13,82
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.624.421,44
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					18.589,07
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.643.010,51
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					863.460,61
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					5,77
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.150.000,00	3.150.000,00	80.058,15	80.058,15	2,54
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	923.000,00	2.052.800,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.073.000,00	5.202.800,00	80.058,15	80.058,15	1,54
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	43.914.000,00	45.043.800,00	5.586.529,27	5.586.529,27	12,40

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	452.389,74	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.076.229,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.576.892,66	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.261.238,69	0,00
49.2 Restos a Pagar	315.653,97	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.589,07	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.970.316,07	0,00

Camboriú, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC 028070/O-6

\_\_\_\_\_  
Kaíta Helen Testoni  
Controladoria

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 8.274 de 20 de Março de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.274 DE 20 DE MARÇO DE 2014

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 8.088 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 8.088 de 12 de Dezembro de 2013, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art.1º) Fica prorrogado a partir de 19 de dezembro de 2013 até a data de 05 de fevereiro de 2014, o Contrato Temporário Regime Jurídico: Especial Administrativo previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, do Sr. MÁRCIO KRUGER, no cargo público de Motorista, na função de Motorista do Transporte Escolar, Registro no Sistema sob o nº 955277; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, com carga horária 40 horas de R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta e dois centavos) mensais, lotado na Secretaria Municipal de Educação”.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de dezembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.275 de 20 de Março de 2014

DECRETO Nº 8.275 DE 20 DE MARÇO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

11.02 - Coordenadoria de Turismo

20.606.0083.1.010 - Festa Estadual da Ovelha

300000.00.167 - Despesas Correntes

330000.00.167 - Outras Despesas Correntes

339000.00.167 - Aplicações Diretas

339039.00.167 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
R\$ 6.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.  
11.02 - Coordenadoria de Turismo

20.606.0083.1.010 - Festa Estadual da Ovelha  
300000.00.167 - Despesas Correntes

330000.00.167 - Outras Despesas Correntes

339000.00.167 - Aplicações Diretas  
339030.00.167 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 10.866 de 21 de Março de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.866 DE 21 DE MARÇO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo de Odontóloga, SILVIA RENATA LOUREIRO FAVORETTO, Matrícula Funcional nº 000180, Registro no Sistema sob nº 479000, referente ao período aquisitivo 11 de maio de 2012 à 10 de maio de 2013

Art.2º) A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 24 de março de 2014 à 02 de abril de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 10.867 de 21 de Março de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 10.867 DE 21 DE MARÇO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico I, CMARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ, Matrícula Funcional nº 000489, Registro no Sistema sob nº 954501, referente ao período aquisitivos: 01 de janeiro de 2012 à 31 de dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 24 de março de 2014 à 12 de abril de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/03/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **Portaria Nº 03/2014**

PORTARIA Nº 03 DE 21 DE MARÇO DE 2014  
DISPÕE SOBRE RELAÇÃO DE INSCRITOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO 2014.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art.

87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2013;

Resolve:

Art.1º Ficam abaixo relacionados os inscritos com as respectivas classificações para programa de estágio remunerado da Câmara Municipal de Campo Alegre no exercício de 2014:

Classif.	Nome:	Media:
1º	TAYNA CRIS ORLANDI	8,31
2º	AMANDA FUCKNER PETSCHOW	8,20
3º	LUIZ FERNANDO DE FRANÇA MIL-CZEWSKI	8,05
4º	ALESSANDRO MICHALSKY	7,68
5º	ALINE BARBOZA JOHANSON	7,27

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 21 de Março de 2014.  
RAUL JOHANSON  
Presidente da Mesa

**Campos Novos****PREFEITURA****Aviso de Adesão de Registro de Preços FnDE**

AVISO DE ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇOS DO FNDE.  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 69/2014

PE Nº 01/2014

OBJETO: ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº29/2013. DO FNDE. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ACESSÍVEIS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Campos Novos 21 de Fevereiro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito

**Canelinha****PREFEITURA****Extrato Edital 36/2014 F.M.S E Edital 37/2014 P.M.C.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 36/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 33/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais médico hospitalar, destinados a atender as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, para o ano de 2014, parte integrante do Edital.

DATA DE ABERTURA: 03 de abril de 2014, às 08:00 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 21 de março de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 37/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 34/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de toners e cartuchos de impressão remanufaturados e originais, para manter as atividades das Secretarias do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, para o ano de 2014, parte integrante do Edital.

DATA DE ABERTURA: 04 de abril de 2014, às 08:00 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 21 de março de 2014

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

**Revogação Edital 06/2014 - F.H.C.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE REVOGAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 06/2014

O Município de Canelinha, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, vem informar a todos que possa interessar que o Edital acima foi revogado em conformidade com o art. 49 da Lei nº 8.666/93, tendo em vista as readequações que se fazem necessárias no Edital de Licitações. Canelinha, 21 de março de 2014.



# Canoinhas

## PREFEITURA

### Lei Nº. 5.267 de 13/02/2014

LEI Nº. 5.267 DE 13/02/2014

"AUTORIZA O EXECUTIVO A RECEBER AUTOMÓVEL ATRAVÉS DE TERMO DE CESSÃO DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a receber, através de Termo de Cessão de Uso, cedido pelo Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação, o bem arrolado a seguir:

I – Automóvel tipo ônibus/IVECO, ano 2012, Renavam 492600171, placas MKW 7246, Patrimônio nº. 757.654.

Art. 2º - O veículo objeto desta Lei será utilizado no transporte escolar dos alunos da rede pública da Educação Básica neste Município.

I - Fica vedada a transferência pelo Município para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao acordado nesta Lei.

II - É de responsabilidade do município, arcar com qualquer despesa relativas à manutenção, conservação, multas e taxas em geral que incidam ou venham a incidir sobre o bem objeto desta Lei, bem como mante-lo abastecido.

III - O município compromete-se em recuperar o bem, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência do Termo de Cessão de Uso a ser firmado, bem como responsabilizar-se pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

Art. 3º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar eventuais despesas atinentes ao veículo, bem como o licenciamento e seguro.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - O Termo de Cessão de Uso a ser confeccionado, terá sua vigência condicionada sua publicação na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, produzindo seus efeitos até 31 de dezembro de 2018.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº. 5.268 DE 13/02/2014

LEI Nº. 5.269 DE 19/02/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE SUPERAVIT FINANCEIRO DE 2013 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 99.927,00 (noventa e nove mil, novecentos e vinte e sete reais), com a seguinte classificação institucional:

#### I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função15: Urbanismo

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Atividade 2.080 – Ações da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 99.927,00

Recursos 306 – 00.03.0152 – Recursos Convênio Estado - Superavit

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de superávit, apurado no recurso de convênios com o Estado, no valor de R\$ 99.927,00 (noventa e nove mil novecentos e vinte e sete reais).

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº. 5.269 DE 19/02/2014

LEI Nº. 5.269 DE 19/02/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE SUPERAVIT FINANCEIRO DE 2013 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"



O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 99.927,00 (noventa e nove mil, novecentos e vinte e sete reais), com a seguinte classificação institucional:

#### I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Atividade 2.080 – Ações da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 99.927,00

Recursos 306 – 00.03.0152 – Recursos Convênio Estado - Superavit

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de superávit, apurado no recurso de convênios com o Estado, no valor de R\$ 99.927,00 (noventa e nove mil novecentos e vinte e sete reais).

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### LEI Nº. 5.270 DE 24/02/2014

LEI Nº. 5.270 DE 24/02/2014

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE A SRA. IVANA DE PAULA E SILVA CORDEIRO E OUTROS, LOCALIZADO NA RUA SEM DENOMINAÇÃO, NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 5.304,50m² (cinco mil, trezentos e quatro metros e cinquenta décimos quadrados), parte da área maior referente ao imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob matrícula nº 36.911, de propriedade de Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros, com as seguintes confrontações: Frente (oeste): com a Rua Arthur Oscar Spies em 16,28 metros; Fundo (leste): com terras de Moacyr Pangratz de Paula e Silva e outros em 16,43 metros; Lado direito (norte): com a área 01 (do desmembramento) pertencente à Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros em 332,07 metros; Lado esquerdo (sul): com terras de Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros e, com a Rua Fermino Pacheco de Miranda Lima em 331,34 metros.

Art. 2º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de 1.195,62m² (mil cento e noventa e cinco metros e sessenta e dois décimos quadrados), sendo esta a área total do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob matrícula nº. 35.960, de propriedade de Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros, sendo nas seguintes confrontações: Frente 1 (norte): com a Rua Paulo Artner em 20,00 metros; Frente 2 (sul): com a Rua Francisco Artner em 20,00 metros; Lateral 1 (leste): com o Lote nº. 03 e Lote nº. 21 em 59,78 metros e; Lateral 2 (oeste): com o Lote nº. 02, Lote nº. 17 e Lote nº. 18 em 59,59 metros.

Art. 3º. As desapropriações dos imóveis descritos no artigo anterior ocorrerão gratuitamente, portanto sem ônus financeiro para o município.

Art. 4º. As presentes desapropriações objetivarão a abertura da rua sem denominação para benefício dos moradores daquela localidade.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### LEI Nº. 5.271 DE 24/02/2014

LEI Nº. 5.271 DE 24/02/2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE CONVENIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E AINDA PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus

anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Função 27: Desporto e Lazer

Programa 016: Esporte como qualidade de vida

Subfunção 812: Deporto Comunitário

Projeto 3.025 – Construção de canchas de bocha

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 195.000,00

Recurso 209 – 00.01.0209 – Recursos Convênio Estado

Produto: Construção de canchas de bocha

Unidade de Medida: m<sup>2</sup>

Meta física: 595

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio firmado com o Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

ART. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Função 27: Desporto e Lazer

Programa 016: Esporte como qualidade de vida

Subfunção 812: Deporto Comunitário

Projeto 3.025 – Construção de canchas de bocha

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 35.000,00

Recurso 3002 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Produto: Construção de canchas de bocha

Unidade de Medida: m<sup>2</sup>

Meta física: 595

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da

Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Função 27: Desporto e Lazer

Programa 016: Esporte como qualidade de vida

Subfunção 812: Deporto Comunitário

Atividade 2.032: Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 35.000,00

Recurso 3002 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

ART. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº. 5.272 DE 27/02/2014**

LEI Nº. 5.272 DE 27/02/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS"

O povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Intervenções Viárias – Provias.

Parágrafo Único – Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias – Provias, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.688 de 19/02/2009 e suas alterações.

Art. 2º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas, nos prazos contratualmente

estipulados.

Parágrafo Primeiro – O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários – Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil

Parágrafo Segundo – No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas o que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O orçamento do município consignará, anualmente os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº. 5.273 DE 27/02/2014

LEI Nº. 5.273 DE 27/02/2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 167.000,00 (Cento e sessenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

## Função12: Educação

Programa 101: Educação de qualidade para todos

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Atividade 2.006 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 167.000,00

Recursos 310 – Recursos PNAP (PNAE – Pré-escola)

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, utilizado os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 167.000,00 (Cento e sessenta e sete mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 – Demonstrativo da Arrecadação Mensal em 2014 – Recurso 310 – PNAP

Mês	Valor em R\$	Observação
Janeiro	0,00	-
Fevereiro	0,00	-
Março	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Abril	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Maio	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Junho	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Julho	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Agosto	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Setembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Outubro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Novembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Dezembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Total	167.000,00	-

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tabela 2 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
310	0,00	167.000,00	167.000,00

Fonte: contabilidade, 2014.

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 27 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº. 5.274 DE 28/02/2014**

LEI Nº. 5.274 DE 28/02/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE ANTA GORDA

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Moradores da localidade de Anta Gorda, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.655/0001-10, com sede e foro na localidade de Anta Gorda, Município de Canoinhas.

Parágrafo Único: À entidade beneficiada ficam asseguradas as prerrogativas e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº. 5.275 DE 10/03/2014**

LEI Nº. 5.275 DE 10/03/2014

“ALTERA A REMUNERAÇÃO DA BOLSA AUXÍLIO AOS ESTUDANTES REGULARMENTE INSCRITOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E EM CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. O valor das bolsas-auxílio para os estágios remunerados de estudantes regularmente matriculados em Instituições de Cursos de Educação Superior, será no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por mês, com carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º. O valor das bolsas-auxílio para os estágios remunerados de estudantes regularmente matriculados em Instituições de Cursos Técnicos Profissionalizantes, será no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, com carga horária de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º. O número de bolsas-auxílio a serem concedidas aos estagiários será o limite previsto na Lei Federal 11.788/2008.

Art. 4º. As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº. 5.276 DE 12/03/2014**

LEI Nº. 5.276 DE 12/03/2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013, POR REPASSE DE CONVÊNIO COM O ESTADO, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 34.268,73 (trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 27: Desporto e Laser

Programa 108: Ações em infraestrutura e serviços públicos

Subfunção 812: Desporto Comunitário

Atividade 1.023 – Reforma do Estádio Municipal

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 34.268,73

Recursos 306 – 00.03.0152 – Recursos Convênio Estado - Superavit

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de superávit, apurado no recurso de convênios com o Estado, no valor de R\$ 34.268,73 (trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos).

ART. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 14.727,18 (quatorze mil, setecentos e vinte e sete reais e dezoito centavos), com a seguinte classificação institucional:



I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 27: Desporto e Laser

Programa 108: Ações em infraestrutura e serviços públicos

Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Atividade 1.023 – Reforma do Estádio Municipal

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 14.727,18

Recursos 209 – 00.01.0209 – Recursos Convênio Estado

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de recurso de convênios com o Estado, no valor de R\$ 14.727,18 (trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e três centavos).

ART. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 9.543,46 (nove mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 27: Desporto e Laser

Programa 108: Ações em infraestrutura e serviços públicos

Subfunção 812: Desporto Comunitário  
Atividade 1.023 – Reforma do Estádio Municipal

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 9.543,46

Recursos 130 – 00.01.000 – Recursos Ordinários

ART. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 9.543,46 (nove mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Subfunção 452: Serviços  
Atividade 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins,

Pontes e Bueiros.

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 9.543,46

Recursos 130 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

ART. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 20: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 20.01: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Subfunção 606: Extensão Rural  
Atividade 2.034 – Programa Porteira Adentro

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.000,00

Recursos 130 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

ART. 8º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 20: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 20.01: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Função 20: Agricultura

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Subfunção 606: Extensão Rural  
Atividade 2.034 – Programa Porteira Adentro

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.000,00

Recursos 130 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

ART. 9º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Subfunção 691: Promoção Comercial

Atividade 2.026 – Ações em Iluminação Natalina

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.000,00

Recursos 130 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

ART. 10º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 (Lei nº. 5.206/2013) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.202/2013) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Subfunção 691: Promoção Comercial

Atividade 2.026 – Ações em Iluminação Natalina

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.000,00

Recursos 130 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Art. 11 – As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº. 5.277 DE 12/03/2014

LEI Nº. 5.277 DE 12/03/2014

“AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse, a título de contribuição à entidade abaixo relacionada, relativa ao ano de 2014:

I – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CANOINHAS - ACIC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.193.987/0001-35, até o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), objetivando custear à realização de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade.

Art. 2º - O valor objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda divididos em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º - É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. A prestação de contas do recurso recebido deverá obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº. 4.320/64, a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso do recurso em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº. 5.278 DE 12/03/2014

LEI Nº. 5.278 DE 12/03/2014

“ALTERA A LEI Nº. 4.062 DE 11/08/2006.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

## LEI

Art. 1º - Fica alterado o art. 3º, da Lei nº.4.062, de 11/08/2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Art. 3º - O FROHAB será administrado por um Conselho de Gestão, de representação paritária, o qual será composto por dez (10) membros efetivos e seus respectivos suplentes, com representantes governamentais e não governamentais.

I – São representantes governamentais:

a) 01 (um) representante com formação técnica na área de engenharia, indicado pelo Poder Público Municipal;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano;

V- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Habitação;

II – Os representantes Não-Governamentais serão no número de 05 (cinco), cujas entidades representativas serão escolhidas mediante a realização de um fórum de eleição.

§ 1º- O Conselho Gestor do FROHAB será presidido por um de seus membros, o qual será escolhido mediante deliberação da maioria simples.

§ 2º- A aplicação dos recursos financeiros do FROHAB dependerá de deliberação do Conselho Gestor, o qual deliberará pela maioria simples de seus membros, sendo que o Presidente do Conselho somente votará em caso de empate.

§ 3º- Poderá o Conselho Gestor firmar convênio ou qualquer outro instrumento de divisão de encargos, com empresas estabelecidas no Município, visando a construção de moradias populares aos seus operários de baixa renda e mais carentes, em terreno próprio ou outro preferencialmente nas proximidades do local de trabalho, com prévia autorização legislativa.

§ 4º- Toda e qualquer habitação ou benfeitoria particular construída com recursos do Fundo, ficará onerada com a cláusula de inalienabilidade pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, devendo a administração do Conselho Gestor do FROHAB, participar como anuente ou interveniente em qualquer transação futura, visando preservar os objetivos do Fundo e impedir a comercialização, locação e sublocação desses imóveis, com objetivo de lucro.

§ 5º- Nenhum cidadão poderá beneficiar-se com recursos do Fundo por mais de uma vez.

§ 6º- O beneficiário firmará compromisso sob presunção de verdade, de que não é proprietário urbano ou rural de qualquer imóvel, a não ser do terreno onde será edificada a casa que destinará a própria moradia e de sua família, a qual não poderá alienar nem locar sem anuência da administração do Conselho gestor.

§ 7º- Qualquer cidadão será parte legítima para denunciar benefício indevido do Fundo, destinado a pessoa, que não se enquadra nas normas de sua concessão ou desvio de finalidade de imóvel edificado com recursos desta Lei.

§ 8º-A Administração do Fundo fará publicar, para conhecimento

geral, os nomes dos inscritos a qualquer benefício oriundo desta Lei, para impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 9º- O Conselho Gestor, através de ato do seu Presidente, poderá baixar Instruções Normativas que irão regular as ações e procedimentos do FROHAB

Art.2º - Os demais dispositivos da Lei Municipal nº. 4.062 de 11/08/2006, permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº. 5.279 DE 14/03/2014**

LEI Nº. 5.279 DE 14/03/2014

“AUTORIZA CESSÃO DE USO DE UM AUTOMÓVEL A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – PMSC.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

## LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão de uso a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – PMSC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, de um automóvel FIAT LINEA ESSENCE 1.8 FLEX, veículo novo zero km, com capacidade para 05 pessoas, ano de fabricação 2014, modelo 2014, combustível Álcool/Gasolina (Flex), cor Branca, Chassi: 9BD1105BDE1566363.

Art. 2º - A doação do referido automóvel destina-se única e exclusivamente para uso da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Fica expressamente vedada a alienação do automóvel objeto da presente cessão de uso a qualquer título e a alteração da destinação prevista nesta Lei.

Art. 4º - A infração a qualquer dos dispositivos constantes da presente Lei, implicará na reversão da propriedade ao Município de Canoinhas, sem resultar em qualquer ônus à municipalidade.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**LEI Nº. 5.280 DE 14/03/2014**

LEI Nº. 5.280 DE 14/03/2014

**"AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse, a título de contribuição à entidade abaixo relacionada, para pagamento das contribuições do município no ano de 2014, conforme autorizado em Assembleia Geral:

I – Amplanorte – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.244.954/0001-77 até o valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), objetivando auxiliar nos custeio de elaboração de projetos a serem desenvolvidos durante o ano de 2014, visando o desenvolvimento econômico e regional através da geração de renda e do aumento das receitas dos municípios, dentre outros.

Art. 2º - O valor objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º será repassado mensalmente através de débito em conta bancária.

Art. 3º - As dotações orçamentárias desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 4º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº. 5.281 DE 14/03/2014**

LEI Nº. 5.281 DE 14/03/2014

**"CRIA O PROGRAMA KARATÊ SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica instituído o programa "Karatê Social", vinculado a Fundação Municipal de Esportes, e coordenado pela Assessoria da Juventude, que tem por objetivo atender crianças e adolescentes de Canoinhas, alunos da rede pública de ensino, para contribuir no desenvolvimento pessoal bem como de suas habilidades e potencialidades.

Parágrafo Único: As aulas serão disponibilizadas para alunos com idade entre 08 a 18 anos e estará condicionada àqueles que tenham condições de saúde compatíveis para a prática desse esporte.

Art. 2º. São condicionantes para frequentar as respectivas aulas o "bom" rendimento escolar e a assiduidade.

Art. 3º. Fica autorizado a contratação de terceiros mediante processo licitatório para a execução deste programa, devendo ser credenciado ao Conselho Regional de Educação Física.

Parágrafo Único: As aulas serão ministradas por um profissional habilitado pela Confederação Catarinense de Karatê e monitoradas por um atleta capacitado e devidamente registrado na confederação acima mencionada.

Art. 4º. Havendo números maior de interessados do que de vagas, haverá sorteio para definir os alunos participantes.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 6º. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias contados de sua publicação.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 027/2014**

DECRETO Nº. 027/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 600,00 m² (Seiscentos metros quadrados), procedido por DIRCE GERALDO KÜHNE E OUTROS, situado na Rua Basílio Humenhuk, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.052, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 04 com área de 200,00 m², lote nº 27 com área de 200,00 m² e lote nº 28 com área de 200,00 m², todos pertencentes à quadra nº 213, conforme requerimento protocolado sob nº. 657/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 028/2014**

DECRETO Nº. 028/2014  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 534,20 m² (Quinhentos e trinta e quatro metros e vinte decímetros quadrados), procedido por CHARLES ROBERTO NOVAK ROSA, situado na Rua Francisco de Paula Pereira, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 25.851, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 09 com área de 267,10 m e lote nº 35 com área de 267,10 m², todos pertencentes à quadra nº 106, conforme requerimento protocolado sob nº. 330/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 029/2014**

DECRETO Nº. 029/2014  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 4.181,83 m² (Quatro mil, cento e oitenta e um metros e oitenta e três decímetros quadrados), procedido por PEDRO ARLINDO PEREIRA, situado na Rua 3 de Maio, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 5.446 e 33.721, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 1.332,65 m² e lote nº 21 com área de 2.849,18 m², todos pertencentes à quadra nº 193, conforme requerimento protocolado sob nº. 648/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 030/2014**

DECRETO Nº. 30/2014  
"DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE ATENDIMENTO DO PROCON DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal nº 3.475/2002 e do Decreto Municipal nº 145/2002; resolve ;

#### **DECRETA**

Art. 1º - De acordo com a Norma Técnica nº 002/2013 do PROCON Estadual de Santa Catarina, a qual veda o atendimento de forma regional de defesa do consumidor e atendimento de outros municípios, fica estabelecido que o atendimento no PROCON do Município de Canoinhas ficará restrito aos consumidores que comprovem residência no Município de Canoinhas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 031/2014**

DECRETO Nº. 031/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.269 de 19/02/2014, resolve:

**DECRETAR**

ART. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.269 de 19 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 99.927,00 (noventa e nove mil, novecentos e vinte e sete reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Atividade 2.080 – Ações da Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 99.927,00

Recursos 306 – 00.03.0152 – Recursos Convênio Estado - Superavit

ART. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de superávit, apurado no recurso de convênios com o Estado, no valor de R\$ 99.927,00 (noventa e nove mil novecentos e vinte e sete reais).

ART. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 19 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**DECRETO Nº. 032/2014**

DECRETO Nº. 32/2014

ALTERA O DECRETO Nº 021/2014 DE 05/02/2014, QUE NOMEOU COMISSÃO FUNCIONAL DOS JASTI/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 165 da Lei Complementar nº 0008, de 26 de dezembro

de 2005:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica alterado o Item 5 da Comissão Executiva – CCO – Município e o Item 13 das Demais Comissões – CCO/FESPORTE do Decreto 021/2014 de 05/02/2013 passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam nomeados os abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO FUNCIONAL DOS JASTI/2014 a ser realizada entre os dias 12 A 17 de maio de 2014:

COORDENADOR GERAL - FESPORTE

COMISSÃO EXECUTIVA – CCO - MUNICÍPIO

1 – Presidente – Gerson Dobrochinskei

2 – Vice – Presidente – Antonio Gilberto de Carvalho (SDR)

3 - Secretário Executivo – Fernando Tokarski

4 - 1º Secretário – Bruna Barbosa da Silva dos Santos

5 – Tesoureiro – Ricardo Souza de Oliveira

DEMAIS COMISSÕES – CCO/FESPORTE

1 - Comissão de Solenidades – CCO / FESPORTE – Dircélia dos Santos Lima e Viviane Maria Bueno Borges de Souza

2 - Comissão de Alojamento das delegações- CCO – José Carvalho Júnior

3 - Comissão de Alimentação – CCO – João Lemos

4 - Comissão de Infra-estrutura e Urbanismo – CCO – Gilson Guimarães

5 - Comissão de Imprensa – CCO / FESPORTE – Jucelli Moreira e Carlos Eduardo Vipievski

6 - Comissão de Relações Públicas e Marketing – CCO / FESPORTE – Jucelli Moreira e Carlos Eduardo Vipievski

7 - Comissão de Obras – CCO – Nelson Varela de Oliveira

8 - Comissão de Segurança – CCO – Ten. Cel. Mario Renato Erzinger

9 - Comissão de Saúde – CCO – Telma Regina Bley

10 - Comissão de Transporte – CCO/FESPORTE – Silvonei Romanovski

11 - Comissão Técnica – CCO/FESPORTE – José Carvalho Júnior

12 - Comissão Hospedagem e Alimentação arbitragem e equipe técnica – FESPORTE

13 – Comissão de finanças - CCO/FESPORTE – Ricardo Souza de Oliveira"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 033/2014**

DECRETO Nº. 33/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 10.700,00 m² (Dez mil e setecentos metros quadrados), procedido por ERICO CELSO JURGENSEN situado na Avenida Expedicionários, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 26.097, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 9.251,25m² sendo 9.251,25m² de A.P.P (área de preservação permanente) e lote nº 22 com área de 1.448,75 m² sendo 1.448,75 m² de A.P.P (área de preservação permanente), ambos pertencentes à quadra nº 1011, conforme requerimento protocolado sob nº. 988/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 034/2014**

DECRETO Nº. 034/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.212,00 m² (Um mil, duzentos e doze metros quadrados), procedido por ANÍBIO TAVARES DE CAMARGO, situado na Rua Benjamin Constant, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a transcrição nº 43.398 do Livro 3-AQ, Fl 176, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 50 com área de 500,00 m² e lote nº 52 com área de 712,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 100, conforme requerimento protocolado sob nº. 722/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 035/2014**

DECRETO Nº. 035/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 630,00 m² (Seiscentos e trinta metros quadrados), procedido por IRODINE MOREIRA E OUTROS situado na Rua João Batista Fedalto esquina com a Rua Guilherme Gonchorowski Sobrinho, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.895, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 226,80 m², lote nº 21 com área de 201,60 m² e lote nº 22 com área de 201,60 m², todos pertencentes à quadra nº 0021, conforme requerimento protocolado sob nº. 650/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de



Administração, Finanças e Orçamento, em 21/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 036/2014**

DECRETO Nº. 036/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 20/2014

Art. 1º - Fica retificado inteiro teor do Decreto nº 20/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"RATIFICA DECRETO Nº. 109/2013 REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 020/2014, que o aprovou remembramento de terreno urbano com área de 2.298,50m² (Dois mil, duzentos e noventa e oito metros e cinquenta décimos quadrados), procedido por PAULO CESAR DA GAMA, situado na Rua Getúlio Vargas, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 35.897 e 29.147, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 32 com área de 2.298,50m² pertencente à quadra nº 15, conforme requerimento protocolado sob nº. 3709/2013."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 037/2014**

DECRETO Nº. 037/2014

PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude das festividades do Carnaval e da quarta-feira de Cinzas, fica considerado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais os seguintes dias:

I – 03 de março de 2014, segunda-feira - ponto facultativo;

II – 04 de março de 2014, terça-feira, (Carnaval) - ponto facultativo;

III – 05 de março de 2014, quarta-feira, (Cinzas) - ponto facultativo somente até às 12 horas.

Art. 2º - As atividades junto ao Paço Municipal iniciarão normalmente às 13:30 horas do dia 05 de março de 2014 (Quarta - feira).

Art. 3º - O disposto no artigo 1º não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 038/2014**

DECRETO Nº. 038/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 510,00 m² (Quinhentos e dez metros quadrados), procedido por JOSÉ MARIA DA CRUZ situado na Rua Álvaro Soares de Machado esquina com a Rua Adão Tyska, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 11.825, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 06 com área de 306,00 m² e lote nº 44 com área de 204,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 501, conforme requerimento protocolado sob nº. 681/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 039/2014**

DECRETO Nº. 039/2014

RATIFICA DECRETO Nº. 093/2011 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

## RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 093/2011, que o aprovou desmembramento de terreno urbano com área de 657,00 m² (seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados), procedido por FELIX SANTOS LIMA E ATAMIR PEREIRA, situado na Rua Frederico Kohler, Bairro Campo D' Água Verde, nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 8.734 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 66 com área de 328,50 m² e lote nº. 67 com área de 328,50 m² todos pertencentes à quadra nº.1436, conforme requerimento protocolado sob nº. 2978/2011.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 040/2014**

DECRETO Nº. 040/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 487,50 m² (Quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por BERNARDO TOTH e LOURDES CONCEIÇÃO TOTH situado na Rua Joaquim Vieira de Lima, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.524, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 287,50 m² e lote nº 27 com área de 200,00 m²,

ambos pertencentes à quadra nº 1310, conforme requerimento protocolado sob nº. 794/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 041/2014**

DECRETO Nº. 041/2014

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMS/2014"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

## HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 01/SMS/2014, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

MÉDICO CLÍNICO GERAL – REGIÃO INTERIORANA – 01 VAGA – 20 HORAS

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
12	Ana Julia Dela Bruna Brand – CPF: 065.118.669-20	8,0	1º
21	Marcelo Caetano Garcia Lufiego – CPF: 036.010.529-70	-	ausente

**MÉDICO AUDITOR – 01 VAGA – 10 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
10	Marcos Vinicius de Moraes Okada – CPF: 035.606.829-32	6,5	1º
16	Erasto de Maio Netto – CPF: 067.675.069-90	6,0	2º

**MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA – 01 VAGA – 10 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
14	Celize Maria Weinert – CPF: 044.051.979-97	5,0	1º

**ODONTÓLOGO CIRURGIÃO – CEO – 01 VAGA – 40 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
11	Caio Antunes Nunes de Souza – CPF: 049.746.429-28	5,5	1º
05	Carlos Guilherme Silva do Amaral – CPF: 005.349.200-55	5,0	2º
04	Marcelo Freitas Bastos – CPF: 586.576.659-72	4,0	3º
02	Zeno Amaral Neto – CPF: 035.493.419-89	4,0	4º

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SAMU – 01 VAGA – 40 HORAS**

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
26	Evanir Kondras – CPF: 044.362.479-88	1º	6,5
19	Franciane de Fátima Ostroski – CPF: 089.483.779-65	2º	5,5
32	Elen Giane Vieira de Moraes – CPF: 096.196.259-35	3º	5,0
24	Hemerson Henrique Corso da Rosa – CPF: 097.377.919-59	4º	5,0
31	Adriane Aparecida dos Santos Desen – CPF: 799.714.409-97	5º	4,5
08	Daniele Cristina Goeste-meier – CPF: 003.833.839-43	6º	4,5

03	Edleuda de Almeida Barbosa da Silva – CPF: 038.104.129-88	7º	4,5
27	Regiane Ap. Gonçalves de Carvalho – CPF: 060.746.129-27	8º	4,5
34	Lucimara Kornitz Henke – CPF: 041.750.179-09	9º	4,5
33	Jessika Aparecida de O. Queiroz – CPF: 050.967.209-42	10º	4,5
25	Fernanda Wojciechowski – CPF: 087.186.299-97	11º	4,5
01	Margarete Ferreira dos Santos – CPF: 551.793.049-20	12º	4,0
20	Angela Maria Kluska – CPF: 895.039.299-20	13º	4,0
23	Rosangela Maria Padilha Rissardi – CPF: 004.470.029-61	14º	4,0
15	Silmara Schumovski Konkol – CPF: 021.714.469-19	15º	4,0
30	Lilian Gisleine de Oliveira – CPF: 067.085.029-25	16º	4,0
07	Marina de Fátima de Oliveira – CPF: 034.845.959-90	17º	4,0
09	Dyuliane Mayara Andrade Tonial – CPF: 052.677.369-37	18º	4,0
28	Claudia Borges Mathias – CPF: 050.783.419-43	Desclassificada	3,5
13	Claudete Aparecida Bonetes – CPF: 031.416.939-35	Desclassificada	3,5
18	Alexandre Vaz – CPF: 033.257.009-69	Desclassificado	3,0
29	Marina de Fátima Soares – CPF: 009.884.039-86	Desclassificada	3,0
06	Goreti Leme Maciel – CPF: 042.021.919-60	Desclassificada	3,0
17	Marcelo da Silva Castro Radol – CPF: 067.541.179-31	Desclassificado	3,0
22	Anderson Gomes Ferreira – CPF: 990.504.129-04	Desclassificado	2,5



**DECRETO Nº. 042/2014**

DECRETO Nº. 042/2014

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 02/SMS/2014"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**HOMOLOGAR**

Art. 1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 02/SMS/2014, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

MÉDICO CLÍNICO GERAL – REGIÃO INTERIORANA – 01 VAGA – 20 HORAS

Nº Inscrição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Classificação
02	Marcos Vinicius de Moraes Okada – 035.606.829-32	6,5	1º
01	Ana Julia Dela Bruna Brand – CPF: 065.118.669-20	6,5	2º
03	Marcelo Caetano Garcia Lufiego – CPF: 036.010.529-70	-	ausente

**DECRETO Nº. 043/2014**

DECRETO Nº. 043/2014

"DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE A SRA. IVANA DE PAULA E SILVA CORDEIRO E OUTROS, LOCALIZADO NA RUA SEM DENOMINAÇÃO, NESTA CIDADE".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 5.270 de 24 de fevereiro de 2014, Resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 5.304,50m² (cinco mil, trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), parte da área maior referente ao imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob matrícula nº 36.911, de propriedade de Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros, com as seguintes confrontações: Frente (oeste): com a Rua Arthur Oscar Spies em 16,28 metros; Fundo (leste): com terras de Moacyr Pangratz de Paula e Silva e outros em 16,43 metros; Lado direito (norte): com a área 01 (do desmembramento) pertencente à Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros em 332,07 metros; Lado esquerdo (sul): com terras de Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros e, com a Rua Fermino Pacheco de Miranda Lima em 331,34 metros.

Art. 2º - Fica também declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 1.195,62m² (mil cento e noventa e cinco metros e sessenta e dois decímetros quadrados), sendo esta a área total do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob matrícula nº. 35.960, de propriedade de Ivana de Paula e Silva Cordeiro e outros, sendo nas seguintes confrontações: Frente 1 (norte): com a Rua Paulo Artner em 20,00 metros; Frente 2 (sul): com a Rua Francisco Artner em 20,00 metros; Lateral 1 (leste): com o Lote nº. 03 e Lote nº. 21 em 59,78 metros e; Lateral 2 (oeste): com o Lote nº. 02, Lote nº. 17 e Lote nº. 18 em 59,59 metros.

Art. 3º - Conforme o art. 3º da Lei Municipal nº. 5.270/2014, as desapropriações dos imóveis descritos no art. 1º e 2º deste decreto ocorrerão gratuitamente, portanto, sem ônus financeiro para o município.

Art. 4º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº. 044/2014**

DECRETO Nº. 044/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

**RETIFICAR O DECRETO Nº. 250/2013**

Art. 1º - Fica retificado inteiro teor do Decreto nº 250/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Popular denominado "LOTEAMENTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA APARECIDA"

procedido por IMPLANTEC INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA, de um terreno com área de 137.516,86m<sup>2</sup> (cento e trinta e sete mil quinhentos e dezesseis metros e oitenta e seis décimos quadrados), situado na Rua Pedro Grosskopf no Bairro Piedade, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº36.706, conforme requerimento protocolado sob o número 6346;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica do seguinte forma:

a) Lote nº 01 com área de 224,66m<sup>2</sup>, lote nº 02 com área de 160,00 m2, lote nº 03 com área de 160,00 m2, lote nº 04 com área de 160,00 m2, lote nº 05 com área de 190,27 m2 e lote nº 06 com área de 162,00 m2 e Área Institucional 01 com 519,72m2, todos pertencentes a quadra 17.001.

b) Lote nº 01 com área de 146,24 m2, lote nº 02 com área de 171,02 m2, lote nº 03 com área de 140,00 m2, lote nº 04 com área de 140,00 m2, lote nº 05 com área de 140,00 m2, lote nº 06 com área de 140,00 m2, lote nº 07 com área de 140,00 m2 e lote nº 08 com área de 166,83 m2, lote nº 09 com área de 158,73 m2, lote nº 10 com área de 140,00 m2, lote nº 11 com área de 140,00 m2, lote nº 12 com área de 140,00 m2, lote nº 13 com área de 140,00 m2, lote nº 14 com área de 140,00 m2, lote nº 15 com área de 140,00 m2, lote nº 16 com área de 140,00 m2, lote nº 17 com área de 140,00 m2, lote nº 18 com área de 140,00 m2, lote nº 19 com área de 140,00 m2, lote nº 20 com área de 140,00 m2, lote nº 21 com área de 140,00 m2, lote nº 22 com área de 140,00 m2, lote nº 23 com área de 140,00 m2, lote nº 24 com área de 140,00 m2, lote nº 25 com área de 140,00 m2, lote nº 26 com área de 140,00 m2, lote nº 27 com área de 140,00 m2, lote nº 28 com área de 140,00 m2, lote nº 29 com área de 140,00 m2, lote nº 30 com área de 140,00 m2, lote nº 31 com área de 140,00 m2, lote nº 32 com área de 140,00 m2, lote nº 33 com área de 140,00 m2, lote nº 34 com área de 140,45 m2 e Área de Preservação Permanente com 752,33m2, todos pertencentes a quadra 17.002.

c) Lote nº 01 com área de 185,17 m2, lote nº 02 com área de 140,00 m2, lote nº 03 com área de 140,00 m2, lote nº 04 com área de 140,00 m2, lote nº 05 com área de 140,00 m2, lote nº 06 com área de 140,00 m2, lote nº 07 com área de 140,00 m2, lote nº 08 com área de 140,00 m2, lote nº 09 com área de 140,00 m2, lote nº 10 com área de 140,00 m2, lote nº 11 com área de 140,00 m2, lote nº 12 com área de 140,00 m2, lote nº 13 com área de 140,00 m2, lote nº 14 com área de 140,00 m2, lote nº 15 com área de 140,00 m2, lote nº 16 com área de 140,00 m2, lote nº 17 com área de 140,00 m2, lote nº 18 com área de 140,50 m2, lote nº 19 com área de 166,83 m2, lote nº 20 com área de 140,00 m2, lote nº 21 com área de 140,00 m2, lote nº 22 com área de 140,00 m2, lote nº 23 com área de 140,00 m2, lote nº 24 com área de 140,00 m2, lote nº 25 com área de 140,00 m2, lote nº 26 com área de 140,00 m2, lote nº 27 com área de 140,00 m2, lote nº 28 com área de 140,00 m2, lote nº 29 com área de 140,00 m2, lote nº 30 com área de 140,00 m2, lote nº 31 com área de 140,00 m2, lote nº 32 com área de 140,00 m2, lote nº 33 com área de 140,00 m2, lote nº 34 com área de 140,00 m2, lote nº 35 com área de 140,00 m2, lote nº 36 com área de 140,00 m2, lote nº 37 com área de 140,00 m2, lote nº 38 com área de 140,00 m2, lote nº 39 com área de 140,00 m2, lote nº 40 com área de 140,00 m2, lote nº 41 com área de 140,14 m2, lote nº 42 com área de 140,41 m2, lote nº 43 com área de 210,54 m2, lote nº 44 com área de 140,00 m2, lote nº 45 com área de 140,00 m2, lote nº 46 com área de 140,00 m2, lote nº 47 com área de 140,00 m2, lote nº 48 com área de 140,00 m2, lote nº 49 com área de 140,00 m2, lote nº 50 com área de 140,00 m2, lote nº 51 com área de 140,00 m2, lote nº 52 com área de 140,00 m2, lote nº 53 com área de 140,00 m2, lote nº 54 com área de 140,00 m2, lote nº 55 com área de 140,00 m2, lote nº 56 com área de 140,00 m2, lote nº 57 com área de 140,00 m2, lote nº 58 com área de 140,00 m2, lote nº 59

com área de 186,83 m2, lote nº 60 com área de 152,04 m2, lote nº 61 com área de 140,00 m2, lote nº 62 com área de 140,00 m2, lote nº 63 com área de 140,00 m2, lote nº 64 com área de 140,00 m2, lote nº 65 com área de 140,00 m2, lote nº 66 com área de 140,00 m2, lote nº 67 com área de 140,00 m2, lote nº 68 com área de 140,00 m2, lote nº 69 com área de 140,00 m2, lote nº 70 com área de 140,00 m2, lote nº 71 com área de 140,00 m2, lote nº 72 com área de 140,00 m2, lote nº 73 com área de 140,00 m2, lote nº 74 com área de 140,00 m2, lote nº 75 com área de 140,00 m2, lote nº 76 com área de 140,00 m2, lote nº 77 com área de 140,00 m2, lote nº 78 com área de 140,00 m2, lote nº 79 com área de 140,56 m2 e Área Institucional 02 com 429,51m2 todos pertencentes a quadra 17.003.

d) Lote nº 01 com área de 147,23 m2, lote nº 02 com área de 140,00 m2, lote nº 03 com área de 140,00 m2, lote nº 04 com área de 140,00 m2, lote nº 05 com área de 140,00 m2, lote nº 06 com área de 140,00 m2, lote nº 07 com área de 140,00 m2, lote nº 08 com área de 140,00 m2, lote nº 09 com área de 140,00 m2, lote nº 10 com área de 140,00 m2, lote nº 11 com área de 140,00 m2, lote nº 12 com área de 140,00 m2, lote nº 13 com área de 140,00 m2, lote nº 14 com área de 140,00 m2, lote nº 15 com área de 140,00 m2, lote nº 16 com área de 140,00 m2, lote nº 17 com área de 140,83 m2, lote nº 18 com área de 166,83 m2, lote nº 19 com área de 140,00 m2, lote nº 20 com área de 140,00 m2, lote nº 21 com área de 140,00 m2, lote nº 22 com área de 140,00 m2, lote nº 23 com área de 140,00 m2, lote nº 24 com área de 140,00 m2, lote nº 25 com área de 140,00 m2, lote nº 26 com área de 140,00 m2, lote nº 27 com área de 140,00 m2, lote nº 28 com área de 140,00 m2, lote nº 29 com área de 140,00 m2, lote nº 30 com área de 140,62 m2, lote nº 31 com área de 140,13 m2, lote nº 32 com área de 185,31 m2, lote nº 33 com área de 140,00 m2, lote nº 34 com área de 140,00 m2, lote nº 35 com área de 140,00 m2, lote nº 36 com área de 140,00 m2, lote nº 37 com área de 140,00 m2, lote nº 38 com área de 140,00 m2, lote nº 39 com área de 140,00 m2, lote nº 40 com área de 140,00 m2, lote nº 41 com área de 140,00 m2, lote nº 42 com área de 140,00 m2, lote nº 43 com área de 140,00 m2, lote nº 44 com área de 140,00 m2, lote nº 45 com área de 140,00 m2, lote nº 46 com área de 140,00 m2, lote nº 47 com área de 174,46 m2, lote nº 48 com área de 177,50 m2, lote nº 49 com área de 140,00 m2, lote nº 50 com área de 140,00 m2, lote nº 51 com área de 140,00 m2, lote nº 52 com área de 140,00 m2, lote nº 53 com área de 140,00 m2, lote nº 54 com área de 140,00m2, lote nº 55 com área de 140,00 m2, lote nº 56 com área de 140,00 m2, lote nº 57 com área de 140,00 m2, lote nº 58 com área de 140,00 m2, lote nº 59 com área de 140,00 m2, lote nº 60 com área de 140,00 m2, lote nº 61 com área de 200,78 m2, lote nº 62 com área de 140,14 m2, lote nº 63 com área de 140,00 m2, lote nº 64 com área de 140,00 m2, lote nº 65 com área de 140,00 m2, lote nº 66 com área de 140,00 m2, lote nº 67 com área de 140,00 m2 e lote nº 68 com área de 140,00, lote nº 69 com área de 140,00 m2, lote nº 70 com área de 140,00 m2, lote nº 71 com área de 140,00 m2, lote nº 72 com área de 140,00 m2, lote nº 73 com área de 141,64 m2, lote nº 74 com área de 140,00 m2, lote nº 75 com área de 182,62 m2, lote nº 76 com área de 140,00 m2, lote nº 77 com área de 140,00 m2, lote nº 78 com área de 140,00 m2, lote nº 79 com área de 140,00 m2, lote nº 80 com área de 140,00 m2, lote nº 81 com área de 140,00 m2, Área Institucional 03 com 1.634.88 m2, Área Institucional 04 com área de 3.816,58 m2 e Área Institucional 05 com área de 1.754,39 m2, todos pertencentes a quadra 17.004.

e) Lote nº 01 com área de 140,00 m2, lote nº 02 com área de 140,00 m2, lote nº 03 com área de 140,00 m2, lote nº 04 com área de 140,00 m2, lote nº 05 com área de 140,00 m2, lote nº 06 com área de 140,00 m2, lote nº 07 com área de 140,00 m2, lote nº 08 com área de 140,00 m2, lote nº 09 com área de 140,00 m2, lote nº 10 com área de 226,20 m2, lote nº 11 com área de 154,99 m2, lote nº 12 com área de 140,00 m2, lote nº 13 com área de

140,00 m2, lote nº 14 com área de 140,00 m2, lote nº 15 com área de 256,27 m2, lote nº 16 com área de 168,00 m2, lote nº 17 com área de 168,00 m2, lote nº 18 com área de 168,00 m2, lote nº 19 com área de 168,00 m2, lote nº 20 com área de 168,00 m2, lote nº 21 com área de 168,00 m2, lote nº 22 com área de 168,00 m2, lote nº 23 com área de 168,00 m2, lote nº 24 com área de 168,00 m2, lote nº 25 com área de 168,00 m2, lote nº 26 com área de 168,00 m2, lote nº 27 com área de 168,00 m2, lote nº 28 com área de 256,27 m2, lote nº 29 com área de 140,00 m2, lote nº 30 com área de 140,00 m2, lote nº 31 com área de 140,00 m2, lote nº 32 com área de 140,00 m2, lote nº 33 com área de 140,00 m2, lote nº 34 com área de 140,00 m2, lote nº 35 com área de 140,00 m2, lote nº 36 com área de 140,00 m2, lote nº 37 com área de 140,00 m2, lote nº 38 com área de 140,00 m2, lote nº 39 com área de 140,00 m2, lote nº 40 com área de 140,00 m2, lote nº 41 com área de 140,00 m2, lote nº 42 com área de 155,09 m2, todos pertencentes a quadra 17.005.

f) Lote nº 01 com área de 168,10 m2, lote nº 02 com área de 140,46 m2, lote nº 03 com área de 140,47 m2, lote nº 04 com área de 141,85 m2, lote nº 05 com área de 144,89 m2, lote nº 06 com área de 149,90 m2, lote nº 07 com área de 154,90 m2, lote nº 08 com área de 159,91 m2, lote nº 09 com área de 164,92 m2, lote nº 10 com área de 169,92 m2, lote nº 11 com área de 174,93 m2, lote nº 12 com área de 200,42 m2, todos pertencentes a quadra 17.006.

g) Lote nº 01 com área de 208,27 m2, lote nº 02 com área de 168,00 m2, lote nº 03 com área de 168,00 m2, lote nº 04 com área de 168,00 m2, lote nº 05 com área de 168,00 m2, lote nº 06 com área de 168,00 m2, lote nº 07 com área de 168,00 m2, lote nº 08 com área de 168,00 m2, lote nº 09 com área de 168,00 m2, lote nº 10 com área de 168,00 m2, lote nº 11 com área de 168,00 m2, lote nº 12 com área de 168,00 m2, lote nº 13 com área de 168,00 m2, lote nº 14 com área de 168,00 m2, lote nº 15 com área de 168,00 m2, lote nº 16 com área de 168,00 m2, lote nº 17 com área de 168,00 m2, lote nº 18 com área de 168,00 m2, lote nº 19 com área de 168,00 m2, lote nº 20 com área de 168,00 m2, lote nº 21 com área de 256,27 m2, lote nº 22 com área de 208,27 m2, lote nº 23 com área de 168,00 m2, lote nº 24 com área de 168,00 m2, lote nº 25 com área de 168,00 m2, lote nº 26 com área de 168,00 m2, lote nº 27 com área de 168,00 m2, lote nº 28 com área de 168,00 m2, lote nº 29 com área de 168,00 m2, lote nº 30 com área de 168,00 m2, lote nº 31 com área de 168,00 m2, lote nº 32 com área de 168,00 m2, lote nº 33 com área de 168,00 m2, lote nº 34 com área de 168,00 m2, lote nº 35 com área de 168,00 m2, lote nº 36 com área de 168,00 m2, lote nº 37 com área de 168,00 m2, lote nº 38 com área de 168,00 m2, lote nº 39 com área de 168,00 m2, lote nº 40 com área de 168,00 m2, lote nº 41 com área de 168,00 m2, lote nº 42 com área de 256,27 m2 todos pertencentes a quadra 17.007.

h) Lote nº 01 com área de 208,27 m2, lote nº 02 com área de 168,00 m2, lote nº 03 com área de 168,00 m2, lote nº 04 com área de 168,00 m2, lote nº 05 com área de 168,00 m2, lote nº 06 com área de 168,00 m2, lote nº 07 com área de 168,00 m2, lote nº 08 com área de 168,00 m2, lote nº 09 com área de 168,00 m2, lote nº 10 com área de 168,00 m2, lote nº 11 com área de 168,00 m2 e lote nº 12 com área de 168,00 m2, lote nº 13 com área de 168,00 m2, lote nº 14 com área de 168,00 m2, lote nº 15 com área de 168,00 m2, lote nº 16 com área de 168,00 m2, lote nº 17 com área de 168,00 m2, lote nº 18 com área de 168,00 m2, lote nº 19 com área de 168,00 m2, lote nº 20 com área de 168,00 m2, lote nº 21 com área de 256,27 m2, todos pertencentes a quadra 17.008.

i) Lote nº 01 com área de 256,27 m2, lote nº 02 com área de 168,00 m2, lote nº 03 com área de 168,00 m2, lote nº 04 com área de 168,00 m2, lote nº 05 com área de 168,00 m2, lote nº 06

com área de 168,00 m2, lote nº 07 com área de 168,00 m2, lote nº 08 com área de 168,00 m2, lote nº 09 com área de 168,00 m2, lote nº 10 com área de 168,00 m2, lote nº 11 com área de 168,00 m2, lote nº 12 com área de 168,00 m2, lote nº 13 com área de 168,00 m2, lote nº 14 com área de 256,27 m2, todos pertencentes a quadra 17.009.

j) Lote nº 01 com área de 208,27 m2, lote nº 02 com área de 168,00 m2, lote nº 03 com área de 168,00 m2, lote nº 04 com área de 168,00 m2, lote nº 05 com área de 168,00 m2, lote nº 06 com área de 168,00 m2, lote nº 07 com área de 168,00 m2, lote nº 08 com área de 168,00 m2, lote nº 09 com área de 168,00 m2, lote nº 10 com área de 168,00 m2, lote nº 11 com área de 168,00 m2 e lote nº 12 com área de 168,00 m2, lote nº 13 com área de 168,00 m2, lote nº 14 com área de 168,00 m2, lote nº 15 com área de 168,00 m2, lote nº 16 com área de 168,00 m2, lote nº 17 com área de 168,00 m2, lote nº 18 com área de 168,00 m2, lote nº 19 com área de 168,00 m2, lote nº 20 com área de 168,00 m2, lote nº 21 com área de 168,00 m2, lote nº 22 com área de 168,00 m2, lote nº 23 com área de 232,27 m2, todos pertencentes a quadra 17.010.

k) Lote nº 01 com área de 208,27 m2, lote nº 02 com área de 168,00 m2, lote nº 03 com área de 168,00 m2, lote nº 04 com área de 168,00 m2, lote nº 05 com área de 168,00 m2, lote nº 06 com área de 168,00 m2, lote nº 07 com área de 168,00 m2, lote nº 08 com área de 168,00 m2, lote nº 09 com área de 168,00 m2, lote nº 10 com área de 168,00 m2, lote nº 11 com área de 168,00 m2, lote nº 12 com área de 168,00 m2, lote nº 13 com área de 168,00 m2, lote nº 14 com área de 168,00 m2, lote nº 15 com área de 168,00 m2, lote nº 16 com área de 168,00 m2, lote nº 17 com área de 168,00 m2, lote nº 18 com área de 168,00 m2, lote nº 19 com área de 168,00 m2, lote nº 20 com área de 168,00 m2, lote nº 21 com área de 168,00 m2, lote nº 22 com área de 168,00 m2, lote nº 23 com área de 232,27 m2, lote nº 24 com área de 208,27 m2, lote nº 25 com área de 168,00 m2, lote nº 26 com área de 168,00 m2, lote nº 27 com área de 168,00 m2, lote nº 28 com área de 168,00 m2, lote nº 29 com área de 168,00 m2, lote nº 30 com área de 168,00 m2, lote nº 31 com área de 168,00 m2, lote nº 32 com área de 168,00 m2, lote nº 33 com área de 168,00 m2, lote nº 34 com área de 168,00 m2, lote nº 35 com área de 168,00 m2, lote nº 36 com área de 168,00 m2, lote nº 37 com área de 168,00 m2, lote nº 38 com área de 168,00 m2, lote nº 39 com área de 168,00 m2, lote nº 40 com área de 168,00 m2, lote nº 41 com área de 168,00 m2, lote nº 42 com área de 168,00 m2, lote nº 43 com área de 168,00 m2, lote nº 44 com área de 168,00 m2, lote nº 45 com área de 168,00 m2, lote nº 46 com área de 232,27 m2, Área Verde 01 com área de 7.351.59 m2, Área Verde 02 com área de 6.059.85 m2 e Área de Preservação Permanente com área de 6.852.62 m2, todos pertencentes a quadra 17.011.

Art. 3º - Fica reservado ao Município a propriedade das Áreas Institucionais com uma área total de 8.155,08 m2, os quais deverão ser doados a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para as Áreas Verdes com um total de área de 13.411,44 m2 conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservado para Área de Preservação Permanente – APP a área de 7.604,95m2, conforme a Lei do Código Florestal Brasileiro nº 12.651 de 25/05/2012.

Art. 6º - Fica reservado para a Linha de Transmissão de Energia como Servidão Administrativa a área total de 16.070,32m2, conforme exigência de Lei Federal para Rede de Alta Tensão.

Art. 7º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 29.634,49m<sup>2</sup>, a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Memorial Descritivo do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 8º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 9º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº. 045/2014

DECRETO Nº. 045/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DE CONVENIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA E AINDA PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.271 de 24/02/2014, resolve:

ART. 1º. Fica aberto Crédito Adicional ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.271 de 24 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Função 27: Desporto e Lazer

Programa 016: Esporte como qualidade de vida

Subfunção 812: Deporto Comunitário

Projeto 3.025 – Construção de canchas de bocha

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 195.000,00

Recurso 209 – 00.01.0209 – Recursos Convênio Estado

Produto: Construção de canchas de bocha

Unidade de Medida: m<sup>2</sup>

Meta física: 595

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio firmado com o Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

ART. 3º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.271 de 24 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Função 27: Desporto e Lazer

Programa 016: Esporte como qualidade de vida

Subfunção 812: Deporto Comunitário

Projeto 3.025 – Construção de canchas de bocha

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 35.000,00

Recurso 3002 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Produto: Construção de canchas de bocha

Unidade de Medida: m<sup>2</sup>

Meta física: 595

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 4º da Lei 5.271 de 24 de fevereiro de 2014, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes  
Função 27: Desporto e Lazer

Programa 016: Esporte como qualidade de vida

Subfunção 812: Deporto Comunitário

Atividade 2.032: Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 35.000,00

Recurso 3002 – 00.01.0000 – Recursos Ordinários

ART. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de fevereiro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito



ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### DECRETO Nº. 046/2014

DECRETO Nº. 046/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.273 de 27/02/2014, resolve:

ART. 1º. Fica aberto Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.273 de 27 de fevereiro de 2014, no valor de R\$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Programa 101: Educação de qualidade para todos  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Atividade 2.006 – Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas..... 167.000,00  
Recursos 310 – Recursos PNAP (PNAE – Pré-escola)

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 167.000,00 (Cento e sessenta e sete mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2013 e a tendência de arrecadação do exercício de 2014, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1 – Demonstrativo da Arrecadação Mensal em 2014 – Recurso 310 – PNAP

Mês	Valor em R\$	Observação
Janeiro	0,00	-
Fevereiro	0,00	-
Março	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Abril	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Mai	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Junho	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Julho	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Agosto	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Setembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Outubro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Novembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Dezembro	16.700,00	Expectativa de Arrecadação
Total	167.000,00	-

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tabela 2 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2014 (A) + Excessos abertos em 2014	Estimativa de Arrecadação para 2014, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
310	0,00	167.000,00	167.000,00

Fonte: contabilidade, 2014.

Art.3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 27 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº. 047/2014

DECRETO Nº. 047/2014

DENOMINA

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve.

DECRETAR

Art. 1º Fica denominado de "AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA" a Unidade localizada na Rua Emílio Scholtz, nº1.200, no Centro, Canoinhas/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 28 de fevereiro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/02/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº. 048/2014

DECRETO Nº 048/2014

APROVA LOTEAMENTO DE UMA ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 4.342 de 20/08/2008; Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO VALLE ARAUCÁRIA" procedido por FABIANO ZANIOLO FREITAS, de um terreno com área de 22.979,17m² (vinte e dois mil, novecentos e setenta e nove metros e dezessete decímetros quadrados), situado na Rua Antônio Liller no Bairro Alto das Palmeiras, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.725, conforme requerimento protocolado sob o número 7188/2013;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica do seguinte forma:

a) Lote nº 22 com área de 485,37m<sup>2</sup>, lote nº 23 com área de 561,46m<sup>2</sup>, lote nº 24 com área de 2.220,91m<sup>2</sup>, lote nº 25 com área de 928,89m<sup>2</sup> sendo Área Institucional, lote nº 26 com área de 619,87m<sup>2</sup> e lote nº 27 com área de 1.160,00m<sup>2</sup> sendo Área Verde, todos pertencentes à quadra nº 16.

b) Lote nº 06 com área de 578,31 m<sup>2</sup> sendo Área Institucional, lote nº 07 com área de 420,00m<sup>2</sup>, lote nº 08 com área de 420,00 m<sup>2</sup>, lote nº 09 com área de 420,00 m<sup>2</sup>, lote nº 10 com área de 420,00 m<sup>2</sup>, lote nº 11 com área de 420,00 m<sup>2</sup>, lote nº 12 com área de 420,00 m<sup>2</sup>, lote nº 13 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 14 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 15 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 16 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 17 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 18 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 19 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 20 com área de 435,00 m<sup>2</sup>, lote nº 21 com área de 435,00 m<sup>2</sup> e lote nº 22 com área de 432,00 m<sup>2</sup>, todos pertencentes a quadra nº 1700.

c) Lote nº 11 com área de 385,08m<sup>2</sup>, lote nº 12 com área de 391,74m<sup>2</sup>, lote nº 13 com área de 398,47m<sup>2</sup>, lote nº 14 com área de 405,80m<sup>2</sup>, lote nº 15 com área de 412,22m<sup>2</sup>, lote nº 16 com área de 419,14m<sup>2</sup>, lote nº 17 com área de 426,05m<sup>2</sup>, lote nº 18 com área de 432,46m<sup>2</sup> e lote nº 19 com área de 400,20m<sup>2</sup>, todos pertencente à quadra nº 1701.

Art. 3º - Fica reservada ao Município a propriedade das Áreas Institucionais constituídos pelos lotes 25 da quadra nº 16 e lote 06 da quadra nº 1700 com uma área total de 1.507,20 m<sup>2</sup>, os quais deverão ser doados a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para a Área Verde o lote nº 27 da quadra 16 com um total de área de 1.160,00 m<sup>2</sup> conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 5.886,20 m<sup>2</sup>, a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 6º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 7º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 049/2014**

DECRETO Nº. 049/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.003,45 m<sup>2</sup> (Um mil e três metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), procedido por EVALDINA SCHROEDER KUTENSKI situado na Rua Agenor Fábio Gomes, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 25.307, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 02 com área de 950,95 m<sup>2</sup> e lote nº 27 com área de 52,50 m<sup>2</sup> sendo que este lote só pode ser vendido ao confrontante, ambos pertencentes à quadra nº 087, conforme requerimento protocolado sob nº. 958/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 050/2014**

DECRETO Nº. 050/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 9.109,28m<sup>2</sup> (Nove mil, cento e nove metros e vinte e oito decímetros quadrados), procedido por RENATO SCHLUKAT situado na Rua Bernardo Olsen, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.639, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 50 com área de 926,50 m<sup>2</sup>, sendo que este só pode ser vendido ao confrontante, lote nº 51 com área de 201,40 m<sup>2</sup>, lote nº 52 com área de 224,70 m<sup>2</sup>, lote nº 53 com área de 201,40 m<sup>2</sup>, lote nº 54 com área de 224,70 m<sup>2</sup>, lote nº 55 com área de 2.116,54 m<sup>2</sup>, lote nº 56 com área de 2.203,84 m<sup>2</sup>, lote nº

57 com área de 1.330,20 m<sup>2</sup> e lote nº 58 com área de 1.680,00 m<sup>2</sup>, todos pertencentes à quadra nº 089, conforme requerimento protocolado sob nº. 1226/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 051/2014**

DECRETO Nº. 051/2014  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00m<sup>2</sup> (Oitocentos metros quadrados), procedido por VIVIAN KRÜEGER situado na Servidão Helena Piechontcoski, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 21.755, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 16 com área de 328,00 m<sup>2</sup> e lote nº 17 com área de 472,00 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 837, conforme requerimento protocolado sob nº. 1069/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 052/2014**

DECRETO Nº. 052/2014  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### **DECRETAR**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 940,80m<sup>2</sup> (Novecentos e quarenta metros e oitenta decímetros quadrados), procedido por HAROLDO PRUST SEGUNDO e VIRGÍNIA CORDEIRO PRUST situado na Rua Alvino Voigt, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 27.969 e nº 28.102, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 28 com área de 563,00 m<sup>2</sup> e lote nº 06 com área de 377,80 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 1099, conforme requerimento protocolado sob nº. 1610/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº. 053/2014**

DECRETO Nº. 053/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 013/2014

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 013/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 332,10 m<sup>2</sup> (Trezentos e trinta e dois metros e dez decímetros quadrados), procedido por TANIA MARIA WOICHIKOSKY, situado na Rua Clemente Procopiak, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 35.924, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 05 com área de 256,95 m<sup>2</sup> e lote nº 14 com área de 75,15 m<sup>2</sup> sendo que este só pode ser vendido ao confrontante, todos pertencentes à quadra nº 1172, conforme requerimento protocolado sob nº. 12/2013."



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Portaria 188/2014**

PORTARIA Nº. 188/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº5.241/2013;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de lotação temporária;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art. 1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1.1 - TAINARA WYPYCK PADILHA DA SILVA, professora de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais, 14 aulas ministradas, sem regência para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 19/03/2014 a 30/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Angela Maria Leão Iurkiv, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

1.2 - PATRICIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MULLER, professora de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas no período de 19/03/2014 a 30/05/2014. Considerando vaga vinculada da professora Angela Maria Leão Iurkiv, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

1.3 - ELIANE COLAÇO, professora de Geografia, MAG I, 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aulas excedentes e 15% regência para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Simone Calixto Stafin, a qual está em lotação temporária.

1.4 - GISLAINE GARRETT PAZDA, professora de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Rio do Pinho no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando 20 horas vaga vinculada do Gilberto de Paula Rosa, o qual está à disposição na EBM Severo de Andrade. Anteriormente

estava na referida vaga Marcos Gonçalves de Souza, o qual pediu demissão.

1.5 - ADRIANA ALVES GODOY, professora de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Pedro Bandeira no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga vinculada da professora Simone Aparecida Brey Kuchnir a qual está em processo de readaptação.

1.6 - JOCILDA CLARICE DA SILVA, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.7 - ELISÂNGELA ANTUNES SILVA FERREIRA, Ensino Médio, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no CEI Nathan Zugmam, no período de 24/03/2014 a 19/12/2014. Considerando vaga transitória para atuar na Rede Municipal de Ensino, onde está incluído um aluno com deficiência, que requer cuidados especiais, sendo proporcionadas atividades diferenciadas. De acordo com a LDB em seu artigo 58 prevê esse atendimento educacional especializado.

1.8 - MARCIO MARTINS DE CARVALHO, Ensino Médio, para exercer a função de Técnico Agrícola, com carga horária de 40 horas, sem regência, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima e ERM Professora Edemita da Conceição Rosa da Rede Municipal de Ensino, no período de 19/03/2014 a 19/12/2014. Em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Técnicos Agrícolas – Edital 005/2013/SME de 19/11/2013, para exercer suas funções junto ao Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, que tem como objetivo viabilizar um programa de ensino voltado às necessidades específicas, de cada comunidade, através da inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, faz-se necessário à contratação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **Publicação do Edital de Pregão Eletrônico n. FMS 02/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 08/2014

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 02/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10 realizará no dia 08/04/2014, às 10h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, TAIS

COMO MOVEIS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS MÉDICOS HOSPITA-  
LARES, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS, DESTINADOS A UNI-  
DADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS- PORTE I.  
Cadastro de propostas no site até às 09h00min do dia 08/04/2014.  
Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pre-  
ção (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito/Presidente do Fundo

### **Publicação da Ata da Reunião de Licitação do do Edital de Tomada de Preços N. FMS 06/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º FMS 06/2014, TO-  
MADA DE PREÇOS N.º FMS 03/2014, QUE TEM POR OBJETO A  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELA-  
TIVAS À REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA DOS DIABÉTICOS DE  
CANOINHAS - ADIC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL  
E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 21 (vinte e um) dias, do mês de março, do ano de 2014, às  
14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas,  
SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas,  
reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pela Sr. José Augusto  
Maievski, Sr. Cleison Tarcisio Fuck, Sr. Claudio Mathias e Sra. Cibe-  
le Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 086A/2014, sob a  
Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de docu-  
mentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto  
no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a par-  
ticipação das empresas J LUMA CONSTRUTORA LTDA, ROCHA E  
MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA, SD PRESTADORA DE SER-  
VIÇOS LTDA e ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA. Os envelopes da  
empresa KTX – CONSTRUTORA LTDA – ME foram recebidos pela  
comissão, porém a mesma constatou a entrega da documentação  
fora do prazo, portanto a empresa em questão não esta partici-  
pando deste certame. Primeiramente foram abertos os envelopes  
contendo a documentação de habilitação, a qual foi analisada e  
rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presen-  
tes. No tocante a empresa J LUMA CONSTRUTORA LTDA com a  
representante MARILEI TOMELIM NUNES AUGUSTO apresentou  
CERTIDÃO DE DÉBITO MUNICIPAL POSITIVA. A empresa ROCHA  
E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA solicita que conste em  
ata a sua interpretação da necessidade da entrega de declaração  
da empresa de MICROEMPRESA juntamente a Certidão Simplifica-  
da JUCESC para usufruir dos benefícios de ME ou EPP, tanto por  
parte da empresa J LUMA CONSTRUTORA, bem como por parte  
de todas as empresas. Contudo, verificado junto ao departamento  
Jurídico, buscando nas jurisprudências foi localizado o parecer de  
N. 1875 da FECAM onde deixa claro que o documento hábil para  
comprovação de ME e EPP é a DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA da  
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC. Também  
apontou divergência na Razão Social constante na Certidão Nega-  
tiva de Débitos Estaduais, onde a empresa J LUMA CONSTRUTORA  
LTDA aparece com a razão social de J LUMA COMÉRCIO DE EQUI-  
PAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME. Com relação a Certidão Es-  
tadual a comissão considerou a mesma válida pelo fato de que a  
referida certidão foi emitida para o CNPJ 08.969.679/0001-33 que  
é o da empresa J. LUMA, entendendo portanto, que o documento  
apresentado comprova a regularidade da empresa, independen-  
temente da divergência na Razão Social. Desta forma a empresa  
J LUMA CONSTRUTORA LTDA solicita conforme o Art. 43 em seu  
parágrafo Primeiro o prazo de 2 (dois) dia uteis para regulariza-  
ção da certidão apresentada. No tocante do certame a Sra. IONE  
APARECIDA MACHADO ROCHA representante da empresa ROCHA  
E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA, informa que esta se au-  
sentando do certame por não concordar com as formas em que os  
trabalhos estão sendo desenvolvidos. A Comissão de Licitação, por  
entender que a documentação apresentada, atende as exigências

do Edital, declarou HABILITADAS as empresas ROCHA E MACHA-  
DO EMPREENDIMENTOS LTDA com a representante IONE APARE-  
CIDA MACHADO ROCHA, SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA  
com o representante AIRTON JOSÉ DUARTE JUNIOR, ENGEMO  
CONSTRUÇÕES, J LUMA CONSTRUTORA LTDA com a represen-  
tante MARILEI TOMELIM NUNES AUGUSTO. A comissão de licitação  
abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta,  
para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos  
documentos de habilitação das empresas participantes. Em não  
havendo interposição de recursos, as propostas serão abertas pela  
Comissão de Licitação às 15h15min do dia 02/04/2014. E, nada  
mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois  
de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licita-  
ção e representantes presentes.

José Augusto Maievski  
Presidente

Cibele Neudorf Batista  
Secretária

Claudio Mathias  
Membro

Cleison Tarcisio Fuck  
Membro

SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA  
Airton José Duarte Junior

ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA  
Ione Aparecida Machado Rocha

J LUMA CONSTRUTORA LTDA  
Marilei Tomelim Nunes Augusto

Edital de Notificação N° 01/2014 - Contribuição de Melhoria

ANEXO PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS													
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO													
AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA													
OBRAS SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL													
LOCAL: RUA: João Tomachitz - 1ª Etapa - Lei Municipal nº. 5.210 de 12/11/2013													
EXTENSÃO: 559,00 metros													
VALOR TOTAL: R\$ 602.878,73													
ANEXO													
Nome do Contribuinte	Margem da Rua	Descrição do Terreno	Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)				Valor Total da Área (R\$)
									Equilíbrio (+)	Topografia (+)	Profundidade (-)	Regeneração (-)	
Trecho entre a Rua Lourenço Wrublevski e a Rua Adolfo Voigt													
Valter José Kuwa	Esquerda	01.02.039.0235	55,00	626,75	220,00	261,65	40.753,64	22,00	0,00	0,00	0,00	151.673,50	192.426,14
Eulalia Glábia Kolnbeck	Esquerda	01.02.039.0252	28,00	1190,12	220,00	242,94	22.815,94	0,00	0,00	0,00	0,00	284.642,34	284.642,34
Eulalia Glábia Kolnbeck	Esquerda	01.02.039.0121	24,00	905,03	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	0,00	199.106,60	199.106,60
Raquel Aparecida Dambroski	Esquerda	01.02.039.0099	21,00	463,00	220,00	52,00	19.157,78	22,00	0,00	0,00	0,00	131.203,76	131.203,76
Trecho entre a Rua Lourenço Wrublevski e a Rua Adolfo Voigt													
Anderson Batista Moreira	Direita	01.02.059.0392	16,00	463,00	220,00	202,98	41.124,43	22,00	0,00	0,00	0,00	122.232,00	122.232,00
Leandro Teixeira da Silva Jarschel	Direita	01.02.059.0436	19,00	623,99	220,00	82,40	15.085,35	0,00	0,00	0,00	0,00	138.635,37	138.635,37
Elaine Aparecida Correa Ferreira	Direita	01.02.059.0452	16,00	400,32	220,00	74,74	23.094,38	0,00	0,00	0,00	0,00	79.283,36	102.357,74
Odilene Bergamo	Direita	01.02.059.0472	20,00	563,57	220,00	230,35	44.785,95	0,00	0,00	0,00	0,00	111.586,86	156.375,81
Zelia Volante	Direita	01.02.059.0491	19,00	382,20	220,00	86,42	10.270,88	0,00	0,00	0,00	0,00	79.200,00	90.919,95
Marli Funks Schindler	Direita	01.02.059.0513	22,00	485,11	220,00	264,61	34.763,08	0,00	0,00	0,00	0,00	85.974,68	85.974,68
Jurandir Ambrosini e Rosimeire Ambrosini	Direita	01.02.059.0444	16,00	529,98	220,00	208,75	56.712,09	22,00	0,00	0,00	0,00	116.595,60	133.332,69
Trecho entre a Rua Adolfo Voigt e a Rua Arthur Burgardt													
Miguel Lanke	Esquerda	01.02.040.0200	20,00	800,00	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	0,00	193.600,00	193.600,00
Miguel Lanke	Esquerda	01.02.040.0230	20,00	299,52	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	175.982,40	175.982,40
Marcelo Tokarski	Esquerda	01.02.040.0210	20,00	800,00	220,00	111,00	17.717,60	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	176.000,00
Omar Henrique Scholze	Esquerda	01.02.040.0190	20,00	800,00	220,00	171,80	21.556,24	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	197.556,24
Loir Bueno de Rocha	Esquerda	01.02.040.0170	20,00	800,00	220,00	149,42	43.371,50	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	219.571,50
Giovani Garrett	Esquerda	01.02.040.0130	20,00	800,00	220,00	318,09	38.383,62	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	274.388,62
Edison Schiassi	Esquerda	01.02.040.0130	13,00	260,00	220,00	99,92	30.874,90	0,00	0,00	0,00	0,00	57.200,00	88.074,90
Sidnei Gasiano Melniski	Esquerda	01.02.040.0106	13,00	260,00	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	57.200,00	57.200,00
Evertton Anel Prust	Esquerda	01.02.040.0093	12,97	280,00	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	0,00	67.760,00	67.760,00
Trecho entre a Rua Arthur Burgardt e a Rua Francisco de Paula e Silva													
Marcelo Tokarski	Direita	01.02.058.0340	20,00	800,00	220,00	300,09	45.460,42	22,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	221.460,42
Cezarino Renner Cavallheiro	Direita	01.02.058.0380	20,00	800,00	220,00	130,99	31.091,17	0,00	0,00	0,00	0,00	158.400,00	189.491,17
Wladimir Piel	Direita	01.02.058.0400	20,00	800,00	220,00	111,59	14.729,53	0,00	0,00	0,00	0,00	173.129,53	173.129,53
Francisca Carim	Direita	01.02.058.0420	20,00	600,00	220,00	110,56	31.698,53	0,00	0,00	0,00	0,00	118.800,00	150.498,53
Nivaldo Muller	Direita	01.02.058.0440	20,00	800,00	220,00	97,98	11.674,46	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	187.674,46
Luiz A.Silveira e Arilda do R	Direita	01.02.058.0461	21,00	400,00	220,00	207,72	57.653,54	0,00	0,00	0,00	0,00	145.653,54	191.307,08
Anderson Knap	Direita	01.02.058.0030	19,00	380,00	220,00	140,71	38.947,73	22,00	0,00	0,00	0,00	91.950,00	130.007,73
Trecho entre a Rua Arthur Burgardt e a Rua Francisco de Paula e Silva													
Valnei Dantas e Noeli Cecilia Granemann Damas	Esquerda	01.02.041.0312	20,00	400,00	220,00	146,77	74.677,09	22,00	0,00	0,00	0,00	96.800,00	171.477,09
Jaqueline Zaldar	Esquerda	01.02.041.0272	21,00	400,00	220,00	139,48	43.293,35	0,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	131.293,35
Jaqueline Zaldar	Esquerda	01.02.041.0272	21,00	400,00	220,00	139,48	43.293,35	0,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	131.293,35
Adriane Padilha Schindler	Esquerda	01.02.041.0232	10,00	400,00	220,00	89,40	15.509,63	0,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	118.509,63
Marcos Anacleto do Amaral	Esquerda	01.02.041.0222	10,00	400,00	220,00	99,93	30.877,99	0,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	118.877,99
Gilson Borges de Souza	Esquerda	01.02.041.0212	20,00	800,00	220,00	238,17	86.185,70	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	262.185,70
Edson de Fátima	Esquerda	01.02.041.0192	10,00	390,00	220,00	78,77	7.426,70	0,00	0,00	0,00	0,00	85.800,00	93.226,70
Sueli Streit	Esquerda	01.02.041.0182	6,00	410,00	220,00	69,35	51.808,12	0,00	0,00	0,00	0,00	90.200,00	90.200,00
Jeannie Ribeiro Espinhar Wendt	Esquerda	01.02.041.0172	13,00	506,25	220,00	506,25	51.808,35	0,00	0,00	0,00	0,00	163.283,35	163.283,35
Juliano Gil Nunes Wendt	Esquerda	01.02.041.0160	14,00	663,75	220,00	372,27	92.240,47	0,00	0,00	0,00	0,00	238.756,20	238.756,20
Sirene Wollan Saleme	Esquerda	01.02.041.0147	20,00	525,00	220,00	208,18	68.460,35	0,00	0,00	0,00	0,00	115.500,00	115.500,00
Gabriel Postol	Esquerda	01.02.041.0127	15,00	450,00	220,00	150,65	39.360,57	0,00	0,00	0,00	0,00	99.000,00	99.000,00
Antonio Reginaldo de Paula e Silva	Esquerda	01.02.041.0112	15,00	450,00	220,00	374,08	99.864,15	0,00	0,00	0,00	0,00	99.000,00	99.000,00
Cristi Aparecida Jarochevski Schiavatoski	Esquerda	01.02.041.0097	16,00	490,87	220,00	156,27	51.387,15	22,00	0,00	0,00	0,00	118.790,54	170.172,69
Trecho entre a Rua Arthur Burgardt e a Rua Francisco de Paula e Silva													
Alcione Grobe Roppa	Direita	01.02.057.0430	21,00	400,00	220,00	163,34	57.704,79	22,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00	145.706,79
Nery Krailing	Direita	01.02.057.0450	20,00	400,00	220,00	219,97	64.728,92	0,00	0,00	0,00	0,00	79.200,00	143.928,92
Herdeiros de Raimundo Preisler	Direita	01.02.057.0464	15,00	686,32	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	150.990,40	150.990,40
Cleofides Preisler Simm	Direita	01.02.057.0478	15,00	686,32	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	150.990,40	150.990,40
Patrick Otávio Schiavatoski e Outro	Direita	01.02.057.0498	20,00	810,31	220,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	176.068,20	176.068,20
Alena Wagner	Direita	01.02.057.0524	13,00	576,71	220,00	107,30	7.283,12	0,00	0,00	0,00	0,00	125.556,20	125.556,20
Nelson Farias de Souza	Direita	01.02.057.0551	27,00	1291,09	220,00	131,50	16.615,29	0,00	0,00	0,00	0,00	284.039,80	300.655,09
Anacleto Galecki	Direita	01.02.057.0568	18,00	782,25	220,00	84,70	15.135,53	0,00	0,00	0,00	0,00	172.095,00	187.230,53
Luciano Jacinto de Paula e Silva	Direita	01.02.057.0581.001	15,00	730,43	220,00	122,20	38.773,95	0,00	0,00	0,00	0,00	160.694,60	160.694,60
Duricleia Rocha Silva	Direita	01.02.057.0055	36,00	651,08	220,00	-	-	22,00	0,00	0,00	0,00	171.885,12	171.885,12

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 06 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba

Bruna Greang

Fernando Tokarski

Supervisor I

Simone Mary Adur  
Agente Administrativo

Edson Luiz Budant  
Fiscal de Tributos

Auditora Fiscal

Vanessa Langer  
Contadora

José Marcos Carvalho  
Agente Administrativo

Diogo Carlos Seidel  
Administrador

Fotógrafo

Derval Padilha Junior  
Assistente I de em Topografia

Felipe Pflanzner  
Auxiliar Administrativo

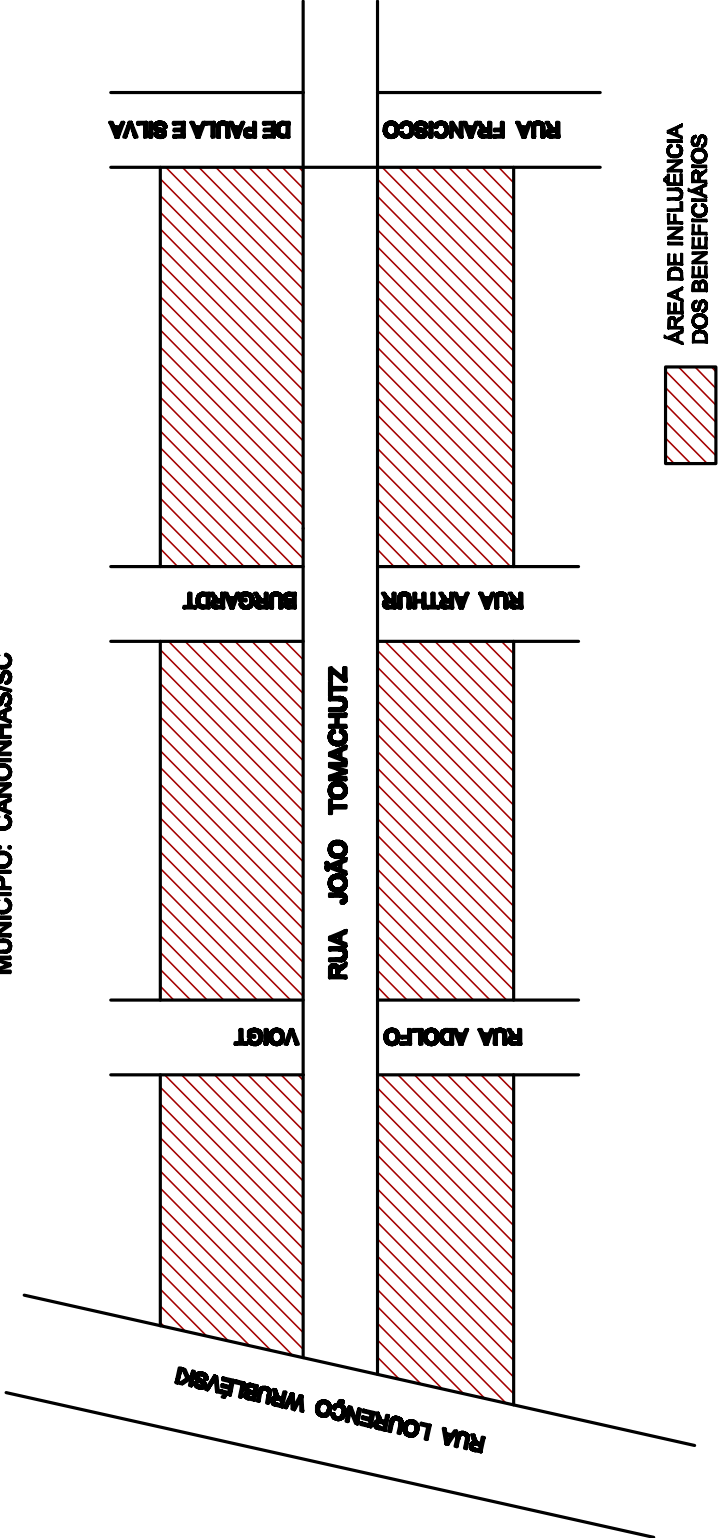
BADESC		PLANILHA DE ORÇAMENTO			(A 2)
GEROM - GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS					
PROGRAMA BADESC CIDADES		ITEM	FONTES		%
		1	Recursos Badesc Cidades		
		2	Outros Recursos		
MUNICÍPIO:	CANOINHAS		Total do Projeto		0%
PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - JOÃO TOMASCHITZ - EXTENSÃO: 553,00m				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES				
1.1	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	279,37	698,43
2	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	3.975,10	5,43	21.584,79
2.2	Remoção Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	240,00	7,36	1.766,40
2.3	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 3000 A 5000M C/Carreg	m3	1.666,55	15,81	26.348,16
2.4	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	1.281,96	5,48	7.025,14
3	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	6.776,00	1,61	10.909,36
3.2	Base De Macadame Hidráulico Bc	m3	1.133,12	87,58	99.238,65
3.3	Base De Brita Graduada Bc	m3	954,19	107,81	102.871,22
3.4	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	6.223,00	3,61	22.465,03
3.5	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	6.223,00	1,37	8.525,51
3.6	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfáltico Usinado A Quente(Cauq),Cap 50/70, Exclusive Transporte	t	622,30	226,52	140.963,40
3.7	Transporte Comercial C/ Basc. 10M3 Rod. Pav. DMT-47,00km	t	622,30	17,58	10.940,03
4	DRENAGEM				
4.1	Escavacao Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m3	1.082,70	6,81	7.373,19
4.2	Transporte Local Com Caminhao Basculante 6 M3, Rodovia Pavimentada ( Para Distancias Superiores A 4 Km )	m3xkm	1.082,70	4,83	5.229,44
4.3	Reaterro De Vala/Cava Sem Controle De Compactação , Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Reaproveitado	m3	899,02	9,53	8.567,66
4.4	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	899,02	5,43	4.881,68

Home Page: <http://www.badesc.gov.br> - <http://www.sc.gov.br> - E-mail: [badesc@badesc.gov.br](mailto:badesc@badesc.gov.br)



ANEXO I

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL  
LOCAL: RUA JOÃO TOMACHUTZ (1ª Etapa)  
EXTENSÃO: 553,00m  
BAIRRO: TRICOLIN  
MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 01/2014**  
**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

**CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**  
**LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);**  
**LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);**  
**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);**  
**LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

**FAZ SABER:** a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, localizados na **Rua João Tomachutz**, no trecho entre a Rua Lourenço Wrublewski e a Rua Francisco de Paula e Silva, localizada no Bairro Tricolin, com extensão de 553,00 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

**1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

**1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA:** O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 602.878,73 (seiscentos e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com a aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

**1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.210/2013.

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua João Tomachutz, no trecho entre a Rua Lourenço Wrublewski e a Rua Francisco de Paula e Silva**, localizada no Bairro Tricolin, com extensão de 553,00 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013):**

**1.5.1.** A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.210/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

**1.5.2.** A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

**1.5.3.** A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

**1.5.4.** Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

**1.5.5.** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.210/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**1.5.6.** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

**2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**

**2.1. DO OBJETO:**

**2.1.1.** Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua João Tomachutz, no trecho entre a Rua Lourenço Wrublevski e a Rua Francisco de Paula e Silva, localizada no Bairro Tricolin, com extensão de 553,00 metros lineares.

**2.1.2.** Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

**2.1.3.** Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

**2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013:**

**a) Terraplenagem**

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

**b) Pavimentação Asfáltica**

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7700 - Fax 3621-7712 - e-mail administracao@pmc.sc.gov.br  
CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89.460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

**c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes**

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

**d) Sinalização Viária**

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

**e) Obras Complementares**

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013).**

**3.1.1.** A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

**3.1.2.** O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

**3.1.3.** As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

**I** - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

**II** - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

**III** – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

**IV** - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**3.1.4.** Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

**3.1.5.** Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.210/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

**3.1.6.** Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.210/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

**3.1.7.** Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**  
Prefeito

**ARGOS JOSÉ BURGARDT**  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 03/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

BADESC		PLANILHA DE ORÇAMENTO			(A 2)
GEROM	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS				
PROGRAMA BADESC CIDADES		ITEM	FONTES		%
		1	Recursos Badesc Cidades		100,00%
		2	Outros Recursos		
MUNICÍPIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - SC		Total do Projeto		100%
PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - RUA MARECHAL RONDON - Extensão: 861,34m - Estaqueamento: 0+0,000 a 43+1,34				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES				
1.1	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	279,37	698,43
2	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	6.972,16	5,43	37.858,83
2.2	Remoção Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	217,61	7,31	1.590,73
2.3	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 3000 A 5000M C/Carreg	m3	428,94	15,71	6.738,65
2.4	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	329,95	5,48	1.808,13
3	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	12.489,43	1,61	20.107,98
3.2	Base De Macadame Seco	m3	1.727,85	87,35	150.927,70
3.3	Base De Brita Graduada Bc	m3	1.750,67	107,52	188.232,04
3.4	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	11.197,42	3,61	40.422,69
3.5	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	11.262,42	1,37	15.429,52
3.6	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfáltico Usinado A Quente(Cauq),Cap 50/70, com Transporte	t	1.079,52	232,52	251.009,99
4	DRENAGEM				
4.1	Escavacao Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m3	1.428,30	6,81	9.726,72
4.2	Transporte Local Com Caminhao Basculante 6 M3, Rodovia Pavimentada ( Para Distancias Superiores A 4 Km )	m3xkm m	1.428,30	4,83	6.898,69
4.3	Reaterro De Vala/Cava Sem Controle De Compactação , Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Reaproveitado	m3	1.186,23	9,53	11.304,77
4.4	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	1.186,23	5,43	6.441,23
4.5	Caixa Coletora, 1,04X1,04X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	39,00	1.146,91	44.729,49
4.6	Caixa De Passagem 80X80X62 Fundo Brita Com Tampa	un	1,00	399,15	399,15



Home Page: <http://www.badesc.gov.br> - <http://www.sc.gov.br> - E-mail: [badesc@badesc.gov.br](mailto:badesc@badesc.gov.br)

ANEXO PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA												
OBRAS/SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL												
LOCAL: RUA: Marechal Rondon - Lei Municipal nº. 5.210 de 12/11/2013												
EXTENSÃO: 861,34 metros												
VALOR TOTAL: R\$ 936.969,60												
ANEXO												
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Terreno		Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)			Valor Total da Área (R\$)	
			Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)				Esquina (+)	Comércio (+)	Topografia (-)		Depreciação Profundidade (-)
<b>Trecho entre a Rua Joaquim de Paula Vieira e a Rua Kurt Mendes</b>												
Arildo Cordeiro	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0049	18,00	878,90	150,00	878,90	46.148,70	15,00	0,00	0,00	145.018,50
Emílio Gutierrez e outros	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0821.001	20,00	487,00	150,00	119,66	27.209,43	0,00	0,00	0,00	73.050,00
Julio Cesar Rudey e outro	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0821.002	20,00	180,00	150,00	83,60	24.112,59	0,00	0,00	0,00	27.000,00
Wegadino Gutwiel	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0503	17,00	542,35	150,00	122,73	14.828,57	0,00	0,00	0,00	81.352,50
Marcia Adriana Ramos	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0465	14,00	450,51	150,00	102,01	12.719,62	0,00	0,00	0,00	67.576,50
Waldemiro Zieruth Filho	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0471	16,00	899,26	150,00	457,89	117.706,04	0,00	0,00	0,00	134.889,00
Rosani Zieruta Rodrigues da Silva	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0448	15,00	849,88	150,00	231,95	24.247,07	0,00	15,00	0,00	184.275,04
Maria Ivone Novaes dos Santos	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0455	7,00	403,01	150,00	82,39	21.981,19	0,00	0,00	0,00	60.451,50
Carlos Heinz Sachweh	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.072.0434	69,04	4383,00	150,00	376,75	112.327,97	15,00	0,00	0,00	733.195,00
<b>Trecho entre a Rua Kurt Mendes e a Rua Agenor Fabio Gomes</b>												
Eduardo Borges e Marcelo Borges	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0101	20,00	460,00	150,00	189,19	57.867,90	15,00	0,00	0,00	83.267,20
Claudio Roque Andrezevski Herbst	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0121	20,00	800,00	150,00	178,62	28.962,74	0,00	0,00	0,00	148.862,74
Carlo Andre Dalmaz	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0131	10,00	400,00	150,00	15,00	1.039,89	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Leoni Anderson Munhoz	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0141	10,00	400,00	150,00	15,00	1.039,89	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Ademir Schneider	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0165	24,00	964,00	150,00	310,09	82.881,23	0,00	0,00	0,00	227.481,22
Fernanda Oliveira e Fernando Oliveira	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0180	16,00	636,00	150,00	174,35	33.342,92	0,00	0,00	0,00	95.400,00
Gerson Jose Dirschmabel	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0193	14,00	540,00	150,00	115,00	19.854,98	0,00	0,00	0,00	100.854,98
Gerosilwa Edite Lapchinski	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0206	14,00	540,00	150,00	183,02	41.410,07	0,00	0,00	0,00	122.410,07
Emerson Dirschmabel	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0219	13,00	520,00	150,00	170,88	49.977,96	0,00	0,00	0,00	120.977,96
Emmanuel Tadeu Trevisani	Marechal Rondon	Direita	01.02.069.0300	41,00	1600,92	150,00	679,39	203.499,07	15,00	0,00	0,00	264.151,80
<b>Trecho entre a Rua Kurt Mendes e a Rua Agenor Fabio Gomes</b>												
Luiz Adelmo Sachweh	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0060	22,00	767,76	150,00	91,05	11.016,68	15,00	0,00	0,00	115.164,00
Sileneia Burgardt Benda Kalinoski	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0089	22,00	748,37	150,00	149,01	20.175,48	0,00	0,00	0,00	101.029,95
Alziria Alves Schmidt	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0393	11,00	258,80	150,00	161,72	53.174,13	0,00	0,00	0,00	34.938,00
Valdolina A. de Oliveira	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0381	26,00	544,20	150,00	76,81	19.545,60	0,00	0,00	0,00	93.012,60
Ademir Schmidt	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0358	12,00	202,80	150,00	104,97	33.074,71	0,00	0,00	0,00	60.452,71
Lucianeir Shimidt	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0346	30,00	253,00	150,00	109,87	32.182,86	0,00	0,00	0,00	66.337,86
Adir Antonio Gabriel	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0326	26,00	700,20	150,00	142,90	46.980,00	0,00	0,00	0,00	141.313,05
Valdemar Zielinski e Vera Luci	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0300	9,00	162,00	150,00	79,63	9.580,24	0,00	0,00	0,00	21.870,00
Emilia Stanislavski Chaves	Marechal Rondon	Esquerda	01.02.068.0290	19,00	477,69	150,00	389,45	117.535,76	15,00	0,00	0,00	203.519,96
<b>Caixa Econômica Federal</b>												
Sdr/ Eeb Irma Maria Feleitas	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0100	20,00	383,13	150,00	200,13	63.661,42	15,00	0,00	0,00	63.216,45
Nicolas José Franca	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0110	10,00	400,00	150,00	15,00	1.039,89	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Jonas Roberto Rautz	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0115	10,00	400,00	150,00	15,00	1.039,89	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Sandra Maria Wanner e Outro	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0140	21,00	890,00	150,00	36,79	13.552,33	0,00	0,00	0,00	73.554,12
Cintia Boarescida Boluf	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0151	12,00	474,06	150,00	144,91	67.231,73	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Vera Lucia Glaba Zielinski	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0159	8,00	333,03	150,00	148,91	38.585,90	0,00	0,00	0,00	87.231,73
Adair Dittrich	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0179	20,00	800,00	150,00	263,14	73.056,93	0,00	0,00	0,00	49.954,50
Osmar Henrique Scholze	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0199	20,00	800,00	150,00	263,14	73.056,93	0,00	0,00	0,00	49.954,50
Patricia Moreschi	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0219	20,00	800,00	150,00	263,14	73.056,93	0,00	0,00	0,00	49.954,50
Patricia Moreschi	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0219	20,00	766,94	150,00	265,34	75.874,96	0,00	0,00	0,00	115.041,00
Jonas Roberto Rautz	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0240	21,00	860,00	150,00	204,64	65.382,33	0,00	0,00	0,00	190.515,96
Gessi Moraes Dreweck e Outros	Marechal Rondon	Direita	01.02.067.0280	20,00	400,00	150,00	292,42	88.039,94	15,00	0,00	0,00	194.382,33
<b>Trecho entre a Rua Agenor Fabio Gomes e a Rua João Sabatke</b>												
Sdr/ Eeb Irma Maria Feleitas	Marechal Rondon	Esquerda	01.06.035.0164	84,00	6768,00	150,00	2.566,60	414.692,77	15,00	0,00	0,00	1.531.412,77
Jackson Tadeu Sobrinho	Marechal Rondon	Esquerda	01.06.035.0431	11,00	440,00	150,00	162,36	46.993,00	0,00	0,00	0,00	112.993,00
Marcia M. Sachweh Massanello de Lima e Outros	Marechal Rondon	Esquerda	01.06.035.0420	14,00	560,00	150,00	136,61	40.575,28	0,00	0,00	0,00	84.000,00
Regina Maria Alberti	Marechal Rondon	Esquerda	01.06.035.0393	13,00	520,00	150,00	136,61	40.575,28	0,00	0,00	0,00	124.975,28
Regina Maria Alberti e Faria Junior	Marechal Rondon	Esquerda	01.06.035.0380	13,00	520,00	150,00	136,61	40.575,28	0,00	0,00	0,00	126.460,90
Rose Mary Karapavicus	Marechal Rondon	Esquerda	01.06.035.0380	14,00	560,00	150,00	150,00	49.320,55	0,00	0,00	0,00	133.300,55
Gessi Moraes Dreweck e Outros	Marechal Rondon	Esquerda	01.06.035.0366	31,00	420,00	150,00	110,25	36.250,60	15,00	0,00	0,00	105.550,60

Luiz Waidewino da Silva	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0098	22,00	478,37	150,00	222,98	53.629,46	15,00	0,00	0,00	0,00	78.931,05	132.560,51
Luiz Waidewino da Silva	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0100	13,00	539,37	150,00	221,70	35.400,11	0,00	0,00	0,00	0,00	80.903,50	116.507,61
Oswaldo Roberto Bonanowski	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0132	13,00	539,37	150,00	221,70	35.400,11	0,00	0,00	0,00	0,00	80.903,50	116.507,61
Immo Weinfurter e Aida Weinfurter	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0144	31,00	2282,97	150,00	136,37	44.838,96	0,00	0,00	0,00	0,00	40.843,50	85.682,46
Immo Weinfurter e Aida Weinfurter	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0176	31,00	2282,97	150,00	136,37	44.838,96	0,00	0,00	0,00	0,00	40.843,50	85.682,46
Heroldo Olescowicz	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0214	20,00	2050,00	150,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00	262.500,00
Slmaria Aparecida Olescowicz	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0196	20,00	2050,00	150,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00	262.500,00
Deleus Bar Executives s Ltda ME	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0227	13,00	390,00	150,00	390,00	30.335,28	0,00	0,00	0,00	0,00	58.900,00	88.835,28
Deleus Bar Executives s Ltda ME	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0228	13,00	390,00	150,00	390,00	30.335,28	0,00	0,00	0,00	0,00	58.900,00	88.835,28
Alady Patra Blancourt	Marschal Rondon	Direita	01.06.044.0283	14,00	414,00	150,00	209,59	56.899,87	15,00	0,00	0,00	0,00	68.310,00	125.205,69
Trecho entre a Rua João Sabatke e a Rua Deodato de Lima														
Alvino Grefin	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.036.0019	20,00	400,00	150,00	118,10	30.525,25	15,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00	96.525,25
Renato de Matos Ribas	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.036.0395	10,00	220,27	150,00	88,20	19.566,59	0,00	0,00	0,00	0,00	33.040,50	52.607,09
Luiz Ribas Schroeder	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.036.0385	10,00	400,00	150,00	72,00	12.578,52	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	72.578,52
Joak Alberto Schiesel	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.036.0366	10,00	400,00	150,00	65,00	23.974,21	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	83.974,21
Xuan Adolfo Boidenberg	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.036.0356	16,00	748,00	150,00	231,33	59.591,06	0,00	0,00	0,00	0,00	112.200,00	171.791,06
Alaide Irochneak Wendt	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.036.0341	17,00	825,75	150,00	122,49	17.367,51	0,00	0,00	0,00	0,00	123.862,50	141.230,01
Lyvel Brand	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.036.0324	13,00	434,00	150,00	170,05	35.830,37	15,00	0,00	0,00	0,00	71.610,00	107.440,37
Erlando Aguir Gonçalves e Outr	Marschal Rondon	Direita	01.06.043.0168	20,00	444,00	150,00	214,95	47.942,88	15,00	0,00	0,00	0,00	73.260,00	121.202,88
Erlando Aguir Gonçalves e Outr	Marschal Rondon	Direita	01.06.043.0169	20,00	444,00	150,00	214,95	47.942,88	15,00	0,00	0,00	0,00	73.260,00	121.202,88
Enildo Pedro Fabris	Marschal Rondon	Direita	01.06.043.0201	13,00	572,25	150,00	274,98	69.336,63	0,00	0,00	0,00	0,00	85.832,50	135.164,17
Lauro Silvio Martinhuk	Marschal Rondon	Direita	01.06.043.0226	26,00	599,89	150,00	168,10	45.171,43	0,00	0,00	0,00	0,00	89.983,50	135.154,93
Almor Schik	Marschal Rondon	Direita	01.06.043.0281	29,00	611,78	150,00	151,27	44.499,45	15,00	0,00	0,00	0,00	100.943,70	145.443,15
Trecho entre a Rua Deodato de Lima e a Rua São José														
Fernando Luiz Tokarski	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.038.0022	30,00	593,40	150,00	177,64	40.637,06	15,00	0,00	0,00	0,00	97.911,00	138.548,06
Alceu Ferrati Knorck	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.038.0022	30,00	593,40	150,00	177,64	40.637,06	15,00	0,00	0,00	0,00	97.911,00	138.548,06
Alceu Mesia	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.038.0278	15,00	731,25	150,00	105,39	30.244,59	0,00	0,00	0,00	0,00	109.689,50	140.434,09
Monica Skultetus Krauss	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.038.0263	15,00	585,34	150,00	102,00	30.362,19	0,00	0,00	0,00	0,00	87.801,00	118.168,19
Gastão Rudolf	Marschal Rondon	Esquerda	01.06.038.0248	39,00	633,75	150,00	221,91	61.000,92	15,00	0,00	0,00	0,00	104.568,75	165.569,67
Alzira M Fernandes de Ananilha	Marschal Rondon	Direita	01.06.042.0208	27,00	600,43	150,00	116,35	12.121,47	15,00	0,00	15,00	0,00	90.064,50	102.185,97
Regiane Alves Vieira	Marschal Rondon	Direita	01.06.042.0228	20,00	376,34	150,00	100,00	29.620,06	0,00	0,00	0,00	0,00	56.451,00	86.071,06
Edson Luiz Budant	Marschal Rondon	Direita	01.06.042.0228	20,00	376,34	150,00	100,00	29.620,06	0,00	0,00	0,00	0,00	56.451,00	86.071,06
Magdalena Sothra Wipulski	Marschal Rondon	Direita	01.06.041.0260	20,00	889,96	150,00	119,38	10.265,97	15,00	0,00	0,00	0,00	133.645,40	143.906,87

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Carolinhas SC, 06 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba  
Supervisor I

Bruna Giesang  
Auditora Fiscal

Fernando Tokarski  
Fotógrafo

Simone Mery Adur  
Agente Administrativo

Vanessa Langer  
Contadora

Dorval Padilha Junior  
Assistente Téc em Topografia

Edson Luiz Budant  
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho  
Agente Administrativo

Felipe Pflanzner  
Auxiliar Administrativo

Diego Carlos Seidel  
Administrador



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 03/2014**  
**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

**CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**  
**LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);**  
**LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);**  
**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);**  
**LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

**FAZ SABER:** a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, localizados na **Rua Marechal Rondon**, no trecho entre a Rua Joaquim de Paula Vieira e a Rua São José, localizada no Bairro Alto das Palmeiras, com extensão de 861,34 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

**1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

**1.1. ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA:** O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 936.369,60 (novecentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com a aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

**1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.210/2013.

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Marechal Rondon, no trecho entre a Rua Joaquim de Paula Vieira e a Rua São José**, localizada no Bairro Alto das Palmeiras, com extensão de 861,34 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013):**

**1.5.1.** A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 5.210/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

**1.5.2.** A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

**1.5.3.** A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

**1.5.4.** Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

**1.5.5.** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.210/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**1.5.6.** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

**2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**

**2.1. DO OBJETO:**

**2.1.1.** Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Marechal Rondon, no trecho entre a Rua Joaquim de Paula Vieira e a Rua São José, localizada no Bairro Alto das Palmeiras, com extensão de 861,34 metros lineares.

**2.1.2.** Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

**2.1.3.** Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

**2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013:**

**a) Terraplenagem**

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

**b) Pavimentação Asfáltica**

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (47) 3621-7700 - Fax 3621-7712 - e-mail [administracao@pmc.sc.gov.br](mailto:administracao@pmc.sc.gov.br)  
CNPJ 83.102.384/0001-80 CEP 89.460-000 CANOINHAS SANTA CATARINA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

**c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes**

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

**d) Sinalização Viária**

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

**e) Obras Complementares**

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013).**

**3.1.1.** A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

**3.1.2.** O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

**3.1.3.** As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

**I** - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

**II** - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

**III** - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

**IV** - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**3.1.4.** Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

**3.1.5.** Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.210/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

**3.1.6.** Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.210/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

**3.1.7.** Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**  
Prefeito

**ARGOS JOSÉ BURGARDT**  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## ANEXO I

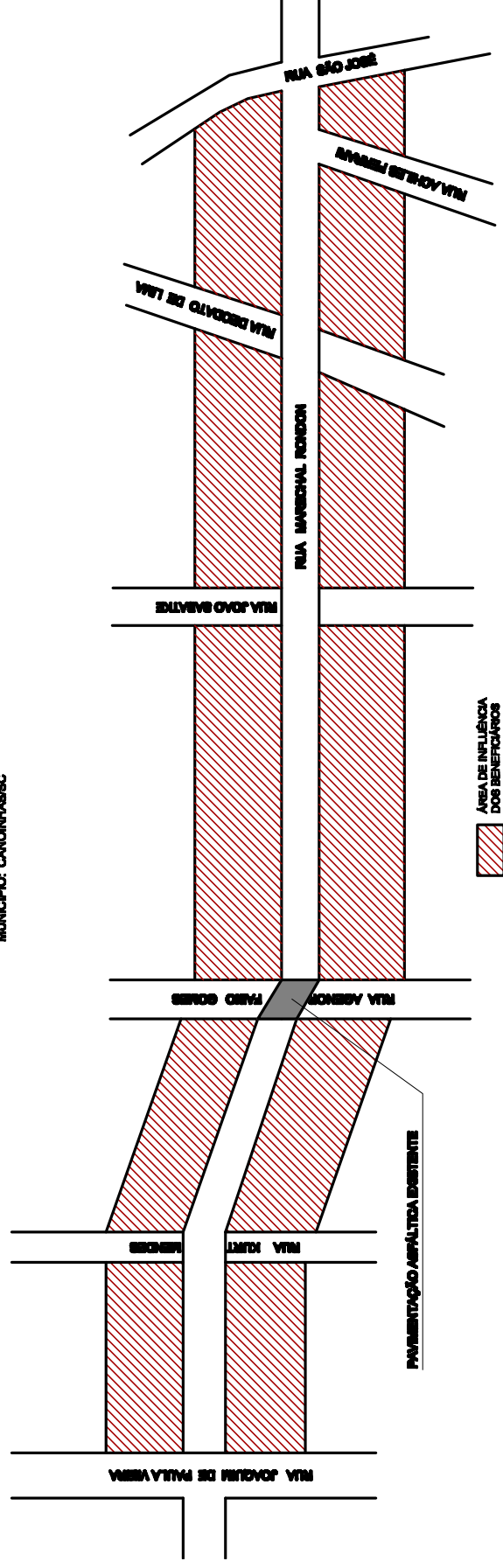
**OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL**

**EXTENSÃO: 861,34m**

**LOCAL: RUA MARECHAL RONDON**

**BAIRRO: ALTO DAS PALMEIRAS**

MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 05/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

BADESC		PLANILHA DE ORÇAMENTO			(A 2)
GEROM	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS				
PROGRAMA BADESC CIDADES		ITEM	FONTES		%
		1	Recursos Badesc Cidades		100,00%
		2	Outros Recursos		
MUNICÍPIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - SC		Total do Projeto		100%
PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - RUA JOSÉ BOITEUX -Lado Direito Extensão: 127,46m - Lado Esquerdo Extensão 126,11m				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES				
1.1	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	279,37	698,43
2	PAVIMENTAÇÃO				
2.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	1.610,10	1,61	2.592,26
2.2	Base De Brita Graduada Bc	m3	241,52	107,81	26.038,27
2.3	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	1.610,10	3,61	5.812,46
2.4	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	1.610,10	1,37	2.205,84
2.5	Fabricação E Aplicação De Concreto Betuminoso Usinado A Quente(Cbuq),Cap 50/70, Exclusive Transporte	t	161,01	232,52	37.438,05
3	DRENAGEM				
3.1	Caixa Coletora, 1,20X1,20X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	6,00	1.146,91	6.881,46
3.2	Meio-Fio De Concreto Pre-Moldado 12 X 30 Cm, Sobre Base De Concreto Simples E Rejuntado Com Argamassa Traco 1:3 (Cimento E Areia) 25 Mpa	m	284,00	27,02	7.673,68
4	PASSEIO				
4.1	Execução De Calçada Em Concreto 1:3:5 (Fck=20 Mpa) Preparo Mecânico, E=7Cm	m2	419,31	32,81	13.757,56
4.2	Lastro De Brita	m3	16,77	121,40	2.035,88
4.3	Armação De Aço Ca-60 Diam. 3,4 A 6,0Mm.- Fornecimento / Corte (C/ Perda De 10%) / Dobra / Colocação.	m	46,20	8,53	394,09
4.4	Reaterro Manual Com Apiloamento Mecanico	m3	83,86	6,05	507,35
4.5	Pavimentação com Piso Tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor vermelha, p/deficientes visuais, dimensões 30x30 cm, aplicado com argamassa industrializada AC-II, rejuntado, exclusive regularização de base	m2	83,56	64,18	5.362,88
5	SINALIZAÇÃO				
5.1	Sinalização Horizontal Com Tinta Retrorefletiva A Base De Resina Acrilica Com Microesferas De Vidro (Branca)	m2	16,43	19,65	322,85
5.2	Confecção Placa Sinalização Tot.Refletiva	Un	9,00	319,61	2.876,49
5.3	Placa Esmaltada Para Identificação De Rua 30X60 Cm, Conforme O Projeto	un	2,00	290,21	580,42

TOTAL DA OBRA					115.177,97
OBS:	ESTE CUSTO INCLUI RESERVA DE CONTINGÊNCIAS				
NOME:	Ramon M. Knabben		CREA:	095870-8	
DATA:	09/2013		BDI:	22,00%	

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC

Rua Almirante Alvim, 491 CEP 88015-380 - Florianópolis/SC - Fone: (48) 3216-5028 3216-5032 - Fax: 3216-5007 - Ouvidoria: 0800 644 1212

Home Page: <http://www.badesc.gov.br> - <http://www.sc.gov.br> - E-mail: [badesc@badesc.gov.br](mailto:badesc@badesc.gov.br)

ANEXO PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA													
OBRAS/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL													
LOCAL: RUA: José Boiteux - Lei Municipal nº: 5.210 de 12/11/2013													
EXTENSÃO: 127,46 metros													
VALOR TOTAL: R\$ 115.177,97													
ANEXO													
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Terreno		Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Valor de Mercado por m² (R\$)		Depreciação	Valor Final (m²)	Valor Total da Área (R\$)		
			Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)			Área construída (m²)	Valor Venal				Esquina (+)	Comércio (+)
Trecho entre a Rua André Paquetz e a Rua Wolf Filho													
Luiz Alberto Rinkowski Farias	José Boiteux	Direita	01.01.098.0387	9,00	86,00	130,00	287,85	91.275,20	0,00	0,00	13.288,00	103.673,20	
Antônio Augusto Pichoto	José Boiteux	Direita	01.01.098.0321	25,00	258,10	130,00	154,30	46.353,92	0,00	0,00	33.574,30	79.937,72	
Dirceu Paulo Barbieri	José Boiteux	Direita	01.01.098.0321	20,00	83,10	130,00	98,74	189.330,48	0,00	0,00	105.871,00	295.201,48	
Dirceu Paulo Barbieri	José Boiteux	Direita	01.01.098.0371	20,00	757,40	130,00	76,96	33.620,48	0,00	0,00	97.812,00	104.314,48	
Dirceu Paulo Barbieri	José Boiteux	Direita	01.01.098.0385	15,00	536,41	130,00	220,48	33.620,93	0,00	0,00	69.733,30	103.364,21	
Gloria Luiz Augusto Pfeiffer	José Boiteux	Direita	01.01.098.0397	14,00	413,86	130,00	305,33	37.780,92	0,00	0,00	53.801,80	91.982,72	
Dirceu Paulo Barbieri	José Boiteux	Direita	01.01.098.0350	21,00	614,44	130,00	77,14	5.347,81	0,00	0,00	87.864,92	93.212,72	
Trecho de Fatima Adur Oliveira													
Ivete de Fatima Adur Oliveira	José Boiteux	Esquerda	01.01.099.0144	20,00	783,17	130,00	-	-	0,00	0,00	111.993,31	111.993,31	
Gilberto Bauer e Jair Bauer	José Boiteux	Esquerda	01.01.099.0101	20,00	812,37	130,00	232,43	62.285,65	0,00	0,00	105.608,10	167.893,75	
Dirceu Paulo Barbieri	José Boiteux	Esquerda	01.01.099.0081	17,00	688,16	130,00	268,26	78.285,77	0,00	0,00	89.460,80	167.746,57	
Cleiton Eduardo Burdardt	José Boiteux	Esquerda	01.01.099.0067	15,00	600,75	130,00	299,68	38.599,65	0,00	0,00	78.097,10	116.697,11	
Associação de Pescadores das Boas Novas Eternas	José Boiteux	Esquerda	01.01.099.0052	15,00	572,65	130,00	141,60	21.596,46	0,00	0,00	74.444,50	96.040,96	
João Osmi Pereira de Souza	José Boiteux	Esquerda	01.01.099.0037	15,00	600,71	130,00	130,00	29.921,13	0,00	0,00	78.092,30	108.013,43	
Zila Adur de Oliveira	José Boiteux	Esquerda	01.01.099.0020	21,00	512,85	130,00	247,85	67.920,13	0,00	0,00	73.337,55	141.257,67	
Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.													
Canoinhas SC, 06 de março de 2014.													
Comissão de Avaliação:													
Jorge Luiz Borda	Supervisor I		Bruna Gresing	Auditora Fiscal						Fernando Tokarski	Fotógrafo		
Simone Mary Adur	Agente Administrativo		Vanessa Lalager	Contadora						Dorival Padina Junior	Assistente Téc em Topografia		
Eoson Luiz Budant	Fiscal de Tributos		José Marcos Carvalho	Agente Administrativo						Felipe Pinharzer	Auxiliar Administrativo		
Dionicio Carlos Seiden													
Administrador													



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 05/2014**  
**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

**CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**  
**LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);**  
**LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);**  
**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);**  
**LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

**FAZ SABER:** a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, localizados na **Rua José Boiteux**, no trecho entre a Rua André Pangratz e a Rua Wolf Filho, localizada no Centro, com extensão de 127,46 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

**1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

**1.1. ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA:** O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 115.177,97 (cento e quinze mil, cento e setenta e sete reais e noventa e sete centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com a aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

**1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.210/2013.

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua José Boiteux**, no trecho entre a Rua André Pangratz e a Rua Wolf Filho, localizada no Centro, com extensão de 127,46 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013):**

**1.5.1.** A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

disposto na Lei Municipal nº 5.210/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

**1.5.2.** A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

**1.5.3.** A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

**1.5.4.** Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

**1.5.5.** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.210/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**1.5.6.** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

## **2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**

### **2.1. DO OBJETO:**

**2.1.1.** Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua José Boiteux**, no trecho entre a Rua André Pangratz e a Rua Wolf Filho, localizada no Centro, com extensão de 127,46 metros lineares.

**2.1.2.** Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

**2.1.3.** Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

### **2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013:**

#### **a) Terraplenagem**

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

#### **b) Pavimentação Asfáltica**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

**c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes**

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

**d) Sinalização Viária**

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

**e) Obras Complementares**

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013).**

**3.1.1.** A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

**3.1.2.** O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

**3.1.3.** As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

**I** - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

**II** - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

**III** – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

**IV** - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**3.1.4.** Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

**3.1.5.** Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.210/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

**3.1.6.** Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.210/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

**3.1.7.** Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**  
Prefeito

**ARGOS JOSÉ BURGARDT**  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**ANEXO I**

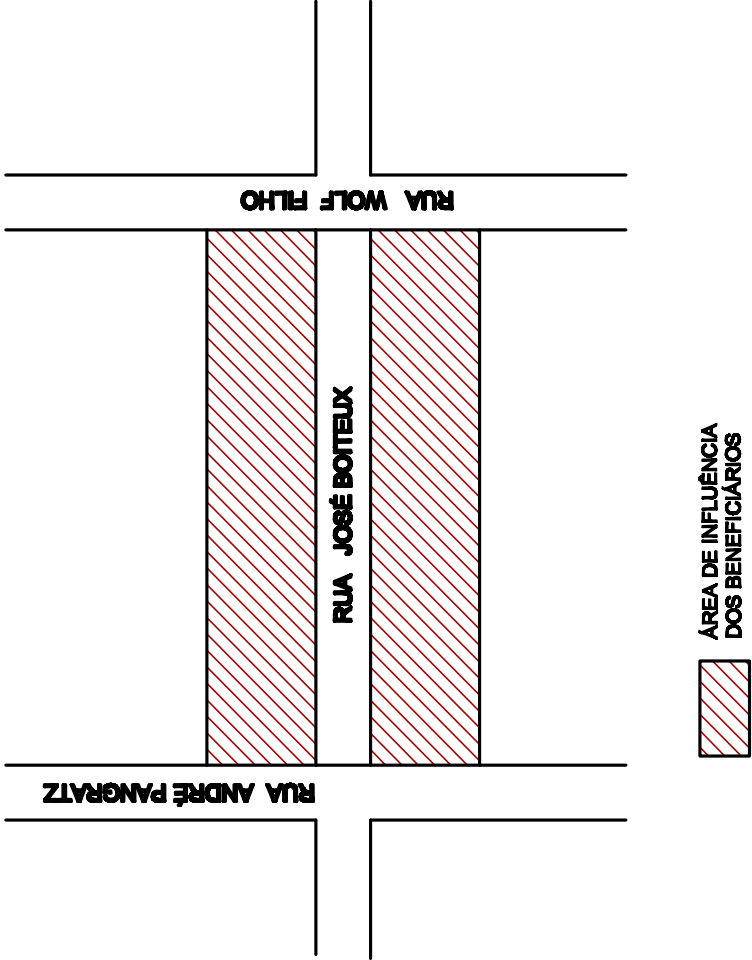
**OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL**

**EXTENSÃO: 127,46m**

**LOCAL: RUA JOSÉ BOTTELUX**

**BAIRRO: CENTRO**

**MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC**



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 06/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

BADESC		PLANILHA DE ORÇAMENTO			(A 2)
GEROM GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS					
PROGRAMA BADESC CIDADES		ITEM	FONTES		%
		1	Recursos Badesco Cidades		
		2	Outros Recursos		
MUNICÍPIO:	CANOINHAS		Total do Projeto		0%
PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - RUA JOÃO DA CRUZ KREILING - EXTENSÃO: 160,13m				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES				
1.1	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	279,37	698,43
2	TERRAPLENAGEM				
	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	780,75	5,43	4.239,47
3	PAVIMENTAÇÃO				
	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	1.761,43	1,61	2.835,90
3.1	Base De Macadame Hidráulico Bc	m3	294,00	87,58	25.748,52
3.2	Base De Brita Graduada Bc	m3	246,20	107,81	26.542,82
	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	1.601,30	3,61	5.780,69
3.4	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	1.601,30	1,37	2.193,78
	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfáltico Usinado A Quente(Cauq),Cap 50/70, Exclusive Transporte	t	160,13	226,52	36.272,65
3.6	Transporte Comercial C/ Basc. 10M3 Rod. Pav. DMT-47,00km	t	160,13	17,58	2.815,09
3.7					
4	DRENAGEM				
	Escavacao Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m3	363,45	6,81	2.475,09
4.1	Transporte Local Com Caminhao Basculante 6 M3, Rodovia Pavimentada ( Para Distancias Superiores A 4 Km )	m3xkm	363,45	4,83	1.755,46
	Reaterro De Vala/Cava Sem Controle De Compactação , Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Reaproveitado	m3	298,74	9,53	2.846,99
4.3	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	298,74	5,43	1.622,16
4.4	Caixa Coletora, 1,04X1,04X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	7,00	1.146,91	8.028,37
4.5	Caixa De Passagem 80X80X62 Fundo Brita Com Tampa	un	2,00	399,15	798,30
	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 400Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	180,00	19,19	3.454,20
4.7	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 500Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	73,00	29,07	2.122,11
4.8					

Home Page: <http://www.badesc.gov.br> - <http://www.sc.gov.br> - E-mail: [badesc@badesc.gov.br](mailto:badesc@badesc.gov.br)



ANEXO													
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS													
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO													
AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA													
OBRAS/ SERVIÇOS: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, E DRENAGEM PLUVIAL													
LOCAL: RUA: João da Cruz Kreilling - Lei Municipal nº: 5.210 de 12/11/2013													
EXTENSÃO: 160,13 metros													
VALOR TOTAL: R\$ 1.947.226,07													
ANEXO													
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Descrição do Terreno		Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Valor de Mercado por m² (R\$)			Valor Total da Área (R\$)		
			Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)				Esquina (+)	Comércio (+)	Topografia (-)	Profundidade (-)	Valor Final (m²)	
Trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a Rua Joaquim de Paula Vieira													
Beatriz Teresinha Pontorolo	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0014	14,00	209,99	200,00	139,90	45.445,42	20,00	0,00	0,00	46.137,80	91.643,22
Almuth Schroeder	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0383	14,00	210,00	200,00	133,35	39.767,27	0,00	0,00	0,00	42.000,00	81.767,27
Hamilton Chumberg	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0368	15,00	401,24	200,00	104,55	32.467,09	0,00	0,00	0,00	72.223,20	104.674,29
Alfredo Luis Sorg	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0354	14,00	401,24	200,00	152,77	50.231,34	0,00	0,00	0,00	80.248,00	104.674,29
Jorge de Jesus Colaco	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0340	15,00	401,24	200,00	-	-	0,00	0,00	0,00	80.248,00	80.248,00
Eneida Karvat	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0376	14,00	260,40	200,00	-	-	0,00	0,00	0,00	52.080,00	52.080,00
Valdecir de Alexandrina	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0176	14,00	428,96	200,00	135,10	44.421,38	0,00	0,00	0,00	85.792,00	130.213,38
Jair Antonio Cubas	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0194	17,00	400,00	200,00	-	-	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00
Carmen Lucia Slabadack	João da Cruz Kreilling	Esquerda	01.02.098.0281	40,00	365,75	200,00	136,00	44.717,30	20,00	0,00	0,00	80.465,00	125.182,30
Trancho da Suiza													
Pedro de Souza	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0117	40,00	1028,62	200,00	222,63	33.954,94	20,00	0,00	0,00	226.296,40	260.251,34
José Lourival Dória	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0137	19,00	506,62	200,00	150,88	24.571,98	0,00	0,00	0,00	101.324,00	125.895,98
Aldeir Pereira	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0152	15,00	400,00	200,00	71,25	16.392,08	0,00	0,00	0,00	80.000,00	96.399,08
Thaíla Dalaine Pereira	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0167	15,00	400,00	200,00	98,42	34.310,31	0,00	0,00	0,00	80.000,00	114.310,31
Patricia C. Massaneiro	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0182	15,00	440,02	200,00	-	-	0,00	0,00	0,00	88.004,00	88.004,00
Reginaldo Luiz Scheuer	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0202	16,00	499,77	200,00	196,50	68.907,09	0,00	0,00	0,00	99.954,00	130.213,38
Maria Vanessa Greschehen	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0225	13,00	425,00	200,00	76,78	17.671,88	0,00	0,00	0,00	85.000,00	102.671,88
Nilton Cesar Munhoz	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0236	14,00	472,50	200,00	-	-	0,00	0,00	0,00	94.500,00	94.500,00
Altair José Dominiak	João da Cruz Kreilling	Direita	01.02.096.0266	17,00	307,59	200,00	70,00	16.111,38	20,00	0,00	0,00	67.669,80	83.781,18

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 06 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba  
Supervisor I

Simone Mary Adur  
Agente Administrativo

Edson Luiz Budant  
Fiscal de Tributos

Bruna Grisang  
Auditora Fiscal

Vanessa Langer  
Contadora

José Marcos Carvalho  
Agente Administrativo

Diogo Carlos Seidel  
Administrador

Fernando Tokarski  
Fotógrafo

Dorval Padilha Junior  
Assistente Tec em Topografia

Felipe Pflanzner  
Auxiliar Administrativo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 06/2014**  
**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

**CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**  
**LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);**  
**LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);**  
**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);**  
**LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

**FAZ SABER:** a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, localizados na **Rua João da Cruz Kreilling**, no trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a Rua Joaquim de Paula Vieira, localizada no Centro, com extensão de 160,13 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

**1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

**1.1. ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA:** O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 154.226,07 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos de vinte e seis reais e sete centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com a aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

**1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.210/2013.

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua João da Cruz Kreilling**, no trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a Rua Joaquim de Paula Vieira, localizada no Centro, com extensão de 160,13 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013):**

**1.5.1.** A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

disposto na Lei Municipal nº 5.210/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

**1.5.2.** A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

**1.5.3.** A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

**1.5.4.** Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

**1.5.5.** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.210/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**1.5.6.** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

## **2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**

### **2.1. DO OBJETO:**

**2.1.1.** Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da **Rua João da Cruz Kreilling**, no trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a Rua Joaquim de Paula Vieira, localizada no Centro, com extensão de 160,13 metros lineares.

**2.1.2.** Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

**2.1.3.** Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

### **2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013:**

#### **a) Terraplenagem**

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

#### **b) Pavimentação Asfáltica**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

**c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes**

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

**d) Sinalização Viária**

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

**e) Obras Complementares**

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013).**

**3.1.1.** A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

**3.1.2.** O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

**3.1.3.** As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

**I** - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

**II** - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

**III** – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

**IV** - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**3.1.4.** Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

**3.1.5.** Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.210/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

**3.1.6.** Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.210/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

**3.1.7.** Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**  
Prefeito

**ARGOS JOSÉ BURGARDT**  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## ANEXO I

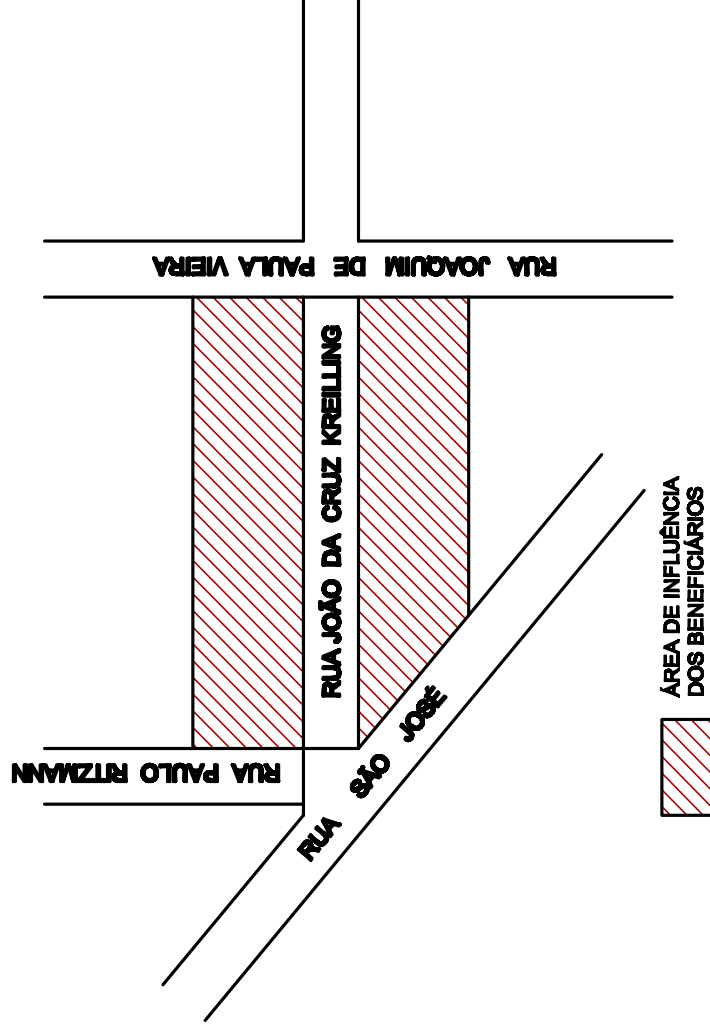
**OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL**

**EXTENSÃO: 160,13m**

**LOCAL: RUA JOÃO DA CRUZ KRELLING**

**BAIRRO: BOA VISTA**

**MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC**





**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 02/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

<div>BADESC</div>		PLANILHA DE ORÇAMENTO			(A 2)
GEROM - GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS					
PROGRAMA BADESC CIDADES		ITEM	FONTES		%
		1	Recursos Badesc Cidades		
		2	Outros Recursos		
MUNICÍPIO:	CANOINHAS		Total do Projeto		0%
PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - JOÃO TOMASCHITZ - EXTENSÃO: 674,36m				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES				
1.1	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	279,37	698,43
2	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	4.578,47	5,43	24.861,09
2.2	Remoção Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	240,00	7,36	1.766,40
2.3	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 3000 A 5000M C/Carreg	m3	709,10	15,81	11.210,87
2.4	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	545,46	5,48	2.989,12
3	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	8.232,32	1,61	13.254,04
3.2	Base De Macadame Hidráulico Bc	m3	1.376,57	87,58	120.560,00
3.3	Base De Brita Graduada Bc	m3	1.158,98	107,81	124.949,63
3.4	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	7.557,96	3,61	27.284,24
3.5	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	7.557,96	1,37	10.354,41
3.6	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfáltico Usinado A Quente(Cauq),Cap 50/70, Exclusive Transporte	t	755,80	226,52	171.203,82
3.7	Transporte Comercial C/ Basc. 10M3 Rod. Pav. DMT-47,00km	t	755,80	17,58	13.286,96
4	DRENAGEM				
4.1	Escavacao Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m3	1.317,60	6,81	8.972,86
4.2	Transporte Local Com Caminhao Basculante 6 M3, Rodovia Pavimentada ( Para Distancias Superiores A 4 Km )	m3xkm	1.317,60	4,83	6.364,01
4.3	Reaterro De Vala/Cava Sem Controle De Compactação , Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Reaproveitado	m3	1.094,07	9,53	10.426,49
4.4	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica E Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	1.094,07	5,43	5.940,80
4.5	Caixa Coletora, 1,04X1,04X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	30,00	1.146,91	34.407,30
4.6	Caixa De Passagem 80X80X62 Fundo Brita Com Tampa	un	4,00	399,15	1.596,60

Home Page: <http://www.badesc.gov.br> - <http://www.sc.gov.br> - E-mail: [badesc@badesc.gov.br](mailto:badesc@badesc.gov.br)

ANEXO PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA														
CIRTA/SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL														
LOCAL: RUA: João Tomachutz - 2º Esqpa - Lei Municipal nº. 5.210 de 12/11/2013														
VALOR TOTAL: R\$ 695.206,04														
ANEXO														
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Esquina (+)	Valor de Mercado por m² (R\$)	Depreciação Topografia (-)	Depreciação Profundidade (-)	Valor Final (m²)	Total da Área (R\$)
Trecho entre a Rua João Soares Machado e a Rua João Allage														
Empresa Industrial e Comercial Puck S/A	João Tomachutz	Esquerda	01.02.043.0261	21,00	796,74	220,00		-	22,00	0,00	0,00	0,00	192.811,08	192.811,08
Mário Osmi Babls	João Tomachutz	Esquerda	01.02.043.0260	21,00	780,92	220,00		15.495,21	0,00	0,00	22,00	0,00	154.622,16	170.117,37
Mário Antonio Munhoz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.043.0180	11,00	407,93	220,00		117,04	26.938,23	0,00	0,00	0,00	80.770,14	107.708,37
Edson Pádua	João Tomachutz	Esquerda	01.02.043.0160	21,00	784,55	220,00		10.668,44	0,00	0,00	0,00	0,00	17.260,01	17.260,01
Vicente Oleakovicz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.043.0140	20,00	800,00	220,00		53,44	130.018,76	0,00	0,00	0,00	176.000,00	306.018,76
Acir Fernandes e Clarice da Silva Fernandes	João Tomachutz	Esquerda	01.02.043.0120	20,00	812,71	220,00		213,66	52.005,67	0,00	0,00	0,00	178.796,20	230.801,87
Janir José de Castro e Maria de Lourdes C dos Santos	João Tomachutz	Esquerda	01.02.043.0100	20,00	213,35	220,00		13,00	15.148,34	22,00	0,00	0,00	51.630,20	66.770,04
Trecho entre a Rua João Allage e a Rua Afonso Carvalho Kohler														
Acacio Pereira Neto	João Tomachutz	Direita	01.02.045.0336	26,00	1210,00	220,00		181,83	19.829,92	22,00	0,00	0,00	292.820,00	312.645,92
Acacio Pereira Neto	João Tomachutz	Direita	01.02.045.0353	17,00	697,63	220,00		80,00	10.404,45	0,00	0,00	0,00	153.478,60	163.883,05
Jose Pádua	João Tomachutz	Direita	01.02.045.0373	20,00	900,00	220,00		65,00	14.965,56	0,00	0,00	0,00	198.000,00	212.960,56
Almor Alves Rocha	João Tomachutz	Direita	01.02.045.0403	10,00	450,00	220,00		175,43	28.465,26	0,00	0,00	0,00	99.000,00	127.465,26
Gumercindo Simões Pinto	João Tomachutz	Direita	01.02.045.0413	10,00	450,00	220,00		116,40	23.606,35	0,00	0,00	0,00	99.000,00	127.465,26
Sergio Augusto Fernandes Bordi	João Tomachutz	Direita	01.02.045.0413	20,00	855,54	220,00		177,85	32.958,92	0,00	0,00	0,00	88.278,80	271.157,72
Aníseri Fernandes	João Tomachutz	Direita	01.02.045.0425	24,00	360,00	220,00		220,52	37.889,91	22,00	0,00	0,00	21.100,00	178.069,91
Trecho entre a Rua João Allage e a Rua Afonso Carvalho Kohler														
Cláudio Rita Zimmermann	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0443	20,00	400,00	220,00		181,74	49.897,30	22,00	0,00	0,00	96.800,00	146.697,30
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0443	20,00	400,00	220,00		181,74	49.897,30	22,00	0,00	0,00	96.800,00	146.697,30
Nabor Leita Graciano	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0393	10,00	438,48	220,00		90,49	25.862,49	0,00	0,00	0,00	96.465,90	122.028,09
Jose Zattar Filho	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0383	18,00	729,29	220,00		150,44	43.068,56	0,00	0,00	0,00	160.443,80	203.512,36
Geneci Terezinha Muller	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0363	21,00	1608,33	220,00		151,99	23.131,44	0,00	0,00	0,00	353.822,60	376.964,04
Rosana Kohler	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0293	20,00	884,40	220,00		203,39	59.853,39	0,00	0,00	0,00	178.968,00	236.921,39
Lincoln Pontano	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0273	10,00	402,20	220,00		70,70	18.532,24	0,00	0,00	0,00	88.484,00	107.016,24
Antonio Bredun	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0263	10,00	402,20	220,00		87,85	24.402,07	0,00	0,00	0,00	88.484,00	107.016,24
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0263	10,00	402,20	220,00		87,85	24.402,07	0,00	0,00	0,00	88.484,00	107.016,24
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0223	10,00	402,60	220,00		54,70	20.152,45	0,00	0,00	0,00	88.572,00	108.724,49
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0214	10,00	400,00	220,00		-	-	0,00	0,00	0,00	88.000,00	88.000,00
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0213	15,00	615,40	220,00		120,40	29.695,90	0,00	0,00	0,00	135.432,00	185.127,40
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0213	15,00	615,40	220,00		120,40	29.695,90	0,00	0,00	0,00	135.432,00	185.127,40
Alexandre Manoel dos Santos	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0173	20,00	800,00	220,00		168,92	40.898,92	0,00	0,00	0,00	176.000,00	225.898,92
Thais Helena Hoffmann	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0153	26,00	1029,00	220,00		216,72	67.677,30	0,00	0,00	0,00	226.380,00	294.057,30
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0177	15,00	735,93	220,00		148,75	46.963,19	0,00	0,00	0,00	161.904,60	207.867,79
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0177	15,00	735,93	220,00		148,75	46.963,19	0,00	0,00	0,00	161.904,60	207.867,79
João Tomachutz	João Tomachutz	Esquerda	01.02.044.0097	17,00	544,00	220,00		89,20	9.524,72	22,00	0,00	0,00	131.648,00	141.172,72
Trecho entre a Rua Afonso Carvalho Kohler e a Rua João Soares Machado														
Jean Carlo Franz e Viviane Duraú Padilha	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0521	20,00	400,00	220,00		66,00	18.216,51	22,00	0,00	0,00	96.800,00	115.016,51
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0521	20,00	400,00	220,00		66,00	18.216,51	22,00	0,00	0,00	96.800,00	115.016,51
Gilson Baumgartner	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0561	10,00	360,00	220,00		112,25	22.219,46	0,00	0,00	0,00	72.000,00	94.219,46
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0561	10,00	360,00	220,00		112,25	22.219,46	0,00	0,00	0,00	72.000,00	94.219,46
Irene Maria Pereira	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0584	19,00	721,16	220,00		148,33	39.500,37	0,00	0,00	0,00	158.635,20	198.135,57
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0584	19,00	721,16	220,00		148,33	39.500,37	0,00	0,00	0,00	158.635,20	198.135,57
Edson Damascio da Silveira	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0549	5,00	759,29	220,00		204,91	64.772,46	0,00	22,00	0,00	150.339,42	215.111,88
Edson Damascio da Silveira e Nereide Waldmann	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0549	5,00	759,29	220,00		204,91	64.772,46	0,00	22,00	0,00	150.339,42	215.111,88
Edson Damascio da Silveira e Vilmar Sampaio	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0549	18,00	331,30	220,00		21,00	4.477,73	0,00	0,00	0,00	73.326,00	77.797,73
Arl Síndes de Oliveira	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0645	17,00	508,00	220,00		300,09	22.145,59	0,00	0,00	0,00	111.760,00	133.905,59
Agenor Luiz Barbieri	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0657	12,00	749,22	220,00		279,00	82.036,12	0,00	0,00	0,00	164.828,40	246.864,52
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0657	12,00	749,22	220,00		279,00	82.036,12	0,00	0,00	0,00	164.828,40	246.864,52
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.054.0713.001	26,00	1294,00	220,00		217,74	54.880,52	0,00	0,00	0,00	276.000,00	330.880,52
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.054.0713.001	26,00	1294,00	220,00		217,74	54.880,52	0,00	0,00	0,00	276.000,00	330.880,52
Marcos Sussebach	João Tomachutz	Direita	01.02.054.0713.002	33,50	1224,00	220,00		96,36	29.011,42	0,00	0,00	0,00	269.280,00	298.291,42
Marcos Sussebach	João Tomachutz	Direita	01.02.054.0713.003	33,50	1224,00	220,00		96,36	29.011,42	0,00	0,00	0,00	269.280,00	298.291,42
Therézinha Dequech	João Tomachutz	Direita	01.02.054.0713.005	33,50	1224,00	220,00		96,36	29.011,42	0,00	0,00	0,00	269.280,00	298.291,42
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.054.0713.005	33,50	1224,00	220,00		96,36	29.011,42	0,00	0,00	0,00	269.280,00	298.291,42
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0720	18,00	636,51	220,00		113,27	23.863,53	0,00	0,00	0,00	140.032,20	163.838,13
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0720	18,00	636,51	220,00		113,27	23.863,53	0,00	0,00	0,00	140.032,20	163.838,13
João Bueno da Silva Filho	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0745	15,00	511,34	220,00		295,91	82.958,95	0,00	0,00	0,00	112.494,80	195.453,75
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0745	15,00	511,34	220,00		295,91	82.958,95	0,00	0,00	0,00	112.494,80	195.453,75
Astrid Helma Kluppel	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0171	20,00	925,01	220,00		210,19	16.944,96	0,00	0,00	0,00	313.502,20	330.447,16
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0171	20,00	925,01	220,00		210,19	16.944,96	0,00	0,00	0,00	313.502,20	330.447,16
João Tomachutz	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0810	18,00	535,95	220,00		119,00	21.892,06	0,00	0,00	0,00	117.909,00	139.801,06
Vilmar Pallgatter	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0810	18,00	535,95	220,00		119,00	21.892,06	0,00	0,00	0,00	117.909,00	139.801,06
Moseli da Silva Castanho	João Tomachutz	Direita	01.02.044.0825	15,00	300,00	220,00		176,81	54.633,62	0,00	0,00	0,00	66.000,00	120.633,62

Carlos Eduardo Vipevski	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.054.0020.001	15,00	100,00	220,00	55,88	17.488,07	22,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00	41.688,07
Reida de Oliveira	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.054.0020.003	15,00	100,00	220,00	55,88	17.488,07	22,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00	41.688,07
Orlando Damasc de Silveira	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.054.0020.003	15,00	100,00	220,00	55,88	17.488,07	22,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00	41.688,07
<b>Trecho entre a Rua Afonso Cavvalho Kohlers e Rua Roberto Elze</b>														
Jose Brenncourt Pacheco de Miranda	Júlio Tomachutz	Esquerda	01.02.053.0341	30,00	600,00	220,00	128,80	36.456,16	22,00	0,00	0,00	0,00	145.200,00	181.656,16
Edson Luiz Budant	Júlio Tomachutz	Esquerda	01.02.053.0342	30,00	600,00	220,00	128,80	36.456,16	22,00	0,00	0,00	0,00	145.200,00	181.656,16
Marilda Herski	Júlio Tomachutz	Esquerda	01.02.053.0343	30,00	600,00	220,00	128,80	36.456,16	22,00	0,00	0,00	0,00	145.200,00	181.656,16
Eliane Ginski e Viviane Ginski	Júlio Tomachutz	Esquerda	01.02.053.0344	15,00	600,00	220,00	121,30	19.488,86	0,00	0,00	0,00	0,00	132.000,00	151.488,86
Jefferson Von Linsingen	Júlio Tomachutz	Esquerda	01.02.053.0345	15,00	600,00	220,00	119,90	41.798,47	0,00	0,00	0,00	0,00	132.000,00	173.798,47
Jefferson Von Linsingen	Júlio Tomachutz	Esquerda	01.02.053.0346	15,00	600,00	220,00	105,19	30.669,33	0,00	0,00	0,00	0,00	132.000,00	162.669,33
Jefferson Von Linsingen	Júlio Tomachutz	Esquerda	01.02.053.0347	20,00	200,00	220,00	209,78	35.063,18	22,00	0,00	0,00	0,00	141.200,00	174.263,18
Waldermro Zadorecki	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.053.0348	30,00	600,00	220,00	97,00	5.993,43	22,00	0,00	22,00	0,00	132.000,00	137.993,43
Donald Reese	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.053.0349	15,00	649,00	220,00	159,40	34.385,39	0,00	0,00	22,00	0,00	128.502,00	162.887,39
Carla de Almeida de Souza	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.053.0350	15,00	649,00	220,00	159,40	34.385,39	0,00	0,00	22,00	0,00	128.502,00	162.887,39
Carla de Andrade Christofol e Outro	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.053.0374	15,00	655,50	220,00	135,04	46.877,50	0,00	0,00	22,00	0,00	129.789,00	176.789,00
Agenor Christofol	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.053.0389	15,00	655,50	220,00	236,23	76.942,40	0,00	0,00	22,00	0,00	129.789,00	206.731,40
Sandro Eggers	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.053.0404	15,00	681,00	220,00	-	-	0,00	0,00	22,00	0,00	134.838,00	134.838,00
Univale União dos Plantadores Vale de Canoinhas Ltda.	Júlio Tomachutz	Direta	01.02.053.0020	41,00	839,10	220,00	-	-	22,00	22,00	0,00	0,00	221.274,24	221.274,24

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor a presente avaliação.

Canoinhas SC, 06 de março de 2014.

Comissão de Avaliação:

Jorge Luiz Borba  
Supervisor I

Bruna Grisang  
Auditora Fiscal

Fernando Tokarski  
Fotógrafo

Simone Mary Adur  
Agente Administrativo

Vanessa Langer  
Contadora

Dorval Padilha Junior  
Assistente Téc em Topografia

Edson Luiz Budant  
Fiscal de Tributos

José Marcos Carvalho  
Agente Administrativo

Felipe Pfanzger  
Auxiliar Administrativo

Diogo Carlos Seidel  
Administrador



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 02/2014**  
**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

**CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**  
**LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);**  
**LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);**  
**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);**  
**LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

**FAZ SABER:** a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, localizados na **Rua João Tomachutz**, no trecho entre a Rua Álvaro Soares Machado e a Rua Roberto Elke, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 674,36 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

**1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

**1.1. ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA:** O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 695.206,04 (seiscentos e noventa e cinco mil, duzentos e seis reais e quatro centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com a aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

**1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.210/2013.

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua João Tomachutz, no trecho entre a Rua Álvaro Soares Machado e a Rua Roberto Elke**, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 674,36 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013):**

**1.5.1.** A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

disposto na Lei Municipal nº 5.210/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

**1.5.2.** A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

**1.5.3.** A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

**1.5.4.** Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

**1.5.5.** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.210/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**1.5.6.** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

## **2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**

### **2.1. DO OBJETO:**

**2.1.1.** Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua João Tomachutz, no trecho entre a Rua Álvaro Soares Machado e a Rua Roberto Elke, localizada no Bairro Sossego, com extensão de 674,36 metros lineares.

**2.1.2.** Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

**2.1.3.** Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

### **2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013:**

#### **a) Terraplenagem**

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

#### **b) Pavimentação Asfáltica**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

**c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes**

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

**d) Sinalização Viária**

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

**e) Obras Complementares**

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013).**

**3.1.1.** A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

**3.1.2.** O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

**3.1.3.** As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

**I** - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

**II** - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

**III** – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

**IV** - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**3.1.4.** Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

**3.1.5.** Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.210/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

**3.1.6.** Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.210/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

**3.1.7.** Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

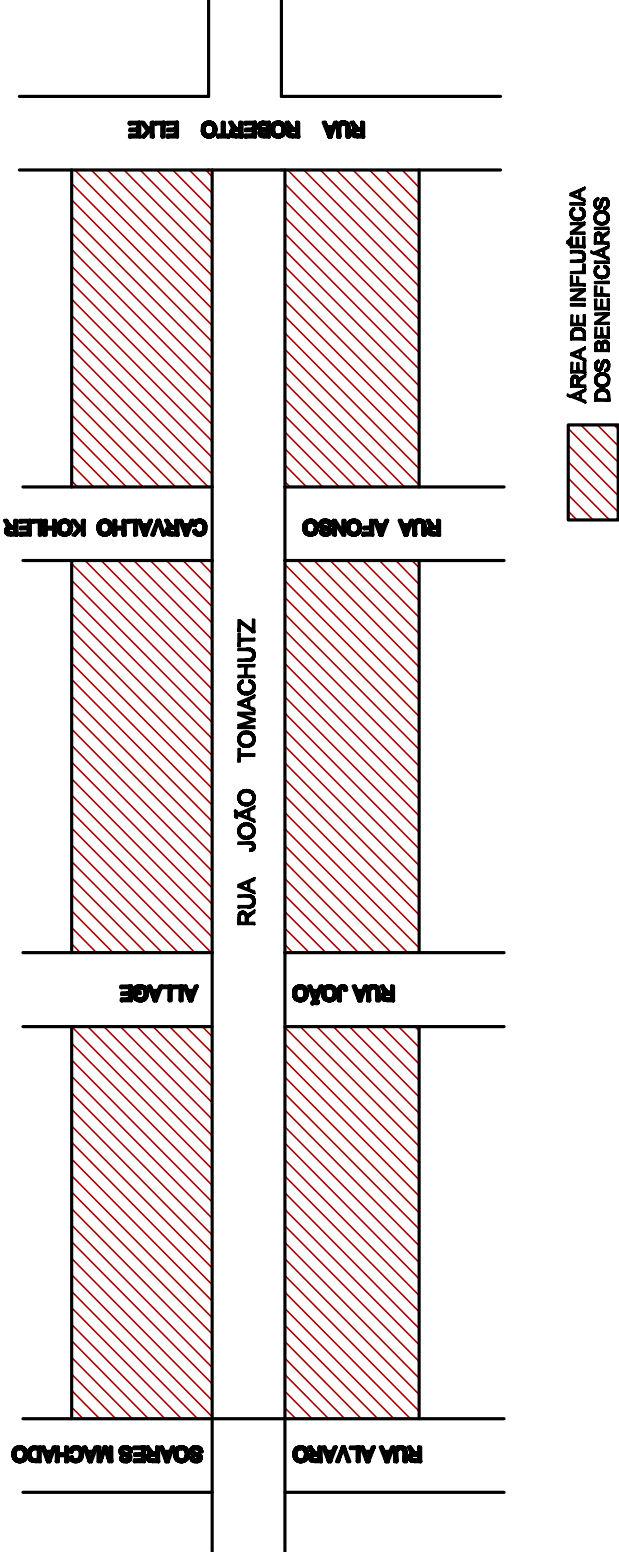
Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**  
Prefeito

**ARGOS JOSÉ BURGARDT**  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO I

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL  
LOCAL: RUA JOÃO TOMACHUTZ (2ª Etapa)  
EXTENSÃO: 674,36m  
BAIRRO: SOSSEGO  
MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

ANEXO PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS CANTOINHAS - RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, 5.210 AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA												
OBRAS/SERVIÇOS: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL												
LOCAL: RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA - Lei Municipal nº: 5.210 de 12/11/2013												
VALOR TOTAL: R\$ 1.010.078,23												
ANEXO												
Nome do Contribuinte	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Medida de Testada (m)	Área Total (m²)	Valor Inicial (m²)	Área construída (m²)	Valor Venal	Equipe	Valor de Melhoria por m² (R\$)	Depreciação (%)	Valor Final (m²)
Trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a Rua Agnir Fabio Gomes												
Vital Pereira Empreendimentos Turísticos Ltda	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.080.0111	62,00	3704,60	300,00	214,27	400.485,48	30,00	30,00	0,00	1.222.518,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.080.0112	15,00	939,60	300,00	214,27	400.485,48	30,00	30,00	0,00	1.222.518,00
Vilma Almeida Sampaio	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.080.0419	15,00	639,60	300,00	214,27	400.485,48	30,00	30,00	0,00	1.222.518,00
Loja Maçonaria Liberdade e Justiça	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.080.0414	46,00	1777,87	300,00	849,08	199.062,31	0,00	0,00	0,00	480.024,90
Associação Espírita Lar de Jesus	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.080.0369	39,00	2897,04	300,00	600,00	156.532,35	30,00	0,00	0,00	996.027,90
Trecho entre a Rua Agnir Fabio Gomes e a Rua João Sabatke												
Norberto Luiz Fick	Francisco de Paula Pereira	Direita	01.02.075.0030	30,00	580,90	300,00	-	-	30,00	0,00	0,00	191.697,00
Norberto Luiz Fick	Francisco de Paula Pereira	Direita	01.02.075.0045	15,00	485,43	300,00	-	-	30,00	0,00	0,00	124.586,10
João da Luz Biala	Francisco de Paula Pereira	Direita	01.02.075.0039	14,00	308,52	300,00	309,16	73.485,04	0,00	0,00	0,00	133.300,40
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.075.0038	14,00	308,52	300,00	309,16	73.485,04	0,00	0,00	0,00	133.300,40
Sindicato Rural de Canoinhas	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.075.0103	30,00	600,30	300,00	46,92	48.553,16	0,00	0,00	0,00	198.099,00
Alexsandra Regina Petry Trevisani	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.075.0121	19,00	2600,00	300,00	600,26	185.915,11	0,00	0,00	0,00	780.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.075.0124	19,00	2600,00	300,00	600,26	185.915,11	0,00	0,00	0,00	780.000,00
Nivaldo Antônio Lachman	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.02.075.0134	20,00	300,00	300,00	91,92	9.502,94	30,00	0,00	0,00	99.000,00
Trecho entre a Rua Agnir Fabio Gomes e a Rua João Sabatke												
Ariete Maria da Silveira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0040	14,00	560,00	100,00	161,31	23.208,22	10,00	0,00	0,00	61.600,00
Rogério Gumbiski	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0048	14,00	560,00	100,00	161,31	23.208,22	10,00	0,00	0,00	61.600,00
Sandro Agostinho de Oliveira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0046	12,00	504,59	100,00	146,93	42.561,50	0,00	0,00	0,00	56.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0047	12,00	504,59	100,00	146,93	42.561,50	0,00	0,00	0,00	56.000,00
Wilmir Kringel e Valdecir Meglud	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0048	14,00	479,87	100,00	105,40	30.953,62	0,00	0,00	0,00	47.384,92
Wilmir Starlin	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0047	13,00	520,00	100,00	198,60	19.327,71	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0044	13,00	520,00	100,00	141,25	25.158,19	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0048	12,00	480,00	100,00	157,08	18.933,33	0,00	0,00	0,00	48.000,00
João Alceu Antoniewicz	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0036	12,00	480,00	100,00	126,40	13.068,10	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Jorge Nogueira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0034	12,00	480,00	100,00	117,18	22.996,27	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Lucia Metzger Prieto	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0034	12,00	480,00	100,00	117,18	22.996,27	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0039	14,00	386,34	100,00	112,77	37.746,49	10,00	0,00	0,00	42.497,40
Edi Krop	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.026.0039	14,00	386,34	100,00	112,77	37.746,49	10,00	0,00	0,00	42.497,40
Trecho entre a Rua João Sabatke e a Rua Sio José												
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0037	20,00	794,21	100,00	265,41	25.558,31	10,00	0,00	0,00	85.188,10
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0117	20,00	800,00	100,00	197,25	53.900,04	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0136	20,00	800,00	100,00	197,25	53.900,04	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Silvina Angilina Kervat	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0147	10,00	440,00	100,00	130,07	38.832,05	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0147	10,00	440,00	100,00	130,07	38.832,05	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0169	11,00	440,00	100,00	112,55	34.743,85	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0180	11,00	440,00	100,00	101,10	16.081,70	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Antonio Celio Vile e Outros	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0191	12,00	428,15	100,00	150,23	31.821,24	0,00	0,00	0,00	42.815,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0191	12,00	428,15	100,00	150,23	31.821,24	0,00	0,00	0,00	42.815,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0240	16,00	550,00	100,00	202,50	59.551,89	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Adalair Rank	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0240	16,00	550,00	100,00	127,48	46.966,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0279	16,00	599,68	100,00	137,48	46.966,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Romário Kraus	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.027.0279	16,00	599,68	100,00	137,48	46.966,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Trecho entre a Rua João Sabatke e a Rua Sio José												
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0030	21,00	400,00	100,00	157,88	23.846,90	10,00	0,00	0,00	40.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0030	21,00	400,00	100,00	157,88	23.846,90	10,00	0,00	0,00	40.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0048	19,00	805,61	100,00	92,00	18.992,57	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0049	19,00	790,54	100,00	132,37	19.268,11	0,00	0,00	0,00	72.504,90
Vilma Vieira de Silva	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0040	21,00	800,00	100,00	98,38	66.288,19	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0040	21,00	800,00	100,00	98,38	66.288,19	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0031	10,00	400,00	100,00	128,44	34.730,14	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0031	10,00	400,00	100,00	128,44	34.730,14	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0031	10,00	400,00	100,00	127,20	29.820,19	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0031	10,00	400,00	100,00	127,20	29.820,19	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0039	22,00	1015,62	100,00	224,00	51.441,53	0,00	0,00	0,00	115.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0039	22,00	1015,62	100,00	224,00	51.441,53	0,00	0,00	0,00	115.000,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0039	22,00	998,96	100,00	146,82	43.649,76	0,00	0,00	0,00	99.896,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0036	9,00	238,42	100,00	105,54	9.921,11	0,00	0,00	0,00	22.840,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0036	9,00	238,42	100,00	105,54	9.921,11	0,00	0,00	0,00	22.840,00
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0044	26,00	386,43	100,00	69,56	22.871,58	10,00	0,00	0,00	42.507,30
Francisco de Paula Pereira	Francisco de Paula Pereira	Esquerda	01.06.025.0044	26,00	386,43	100,00	69,56	22.871,58	10,00	0,00	0,00	42.507,30





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2014**  
**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

O Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, **LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA** e o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento **ARGOS JOSÉ BURGARDT**, no exercício de suas atribuições e, **CONSIDERANDO** o previsto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

**CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);**  
**LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);**  
**LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);**  
**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);**  
**LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)**

**FAZ SABER:** a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, localizados na **Rua Francisco de Paula Pereira**, no trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a BR 280, localizada no Bairro Alto das Palmeiras, com extensão de 912,16 metros lineares, neste município de Canoinhas que, nesta data **TORNA PÚBLICO** que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste **EDITAL**, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

**1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**

**1.1. ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA:** O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 5.210, de 12/11/2013, corresponde ao quantum de **R\$ 1.010.078,23 (um milhão e dez mil, setenta e oito reais e vinte e três centavos)** conforme ANEXO I, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.2. FONTE DE RECURSO:** Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com a aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

**1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.210/2013.

**1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:** A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da **Rua Francisco de Paula Pereira, no trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a BR 280**, localizada no Centro, com extensão de 912,16 metros lineares, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013):**

**1.5.1.** A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

disposto na Lei Municipal nº 5.210/2013, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 8/2005 (Código Tributário Municipal).

**1.5.2.** A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

**1.5.3.** A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

**1.5.4.** Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

**1.5.5.** Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 5.210/2013, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

**1.5.6.** Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e mediante requerimento administrativo para os demais casos.

## **2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**

### **2.1. DO OBJETO:**

**2.1.1.** Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Francisco de Paula Pereira, no trecho entre a Rua Paulo Ritzmann e a BR 280, localizada no Centro, com extensão de 861,34 metros lineares.

**2.1.2.** Os trabalhos serão executados conforme os projetos previamente aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Canoinhas.

**2.1.3.** Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

### **2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 5.210/2013:**

#### **a) Terraplenagem**

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

#### **b) Pavimentação Asfáltica**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

**c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes**

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

**d) Sinalização Viária**

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

**e) Obras Complementares**

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 5.210/2013).**

**3.1.1.** A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, observando-se as seguintes disposições:

**3.1.2.** O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

**3.1.3.** As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração, Finanças e Orçamento o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

**I** - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

**II** - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será realizada por um dos seguintes meios:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

**III** – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

**IV** - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**3.1.4.** Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

**3.1.5.** Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 5.210/2013, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

**3.1.6.** Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 5.210/2013 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

**3.1.7.** Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2014.

**LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA**  
Prefeito

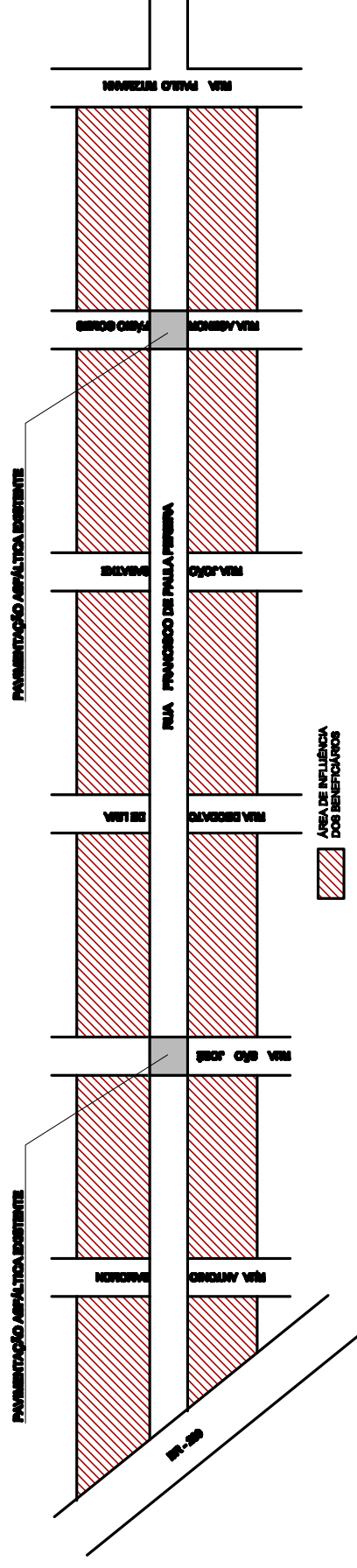
**ARGOS JOSÉ BURGARDT**  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

BADESC		PLANILHA DE ORÇAMENTO			(A 2)
GEROM	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS				
PROGRAMA BADESC CIDADES		ITEM	FONTES		%
		1	Recursos Badesc Cidades		
		2	Outros Recursos		
MUNICÍPIO:	CANOINHAS	Total do Projeto			0%
PROJETO:	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA - EXTENSÃO: 912,16m				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES				
1.1	Placa De Obra Em Chapa De Aco Galvanizado	m2	2,50	279,37	698,43
2	TERRAPLENAGEM				
2.1	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica Em Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	4.415,52	5,43	23.976,27
2.2	Remoção Mecanizada Material De Baixa Capac.Suporte	m3	1.654,58	7,31	12.094,98
2.3	Esc. Carga Tr. Mat 1ª C. Dmt 3000 A 5000M C/Carreg	m3	2.150,95	15,81	34.006,52
2.4	Compactacao Mecanica A 100% Do Proctor Normal - Pavimentacao Urbana	m3	1.654,58	5,48	9.067,10
3	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m2	10.348,76	1,61	16.661,50
3.2	Base De Macadame Hidráulico Bc	m3	1.728,28	87,58	151.362,76
3.3	Base De Brita Graduada Bc	m3	1.449,70	107,81	156.292,16
3.4	Imprimacao De Base De Pavimentacao Com Emulsao Cm-30	m2	9.436,60	3,61	34.066,13
3.5	Pintura De Ligacao Com Emulsao Rr-2C	m2	9.436,60	1,37	12.928,14
3.6	Fabricação E Aplicação De Concreto Asfaltico Usinado A Quente(Cauq),Cap 50/70, com Transporte	t	943,66	232,52	219.419,82
4	DRENAGEM				
4.1	Escavacao Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m3	2.269,50	6,81	15.455,30
4.2	Transporte Local Com Caminhao Basculante 6 M3, Rodovia Pavimentada ( Para Distancias Superiores A 4 Km )	m3xkm	2.269,50	4,83	10.961,69
4.3	Reaterro De Vala/Cava Sem Controle De Compactação , Utilizando Retro-Escavadeira E Compactador Vibratorio Com Material Reaproveitado	m3	1.860,74	9,53	17.732,85
4.4	Escavacao, Carga E Transporte De Material De 1A Categoria, Servico Revestimento Primario, Com Escavadeira Hidraulica Em Caminhao Basculante 6 M3, Dmt 800 Ate 1.000 M	m3	1.860,74	5,43	10.103,82
4.5	Caixa Coletora, 1,04X1,04X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	43,00	1.146,91	49.317,13
4.6	Caixa De Passagem 80X80X62 Fundo Brita Com Tampa	un	4,00	399,15	1.596,60

Home Page: <http://www.badesc.gov.br> - <http://www.sc.gov.br> - E-mail: [badesc@badesc.gov.br](mailto:badesc@badesc.gov.br)

## ANEXO I

**OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL**  
**EXTENSÃO: 912,18m**  
**LOCAL: RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA**  
**BAIRRO: CENTRO**  
**MUNICÍPIO: CANOINHAS/SC**





# Capinzal

## PREFEITURA

### Portarias

PORTARIA Nº 028, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Dalva Luiza Dalcortivo, matrícula nº 322172/05, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 033, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Leonardo Dozza, matrícula nº 403121/02, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 579, referência 5-A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 039, DE 02 DE JANEIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Isabela Andressa Costanaro Petry, matrícula nº 329410/03, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2014

Capinzal - SC, em 02 de janeiro de 2014

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ALEXANDRE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças, interino

### Errata de Publicação

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1448, do dia 18/03/2014, referente ao extrato da ata/Contrato 0070/2014:

Onde se lê:

VALOR: 395.135,52

Leia-se:

VALOR: 198.667,39

## Catanduvras

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0028/2014 - Pregão Nº 0021/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2014

PREGÃO Nº 0021/2014

Objeto: Aquisição de pedrisco, pó de pedra, pedra brita, brita graduada, pedras irregulares e regulares e contratação de mão de obra para execução das obras de pavimentação, manutenção e recuperação de calçamentos nas vias públicas do Município de Catanduvras.

Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 03 de abril de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 21 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvras – SC, 21 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

#### **Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0026/2014 - Pregão Nº 0019/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2014

PREGÃO Nº 0019/2014

Objeto: Contratação de serviços de imprensa escrita.

Abertura das Propostas: 09h00min, do dia 03 de abril de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 21 de março de 2014, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvras – SC, 21 de março de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 135/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 135/2014

"ALTERA O ART. 1º, INCISOS I E VI E ART.2º DA PORTARIA Nº 108/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, Lei Municipal Lei Municipal nº 0332 de 17.04.2007 e de acordo com a Ata nº 50 de 26.02.2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e VI do art. 1º da Portaria nº 108/2014, de 28.02.2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....  
..  
.....  
..."

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

.....  
..  
.....

Titular: Mário da Silva

Suplente: Neusa Francisco Luckmann

VI - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

.....  
...  
.....

Titular: Zila de Souza

Suplente: Ana Paula Palhano Schmidt

.....  
.. "

Art. 2º O art. 2º da Portaria nº 108/2014, de 28.02.2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB terá como Presidente, a Senhora Elisângela Sebold Maciel, Vice Presidente a Senhora Claudia Lopes Sypriani."

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 21 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Nº 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 035/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 035/2014.

Vigência: 21/03/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 32/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JHM Movimentações Terrestres Ltda ME.

Valor: R\$ 116.550,00 (Cento e Dezesesseis Mil, quinhentos e cinquenta reais).

Objeto: A presente licitação tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa à contratação de serviços de horas de esteira e escavadeira hidráulica, com fornecimento pela contratada de operador habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	SERVIÇO DE HORAS DE EQUIPAMENTO TIPO ESTEIRA DE NO MÍNIMO 13 TONELADAS, EQUIPADO COM LÂMINA E RIPPER, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	Hr	450,00
2	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, COM NO MÍNIMO 13 TONELADAS, COM OPERADOR, COMBUSTIVEL E DEMAIS DESPESAS REFERENTE AO SERVIÇO PRESTADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	Hr	450,00

DATA DA ASSINATURA: 21 de março de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 09/2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso III, da Lei Nº 0598 de 20.12.2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto credito adicional suplementar no Orçamento Fiscal de 2014, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2013, na fonte 318 –Transferência do FUNDEB – Superávit Financeiro, no valor de R\$ 1.007,97 (um mil sete reais

e noventa e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:  
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

06 – Educação para Todos

361 – Ensino Fundamental

318 – Transferencia do FUNDEB – Superávit Financeiro

31.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas

2016 – Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental .....  
R\$ 1.007,97

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de março de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### Aviso Pregão Presencial Nº 19/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 30/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 19/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o Registro de preços de Eletrodomésticos (geladeiras, fogões e fornos elétricos), para uso no Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será as 09:00 horas do dia 03 de abril de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 19 de março de 2014.  
Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal

### Aviso Pregão Presencial Nº 20/Pmcs/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 20/PMCS/2014, que objetiva a Aquisição de PARQUES INFANTIS (PLAYGROUNDS), conforme Convênio nº 2013TR003920 com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e com Recursos Próprios, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC. A abertura do Pregão será as 09:00 horas do dia 07 de abril de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 21 de março de 2014.  
Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal

### Aviso Tomada de Preços Nº 01/Pmcs/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Tomada de Preços nº. 01/PMCS/2014, que objetiva a Contratação de empresa para execução de cobertura de quadra poliesportiva, para a escola de ensino fundamental Demétrio Bettiol, no município de Cocal do Sul, conforme termo de compromisso PAC204799/2013 aprovado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A abertura da Tomada de Preços será as 09:00 horas do dia 10 de abril de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 21 de março de 2014.  
Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 20/14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 15/PMCS/2014. Pregão Presencial nº. 10/2014. CONTRANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: DENISE RODRIGUES CANDIOTTO - ME. ASSINATURA: 21/03/2014. VIGÊNCIA: até 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.07(60) E 3.3.90.30.07(61). OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios(merenda Escolar) para atendimento ao Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 51.731,00(cinquenta e um mil setecentos e trinta e um reais).

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 35/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2014

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato do Senhor Carlos Fernando Comassetto, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 20 de março de 2014, para aquisição de passes do transporte coletivo urbano para os serviços públicos municipais, para durante o restante do exercício de 2014, a favor da HO-DIERNAL TRANSPORTES LTDA - EPP, no valor total estimado de R\$ 207.552,00 (duzentos e sete mil, quinhentos e cinquenta reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 34/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 19 de março de 2014, para adiantamento financeiro para atendimentos de despesas de pequeno porte para os CMEIs da Rede Municipal de Educação Básica de ensino, conforme Lei Municipal nº 3.471/2003 e Decreto 4.688/2003, em favor dos Diretores Escolares, no valor total estimado de R\$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### **Extrato Resultado Pregão Presencial 02/2014 - Câmara de Vereadores**

Estado de Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de preços n.02//2014

JULGAMENTO: Menor preço por Item.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N: 02/2014

SOLICITANTE: Camara de Vereadores.

OBJETO: A contratação de serviços de divulgação de publicidade institucional.

VALOR PREVISTO: R\$20.825,00 (Vinte mil, oitocentos e vinte e cinco reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declarou vencedora a empresa JORNAL DO OESTE SC LTDA ME, adjudicado o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação da Camara Municipal, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 20 de Março de 2014.

Adriana de Cezaro Moresco

Pregoeira

#### **Extrato de Errata ao Processo Seletivo Edital 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

EXTRATO DE ERRATA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002/2014

Fica retificado o resultado preliminar de classificação da Candidata Alcinei Aparecida B. Zanettini, cargo Auxiliar de Serviços Gerais no seguinte termo:

Onde se lê:

Nota da prova: 5,8 e nota final: 5,8

LEIA-SE:

NOTA DA PROVA: 8,5 e nota final: 8,5

Cordilheira Alta SC, em 21 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

#### **Edital 002/2014 - Divulgação do Resultado Final**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº002/2014.

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 70 da Lei Orgânica do Municipal, e em obediência ao que determina o Edital de processo Seletivo Nº 002/2014, CONSIDERANDO a não interposição de recurso RESOLVE proceder o



Resultado de classificação final, conforme segue:

**I – RESULTADO FINAL**

Cargo: Professor do Ensino Fundamental

Candidatos	Nota Final
1º Suzicler Andretti	9,6
2º Aline Breansini	9,0
3º Elisa Borsoi	7,0
4º Leonilda Ritter Rosa	6,6
5º Maíelen Bruna Rebeschini	5,8
6º Morgana Roberta Rebeschini	5,4

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Candidatos	Nota Final
1º Elsa da Rosa Teles Beé	9,5
2º Laerte Cassaro Moresco	9,5
3º Cleidiane de Matos Trucolo	9,0
4º Adriana de Lima	9,0
5º Alcinei Aparecida B. Zanettini	8,5
6º Idacir Agostinho Norbak	3,0

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC), em 21 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### **Julgamento de Amostras - Pregão Presencial - Processo 03/2014 Pmcp**

PREGÃO PRESENCIAL 03/2014, PMCP

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS AMOSTRAS

O município de Correia Pinto, através do Pregoeiro Oficial e sua Equipe, tornam público para conhecimento dos interessados que nos termos do Edital do Pregão Presencial 03/2014 PMCP, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014, foram aprovadas/classificadas as amostras dos seguintes itens/ empresas:

Item 27 – JK Pneus LTDA

Item 3, 6, 7, 8, 17, 22 e 28 – Turbo Auto Peças e Acessórios LTDA

Item 1, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 22, 23, 29, 30 – Andriale Pneus LTDA

Item 6, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 26 – Copal Pneus LTDA

Item 2, 5, 28 – Cantu Comércio de Pneumáticos LTDA

Segue abaixo o rol dos itens/ empresas cujas amostras foram desclassificadas bem como a motivação da desclassificação

Item 3, 4, 13 – Cantu Comércio de Pneumáticos LTDA

Item 9, 10 – JK Pneus LTDA

Item 20 – Copal Comércio de Pneus e Acessórios LTDA

#### **MOTIVAÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS AMOSTRAS**

No dia 18.03.2014, às 09:30 horas na garagem da Prefeitura, foram convocados para análise das amostras o Sr. Paulo Jadir Garcia, motorista, matrícula n.1798, Sr. Altaide Ivan Zago, técnico agrícola, matrícula nº 1525, Sr. Gilson Brito Pereira, Secretário da Secretaria de Obras, matrícula nº14696, Sr.Loredi de Jesus da Silva, motorista, matrícula nº 1974, Sr.Cassiano do Prado, motorista, matrícula nº 14536, Edio Medeiros, motorista, matrícula nº 14648 e Sr. Eder Jean Pereira, responsável pela frota, matrícula nº 2802. Reunidos, analisaram as amostras e concluíram através da vasta experiência que as amostras dos itens Item 2, 3, 4 – Cantu Comércio de Pneumáticos LTDA, Item 9, 10 – JK Pneus LTDA, Item 20 – Copal Comércio de Pneus e Acessórios LTDA, não atendem as necessidades do uso dos veículos do município tendo em vista a facilidade para deslocamento dos pneus, o desgaste mais rápido, a baixa quilometragem que o pneu fará, sendo que as condições acima elencadas apresentam risco para a condução e transporte de pessoas pelo tipo de serviço e estrada que os veículos trafegam.

Ficam convocadas as empresas que na ordem de classificação ficaram em 2º lugar para que apresentem suas amostras dos itens contraindicados no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Pneuforte – Item 09, 10

JK – Item 13

Andriale Pneus LTDA – Item 04, 20

Copal Pneus LTDA – Item 03

Correia Pinto/ SC, 24 de março de 2014.

Paulo Jardim Garcia

Motorista



Altaíde Ivan Zago  
Técnico Agrícola

Gilson Brito Pereira  
Assessor da Secretaria de Obras

Eder Jean Pereira  
Diretor da Frota Municipal

Cassiano do Prado  
Motorista

Loredi de Jesus da Silva  
Motorista

Edio Medeiros  
Motorista

#### **Extrato Prorrogação de Contrato - Processo 62/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CORREIA PINTO  
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 532/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 062/2013

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Décima segunda do Contrato Administrativo nº 421/2013, de 25 de julho de 2013, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, (DOM/SC) ficando ampliado o prazo por mais 12 (doze) meses, e reajustado o valor mensal pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no total de 4,66%, passando o serviço ao valor mensal de R\$ 405,00(quatrocentos e quinze reais), respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme provisão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

Correia Pinto/SC 21 de Março de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato Prorrogação de Contrato \_ Processo 68/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CORREIA PINTO  
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 459/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 68/2013

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Décima terceira do Contrato Administrativo nº 459/2013, de 11 de outubro de 2013, Programa de Gestão Tributaria, ficando ampliado o prazo por mais 12 (doze) meses, e reajustado o valor mensal pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no total de 4,66%, passando o serviço ao valor mensal de R\$ 875,00(oitocentos e setenta e cinco reais), respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme provisão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

Correia Pinto/SC 21 de Março de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **Extrato Prorrogação de Contrato - Processo 01/2013- Fhmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CORREIA PINTO  
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº496/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 01/2013 - FHMCP

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 0278/2013, de 01 de abril de 2013, ficando ampliado o prazo por mais 12 (doze) meses, com término para 31 de dezembro de 2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:  
IBF\_IND BRASILEIRA DE FILMES S/A  
CNPJ: 33.255.787/0001-91

Correia Pinto/SC 21 de Março de 2013  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### **Pregão Presencial - Processo 19/2014 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 19/2014 – PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E EMULSÃO RR1C PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO. Tipo: Menor preço por ITEM. Entrega dos envelopes: 04/04/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 24 de março de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação  
Pregoeiro Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### Errata da Portaria Nº 2885/14 – de 14 de Março de 2014, Publicado Em 17 de Março de 2014.

Errata da Portaria Nº 2885/14 – de 14 de março de 2014, publicado em 17 de março de 2014.

ONDE SE LÊ: Art. 1º - Fica nomeada, entre os dias de 13 a 26 de março de 2014, para responder interinamente pelo cargo de Diretora de Administração e Fazenda a Srta. ALINE YANDARA MALINSKY, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo exclusivamente a remuneração prevista no fator 38 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09.

LEIA-SE: Art. 1º - Fica nomeada, entre os dias de 13 a 26 de março de 2014, para responder interinamente pelo cargo de Diretora de Administração e Fazenda a Srta. ALINE YANDARA MALINSKY.

### Portaria Nº 2889/14.

PORTARIA Nº 2889/14.

EXONERA O SERVIDOR LOURENÇO PIONTKIEWICZ DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e na Lei Municipal nº 014/09.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. LOURENÇO PIONTKIEWICZ do cargo em Comissão de Diretor de Obras e Infraestrutura, nomeado pela Portaria nº 2084/12 de 10 de outubro de 2012.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2886/14 de 14 de março de 2014.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 18 de março de 2014.  
LORIANO ROGÉRIO COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto Nº 697/14

DECRETO Nº 697/14

NOMEIA O SR. LOURENÇO PIONTKIEWICZ, PARA OCUPAR O CARGO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 006/09, de 30 de junho de 2009.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do servidor Antônio Vicente Tureck, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, conforme Decreto nº 696 de 10 de março de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado como Secretário Municipal de Infraestrutura o Sr. LOURENÇO PIONTKIEWICZ, percebendo exclusivamente a remuneração prevista no fator 43 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09.

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de março de 2014.

Art. 3º – Revogam-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 18 de março de 2014.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto N. 698/14

DECRETO N. 698/14

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá e.e., Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal da Cidade – ComCidade, segundo as normas que seguem, complementadas pelos dispositivos aplicáveis contidos na legislação municipal, que a este acompanha.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, aos 21 de março de 2014.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e.

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

##### REGIMENTO INTERNO

O presente Regimento Interno regulamenta e esclarece os dispositivos da Lei nº 1.620, de 18 de outubro de 2005 e Lei n. 2107, de 19 de junho de 2013, e deve ser lido e interpretado junto com o texto da citada Lei.

#### CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO:

Art. 1º. O CONSELHO DA CIDADE DE CORUPÁ, órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza permanente, caráter deliberativo e consultivo, será regido pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º. O CONSELHO tem por finalidade analisar e recomendar diretrizes para a formulação e a implantação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável.

Art. 3º. Os conselheiros e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que compõem o plenário do Conselho, bastando sua indicação para a posse e o exercício como membros do plenário.

§ 1º. Poderá haver titulares e suplentes de órgãos e instituições diferentes, mas de áreas correlatas, a fim de garantir maior participação de toda a Sociedade.

§ 2º. No caso de titulares e suplentes de instituições diferentes, estes se revezarão na titularidade do Conselho a cada 06 (seis) meses.

§ 3º. Nas sessões do Conselho, a presença do conselheiro titular excluirá o voto do respectivo suplente.

Art. 4º. Os órgãos e entidades que compõem o CONSELHO DA CIDADE, definidos no Art. 1º da Lei n. 2107/2013, poderão ser substituídos por ocasião das Conferências da Cidade, mediante aprovação por maioria simples, dentro de cada um dos segmentos, durante a Conferência.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades que se candidatarem a uma vaga no CONSELHO DA CIDADE deverão estar relacionados com a produção do espaço urbano e ter atuação no município.

Art. 5º. Poderão participar das reuniões do CONSELHO DA CIDADE, sem direito a voto, técnicos e especialistas nos assuntos em pauta, assim como representantes de órgãos e entidades interessadas na matéria, a fim de prestarem os esclarecimentos julgados necessários às decisões do Conselho, mediante convite do Presidente ou de um terço dos membros efetivos do Conselho.

Art. 6º. A atividade exercida no CONSELHO DA CIDADE será considerada de relevante interesse público e os membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagem ou benefício.

Art. 7º. As reuniões ordinárias do CONSELHO DA CIDADE serão realizadas bimestralmente, sempre na primeira quarta-feira do mês, e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu presidente ou por um terço de seus membros efetivos.

Parágrafo único. Na primeira reunião ordinária anual, o Conselho estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano, que independem de convocação posterior.

Art. 8º. Para convocação de reuniões extraordinárias é imprescindível a apresentação de solicitação ao(a) Secretário(a) Executivo(a) do Conselho, acompanhado de justificativa.

Parágrafo único. O(A) Secretário(a) Executivo(a) tomará as providências necessárias para a convocação da reunião extraordinária, a qual será realizada no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis a partir do ato de convocação, em dia, hora e local marcados, com antecedência mínima de 03 (três) dias, com a comunicação para todos os seus membros.

Art. 9º. A entidade cujo representante deixar de comparecer a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no mandato, será notificada a apresentar nova indicação de seu representante.

Parágrafo único. O(s) membro(s) substituto(s), nos termos deste artigo, completará(ão) o mandato regimental do(s) respectivo(s) substituído(s).

Art. 10. É obrigatória a confecção de Atas das reuniões em livro próprio, devendo o mesmo ser arquivado na Secretaria Executiva, para efeito de consulta.

Parágrafo único. Nas Atas das reuniões deverá constar:

I - relação de participantes e órgãos ou entidades que representa e as respectivas assinaturas;

II - resumo de cada informe;

III - relação dos temas abordados;

IV - discussões e deliberações tomadas com o registro dos votos a favor, contra e abstenções.

Art. 11. As reuniões do Conselho terão duração máxima de 02(duas) horas, prorrogáveis por 30(trinta) minutos.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho terão uma tolerância máxima de 30(trinta) minutos para seu início, a partir do horário da convocação.

Art. 12. O CONSELHO DA CIDADE funcionará com a maioria simples de seus membros (1/2) e, as deliberações serão tomadas também pela maioria simples, levando-se em conta a totalidade dos membros presentes.

Art. 13. É facultado a qualquer membro do Conselho apresentar assunto para a pauta, inclusive proposta para discussão e deliberação, as quais serão encaminhadas à Secretaria Executiva, bem como sugerir a participação de técnicos nas reuniões.

Art. 14. As propostas devem ser encaminhadas à Secretaria

Executiva do Conselho 15 (quinze) dias antes da reunião ordinária, para que possam constar na respectiva pauta.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Presidente do CONSELHO DA CIDADE poderá permitir a inclusão de assuntos extrapauta, considerando a relevância e a urgência dos mesmos.

Art. 15. As reuniões desenvolver-se-ão da seguinte forma:

a) verificação do quorum;

b) abertura;

c) comunicações;

d) leitura, discussão e aprovação da ata anterior;

e) ordem do dia;

f) manifestação do plenário;

g) votação;

h) apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião;

i) encerramento.

Art. 16 – As matérias submetidas à votação no CONSELHO DA CIDADE enquadrar-se-ão como:

I- Resolução

II- Deliberação

III- Moção

Parágrafo único. As resoluções do CONSELHO DA CIDADE serão publicadas no Diário Oficial do Município de Corupá.

## CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 17. O CONSELHO DA CIDADE tem a seguinte composição:

I- Presidência;

II- Secretaria Executiva;

III- Plenário;

IV- Comitês Técnicos.

Art. 18. O Presidente do CONSELHO DA CIDADE é o(a) Secretário(a) Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, substituído(a), nos seus impedimentos, pelo seu representante.

Art. 19. Ao(A) Presidente do CONSELHO DA CIDADE compete:

a) convocar e presidir as reuniões do plenário, cabendo-lhe o voto de desempate quando necessário;

b) designar o(a) Secretário(a) Executivo(a);

c) ordenar o uso da palavra;

d) solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

e) submeter à votação as matérias a serem discutidas pelo plenário, assegurando a ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;

f) constituir, nomear e organizar o funcionamento dos Comitês Técnicos;

g) assinar as resoluções e deliberações do CONSELHO DA CIDADE e atos relativos ao seu cumprimento;

h) submeter à apreciação do plenário o relatório anual do CONSELHO DA CIDADE;

i) dar posse aos conselheiros e assinar os respectivos termos;

j) encaminhar questões de ordem nas reuniões e apresentar recomendações e moções ao plenário;

k) firmar as Atas das reuniões e homologar as resoluções;

l) dirimir as dúvidas oriundas da interpretação deste regimento interno, devendo a matéria ser posteriormente submetida à aprovação do plenário.

Art. 20. O(A) Secretário(a) Executivo(a) do CONSELHO DA CIDADE será indicado pelo seu Presidente.

Art. 21. Ao(A) Secretário(a) Executivo(a) do CONSELHO DA CIDADE compete:

a) coordenar, supervisionar e controlar as atividades pertinentes à Secretaria Executiva;

b) preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros;

c) secretariar as reuniões do Conselho, lavrando e assinando as

respectivas atas;  
d) elaborar minutas das resoluções referentes aos assuntos debatidos e aprovados;  
e) cumprir e fazer cumprir as instruções do Presidente do Conselho;  
f) assessorar o Presidente do Conselho nos assuntos pertinentes a sua competência;  
g) promover a cooperação entre o Conselho e os órgãos de apoio temporário;  
h) encaminhar às entidades representadas no CONSELHO DA CIDADE cópias das atas das reuniões;  
i) encaminhar a pauta das reuniões aos conselheiros;  
j) preparar e controlar a publicação, no Diário Oficial, de todas as decisões emanadas do CONSELHO DA CIDADE;  
k) acompanhar e apoiar as atividades dos Comitês Temáticos, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de trabalhos ao Plenário;  
l) executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente.

Art. 22. O Plenário é o órgão superior de consulta, deliberação e fiscalização do CONSELHO DA CIDADE.

Art. 23 – Aos Conselheiros compete:

a) participar e votar nas reuniões plenárias;  
b) relatar matérias que lhe forem atribuídas;  
c) propor ou requerer esclarecimentos que lhe forem úteis, para melhor apreciação das matérias em estudo ou deliberação;  
d) zelar pela coordenação e integração dos órgãos públicos e entidades, direta ou indiretamente, envolvidas com o desenvolvimento sustentável do Município de Corupá;  
e) solicitar estudos e pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do Conselho da Cidade;  
f) propor, analisar e alterar o Regimento Interno do Conselho e suas futuras alterações;  
g) desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo presidente do Conselho.

Art. 24. Os Comitês Técnicos têm caráter permanente e a finalidade de subsidiar o debate do Plenário.

Art. 25 – As atribuições gerais dos Comitês Técnicos são:

I- preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do Conselho;

II- promover articulação com os órgãos e entidades promotoras de estudos, propostas e tecnologias relacionadas à Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável.

III- apresentar relatório conclusivo ao Plenário do Conselho sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este, acompanhado de documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 26. Os Comitês Técnicos serão compostos observando-se a proporcionalidade dos diferentes segmentos integrantes do CONSELHO DA CIDADE.

§ 1º - Todos os membros do Conselho, titulares e suplentes, poderão participar dos Comitês.

§ 2º - Cada participante poderá participar de um único Comitê, exceto nos segmentos que não tenham representantes suficientes para participar de todos os comitês.

§ 3º - Cada Comitê Temático deverá eleger um Coordenador, referendado na Plenária do Conselho.

§ 4º - O Presidente do Conselho poderá indicar outros representantes de órgãos ou entidades não integrantes do Plenário, até o número máximo de 04 (quatro).

Art. 27. Poderão ser convidados a participar de reuniões dos Comitês Técnicos, pelo Presidente do Conselho, representantes de segmentos interessados na matéria em análise e colaboradores.

Art. 28. As reuniões dos Comitês Técnicos serão convocados pelo seu Coordenador, dando ciência à Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 29. O quorum mínimo para instalação dos trabalhos e elaboração das propostas será de um terço dos representantes que

compõem o Comitê.

Parágrafo único. Serão levadas ao Plenário do CONSELHO DA CIDADE todas as propostas que alcançarem a aprovação com maioria simples no Comitê.

Art. 30. Os debates e conclusões das reuniões dos Comitês Técnicos serão registrados em Atas próprias que, depois de assinadas, serão encaminhadas ao Conselho.

Art. 31. A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer prestará ao CONSELHO DA CIDADE todo o apoio técnico, logístico e administrativo que se fizer necessário.

### CAPÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quanto à aplicação deste Regimento serão dirimidas pelo Conselho, em reunião ordinária.

Art. 33. O presente Regimento Interno foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CONSELHO DA CIDADE, no dia 21 de março de 2014, por unanimidade.

Art. 34. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação só podendo se modificado mediante aprovação por maioria absoluta (2/3) dos membros efetivos do CONSELHO DA CIDADE DE CORUPÁ.

Corupá/SC, aos 21 de março de 2014.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e.

### I Errata de Edital - Pregão Presencial Nº 008/14

I ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/14

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata do Edital de Pregão Presencial, ficando assim determinado:

Onde se lê:

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, após designação do Pregoeiro Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por Moacir de Oliveira Ramos Júnior Pregoeiro Substituto, Jéssica Tamara Pezzato, Juliana Twardowski, Dairton José Giraldi e Ederson Cleiton Mahs, designados através da Portaria nº 2649/13, de 24 de Julho de 2.013, torna público que às 09h00min do dia 26 de Março de 2014, no prédio da Prefeitura Municipal de Corupá, na Sala da Gerência de Administração, situada na Av: Getulio Vargas, 443, Centro, será realizado a entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços e às 09h30min do dia 26 de Março de 2014 a abertura da licitação etapa de lances, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", por item, visando na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.

Leia-se:

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, após designação do Pregoeiro Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por Moacir de Oliveira Ramos Júnior Pregoeiro Substituto, Jéssica Tamara Pezzato, Juliana Twardowski, Dairton José Giraldi e Ederson Cleiton Mahs, designados através da Portaria nº 2649/13, de 24 de Julho de 2.013, torna público que às 09h00min do dia 04 de Abril de 2014, no prédio da Prefeitura Municipal de Corupá, na Sala da Gerência de Administração, situada na Av: Getulio Vargas, 443, Centro, será realizado a entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços e às 09h30min do dia 04 de Abril de 2014 a abertura da licitação etapa de lances, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO", por item, visando na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.



Onde se lê:

ANEXO I

DESCRITIVOS e QUANTITATIVOS

Ítem	Descrição	Quantidade	Valor médio unitário (R\$)
Mesa classificadora automatizada	Extensão de 15 metros, possuir chave liga desliga, motor e esteira para transporte de fruta.	01	21.456,66
Mesa classificadora	Extensão de 08 metros, possuir chave liga desliga, motor e esteira para transporte de fruta.	01	14.950,00
Distribuidor de calcário, adubo orgânico e químico. Implemento transportador e lançador, chassi com rodas, montado sobre eixo tandem, rebocado por meio de engate acoplado a trator agrícola. Eixo distribuidor que aciona a roda de pás do soprador e o redutor que movimentam a esteira montada no interior da caçamba com inclinação que posiciona uma extremidade na parte mais baixa traseira da caçamba e a extremidade oposta posicionada acima da boca de entrada do duto do soprador que recebe o material e é soprado pela pressão do ar fornecido pela roda de pás.		03	23.300,00
Caçamba basculante metálica	Carreta metálica basculante com dimensões de 2x4m e capacidade de transporte de 5 m³. Rodado tandem com pneus novos 7.50-16" 10 lonas. Equipada com cilindro hidráulico para basculamento da caçamba de acionamento através da válvula de controle remoto do trator (bomba trator).	02	15.727,00

Balança industrial	Balança de piso, plataforma 50x50 cm em aço carbono, pintura epóxi, capacidade de 200 kg, alimentação 220 v, indicador de pesagem com display com 26 mm de altura e 06 dígitos. Indicador luminoso de zero, peso líquido e peso estável. Incluso Coluna para balança com 85 cm de altura, software slp e impressora para impressão de ticket ou etiquetas.	04	5.084,10
Valeteadora Hidráulica	Retroescavadeira agrícola (braço valetador), acoplado ao sistema hidráulico de três pontos no trator, de acionamento através do sistema hidráulico da TDP do trator. Concha de 24" de largura de corte. Sistema de giro com cilindros hidráulicos. Sapatas de acionamento independentes, equipada com comandos hidráulicos. Assento anatômico.	01	35.367,66
Triturador	Triturador Multiuso Monofásico 3 cv. Transmissão de força por correias, lâminas em aço especial, chave interruptora bipolar, tratamento corrosivo e pintura de tinta a pó	08	2.055,36

Leia-se:

ANEXO I

DESCRITIVOS e QUANTITATIVOS

Ítem	Descrição	Quantidade	Valor médio unitário (R\$)
Mesa classificadora automatizada	Mesa classificadora de banana automatizada para casa de embalagem com 1,20m de largura x 15 m comprimento em estrutura galvanizada em fogo, sistema automatizado com fim de curso e cabine para pulverização.	01	21.456,66
Mesa classificadora	Mesa classificadora de banana automatizada para casa de embalagem com 1,20m de largura x 8 m comprimento em estrutura galvanizada em fogo, sistema automatizado com fim de curso e cabine para pulverização.	01	14.950,00

Distribuidor de calcário e adubo químico/orgânico	Distribuidor de calcário e adubo químico/orgânico com lançamento entre plantas de 20 a 30 metros, equipado com soprador para o lançamento e direcionamento de alvo, com esteira para elevar o produto ao soprador, eixo duplo tandem com pneus 750 R 16, capacidade de carga 2 toneladas.	03	23.300,00
Caçamba basculante metálica	Caçamba basculante hidráulica metálica para transporte de materiais a granel, tampa pantográfica, com articulação, cilindro hidráulico com 2m de largura por 4m de comprimento capacidade de 5m³, eixo rodado duplo.	02	15.727,00
Balança industrial	Balanças industriais eletrônica, pesadora, contadora e verificadora com impressora térmica de código de barras residentes e escalonáveis, resolução de impressão de 8 pontos de impressão/milímetro, capacidade de pesagem de 250 kg x 50g.	04	5.273,33
Valetadeira Hidráulica	Valetadeira braço hidráulico com estrutura de giro rápido com dois cilindros hidráulicos, estabilizadores com acionamento independente, sistema hidráulico completo com bomba de engrenagens acoplada na tomada de força, acoplada a três pontos de levante hidráulico do trator, profundidade de escavação 3000mm, ângulo de giro horizontal 170°, rotação da caçamba 160°.	01	35.367,66
Triturador	Triturador de engajo, motor elétrico potência 3cv, tensão(v) 110/220-220/380, rotação 60Hz 3060 (rpm), produção 1000kg/h de engajos	08	2.055,36

Corupá, 24 de Março de 2014.  
 Josimar Caldeira  
 Pregoeiro



**Demonstrativo das Receitas E Despesas com Manutenção E Desenvolvimento do Ensino – MDE**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.461.640,00	3.461.640,00	292.744,92	292.744,92	8,46
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.563.555,00	1.563.555,00	44.654,10	44.654,10	2,86
1.1.1- IPTU	1.341.690,00	1.341.690,00	1.457,85	1.457,85	0,11
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.725,00	4.725,00	298,93	298,93	6,33
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	138.495,00	138.495,00	30.639,31	30.639,31	22,12
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	78.645,00	78.645,00	12.258,01	12.258,01	15,59
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	309.225,00	309.225,00	35.952,41	35.952,41	11,63
1.2.1- ITBI	309.015,00	309.015,00	35.666,58	35.666,58	11,54
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	210,00	210,00	285,83	285,83	136,11
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.209.075,00	1.209.075,00	128.077,82	128.077,82	10,59
1.3.1- ISS	1.178.730,00	1.178.730,00	122.037,72	122.037,72	10,35
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.670,00	5.670,00	1.083,43	1.083,43	19,11
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	17.535,00	17.535,00	3.726,61	3.726,61	21,25
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.140,00	7.140,00	1.230,06	1.230,06	17,23
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	379.785,00	379.785,00	84.060,59	84.060,59	22,13
1.4.1- IRRF	379.785,00	379.785,00	84.060,59	84.060,59	22,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	20.992.735,00	20.992.735,00	3.619.259,71	3.619.259,71	17,24
2.1- Cota-Parte FPM	10.271.100,00	10.271.100,00	2.050.040,45	2.050.040,45	19,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.271.100,00	10.271.100,00	2.050.040,45	2.050.040,45	19,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	1.413.396,37	1.413.396,37	15,58
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	44.730,00	44.730,00	6.118,56	6.118,56	13,68
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	201.475,00	201.475,00	21.378,53	21.378,53	10,61
2.5- Cota-Parte ITR	34.335,00	34.335,00	609,11	609,11	1,77
2.6- Cota-Parte IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	127.716,69	127.716,69	9,33
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>24.454.375,00</b>	<b>24.454.375,00</b>	<b>3.912.004,63</b>	<b>3.912.004,63</b>	<b>16,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	826.650,00	826.650,00	44.992,95	44.992,95	5,44
5.1- Transferências do Salário-Educação	560.000,00	560.000,00	44.992,95	44.992,95	8,03
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	181.650,00	181.650,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	84.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	362.384,00	362.384,00	27.874,98	27.874,98	7,69
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.419.034,00</b>	<b>1.419.034,00</b>	<b>72.867,93</b>	<b>72.867,93</b>	<b>5,14</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.135.381,00	2.135.381,00	312.619,85	312.619,85	14,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.814.379,00	1.814.379,00	282.679,14	282.679,14	15,58
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	40.295,00	40.295,00	4.275,71	4.275,71	10,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.867,00	6.867,00	121,81	121,81	1,77
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	273.840,00	273.840,00	25.543,19	25.543,19	9,33
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	—	5.687.850,00	1.015.840,96	1.015.840,96	17,86
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.661.600,00	5.661.600,00	1.014.835,35	1.014.835,35	17,92
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.250,00	26.250,00	1.005,61	1.005,61	3,83
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>3.526.219,00</b>	<b>3.526.219,00</b>	<b>702.215,50</b>	<b>702.215,50</b>	<b>19,91</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.111.190,00	5.111.190,00	717.278,47	717.278,47	14,03
13.1- Com Educação Infantil	1.711.190,00	1.711.190,00	294.928,54	294.928,54	17,24
13.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.400.000,00	422.349,93	422.349,93	12,42
14- OUTRAS DESPESAS	576.660,00	576.660,00	42.256,03	42.256,03	7,33
14.1- Com Educação Infantil	176.660,00	176.660,00	173,26	173,26	0,10
14.2- Com Ensino Fundamental	400.000,00	400.000,00	42.082,77	42.082,77	10,52
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.687.850,00	5.687.850,00	759.534,50	759.534,50	13,35
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					759.534,50
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					70,61
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					4,16
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					25,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					5.960,45
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					5.960,45
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	6.113.593,75	6.113.593,75	978.001,16	978.001,16	16,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.537.850,00	2.537.850,00	314.427,36	314.427,36	12,39
23.1- Creche	1.776.495,00	1.776.495,00	220.099,15	220.099,15	12,39
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.321.495,00	1.321.495,00	206.571,26	206.571,26	15,63
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	455.000,00	455.000,00	13.527,89	13.527,89	2,97
23.2- Pré-escola	761.355,00	761.355,00	94.328,21	94.328,21	12,39
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	566.355,00	566.355,00	88.530,54	88.530,54	15,63
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	195.000,00	195.000,00	5.797,67	5.797,67	2,97
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.081.375,00	9.037.375,00	909.421,80	909.421,80	10,06
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	464.432,70	464.432,70	12,22
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.281.375,00	5.237.375,00	444.989,10	444.989,10	8,50
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.619.225,00	11.575.225,00	1.223.849,16	1.223.849,16	10,57
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					702.215,50
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.005,61
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					703.221,11
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					520.628,05
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					13,31
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	560.000,00	560.000,00	46.190,00	46.190,00	8,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.836.650,00	1.893.476,32	30.545,64	30.545,64	1,61
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.396.650,00	2.453.476,32	76.735,64	76.735,64	3,13
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.015.875,00	14.028.701,32	1.300.584,80	1.300.584,80	9,27



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		5.960,45	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.014.835,35	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		792.094,16	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		691.986,33	0,00
49.2 Restos a Pagar		100.107,83	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.005,61	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		229.707,25	0,00

Corupá, 19/03/2014

\_\_\_\_\_  
LORIANO ROGÉRIO COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			3.454.920,00	291.159,20	8,43
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			1.341.690,00	1.457,85	0,11
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			309.015,00	35.666,58	11,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			1.178.730,00	122.037,72	10,35
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			373.065,00	82.474,87	22,11
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			10.605,00	1.668,19	15,73
Dívida Ativa dos Impostos			156.030,00	34.365,92	22,03
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			85.785,00	13.488,07	15,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			20.937.735,00	3.619.259,71	17,29
Cota-Parte FPM			10.271.100,00	2.050.040,45	19,96
Cota-Parte ITR			34.335,00	609,11	1,77
Cota-Parte IPVA			1.369.200,00	127.716,69	9,33
Cota-Parte ICMS			9.071.895,00	1.413.396,37	15,58
Cota-Parte IPI-Exportação			146.475,00	21.378,53	14,60
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			44.730,00	6.118,56	13,68
Desoneração ICMS (LC 87/96)			44.730,00	6.118,56	13,68
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		24.392.655,00	24.392.655,00	3.910.418,91	16,03
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		1.476.250,60	1.476.250,60	249.349,02	16,89
Provenientes da União		1.476.250,60	1.476.250,60	249.349,02	16,89
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		5.250,00	5.250,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		1.481.500,60	1.481.500,60	249.349,02	16,83
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	5.252.383,60	5.269.348,80	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
		2.919.680,00	2.873.680,00	1.117.542,63	21,21
		2.332.703,60	2.395.668,80	461.688,83	16,07
DESPESAS DE CAPITAL				655.853,80	27,38
		885.920,00	1.042.709,22	167.145,56	16,03
		885.920,00	1.042.709,22	167.145,56	16,03
				Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais				931.560,84	17,68
Outras Despesas Correntes				453.362,73	15,78
				478.198,11	19,96
Investimentos				122.645,56	11,76
				122.645,56	11,76

Continua 1/4



Município de Corupá - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.042.709,22	167.145,56	16,03	122.645,56	11,76
Investimentos	885.920,00	1.042.709,22	167.145,56	16,03	122.645,56	11,76
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	6.138.303,60	6.312.058,02	1.284.688,19	20,35	1.054.206,40	16,70
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.271.250,60	2.354.179,82	418.461,49	32,57	377.420,77	35,80
	1.571.250,60	1.654.179,82	380.881,13	29,65	358.864,69	34,04
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	700.000,00	700.000,00	37.580,36	2,93	18.556,08	1,76
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.271.250,60	2.354.179,82	418.461,49	32,57	377.420,77	35,80
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	3.867.053,00	3.957.878,20	866.226,70	-12,22	676.785,63	-19,10
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,31
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/16%]</b>						
						90.222,79

Continua 2/4



Município de Corupá - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	75.388,90	-75.388,90	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	75.388,90	-75.388,90	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS								
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
LIMITE NÃO CUMPRIDO								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica		5.652.153,00	5.825.907,42	1.212.636,59	94,39	993.880,05	94,28	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		222.000,00	222.000,00	46.448,08	3,62	45.234,28	4,29	
Suporte Profilático e Terapêutico		181.950,60	181.950,60	21.937,94	1,71	12.258,94	1,16	
Vigilância Sanitária		27.000,00	27.000,00	1.179,45	0,09	702,00	0,07	
Vigilância Epidemiológica		55.200,00	55.200,00	2.486,13	0,19	2.131,13	0,20	
TOTAL		6.138.303,60	6.312.058,02	1.284.688,19	100,00	1.054.206,40	100,00	

FONTE:

- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23, da L.C. 141/2012

Continua 3/4





Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Corupá, 19/03/2014

LORIANO ROGÉRIO COSTA PREFEITO MUNICIPAL	DILVANE KÜHL KLABUNDE CONTADORA	VALQUIRIA MICHALAK RESP. CONTROLE INTERNO
---	------------------------------------	--

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Dispensa de Licitação Nº 16/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014

REFERENTE: Contrato de Prestação de Serviços firmado entre Fundo Municipal de Educação e EJC Caminhões e Acessórios Ltda, com o valor total de R\$ 1.048,59 (Um mil e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DO VEÍCULO MICRO ONIBUS MODELO VOLG3, PLACA MLF 4187, NA FORMA DO ART.24, INCISO XVII DA LEI N. 8.666/93 E CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 19 de março de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 19 de março de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 19 de março de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

### Edital de Tomada de Preços Nº 79/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 79/2014

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 08:30 horas do dia 11/04/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 09:00 horas do dia 11/04/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 20 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Presidente da CPL

### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 80/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCADERNAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DES. RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 11/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 11/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e

**Contratos.**

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 20 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Edital de Pregão Presencial Nº 81/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE 04 PNEUS 185/60 R14, E SERVIÇO DE GEOMETRIA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIESTA, PLACA MKK 2813, DE USO DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 14/04/2014.

A partir das 17:00 horas do dia 14/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 21 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 82/2014**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA., com o valor total de R\$ 425,00 (Quatrocentos e vinte e cinco reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DAS 500 HS DO VEÍCULO MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555/3, SÉRIE B15596, ANO 2013, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO XVII, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 21 de março de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 21 de março de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 21 de março de 2014.

Jose Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

**Edital de Pregão Presencial Nº 83/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NO GABINETE DO PREFEITO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 16/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 21 de Março de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### Homologação de Resultado Final Concurso

DECRETO Nº 5169/2014.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC REFERENTE AO EDITAL 001/2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital do Concurso Público nº001/2014 o resultado FINAL, destinados ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

Paragrafo Único: Ficam convocados os candidatos, cujo nome aparece grifado na cor azul para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no dia 24 de março de 2014, as 9:00 (Nove) horas, para fins de proceder o sorteio de desempate.

ASSISTENTE SOCIAL   Modalidade I						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
1	MARILUZ FOLTZ PAZ FERNANDES	3,20	0,80	0,60	4,60	1º
4	ANA LAURA MACHADO DOS SANTOS	2,80	1,20	0,60	4,60	2º
2	MIRIAN CRISTINA WEYER	2,40	0,40	1,00	3,80	Desc.
3	LEONILDE BEDIN	2,40	0,60	0,40	3,40	Desc.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO   Modalidade II						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
30	HELIOMAR ALVES BRANDÃO	5,60	1,00	0,80	7,40	1º
32	VANIA KRENZEL HETZEL	4,80	1,20	0,80	6,80	2º
31	EVELIN HILARIO	4,40	1,20	0,60	6,20	3º
27	MARIANA RODRIGUES BONETI	3,60	1,40	1,20	6,20	4º
8	TAINARA REOLON	4,40	0,80	0,60	5,80	5º
16	JOELSON HILARIO	4,00	0,80	1,00	5,80	6º

13	ATICIANA FATIMA TRESSOLDI	3,60	1,20	0,80	5,60	7º
17	ANGELICA DICKEL FANTINEL	4,00	0,20	1,20	5,40	8º
19	JEFERSON FERNANDO LORENSKI	3,60	0,60	1,20	5,40	9º
12	JULIANA CAZUNI	4,00	0,60	0,60	5,20	10º
15	SHAIANE DO NASCIMENTO DE LIMA	3,20	0,80	1,20	5,20	11º
24	JESSICA LETICIA FLORES	3,60	0,80	0,60	5,00	12º
18	GUILHERME STEFANELLO	3,60	0,40	1,00	5,00	13º
28	HELENA KOLLENBERG	3,20	1,20	0,60	5,00	14º
11	ISRAEL FELIPE DA COSTA GONÇALVES	2,80	0,80	1,40	5,00	15º
9	DANIELA ALVES RIGHI	3,60	0,40	0,80	4,80	16º
23	MATEUS CARLOS ROZENBACH	3,60	0,00	1,20	4,80	17º
29	SALETE ROHR DOS SANTOS	3,60	0,60	0,40	4,60	18º
10	AUDREY PONGAN BORTEZE	2,40	1,40	0,80	4,60	19º
33	MAGNA A. DORNELES DE CARVALHO	3,20	0,80	0,40	4,40	20º
6	MOHAMED IBRAHIM ISA ADDEL HADI	3,20	0,20	0,80	4,20	21º
25	TAUANA CRISTINA DA SILVA MORAIS	2,80	0,80	0,60	4,20	22º
14	ALINE ARNILDA SCHMITH	2,40	1,00	0,80	4,20	23º
35	CRISTIANE GULARTE PIMENTEL	2,40	0,80	1,00	4,20	24º
5	ROSELENE GRASSI WAGNER	2,80	0,60	0,40	3,80	25º

34	RAMON EDUARDO TELHEIRO	2,80	0,40	0,40	3,60	26º	
7	DENISE SOPRAN EBERHARD	2,00	0,40	0,40	2,80	Desc.	
26	VILSON JOSE PRESTES	2,00	0,00	0,80	2,80	Desc.	
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO   Modalidade III							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
43	ANGELA MARIA OLIVEIRA	4,80	1,20	0,80	6,80	1º	
55	SALETE CRISTIANE LAZZARIN	4,40	0,80	1,00	6,20	2º	
45	EDER PER- RONI DOS SANTOS	4,40	0,20	0,80	5,40	3º	
49	MARLEI DE FATIMA RONSONI	4,40	0,40	0,40	5,20	4º	
57	CARINA APARECI- DA HALL- VASS	3,20	0,80	1,20	5,20	5º	
37	JULIANA DA LUZ PACHECO	3,60	0,20	1,00	4,80	6º	
40	KAMILA DIEL CA- SAGRANDE	4,00	0,40	0,20	4,60	7º	
46	DANIELA LAMB	3,60	0,80	0,20	4,60	8º	
53	ANDER- SON DUCKEL FUSSIGER	3,60	0,60	0,40	4,60	9º	
54	BRUNA VANESSA HALLVASS	3,60	0,40	0,60	4,60	10º	
47	LUCIANA RUVIARO BALZAN	2,80	0,40	1,00	4,20	11º	
38	ANGELICA MARIA ALVES	2,40	0,80	1,00	4,20	12º	
48	SIMONE IVANIZE BRUCH DE ARAÚJO	3,20	0,40	0,20	3,80	13º	
50	MARIA CARVALHO	2,80	0,20	0,80	3,80	14º	
41	MARLISE PEREIRA DE ALMEI- DA	2,80	0,40	0,40	3,60	15º	
39	TAUANA ESTER SILVEIRA	2,00	0,80	0,60	3,40	16º	
52	JEANE DE LURDES SBERSE	1,60	1,00	0,80	3,40	17º	

51	INDRID BARBARA ASSIS DUARTE	2,00	0,60	0,20	2,80	18º	
42	ADRIANE BENATTI MUSSINI	2,00	0,40	0,40	2,80	19º	
56	MARIZETE ALVES	1,20	0,60	0,60	2,40	20º	
36	ALEJAN- DRA FASSA	0,00	0,00	0,00	0.000	Desc.	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS   Modalidade III							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
91	MARCIA AOSANI MARTINI	5,20	1,60	1,40	8,20	1º	
81	IVONETE TEIXEIRA	4,80	1,40	1,00	7,20	2º	
69	ANGELA MARIA NUNES	4,80	1,00	1,00	6,80	3º	
71	GENI DE OLIVEIRA COLMAN	4,40	1,60	0,80	6,80	4º	
92	JOANIL- SON ROSA DA SILVA	4,40	1,20	0,60	6,20	5º	
60	ELIANI SCHMIDT	4,40	1,00	0,80	6,20	6º	
94	ELIANDRO EMILIO DE AVILA	4,00	1,00	1,00	6,00	7º	
83	NATALIA LEMES DE SOUZA NORBAK	4,40	0,80	0,60	5,80	8º	
72	DANIELA BECKER	3,60	1,20	1,00	5,80	9º	
70	EDILAINE LOPES	3,60	1,00	1,20	5,80	10º	
82	ELIZETE BUENO PORTES	4,40	0,80	0,40	5,60	11º	
76	JOAO BATISTA	4,40	0,60	0,60	5,60	12º	
62	ODILES DE BRITO	4,00	1,20	0,40	5,60	13º	
86	VANDA GRACIELA DA SILVA	3,60	1,20	0,80	5,60	14º	
98	ELIANE T. DE VAR- GAS DE AVILA	4,40	0,80	0,20	5,40	15º	
85	ROZELAI- NE LOPES KLAUS	3,60	1,00	0,40	5,00	16º	
96	MARILDA APARE- CIDA CHRISTO	3,20	0,80	1,00	5,00	17º	
78	LUCAS EDUARDO SCHRAGLE	4,00	0,40	0,40	4,80	18º	

64	MILTON BUSS	3,60	0,80	0,40	4,80	19º	
95	CLAUDIA NOTTAR SCHULER	3,60	0,60	0,40	4,60	20º	
68	BRUNA JOCELIA MELO DE LARA	3,60	0,60	0,40	4,60	21º	
73	CRISTIANA DOS SANTOS	3,20	1,20	0,20	4,60	22º	
87	TEREZINHA FATIMA DOS SANTOS	2,80	1,60	0,20	4,60	23º	
58	JOANIR DO NASCIMENTO	3,20	1,00	0,20	4,40	24º	
63	EMILIA DE OLIVEIRA	3,20	0,80	0,00	4,00	25º	
67	ELIZETE APARECIDA ZANARDI	3,20	0,60	0,20	4,00	26º	
77	GENECY DE FATIMA DUTRA OLIVEIRA	3,20	0,60	0,20	4,00	27º	
79	EDIMILSON DE JESUS DOS SANTOS	3,20	0,60	0,20	4,00	28º	
59	JUSSARA DE OLIVEIRA VIEIRA	2,40	1,20	0,40	4,00	29º	
61	JOCEMARA LEMOS DE CASTRO	2,80	0,60	0,40	3,80	30º	
65	ANDREIA PATRICIA SCHENKEL	2,80	0,20	0,60	3,60	31º	
90	NEIVA DE OLIVEIRA	2,00	1,00	0,60	3,60	32º	
97	ESTER DA SILVA MULLER	2,40	0,60	0,40	3,40	33º	
88	VALCIR SOARES	2,40	0,60	0,20	3,20	34º	
66	JOSE ADÃO ZACHARIAS	2,00	0,60	0,60	3,20	35º	
89	VALDEIRIO RODRIGUES DOS SANTOS	1,60	0,80	0,60	3,00	36º	
84	TEREZA DE O. BRANCO DA SILVA	2,00	0,40	0,40	2,80	37º	
93	MARIA DE FATIMA RODRIGUES	2,00	0,20	0,40	2,60	38º	

80	MARIA I. LEMES DE SOUZA BATISTA	1,60	0,60	0,20	2,40	39º	
FISCAL DE NOTA DE PRODUTOR RURAL E MOVIMENTO ECONÔMICO   Modalidade II							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
100	GEOVANE RUSCHEL	2,00	0,80	0,80	3,60	1º	
101	LUCIMAR ISOTON	2,00	0,60	0,40	3,00	2º	
99	PATRICIA INES CAFER	1,60	0,40	0,60	2,60	Desc.	
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS   Modalidade II							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
103	DIOGO FABRIS	2,40	1,60	1,20	5,20	1º	
114	FELIPE MARCEL DOS SANTOS	2,40	1,00	1,00	4,40	2º	
109	EDUARDO DALLO	3,20	0,80	0,00	4,00	3º	
113	IVAN EIDT BASTO	2,40	0,80	0,60	3,80	4º	
105	INDIANA VANESA PAZIN	2,40	0,60	0,40	3,40	5º	
111	CLEVERSON LOPES DE ARAUJO	1,60	1,00	0,80	3,40	6º	
110	TIAGO ANTONIO DE OLIVEIRA	1,60	0,80	1,00	3,40	7º	
108	CLAUDIA ZEPPE	2,00	0,20	1,00	3,20	8º	
102	THIAGO DE SOUZA	1,20	0,40	1,20	2,80	Desc.	
106	WAGNER BENTO	1,60	0,40	0,60	2,60	Desc.	
107	MIRIAN KELEN DA SILVA	0,80	0,60	1,00	2,40	Desc.	
104	ARIEL RIBAS	0,80	0,40	0,80	2,00	Desc.	
FISCAL DE TRIBUTOS   Modalidade II							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
119	CLAUDEMIR JOSE ALVES BORGES	4,40	0,80	1,20	6,40	1º	
115	SIMONE ROSTIROLLA BARRICHELLO	2,80	0,80	0,80	4,40	2º	
123	CLAUDINARA DA SILVA	2,00	1,00	1,20	4,20	3º	



122	RODRIGO RAUBER	2,80	0,40	0,40	3,60	4°
125	TAINARA SIBELI DA COSTA	1,60	0,40	1,20	3,20	5°
116	DAIANI DA SILVA COSTA	2,00	0,40	0,40	2,80	Desc.
117	LUIZ CARLOS STROHER	1,60	0,60	0,40	2,60	Desc.
124	CRISTIANE GONÇALVES	1,20	0,80	0,40	2,40	Desc.
118	EDERSON KUNZLER DA SILVA	1,20	0,60	0,60	2,40	Desc.
126	ODINEI R. DE ANDRADE MACHADO	0,40	0,60	0,40	1,40	Desc.

## GARI | Modalidade III

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
127	FABIANO DE OLIVEIRA DA SILVA	3,20	0,60	0,20	4,00	1°

## MONITOR DA CASA LAR | Modalidade II

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
129	NAIR NORACI DAVID SCHNEIDER	4,80	0,80	1,20	6,80	1°
131	JOSANE LEMOS	5,20	0,40	1,00	6,60	2°
133	SIMONE TENROLLER	4,40	0,60	1,00	6,00	3°
128	SALETE DE FÁTIMA GULARTE	2,40	0,60	1,00	4,00	4°
130	MARIONETE A. DE FREITAS FERREIRA	2,40	0,60	0,80	3,80	5°

## MONITOR DE CRECHE | Modalidade II

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
152	GABRIELA STAHL	4,80	1,20	0,80	6,80	1°
171	ADRIANA A. R. DE ANDRADE	4,80	0,60	1,20	6,60	2°
198	MARIVONE TERE-SINHA LEORATO	4,80	1,20	0,20	6,20	3°
167	ELIANE RODRIGUES FREIRE	4,80	0,80	0,60	6,20	4°

160	CLEURECI G. FORTES SIQUEIRA	4,40	0,80	0,80	6,00	5°
176	CATIANE ASSUNÇÃO DE CAMARGO	4,80	0,40	0,60	5,80	6°
191	JANETE TEREZI-NHA RIGHI	4,00	0,80	1,00	5,80	7°
139	MONICA DE OLIVEIRA	4,40	0,40	0,80	5,60	8°
184	LUCIANA APARECIDA MEGGOLARO	3,60	0,80	1,20	5,60	9°
196	JOSEANE RAMALHO	4,00	0,80	0,60	5,40	10°
188	IVANILDE L. MEES LIESEN-FELD	4,00	0,60	0,80	5,40	11°
199	TALIANI SILVEIRA MARCZINSKI	4,00	0,60	0,80	5,40	12°
135	MARISETE BONIFACIO BOSCATO	4,00	0,40	0,80	5,20	13°
136	JULIANA DA SILVA DE MORAES	3,20	1,00	1,00	5,20	14°
174	BIANCA PACHECO SCHMIDT	4,00	0,60	0,40	5,00	15°
177	FABIANA BATISTA	4,00	0,20	0,80	5,00	16°
190	GECIKA SIMONE SALLES RODRIGUES	3,20	1,00	0,80	5,00	17°
143	MARCIA ALVES FERREIRA	4,00	0,60	0,20	4,80	18°
155	ELISANGELA VIEIRA	3,60	0,80	0,40	4,80	19°
157	ANA MARIA VARELA	3,60	0,60	0,60	4,80	20°
138	JOSIANE BOLICO DA SILVA	3,60	0,40	0,80	4,80	21°
150	ANDRESSA BRUNA VASUM	3,60	0,40	0,80	4,80	22°
189	ANA CAROLINE PIRES	3,20	0,80	0,80	4,80	23°
159	DANIELA PAULA DA SILVA KURECK	3,20	0,60	1,00	4,80	24°

182	VERA LUCIA RAUBER	3,20	0,60	1,00	4,80	25°
180	MARCIA ADRIANA HOEFLINGER	3,20	0,40	1,20	4,80	26°
203	MARCELI LILIANI SCHMITT	2,80	0,60	1,40	4,80	27°
162	ADRIANA APARECIDA FORTES BUENO	4,00	0,40	0,20	4,60	28°
169	ALINE LILIAN PUTRICK	3,60	0,80	0,20	4,60	29°
137	VERIDIANE F. KLEEMANN SOARES	3,60	0,40	0,60	4,60	30°
156	EUNICE DE CAMARGO	3,60	0,40	0,60	4,60	31°
201	ROSANGELA T. DEMSKI GALVÃO	3,60	0,20	0,80	4,60	32°
153	CRISTIANE LITTER	3,20	0,40	1,00	4,60	33°
146	JESSICA ROMMEL	3,60	0,40	0,40	4,40	34°
205	MARLETE VARGAS	3,20	0,80	0,40	4,40	35°
175	DAIANA DA SILVA	3,20	0,40	0,80	4,40	36°
141	MARIA ELIZABETE CARVALHO	3,60	0,60	0,00	4,20	37°
173	DEBORA MEDEIROS DE SOUZA	3,60	0,00	0,40	4,00	38°
147	LUCIANE T. MALAKOWSKI FREITAS	3,20	0,40	0,40	4,00	39°
202	MARIZETE APARECIDA TELES	3,20	0,20	0,60	4,00	40°
164	ELIANE VERFER CHIES	2,80	0,80	0,40	4,00	41°
161	ERINEIDE DE ARRUDA MOTTA	2,80	0,60	0,60	4,00	42°
134	SILVANA FACENDA DE FARIAS	2,80	0,60	0,60	4,00	43°
187	ADRIELI KARINE KUNSLER DA SILVA	2,80	0,40	0,80	4,00	44°
186	GILVANE FORMAGINI	2,40	0,80	0,80	4,00	45°

194	MARILETE DA SILVA BUENO	2,40	0,80	0,80	4,00	46°
170	ALESSANDRA S. DO NASCIMENTO	3,20	0,40	0,20	3,80	47°
166	ANA CLAUDIA HART RIBEIRO	2,80	0,80	0,20	3,80	48°
142	ROSENILDA DA SILVA	2,80	0,60	0,40	3,80	49°
151	CLAUDINEIA VIEIRA	2,80	0,40	0,60	3,80	50°
165	EMILIA DE ALMEIDA VARGAS	2,80	0,40	0,60	3,80	51°
192	JANDARA S. SCHUEIGERTI ABADI	2,80	0,40	0,60	3,80	52°
140	KARINE ANDREA LIESENFELD	2,40	1,00	0,40	3,80	53°
145	SIDIANE PRESTES VIEIRA	2,80	0,60	0,20	3,60	54°
148	LOVANI ZANARDI KAFER	2,40	0,40	0,80	3,60	55°
181	SALANIR GULARTE RIBEIRO	2,40	0,40	0,80	3,60	56°
154	FERNANDA TATIANE DA SILVA	2,00	0,60	1,00	3,60	57°
149	GEOVANI MARIA ANDRADE BRUM	3,20	0,00	0,20	3,40	58°
197	LEIDIANE SALETE DE OLIVEIRA	2,80	0,60	0,00	3,40	59°
178	ANGELA AOSANI DOSS	2,40	0,40	0,60	3,40	60°
183	SOELI KOLLENBERG	2,40	0,40	0,60	3,40	61°
200	VANDERLEIA DE LARA	2,80	0,40	0,00	3,20	62°
158	IVETE DE FATIMA FAE	2,40	0,80	0,00	3,20	63°
185	CLAUDINEIA CONFORTI	2,00	0,40	0,80	3,20	64°
172	BIANCA APARECIDA BARP	2,00	0,80	0,20	3,00	65°
168	GESSIANE FORMAGINI	2,00	0,40	0,60	3,00	66°

204	VANDER- LEA BEAL SI- MINKOSKI	1,20	0,80	0,60	2,60	Desc.	
179	SOLAN- GE L. GULARTE PIMENTEL	1,60	0,40	0,40	2,40	Desc.	
195	LUIZA ANDREA MARIANO	1,20	0,20	0,80	2,20	Desc.	
163	EUNICE LOPES LEAL DE LARA	1,60	0,20	0,20	2,00	Desc.	
193	LUANA CRISTINA DA SILVA	1,60	0,00	0,40	2,00	Desc.	
144	MARIALVA FORTES	0,40	0,40	0,60	1,40	Desc.	

## ODONTÓLOGO | Modalidade I

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
236	MICHELLI COSTA	4,40	1,20	0,40	6,00	1º	
238	CHARLES BALBINOT	4,00	1,20	0,60	5,80	2º	
237	FABIO ZANDONA BOSCATO	4,00	0,80	0,40	5,20	3º	
239	LETICIA SARTORI	4,00	0,80	0,20	5,00	4º	
235	STELLA MARYS BERTON- CELLI	2,80	1,00	0,40	4,20	5º	

## PSICÓLOGO | Modalidade I

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
260	VIVIANE ROST	5,60	1,40	1,00	8,00	1º	
261	TELMA ALINE CORTI	4,80	1,40	0,80	7,00	2º	
255	KARINE APARECI- DA DELL- BRUGGER	4,80	1,40	0,60	6,80	3º	
257	RAQUEL SBABO FABRIS	5,20	1,00	0,40	6,60	4º	
259	DAYANNA BASSO PEROZZO	4,40	1,00	0,60	6,00	5º	
256	BRUNA BANDEIRA FERRARI	4,00	1,40	0,40	5,80	6º	
258	LEONICE T. SIL- VESTRIN HERPICH	3,60	1,40	0,40	5,40	7º	

## SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CMAS | Modalidade I

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
262	JAQUELI- NA FATIMA LOLATO	5,60	1,60	0,80	8,00	1º	
263	ROSELI TERESI- NHA DILL	6,00	0,60	1,20	7,80	2º	
265	ELENIR FATIMA CIARINI	5,20	1,40	0,60	7,20	3º	
264	HELENA BEATRIZ AREND FRANCIS- CO	4,40	1,80	1,00	7,20	4º	
268	FABIANE LUZIA CASSOL DA ROCHA	4,00	1,40	1,00	6,40	5º	
266	JOSIANE DE OLI- VEIRA	4,80	0,80	0,40	6,00	6º	
267	VERA JANETTE MOTTA BARREIRO	3,20	0,40	0,80	4,40	7º	

## TÉCNICO AGROPECUÁRIO | Modalidade II

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
274	LEANDRO DALLANO- RA	4,00	1,00	0,60	5,60	1º	
275	ROSELEI TENROLER	3,20	0,40	1,20	4,80	2º	
272	JEFERSON LUIZ DE LIMA	2,80	0,80	0,80	4,40	3º	
269	GUSTAVO GAVA PÉRICO	2,80	0,60	1,00	4,40	4º	
270	JEAN CARLOS KOPHAL	2,40	0,80	1,00	4,20	5º	
271	MATEUS ALBERTO GRISS	2,80	0,20	1,00	4,00	6º	
278	ELIEL IRANI DA COSTA	2,80	0,40	0,40	3,60	7º	
273	ELENIR MOREIRA MARTINS	2,00	0,60	0,40	3,00	8º	
276	JULIANO VAZ	1,60	0,60	0,80	3,00	9º	
277	ELISIA- NE DE QUADROS SILVA	2,00	0,60	0,20	2,80	Desc.	

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM | Modalidade II

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
281	ELISIANE CRISTINA RYSDDYD	4,00	1,40	1,20	6,60	1º	

279	EDNEI- DE M. SANTOS LONRE- ZETTI	2,80	1,20	0,20	4,20	2°
287	JANDIRA PINNO DE- MARCHI	2,80	0,80	0,60	4,20	3°
285	LUCIANA BARBOSA	3,20	0,00	0,40	3,60	4°
286	LOUISE VACCHI DOS SAN- TOS	2,80	0,20	0,40	3,40	5°
284	ILIANE FERRAZ DE OLI- VEIRA	2,00	0,60	0,40	3,00	6°
288	ELIANE MATE SCHIMIDT	1,60	0,40	0,60	2,60	Desc.
282	ELIANE MARIA CAMPAG- NOLO	1,60	0,20	0,40	2,20	Desc.
280	MARCIA EDNEIA BENETTI HOESSEL	1,20	0,20	0,60	2,00	Desc.
283	ROSELI APARECI- DA DOS SANTOS	0,80	0,60	0,60	2,00	Desc.

## VIGIA | Modalidade III

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
293	LUIZ MARIO PAIM DE MORAIS OSORIO	6,00	1,60	0,80	8,40	1°
290	SAMIR MANSUR ISMAIL YUSEIF	6,00	0,80	0,60	7,40	2°
291	VAN- DERLEI SOARES DA SILVA	6,00	0,60	0,80	7,40	3°
295	JOÃO LEMES DE SOUZA	4,40	1,40	0,80	6,60	4°
292	SEDENIR ANDRADES	3,20	1,00	1,40	5,60	5°
294	LÚCIO ALMEIDA XAVIER	4,00	0,60	0,60	5,20	6°
289	JONATAN SIMÃO	3,60	0,60	0,60	4,80	7°

## MOTORISTA | Modalidade IV

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
--------	-----------	---------	-------	------	------------------	-------	--------

229	REGIS FELIPE MACHADO	2,60	0,90	0,80	4,60	8,90	1°
206	JOEL ANTONIO PUTRICK	2,60	0,80	0,90	4,10	8,40	2°
214	NEDIO CLEDIO DA SILVA	2,60	0,50	0,50	4,10	7,70	3°
230	TERCIO ADIR BENDER	2,40	0,80	0,70	3,80	7,70	4°
226	JOAO CAR- LOS DE OLIVEIRA	1,60	0,50	0,60	4,70	7,40	5°
222	SERGIO GULARTE	2,60	0,30	0,70	3,70	7,30	6°
217	OSMAR GULARTE	2,60	0,60	0,50	3,60	7,30	7°
227	FELIPE LEAL POLEZ	2,40	0,40	0,60	3,90	7,30	8°
220	NELSON BARRI- CHELLO	2,00	0,70	0,30	4,10	7,10	9°
233	SERGIO CARLOS SOARES	1,60	0,50	0,20	4,80	7,10	10°
224	CLAUDIO- MIR MALL- MANN BANFI	1,80	0,80	0,50	3,80	6,90	11°
234	OSMAR VILMAR GUTH	2,00	0,40	0,20	4,20	6,80	12°
218	VERIANO DA SILVA	2,40	0,70	0,80	2,80	6,70	13°
216	ANTONIO C. SIQUEI- RA DOS SANTOS	1,80	0,60	0,50	3,80	6,70	14°
215	ERALDO MATIAS	1,80	0,60	0,60	3,70	6,70	15°
208	VALDINEI SOARES DOS SAN- TOS	2,00	0,40	0,60	3,60	6,60	16°
207	HENRIQUE JOSE ES- TREICH	2,20	0,60	0,70	3,00	6,50	17°
209	DIEGO LUIZ ZEPPE TENROL- LER	2,20	0,80	0,40	3,00	6,40	18°
223	ENEAS LEAL POLEZ	1,80	0,40	0,50	3,70	6,40	19°
231	ODACIR ZIMER- MANN DA SILVA	1,80	0,60	0,50	3,50	6,40	20°
211	JUCELINO VARGAS DA SILVA	1,60	0,50	0,70	3,20	6,00	21°

213	ELTON JOSE EBERHARD	1,20	0,60	0,30	3,90	6,00	22º
221	CELSO KURTZ	2,20	0,40	0,40	2,90	5,90	23º
232	CAROLINE MORTARI	1,60	0,90	0,60	2,50	5,60	24º
210	VAN-DERLEI MARTINS	1,20	0,40	0,20	3,40	5,20	25º
228	CELSO LAURI STEFAN	1,40	0,30	0,30	2,70	4,70	26º
225	MAGAIVER CAZUNI	1,00	0,10	0,20	2,70	4,00	27º
OPERADOR DE MÁQUINAS   Modalidade IV							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
250	JOSSIMAR GARCIA DA SILVA	1,60	0,80	0,20	4,20	6,80	1º
242	JUNIOR CRISTIANO FURTIM	1,80	0,50	0,60	3,80	6,70	2º
252	FLAVIO DE ALMEIDA GUEDES	2,20	0,60	0,80	3,00	6,60	3º
241	FRANCISCO EDSON SANT ANA	2,00	0,90	0,60	3,00	6,50	4º
245	CESAR ANIBAL ESPINDOLA	1,40	0,40	0,20	4,50	6,50	5º
240	ADELAR JONAS JAGNOW	2,00	0,90	0,80	2,70	6,40	6º
248	EDSON BECIL DE OLIVEIRA	2,20	0,50	0,80	2,60	6,10	7º
253	JOSE CLOVIS DOS SANTOS	1,80	0,40	0,30	3,50	6,00	8º
254	GILMAR LUNELLI	1,60	0,50	0,50	2,50	5,10	9º
249	CLAUDIO ALCEMIR ROSA DE OLIVEIRA	1,40	0,20	0,30	3,10	5,00	10º
251	JAIMIR BEAL	1,40	0,30	0,10	2,10	3,90	11º
244	ELIZANDRO FANTINEL	1,80	0,70	0,60	-	3,10	12º
243	JACIR BANFI	1,80	0,60	0,40	-	2,80	13º
246	LUIZ ANTONIO TAGLIAM	0,20	0,20	0,30	-	0,70	Desc.
247	ADEMIR BANFI	0,20	0,00	0,00	-	0,20	Desc.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MARÇO DE 2014.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 20/03/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS  
Secretario Municipal

### Homologação de Resultado Final Emprego Publico DECRETO Nº 5168/2014.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGO PUBLICO DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC REFERENTE AO EDITAL 002/2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA

Art. 1º. - Fica homologado para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital do Concurso Público para Emprego Publico nº002/2014 o resultado FINAL, destinados ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

Paragrafo Único: Ficam convocados os candidatos, cujo nome aparece grifado na cor azul para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no dia 24 de março de 2014, as 9:00 (Nove) horas, para fins de proceder o sorteio de desempate.

ADVOGADO - CREAS   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
2	GLAUCIA SIMIONI	3,20	1,00	0,80	5,00	1º
1	ANTONIO LUIZ PAZIN	2,80	1,40	0,60	4,80	2º
6	JOSELITO CLETER SANTANA	2,80	0,80	1,00	4,60	3º
3	JOSIANE APARECIDA COSTA	2,40	1,20	0,80	4,40	Desc.
8	ADRIEL DIOGO LUNKES	1,60	1,60	1,20	4,40	Desc.
4	JULIANE CLOTILDE SCHMITH	2,40	0,80	0,80	4,00	Desc.
5	SANDREIA FORNARI	2,00	1,00	1,00	4,00	Desc.
7	EMERSON ROBERTO DUARTE	1,20	1,00	0,80	3,00	Desc.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 1 - MICROAREA 01 (CENTRO) | Modalidade 03

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
10	PRICILA MIRIAM MOSENA BERTAGNOLLI	4,40	1,80	1,60	7,80	1º
13	KATIA RAQUEL SBERSE MEOTTI	3,20	1,60	1,20	6,00	2º
12	ROMEU PATRIK MUSSINI	2,00	1,60	1,60	5,20	3º
9	TIAGO ANTONIO PADILHA	3,20	0,60	0,00	3,80	4º
11	DEVANIRA MARIA KOHL	1,60	1,40	0,00	3,00	5º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 1 - MICROAREA 02 (CENTRO)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
14	REGIANI DE LIMA SACRAMENTO	2,80	1,60	0,40	4,80	1º	
17	DOLI MACHADO	2,80	0,60	0,20	3,60	2º	
16	MARCIANE LISBINSKI NOTTAR JACOSKI	2,40	0,80	0,40	3,60	3º	
15	LIRIA MARQUES DA SILVA AGAPTIO	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 1 - MICROAREA 04 (CENTRO)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
19	ROSANGELA F. MACHADO DE OLIVEIRA	4,40	1,60	1,20	7,20	1º	
18	RAFAELA VARGAS FLORES	2,40	1,60	1,60	5,60	2º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 2 - MICROAREA 02 (BAIRRO TRÊS FRONTEIRAS)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
20	ALEXANDRE ROQUE DE MORAIS	3,20	1,40	1,60	6,20	1º	
22	EDUARDO DA ROSA DUARTE	2,40	1,00	0,60	4,00	2º	
21	CHRISTIANE NORBAK	0,80	1,00	0,40	2,20	3º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 2 - MICROAREA 03 (BAIRRO TRÊS FRONTEIRAS)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
24	CARLA JUCEMARA DOS SANTOS	3,20	1,60	1,40	6,20	1º	
23	MARCIO ALES DOS SANTOS	2,00	1,00	0,40	3,40	2º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 3 - MICROAREA 01 (BAIRRO UNIÃO)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
27	CHEILA PATRICIA DIAS CABRAL	3,60	1,20	1,20	6,00	1º	
25	CAMILA JULIANA DOS SANTOS	2,00	1,20	1,00	4,20	2º	
26	MARLI LUCIA VITCEL	2,00	1,20	0,20	3,40	3º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 3 - MICROAREA 03 (BAIRRO UNIÃO)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
28	MARIA LUCIA DE JESUS	3,20	1,20	1,00	5,40	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - ÁREA 3 - MICROAREA 04 (BAIRRO UNIÃO)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
30	ELIZANDRA RYSDYD FERREIRA	4,00	1,20	0,60	5,80	1º	

29	GELSON RUSCHEL	2,80	1,40	1,20	5,40	2º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 1 - MICROAREA 02 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
32	ELESIR BRAULIO	2,00	1,00	1,20	4,20	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 1 - MICROAREA 03 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
34	SILVANA PRESTES VIERA	2,40	1,20	0,20	3,80	1º	
33	NADIR ANTUNES GERLACH	1,60	1,00	1,20	3,80	2º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 1 - MICROAREA 04 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
35	JUDITE MULLER	2,40	1,20	0,40	4,00	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 2 - MICROAREA 02 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
36	ELIANE FATIMA BRAULIO	2,00	1,00	0,60	3,60	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 2 - MICROAREA 03 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
37	ROSANE LEMES DE SOUZA	2,00	1,00	0,80	3,80	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 3 - MICROAREA 02 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
39	ALCINEIA DE VARGAS DOS SANTOS	2,80	1,60	1,80	6,20	1º	
38	ELIANQUELI PIRES	2,80	1,20	1,00	5,00	2º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 3 - MICROAREA 03 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
40	ELAINE MARQUES	2,40	1,20	1,20	4,80	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 4 - MICROAREA 04 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
42	ELAINE CRISTINA LOCH KRAEMER	3,60	1,80	1,20	6,60	1º	
41	CLEOMAR KRAEMER	3,20	1,40	1,60	6,20	2º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 4 - MICROAREA 05 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	



43	CARLA TENROLLER	2,00	1,20	1,40	4,60	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 5 - MICROAREA 02 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
44	IVANETE TEREZINHA MEES REICHERT	2,80	1,40	1,40	5,60	1º	
45	SERGIO MARIANO DE OLIVEIRA	2,80	1,40	1,00	5,20	2º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 6 - MICROAREA 01 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
46	EVA RODRIGUES	1,20	0,00	0,00	1,20	Desc.	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 6 - MICROAREA 05 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
47	SIMONE MARQUES CIVA	2,00	1,60	0,60	4,20	1º	
AGENTE DE COMBATE A EPIDEMIAS - ESF   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
51	DULCELEI SURDI	3,20	1,60	1,60	6,40	1º	
49	EIDMARIAN WILK	2,80	1,40	0,60	4,80	2º	
48	JUNIOR SCHIRMANN DALLO	2,00	1,00	0,60	3,60	3º	
50	ALISON IRAN SILVA CÂMARA	2,00	1,00	0,40	3,40	4º	
ASSISTENTE SOCIAL - CAPS   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
54	ANGELITA POLETO	3,60	0,60	0,80	5,00	1º	
53	TATIANE UNCINI	3,20	0,60	0,40	4,20	2º	
56	JIANA MOSENA	2,80	1,00	0,40	4,20	3º	
58	WELLINGTON WAGNER DA SILVA	2,80	0,80	0,60	4,20	4º	
57	MARYLAINE KLEIN	1,60	0,80	0,80	3,20	Desc.	
55	ILAIANE TERESINHA OL- BERMANN	1,60	0,20	0,60	2,40	Desc.	
52	JUSSAMARA CRISTINA GONÇALVES	0,00	0,60	0,80	1,40	Desc.	
ASSISTENTE SOCIAL - CRAS   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
60	MANOELA COZER	4,00	1,00	0,80	5,80	1º	
67	MARCIA ALTHAUS	3,20	1,20	0,60	5,00	2º	
59	FABIANO BORTOLI	3,20	1,00	0,40	4,60	3º	
62	LISIANE SCHU	2,80	1,00	0,40	4,20	4º	
61	SENI BORGES DA ROSA	2,40	1,00	0,40	3,80	Desc.	
63	MONALISA RAMON	2,40	0,80	0,60	3,80	Desc.	

64	HAMILTON APARECIDO MARQUES	1,60	1,40	0,60	3,60	Desc.	
65	NADIA COSTACURTA	2,80	0,60	0,20	3,60	Desc.	
66	MARCIELE DE SOUSA	2,40	0,60	0,60	3,60	Desc.	
68	LOIRI ALBANESE MORAES	2,00	1,00	0,60	3,60	Desc.	
ASSISTENTE SOCIAL - CREAS   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
69,00	BRUNA GARBIN MANFRIN	3,60	0,80	0,80	5,20	1º	
70,00	LUCIANE RADKE	3,60	0,40	0,60	4,60	2º	
75,00	DEISE GRALOW	3,20	0,80	0,40	4,40	3º	
74,00	PAULA CRISTINA SCHA- FFER	2,80	1,00	0,20	4,00	4º	
71,00	CARIELA MARTINAZZO JANK	2,40	1,40	0,60	4,40	Desc.	
72,00	MARCIA BESING	2,00	1,00	1,00	4,00	Desc.	
73,00	JENNIPHER T. SCHUEI- GERT DE OLIVEIRA	2,40	0,60	0,20	3,20	Desc.	
ASSISTENTE SOCIAL - NASF   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
82	ELSA SALETE DE PAULA DOS SANTOS	4,00	1,20	0,40	5,60	1º	
83	MARIA LUCIA DOS SAN- TOS STEFFENS	2,80	0,60	1,00	4,40	2º	
78	LEILA DE RAMOS PIVETTA	2,40	1,40	0,80	4,60	Desc.	
81	JANAINA A. AMARO DOS SANTOS	2,40	1,20	0,40	4,00	Desc.	
79	CLAUDIA CRISTINA LAN- SARINI	2,40	1,00	0,40	3,80	Desc.	
84	ELIANE BAU	3,20	0,20	0,40	3,80	Desc.	
85	REGINA KARLAS AULER	2,00	0,80	0,60	3,40	Desc.	
77	VANESSA DA SILVA	1,60	1,00	0,60	3,20	Desc.	
80	MARLENE TEREZINHA THEISEN	1,60	0,20	0,80	2,60	Desc.	
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CRAS   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
92	LALESKA THAIS DA SILVA ZELLI	4,00	0,80	1,00	5,80	1º	
93	DAIANE DILLER CASSOL DA ROCHA	4,00	0,60	0,40	5,00	2º	
97	GIZELI CAROLINE DA COSTA	2,40	0,60	1,40	4,40	3º	
94	ANA PAULA MUNIZ SOARES	2,40	0,40	1,20	4,00	4º	
88	ARNALDO RASCHE JUNIOR	2,80	0,60	0,40	3,80	5º	
90	ROZELEI LEAL	2,80	0,60	0,40	3,80	6º	
91	TAUANA BENINI SCHWINN	2,40	0,80	0,60	3,80	7º	
95	LUIZ HENRIQUE MARTINS MATIAUDA	2,80	0,40	0,60	3,80	8º	
96	JOSIANE ANDREA FRAN- ÇA	2,40	0,60	0,80	3,80	9º	
89	RUTE BORGES DA SILVA	2,40	0,60	0,60	3,60	10º	

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CREAS   Modalidade 02						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
105	JANICE CRISTIANI SCHWINGEL	3,60	1,20	1,00	5,80	1º
100	JANETE PENASSOL DOS SANTOS	3,60	1,00	1,00	5,60	2º
102	SUZANA KONIG	4,00	1,00	0,40	5,40	3º
99	FLAVIO AGUIAR PRESTES NOGUEIRA	3,60	0,80	0,80	5,20	4º
103	DANIELA DOS SANTOS	3,20	1,00	1,00	5,20	5º
104	MARIA ANDRESIA FERREIRA FERRARI	3,60	0,80	0,60	5,00	6º
106	CARLA CHIELE SILVA	2,80	0,80	0,20	3,80	7º
101	LARISSA TALITA FERREIRA	2,00	0,60	0,60	3,20	8º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CAPS   Modalidade 03						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
109	LURDES RODRIGUES WEISS GONÇALVES	3,60	1,80	1,00	6,40	1º
111	EDINA SINARA FERNANDES	3,60	0,80	0,60	5,00	2º
107	VIVIANE SUTEL MAIER	3,20	0,40	0,40	4,00	3º
108	CLAUDETE DE OLIVEIRA	1,60	1,00	0,80	3,40	4º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CRAS   Modalidade 03						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
112	MIRIAN ELAINE DA COSTA	4,40	1,80	1,60	7,80	1º
117	PATRICIA FERREIRA DE LIMA LUDWIG	4,00	1,20	0,60	5,80	2º
113	MARCIA REGINA FANTINEL WATHIER	4,00	0,80	1,00	5,80	3º
115	BEATRIZ SOARES	3,60	1,00	0,80	5,40	4º
114	MIRIA DE SOUZA AMARAL	3,20	0,80	0,60	4,60	5º
116	IONARA LOPES DE LIMA	2,40	1,20	0,40	4,00	6º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CREAS   Modalidade 03						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
123	CLAUDETE NOGUEIRA DA SILVA	5,20	1,60	1,00	7,80	1º
125	CLEONARA MACHADO	4,00	1,20	0,40	5,60	2º
124	FERNANDA APARECIDA LOVIS	3,20	1,00	1,40	5,60	3º
121	JHOANA KIMBERLIN ARAUJO	3,20	1,40	0,60	5,20	4º
122	JOELMA SOARES	3,20	1,20	0,80	5,20	5º
COORDENADOR - CRAS   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
134	RENAN CHRISTANI	5,20	1,40	1,40	8,00	1º

132	ALVORI LANZA	4,40	1,40	0,60	6,40	2º
131	ARNALDO MELLO	3,60	0,80	1,20	5,60	3º
136	CATIA CARINE RASCHE	3,60	1,20	0,20	5,00	4º
128	EVELYN LUIZIE KUHN	3,20	1,20	0,60	5,00	5º
133	JANES PAULA DO SANTOS	3,20	0,80	1,00	5,00	6º
130	ROSANI CLEUSA BAPTISTELLA	3,60	0,80	0,40	4,80	7º
127	GISLAINE FATIMA DOS ANJOS SOUZA	3,20	1,20	0,40	4,80	8º
135	ADRIAN RENA DOS SANTOS	3,20	0,80	0,60	4,60	9º
129	SILVANIA PAGLIOCHI DOS SANTOS	1,60	1,00	0,40	3,00	Desc.
COORDENADOR - CREAS   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
137	WILLIAN HAEFLIGER ANDREOLLA	4,00	1,00	1,00	6,00	1º
139	LURDES ZANONI	3,60	1,20	0,60	5,40	2º
142	ALINE WARTHA	3,60	1,40	0,20	5,20	3º
140	ROSELI T. EGGER BARRICHELLO	2,80	1,40	0,80	5,00	4º
143	MARIA CRISTINA WAGNER	3,60	0,40	0,60	4,60	5º
138	LUCIVANE ARAUJO E SILVA	3,20	0,60	0,40	4,20	6º
144	VERONICA BORGES DA SILVA	1,60	1,00	0,40	3,00	Desc.
141	BEATRIZ TEREZINHA DA VEIGA GIRARDI	1,60	0,20	0,40	2,20	Desc.
COZINHEIRA - CAPS   Modalidade 03						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
147	MIRIAN DE SOUZA	5,20	1,40	1,00	7,60	1º
146	JULIANA APARECIDA SOARES	4,80	1,60	0,80	7,20	2º
145	JAQUELINE BOHNENBERGER PRADO	4,80	1,00	0,20	6,00	3º
EDUCADOR SOCIAL I - CRAS   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
149	VANESSA INES DE BORTOLI	5,20	0,60	0,20	6,00	1º
148	EVELIN C. DE QUEVEDO ALBRECHT	3,20	1,20	0,40	4,80	2º
EDUCADOR SOCIAL II - CRAS   Modalidade 02						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
159	CLAUDIA CRISTINA BARBOSA	4,00	0,60	1,00	5,60	1º
154	PATRICIA DE CAMARGO	3,20	0,80	0,60	4,60	2º
151	IVARLEI BORSATO	3,20	0,60	0,80	4,60	3º
152	CLEONARA DE LIMA	3,20	0,20	1,20	4,60	4º
156	JOSEANE BATISTA	3,60	0,40	0,40	4,40	5º
155	JOCELI LEMOS	3,60	0,40	0,20	4,20	6º

153	KELI TAMARA PADILHA	2,40	0,40	0,40	3,20	7º	
158	SANDRA DO COUTO	2,40	0,40	0,40	3,20	8º	
157	SIMONE BENETTI LISEU	1,20	0,40	0,40	2,00	Desc.	

## ENFERMEIRO - CAPS | Modalidade 01

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
178	JUCILENE GONÇALVES DA SILVA	4,40	1,20	1,20	6,80	1º	
186	FERNANDA R. FLACH PREVEDELLO	4,40	1,40	0,80	6,60	2º	
163	PATRICIA CAMPANA	4,00	1,60	1,00	6,60	3º	
187	ANA PAULA BIANCHI	4,40	1,00	1,00	6,40	4º	
164	LUANA REGINA CANEI	4,80	0,80	0,60	6,20	5º	
173	ANA PAULA WOLFART	4,40	1,00	0,80	6,20	6º	
161	PRISCILA PIROCA	4,80	0,60	0,60	6,00	7º	
166	BRUNA ANZOLIN	4,40	1,20	0,40	6,00	8º	
169	MARCIA BUENO DOS SANTOS	4,00	1,40	0,40	5,80	9º	
180	RAQUEL MIGNONI	4,00	1,40	0,40	5,80	10º	
168	ADRIANA REGINA BATA-GLIN	3,20	1,40	1,20	5,80	11º	
179	ERICA LIA PEREZ DEL BUSTO	4,00	1,00	0,60	5,60	12º	
170	ELIAS BEVILAQUA	3,60	1,00	1,00	5,60	13º	
177	MARIANA COMASSETTO DE AGUIRRE	4,00	1,20	0,20	5,40	14º	
188	JUSSARA FATIMA RECH	3,60	1,00	0,80	5,40	15º	
183	SIDIANE DE LARA PAZ	3,60	1,00	0,40	5,00	16º	
176	CLEONICE DOLORES VALMORBIDA	3,60	0,60	0,80	5,00	17º	
189	FABIANE RONTANI CHIELE	4,00	0,20	0,60	4,80	18º	
167	CHARLES ANTONIO POPIOLEK	3,60	0,60	0,60	4,80	19º	
181	BARBARA BARONI DA SILVA	3,20	1,00	0,60	4,80	20º	
165	NATACHA CRISTINA MELZ ZAPPANI	3,20	0,60	1,00	4,80	21º	
174	ELAINE LUCIA HERKERT	3,60	0,60	0,40	4,60	22º	
162	CHARLINE WARTHA	3,20	0,60	0,80	4,60	23º	
160	DELIZIANE LEMES DOS SANTOS	3,20	0,80	0,40	4,40	24º	
172	CRISTIANE MÁRCIA LEMOS FERREIRA	3,20	0,60	0,60	4,40	25º	
182	BARBARA MONTEIRO WEHNER	3,20	0,60	0,60	4,40	26º	
185	ADELAR ANTONIO CABRAL	3,20	0,20	1,00	4,40	27º	
184	ANA CLAUDIA SANTINI LOPES	3,20	0,60	0,20	4,00	28º	
175	LIGIA APARECIDA CAVALLIN	2,80	0,80	0,40	4,00	29º	
171	DAYANE BATTAGLIN EIDT	2,00	1,00	0,80	3,80	Desc.	

## FARMACÊUTICO - NASF | Modalidade 01

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
197	DANIELA MARQUES DA SILVA	3,20	1,20	1,20	5,60	1º	

190	REGINA PICCOLI FUSIEGER	4,00	1,00	0,40	5,40	2º	
194	RENAN CARLOS DOS SANTOS	3,60	1,00	0,60	5,20	3º	
196	ELIO ANTONIO NEDEL JUNIOR	2,80	1,00	1,20	5,00	4º	
199	ANA GABRIELA GAUER	2,00	1,60	0,80	4,40	Desc.	
192	CINTIA WOICHICOSKI	2,40	1,00	0,80	4,20	Desc.	
200	SIRLEI TEREZINHA SEIBT	1,60	1,80	0,80	4,20	Desc.	
191	LAURA COSTA CURTA	2,00	1,20	0,60	3,80	Desc.	
193	EGIDIA LEMES DA COSTA	2,40	0,40	0,60	3,40	Desc.	
198	MARTHA DEYZI DE ANDRADE	1,60	0,80	1,00	3,40	Desc.	
201	RAFAELA ALMEIDA FIGUEIREDO	0,80	1,00	1,60	3,40	Desc.	
195	RICARDO HÉLIO NORBAK	1,60	1,00	0,60	3,20	Desc.	

## FISIOTERAPEUTA - NASF | Modalidade 01

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
205	JANAINA CUCHI	5,60	1,00	0,80	7,40	1º	
207	JENIFER SIGNOR	5,20	1,60	0,60	7,40	2º	
206	ANA PAULA NECKEL DE PAULA	5,20	1,40	0,40	7,00	3º	
203	GISELE REGINA MENDES	4,40	0,80	1,00	6,20	4º	
208	DEISON TAIRES MATTEI	4,00	1,20	1,00	6,20	5º	
204	DENISE SOLANGE BONIFACIO VARELA	4,80	0,80	0,20	5,80	6º	
202	CRISTIANE PLETSCH	3,20	0,60	0,80	4,60	7º	

## MÉDICO PSIQUIATRA - CAPS | Modalidade 01

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
210	ALEXEY WANDER MOURA GONÇALVES	5,60	1,80	1,40	8,80	1º	
209	SILVIO DE SOUSA ANDRADE	5,20	1,60	0,80	7,60	2º	

## NUTRICIONISTA - NASF | Modalidade 01

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
256	GABRIELA REGINA PINTO	3,20	1,60	0,80	5,60	1º	
262	EDINA MARIA STURM SERAFINI	3,20	1,20	0,60	5,00	2º	
254	MARCIANE RAFAELA PICON	3,20	0,80	0,40	4,40	3º	
252	ROSELAINE NOGUEIRA SANTOS	2,80	0,80	0,40	4,00	4º	
258	ROBERTA CRISTINA CASARIN DALLA LONGA	2,40	1,00	1,20	4,60	Desc.	
263	MANUELA MAYER	2,40	1,20	0,80	4,40	Desc.	
261	RAFAELA DA SILVA DORNELES	2,00	1,40	0,80	4,20	Desc.	
250	CRISTINA GIONGO	2,40	1,20	0,40	4,00	Desc.	
255	EVLIN DIULIANA GANZER	2,40	0,80	0,80	4,00	Desc.	
264	ROSANGELA MARIA MENEGUSI	2,40	0,80	0,80	4,00	Desc.	
259	ALINE VANIN	2,00	1,20	0,40	3,60	Desc.	

253	SIMONE CRISTINA JOHANN	1,20	1,40	0,80	3,40	Desc.	
251	LUZIA CLEIA MACHADO	2,00	0,60	0,60	3,20	Desc.	
257	FRANCIELI CARLA DA SILVA	2,00	0,80	0,40	3,20	Desc.	
260	CIRLENE MATHIELLO	2,00	0,40	0,60	3,00	Desc.	
ODONTÓLOGO - ESF   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
267	CAMILA POHLMANN	4,00	1,60	0,60	6,20	1º	
265	MARIA KATERYNEFIUZA	4,40	1,00	0,60	6,00	2º	
266	FRANCIELLE VIEIRA RAMOS	4,40	0,80	0,80	6,00	3º	
269	DEBORA ANGELA ROS-SATO	4,00	1,20	0,40	5,60	5º	
268	JOSIANE FÁTIMA WAR-THA	4,00	1,00	0,60	5,60	4º	
270	STEPHANIE DALTOE	3,20	1,20	0,80	5,20	6º	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CAPS   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
273	ALINE PAULI DA VEIGA	4,80	1,20	1,00	7,00	1º	
272	MONIQUE MARIA TRES-SOLDI	5,20	1,00	0,40	6,60	2º	
271	FRANCIELE MATIOLO	4,40	0,60	0,60	5,60	3º	
PSICÓLOGO - CAPS   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
276	PATRICIA BATTISTI	5,20	1,00	0,20	6,40	1º	
275	ALINE CRISTIANE ANDRE-OLLA MATTOS	4,40	1,00	0,80	6,20	2º	
279	ODAIZ CILENE DE AN-DRADE MACHADO	4,40	0,80	0,80	6,00	3º	
278	IDENE PAULI	4,40	0,20	0,60	5,20	5º	
277	FRANCIELI FERNANDA TREMEA	3,20	1,00	1,00	5,20	4º	
PSICÓLOGO - CRAS   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
281	JESSICA CESCO	4,80	1,80	0,60	7,20	1º	
282	JAQUELINE PALU	4,40	1,20	0,60	6,20	2º	
280	MICHELE SEFFRIN	4,40	0,60	0,60	5,60	3º	
283	MARCO ANTONIO CO-MERLATTO	4,40	0,20	0,40	5,00	4º	
PSICÓLOGO - CREAS   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
285	PRISCILA LOPES FER-REIRA	5,60	1,20	0,80	7,60	1º	
287	KARINE LUNKES	4,80	1,40	0,40	6,60	2º	
289	JOSE RICARDO FURQUIM	4,40	1,20	0,80	6,40	3º	
288	SHIRLEY PALOSCHI	4,40	0,80	0,60	5,80	4º	

286	LIA FERNANDA DE CAM-POS	3,60	1,40	0,80	5,80	5º	
PSICÓLOGO - NASF   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
294	DAYANE BOUFLEUR	5,20	1,60	0,60	7,40	1º	
291	DANIELA FERNANDA SCHOTT	5,20	1,40	0,80	7,40	2º	
290	CARLA DA ROCHA	4,80	1,20	0,60	6,60	3º	
292	ISADORA REGINA SCHWAB	4,00	1,20	0,80	6,00	4º	
293	JULIANE PICININI	4,00	0,40	0,60	5,00	5º	
TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CAPS   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
295	ANDREIA APARECIDA MORAES	2,40	0,60	1,20	4,20	1º	
296	ELIANA DOS SANTOS	3,20	0,60	0,20	4,00	2º	
297	JOICE FERNANDES FINGER	2,00	0,40	0,20	2,60	Desc.	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - CAPS   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
298	CLAUDIA FERREIRA DE LIMA	2,80	0,60	0,80	4,20	1º	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
305	GIOVANA DALLEMOLE PALOSCHI	3,60	1,20	0,40	5,20	1º	
304	MARCIA BARBOSA FER-DERLE BRITZ	3,60	0,60	0,40	4,60	2º	
307	SIMONE BACH MULLER	2,80	0,80	1,00	4,60	3º	
300	ROZENILDA PINHEIRO	3,20	0,80	0,40	4,40	4º	
311	ULIA MARCIA MOREIRA	2,80	0,60	1,00	4,40	5º	
302	TANIA DO ROCIO FER-REIRA	3,60	0,20	0,20	4,00	6º	
303	MARCIA MULLER	2,40	0,80	0,80	4,00	7º	
301	SIMONE DE LIMA LORDES	2,40	0,40	1,20	4,00	8º	
308	ELIANE SILVA	2,00	0,60	1,20	3,80	9º	
306	ANA CLAUDIA VENTURA	2,80	0,20	0,60	3,60	10º	
310	LEONARA BUENO DA SILVA	2,40	0,60	0,60	3,60	11º	
309	MARCOS PAULO DA SILVA	1,60	0,40	0,80	2,80	Desc.	
299	FABIANA DELEVATTI	0,40	0,60	0,40	1,40	Desc.	
MOTORISTA - CAPS   Modalidade 04							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
227	MARCOS ALEXANDRE LEMOS SKITTBERG	2,60	0,60	0,20	4,00	7,40	1º

225	KEILA ADAIANE MARQUES ANTUNES	2,20	1,00	0,60	3,60	7,40	2º
213	MATEUS FERNANDES FINGER	2,20	1,00	0,80	3,40	7,40	3º
223	GILIARDI JOSE DE LIMA	2,60	0,40	0,60	3,50	7,10	4º
215	ANTONIO SERGIO DA SILVA E LIMA	2,20	0,60	0,20	3,90	6,90	5º
211	ADRIANO M.GOLIMBIEVSKI FERNANDES	1,80	0,50	0,70	3,60	6,60	6º
229	JORGEANO RAUBER	1,80	0,70	0,30	3,70	6,50	7º
218	THOMAS FRANCISCO GONÇALVES	2,40	0,40	0,80	2,70	6,30	8º
228	EDSON DANIEL SIQUEIRA DA VEIGA	2,00	0,40	0,40	3,50	6,30	9º
219	IVAN PAULO VARGAS	1,60	0,60	0,60	3,50	6,30	10º
212	SANDRO DO COUTO	2,20	0,70	0,70	2,60	6,20	11º
217	ADRIANO NUNES DE CAMARGO	2,00	0,90	0,10	3,20	6,20	12º
224	EDERSON PICININI	1,80	0,70	0,20	3,40	6,10	13º
222	LEONIR LUIZ BIGUILINI	1,40	0,30	0,30	4,00	6,00	14º
214	MARCELO OLIVEIRA DA LUZ	1,80	0,50	0,50	3,10	5,90	15º
216	DIEGO LUIZ LAUTERIO	2,20	0,40	0,30	2,70	5,60	16º
226	LEONARDO RAFAEL DOS SANTOS	1,60	0,20	0,60	2,70	5,10	17º

## MOTORISTA - SAMU | Modalidade 04

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
249	MAICON JACOSKI	2,80	0,50	0,80	5,00	9,10	1º
244	FABIO JUNIOR KAHER	2,80	0,90	0,90	4,50	9,10	2º
243	JOAO CARLOS SCHNEIDER	2,60	0,70	0,80	4,70	8,80	3º
235	PAULO SERGIO ZENATTI	2,20	0,80	0,60	5,00	8,60	4º
239	JOAO CARLOS ROSSA-ROLLA	2,60	0,80	0,50	4,50	8,40	5º
232	PAULO ROBERTO POLOSCHI	2,40	0,70	0,60	4,50	8,20	6º
246	SAMUEL CARLOS DA SILVA RIBEIRO	2,60	0,70	0,60	4,20	8,10	7º
248	DILSON ROBERTO SCHNEIDER	2,20	0,80	0,50	4,60	8,10	8º
236	AURÉLIO ANDRÉ SCHIRMANN	2,20	0,50	0,70	4,60	8,00	9º
247	CLAUDECIR REICHERT	2,60	0,80	0,70	3,40	7,50	10º
240	PETERSON FILIPE DE BORBA CECILIO	2,00	0,80	0,60	4,10	7,50	11º
237	ITACIR BRAZ MAYER	2,60	0,60	0,20	4,00	7,40	12º
233	SERGIO LUIS WEIRICH	2,40	0,60	0,60	3,80	7,40	13º
242	GIOVANI ZANELLA	2,60	0,90	0,80	2,80	7,10	14º
241	VITOR ZANIN	1,60	0,40	0,40	4,50	6,90	15º
234	MAURICIO MARIANO	2,20	0,40	0,70	3,40	6,70	16º
238	ANGELIN PEREIRA	1,60	0,50	0,20	4,40	6,70	17º
245	NATALICIO TELLES DE SIQUEIRA	2,00	0,30	0,50	2,90	5,70	18º
231	JAIRÓ INÁCIO SCHNEIDER	1,80	0,30	0,40	3,20	5,70	19º

230	LEANDRO ANDRADE MENDES	2,20	0,40	0,20	2,60	5,40	20º
-----	------------------------	------	------	------	------	------	-----

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MARÇO DE 2014.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 20/03/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS  
Secretario Municipal

### Homologação de Resultado Final Teste Seletivo

DECRETO Nº 5167/2014.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DAS PROVAS DO PROCESSO DE TESTE SELETIVO DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC REFERENTE AO EDITAL 001/2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA

Art. 1º. – Fica homologado para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital do Processo de Teste Seletivo nº001/2014 o resultado FINAL, destinados ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

Paragrafo Único: Ficam convocados os candidatos, cujo nome aparece grifado na cor azul para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no dia 24 de março de 2014, as 9:00 (Nove) horas, para fins de proceder o sorteio de desempate.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 1 - MICROAREA 01 (CADASTRO DE RESERVA) | Modalidade 03

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
1	ELESIR BRAULIO	3,00	0,40	1,20	4,60	1º
2	ELIANI SCHMIDT	1,80	0,80	0,00	2,60	2º

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 1 - MICROAREA 02 (CADASTRO DE RESERVA) | Modalidade 03

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
3	REGIANI DE LIMA SACRAMENTO	3,00	1,20	0,40	4,60	1º

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 2 - MICROAREA 03 (CADASTRO DE RESERVA) | Modalidade 03

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
4	FABIANA ALEXANDRE	4,20	1,60	0,80	6,60	1º
5	FRANCIELE FERREIRA	3,60	1,20	0,40	5,20	2º



AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 3 - MICROAREA 03 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
6	JULIANA NASCIMENTO DALUZ	3,60	2,00	0,80	6,40	1º	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PSF - ÁREA 5 - MICROAREA 03 (CADASTRO DE RESERVA)   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
7	ELIANI FLORES	1,20	1,20	0,40	2,80	1º	
ANALISTA DE INFORMÁTICA   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
11	ALESSANDRO GUIMARÃES	4,20	0,40	2,00	6,60	1º	
10	DANIEL INACIO REICHERT	3,60	0,80	1,20	5,60	2º	
12	JEAN CARLO WITCEL DIAS	4,20	0,40	0,80	5,40	3º	
13	DENIZ EVANDRO DA ROCHA	3,60	0,40	1,20	5,20	4º	
9	ODILON TENENTE	3,60	0,00	1,60	5,20	5º	
8	RITCHIERY WELCHEN	1,80	0,00	1,60	3,40	Desc.	
ASSISTENTE SOCIAL   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
16	ALINE WARTHA	3,60	0,40	1,20	5,20	1º	
15	MARLENE TEREZINHA THEISEN	3,00	0,80	0,80	4,60	2º	
18	BRUNA GARBIN MANFRIN	3,00	0,40	0,80	4,20	3º	
17	LEONILDE BEDIN	3,00	0,80	0,00	3,80	Desc.	
14	JUSSAMARA CRISTINA GONÇALVES	1,80	1,20	0,40	3,40	Desc.	
19	MARIA ANDRESIA FERREIRA FERRARI	2,40	0,00	0,80	3,20	Desc.	
AUXILIAR ADMINISTRATIVO   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
23	JESSICA LETICIA FLORES	4,20	0,40	0,80	5,40	1º	

20	EDER PERRONI DOS SANTOS	3,60	0,80	0,80	5,20	2º	
21	DULCELEI SURDI	2,40	1,20	0,80	4,40	3º	
22	MOHAMED IBRAHIM ISA ADDEL HADI	2,40	0,80	0,80	4,00	4º	
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
25	MIRIAN DE SOUZA	3,60	1,20	0,00	4,80	1º	
24	BRUNA VANESSA HALLVASS	3,00	0,80	0,80	4,60	2º	
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
26	KARINE ANDREA LIESENFELD	3,00	1,20	0,40	4,60	1º	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
29	JAQUELINE BOHNENBERGER PRADO	4,80	0,40	0,40	5,60	1º	
27	ELIANE TEREZINHA DE VARGAS DE AVILA	4,20	0,40	0,80	5,40	2º	
28	EUNICE LOPES LEAL DE LARA	3,00	1,20	0,00	4,20	3º	
ENFERMEIRA OBSTÉTRICA   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
30	DAYANE BATTAGLIN EIDT	3,00	0,00	1,20	4,20	1º	
31	CRISTIANE MÁRCIA LEMOS FERREIRA	3,00	0,40	0,40	3,80	Desc.	
ENFERMEIRA PADRÃO ASSISTENCIAL   Modalidade 01							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
48	LUANA REGINA CANEI	4,80	0,80	2,00	7,60	1º	
33	DILVANI ALVES DOS SANTOS	4,20	0,80	1,60	6,60	2º	



39	MARCIA BUENO DOS SANTOS	4,80	0,80	0,80	6,40	3º
46	CHARLIES ANTONIO POPIOLEK	4,20	0,80	1,20	6,20	4º
51	DEIVED JUNIOR LEVINSKI	4,80	0,00	1,20	6,00	5º
45	ADRIANA REGINA BATAGLIN	3,60	0,40	2,00	6,00	6º
55	BARBARA BARONI DA SILVA	3,60	0,80	1,20	5,60	7º
42	SCHIELA DE CAMARGO FAE	3,60	0,40	1,60	5,60	8º
35	JUSSARA FATIMA RECH	3,60	0,40	0,40	4,40	9º
40	MARIANA COMASSETTO DE AGUIRRE	2,40	0,40	1,60	4,40	10º
34	CHARLINE WARTHA	3,00	0,00	1,20	4,20	11º
52	SIDIANE DE LARA PAZ	2,40	0,40	1,20	4,00	12º
36	NATACHA CRISTINA MELZ ZAPPANI	1,20	1,20	2,00	4,40	Desc.
32	PRISCILA PIROCA	3,00	0,00	0,80	3,80	Desc.
38	DELIZIANE LEMES DOS SANTOS	3,00	0,00	0,80	3,80	Desc.
44	ADRIANE GIRELLI BERWANGER	2,40	0,00	1,20	3,60	Desc.
41	FABIANE CRISTINA FRANZ NORO	1,80	0,40	1,20	3,40	Desc.
50	LIGIA APARECIDA CAVALLIN	3,00	0,00	0,40	3,40	Desc.
54	ADRIANE KARAL	1,80	0,40	1,20	3,40	Desc.
37	ADELAR ANTONIO CABRAL	1,20	0,80	1,20	3,20	Desc.
47	LILIAN CARLA MORTARI	1,80	0,40	0,80	3,00	Desc.
49	ERICA LIA PEREZ DEL BUSTO	1,80	0,40	0,40	2,60	Desc.

53	PATRICIA SARETTA DE OLIVEIRA	1,80	0,40	0,40	2,60	Desc.
43	MARINEZ DE FATIMA LIMA	1,80	0,00	0,40	2,20	Desc.
ENGENHEIRO AGRÔNOMO   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
59	VINICIUS ZIMMER	3,60	0,80	2,00	6,40	1º
58	SOLANGE DE FATIMA DOSSENA ZANETTE	4,20	0,40	1,60	6,20	2º
61	FRANCIELI MENDES DOS SANTOS	4,20	0,40	1,60	6,20	3º
57	ANDREIA SALETE KERBER	4,20	0,40	1,20	5,80	4º
60	ANDRE RODRIGO KRAEMER	3,00	0,40	1,20	4,60	5º
56	POLIANA KUHN	2,40	0,40	1,20	4,00	6º
FARMACÊUTICO (HOSPITAL)   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
66	ELIO ANTONIO NEDEL JUNIOR	4,80	0,40	2,00	7,20	1º
63	ANA GABRIELA GAUER	4,80	0,40	1,60	6,80	2º
64	DANIELA MARQUES DA SILVA	5,40	0,00	1,20	6,60	3º
65	ALINE STELA SCHVERZ	4,20	0,40	1,20	5,80	4º
62	LAURA COSTA CURTA	3,00	0,80	2,00	5,80	5º
FISCAL DE INSPEÇÃO SANITÁRIA   Modalidade 02						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
67	IVAN EIDT BASTO	3,00	1,60	0,40	5,00	1º
68	VAN- DERLEI SOARES DA SILVA	2,40	1,20	0,00	3,60	2º
69	ROSANGELA TE- REZINHA DEMSKI GALVÃO	1,20	0,80	0,00	2,00	Desc.

FISCAL DE NOTA DE PRODUTOR RURAL E MOVIMENTO ECONÔMICO   Modalidade 02						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
72	SANDRA DO COUTO	1,80	0,80	0,80	3,40	1º
71	JAISON DE VARGAS	1,20	1,20	0,40	2,80	Desc.
70	PATRICIA ULRICH DE LIMA	2,40	0,00	0,00	2,40	Desc.
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS   Modalidade 02						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
73	CRISTIANE GONÇALVES	0,60	1,20	0,40	2,20	Desc.
FISCAL DE TRIBUTOS   Modalidade 02						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
75	DAIANI DA SILVA COSTA	1,80	1,20	0,40	3,40	1º
74	CLAUDIA CRISTINA BARBOSA	1,80	0,80	0,80	3,40	2º
MÉDICO VETERINÁRIO   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
79	CAROLINE NEUHAUS	2,40	0,80	1,60	4,80	1º
77	DANIEL AUGUSTO PERTILE	3,00	0,40	1,20	4,60	2º
78	ELIANE DURK	3,60	0,00	0,40	4,00	Desc.
76	ANDRIELLI VANESSA BARBOSA	2,40	0,00	1,20	3,60	Desc.
MONITOR DE CRECHE   Modalidade 02						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
83	PATRICIA INES CAFER	4,20	1,20	0,00	5,40	1º
85	SOELI MARIA ROESLER	3,60	1,20	0,00	4,80	2º
86	CRISTIANE LITTER	3,00	1,20	0,00	4,20	3º
80	ANA MARIA VARELA	3,00	0,40	0,80	4,20	4º
81	JOSIANE BOLICO DA SILVA	3,60	0,40	0,00	4,00	5º
82	JANETE TEREZINHA RIGHI	3,00	0,40	0,40	3,80	6º
NUTRICIONISTA   Modalidade 01						

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
89	RAFAELA DA SILVA DORNELES	3,60	0,40	1,60	5,60	1º
91	CRISTINA GIONGO	3,00	0,40	2,00	5,40	2º
90	ROBERTA C. CASARIN DALLA LONGA	3,00	0,00	2,00	5,00	3º
92	FATIMA TATIANA CORDEIRO MARINHO	3,00	0,40	0,80	4,20	4º
93	MARCIANE RAFAELA PICON	2,40	0,00	1,60	4,00	5º
ODONTÓLOGO   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
95	JOSIANE FÁTIMA WARTHA	4,80	0,80	1,60	7,20	1º
94	MICHELLI COSTA	4,20	0,40	2,00	6,60	2º
96	LETICIA SARTORI	4,80	0,00	1,60	6,40	3º
PSICÓLOGO (HOSPITAL)   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
100	MARCO ANTONIO COMERLATTO	6,00	1,20	1,60	8,80	1º
102	ODAIZ CILENE DE ANDRADE MACHADO	6,00	1,20	1,60	8,80	2º
99	TELMA ALINE CORTI	5,40	1,20	2,00	8,60	3º
101	CARLA DA ROCHA	6,00	0,80	1,60	8,40	4º
98	SHIRLEY PALOSCHI	5,40	0,80	1,20	7,40	5º
97	DAYANE BOUFLEUR	4,80	0,40	1,60	6,80	6º
103	IDENE PAULI	4,20	0,00	0,80	5,00	7º
104	DANIELE DE FATIMA DOS SANTOS	4,20	0,00	0,00	4,20	8º
PSICÓLOGO (PREFEITURA/HOSPITAL)   Modalidade 01						
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
105	PRISCILA LOPES FERREIRA	4,20	0,80	1,60	6,60	1º
TÉCNICO AGROPECUÁRIO   Modalidade 02						

Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
106	JEAN CARLOS KOPHAL	1,80	0,80	0,00	2,60	Desc.	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM (HOSPITAL)   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
107	ANA CLAUDIA VENTURA	4,80	0,80	0,00	5,60	1°	
108	KATIA RAQUEL SBERSE MEOTTI	3,00	0,80	0,40	4,20	2°	
109	MARCIA BARBOSA FERDERLE BRITZ	3,60	0,40	0,00	4,00	3°	
111	LUCIANA BARBOSA	2,40	0,80	0,40	3,60	4°	
110	ULIA MARCIA MOREIRA	2,40	0,40	0,00	2,80	Desc.	
TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PREFEITURA/ HOSPITAL)   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
113	JULIANA DA SILVA DE MORAES	3,60	0,80	0,80	5,20	1°	
112	SIMONE BACH MULLER	3,00	1,20	0,00	4,20	2°	
TÉCNICO EM INFORMÁTICA   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
114	VALDENIR PEDROZO AIRES	4,80	0,40	0,00	5,20	1°	
115	ANDERSON LUIZ WITCEL DIAS	1,20	0,80	1,20	3,20	2°	
TÉCNICO EM RADIOLOGIA (HOSPITAL)   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
117	FABIO ROBERTO TONIOLO	4,20	1,20	0,40	5,80	1°	
118	MARIA CARVALHO	4,80	0,80	0,00	5,60	2°	
121	GILDO CARDONA	4,80	0,80	0,00	5,60	3°	
120	MAITE HARTMANN	3,00	1,20	0,80	5,00	4°	
116	DAIANE SEGAT	2,40	1,20	0,00	3,60	5°	

119	MARCIA ADRIANA DE RE	3,00	0,00	0,00	3,00	6°	
TÉCNICO EM RADIOLOGIA (PREFEITURA/ HOSPITAL)   Modalidade 02							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
122	WASHINGTON MACHADO CYPRIANO	4,20	0,40	0,00	4,60	1°	
VIGIA   Modalidade 03							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.	
123	SAMIR MANSUR ISMAIL YUSEIF	3,60	1,20	1,20	6,00	1°	
MOTORISTA (HOSPITAL)   Modalidade 04							
Ident.	Candidato	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
87	SERGIO GULARTE	1,50	0,40	0,40	4,60	6,90	1°
88	ELIANDRO EMILIO DE AVILA	1,50	0,40	0,60	3,00	5,50	2°

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MARÇO DE 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 20/03/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS  
Secretario Municipal

### Decreto Loteamento Jardim Imperador

DECRETO Nº 5159/2014.

DISPÕE SOBRE O PLANO DO LOTEAMENTO JARDIM IMPERADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o plano de Loteamento denominado "Loteamento Jardim Imperador" sobre o Lote Urbano nº 161 da Gleba nº 4, do imóvel Tracutinga, neste Município de Dionísio Cerqueira – SC com área de 112.299,97m² (cento e doze mil duzentos e noventa e nove metros e noventa e sete centímetros quadrados) de propriedade de Dorli Pedro Berte, Rosita Berte e Edilia Weilller, objeto da matrícula nº 14.666 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dionísio Cerqueira, tendo as seguintes confrontações e limites:

NORTE: Com a antigo perímetro urbano, separado deste por uma estrada estadual e com o antigo lote 161, atual lotes nºs 161B 161C e 161D, por linha seca;

LESTE: Com os lotes nºs 160, 113, 161-B e 161-D;

SUL: Com os lotes nºs 161-A, 161-C e 161-D;

OESTE: Com lote nº 162 separado deste por uma Estrada Vicinal, atual Rua Maria Clementina e com o lote nº 161-D e com o lote 161-B.

Art. 2.º - O Lote Urbano referido no artigo anterior será loteado e passará a formar:

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 469,46m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e nove metros com quarenta e seis centímetros), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Deonelo Luciano Colombo em 20,00m;  
SUL: com o Lote 03 em 19,59m;  
LESTE : com o Lote nº 02 em 21,96m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 25,97m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 397,22m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e sete metros e vinte e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Deonelo Luciano Colombo em 20,72m;  
SUL: com o Lote 03 em 19,59m;  
LESTE : com o Lote 161- B em 17,81m;  
OESTE : com o Lote 01 em 21,96m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 467,35 (quatrocentos e sessenta e sete metros e trinta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : os lotes 01 e 02 em 39,19m;  
SUL: com o lote 04 em 38,71m;

LESTE : com o lote 161- B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 461,62m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e um metros e sessenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 38,71m;  
SUL: com o lote 05 em 38,23m;

LESTE : com o lote 161-B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 455,88m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e cinco metros e oitenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 04 em 38,23m;  
SUL: com o lote 06 em 37,75m;  
LESTE : com o lote 161 – B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 450,15m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros e quinze centímetros quadrados), com as

seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 05 em 37,75m;  
SUL : com o lote 07 em 37,27m;

LESTE : com o lote 161-B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 444,41m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e quatro metros e quarenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 06 em 37,27m;  
SUL : com o lote 08 em 36,80m;

LESTE : com o lote 151-B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 438,68m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e oito metros e sessenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 07 em 36,80m;  
SUL : com o lote 09 em 36,32m;

LESTE : com o lote 161-B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 432,94m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e dois metros e noventa e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 08 em 36,32m;  
SUL : com o lote 10 em 35,84m;

LESTE : com o lote 161 – B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 427,21m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e sete metros e vinte e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 09 em 35,84m;  
SUL : com o lote 11 em 35,36m;

LESTE : com o lote 161 – B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 421,47m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e um metros e quarenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 10 em 35,36m;

SUL : com o lote 12 em 34,88m;

LESTE : com o lote 161-B em 12,01m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 415,75m<sup>2</sup> (quatrocentos e quinze metros e setenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 11 em 34,88m;

SUL: com o lote 13 em 34,41m;

LESTE : com o lote 161-B em 12,01m;

OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 410,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e dez metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 12 em 34,41m;

SUL: com o lote 14 em 33,93m;

LESTE : com o lote 161-B em 12,01;

OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

14) Lote Urbano nº. 14 (catorze) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 410,22m<sup>2</sup> (quatrocentos e dez metros e vinte dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 13 em 33,93m;

SUL : com os lotes 15,16 e 17 em 33,44m;

LESTE : com o lote 161-B em 12,37m;

OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 12,00m.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 303,29m<sup>2</sup> (trezentos e três metros com vinte e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 14 em 12,27m;

SUL: com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 16 em 25,00m;

OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 25,00m.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesseis) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 14 em 12,00m;

SUL: com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 17 em 25,00m;

OESTE : com o lote 15 em 25,00.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 295,32m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e cinco metros e trinta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 14 em 9,17m;

NORDESTE: com o lote 161-B em 1,60 e 2,87m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 18 em 23,28m;

OESTE : com o lote 16 em 25,00m.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 277,47m<sup>2</sup> (duzentos

e setenta e sete metros e quarenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com 161-B em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 19 em 22,93m;

OESTE : com o lote 17 em 23,28m.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 273,27m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e três metros e vinte e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 161-B em 12,01m;

SUL: com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 20 em 22,58m;

OESTE : com o lote 18 em 22,93m.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 268,84m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e oitenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 161-B em 12,01m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 21 em 22,23m;

OESTE : com o lote 19 em 22,58m.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 264,87m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e quatro metros e oitenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 161-B em 12,01m;

SUL: com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 22 em 21,88m;

OESTE : com o lote 20 em 22,23m.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 260,44m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 161-B;

SUL: com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 23 em 21,53m;

OESTE : com o lote 21 em 21,88m.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 256,24m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta e seis metros e vinte e quatro centímetros quadrados) com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 161-B em 12,01m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 24 em 21,18m;

OESTE : com o lote 22 em 21,53m.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 252,04m<sup>2</sup>



(duzentos e cinquenta e dois metros e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 161-B em 12,00m;

SUL: com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 25 em 20,87m;

OESTE : com o lote 23 em 21,18m.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 274,69m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e quatro metros e sessenta e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com lote 161-B em 13,31m;

SUL: com a Rua Primavera em 13,30m;

LESTE : com o lote 26 em 25,00m;

OESTE : com o lote 24 em 20,87m.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 30 em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 27 em 25,00m;

OESTE : com o lote 25 em 25,00m.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 30 em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 28 em 25,00m;

OESTE : com o lote 26 em 25,00m.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete) sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 30 em 12,00m;

SUL: com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 29 em 25,00m;

OESTE : com lote 27 em 25,00m.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 30 em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 25,00m;

OESTE : com o lote 28 em 25,00m.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 575,79m<sup>2</sup> (quinhentos e setenta e cinco metros e setenta e nove centímetros

quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 31 em 47,80m;

SUL : com os lotes 26,27,28 e 29 em 48,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-B em 12,01m.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 571,47m<sup>2</sup> (quinhentos e setenta e um metros e quarenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 32 em 47,44m;

SUL : com o lote 30 em 47,50m;

LESTE : com a Rua Araucária em 12,00m;

OESTE : com lote 161-B em 12,01.

32) Lote Urbano nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 567,15m<sup>2</sup> (quinhentos e sessenta e sete metros e quinze centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com lote 33 em 47,08m;

SUL : com lote 31 em 47,44m;

LESTE : com a Rua Araucária em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-B em 12,01m.

33) Lote Urbano nº. 33 (trinta e três) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 562,83m<sup>2</sup> (quinhentos e sessenta e dois metros e oitenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 34 em 46,72m;

SUL : com o lote 32 em 47,08m;

LESTE : com a Rua Araucária em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-B em 12,01m.

34) Lote Urbano nº. 34 (trinta e quatro) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 837,28m<sup>2</sup> (oitocentos e trinta e sete metros e vinte e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 35 em 17,70 e 17,37m;

NORDESTE: com o lote 35 em 12,56m

SUL : com o lote 33 em 46,72m;

LESTE : com a Rua Araucária em 15,00m;

OESTE : com o lote 161-B em 21,01m.

35) Lote Urbano nº. 35 (trinta e cinco) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 825,32m<sup>2</sup> (oitocentos e vinte e cinco metros e trinta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com os lotes 36,37 e 38 em 45,64m;

SUL : com parte do lote 34 em 17,70 e 17,37m;

SUDOESTE: com lote 34 em 12,56m;

LESTE : com a Rua Araucária em 21,00m;

OESTE : com o lote 161-B em 15,01m.



36) Lote Urbano nº. 36 (trinta e seis) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 426,01m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e seis metros e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Deonelo Luciano Colombo em 16,67m;

SUL : com parte do lote 35 em 15,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 24,77m;

OESTE : com o lote 37 em 32,04m.

37) Lote Urbano nº. 37 (trinta e sete) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 535,06m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta e cinco metros e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Deonelo Luciano Colombo em 16,55m;

SUL : com o lote 35 em 15,00m;

LESTE : com o lote 36 em 32,04m;

OESTE : com o lote 38 em 39,25m.

38) Lote Urbano nº. 38 (trinta e oito) da Quadra nº. 157 (cento e cinquenta e sete), sem benfeitorias, com área de 641,72m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e um metros e setenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Deonelo Luciano Colombo em 15,97m;

SUL : com o lote 35 em 15,64m;

LESTE : com o lote 37 em 39,25m;

OESTE : com o lote 161-B em 46,24m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 363,73m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e três metros centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Deonelo Luciano Colombo em 29,40m;

SUL : com o lote 02 em 31,00m;

LESTE : com parte do lote 160 em 8,14m;

OESTE : com a Rua Araucária em 19,21m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 416,80m<sup>2</sup> (quatrocentos e dezesseis metros e oitenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 01 em 31,00m;

SUL : com o lote 03 em 38,46m;

LESTE : com o lote 160 em 14,13m;

OESTE : com a Rua Araucária e, 12,00m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 506,32m<sup>2</sup> (quinhentos e seis metros e trinta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 02 em 38,46;

SUL : com o lote 04 em 45,92m;

LESTE : com o lote 160 em 14,21m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 551,04m<sup>2</sup> (quinhentos e cinquenta e um metros e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 45,92m;

SUL : com a Área Institucional em 45,92m;

LESTE : com a Área Institucional em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 432,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Área Institucional em 36,00m;

SUL : com os lotes 06,07 e 08 em 36,00m;

LESTE : com parte do lote 09 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito) sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 05 em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 07 em 25,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 25,00m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 05 em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 08 em 25,00m;

OESTE : com o lote 06 em 25,00m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com parte do lote 09 em 25,00m;

OESTE : com o lote 07 em 25,00m.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito) sem benfeitorias, com área de 444,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e quatro metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com Área Institucional em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 10 em 37,00m;

OESTE : com os lotes 05 e 08 em 37,00m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 444,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e quatro metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Área Institucional em 12,00m;

SUL : com a Rua Primavera em 12,00m;

LESTE : com o lote 11 em 37,00m;

OESTE : com o lote 09 em 37,00m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 379,09m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e nove metros e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Área Institucional em 4,53m;

SUL : com a Rua Primavera em 15,96m;

LESTE : com o lote 160 em 38,73m;

OESTE : com o lote 10 em 37,00m.

12) Lote Urbano institucional nº. 12 (doze) da Quadra nº. 158 (cento e cinquenta e oito), sem benfeitorias, com área de 2.167,10m<sup>2</sup> (dois mil cento e sessenta e sete metros e dez centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 04 em 45,92m;

SUL : com os lotes 05,09,10 e 11 em 64,53m;

LESTE : com o lote 160 em 37,61m;

NORDESTE: com o lote 160 em 14,21m;

OESTE : com a Rua Araucária em 36,00m;

NOROESTE: com o lote 04 em 12,00m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 362,21m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e seis metros e vinte e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 13,18m;

SUL : com o lote 30 em 12,92m;

LESTE : com o lote 02 em 25,00m;

OESTE : com a Rua Camargo Forte em 25,00.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrado) com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL : com o lote 29 em 12m;

LESTE : com o lote 03 em 25,00m;

OESTE : como lote 01 em 25,00m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrado), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL : com o lote 28 em 12,00m;

LESTE : com o lote 04 em 25,00m;

OESTE : com o lote 02 em 25,00m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m ;

SUL: com o lote 27 em 12,00m;

LESTE : com o lote 05 em 25,00m;

OESTE : com o lote 03 em 25,00m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 26 em 12,00m;

LESTE : com o lote 06 em 25,00m;

OESTE : com o lote 04 em 25,00m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL : com o lote 25 em 12,00m;

LESTE : com o lote 07 em 25,00m;

OESTE : com o lote 05 em 25,00m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL : com o lote 24 em 12,00m;

LESTE : com o lote 08 em 25,00m;

OESTE : com o lote 06 em 25,00m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL : com o lote 23 em 12,00m;

LESTE : com o lote 09 em 25,00m;

OESTE : com o lote 07 em 25,00m;

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 22 em 12,00m;

LESTE : com o lote 10 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 08 em 25,00m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 21 em 12,00m;

LESTE : com o lote 11 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 09 em 25,00m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 20 em 25,00m;

LESTE : com o lote 12 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 10 em 25,00m.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 19 em 12,00m;

LESTE : com o lote 13 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 11 em 25,00m.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 18 em 12,00m;

LESTE : com o lote 14 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 12 em 25,00m;

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 16 em 12,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 25,00m;  
OESTE : com o lote 14 em 25,00m.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 12,00m;

SUL: com o lote 16 em 12,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 25,00m;  
OESTE : com o lote 14 em 25,00m.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesseis) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 15 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 25,00m;  
OESTE : com o lote 17 em 25,00m.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 14 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 16 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 18 em 25,00m.

18) Lote Urbano nº. 68 (dezoito) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 13 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 17 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 19 em 25,00m.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 12 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 18 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 20 em 25,00m.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 11 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 19 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 21 em 25,00m.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 10 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 20 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 22 em 25,00m.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 09 em 12,00m;  
SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 21 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 23 em 25,00m.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 08 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 22 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 22 em 25,00m.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 07 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 23 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 25 em 25,00m.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 06 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 24 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 26 em 25,00m.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 05 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 25 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 27 em 25,00m.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 04 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00;

LESTE : com o lote 26 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 28 em 25,00m.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 27 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 29 em 25,00m.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 02 em 12,00m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,00m;

LESTE : com o lote 28 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 30 em 25,00m.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 159 (cento e cinquenta e nove), sem benfeitorias, com área de 319,00m<sup>2</sup> (trezentos e dezenove metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 01 em 12,92m;

SUL: com a Rua Cedro em 12,65m;

LESTE : com o lote 29 em 25,00m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 25,00m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL: com o lote 30 em 12,00m;

LESTE : com o lote 02 em 25,00m;  
OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 25,00m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 303,99m<sup>2</sup> (trezentos e três metros e noventa e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 29 em 12,00m;

LESTE : com o lote 03 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 01 em 25,00m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL: com o lote 28 em 12,00m;

LESTE : com o lote 24 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 02 em 25,00m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL: com o lote 27 em 12,00;

LESTE : com o lote 05 em 25,00m;

OESTE : com o lote 03 em 25,00m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro e, 12,00m;

SUL : com o lote 26 em 12,00;

LESTE : com o lote 06 em 25,00m;

OESTE : com o lote 04 em 25,00m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 25 em 12,00m;

LESTE : com o lote 07 em 25,00m;

OESTE : com o lote 05 em 25,00m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 24 em 12,00m;

LESTE : com o lote 08 em 25,00m;

OESTE : com o lote 06 em 25,00m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 23 em 12,00m;

LESTE : com o lote 09 em 25,00m;

OESTE : com o lote 07 em 25,00m.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 22 em 12,00m;

LESTE : com o lote 10 em 25,00m;

OESTE : com o lote 08 em 25,00m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 21 e 12,00m;

LESTE : com o lote 11 em 25,00m;

OESTE : com o lote 09 em 25,00m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros

quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 20 em 12,00m;

LESTE : com o lote 12 em 25,00m;

OESTE : com o lote 10 em 25,00m.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 19 em 12,00m;

LESTE : com o lote 13 em 25,00m;

OESTE : com o lote 11 em 25,00m.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 07 (sete), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 18 em 12,00m;

LESTE : com o lote 14 em 25,00m;

OESTE : com o lote 12 em 25,00m.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 17 em 12,00m;

LESTE : com o lote 15 em 25,00m;

OESTE : com o lote 13 em 25,00m.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Cedro em 12,00m;

SUL : com o lote 16 em 12,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 25,00m;

OESTE : com o lote 14 em 25,00m.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 15 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com a Rua Araucária em 25,00m;

OESTE : com o lote 17 em 25,00m.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 14 em 12,00m;



SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m ;

LESTE : com o lote 16 em 25,00m;

OESTE : com o lote 18 em 25,00m.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 13 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 17 em 25,00m;

OESTE : com o lote 19 em 25,00m.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 12 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 18 em 25,00m;

OESTE : com o lote 20 em 25,00m.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 11 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 19 em 25,00m;

OESTE : com o lote 21 em 25,00m.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 10 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 20 em 25,00m;

OESTE : com o lote 22 em 25,00m.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 09 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 21 em 25,00m;

OESTE : com o lote 23 em 25,00m.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 08 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 23 em 25,00m;

OESTE : com o lote 26 em 25,00m.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 07 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 23 em 25,00m;

OESTE : com o lote 25 em 25,00m.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 06 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 24 em 25,00m;

OESTE : com o lote 26 em 25,00m.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 05 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 25 em 25,00m;

OESTE : com o lote 27 em 25,00m.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 04 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 26 em 25,00m;

OESTE : com o lote 28 em 25,00m.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 27 em 25,00m;

OESTE : com o lote 29 em 25,00m.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 160 (cento e sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 02 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 28 em 25,00m;

OESTE : com o lote 30 em 25,00m.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 160 (cento e



sessenta), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 01 em 12,00m;

SUL : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

LESTE : com o lote 29 em 25,00m;

OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 25,00m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 30,00m;

SUL : com o lote 02 em 300,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária 12,00m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 01 em 30,00m;

SUL : com o lote 03 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde e, 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

03) Lote Urbano nº. 3 (três) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 02 em 30,00m;

SUL : com o lote 04 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 30,00m;

SUL : com o lote 05 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 04 em 30,00m;

SUL : com o lote 06 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 05 em 30,00m;

SUL : com o lote 07 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 06 em 30,00m;

SUL : com o lote 08 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

08) Lote Urbano nº.08 (oito) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 07 em 30,00m;

SUL : com o lote 09 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 08 em 30,00m;

SUL : com o lote 10 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 09 em 30,00m;

SUL : com o lote 11 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde m 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 10 em 30,00m;

SUL : com o lote 12 e 13 em 30,00m;

LESTE : com parte da Área Verde em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,00m.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 395,43m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e cinco metros e quarenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 11 em 14,50m;

SUL : com a Rua Sabino Sangali em 15,18m;

LESTE : com o lote 13 em 25,03m;  
OESTE : com a Rua Araucária em 29,51m.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 350,78m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros e setenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 11 em 15,50m;

SUL : com a Rua Sabino Sangali em 16,22m;

LESTE : com parte da Área Verde em 20,24m;  
OESTE : com o lote 12 em 25,03m.

14) Denominado Área Verde: Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 161 (cento e sessenta e um); sem benfeitorias, com área de 9.160,00m<sup>2</sup> (nove mil cento e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Primavera em 49,29m;  
SUL : com a Rua Sabino Sangali em 92,11m;

LESTE : com APP por linha curva (Raio de 50m) em 74,19m;  
OESTE : com o lote 12 em 25,03m.

15) Denominado Área de APP: Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 609,46m<sup>2</sup> (seiscentos e nove metros e quarenta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

LESTE : com parte do lote 160 em 67,57m;  
OESTE : por linha curva (Raio de 50m) em 74,19m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

SUL : com o lote 05 em 12,00m;

LESTE : com o lote 02 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 161D em 25,00m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

SUL : com o lote 06 em 12,00m;

LESTE : com o lote 03 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 161D em 25,00m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Henrique Dambros em 12,00m;

SUL : com o lote 07 em 12,00m;

LESTE : com os lotes 04 e 08 em 25,00m;  
OESTE : com o lote 02 em 25,00m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 162 (cento e

sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 300,27m<sup>2</sup> (trezentos metros e vinte e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Henrique Dambros em 13,17m;

SUL : com o lote 08 em 13,17m;

LESTE : com a Rua Araucária em 22,80m;  
OESTE : com o lote 03 em 22,80m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 378,69m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e oito metros e sessenta e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 01 em 12,00m;

SUL : com a Rua Sabino Sangali em 12,56m;

LESTE : com o lote 06 em 29,70m;

OESTE: com o lote 161D em 33,41m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 334,19m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e quatro metros e dezenove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 02 em 12,00m;

SUL: com a Rua Sabino Sangali em 12,57m;

LESTE: com o lote 07 em 25,96m;  
OESTE : com o lote 05 em 29,70m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 277,04m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e sete metros e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 12,00m;

SUL: com a Rua Sabino Sangali em 12,55m;

LESTE: com o lote 08 em 22,37m;

OESTE : com o lote 06 em 25,96m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 280,81m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta metros e oitenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 04 em 13,17m;

SUL: com a Rua Sabino Sangali em 13,78m;

LESTE: com a Rua Araucária em 20,42m;

OESTE : com os lotes 03 e 07 em 24,44m.

09) Lote Institucional nº. 09 (nove) da Quadra nº. 162 (cento e sessenta e dois), sem benfeitorias, com área de 1.515,65m<sup>2</sup> (um mil quinhentos e quinze metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 161-C em 77,00m;

SUL: com a Rua Sabino Sangali em 74,42m;

LESTE: com o lote 161-D em 8,65m;

NOROESTE: com a Rua Maria Clementina em 5,96m;

OESTE : com o lote 161-A em 13,63m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 428,18m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e oito metros e dezoito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 14,99m;

SUL: com o lote 161-A em 8,67m;

LESTE: com o lote 02 em 28,69m;

OESTE : com a Rua Camargo Fortes em 18,96m;

SUDOESTE: com parte do lote 161-A em 13,63m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 331,68m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e um metros e sessenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 12,18m;

LESTE: com o lote 03 em 26,59m;

OESTE : com o lote 01 em 28,69m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 306,44m<sup>2</sup> (trezentos e seis metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 12,18m;

LESTE: com o lote 04 em 24,49m;

OESTE : com o lote 02 em 26,59m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 281,20m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e um metros e vinte centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 12,18m;

LESTE: com o lote 05 em 22,38m;

OESTE : com o lote 03 em 24,49m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 271,33m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e um metros e trinta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 10,85m e 1,21m;

LESTE: com o lote 06 em 23,12m;

OESTE : com o lote 04 em 22,38m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 283,82m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e três metros e oitenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 12,05m;

LESTE: com o lote 07 em 24,18m;

OESTE : com o lote 05 em 23,12m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 296,50m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e seis metros e cinquenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 12,05m;

LESTE: com o lote 08 em 25,24m;

OESTE : com o lote 06 em 24,18m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 330,84m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta metros e oitenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 11,61m;

LESTE: com o lote 09 em 30,44m;

OESTE : com o lote 07 em 25,24m.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 400,28m<sup>2</sup> (quatrocentos metros e vinte e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 13,34m;

LESTE: com o lote 10 em 36,27m;

OESTE : com o lote 08 em 30,44m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 470,21m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta metros e vinte e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 161-A em 13,34m;

LESTE: com o lote 11 e 13 em 42,10m;

OESTE : com o lote 09 em 36,27m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 380,39m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta metros e trinta e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 13 em 13,24m;

LESTE: com o lote 12 em 28,90m;

OESTE : com o lote 10 em 34,49m.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 441,07m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e um metros e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 13,25m;

SUL: com parte do lote 13 em 24,22m;

LESTE: com a Rua das Palmeiras em 20,61m;

OESTE : com o lote 11 em 28,90m.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 470,11m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta metros e onze centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com os lotes 11 e 12 em 37,46m;

SUL: com o lote 14 em 38,20m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 4,89 e 0,81m.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 426,83m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e seis metros e oitenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 13 em 38,20m;

SUL: com o lote 15 em 32,94m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-A em 13,10m.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 363,78m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e três metros e setenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 14 em 32,94m;

SUL: com o lote 16 em 27,69m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-A em 13,10m.

16) Lote Urbano nº. 16 (dezesesseis) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 300,73m<sup>2</sup>

(trezentos metros e setenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 15 em 27,69m;

SUL: com o lote 17 em 22,43m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 13,10m.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezesete) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 254,88m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta e quatro metros e oitenta e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 16 em 22,43m;

SUL: com o lote 18 em 21,16m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 3,66 e 8,65m.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 255,41m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta e cinco metros e quarenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 17 em 21,16m;

SUL: com o lote 19 em 21,41m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 12,00m.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 258,53m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta e oito metros e cinquenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 18 em 21,41m;

SUL: com o lote 20 em 21,67m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 12,00m.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 261,64m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e um metros e sessenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 19 e, 21,67m;

SUL: com o lote 21 em 21,93m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-A em 12,00m.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 264,75m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e quatro metros e setenta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 20 em 21,93m;

SUL: com o lote 22 em 22,19m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-A em 12,00m.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 267,86m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e sete metros e oitenta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 22 em 22,45m;

SUL: com o lote 24 em 22,71m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 12,00m.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 270,98m<sup>2</sup> (duzentos e setenta metros e noventa e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 22 em 22,45m;

SUL: com o lote 24 em 22,71m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-A em 12,00m.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 274,09m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e quatro metros e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 23 em 22,71m;

SUL: com o lote 25 em 22,97m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 12,00m.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 277,20m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e sete metros e vinte centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 24 em 22,97;

SUL: com o lote 26 em 23,23m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-A em 12,00m.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 280,32m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta metros e trinta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 25 em 23,23m;

SUL: com o lote 27 em 23,49m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 12,00m.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 283,43m<sup>2</sup> (trezentos e seis metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 26 em 23,49m;

SUL: com o lote 28 em 23,75m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 12,00m;

OESTE : com o lote 161-A em 12,00m.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 163 (cento e sessenta e três); sem benfeitorias, com área de 267,33m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e sete metros e trinta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com a Rua Ipê em 24,83m;

LESTE: com a Rua Palmeiras em 8,14m;

OESTE : com o lote 161-A em 14,28m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 287,86m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e sete metros e oitenta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 17,61m;

SUL: com o lote 02 em 22,09m;

LESTE: com o lote 32 em 14,50m;

OESTE : com a Rua Araucária em 15,18m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 287,36m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e sete metros e trinta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 01 em 22,09m;

SUL: com o lote 03 em 25,80m;

LESTE: com o lote 32 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Araucária em 12,56m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 281,26m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e sete metros e oitenta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 02 em 25,80m;

SUL: com o lote 04 em 27,72m;

LESTE: com o lote 32 em 4,17m;

OESTE : com a Rua Araucária em 9,07m;

SUDOESTE: com a Rua das Palmeiras em 7,94m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 164 (cento e



sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 299,07m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e nove metros e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 27,72m;

SUL: com o lote 05 em 22,13m;

LESTE: com o lote 32 em 13,24;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 567,30m<sup>2</sup> (quinhentos e sessenta e sete metros e trinta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com os lotes 04,32 e 31 em 48,60m;

SUL: com o lote 06 em 45,95m;

LESTE: com o lote 26 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 535,41m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta e cinco metros e quarenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 05 em 45,95m;

SUL: com o lote 07 em 43,29m;

LESTE: com o lote 25 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 503,51m<sup>2</sup> (quinhentos e três metros e cinquenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 06 em 43,29m;

SUL: com o lote 08 em 40,63m;

LESTE: com o lote 24 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 471,62m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e um metros e sessenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 07 em 40,63m;

SUL: com o lote 09 em 37,97m;

LESTE: com o lote 23 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 439,73m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e nove metros e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 08 em 37,97m;

SUL: com o lote 10 em 35,32m;

LESTE: com o lote 22 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 407,83m<sup>2</sup> (quatrocentos e sete metros e oitenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 09 em 35,32m;

SUL: com o lote 11 em 32,66m;

LESTE: com o lote 21 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 375,94m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros e noventa e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 10 em 32,66m;

SUL: com o lote 12 em 30,00m;

LESTE: com o lote 20 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

12) Lote Urbano nº. 12 (doze) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 344,05m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 11 em 30,00m;

SUL: com o lote 13 em 27,34m;

LESTE: com o lote 29 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

13) Lote Urbano nº. 13 (treze) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 312,16m<sup>2</sup> (trezentos e doze metros e dezesseis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 12 em 27,34m;

SUL: com o lote 14 em 24,68m;

LESTE: com o lote 18 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

14) Lote Urbano nº. 14 (quatorze) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 280,26m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e seis metros e vinte e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 13 em 24,68m;

SUL: com parte do lote 15 e parte do lote 16 em 22,03m;



LESTE: com o lote 17 em 12,29m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 12,00m.

15) Lote Urbano nº. 15 (quinze) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 291,54m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e um metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 14 em 15,00m;

SUL: com a Rua Ipê em 15,48m;

LESTE: com o lote 16 em 17,52m;

OESTE : com a Rua Palmeiras em 21,35m.

16) Lote Urbano nº. 16 (um) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 286,86m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e seis metros e oitenta e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 17 em 22,03m;

SUL: com a Rua Ipê em 27,13m;

LESTE: com a Rua Canelas em 1,67m;

NOROESTE: com parte do lote 14 em 7,03m

OESTE : com o lote 15 em 17,52m.

17) Lote Urbano nº. 17 (dezessete) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 280,26m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta metros e dezesseis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 18 em 24,68m;

SUL: com o lote 16 em 22,03;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 14 em 12,29m.

18) Lote Urbano nº. 18 (dezoito) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 312,26m<sup>2</sup> (trezentos e doze metros e vinte e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 19 em 27,34m;

SUL: com o lote 17 em 24,68m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 13 em 12,29m.

19) Lote Urbano nº. 19 (dezenove) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 344,05m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 20 em 30,00m;

SUL: com o lote 18 em 27,34m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 12 em 12,29m.

20) Lote Urbano nº. 20 (vinte) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 375,94m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e cinco metros e noventa e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 21 em 32,66m;

SUL: com o lote 19 em 30,00m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 11 em 12,29m.

21) Lote Urbano nº. 21 (vinte e um) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 407,83m<sup>2</sup> (quatrocentos e sete metros e oitenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 22 em 35,22m;

SUL: com o lote 20 em 32,66m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 10 em 12,29m.

22) Lote Urbano nº. 22 (vinte e dois) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 439,73m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e nove metros e setenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 23 em 37,97m;

SUL: com o lote 21 em 35,32m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 09 em 12,29m.

23) Lote Urbano nº. 23 (vinte e três) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 471,62m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e um metros e sessenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 24 em 40,63m;

SUL: com o lote 22 em 37,97m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 08 em 12,29m.

24) Lote Urbano nº. 24 (vinte e quatro) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 503,51m<sup>2</sup> (quinhentos e três metros e cinquenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 25 em 43,29m;

SUL: com o lote 23 em 40,63;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 07 em 12,29m.

25) Lote Urbano nº. 25 (vinte e cinco) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 535,41m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta e cinco metros e quarenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lot 26 em 45,95m;

SUL: com o lote 24 em 43,29m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 06 em 12,29m.

26) Lote Urbano nº. 26 (vinte e seis) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 567,30m<sup>2</sup> (quinhentos e sessenta e sete metros e trinta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com os lotes 26,27,28,29 e 30 em 48,60m;

SUL: com o lote 25 em 45,95m;

LESTE: com a Rua Canelas em 12,00m;

OESTE : com o lote 05 em 12,29m.

27) Lote Urbano nº. 27 (vinte e sete) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 412,47m<sup>2</sup> (quatrocentos e doze metros e quarenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,60m;

SUL: com o lote 26 em 12,60m;

LESTE: com a Rua Canelas em 32,73m;

OESTE : com o lote 28 em 32,73m.

28) Lote Urbano nº. 28 (vinte e oito) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 392,70m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e setenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote em 26 em 12,00m;

LESTE: com o lote 27 em 32,73m;

OESTE : com o lote 29 em 32,73m.

29) Lote Urbano nº. 29 (vinte e nove) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 392,70m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e setenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com o lote 26 em 12,00m;

LESTE: com o lote 28 em 32,73m;

OESTE : com o lote 30 em 32,73m.

30) Lote Urbano nº. 30 (trinta) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 392,70m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e setenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com o lote 26 em 12,00m;

LESTE: com o lote 29 em 32,73m;

OESTE : com o lote 31 em 32,73m.

31) Lote Urbano nº. 31 (trinta e um) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 426,23m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e seis metros e vinte e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com parte do lote 05 em 13,24m;

LESTE: com o lote 30 em 32,73m;

OESTE : com o lote 32 em 38,31m.

32) Lote institucional nº. 32 (trinta e dois) da Quadra nº. 164 (cento e sessenta e quatro); sem benfeitorias, com área de 493,31m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e três metros e trinta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 12,00m;

SUL: com o lote 05 em 13,24m;

LESTE: com o lote 31 em 38,31m;

OESTE : com os lote 01,02,03,04 em 43,91m.

01) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 25,00m;

SUL: com o lote 02 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

02) Lote Urbano nº. 02 (dois) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com lote 01 em 25,00m;

SUL: com lote 03 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

03) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 02 em 25,00m;

SUL: com o lote 04 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

04) Lote Urbano nº. 04 (quatro) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 03 em 25,00m;

SUL: com o lote 05 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

05) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 04 em 25,00m;

SUL: com o lote 06 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

06) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 05 em 25,00m;

SUL: com o lote 07 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

07) Lote Urbano nº. 07 (sete) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 06 em 25,00m;

SUL: com o lote 08 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

08) Lote Urbano nº. 08 (oito) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 07 em 25,00m;

SUL: com o lote 09 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

09) Lote Urbano nº. 09 (nove) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 08 em 25,00m;

SUL: com o lote 10 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

10) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta

e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o lote 09 em 25,00m;

SUL: com o lote 11 em 25,00m;

LESTE: com parte do lote 160 em 12,00m;

OESTE : com a Rua Canelas em 12,00m.

11) Lote Urbano nº. 11 (onze) da Quadra nº. 165 (cento e sessenta e cinco); sem benfeitorias, com área de 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com parte do lote 10 em 25,00m;

SUL: com a Rua Ipê em 32,30m;

LESTE: com parte do lote 160 em 4,13m;

OESTE : com a Rua Canelas em 24,58m.

01) Lote institucional nº. 01 (um) da Quadra nº. 166 (cento e sessenta e seis); sem benfeitorias, com área de 139,25m<sup>2</sup> (cento e trinta e nove metros e vinte e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Sabino Sangali em 14,69m;

SUDESTE: com a Rua Araucária em 19,84m;

SUDOESTE: com a Rua Palmeiras em 20,91m.

01) Denominado APP: Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 167 (cento e sessenta e sete); sem benfeitorias, com área de 3.391,42m<sup>2</sup> (três mil trezentos e noventa e um metros e quarenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua Ipê em 121,15m;

SUL: com o Rio União em 104,95m;

LESTE: com parte do lote 160 em 41,34m;

OESTE : com parte do lote 161-A em 33,16m.

Art. 3.º - As ruas serão com área total de 25.250,57m<sup>2</sup> (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), distribuídas em 08 (oito) vias públicas e 03 (três) integração de ruas.

1 – RUA ARAUCÁRIA – com dimensão de 8,00 metros de largura e 348,43 de comprimento e área de 2.787,44m<sup>2</sup> (dois mil setecentos e oitenta e sete metros e quarenta e quatro centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com a Rua Deonelo Luciano Colombo, ao Sul com a Rua Palmeiras, ao Leste com as quadras 161 e 158 e com as Ruas Primavera e Sabino Sangali e ao Oeste as quadras 157,159,160,162 e 166.

2 – RUA PRIMAVERA – trecho 01 acesso ao loteamento com dimensão de 7,00 metros de largura e 183,23 de comprimento e área de 1.282,61m<sup>2</sup> (um mil duzentos e oitenta e dois metros e sessenta e um centímetros quadrados), trecho 02 com dimensão de 7,00 metros de largura e 79,66 metros de comprimento e área de 557,62 (quinhentos e cinquenta e sete metros e sessenta e dois centímetros quadrados). Área total trecho 01 + trecho 02 = 1.840,23 (um mil oitocentos e quarenta metros e vinte e três centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com as quadras

157 e 158 e com a Rua Araucária, ao Sul com a Rua Araucária e as quadras 159 e 161, ao Leste com parte 160 com número de matrícula 7.722 e ao Oeste com a Rua Maria Clementina.

3 - RUA CEDRO –com dimensão de 7,00 metros de largura e 182,59 de comprimento e área de 1.278,12m<sup>2</sup> (um mil duzentos e setenta e oito metros e treze centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com a quadra 159, ao Sul a quadra 160, ao Leste a Rua Araucária e ao Oeste com a Rua Maria Clementina.

4 - RUA HENRIQUE DAMBROS - com dimensão de 7,00 metros de largura e 181,94 de comprimento e área de 1.273,58m<sup>2</sup> ( um mil duzentos e setenta e três metros e cinquenta e oito centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com a quadra 160, ao Sul a quadra 162, ao Leste a Rua Araucária e ao Oeste com a Rua Maria Clementina.

5 - RUA SABINO SANGALI - trecho 01 acesso ao loteamento com dimensão de 8 metros de largura e 179,74 de comprimento e área de 1.437,92m<sup>2</sup> (um mil quatrocentos e trinta e sete metros e noventa e dois centímetros quadrados), trecho 02 com dimensão de 8,00 metros de largura e 127,42 metros de comprimento e área de 1.019,36 ( um mil e dezenove metros e trinta e seis centímetros quadrados). Área total trecho 01 + trecho 02 = 2.457,28m<sup>2</sup> (dois mil quatrocentos e cinquenta e sete metros e vinte e oito centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com as quadras 161 e 162 e com a Rua Araucária, ao Sul as quadras 163,164,165 e 166, ao Leste com parte do lote 160 com a matrícula 7.722 e ao Oeste com a Rua Maria Clementina.

6 – RUA PALMEIRAS – com a dimensão de 8,00 metros de largura e 208,67 de comprimento e área de 1.669,36m<sup>2</sup> ( um mil seiscentos e sessenta e nove metros e trinta e seis centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com a Rua Sabino Sangali, ao Sul com a Rua Ipê, ao Leste com as quadras 164 e 166 e ao Oeste a quadra 163.

7 – RUA CANELAS –com dimensão de 8,20 metros de largura e 153,98 de comprimento e área de 1.262,64 m<sup>2</sup> (um mil duzentos e sessenta e dois metros e sessenta e quatro centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com a Rua Sabino Sangali, ao Sul com a Rua Ipê, ao Leste com a quadra 165 e ao Oeste com a quadra 164.

8 – RUA IPÊ – com dimensão de 8,00 metros de largura e 125,20 de comprimento e área de 1.001,60 m<sup>2</sup> ( um mil um metros e sessenta e centímetros quadrados). Confrontando-se ao Norte com as Ruas Canelas e Palmeiras e com as quadras 163,164 e 165, ao Sul com a quadra 167, ao Leste com parte do lote 160 com matrícula de número 7.722 e ao Oeste com parte do lote 161-A com número de matrícula 9.497.

- Integra com a Rua Camargo Fortes 400,79m<sup>2</sup> (quatrocentos metros e setenta e nove centímetros quadrados).

- Integra com a Rua Camargo Fortes 2.514,40m<sup>2</sup> ( dois mil quinhentos e quatorze metros e quarenta centímetros quadrados).

- Integra com a Rua Deonelo Luciano Colombo 1.259,22m<sup>2</sup> (um mil duzentos e cinquenta e nove metros e vinte e dois centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 158 confrontando-se com a Rua Araucária. Com 133,31 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 266,62 (duzentos e sessenta e seis metros e sessenta e dois centímetros quadrados).

-Calçada localizada na quadra 157 confrontando-se com a Rua Araucária. Com 137,02 metros de comprimento e 2,00 metros de

largura, totalizando 274,04 (duzentos e setenta e quatro metros e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 164 confrontando-se com a Rua Araucária. Com 40,87 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 81,74 (oitenta e um metros e setenta e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 161 confrontando-se com a Rua Araucária. Com 166,22 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 332,44 (trezentos e trinta e dois metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

-Calçada localizada na quadra 159 confrontando-se com a Rua Araucária. Com 54,00 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 108,00 (cento e oito metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 160 confrontando-se com a Rua Araucária. Com 54,00 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 108,00 (cento e oito metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 162 confrontando-se com a Rua Araucária. Com 46,69 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 93,38 (noventa e três metros e trinta e oito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 166 confrontado-se com a Rua Araucária. Com 27,75 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 55,50 (cinquenta e cinco metros e cinquenta centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 157 confrontado-se com a Rua Primavera. Com 183,23 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 366,46 (trezentos e sessenta e seis metros e quarenta e seis centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 159 confrontando-se com a Rua Primavera. Com 183,23 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 366,46 (trezentos e sessenta e seis metros e quarenta e seis centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 158 confrontando-se com a Rua Primavera. Com 78,58 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 157,16 (cento e cinquenta e sete metros e dezesseis centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 161 confrontando-se com a Rua Primavera. Com 80,74 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 161,48 (cento e sessenta e um metro e quarenta e oito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 159 confrontando-se com a Rua Cedro. Com 182,59 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 365,18 (trezentos e sessenta e cinco metros e quarenta e oito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 160 confrontando-se com a Rua Cedro. Com 182,59 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 365,18 (trezentos e sessenta e cinco metros e dezoito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 160 confrontando-se com a Rua Henrique Dambros. Com 181,94 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 363,88 (trezentos e sessenta e três metros e oitenta e oito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 162 confrontando-se com a Rua Henrique Dambros. Com 181,94 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 363,88 (trezentos e sessenta e três



metros e oitenta e oito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 162 confrontando-se com a Rua Sabino Sangali. Com 183,72 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 367,44 (trezentos e sessenta e sete metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 163 confrontando-se com a Rua Sabino Sangali. Com 178,76 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 357,52 (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta e dois centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 161 confrontando-se com a Rua Sabino Sangali. Com 126,22 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 252,44 (duzentos e cinquenta e dois metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 164 confrontando-se com a Rua Sabino Sangali. Com 93,58 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 187,04 (cento e oitenta e sete metros e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 165 confrontando-se com a Rua Sabino Sangali. Com 26,90 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 53,80 (cinquenta e três metros e oitenta centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 163 confrontando-se com a Rua Palmeiras. Com 211,57 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 423,14 (quatrocentos e vinte e três metros e quatorze centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 166 confrontando-se com a Rua Palmeiras. Com 29,24 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 58,48 (quinhentos e oito metros e quarenta e oito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 164 confrontando-se com a Rua Palmeiras. Com 208,67 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 417,34 (quatrocentos e dezessete metros e quatro centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 164 confrontando-se com a Rua das Canelas. Com 160,33 metros de comprimento e 1,90 metros de largura, totalizando 304,63 (trezentos e quatro metros e sessenta e três centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 165 confrontando-se com a Rua Canelas. Com 160,33 metros de comprimento e 1,90 metros de largura, totalizando 286,18 (duzentos e oitenta e seis metros e dezoito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 163 confrontando-se com a Rua Ipê. Com 26,94 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 53,88 (cinquenta e três metros e oitenta e oito centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 165 confrontando-se com a Rua Ipê. Com 34,75 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 69,50 (sessenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 167 confrontando-se com a Rua Ipê. Com 130,00 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 260,00 (duzentos e sessenta metros quadrados).

- Calçada localizada na quadra 164 confrontando-se com a Rua Ipê. Com 45,90 metros de comprimento e 2,00 metros de largura, totalizando 91,80 (noventa e um metros e oitenta centímetros

quadrados).

Art. 4.º - A área verde será com área total de 9.160,00m<sup>2</sup> (nove mil cento e sessenta metros quadrados) internamente a Quadra nº 161.

Parágrafo único. Nos locais onde forem permitidas, as áreas verdes serão humanizadas com bosques, trilhas ecológicas e outros, nos locais onde não for permitido será mantida, na íntegra, a vegetação original.

Art. 5.º - O memorial descritivo das obras será composto conforme discriminação abaixo:

PAVIMENTAÇÃO: a pavimentação será poliédrica, executada conforme especificações e normas da ABNT- Associação Brasileira de Normas e Técnicas.

REDE ELÉTRICA: projeto elétrico aprovado com fiação aérea luz e postes estilizados de acordo com o projeto sendo que a fiação do poste até os lotes será por conta dos compradores.

REDE DE ÁGUA: a rede de abastecimento de água se dará a partir da extensão da rede pública existente. As ligações para os diferentes lotes deverão ser individuais para que se possa efetuar a cobrança diferenciada para cada estabelecimento.

REDE DE ESGOTO: os sistemas de tratamento individual serão constituídos de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, os quais deverão ser instalados individualmente em cada residência e que serão de responsabilidade dos próprios moradores.

REDE DE DRENAGEM PLUVIAL: os serviços e obras deverão obedecer às plantas, desenhos e detalhes contidos no projeto de drenagem pluvial e aos demais elementos que o responsável técnico pelo projeto ou pela execução venha a fornecer.

Art. 6.º - A localização do referido loteamento fica no Bairro Três Fronteiras – Município de Dionísio Cerqueira – SC, com área exclusivamente residencial com as seguintes quadras:

QUADRA 157 – com área de 15.871,45m<sup>2</sup>, contendo lotes nº01 até nº 38

QUADRA 158 – com área de 6.604,08 m<sup>2</sup>, contendo os lotes nº01 até nº 12. (Sendo 4.436,98m<sup>2</sup> áreas de lotes vendáveis e área institucional de 2.167,10m<sup>2</sup>)

QUADRA 159 – com área de 9.045,77m<sup>2</sup> contendo os lotes nº01 até nº30.

QUADRA 160 – com área de 9.000,00m<sup>2</sup>, contendo os lotes nº01 até nº30.

QUADRA 161 – com área de 14.475,67m<sup>2</sup>, contendo os lotes nº01 até nº 15. (Sendo 4.706,21m<sup>2</sup>, área de lotes vendáveis, área verde de 9.160,00m<sup>2</sup> e app de 609,46m<sup>2</sup>)

QUADRA 162 – com área de 3.936,65m<sup>2</sup>, contendo os lotes nº01 até nº09. (Sendo 2.421,00m<sup>2</sup>, área de lotes vendáveis e área institucional de 1.515,65m<sup>2</sup>)

QUADRA 163 – com área de 8.99,81 m<sup>2</sup>, contendo os lotes nº01 até nº28.

QUADRA 164 – com área de 12.719,68m<sup>2</sup>, contendo os lotes nº01 até nº32. (Sendo 12.226,37m<sup>2</sup>, área de lotes vendáveis e área institucional de 493,31m<sup>2</sup>).

QUADRA 165 – com área de 3.358,93m<sup>2</sup>, contendo os lotes nº01 até nº11.

QUADRA 166 – com o Lote 01 denominado institucional com área de 139,25m<sup>2</sup>.

QUADRA 167 – APP com área de 3.391,42m<sup>2</sup>.

Art. 7.º - Os Lotes Urbanos nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Quadra nº. 157; e os Lotes Urbanos nºs. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 da Quadra nº.165, ficam com reserva de domínio pelo Município de Dionísio Cerqueira em forma de hipoteca, até a conclusão das obras de infraestrutura do Loteamento em andamento, sendo, escoamento de águas pluviais, calçamento, instalação de rede de energia elétrica, iluminação pública e a instalação de rede de água potável.

Art. 8.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 9.º - É parte integrante deste Decreto o conjunto de plantas composto pela: planta baixa dos lotes; planta planialtimétrica e perfil das ruas; memorial descritivo; matrícula do imóvel nº 14.666; planta baixa com as curvas de nível; ART.

Art. 10.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 11.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE MARÇO DE 2014.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 20/03/2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS  
Secretario Municipal

## **Contratos**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 005/2014.

Contratante: Hospital Municipal

Contratado: G.C.M Clinica Fonoaudiologia Ltda. - ME

Objeto: Contratação de clinica para prestação de serviços para realização de exames de otoacústica para os pacientes nascidos no Hospital Municipal.. Origem: Pregão 007/2014 - Valor R\$ 6.000,00 Vigência 20/03/2014 á 19/01/2015. Dionísio Cerqueira 20/03/2014.

Juliana Debona – Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 010/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Restaurante e Lanchonete A.M Ltda -ME .

Objeto: Contratação de restaurante para fornecimento de refeições

para os motoristas e técnicos quando em viagem para transporte de pacientes em tratamento de saúde na cidade de São Miguel do Oeste SC. Origem: Pregão 013/2014 Valor R\$ R\$ 12.600,00 Vigência 21/03/2014 á 31/12/2014 - Dionísio Cerqueira 21/03/2014. João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 032/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Editora Uma Luz no Fim do Túnel Ltda -ME

Objeto: Aquisição de cadernos pedagógicos e cadernos educativos em forma de jornais pedagógicos para a Secretaria da Educação. Origem: Pregão 030/2014 Valor R\$ R\$ 58.460,00 - Vigência 21/03/2014 á 31/12/2014 - Dionísio Cerqueira 21/03/2014.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 033/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Davi Casagrande -ME

Objeto: Contratação de empresa para implantação de Praça no PTAI - Parque Turístico Ambiental da Integração. Origem: TP 030/2014 Valor R\$ R\$ 495.648,30 - Vigência 21/03/2014 á 31/12/2014 - Dionísio Cerqueira 21/03/2014.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

## **Resultado de Licitações**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL UNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação PREGÃO nº 007/2014, Objeto: Contratação de clinica para prestação de serviços para realização de exames de otoacústica para os pacientes nascidos no Hospital Municipal. Vencedor: G.C.M Clinica Fonoaudiologia Ltda. - ME Valor R\$ 6.000,00 - Dionísio Cerqueira 20/03/2014.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 013/2014, Objeto: Contratação de restaurante para fornecimento de refeições para os motoristas e técnicos quando em viagem para transporte de pacientes em tratamento de saúde na cidade de São Miguel do Oeste SC

Vencedor: Restaurante e Lachonete A.M Ltda -ME Valor R\$ 12.600,00 –Dionísio Cerqueira 21/03/2014.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 014/2014, Objeto: Aquisição de óculos de grau destinados aos pacientes idosos e usuários do Programa Brasil Alfabetizado.. Vencedor: Mendonça &



Hoschscheidt Ltda. Valor R\$ 4.000,00.

Dionísio Cerqueira 21/03/2014.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 030/2014, Objeto: Aquisição de cadernos pedagógicos e cadernos educativos em forma de jornais pedagógicos para a Secretaria da Educação. Vencedor: Editora Uma Luz no Fim do Túnel Ltda -ME Valor R\$ 58.460,00

.Dionísio Cerqueira 21/03/2014.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação DL nº 041/2014, Objeto: Aquisição de assinaturas semanais em jornal pra distribuição nas escolas da rede municipal de ensino para uso no programa jornal na escola inserido como prática pedagógica Vencedor: R.C.O Comunicações -ME Valor R\$ 7.920,00.Dionísio Cerqueira 21/03/2014.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação TP nº 029/2014, Objeto: Contratação de empresa para implantação de Praça no PTAI - Parque Turístico Ambiental da Integração Vencedor: Davi Casagrande ME Valor R\$ 495.648,30 - .Dionísio Cerqueira 21/03/2014.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### Decreto 001/2014

DECRETO nº 001, de 02 de Janeiro de 2014.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2014.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, incisos V, VII, XX e XXI, c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, combinado com o § 1º do artigo 395 da Lei Complementar nº 17, de 20 de dezembro de 2002; e

Considerando que a Unidade Fiscal Municipal deve ser atualizada com base na variação anual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M (FGV), desde o exercício fiscal 2003, onde foi fixada em R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos);

Considerando-se que a variação acumulada do índice no ano de 2013 correspondeu a 5,5257% e que o valor da UFM em 2013 correspondia a R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos);

DECRETA:

Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o exercício de 2014 fica atualizada para R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo Único – O valor da UFM deverá ser utilizado como fator de atualização monetária no lançamento dos tributos municipais e das penalidades por descumprimento de obrigações tributárias acessórias (multas fixas).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de Janeiro de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 02 de Janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

#### Decreto 002/2014

DECRETO Nº 002, de 02 de janeiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013).

04.001.15.452.0020.2006 SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

04.001.15.452.0020.2006 SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

04.001.15.452.0020.2006 MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL

300000 DESPESAS CORRENTES

330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000 APLICAÇÕES DIRETAS

1000000 RECURSOS ORDINARIOS 15.000,00

TOTAL 15.000,00

TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO 15.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

04.001.15.452.0020.2006 SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

04.001.15.452.0020.2006 SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

04.001.15.452.0020.2006 MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL

400000 DESPESAS DE CAPITAL

440000 INVESTIMENTOS

449000 APLICAÇÕES DIRETAS

1000000 RECURSOS ORDINARIOS 15.000,00

TOTAL 15.000,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO 15.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de janeiro de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 02 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

## Decreto 003/2014

DECRETO nº 003, de 14 de Janeiro de 2014.

Dispõe sobre a revisão geral anual 2014, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04

de Abril de 1.990, e fundamentado na Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011; e

Considerando-se que a última revisão geral anual ocorreu na competência janeiro/2013, pelo índice acumulado do INPC/IBGE do período de janeiro até dezembro/2012, conforme Decreto nº 002, de 14/01/2013;

Considerando-se que a Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011, regulamentou a revisão geral anual na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da CF, definindo os elementos essenciais para possibilitar que seja baixado regulamento tão somente para implementar anualmente o referido direito aos agentes públicos;

Considerando-se que o índice acumulado do INPC/IBGE do período de janeiro até dezembro/2013 correspondeu a 5,56%;

### DECRETA:

Art. 1º - Os salários ou subsídio dos servidores e agentes públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município serão revistos, no mês de janeiro/2014, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011, regulamentada na forma deste decreto.

§ 1º - A revisão geral anual de que trata o "caput" deste artigo, para o exercício de 2014, será correspondente a 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento) relativo ao índice do INPC/IBGE acumulado no período de janeiro a dezembro/2013, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do corrente.

§ 2º - A revisão será aplicada a todos os salários e/ou subsídios:

I - de empregos de provimento efetivo ou comissionados, inclusive Secretários Municipais (Lei nº 803, de 27/06/2012);

II - de admitidos em caráter temporário (ACT);

III - de Conselheiros Tutelares (Lei nº 545/03, alterada pela Lei nº 812/12);

IV - dos empregos do PSF/PACS (LC nº 57/2007);

V - dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e demais Vereadores - Leis nº 802 e nº 804, de 27/06/2012).

§ 3º - A revisão geral de que trata o caput e § 1º deste artigo incide, inclusive, sobre o valor da bolsa-estágio de que trata a Lei nº 724, de 06/03/2009.

Art. 2º - Será aplicado ao valor do auxílio-alimentação de que trata a Lei Complementar nº 67, de 26/03/2008, o percentual da revisão disciplinado neste decreto, a contar de 1º de janeiro do corrente.

Parágrafo único - O percentual da revisão de que trata este decreto, incide, integralmente, para atualização do valor das Funções Gratificadas de que trata o Anexo V da Lei Complementar nº 31, de 06/04/2004, o Anexo VI da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, e o Anexo VII da Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, e das gratificações de que tratam a Lei Complementar nº 57, de 30/05/2007.

Art. 3º - Para os salários majorados automaticamente devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial em 2014, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto neste decreto.

Art. 4º - A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 1º de Janeiro do

corrente.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de Janeiro de 2014;  
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de Janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### **Decreto 005/2014**

DECRETO Nº 005, de 15 de janeiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 28.816,76.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 28.816,76 (vinte e oito mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

03.001.04.122.0015.2003 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.04.122.0015.2003 ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.04.122.0015.2003 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E FINANÇAS

400000 DESPESAS DE CAPITAL

440000 INVESTIMENTOS

449000 APLICAÇÕES DIRETAS

3000000 RECURSOS ORDINARIOS 10.000,00

300000 DESPESAS CORRENTES

330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000 APLICAÇÕES DIRETAS

3000000 RECURSOS ORDINARIOS 7.670,72

TOTAL 17.670,72

05.001.12.361.0050.2008 SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

05.001.12.361.0050.2008 DIVISÃO EDUCAÇÃO

05.001.12.361.0050.2008 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

300000 DESPESAS CORRENTES

310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000 APLICAÇÕES DIRETAS

3180000 FUNDEB 11.146,04

TOTAL 11.146,04

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO 28.816,76

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro-----R\$ 28.816,76

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de janeiro de 2014;  
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 15 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### **Decreto 006/2014**

DECRETO nº 006, de 15 de Janeiro de 2014.

Institui o Diário Oficial dos Municípios, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, inciso V, combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e na forma da Lei nº 827, de 29/11/13; e Considerando-se a necessidade de publicação dos atos municipais prevista no art. 71 da Lei Orgânica do Município de Doutor Pedrinho, de 04/04/1990, que prevê que os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer;

Considerando-se as disposições da Lei nº 827, de 29/11/13, que instituiu o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial do Município de Doutor Pedrinho;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Executivo do Município de Doutor Pedrinho.

Parágrafo único - A partir do dia 01 de fevereiro de 2014, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único - A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º - Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único - Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de Janeiro de 2014;  
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 15 dias do mês de Janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### **Decreto 007/2014**

DECRETO Nº 007, de 15 de janeiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.791,11.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 50.791,11 (cinquenta mil setecentos e noventa e um reais e onze centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

06.001.10.301.0150.2024 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.001.10.301.0150.2024 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

06.001.10.301.0150.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

300000 DESPESAS CORRENTES

310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000 APLICAÇÕES DIRETAS

3640800 PISO ATENÇÃO BÁSICA - PAB 1.553,94  
3641000 PROGRAMA SAUDE FAMILIA - PSF 7.130,00  
3641200 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS 13.404,84  
3235501 TRANSF. CONV. ESTADO SAÚDE - NASF 8.000,00  
300000 DESPESAS CORRENTES

330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000 APLICAÇÕES DIRETAS

3661600 EPIDEMIOLOGIA 7.768,41  
3235502 COFINANCIAMENTO 3.011,49  
3651700 MÉDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE 1.930,59  
300000 DESPESAS CORRENTES

330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339300 CONSORCIOS

3671300 FARMACIA BÁSICA 5.248,14  
3235503 FARMACIA BÁSICA ESTADO 2.743,70  
TOTAL 50.791,11  
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO 50.791,11

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro-----R\$ 50.791,11

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de janeiro de 2014;  
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 15 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

### **Decreto 008/2014**

DECRETO Nº 008, de 15 de janeiro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.635,37.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 3.635,37 (três mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

07.001.20.606.0110.1030 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO

07.001.20.606.0110.1030 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO

07.001.20.606.0110.1030 MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA

400000 DESPESAS DE CAPITAL

440000 INVESTIMENTOS

449000 APLICAÇÕES DIRETAS

3245400 TRANSF. CONV. UNIÃO 3.393,70  
04.001.15.452.0020.2006 SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

04.001.15.452.0020.2006 SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS



## E SERVIÇOS URBANOS

04.001.15.452.0020.2006 MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL

300000 DESPESAS CORRENTES

330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000 APLICAÇÕES DIRETAS

3245501 TRANSF. CONV. ESTADO 241,67

TOTAL 3.635,37

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO 3.635,37

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro-----R\$ 3.635,37

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de janeiro de 2014;  
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 15 de janeiro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

**Decreto 009/2014**

DECRETO nº 009 de 15 de janeiro de 2014.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 52, de 18/12/2006;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Jundir Luis Moser CPF 217.840.199-68, contendo uma área de 27.798,45m2 (Vinte e sete mil setecentos e noventa e oito metros e quarenta e cinco décimos quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano, situado no lado par da Rua Veneza, distante pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP), 301,35 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Brasília, Cidade Doutor Pedrinho SC. Imóvel matrícula n.º 1.335, Livro - 2, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Timbó SC; com área de 27.798,45m2 (Vinte e sete mil setecentos e noventa e oito metros e quarenta e cinco décimos quadrados). Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pela frente em 72,49 metros até o ponto 01 confrontando com o lado par da rua Veneza; deste segue pela frente defletindo à esquerda com ângulo interno de 185º45'42" em 8,60 metros até o ponto 02 confrontando com o lado par da rua Veneza; deste segue pela frente defletindo à direita com ângulo interno de 175º56'4" em 19,61 metros até o ponto 03 confrontando com o lado par

da rua Veneza; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 66º41'40" em 25,83 metros até o ponto 04 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 264º38'44" em 26,03 metros até o ponto 05 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 149º11'53" em 102,05 metros até o ponto 06 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 106º33'14" em 26,14 metros até o ponto 07 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 267º10'53" em 208,25 metros até o ponto 08 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 116º39'47" em 55,95 metros até o ponto 09 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 5.061, livro-2, de propriedade de Osnir José Danna; deste segue pelos fundos defletindo à direita com ângulo interno de 63º20'13" em 385,40 metros até o ponto 11, sendo: em 236,50 metros confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 5.268, livro-2, de propriedade de Débora Moser e Rafael Moser, e em 148,90 metros confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.438, livro-2, de propriedade de Alcides José Moser; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita com ângulo interno de 140º4'26" em 71,02 metros até o ponto de partida PP confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 1.979, livro-2, de propriedade de Marcos Sergio Buzzi; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 83º57'34" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 1.001,37 metros.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados quatro lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01: Terreno urbano, com uma área de 1.658,27m2 (Um mil seiscentos e cinquenta e oito metros e vinte e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Veneza, distante pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP), 301,35 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Brasília. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado esquerdo em 71,02 metros até o ponto 01 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 1.979, livro-2, de propriedade de Marcos Sergio Buzzi; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 140º04'26" em 10,98 metros até o ponto 02 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.438, livro-2, de propriedade de Alcides José Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 60º43'08" em 80,93 metros até o ponto 03 confrontando com a Área 02 (a desmembrar); deste segue pela frente defletindo à esquerda com ângulo interno de 75º14'52" em 35,98 metros até o ponto PP confrontando com o lado par da Rua Veneza; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 83º57'34" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 198,91 metros.

II - Lote nº 02: Terreno urbano, com uma área de 21.005,88m2 (Vinte e um mil cinco metros e oitenta e oito décimos quadrados), situado no lado par da Rua Veneza, distante pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP), 337,33 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Brasília. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado esquerdo em 80,93 metros até o ponto 01 confrontando com a Área 01 (a desmembrar); deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 119º16'52" em 137,92 metros até o ponto 02 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.438, livro-2, de propriedade de Alcides José Moser; deste segue pelos fundos com ângulo interno de 180º00'00" em 236,50 metros até o ponto 03 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 5.268,

livro-2, de propriedade de Débora Moser e Rafael Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 63°20'13" em 55,95 metros até o ponto 04 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 5.061, livro-2, de propriedade de Osnir José Danna; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 116°39'47" em 208,25 metros até o ponto 05 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 267°10'53" em 26,14 metros até o ponto 06 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 106°33'14" em 88,12 metros até o ponto 07 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 72°46'12" em 51,06 metros até o ponto 08 confrontando com a Área remanescente; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 247°06'01" em 60,58 metros até o ponto 09 confrontando com a Área remanescente; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 267°06'47" em 43,46 metros até o ponto 10 confrontando com a Área remanescente; deste segue pelo lado direito em linha reta em 25,42 metros até o ponto 11, confrontando com a Área 03 (a desmembrar); deste segue pela frente defletindo à esquerda com ângulo interno de 75°14'52" em 12,41 metros até o ponto PP confrontando com o lado par da rua Veneza; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 104°45'08" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 1.026,74 metros.

III - Lote nº 03: Terreno urbano, com uma área de 723,91m2 (Setecentos e vinte e três metros e noventa e um decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Veneza, distante pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP), 349,74 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Brasília. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado esquerdo em 25,42 metros até o ponto 01 confrontando com a Área 02 (a desmembrar); deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 88°12'58" em 26,71 metros até o ponto 02 confrontando com a Área remanescente; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 87°51'07" em 25,42 metros até o ponto 03 confrontando com a Área remanescente; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 166°54'18" em 5,61 metros até o ponto 04 confrontando com a Área remanescente; deste segue pela frente defletindo à esquerda com ângulo interno de 92°16'29" em 24,10 metros até o ponto PP confrontando com o lado par da Rua Veneza; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 104°45'08" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 107,26 metros.

IV - Lote nº 04: Terreno urbano, com uma área de 332,04m2 (Trezentos e trinta e dois metros e quatro decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Veneza, distante pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP), 385,84 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Brasília. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado esquerdo em 20,02 metros até o ponto 01 confrontando com a Área remanescente; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°19'43" em 13,96 metros até o ponto 02 confrontando com a Área remanescente; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 92°22'19" em 25,83 metros até o ponto 03 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pela frente defletindo à esquerda com ângulo interno de 66°41'40" em 16,21 metros até o ponto PP confrontando com o lado par da Rua Veneza; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 110°36'18" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 76,02 metros.

V - Área Remanescente: Terreno urbano, com uma área de 4.078,35m2 (Quatro mil setenta e oito metros e trinta e cinco decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Veneza, distante pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP), 373,84 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Brasília. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado esquerdo em 5,61 metros até o ponto 01 confrontando com a Área 03 (a desmembrar); deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita com ângulo interno de 193°05'42" em 25,42 metros até o ponto 02 confrontando com a Área 03 (a desmembrar); deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita com ângulo interno de 272°08'53" em 26,71 metros até o ponto 03 confrontando com a Área 03 (a desmembrar); deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno de 91°47'02" em 43,46 metros até o ponto 04 confrontando com a Área 02 (a desmembrar); deste segue pelos fundos com ângulo interno de 92°53'13" em 60,58 metros até o ponto 05 confrontando com a Área 02 (a desmembrar); deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 112°53'59" em 51,06 metros até o ponto 06 confrontando com a Área 02 (a desmembrar); deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 107°13'48" em 13,93 metros até o ponto 07 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 149°11'53" em 26,03 metros até o ponto 08 confrontando com o imóvel Matriculado sob n.º 2.867, livro-2, de propriedade de Jundir Luis Moser; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 172°16'25" em 13,96 metros até o ponto 09 confrontando com a Área 04 (a desmembrar); deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 269°40'17" em 20,02 metros até o ponto 10 confrontando com a Área 04 (a desmembrar); deste segue pela frente defletindo à esquerda com ângulo interno de 69°23'42" em 3,40 metros até o ponto 11 confrontando com o lado par da Rua Veneza; deste segue pela frente defletindo à esquerda com ângulo interno de 175°56'4" em 8,60 metros até o ponto PP confrontando com o lado par da rua Veneza; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 93°29'12" com o início desta descrição, perfazendo o perímetro em 298,78 metros.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de janeiro de 2014;  
26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 15 de janeiro de 2014.  
EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade

**Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº. 14/2014.**  
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 14/2014.

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item, objetivando a AQUISIÇÃO DE TUBOS EM MEDIDAS DIVERSAS PARA SEREM



UTILIZADOS EM DIVERSAS OBRAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 07/04/2014, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 07/04/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 21 de Março de 2014.  
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO  
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, em exercício

### **Extrato de Dispensa Nº 15/2014**

Extrato do Edital de Dispensa nº 15/2014

MODALIDADE: DISPENSA

Nº DA DISPENSA: 15/2014

OBJETO: Locação, pela LOCADORA ao LOCATÁRIO, de salas, cozinha e banheiro e garagem num prédio a Rua Brasília nº 175, mais um pátio de recreação neste mesmo local, para funcionamento dos serviços do Pré-Escolar, durante os meses de Março a Dezembro de 2014. PREÇO: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), pagáveis em 05 (cinco) parcelas de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais). CONTRATADO: ALZIRA VIVIANI

DOUTOR PEDRINHO, 28 de Fevereiro de 2013.  
HARTWIG PERSUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**Decreto 004/2014****DECRETO nº 004, de 14 de Janeiro de 2014.**

*Estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como as metas bimestrais de arrecadação, e dá outras providências.*

**HARTWIG PERSUHN**, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, incisos V, e da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, e considerando-se a aplicação dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 829, de 06/12/2013).

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso referente ao Orçamento-Programa 2014 (Lei nº 829, de 06/12/2013), na forma dos anexos deste decreto.

**§ 1º** - Fica destacada à Secretaria de Administração e Finanças para controle e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas.

**§ 2º** - Fica delegado competência exclusiva ao Secretário de Administração e Finanças para controle e gerenciamento da execução orçamentária da Administração Direta - Orçamento-Programa 2014, centralizado-se as autorizações para efetivação de despesas pelos órgãos e Unidades Administrativas da Administração Direta.

**§ 3º** - Na ausência ou impedimento do Secretário, a realização de despesa dependerá de expressa autorização do Prefeito Municipal.

**Art. 2º** - As receitas previstas no Orçamento-Programa 2014 ficam desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, na forma do Anexo I.

**Art. 3º** - Em face da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, a despesa mensal consolidada fica limitada na forma do Anexo IV.

**Parágrafo Único** - A Secretaria de Administração e Finanças ficará responsável em especificar e divulgar as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, e a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança

de dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

**Art. 4º** - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, em 14 de Janeiro de 2014; 26º ano de Fundação; 24º ano de Emancipação Política.

**HARTWIG PERSUHN**  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto, foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, em 14 de Janeiro de 2014.

**EDIR ANA FRAINER MAZZI**  
Técnica em Contabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO														ANEXO I				R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)																			
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre			6º Bimestre			TOTAL				
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez							
REC. CORRENTES	880.318,29	937.807,57	877.844,75	926.554,63	1.056.694,85	1.179.297,37	835.546,30	899.774,25	890.466,02	923.988,97	1.069.192,73	1.348.614,27	11.826.100,00						
Receita Tributária	77.421,58	79.212,01	121.230,52	91.975,34	113.659,62	297.185,19	96.567,46	100.357,46	78.460,29	86.809,15	86.985,32	101.636,08	1.331.500,00						
Rec. de Contribuição	8.842,21	8.478,39	9.549,39	8.928,70	8.551,74	7.087,73	8.204,69	8.520,98	8.500,30	8.686,77	10.557,02	9.092,08	105.000,00						
Receita Patrimonial	3.320,53	3.256,72	3.758,97	3.139,14	3.461,05	5.449,94	5.827,69	3.264,22	3.617,71	3.710,97	2.437,97	4.655,08	45.900,00						
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Receita de Serviços	5.330,55	6.316,39	8.325,05	5.650,71	5.906,82	6.582,06	5.868,68	5.218,94	8.549,71	8.248,96	12.426,94	11.585,19	90.000,00						
Transf. Correntes	772.212,83	823.256,32	713.788,24	803.651,68	908.794,89	838.530,29	704.878,71	764.604,50	773.551,80	789.534,61	939.601,46	1.201.294,69	10.033.700,00						
Outras Rec. Correntes	13.190,58	17.287,74	21.192,58	13.209,05	16.320,73	24.462,16	14.209,08	17.808,15	17.786,21	26.998,52	17.184,02	20.351,15	220.000,00						
REC. DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.910.000,00	5.910.000,00						
Oper. de Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00						
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00						
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Transf. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.690.000,00	5.690.000,00						
Outras Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
TOTAL RECEITAS	880.318,29	937.807,57	877.844,75	926.554,63	1.056.694,85	1.179.297,37	835.546,30	899.774,25	890.466,02	923.988,97	1.069.192,73	7.258.614,27	17.736.100,00						
BIMESTRE	1.818.125,86		1.804.399,38		2.235.992,22		1.735.320,56		1.814.464,99		8.327.807,00		17.736.100,00						

HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Tec. Contábil  
CRC/SC 15.460

JAQUELINE CESÁRIO  
Responsável pelo Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO															ANEXO IV			R\$1,00
DEMONSTRATIVO DA DESPESA EM CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO (LRF - ARTIGO 8º.)																		
Especificação da Receita	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre			6º Bimestre			TOTAL			
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez						
	880.318,29	937.807,57	877.844,75	926.554,63	1.056.694,85	1.179.297,37	835.546,30	899.774,25	890.466,02	923.988,97	1.069.192,73	7.258.614,27	17.736.100,00					
BIMESTRE	1.818.125,86		1.804.399,38		2.235.992,22		1.735.320,56		1.814.454,99		8.327.807,00		17.736.100,00					
Especificação da Despesa	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre			6º Bimestre			TOTAL			
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez						
	1.092.150,74	0,00	1.083.905,22	0,00	1.343.163,64	0,00	1.042.409,48	0,00	1.089.945,64	0,00	5.002.525,27	0,00	10.654.100,00					
- Pessoal e Encargos Sociais	564.993,57	0,00	560.727,98	0,00	694.848,06	0,00	539.261,32	0,00	563.852,83	0,00	2.587.916,23	0,00	5.511.600,00					
- Juros e Encargos da Dívida	6.970,67	0,00	6.918,05	0,00	8.572,77	0,00	6.653,20	0,00	6.956,60	0,00	31.928,71	0,00	68.000,00					
- Outras Despesas Correntes	520.186,49	0,00	516.259,19	0,00	639.742,81	0,00	496.494,95	0,00	519.136,22	0,00	2.382.680,33	0,00	5.074.500,00					
DESPESAS DE CAPITAL	724.437,47	0,00	718.968,12	0,00	890.937,52	0,00	691.443,46	0,00	722.974,81	0,00	3.318.238,62	0,00	7.067.000,00					
- Investimentos	704.550,55	0,00	699.231,34	0,00	866.479,92	0,00	672.462,28	0,00	703.128,04	0,00	3.227.147,88	0,00	6.873.000,00					
- Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
- Amortização da Dívida	19.886,92	0,00	19.736,78	0,00	24.457,60	0,00	18.981,18	0,00	19.846,77	0,00	91.090,74	0,00	194.000,00					
Reserva de Contingência	1.537,65	0,00	1.526,04	0,00	1.891,05	0,00	1.467,62	0,00	1.534,54	0,00	7.043,10	0,00	45.000,00					
TOTAL DESPESAS	1.818.125,86	0,00	1.804.399,38	0,00	2.235.992,22	0,00	1.735.320,56	0,00	1.814.454,99	0,00	8.327.807,00	0,00	17.736.100,00					
BIMESTRE	1.818.125,86		1.804.399,38		2.235.992,22		1.735.320,56		1.814.454,99		8.327.807,00		17.736.100,00					

HARTWIG PERSUHN  
Prefeito Municipal

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Tec. Contábil  
CRC/SC 15.460

JAQUELINE CESÁRIO  
Responsável pelo Controle Interno

# Ermo

## PREFEITURA

**Portaria Nº 043, de 18 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 043, de 18 de março de 2014.

Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir FABRICIA GIASI FURLANETTO em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 18 de março de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

**Portaria Nº 044, de 18 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 044, de 18 de março de 2014.

Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir ROSALBA REGINA INÁCIO DA SILVA em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 18 de março de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

**Portaria Nº 045, de 18 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 045, de 18 de março de 2014.

Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir ELISÂNGELA MANARIM DE OLIVEIRA em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 18 de março de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

**Portaria Nº 046, de 19 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº 046, de 19 de março de 2014.

Dispõe sobre a Exoneração de Servidor Ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Servidora CAROLINE CORRÊA TOPANOTE, da função de Auxiliar de Serviços Gerais I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, admitida em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 034, de 06 de março de 2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

### **Decreto N.º 020, de 19 de Março de 2014.**

DECRETO N.º 020, de 19 de março de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333/13, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.365.0025.2.007 – Manutenção do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.0022 (68) – Aplicações Diretas R\$ 94.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos do Convênio nº 470/2014 – Processo nº ER22 4313135 (SDR) – Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA M. BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

### **Aviso de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 14/2014 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de um veículo utilitário, zero KM, ano 2014, tipo Minibus, com capacidade para 16 lugares, motor a diesel, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 02/04/2014 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30hs às 11:30 hs e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

## **Forquilha**

### **PREFEITURA**

### **Decreto Nº. 042, de 20 de Março de 2014.**

DECRETO Nº. 042, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

PRORROGA PRAZO PARA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNADA PELO DECRETO Nº 008, DE 20 DE JANEIRO DE 2014, APRESENTAR O RELATÓRIO CONCLUSIVO DA APURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Decreto nº. 008, de 20 de janeiro de 2014, apresentar o Relatório Conclusivo da apuração Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de março de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 56/PMF/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 56/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades dos Programas CRAS e CREAS, durante o exercício corrente, por meio da Secretaria de Assistência Social do município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de abril de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 21 de março de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0045/2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0045/2014 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviço de transporte de produtos perecíveis, com caminhão fechado tipo baú, com capacidade mínima de carga de 3.700 kg. Deverá dispor de caixas plásticas adequadas para transporte selecionado de frutas, verduras, legumes e outros advindos da agricultura. Este caminhão e as caixas deverão estar devidamente higienizados para o transporte deste produtos. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 07.04.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 21 de março de 2014.

Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

### Resolução CME 03/2014 - Reforma Salas com Carteiras

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO - SC

Resolução número 003/2014 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo (\*)

O Conselho Municipal de Educação do município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais em especial no que lhe confere o art. 3º, II e V do regimento, em reunião realizada no dia 13/03/2014;

CONSIDERANDO o alto custo para manutenção das carteiras informatizadas ;

CONSIDERANDO o curto espaço de tempo em que o equipamento se torna obsoleto;

CONSIDERANDO o elevado custo para ampliação das salas informatizadas e substituição do equipamento;

CONSIDERANDO que as Salas Informatizadas eproinfo suprem a necessidade pedagógica das escolas;

CONSIDERANDO que as lousas digitais são um recurso pedagógico indispensável nas salas de aula;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Sugerir a redução gradativa do número de Carteiras Informatizadas, com a não substituição daquelas que apresentarem defeito.

Art. 2º - Recomendar que se faça pesquisa com os professores que trabalham em salas com carteiras informatizadas para coletar opinião sobre a manutenção ou não do projeto.

Art. 3º - Sugerir que se mantenha as lousas digitais nas salas de

aula e se faça aquisição para outras salas de aula.

Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se em 13 de março de 2014.

Conselheiros:

Iluir Tibes dos Santos

Rosa Prates

Cleusa Alves de Lima

Tatiana Carla Scalabrin

Edson Camargo da Silva

Inês Sobieranski

Rosemeri Aparecida Morsoletto Conte

Rojandro Pólo

Nilfa de Fátima Xavier Donati

Maria Joceli Hepp Dalazem

(\*) Publicada a presente resolução em 21 de março de 2014 nesta Secretaria Municipal de Educação.

Elionete Francescatto Konkol  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

### Termo de Convocação Nutricionista

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): PATRICIA FORMENTO  
AV 3 AVENIDA 1215 AP 303, CENTRO  
88330-095 - BALNEARIO CAMBORIU - SC

CARGO: NUTRICIONISTA  
Classificação: 10º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

c) Cópia do CPF;

d) Cópia da Carteira de Identidade;

- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
- I – acuidade visual;
- II – audiométrico;
- III – hemograma;
- IV – lipidograma;
- V – glicemia;
- VI – RX Tórax PA e Perfil;
- VII – fator RH;
- VIII – sorologia para Lues;
- IX – parcial de urina;

X – uréia;

XI – ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “t”);

v) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “t” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 21/03/2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

PATRICIA FORMENTO

### **Termo de Convocação Publicitário**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2010)

Senhor(a): KAROLINE BRANDT

RUA OTAVIO MOREIRA DE ANDRADE 112, CENTRO

89580-000 - FRAIBURGO - SC

CARGO: PUBLICITÁRIO

Classificação: 2º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 306/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

a) 1(uma) foto ¾ recente;

b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);

c) Cópia do CPF;

- d) Cópia da Carteira de Identidade;
- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
- I – acuidade visual;
- II – audiométrico;
- III – hemograma;
- IV – lipidograma;
- V – glicemia;
- VI – RX Tórax PA e Perfil;
- VII – fator RH;
- VIII – sorologia para Lues;

IX – parcial de urina;

X – uréia;

XI – ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

u) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “t”);

v) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “t” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 21/03/2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

KAROLINE BRANDT

### **Aviso do Pregão Presencial 0008/2014-Rp 0004- Sf**

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2014 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2014 – SANEFRAI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais hidráulicos e outros para uso nas manutenções de redes de distribuição de água e coleta de esgoto neste Município. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a agosto de 2014. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 09.04.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 21 de março de 2014.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI



**Portaria Nº 0785/2014**

PORTARIA Nº 785, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 029/2014, da Secretaria da Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, EDISON MARCOS WEBER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 808.068.219-49, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0786/2014**

PORTARIA Nº 786, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 029/2014, da Secretaria da Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ADENILSON SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 005.744.029-85, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0787/2014**

PORTARIA Nº 787, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Substitui Membros da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições

legais, considerando as informações e decisões contidas no Processo Administrativo n.º 3655/2008 e as Portarias n.º 1143/2009 e n.º 0937/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Substituir os membros da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, passando a integrar a Comissão na condição de Presidente a servidora PATRÍCIA CERON MACHADO, na condição de Secretária a servidora ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO, e na condição de membro representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo e Região (SINTSER – FBR), a servidora MARCÉLI MARIA DISKA, mantendo-se os demais membros da referida comissão com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos a serem realizados, bem como para elaboração do parecer final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0788/2014**

PORTARIA Nº 788, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora MARIA SIRLENE FLORES BONALDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 017.812.149-56, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 0789/2014**

PORTARIA Nº 789, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0526/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ANDRÉIA JOMBRA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.820.409-76, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, pelo período de 30 de março de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria nº 0790/2014**

PORTARIA N.º 790, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0527/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONETE PADILHA DE MORAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 760.507.189-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL- HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 0791/2014**

PORTARIA Nº 791, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ELISANGELA STIRMA SALOMONI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 007.509.749-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Extrato do Termo de Cessão de Uso 0001/2014 PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0001/2014 – PMF

CEDENTE: Município de Fraiburgo – SC

CESSIONÁRIO: Lauro Rodrigues - CPF de nº 448.385.149-72

Objeto: A cessão de uso de um Botijão para Sêmen com capacidade para 20 litros (Garantia mínima de 5 anos) de nº de Patrimônio 81693 e da marca Crioform.

Vigência: 1 (um) ano, a contar da data de assinatura.

Assinatura do Termo: 20/03/2014.

Fraiburgo(SC), 20 de março de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo de Cessão de Uso 0002/2014 PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0002/2014 – PMF

CEDENTE: Município de Fraiburgo – SC

CESSIONÁRIO: ITACIR VIEIRA - CPF de nº 021.134.459-13

Objeto: A cessão de uso de um Botijão para Sêmen com capacidade para 20 litros (Garantia mínima de 5 anos) de nº de Patrimônio 81694 e da marca Crioform.

Vigência: 1 (um) ano, a contar da data de assinatura.

Assinatura do Termo: 20/03/2014.

Fraiburgo(SC), 20 de março de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### Lei N.º 1.791/2014

LEI N.º 1.791 DE 21 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A reformulação / reestruturação DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, REVOGA A LEI N.º 1.334 DE 26 DE AGOSTO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada as diretrizes para reformulação/reestruturação do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, cuja finalidade, composição, estrutura e funcionamento são fixados na presente Lei e no Regimento Interno, considerando o Decreto Federal n.º 5.520 de 24 de agosto de 2005.

### CAPÍTULO I

#### DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC tem por objeto promover a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a participação autônoma dos segmentos da sociedade civil organizada para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no município.

Art. 3º O Conselho de políticas culturais tem por finalidade:

I - Representar a sociedade civil de Garopaba-SC, junto ao poder público;

II - Promover a proteção dos bens materiais e imateriais referentes à cultura;

III - Garantir a liberdade de expressão, criação e produção no campo cultural;

IV - Proteger, assegurar apoio e estabelecer incentivos à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação de todas as manifestações culturais;

V - Garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade;

VI - Proteger, manter e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais;

VII - Mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio da ação comunitária, assumir responsabilidades pela iniciativa e sustentação das manifestações e projetos culturais;

Art. 4º Compete ao Conselho de Políticas culturais:

I - Acompanhar a política de investimentos das dotações definidas em lei específica;

II – Garantir a continuidade dos projetos culturais de interesse do município, independentemente das mudanças de governo e/ou de seus secretários;

III - Estabelecer a periodicidade de convocação e organizar junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura as Conferências Municipais de Cultura, propor sua convocação ordinária e extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e convocar a sociedade para participação da mesma;

IV - Estimular a coleta, incorporação, preservação e disseminação de documentos referentes a expressões culturais da comunidade;

V - Elaborar e aprovar o Regimento Interno;

VI - Promover e incentivar estudos, eventos, campanhas, atividades permanentes e pesquisa na área da cultura;

VII - Estimular articulação e intercâmbio entre os conselhos de Políticas Culturais, (federal, estadual e municipal) entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para promoção da Cultura em vários âmbitos;

VIII - Participar efetivamente na elaboração do Plano Municipal de cultura;

IX - Apresentar, discutir e dar parecer a projetos que tratam do desenvolvimento da cultura, da produção, do acesso, da difusão e da descentralização cultural do Município;

### CAPÍTULO II

#### DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Municipal de Cultura compor-se-á de representantes de 8 (oito) membros titulares e cada titular corresponderá um suplente, sendo composto paritariamente pelos seguintes representantes:

I - Um (1) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Um (1) Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Desenvolvimento;

III – Um (1) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Um (1) Representante da Associação Comercial e Industrial de Garopaba – ACIG;

V – Um (1) Representante da Entidade representativa da sociedade Civil na área da Cultura;

VI – Dois (2) Representantes dos produtores culturais, artistas plásticos, de dança, artesanato, educação, folclore, letras, cinema, fotografia e vídeo, música e teatro;

VII – Um (1) Representante das Associações Culturais;

VIII – Um (1) Representante da Rádio Comunitária;

§ 1º A escolha dos representantes de entidades representativas da área da cultura se dará por fórum, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e cultura;

§ 2º A cada um dos membros nomeados corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representada;

§ 3º Cada representante efetivo terá mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período;

§ 4º A representação de membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como

conselheiros, não é permitida;

§ 5º O conselheiro, no exercício de sua função, responde pelos seus atos conforme legislação vigente;

§ 6º Os representantes do Poder Público e das instituições serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades e exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por período igual e sucessivo.

§ 7º Na hipótese de ausência do conselheiro titular em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, num período de 12 (doze) meses, sem, prévia justificativa escrita, à presidência do Conselho suplente completará o mandato do titular, na forma do Regimento Interno.

§ 8º Em caso de exoneração, licença, remanejamento do órgão ou em caso de desligamento da entidade que representa, o membro titular será automaticamente substituído pelo suplente e, na impossibilidade deste, pelos mesmos motivos, indicar-se-ão outros membros.

### CAPITULO III

#### DA ESTRUTURA DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 6º O Conselho Municipal Políticas Culturais, funcionará segundo o que disciplina o seu Regimento Interno, terá autonomia administrativa para seu pleno funcionamento, apoio técnico administrativo e terá as seguintes normas gerais:

I - O plenário do CMPC se reunirá mensalmente e extraordinariamente quando necessário;

II - As reuniões deverão ser abertas ao público respeitando o Regimento Interno;

III - O CMPC Contará com suporte técnico administrativo de servidor municipal designado para esta atividade;

IV - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições com conhecimento na área de Cultura para assessorar o Conselho em assuntos específicos;

V - O CMPC constituirá uma mesa diretora eleita em plenário;

VI - As decisões do CMPC serão ratificadas mediante quorum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos especiais nos quais se exija quorum especial, ou maioria dos presentes.

Entende-se por maioria simples o número inteiro imediatamente superior a metade dos membros presentes;

Entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior a metade dos membros do conselho;

Entende-se por maioria qualificada 2/3 (dois terços) do total de membros do conselho;

VII- O pleno do Conselho Municipal de Políticas Culturais deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. As resoluções serão homologadas pelo Prefeito, em prazo de 30 (trinta) dias, dando-se publicidade oficial;

Art. 7º A Mesa Diretora, referida no art. 5º desta lei, será eleita diretamente do conselho e será composta de:

Presidente;

Vice-presidente e,

Secretário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ

Secretária de Administração

# Gaspar

## PREFEITURA

### Aviso de Pregão Presencial Nº 228/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Aviso de Pregão Presencial Nº 228/2013

OBJETO: Contratação de empresa fornecedora, para futura aquisição de livros para biblioteca do CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados). ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 04/04/2014. ABERTURA: às 9h30min A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 19 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### Portaria Nº 3.390, de 17 de Março de 2014

PORTARIA Nº 3.390, DE 17 DE MARÇO DE 2014.  
COLOCA À DISPOSIÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE GASPAR, A SERVIDORA SUZI DANIELLI DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Coloca a servidora SUZI DANIELLI DA SILVA, portadora do CPF nº 041.726.749-50, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, à disposição para atuar no Fórum da Comarca de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### Portaria Nº 3.388, de 17 de Março de 2014

PORTARIA Nº 3.388, DE 17 DE MARÇO DE 2014.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 05/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE VENINA APARECIDA GEHRHE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de março de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo nº 05/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de VENINA APARECIDA GEHRHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 5.868, de 11 de Março de 2014

DECRETO Nº 5.868, DE 11 DE MARÇO DE 2014.  
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 50 (cinquenta) horas extras, individualmente, pelos servidores Gilberto Fernandes de Souza, Claudiomiro Mendonça e Rogério Agostinho Laurindo, totalizando 150 (cento e cinquenta) horas, conforme escala, no período de 15 de março de 2014 a 14 de abril de 2014, em virtude da necessidade dos motoristas atenderem a demanda de transporte escolar, bem como as demais atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 5.870, DE 17 DE MARÇO DE 2014

DECRETO Nº 5.870, DE 17 DE MARÇO DE 2014.  
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA MARIANA DE SOUZA DA LUZ, DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIANA DE SOUZA DA LUZ, cadastro nº 5442, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 24/03/2014, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 1.477/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 5.873, DE 17 DE MARÇO DE 2014

DECRETO Nº 5.873, DE 17 DE MARÇO DE 2014.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 41, inciso I e artigo 42, da Lei Municipal nº 1.305/91, e na Lei Municipal 1.358/92,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Vertical aos servidores públicos abaixo designados, ocupantes do cargo efetivo de Professor DOC III, para o nível DOC IV, a partir do vencimento do mês de março/2014:

I – Ângela Cristina Lauth Oeckler;

II – Edna Turnes Alves;

III – Ivone Barbieli Roncaglio;

IV – Mariana Lopes;

V – Maurício Roberto Vieira;

VI – Osvaldo Claudino dos Santos Neto;

VII – Roseli Felisky;

VIII – Simara Nicoletti Maraschi;

IX – Viviane Coradino Maes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº 5.874, de 17 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 5.874, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA ESCOLAR, A SERVIDORA SANDRA MARA LOPES FORTES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 24 de março de 2014, a servidora SANDRA MARA LOPES FORTES, CPF nº 721.383.009-00 e do RG nº 2.612.636-2, para o cargo de Secretária Escolar, nível CC, Ref. 45 com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 5.871, DE 17 DE MARÇO DE 2014**

DECRETO Nº 5.871, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes

da Lei Municipal nº 1.305/91,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovado para os cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
LEILIANE GOMES TRINDADE	Merendeira/Servente	40	46º	Secretaria de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 5.872, DE 17 DE MARÇO DE 2014**

DECRETO Nº 5.872, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR JEFFERSON AMARAL, DO CARGO EFETIVO DE FISCAL DE TRIBUTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor JEFFERSON AMARAL, lotado com 40 horas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, a partir de 31/03/2014, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 333/2004.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 5.875 DE 17 DE MARÇO DE 2014**

DECRETO Nº 5.875 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Saúde, MÁRCIA ADRIANA CANSIAN, inscrita no CPF sob nº 887.771.469-72 e a servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil SA, da seguinte conta bancária:

I – Banco do Brasil, Agência 921-0, conta nº 31.110-3

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Gaspar, 17 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.385, DE 06 DE MARÇO DE 2014**

PORTARIA Nº 3.385, DE 06 DE MARÇO DE 2014.  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº 02/2013 E PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, atendendo ao pedido formulado pela Comissão de Tomada de Contas Especial por meio do Memorando nº 02/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada a servidora ELIZABETH OTIQUIR, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras, para compor a Comissão para a Tomada de Contas Especial nº 02/2013, substituição à servidora Elke. C. S. Moser.

Art. 2º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão para a Tomada de Contas Especial nº 02/2013, instaurada por meio da Portaria nº 3.183/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

**Portaria Nº 3.389, de 17 de Março de 2014**

PORTARIA Nº 3.389, DE 17 DE MARÇO DE 2014.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2014, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO EM VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 23 de março de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2014, instaurada para apurar a responsabilidade por infração de trânsito em veículo de propriedade do município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de março de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

**SAMAE****Aviso do Pregão Presencial Nº 12/2014 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.12/2014

OBJETO: Registro de Preços, visando a contratação de empresas especializadas na prestação, de forma contínua, de serviços de manutenção preventiva e corretiva das motocicletas, veículos, caminhões e máquinas da Autarquia.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 09/04/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 09/04/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 19 de março de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**Extrato do Contrato Nº 7/2014 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2014

Número do contrato: 7/2014  
ata vigência: 14/03/2014

ata vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 5/2014 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: NETSUI CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ/CPF do contratado: 12.325.375/0001-00.

Objeto: Aquisição de veículo automotor.

Valor: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

Gaspar (SC), em 14 de março de 2014.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

**Aditivo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 28-2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS ADITIVOS | 2014

Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Presencial nº. 28/2013 - Número do Aditivo: 1 (Acréscimo).

Data vigência: 19/03/2014

Data vencimento: 09/09/2014.

Número da Licitação: 28/2013 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: NILSO TERRAPLENAGEM EIRELI - CNPJ do contratado: 15.217.244/0001-06

Objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de saibro arenoso e areia média para o SAMAE.

Valor acrescido: R\$ 7.410,00 (sete mil quatrocentos e dez reais).

Gaspar (SC), em 19 de março de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato – CM 003/2014.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: SERVIMED—CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Objeto: Elaboração e execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRa (NR-9); elaboração e execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (NR-7); elaboração do relatório anual do programa de controle médico de saúde ocupacional; e emissão dos PPP's – Perfis Profissiográficos Previdenciários.

Valor Total do Contrato: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Prazo: 10 de março de 2014 a 09 de março de 2015.

Data de Assinatura: 10 de março de 2014.

Contrato – CM 004/2014.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – EGEM.

Objeto: Curso In Company-Licitações/Pregão Básico ao Avançado.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.980,00 (sete mil e novecentos e oitenta reais).

Prazo: 20 de março de 2014 a 10 de abril de 2014.

Data de Assinatura: 20 de março de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

### Ata

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA NO 2º PERÍODO LEGISLATIVO ESPECÍFICA PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Realizada no dia 17 de dezembro de 2013, às 15h30min.

17ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA.

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às quinze horas e trinta minutos, na sala das Sessões, Edifício Alfredo Crescêncio Schneider, localizado na Avenida das Comunidades, nesta Cidade de Gaspar, reuniram-se os Vereadores para a ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR PARA O EXERCÍCIO DE 2014, conforme convocação na sessão ordinária do dia 10 de dezembro do corrente e, ainda, conforme Calendário de Reuniões do 2º Período Legislativo; sob a Presidência do Vereador José Hilário Melato, secretariado pelo Vereador Antonio Carlos Dalsochio, presentes ainda, no início da sessão, os Vereadores Andréia Symone Zimmermann Nagel, Ciro André Quintino, Daniel Fernandes dos Reis, Giovano Borges, Hamilton Graf, Ivete Mafra Hammes, Jaime Kirchner, José Amarildo Rampelotti, Luis Carlos Spengler Filho, Marcelo de Souza Brick e Marli Iracema Sontag. Inicialmente, nos termos do Regimento Interno, artigos 26, parágrafo 1º e 28, o Sr. Presidente verificou a presença da maioria absoluta dos Edis e declarou iniciados os trabalhos de escolha dos membros da Mesa Diretora para o exercício de 2014. Após, o Sr. Presidente comunicou que, nos termos do artigo 26, parágrafos 2º e 3º do RI, que a votação seria secreta, mediante cédula única e impressa, dando-se a eleição para todos os cargos da Mesa Diretora num só ato de votação. Ainda, o Sr. Presidente informou que a cédula de votação seria rubricada por esta Presidência e fornecida aos Vereadores à medida que fossem chamados, sendo depositada na urna, a qual se encontrava junto a esta Mesa Diretora. Ato contínuo, o Sr. Presidente lembrou que, de acordo com o artigo 26, parágrafo 4º, do Regimento Interno, seria nulo o voto: "I- contido em cédula não rubricada pelo Presidente; II- que indicar mais de um nome para o mesmo cargo; III – que contenha sinal que possa identificar o votante; ou IV- que apresente rasuras incapazes de defini-lo". Continuando, o Sr. Presidente lembrou também que, nos termos do Regimento Interno: A - seriam eleitos os Vereadores que obtivessem maioria absoluta (7 votos) – artigo 27, parágrafo 1º do RI; B - se o candidato não obtivesse maioria absoluta, proceder-se-ia, imediatamente, nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso - artigo 27, parágrafo 2º do RI; C - concorreriam num segundo escrutínio os dois Vereadores mais votados para o cargo e, se houvesse empate, o mais idoso - artigo 27, parágrafo 3º do RI; D – os eleitos seriam automaticamente empossados em 1º de janeiro de 2014 - artigo 28, parágrafo único do RI. Em seguida, iniciando o processo de votação, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse à chamada nominal de cada Vereador, por ordem alfabética, sendo que a cédula rubricada foi entregue a cada vereador pelo Presidente da Mesa. Após, o Sr. Presidente solicitou a três Vereadores pertencentes a diferentes Bancadas desta Casa Legislativa (de acordo com o caput do art. 27 do Regimento Interno) para que procedessem à apuração/contagem dos votos, atuando como escrutinadores, a saber: Vereador CIRO ANDRÉ QUINTINO (Bancada do PMDB); Vereador LUIS CARLOS SPENGLER FILHO (Bancada do PP); e Vereador HAMILTON GRAF (Bancada do PT). Na sequência, o Sr. Presidente DIVULGOU O RESULTADO (número de votos), PROCLAMANDO ELEITOS OS QUE OBTIVERAM MAIORIA ABSOLUTA: para o cargo de PRESIDENTE: Vereador MARCELO DE SOUZA BRICK, com 08 (oito) votos; para o cargo de VICE-PRESIDENTE: Vereadora ANDRÉIA SYMONE ZIMMERMANN NAGEL, com 09 (nove) votos; para o cargo de 1º SECRETÁRIO: Vereador CIRO ANDRÉ QUINTINO, com 08 (oito) votos; e para o cargo de 2º SECRETÁRIO: Vereador JOSÉ HILÁRIO MELATO, com 09 (nove) votos. Em seguida, o Sr. Presidente HOMOLOGOU O RESULTADO e declarou a composição da Mesa Diretora para a Sessão Legislativa de 2014, a qual ficou assim constituída: Presidente: MARCELO DE SOUZA BRICK; Vice-Presidente: ANDRÉIA SYMONE ZIMMERMANN NAGEL; 1º Secretário: CIRO ANDRÉ QUINTINO; 2º Secretário: JOSÉ HILÁRIO MELATO. Dando continuidade, nos termos do artigo 28, parágrafo único do Regimento Interno, o Sr. Presidente informou que a posse dos eleitos ocorreria automaticamente em 1º de janeiro de 2014. Ato contínuo, o Sr. Presidente solicitou



uma salva de palmas ao novo Presidente e à nova Mesa Diretora desta Casa de Leis. Após, o Sr. Presidente deixou a PALAVRA LIVRE aos Vereadores que dela quisessem fazer uso, por 03 (três) minutos, a fim de se manifestarem exclusivamente sobre esta sessão, referente à eleição para composição da Mesa Diretora para o exercício de 2014, quando ocorreram os pronunciamentos dos seguintes Vereadores: JOSÉ AMARILDO RAMPELOTTI; HAMILTON GRAF; ANDRÉIA SYMONE ZIMMERMANN NAGEL; IVETE MAFRA HAMMES; JAIME KIRCHNER; CIRO ANDRÉ QUINTINO; GIOVANO BORGES; MARLI IRACEMA SONTAG; DANIEL FERNANDES DOS REIS; LUIS CARLOS SPENGLER FILHO; MARCELO DE SOUZA BRICK; ANTONIO CARLOS DALSOCHIO; e JOSÉ HILÁRIO MELATO. Como não havia mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente sessão, específica para a Eleição da Mesa Diretora para o exercício de 2014 e convocou a próxima reunião ordinária para o dia 04 de fevereiro de 2014, às 15h30min. Para constar, foi lavrada a presente Ata resumida, que será apreciada pela atual Mesa Diretora.

Observação: esta sessão foi gravada na íntegra e está disponível para consulta na Secretaria e no site da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Gaspar, 17 de dezembro de 2013.  
José Hilário Melato  
Presidente

Antônio Carlos Dalsochio  
1º Secretário

#### **Aviso de Sessão Pública**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR  
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 14/2014 se reunirá em Sessão Pública no dia 27/3/2014, às 14h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar os requerimentos de credenciamento e os documentos apresentados pelas empresas Rádio Ativa FM Ltda., CNPJ nº 81.572.489/0001-78, e Rádio Sentinela do Vale Ltda. - ME, CNPJ nº 83.747.949/0001-87, requerentes nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS EMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO AM E FM para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo. Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal das empresas citadas.

Gaspar/SC, 21 de março 2014.  
Marcelo de Souza Brick  
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

## Grão Pará

### PREFEITURA

#### **Edital de Chamada Pública 1/2014 - Rádios**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará  
Estado de Santa Catarina  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 42/2014

Edital de CHAMADA PÚBLICA n. 1/2014

Objeto: CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS PARTICULARES CUJO SINAL TENHA ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO Data e Horário de Abertura: 14/04/2014, às 13:30 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Comissão de Licitação.

Grão-Pará/ SC, 12 de março de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

#### **Edital de Pregão 15/2014 Jornais**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará  
Estado de Santa Catarina  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 43/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 15/2014-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE JORNAIS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS LEGAIS E OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA O ANO DE 2014. Data e Horário de Abertura: 9/04/2014, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 12 de março de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

**Guaramirim****PREFEITURA****Aviso de Licitação**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital: Pregão - 7/2014

Tipo : Menor Preço.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓDULO HABITACIONAL SANITARIO PARA ATENDER ALUNOS DA ESCOLA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Entrega dos Envelopes: 03/04/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 03/04/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 21/03/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****Dispensa de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 328/2013.

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica a aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 60.000 km do veículo Fiat/ Palio Week Trekking 4073 MLV 3679, utilizado pela Policia Militar do município de Guarujá do Sul.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA.

Valor Total - R\$ 835,39 ( Material – R\$ 577,79 - Serviço R\$ 257,60 )

Guarujá do Sul, SC, 21 de março de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Extrato Contrato Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 004/2014 DE 28/02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Electrolux da Amazonia Ltda

OBJETO: aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares – Creche Pró Infância.

VALOR R\$ 656,96

PRAZO : 45 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Cintia Wagner da Silva - Pela contratada

### Extrato Contrato Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 003/2014 DE 28/02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.

OBJETO: aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares – Creche Pró Infância.

VALOR R\$ 4.100,00

PRAZO : 45 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual

Herval d'Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Valdemar Abila - Pela contratada

### Portaria Nº 390/2014

PORTARIA Nº 390/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor JULIO PASQUAL RIGO (Matr. 3846), a partir de 11 de março de 2014, para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, em substituição à Servidora Ana Amélia

Herter, a qual se encontra em Licença para Tratamento de Saúde, enquanto perdurar seu afastamento, aprovado e classificado em 10º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 – SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Março de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### Ordem de Serviço Nº 001/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

EXTRATO ORDEM SERVIÇO Nº 001/2014

PL 0067/2013 CC 002/2013 - Contrato 012/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Policeno Comércio de Pedra Ltda. ME

Objeto: Pavimentação em paralelepípedos da Estrada Municipal Serra Alta (compreendendo desde o final do calçamento existente até o limite final do perímetro urbano) Estrada Municipal Barra Verde (trecho Compreendido desde o final do pavimento existente até o britador municipal) e rua Sebastião Antonio da Silva, no bairro Santo Antonio.

Prazo de Conclusão: 180 dias

Herval d'Oeste 24 de março de 2014

Nelson Guindani

Prefeito

José Luis Policeno da Silva - Sócio Administrador - Contratada

Luiz H.G.D.Valgrande

Analista de Execução de Obras Públicas

# Ibiam

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 031/2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 031/14 DE 19/03/2014.

“ ESTABELECE CONDIÇÕES PARA A REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM– Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º As Edificações e Benfeitorias erigidas no Perímetro Urbano da Cidade de Ibiam, cujo término tenha ocorrido até 31 de Dezembro de 2004, e que estão em desacordo com as Normas estabelecidas na Lei Complementar 008/2004 de 17 de Novembro de 2004, que institui o Código de Obras, quer sejam Normas Atuais ou Pretéritas, são passíveis de regularização, através de procedimentos instituídos por esta Lei Complementar.

Art. 2.º Os interessados deverão Requerer junto ao Setor de Tributação e Arrecadação, anexando ao Requerimento cópia dos seguintes Documentos:

- Matrícula atualizada do Imóvel.

- Declaração dos Confrontantes atestando que a Construção foi edificada anteriormente a Novembro de 2004.

- Eventual Comprovante de consumo de água, luz, telefone relativo a períodos pretéritos a Novembro /2004.

Art. 3.º Não serão objeto de Regularização as construções que:

I – Não respeitem os recuos laterais mínimos para efeito de colocação de janelas e aberturas;

II – Foram edificadas nas divisas com materiais passíveis de combustão.

III – Desrespeitem o recuo frontal, excetuando-se aquelas que não causem prejuízo ao passeio ou vias Públicas.

IV – Desrespeitem o alinhamento mínimo de 1,50 (Hum metro e cinquenta centímetros) – lateral e fundos.

V – Contrariem normas sanitárias.

VI – Contrariem legislação hierarquicamente superior.

Art. 4.º O Requerimento será analisado pelo Departamento de Engenharia da AMARP, que emitira Parecer Técnico sobre o enquadramento do pedido.

Art. 5.º Recolhida as taxas previstas no Artigo 142 do Código Tributário, será emitido o Alvará de Regularização para efeito de Averbação na Matrícula do Imóvel junto ao CRI da Comarca.

Art. 6.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 19 DE MARÇO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SEC. MUN. ADM. E FAZENDA

### Chamamento Publico 001 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2014

O Município de Ibiam – SC, faz saber a todos os interessados que encontra-se aberto edital de Chamamento Público 001/2014, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, de acordo com Art. 21 da Lei 11.947/2009, na Resolução FNDE nº 38 de 16/07/2009 e Art. 24 da Lei 8666/93, dos seguintes itens:

Item	Descrição	Un	Valor Unitário R\$
1	Batata salsa, 1 qualidade, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, sem rupturas ou defeitos, limpa	70 kg	7,67
2	Beterraba, 1 qualidade, nova, firme, sem folhas, sem rachadura, isenta de material terroso e umidade externa anormal.	130 kg	2,38
3	Cenoura, 1 qualidade, nova, firme, sem folhas, sem rachadura, isenta de material terroso e umidade externa anormal	120 kg	2,39
4	Feijão preto, tipo 1, grupo 1. Embalagem 1 Kg. Validade mínima de 6 meses	120 kg	4,10
5	Feijão carioca, tipo 1, grupo 1. Embalagem 1 Kg. Validade mínima de 6 meses	40 kg	5,00
6	Laranja de boa qualidade, fresca, livre de sujidades, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, isenta de lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes	280 kg	1,69
7	Maçã gala, 1 qualidade, casaca lisa, de cor brilhante, com grau de maturidade que permita suportar o transporte, manipulação e conservação adequada, apresentando cor, tamanho e formação uniforme, sem manchas, machucadura, sujeira e bolor	180 Kg	4,78
8	Couve flor de 1 qualidade, limpa sem folhas, apresentando grau de evolução completo de tamanho, cor própria, sem partes amarelas com ausência de sujeira, parasitas e larvas.	150 un	3,49
9	Acelga Bem Formada, Firme, Sem Manchas De Apodrecimento, Livre De Sujidades. Peso Mínimo Da Unidade 1,5 Kg	40 un	3,27

10	Tangerina pocan/ murgote de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de sujidades, devendo ser bem desenvolvida, grau de maturação intermediário, sem lesões, perfurações e ou cortes. tamanho médio.	200 kg	4,43
11	Caqui fuyu de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, tamanho médio. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvido, livre de sujidade, sem lesões, perfurações e/ou cortes	180 kg	2,82
12	Melancia Fresca, Com Grau Máximo De Tamanho, Apresentar Grau De Maturação Que Lhe Permita Suportar A Manipulação, Com Aspecto E Cor Própria, Não Deve Conter Sujidades, Não Estar Danificada Por Qualquer Lesão Física Ou Química, Estar Isenta De Umidade.	200 kg	1,31
13	Uva Isabel de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	180 kg	3,00
14	Ameixa de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	180 kg	3,82
15	Pêssego de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	180 kg	3,36
16	Moranga tipo cabotiá, grau de maturação intermediária, consistência firme, isenta de umidade externa anormal e de perfurações. unidade com tamanho médio.	60 kg	2,32
17	Doce cremoso de frutas com polpa de frutas natural, sem conservantes. Com registro no ministério da agricultura. Embalagem de vidro ou plástico atóxico de 1kg. Validade mínima de 6 meses	160 kg	12,09
18	Suco de uva, integral, sem adição de açúcar, não fermentado, não alcoólico, sem conservantes. Forma de fornecimento: embalagem com 1,5 litros. Validade mínima de 12 meses.	260 un	10,50
19	Bolacha caseira, diversos sabores ( amendoim, coco, fubá, laranja, mel, café, aveia) sem recheio e com e/ ou sem cobertura de chocolate ou glacê . Embalagem: saco de plástico, transparente, lacrado e etiquetado, contendo 1 kg. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade, ingredientes, informação nutricional.	200 kg	9,24

20	Pão caseiro fatiado, deve conter cor e odor característico, feito á base de farinha de trigo de primeira qualidade. Deve apresentar boa textura ( não esfarelar ), pesando aproximadamente 1 kg. Embalagem de plástico transparente, fechada. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade , ingredientes, informação nutricional. Data de fabricação do dia da entrega ou 1 dia anterior e apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega.	45 kg	7,95
21	Pão integral fatiado, deve conter cor e odor característico, feito á base de farinha de trigo de primeira qualidade. Deve apresentar boa textura ( não esfarelar ). Embalagem de plástico transparente, fechado, pesando aproximadamente 1 kg. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade ingredientes, informação nutricional. Data de fabricação do dia da entrega ou 1 dia anterior e apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega.	50 kg	9,33
22	Pão de leite fatiado, deve conter cor e odor característico, feito á base de farinha de trigo de primeira qualidade. Deve apresentar boa textura ( não esfarelar ). Embalagem de plástico transparente, fechado., pesando 1 kg. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade ingredientes, informação nutricional Data de fabricação do dia da entrega ou 1 dia anterior e apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega.	65 kg	9,84
23	Macarrão caseiro diversos formatos (espaguete, talharim, canudo ), sem corante, com ovos, embalagem 1 k . Deve conter registro, data de fabricação, data de validade ingredientes, informação nutricional	240 kg	8,00
24	Anholine recheio de frango, sem corante. Embalagem: saco de plástico transparente, lacrado e etiquetado, embalagem até 1 kg. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade ingredientes, informação nutricional.	60 kg	12,00
24	Cuca caseira com cobertura de farofa, sem recheio. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade ingredientes, informação nutricional. Data de fabricação do dia da entrega ou 1 dia anterior e apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega.	65 kg	9,71

26	Pão caseiro, deve conter cor e odor característico, feito á base de farinha de trigo de primeira qualidade. Deve apresentar boa textura ( não esfarelar ). Embalagem de plástico transparente, fechada.,pesando 25 g. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade, ingredientes, informação nutricional Data de fabricação do dia da entrega ou 1 dia anterior e apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega.	55 kg	7,95
27	Pão integral, deve conter cor e odor característico, feito á base de farinha de trigo de primeira qualidade. Deve apresentar boa textura ( não esfarelar ). Embalagem de plástico transparente, fechada, pesando 25 g. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade, ingredientes, informação nutricional Data de fabricação do dia da entrega ou 1 dia anterior e apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega.	30 kg	9,33
28	Pão de leite, deve conter cor e odor característico, feito á base de farinha de trigo de primeira qualidade. Deve apresentar boa textura ( não esfarelar ). Embalagem de plástico transparente, fechada.,pesando 25 g. Deve conter registro, data de fabricação, data de validade, ingredientes, informação nutricional Data de fabricação do dia da entrega ou 1 dia anterior e apresentar validade de 5 dias a partir da data de entrega.	50 kg	9,84
29	Batata inglesa, nova, uniforme, intacta, 1 qualidade, firme e bem desenvolvida, sem rupturas ou defeitos, limpa	130 kg	2,72
30	Cebola de 1 qualidade, nova, com casca sã, sem rupturas. Isenta de umidade externa anormal	130 kg	1,33

O edital completo e demais informações, poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, junto ao setor de Licitações e Cadastro da Prefeitura de Ibiam sito a Rua Travessa Leoniza carvalho Agostini, nº 20, centro ou pelo telefone (49)3534-0044, ou na Secretaria de Educação, durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira. Os envelopes deverão ser protocolados até o dia 09/04/2014 às 08:00 horas, iniciando-se a abertura as 08:15h. do mesmo dia.

Ibiam, 21 de Março de 2014.  
Clovis Jose Busatto  
Prefeito Municipal



RREO 1º Bimestre 2014

Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.930.115,00	9.930.115,00	1.741.387,25	17,54	1.741.387,25	17,54
	9.930.100,00	9.930.100,00	1.741.387,25	17,54	1.741.387,25	17,54
RECEITAS CORRENTES	303.500,00	303.500,00	47.195,72	15,55	47.195,72	15,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	240.000,00	240.000,00	31.929,72	13,30	31.929,72	13,30
IMPOSTOS	43.500,00	43.500,00	15.266,00	35,09	15.266,00	35,09
TAXAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	70.200,00	70.200,00	16.044,28	22,86	16.044,28	22,86
RECEITA PATRIMONIAL	70.200,00	70.200,00	16.044,28	22,86	16.044,28	22,86
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	123.000,00	123.000,00	3.744,52	3,04	3.744,52	3,04
RECEITA DE SERVIÇOS	9.372.300,00	9.372.300,00	1.670.597,22	17,82	1.670.597,22	17,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.282.300,00	9.282.300,00	1.670.597,22	18,00	1.670.597,22	18,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	59.100,00	59.100,00	3.805,51	6,44	3.805,51	6,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.100,00	15.100,00	665,26	4,41	665,26	4,41
Multas e Juros de Mora	20.000,00	20.000,00	85,12	0,43	85,12	0,43
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.000,00	14.000,00	3.055,13	21,82	3.055,13	21,82
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.930.115,00	9.930.115,00	1.741.387,25	17,54	1.741.387,25	17,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual						
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.930.115,00</b>	<b>9.930.115,00</b>	<b>1.741.387,25</b>	<b>17,54</b>	<b>1.741.387,25</b>	<b>17,54</b>
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.930.115,00	9.930.115,00	1.741.387,25	17,54	1.741.387,25	17,54
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	228.383,36	—	—	44.895,28	—
Superávit Financeiro	—	228.383,36	—	—	44.895,28	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>9.930.115,00</b>	<b>277.483,36</b>	<b>10.207.598,36</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>1.153.196,44</b>	<b>1.153.196,44</b>	<b>11,30</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.327.300,00</b>	<b>142.266,67</b>	<b>9.469.566,67</b>	<b>2.559.395,46</b>	<b>2.559.395,46</b>	<b>1.109.218,04</b>	<b>1.109.218,04</b>	<b>11,71</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.595.700,00	113.308,30	5.709.008,30	1.374.371,51	1.374.371,51	837.586,13	837.586,13	14,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	44.000,00	0,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	9.159,71	9.159,71	20,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.687.600,00	28.958,37	3.716.558,37	1.141.023,95	1.141.023,95	262.472,20	262.472,20	7,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>592.815,00</b>	<b>135.216,69</b>	<b>728.031,69</b>	<b>241.344,56</b>	<b>241.344,56</b>	<b>43.978,40</b>	<b>43.978,40</b>	<b>6,04</b>
INVESTIMENTOS	357.315,00	135.216,69	492.531,69	76.019,08	76.019,08	7.639,00	7.639,00	1,55
INVERSOES FINANCEIRAS	10.500,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	225.000,00	0,00	225.000,00	165.325,48	165.325,48	36.339,40	36.339,40	16,15
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>9.930.115,00</b>	<b>277.483,36</b>	<b>10.207.598,36</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>1.153.196,44</b>	<b>1.153.196,44</b>	<b>11,30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ibiom - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>9.930.115,00</b>	<b>277.483,36</b>	<b>10.207.598,36</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>1.153.196,44</b>	<b>1.153.196,44</b>	<b>11,30</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>588.190,81</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>9.930.115,00</b>	<b>277.483,36</b>	<b>10.207.598,36</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>2.800.740,02</b>	<b>1.153.196,44</b>	<b>1.741.387,25</b>	<b>11,30</b>

FONTE:

Ibiom, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
Contadora

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Ibiam, 21/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinaki Coser  
Contadora

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/MÊS FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	300,00	0,00	0,00	300,00
Investimentos	300,00	0,00	0,00	300,00
<b>TOTAL</b>	300,00	0,00	0,00	300,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinakli Coser  
Contadora



Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	247.100,00	247.100,00	32.577,17	13,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	5.439,48	18,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	7.583,15	15,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	18.907,09	17,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.600,00	1.600,00	19,47	1,22
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	495,29	12,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.500,00	1.500,00	132,69	8,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.026.000,00	10.026.000,00	1.867.919,49	18,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.000.000,00	6.000.000,00	1.230.024,26	20,50
Cota-Parte FPM	2.000,00	2.000,00	24,16	1,21
Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	20.717,51	17,26
Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	605.373,24	16,82
Cota-Parte ICMS	50.000,00	50.000,00	9.159,00	18,32
Cota-Parte IPI-Exportação	254.000,00	254.000,00	2.621,32	1,03
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.000,00	24.000,00	2.621,32	10,92
Desoneração ICMS (LC 87/96)	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00
Outras				
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>10.273.100,00</b>	<b>10.273.100,00</b>	<b>1.900.496,66</b>	<b>18,50</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	396.100,00	396.100,00	52.430,65	13,24
Provenientes da União	396.100,00	396.100,00	52.430,65	13,24
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.500,00	2.500,00	1.189,91	47,60
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>398.602,00</b>	<b>398.602,00</b>	<b>53.620,56</b>	<b>13,45</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.145.065,00	2.155.791,71	605.046,98	28,07	261.543,29	12,13
Pessoal e Encargos Sociais	1.141.000,00	1.141.000,00	259.011,11	22,70	181.247,11	15,88
Outras Despesas Correntes	1.004.065,00	1.014.791,71	346.035,87	34,10	80.296,18	7,91

Continua 1/4



Município de Ibiom - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	5.296,62	-5.296,62	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	5.296,62	-5.296,62	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica	2.179.367,00	2.244.762,27	605.277,98	100,00	261.774,29	100,00		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Vigilância Sanitária	12.200,00	12.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	2.204.067,00	2.269.462,27	605.277,98	100,00	261.774,29	100,00		

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1001

Continua 3/4

Município de Ibiã - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

.....

Ibiã, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinakli Coser  
Contadora

Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	247.100,00	247.100,00	32.577,17	13,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	5.439,48	18,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	7.583,15	15,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.000,00	110.000,00	18.907,09	17,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.600,00	1.600,00	19,47	1,22
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	495,29	12,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.500,00	1.500,00	132,69	8,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.026.000,00	10.026.000,00	1.867.919,49	18,63
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.000.000,00	6.000.000,00	1.230.024,26	20,50
Cota-Parte FPM	2.000,00	2.000,00	24,16	1,21
Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	20.717,51	17,26
Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	605.373,24	16,82
Cota-Parte ICMS	50.000,00	50.000,00	9.159,00	18,32
Cota-Parte IPI-Exportação	254.000,00	254.000,00	2.621,32	1,03
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.000,00	24.000,00	2.621,32	10,92
Desoneração ICMS (LC 87/96)	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.273.100,00	10.273.100,00	1.900.496,66	18,50

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	396.100,00	396.100,00	52.430,65	13,24
Provenientes da União	396.100,00	396.100,00	52.430,65	13,24
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.500,00	2.500,00	1.189,91	47,60
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	398.602,00	398.602,00	53.620,56	13,45

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.145.065,00	2.155.791,71	605.046,98	28,07	261.543,29	12,13
Pessoal e Encargos Sociais	1.141.000,00	1.141.000,00	259.011,11	22,70	181.247,11	15,88
Outras Despesas Correntes	1.004.065,00	1.014.791,71	346.035,87	34,10	80.296,18	7,91

Continua 1/4

Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	59.002,00	113.670,56	231,00	0,20	231,00	0,20
	59.002,00	113.670,56	231,00	0,20	231,00	0,20
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.204.067,00	2.269.462,27	605.277,98	26,67	261.774,29	11,53
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			397.102,00	397.102,00	51.653,54	8,53
			396.100,00	396.100,00	51.653,54	8,53
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			1.002,00	1.002,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			-	-	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	397.102,00	397.102,00	51.653,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.806.965,00	1.872.360,27	553.624,44	18,14	244.384,75	4,89
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						
-40.689,75						

Continua 2/4



Município de Ibiara - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	5.296,62	-5.296,62	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	5.296,62	-5.296,62	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica		2.179.367,00	2.244.762,27	605.277,98		100,00	261.774,29	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.500,00	2.500,00	0,00		0,00	0,00	
Vigilância Sanitária		12.200,00	12.200,00	0,00		0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica		10.000,00	10.000,00	0,00		0,00	0,00	
TOTAL		2.204.067,00	2.269.462,27	605.277,98		100,00	261.774,29	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $I/(h+i) - (15 \times IIIb)/100I$

Continua 3/4

Município de Ibiã - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Assinado digitalmente por Clóvis José Busatto em 18/03/2014 às 14:05:11.

Ibiã, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinakli Coser  
Contadora

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Ibiam, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Elza Rinaldi Coser  
Contadora

Município de Ibiam - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial	—		9.930.115,00	
Previsão Atualizada	—		9.930.115,00	
Receitas Realizadas	1.741.387,25		1.741.387,25	
Déficit Orçamentário	—		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		44.895,28	
DESPESAS				
Dotação Inicial	—		9.930.115,00	
Créditos Adicionais	—		277.483,36	
Dotação Atualizada	—		10.207.598,36	
Despesas Empenhadas	2.800.740,02		2.800.740,02	
Despesas Liquidadas	1.153.196,44		1.153.196,44	
Superavit Orçamentário	—		588.190,81	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.800.740,02	2.800.740,02	
Despesas Liquidadas		1.153.196,44	1.153.196,44	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.343.404,87	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-277.000,00	-638.075,38	230,35
Resultado Primário		198.800,00	617.645,64	310,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	21.925,65	0,00	21.820,65	105,00
EXECUTIVO	21.925,65	0,00	21.820,65	105,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	55.433,82	148,20	9.230,43	46.055,19
EXECUTIVO	55.120,63	148,20	8.917,24	46.055,19
LEGISLATIVO	313,19	0,00	313,19	0,00
TOTAL:	77.359,47	148,20	31.051,08	46.160,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		481.453,17	25%	25,33
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		32.544,02	60%	34,39
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		43.978,40	684.053,29	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Ibiam - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	300,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	244.384,75	15,00	12,86
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

\_\_\_\_\_  
 Clóvis José Busatto  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 Elza Rinaldi Coser  
 Contadora

Município de Ibiom - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	11,30
Legislativa	540.000,00	540.000,00	453.899,47	453.899,47	71.559,07	71.559,07	6,21	13,25
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	453.899,47	453.899,47	71.559,07	71.559,07	6,21	13,25
Administração	1.689.000,00	1.689.000,00	432.817,87	432.817,87	208.820,56	208.820,56	18,11	12,36
Administração Geral	1.689.000,00	1.689.000,00	432.817,87	432.817,87	208.820,56	208.820,56	18,11	12,36
Segurança Pública	45.100,00	63.228,99	4.085,70	4.085,70	3.171,60	3.171,60	0,28	5,02
Policimento	45.100,00	63.228,99	4.085,70	4.085,70	3.171,60	3.171,60	0,28	5,02
Assistência Social	373.501,00	385.082,88	68.196,03	68.196,03	39.365,27	39.365,27	3,41	10,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	358.501,00	370.082,88	68.196,03	68.196,03	39.365,27	39.365,27	3,41	10,64
Previdência Social	510.000,00	510.000,00	65.559,39	65.559,39	65.559,39	65.559,39	5,69	12,85
Previdência Básica	510.000,00	510.000,00	65.559,39	65.559,39	65.559,39	65.559,39	5,69	12,85
Saúde	2.245.567,00	2.311.997,06	609.448,01	609.448,01	263.552,73	263.552,73	22,85	11,40
Atenção Básica	2.179.367,00	2.244.762,27	605.277,98	605.277,98	261.774,29	261.774,29	22,70	11,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	40.500,00	41.534,79	4.170,03	4.170,03	1.778,44	1.778,44	0,15	4,28
Educação	1.962.078,00	1.980.036,12	345.149,50	345.149,50	220.473,37	220.473,37	19,12	11,13
Ensino Fundamental	1.513.077,00	1.531.035,12	244.659,22	244.659,22	180.850,33	180.850,33	15,68	11,81
Ensino Médio	53.000,00	53.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	356.001,00	356.001,00	52.490,28	52.490,28	39.623,04	39.623,04	3,44	11,13
Cultura	54.000,00	54.000,00	2.618,36	2.618,36	2.618,36	2.618,36	0,23	4,85
Diffusão Cultural	54.000,00	54.000,00	2.618,36	2.618,36	2.618,36	2.618,36	0,23	4,85
Urbanismo	138.002,00	195.550,13	145.965,08	145.965,08	11.692,62	11.692,62	1,01	5,98
Infra-Estrutura Urbana	15.001,00	72.549,13	65.965,08	65.965,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	123.001,00	123.001,00	80.000,00	80.000,00	11.692,62	11.692,62	1,01	9,51
Habitação	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Ibiá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	11,30
Saneamento	130.002,00	130.002,00	13.872,53	13.872,53	13.872,53	13.872,53	1,20	10,67
Saneamento Básico Rural	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	125.001,00	125.001,00	13.872,53	13.872,53	13.872,53	13.872,53	1,20	11,10
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	510.501,00	520.501,00	118.911,33	118.911,33	53.544,69	53.544,69	4,64	10,29
Extensão Rural	485.500,00	485.500,00	118.911,33	118.911,33	53.544,69	53.544,69	4,64	11,03
Promoção da Produção Agropecuária	25.001,00	35.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.249.362,00	1.249.362,00	148.530,27	148.530,27	106.160,08	106.160,08	9,21	8,50
Transporte Rodoviário	1.249.362,00	1.249.362,00	148.530,27	148.530,27	106.160,08	106.160,08	9,21	8,50
Desporto e Lazer	47.000,00	47.000,00	4.675,00	4.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	47.000,00	47.000,00	4.675,00	4.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	399.000,00	494.836,18	387.011,48	387.011,48	92.806,17	92.806,17	8,05	18,75
Outros Encargos Especiais	399.000,00	494.836,18	387.011,48	387.011,48	92.806,17	92.806,17	8,05	18,75

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ibiam - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	9.054.401,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	9.054.401,92

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
Contadora

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Ibiom - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	11,30
Legislativa	540.000,00	540.000,00	453.899,47	453.899,47	71.559,07	71.559,07	6,21	13,25
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	453.899,47	453.899,47	71.559,07	71.559,07	6,21	13,25
Administração	1.689.000,00	1.689.000,00	432.817,87	432.817,87	208.820,56	208.820,56	18,11	12,36
Administração Geral	1.689.000,00	1.689.000,00	432.817,87	432.817,87	208.820,56	208.820,56	18,11	12,36
Segurança Pública	45.100,00	63.228,99	4.085,70	4.085,70	3.171,60	3.171,60	0,28	5,02
Policimento	45.100,00	63.228,99	4.085,70	4.085,70	3.171,60	3.171,60	0,28	5,02
Assistência Social	373.501,00	385.082,88	68.196,03	68.196,03	39.365,27	39.365,27	3,41	10,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	358.501,00	370.082,88	68.196,03	68.196,03	39.365,27	39.365,27	3,41	10,64
Previdência Social	510.000,00	510.000,00	65.559,39	65.559,39	65.559,39	65.559,39	5,69	12,85
Previdência Básica	510.000,00	510.000,00	65.559,39	65.559,39	65.559,39	65.559,39	5,69	12,85
Saúde	2.245.567,00	2.311.997,06	609.448,01	609.448,01	263.552,73	263.552,73	22,85	11,40
Atenção Básica	2.179.367,00	2.244.762,27	605.277,98	605.277,98	261.774,29	261.774,29	22,70	11,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	40.500,00	41.534,79	4.170,03	4.170,03	1.778,44	1.778,44	0,15	4,28
Educação	1.962.078,00	1.980.036,12	345.149,50	345.149,50	220.473,37	220.473,37	19,12	11,13
Ensino Fundamental	1.513.077,00	1.531.035,12	244.659,22	244.659,22	180.850,33	180.850,33	15,68	11,81
Ensino Médio	53.000,00	53.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	356.001,00	356.001,00	52.490,28	52.490,28	39.623,04	39.623,04	3,44	11,13
Cultura	54.000,00	54.000,00	2.618,36	2.618,36	2.618,36	2.618,36	0,23	4,85
Diffusão Cultural	54.000,00	54.000,00	2.618,36	2.618,36	2.618,36	2.618,36	0,23	4,85
Urbanismo	138.002,00	195.550,13	145.965,08	145.965,08	11.692,62	11.692,62	1,01	5,98
Infra-Estrutura Urbana	15.001,00	72.549,13	65.965,08	65.965,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	123.001,00	123.001,00	80.000,00	80.000,00	11.692,62	11.692,62	1,01	9,51
Habitação	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiara - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Saneamento	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	11,30
Saneamento Básico Rural	130.002,00	130.002,00	13.872,53	13.872,53	13.872,53	13.872,53	1,20	10,67
Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	125.001,00	125.001,00	13.872,53	13.872,53	13.872,53	13.872,53	1,20	11,10
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	510.501,00	520.501,00	118.911,33	118.911,33	53.544,69	53.544,69	4,64	10,29
Extensão Rural	485.500,00	485.500,00	118.911,33	118.911,33	53.544,69	53.544,69	4,64	11,03
Promoção da Produção Agropecuária	25.001,00	35.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	20.001,00	20.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.249.362,00	1.249.362,00	148.530,27	148.530,27	106.160,08	106.160,08	9,21	8,50
Transporte Rodoviário	1.249.362,00	1.249.362,00	148.530,27	148.530,27	106.160,08	106.160,08	9,21	8,50
Desporto e Lazer	47.000,00	47.000,00	4.675,00	4.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	47.000,00	47.000,00	4.675,00	4.675,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	399.000,00	494.836,18	387.011,48	387.011,48	92.806,17	92.806,17	8,05	18,75
Outros Encargos Especiais	399.000,00	494.836,18	387.011,48	387.011,48	92.806,17	92.806,17	8,05	18,75

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ibiam - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	11,30	9.054.401,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.930.115,00	10.207.598,36	2.800.740,02	2.800.740,02	1.153.196,44	1.153.196,44	100,00	11,30	9.054.401,92

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
Contadora

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de Itaim - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

REO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Agô/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>711.248,89</b>	<b>801.092,78</b>	<b>1.005.674,23</b>	<b>907.047,69</b>	<b>797.207,25</b>	<b>865.790,41</b>	<b>914.437,99</b>	<b>806.839,07</b>	<b>963.058,11</b>	<b>1.246.207,49</b>	<b>1.051.690,79</b>	<b>1.063.279,99</b>	<b>11.156.574,69</b>	<b>11.886.300,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		12.912,67	6.161,00	55.056,16	54.264,46	34.471,05	26.458,04	19.144,30	32.328,90	25.835,35	42.471,53	15.088,69	32.107,03	356.339,18	303.500,00
I.P.T.U.		700,00	2.366,82	8.170,31	26.088,19	4.851,84	3.913,60	302,93	1.076,67	594,20	596,29	0,00	0,00	48.600,85	50.000,00
I.R.R.F.		0,00	67,00	40.380,45	7.620,42	16.419,32	16.218,23	11.009,57	16.498,46	12.465,74	27.296,60	7.633,46	10.979,63	166.344,05	110.000,00
I.S.S.		4.046,40	2.193,55	2.863,00	11.747,62	7.111,37	5.517,90	5.699,57	7.857,19	6.472,71	11.930,88	2.539,44	5.043,71	73.159,84	50.000,00
I.T.B.U.		0,00	500,00	967,42	1.940,00	3.372,25	906,88	906,88	5.937,75	4.895,28	2.400,00	3.200,00	2.239,48	26.383,06	30.000,00
Outras Receitas Tributárias		8.186,27	1.004,63	2.714,98	6.887,23	2.716,27	808,51	1.089,38	988,83	1.406,92	377,56	1.415,79	13.850,21	41.376,38	65.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL		2.289,79	3.613,39	3.460,86	-16.353,62	11.881,32	3.404,99	3.255,49	3.820,56	7.341,63	7.987,67	5.879,60	10.164,48	46.593,16	70.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		5.599,18	6.236,13	9.668,94	9.835,47	10.719,98	17.169,59	13.286,94	23.990,45	13.690,85	17.223,16	2.212,82	1.531,70	131.118,21	123.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		686.524,66	782.688,41	934.592,01	865.584,05	736.344,26	817.632,12	877.045,94	744.043,89	933.606,50	1.153.746,56	1.026.442,29	1.017.739,46	10.598.391,15	11.331.500,00
Cota-Parte do F.P.M.		355.613,96	381.780,35	545.956,47	457.684,94	325.916,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	595.993,66	594.831,36	635.192,90	5.427.827,11	6.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		238.994,21	285.726,62	283.946,63	265.970,02	264.017,66	276.815,55	294.112,54	279.688,08	320.262,20	312.691,16	310.213,05	286.160,19	3.425.569,91	3.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		9.489,02	12.760,91	13.494,08	11.742,98	16.435,61	15.003,92	13.259,01	13.034,95	9.804,37	5.361,85	7.301,96	13.215,55	141.041,21	120.000,00
Cota-Parte do ITR.		0,00	12,40	37,42	6,24	0,00	6,44	956,41	689,23	25,50	0,00	24,16	0,00	1.757,80	2.000,00
Outras Transferências Correntes		45.912,41	50.980,48	37.695,57	54.672,77	84.657,95	50.908,95	167.340,12	50.204,53	59.380,86	275.088,07	59.961,48	22.195,39	990.007,58	985.500,00
Transferências de LC 61/1989		3.350,76	3.072,44	4.191,51	4.303,07	4.236,63	4.335,36	4.125,49	4.410,18	4.892,04	5.228,56	4.359,85	4.199,15	51.447,04	50.000,00
Transferências de LC 87/1996		0,00	5.169,94	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.299,73	1.310,66	1.310,66	18.216,10	24.000,00
Transferências do FUNDEB		36.994,30	43.147,27	45.478,60	60.324,30	39.778,86	42.932,40	43.277,35	42.053,48	47.337,92	47.093,53	47.639,77	46.464,62	542.522,40	550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.942,59	2.193,85	2.856,46	3.317,33	3.790,64	2.125,67	1.705,32	4.695,27	2.591,78	24.775,57	2.867,19	1.738,32	53.799,99	59.100,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>121.123,43</b>	<b>137.710,10</b>	<b>170.283,38</b>	<b>148.197,19</b>	<b>122.381,26</b>	<b>144.757,95</b>	<b>133.285,46</b>	<b>130.356,97</b>	<b>165.377,75</b>	<b>166.112,80</b>	<b>183.768,01</b>	<b>189.815,52</b>	<b>1.813.169,82</b>	<b>1.959.200,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		121.123,43	137.710,10	170.283,38	148.197,19	122.381,26	144.757,95	133.285,46	130.356,97	165.377,75	166.112,80	183.768,01	189.815,52	1.813.169,82	1.959.200,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>590.125,46</b>	<b>663.382,68</b>	<b>835.390,85</b>	<b>758.850,50</b>	<b>674.825,99</b>	<b>722.032,46</b>	<b>781.152,53</b>	<b>676.482,10</b>	<b>817.680,36</b>	<b>1.080.094,69</b>	<b>867.922,78</b>	<b>873.464,47</b>	<b>9.343.404,87</b>	<b>9.930.100,00</b>
FONTE:															
Itaim, 18/03/2014															
Cláudio José Busatto Prefeito Municipal															
Elza Rita da Costa Contadora															



Município de Itiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Itaim - SC

Continuação 2/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Itiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00
FONTE:					
Itiam, 18/03/2014					
Clóvis José Busatto Prefeito Municipal	Elza Rinaldi Coser Contadora				

Município de Itiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	R\$ 1,00
RECEITAS								
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECEITAS CORRENTES								
Recarga de Contribuições dos Segurados								
Pessoal Civil								
Ativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00		0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar				0,00		0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00		0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial				0,00		0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições				0,00		0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial				0,00		0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				0,00		0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários				0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais				0,00		0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços				0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes				0,00		0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				0,00		0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes				0,00		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL								
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				0,00		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos				0,00		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital				0,00		0,00	0,00	0,00
(4) DEDUÇÕES DA RECEITA				0,00		0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
RECEITAS CORRENTES								
Recarga de Contribuições Patronais				0,00		0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil				0,00		0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00		0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar				0,00		0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00		0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00		0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial				0,00		0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Itaim - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Itiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00
FONTE:					
Itiam, 18/03/2014					
Clóvis José Busatto Prefeito Municipal	Elza Rinaldi Coser Contadora				



Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	400.357,60	400.357,60	364.018,20
DEDUÇÕES (II)	1.360.880,78	1.360.880,78	1.962.616,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.382.806,43	1.382.806,43	2.041.034,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	21.925,65	21.925,65	78.417,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-960.523,18	-960.523,18	-1.598.598,56
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-960.523,18</b>	<b>-960.523,18</b>	<b>-1.598.598,56</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-638.075,38</b>	<b>-638.075,38</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-277.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
Contadora

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>9.859.900,00</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.492.124,91</b>
Receita Tributária	303.500,00	47.195,72	47.195,72	16.504,89
I.P.T.U.	50.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	50.000,00	7.583,15	7.583,15	6.211,88
I.T.B.I.	30.000,00	5.439,48	5.439,48	1.080,00
I.R.R.F.	110.000,00	18.907,09	18.907,09	224,85
Outras Receitas Tributárias	63.500,00	15.266,00	15.266,00	8.988,16
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	70.200,00	16.044,28	16.044,28	21.462,68
(-) Aplicações Financeiras	70.200,00	16.044,28	16.044,28	21.462,68
Transferências Correntes	9.372.300,00	1.670.597,22	1.670.597,22	1.460.504,90
F.P.M.	4.800.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
I.C.M.S.	2.880.000,00	484.298,77	484.298,77	434.692,70
Convênios	90.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.602.300,00	202.278,97	202.278,97	164.197,77
Demais Receitas Correntes	184.100,00	7.550,03	7.550,03	15.115,12
Dívida Ativa	14.000,00	3.055,13	3.055,13	6.213,00
Diversas Receitas Correntes	170.100,00	4.494,90	4.494,90	8.902,12
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>15,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>97.100,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15,00	0,00	0,00	97.100,00
Convênios	15,00	0,00	0,00	97.100,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>15,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>97.100,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>9.859.915,00</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.589.224,91</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>9.469.566,67</b>	<b>1.109.218,04</b>	<b>1.109.218,04</b>	<b>946.627,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.709.008,30	837.586,13	837.586,13	719.961,08
Juros e Encargos da Dívida (IX)	44.000,00	9.159,71	9.159,71	5.233,89
Outras Despesas Correntes	3.716.558,37	262.472,20	262.472,20	221.432,03
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>9.425.566,67</b>	<b>1.100.058,33</b>	<b>1.100.058,33</b>	<b>941.393,11</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>728.031,69</b>	<b>43.978,40</b>	<b>43.978,40</b>	<b>46.156,89</b>
Investimentos	492.531,69	7.639,00	7.639,00	32.268,91
Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	225.000,00	36.339,40	36.339,40	13.887,98
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>503.031,69</b>	<b>7.639,00</b>	<b>7.639,00</b>	<b>32.268,91</b>

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>9.938.598,36</b>	<b>1.107.697,33</b>	<b>1.107.697,33</b>	<b>973.662,02</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-78.683,36</b>	<b>617.645,64</b>	<b>617.645,64</b>	<b>615.562,89</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	44.895,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	44.895,28	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>198.800,00</b>

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

\_\_\_\_\_  
Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Elza Rinaldi Coser  
Contadora

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>9.859.900,00</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.492.124,91</b>
Receita Tributária	303.500,00	47.195,72	47.195,72	16.504,89
I.P.T.U.	50.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	50.000,00	7.583,15	7.583,15	6.211,88
I.T.B.I.	30.000,00	5.439,48	5.439,48	1.080,00
I.R.R.F.	110.000,00	18.907,09	18.907,09	224,85
Outras Receitas Tributárias	63.500,00	15.266,00	15.266,00	8.988,16
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	70.200,00	16.044,28	16.044,28	21.462,68
(-) Aplicações Financeiras	70.200,00	16.044,28	16.044,28	21.462,68
Transferências Correntes	9.372.300,00	1.670.597,22	1.670.597,22	1.460.504,90
F.P.M.	4.800.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
I.C.M.S.	2.880.000,00	484.298,77	484.298,77	434.692,70
Convênios	90.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.602.300,00	202.278,97	202.278,97	164.197,77
Demais Receitas Correntes	184.100,00	7.550,03	7.550,03	15.115,12
Dívida Ativa	14.000,00	3.055,13	3.055,13	6.213,00
Diversas Receitas Correntes	170.100,00	4.494,90	4.494,90	8.902,12
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>15,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>97.100,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	15,00	0,00	0,00	97.100,00
Convênios	15,00	0,00	0,00	97.100,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>15,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>97.100,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>9.859.915,00</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.725.342,97</b>	<b>1.589.224,91</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>9.469.566,67</b>	<b>1.109.218,04</b>	<b>1.109.218,04</b>	<b>946.627,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.709.008,30	837.586,13	837.586,13	719.961,08
Juros e Encargos da Dívida (IX)	44.000,00	9.159,71	9.159,71	5.233,89
Outras Despesas Correntes	3.716.558,37	262.472,20	262.472,20	221.432,03
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>9.425.566,67</b>	<b>1.100.058,33</b>	<b>1.100.058,33</b>	<b>941.393,11</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>728.031,69</b>	<b>43.978,40</b>	<b>43.978,40</b>	<b>46.156,89</b>
Investimentos	492.531,69	7.639,00	7.639,00	32.268,91
Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.500,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	225.000,00	36.339,40	36.339,40	13.887,98
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>503.031,69</b>	<b>7.639,00</b>	<b>7.639,00</b>	<b>32.268,91</b>

Município de Ibiam - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>9.938.598,36</b>	<b>1.107.697,33</b>	<b>1.107.697,33</b>	<b>973.662,02</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-78.683,36</b>	<b>617.645,64</b>	<b>617.645,64</b>	<b>615.562,89</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	44.895,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	44.895,28	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>198.800,00</b>

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

\_\_\_\_\_  
 Clóvis José Busatto  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 Elza Rinaldi Coser  
 Contadora

Município de Itaim - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	21.925,65	21.820,65	-	105,00	-	55.433,62	10.855,68	9.230,43	148,20	46.055,19
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	21.925,65	21.820,65	0,00	105,00	0,00	55.120,63	10.542,49	8.917,24	148,20	46.055,19
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	20.055,28	20.055,28	0,00	0,00	0,00	13.709,07	5.245,87	3.620,62	148,20	9.940,25
FUNDOS MUNICIPAIS	0,00	1.870,37	1.765,37	0,00	105,00	0,00	41.411,56	5.296,62	5.296,62	0,00	36.114,94
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313,19	313,19	313,19	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313,19	313,19	313,19	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	21.925,65	21.820,65	0,00	105,00	0,00	55.433,62	10.855,68	9.230,43	148,20	46.055,19

FONTE:

Itaim, 18/03/2014

Clevis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
Contadora



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE IBIAM**

 Controle Interno  
 Fevereiro/2014  
 001/001

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
**NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Constituição Federal, Art. nº 212 e LDB, Art. nº 72

**Anexo 02**

<b>1 - RECEITAS</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	<b>% Aplicação</b>
<b>I) IMPOSTOS MUNICIPAIS</b>	<b>18.903,44</b>	<b>32.577,17</b>	<b>8.144,29</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	0,00	0,00	0,00
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	10.973,63	18.907,09	4.726,77
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	2.239,48	5.439,48	1.359,87
ISS - Imposto Sobre Serviços	5.043,71	7.583,15	1.895,79
Multas e Juros de Mora de Impostos	18,64	19,47	4,87
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	132,69	132,69	33,17
Dívida Ativa de Impostos	495,29	495,29	123,82
<b>II) TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>312.574,89</b>	<b>635.249,75</b>	<b>158.812,44</b>
Cota Parte do ICMS	295.160,19	605.373,24	151.343,31
Cota Parte do IPVA	13.215,55	20.717,51	5.179,38
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	4.199,15	9.159,00	2.289,75
<b>III) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>636.503,56</b>	<b>1.232.669,74</b>	<b>308.167,44</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	635.192,90	1.230.024,26	307.506,07
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	24,16	6,04
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	1.310,66	2.621,32	655,33
<b>IV) TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (I+II+III)</b>	<b>967.981,89</b>	<b>1.900.496,66</b>	<b>475.124,17</b>
<b>V) TOTAL A SER APLICADO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>			<b>475.124,17</b>

<b>2 - FUNDEB</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
<b>VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB</b>	<b>46.464,62</b>	<b>94.104,39</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	46.464,62	94.104,39
<b>VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>	<b>189.815,52</b>	<b>373.583,53</b>
Cota Parte do ICMS	-59.031,97	-121.074,47
Cota Parte do IPVA	-2.643,03	-4.143,38
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	-839,84	-1.831,81
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-127.038,55	-246.004,78
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	-4,83
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	-262,13	-524,26
<b>VIII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB (VI-VII) - PERDA</b>	<b>-143.350,90</b>	<b>-279.479,14</b>

<b>3-DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
12.361 - Ensino Fundamental	82.587,09	180.850,33
12.365 - Ensino Infantil	16.029,91	39.623,04
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00	0,00
<b>IX) TOTAL DAS DESP. C/ MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>98.617,00</b>	<b>220.473,37</b>

<b>4 - DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSID. P/ FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
Resultado Líquido da Transferência do FUNDEB - Perda (VIII)	-143.350,90	-279.479,14
0119 - Exerc. Ant. Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outr	17.958,12	17.958,12
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>	<b>-125.392,78</b>	<b>-261.521,02</b>

<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
(+) Saldo Financeiro - 31/12/2012	0,00	0,00
(-) Saldo Financeiro - / /	0,00	0,00
<b>XI) SALDO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>6 - RESUMO</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	967.981,89	1.900.496,66
Despesas por Função/Subfunção (IX)	98.617,00	220.473,37
Deduções (X+XI)	-125.392,78	-261.521,02
Despesas Para Efeito de Cálculo ((IX) - (X+XI))	224.009,78	481.994,39
Mínimo à ser Aplicado (V)	241.995,47	475.124,17
Aplicado à Maior	-17.985,69	6.870,22
Percentual Aplicado ((IX) - (X+XI)) / (IV) x 100	23,14	25,36
Superávit	1,86	0,36

MUNICÍPIO DE IBIAM(SC), 21 de Março de 2014

 Flavia Lenita Pelentir  
 Responsável Controle Interno

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	728.031,69	43.978,40	0,00	684.053,29
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	728.031,69	43.978,40	0,00	684.053,29
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-728.031,69	-43.978,40		-684.053,29

FONTE:

Ibiam, 18/03/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal

Elza Rinaldi Coser  
Contadora

# Imbituba

## PREFEITURA

### Portaria PMI/DGP Nº 89/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 89, de 20 de março de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora VERA MÁRCIA CAMPOS CAETANO ROSA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 509.573.689-68, admitida em 17 de março de 1988, contrato nº 574, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2008 a 2013	01.03.2017 a 29.04.2017	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 20 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP Nº 90/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 90, de 20 de março de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora VERA LÚCIA VIEIRA SILVEIRA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 591.555.669-87, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 573, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2008 a 2013	01.03.2017 a 29.04.2017	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 20 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Publicação de Extrato de Cancela da Inexigibilidade Nº 01/2014 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 16/2014, na modalidade de Inexigibilidade nº 01/2014, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 24 de março de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

# Iomerê

## PREFEITURA

### Portaria 2350/2014

PORTARIA Nº 2350 DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Altera membro de Comissão Permanente de Licitações Para Todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei nº 8.666/93;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a servidora Carina Falchetti Peretti para membro da Comissão Permanente de Licitações para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Iomerê.

Art. 2º A alteração se justifica em razão de manifestação de vontade da servidora Sibebe Orsatto, em não mais fazer parte da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê, 20 de março de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de março de 2014.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária 1º Bimestre 2014**

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.220.778,00</b>	<b>12.220.778,00</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>18,85</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>18,85</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.220.760,00</b>	<b>12.220.760,00</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>18,85</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>18,85</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	522.000,00	522.000,00	55.621,49	10,66	55.621,49	10,66
IMPOSTOS	460.000,00	460.000,00	48.067,22	10,45	48.067,22	10,45
TAXAS	61.000,00	61.000,00	7.554,27	12,38	7.554,27	12,38
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	11.610,75	17,86	11.610,75	17,86
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	65.000,00	65.000,00	11.610,75	17,86	11.610,75	17,86
RECEITA PATRIMONIAL	68.050,00	68.050,00	16.989,12	24,97	16.989,12	24,97
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	11.000,00	11.000,00	1.456,54	13,24	1.456,54	13,24
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	57.050,00	57.050,00	15.532,58	27,23	15.532,58	27,23
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.000,00	19.000,00	2.710,60	14,27	2.710,60	14,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.508.660,00	11.508.660,00	2.211.717,44	19,22	2.211.717,44	19,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.457.660,00	11.457.660,00	2.211.717,44	19,30	2.211.717,44	19,30
Transf. de Conv.	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.050,00	37.050,00	5.247,85	14,16	5.247,85	14,16
Multas e Juros de Mora	18.900,00	18.900,00	2.290,56	12,12	2.290,56	12,12
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	1.266,71	21,11	1.266,71	21,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	5.700,00	5.700,00	888,84	15,59	888,84	15,59
RECEITAS DIVERSAS	6.450,00	6.450,00	801,74	12,43	801,74	12,43
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>18,00</b>	<b>18,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.220.778,00</b>	<b>12.220.778,00</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>18,85</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>18,85</b>
<b>OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.220.778,00</b>	<b>12.220.778,00</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>18,85</b>	<b>2.303.897,25</b>	<b>9.916.880,75</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.220.778,00	12.220.778,00	2.303.897,25	18,85	2.303.897,25	9.916.880,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	181.915,84	—	—	149.160,33	—
Superávit Financeiro	—	181.915,84	—	—	149.160,33	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.220.778,00	181.915,84	12.402.693,84	3.657.307,91	3.657.307,91	14,71	10.578.353,10
DESPESAS CORRENTES	11.423.130,00	-97.884,16	11.325.245,84	3.178.126,43	3.178.126,43	14,90	9.638.280,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.086.350,00	43.115,84	6.129.465,84	945.898,96	917.914,96	14,98	5.211.550,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120.000,00	0,00	120.000,00	85.000,00	14.244,80	11,87	105.755,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.216.780,00	-141.000,00	5.075.780,00	2.147.227,47	754.805,90	14,87	4.320.974,10
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>777.648,00</b>	<b>279.800,00</b>	<b>1.057.448,00</b>	<b>479.181,48</b>	<b>137.375,08</b>	<b>12,99</b>	<b>920.072,92</b>
INVESTIMENTOS	312.758,00	279.800,00	592.558,00	72.027,00	69.516,00	11,73	523.042,00
INVERSOES FINANCEIRAS	1.100,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	463.790,00	0,00	463.790,00	407.154,48	67.859,08	14,63	395.930,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.220.778,00</b>	<b>181.915,84</b>	<b>12.402.693,84</b>	<b>3.657.307,91</b>	<b>1.824.340,74</b>	<b>14,71</b>	<b>10.578.353,10</b>

Continua 2/3



Município de Iomerê - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.220.778,00	181.915,84	12.402.693,84	3.657.307,91	3.657.307,91	1.824.340,74	1.824.340,74	10.578.353,10
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	479.556,51	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.220.778,00	181.915,84	12.402.693,84	3.657.307,91	3.657.307,91	1.824.340,74	2.303.897,25	10.578.353,10

FONTE:

Iomerê, 20/03/2014

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Sirlei Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças
Leandro José Stefani Controlador Interno		

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.220.778,00	12.402.693,84	3.657.307,91	3.657.307,91	1.824.340,74	1.824.340,74	100,00	14,71
Legislativa	480.000,00	480.000,00	98.681,70	98.681,70	60.143,22	60.143,22	3,30	12,53
Ação Legislativa	480.000,00	480.000,00	98.681,70	98.681,70	60.143,22	60.143,22	3,30	12,53
Administração	1.497.500,00	1.510.500,00	539.522,54	539.522,54	273.623,42	273.623,42	15,00	18,11
Administração Geral	1.497.500,00	1.510.500,00	539.522,54	539.522,54	273.623,42	273.623,42	15,00	18,11
Segurança Pública	21.100,00	21.100,00	608,53	608,53	608,53	608,53	0,03	2,88
Policimento	17.100,00	17.100,00	608,53	608,53	608,53	608,53	0,03	3,56
Defesa Civil	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	229.801,00	286.601,00	99.947,88	99.947,88	69.292,50	69.292,50	3,80	24,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	163.801,00	220.601,00	99.947,88	99.947,88	69.292,50	69.292,50	3,80	31,41
Saúde	3.107.914,00	3.139.052,87	1.049.045,59	1.049.045,59	437.737,00	437.737,00	23,99	13,94
Atenção Básica	2.839.813,00	2.839.813,00	992.762,25	992.762,25	388.053,66	388.053,66	21,27	13,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	164.500,00	195.638,87	47.568,97	47.568,97	40.968,97	40.968,97	2,25	20,94
Vigilância Sanitária	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	78.100,00	78.100,00	8.714,37	8.714,37	8.714,37	8.714,37	0,48	11,16
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.253.912,00	3.265.888,97	391.336,04	391.336,04	343.973,60	343.973,60	18,85	10,53
E ensino Fundamental	2.491.912,00	2.503.888,97	334.292,27	334.292,27	302.344,93	302.344,93	16,57	12,08
E ensino Médio	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E ensino Superior	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	400.000,00	400.000,00	45.938,01	45.938,01	41.628,67	41.628,67	2,28	10,41
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	11.105,76	11.105,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	237.000,00	237.000,00	57.925,66	57.925,66	8.263,16	8.263,16	0,45	3,49
Difusão Cultural	237.000,00	237.000,00	57.925,66	57.925,66	8.263,16	8.263,16	0,45	3,49
Urbanismo	1.114.754,00	1.114.754,00	343.106,11	343.106,11	143.274,75	143.274,75	7,85	12,85
Infra-Estrutura Urbana	15.104,00	15.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.099.650,00	1.099.650,00	343.106,11	343.106,11	143.274,75	143.274,75	7,85	13,03
Habitação	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.220.778,00	12.402.693,84	3.657.307,91	3.657.307,91	1.824.340,74	1.824.340,74	100,00	14,71
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	866.102,00	1.055.102,00	162.782,78	162.782,78	148.740,28	148.740,28	8,15	14,10
Extensão Rural	856.100,00	835.100,00	162.782,78	162.782,78	148.740,28	148.740,28	8,15	17,81
Promoção da Produção Agropecuária	10.002,00	220.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	570.272,00	450.272,00	247.755,36	247.755,36	223.084,47	223.084,47	12,23	49,54
Transporte Rodoviário	570.272,00	450.272,00	247.755,36	247.755,36	223.084,47	223.084,47	12,23	49,54
Desporto e Lazer	82.001,00	82.001,00	28.511,24	28.511,24	7.913,48	7.913,48	0,43	9,65
Desporto Comunitário	82.001,00	82.001,00	28.511,24	28.511,24	7.913,48	7.913,48	0,43	9,65
Encargos Especiais	729.720,00	729.720,00	638.084,48	638.084,48	107.686,33	107.686,33	5,90	14,76
Outros Encargos Especiais	729.720,00	729.720,00	638.084,48	638.084,48	107.686,33	107.686,33	5,90	14,76

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.220.778,00	12.402.693,84	3.657.307,91	3.657.307,91	1.824.340,74	1.824.340,74	100,00	14,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	12.220.778,00	12.402.693,84	3.657.307,91	3.657.307,91	1.824.340,74	1.824.340,74	100,00	14,71

FONTE:

Iomerê, 20/03/2014

Luciano Paganini Ordenador da Despesa	Sirlei Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Fin
Leandro José Stefani Controlador Interno		

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Agô/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		1.014.461,79	1.098.927,93	1.346.463,97	1.136.630,69	1.014.039,24	1.120.089,82	1.197.846,46	1.179.054,63	1.300.647,20	1.527.242,84	1.347.344,36	1.401.141,56	14.691.932,39	14.454.400,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		47.733,29	45.681,21	120.735,00	33.955,41	39.512,66	54.867,88	67.635,87	98.474,14	40.913,12	67.014,81	28.807,30	26.814,19	672.345,88	522.000,00
L.P.T.U.		0,00	9.880,08	66.288,80	344,49	3.899,99	849,77	4.616,67	284,23	3.886,50	948,54	0,00	0,00	92.444,07	90.000,00
I.R.R.F.		17.390,08	15.615,52	14.908,99	15.319,77	17.086,56	15.717,25	15.516,94	15.013,60	15.082,12	31.805,18	16.753,23	8.051,08	198.240,32	180.000,00
I.S.S.		11.293,20	7.797,40	6.971,32	11.532,84	10.969,48	24.193,41	35.680,67	6.466,18	11.782,34	28.355,43	6.994,06	7.364,86	169.376,18	100.000,00
I.T.B.I.		12.782,10	2.571,52	3.590,00	6.067,20	4.890,00	13.260,00	8.936,67	74.658,00	4.615,00	4.293,10	4.194,00	4.710,00	144.463,59	90.000,00
Outras Receitas Tributárias		6.317,91	10.313,69	27.016,89	691,11	2.726,63	882,45	3.082,92	2.052,13	5.337,16	1.646,56	866,01	6.688,26	67.821,72	62.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.022,82	5.690,01	4.346,99	4.172,54	4.480,95	4.717,02	4.939,97	5.954,80	5.425,35	5.533,51	5.865,33	5.645,42	61.802,51	65.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		4.389,22	4.710,09	4.430,97	3.775,29	3.696,34	4.544,75	3.867,14	6.013,17	5.671,31	7.226,81	8.032,89	8.956,23	65.314,21	68.050,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	298,38	262,80	0,00	4.650,00	3.995,74	1.017,52	6.555,20	2.062,28	648,32	19.090,24	19.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		954.090,63	1.040.012,69	1.213.875,19	1.092.861,87	964.699,89	1.053.383,84	1.115.405,24	1.053.877,00	1.240.990,79	1.438.645,25	1.300.616,17	1.355.689,94	13.830.136,50	13.742.300,00
Cota-Parte do FPM		355.613,96	381.780,35	545.956,47	457.694,94	325.916,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	5.427.827,11	5.500.000,00
Cota-Parte do LC/MS		376.732,25	454.255,53	451.428,85	422.846,00	419.742,04	440.888,54	467.587,69	454.606,83	489.225,51	467.108,55	469.267,58	445.871,76	5.398.761,53	5.200.000,00
Cota-Parte do IPI/VA		29.087,38	28.792,03	29.621,26	31.684,79	34.763,76	33.598,71	33.127,14	37.772,83	15.343,88	6.315,77	24.706,65	35.207,33	340.011,53	350.000,00
Cota-Parte do ITR		6,19	27,49	12,91	79,94	8,08	32,83	735,90	2.162,78	29,04	21,47	29,91	42,20	31.887,74	3.200,00
Outras Transferências Correntes		120.900,99	83.453,38	94.232,51	99.055,42	105.259,18	73.444,61	175.519,85	123.281,18	142.197,89	337.099,62	87.638,08	118.519,52	1.550.582,23	1.394.100,00
Transferências de LC 61/1989		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.492,41	6.343,27	13.835,68	80.000,00
Transferências de LC 87/1996		0,00	8.265,42	2.066,35	2.066,35	2.066,35	2.066,35	2.066,35	2.066,35	2.066,35	2.066,35	1.979,89	1.979,89	26.756,00	35.000,00
Transferências do FUNDEB		71.539,86	83.438,49	87.946,84	79.494,43	76.924,66	83.023,03	83.690,02	81.323,32	91.542,24	91.099,83	114.969,89	112.533,07	1.057.195,68	1.180.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.246,03	2.827,93	3.092,72	1.567,20	1.386,60	926,33	2.204,50	14.735,52	6.639,11	1.267,26	1.860,39	3.367,46	43.241,05	37.050,00
DEDUÇÕES (II)		153.395,16	175.600,90	207.652,65	184.228,43	157.850,76	181.825,11	172.550,60	171.280,57	203.003,48	203.963,53	219.661,38	224.927,29	2.255.919,86	2.233.640,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		153.395,16	175.600,90	207.652,65	184.228,43	157.850,76	181.825,11	172.550,60	171.280,57	203.003,48	203.963,53	219.661,38	224.927,29	2.255.919,86	2.233.640,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)		861.066,63	923.327,03	1.138.811,22	952.402,26	856.188,48	946.264,71	1.025.297,86	1.007.794,06	1.097.643,72	1.323.279,31	1.127.682,98	1.176.214,27	12.436.012,53	12.220.760,00
FONTE: Iomerê, 19/03/2014															
Luciano Paganini, Silvia Altenhofen, Leandro José Stefani, Douglas Francisco Zardo, Controlador Interno, Secretário de Administração e Finanças															

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
			No Bimestre      Até o Bimestre/2014      Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS
		DOTAÇÃO INICIAL	No Bimestre      Até o Bimestre/2014      Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de Iomerê - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Iomerê - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 3/4

Município de Iomerê - SC

Continuação 4/4

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

Iomerê, 20/03/2014

Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen  
Contadora

Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani  
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.536.261,19	1.536.261,19	1.468.402,11
DEDUÇÕES (II)	1.125.455,63	1.125.455,63	1.503.406,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.125.455,63	1.125.455,63	1.626.152,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	122.746,60
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	410.805,56	410.805,56	-35.003,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>410.805,56</b>	<b>410.805,56</b>	<b>-35.003,97</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-445.809,53</b>	<b>-445.809,53</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-50.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Iomerê, 20/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

\_\_\_\_\_  
Sirlei Altenhofen  
Contadora

\_\_\_\_\_  
Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
Leandro José Stefani  
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.163.710,00</b>	<b>2.288.364,67</b>	<b>2.288.364,67</b>	<b>2.026.515,98</b>
Receita Tributária	522.000,00	55.621,49	55.621,49	58.453,32
I.P.T.U.	90.000,00	0,00	0,00	111,88
I.S.S.	100.000,00	14.358,91	14.358,91	13.282,78
I.T.B.I.	90.000,00	8.904,00	8.904,00	16.665,53
I.R.R.F.	180.000,00	24.804,31	24.804,31	20.976,83
Outras Receitas Tributárias	62.000,00	7.554,27	7.554,27	7.416,30
Receita de Contribuição	65.000,00	11.610,75	11.610,75	10.709,84
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	65.000,00	11.610,75	11.610,75	10.709,84
Receita Patrimonial Líquida	11.000,00	1.456,54	1.456,54	7.998,55
Receita Patrimonial	68.050,00	16.989,12	16.989,12	7.998,55
(-) Aplicações Financeiras	57.050,00	15.532,58	15.532,58	0,00
Transferências Correntes	11.508.660,00	2.211.717,44	2.211.717,44	1.940.546,84
F.P.M.	4.400.000,00	984.019,48	984.019,48	1.077.017,96
I.C.M.S.	4.160.000,00	732.112,01	732.112,01	468.787,58
Convênios	51.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.897.660,00	495.585,95	495.585,95	394.741,30
Demais Receitas Correntes	57.050,00	7.958,45	7.958,45	8.807,43
Dívida Ativa	5.700,00	888,84	888,84	0,00
Diversas Receitas Correntes	51.350,00	7.069,61	7.069,61	8.807,43
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>18,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	18,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>12.163.728,00</b>	<b>2.288.364,67</b>	<b>2.288.364,67</b>	<b>2.026.515,98</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>11.325.245,84</b>	<b>1.686.965,66</b>	<b>1.686.965,66</b>	<b>742.215,03</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.129.465,84	917.914,96	917.914,96	742.215,03
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	14.244,80	14.244,80	0,00
Outras Despesas Correntes	5.075.780,00	754.805,90	754.805,90	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.205.245,84</b>	<b>1.672.720,86</b>	<b>1.672.720,86</b>	<b>742.215,03</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.057.448,00</b>	<b>137.375,08</b>	<b>137.375,08</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	592.558,00	69.516,00	69.516,00	0,00
Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	463.790,00	67.859,08	67.859,08	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>593.658,00</b>	<b>69.516,00</b>	<b>69.516,00</b>	<b>0,00</b>

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>11.818.903,84</b>	<b>1.742.236,86</b>	<b>1.742.236,86</b>	<b>742.215,03</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>344.824,16</b>	<b>546.127,81</b>	<b>546.127,81</b>	<b>1.284.300,95</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	149.160,33	0,00
Superávit Financeiro	-	-	149.160,33	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>900.000,00</b>

FONTE:

Iomerê, 20/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

\_\_\_\_\_  
Sirlei Altenhofen  
Contadora

\_\_\_\_\_  
Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
Leandro José Stefani  
Controlador Interno



Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RR00 - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>								
<b>EXECUTIVO</b>								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.159,11	106.159,11	-
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.159,11	106.159,11	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.039,11	102.039,11	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>								
	-	-	-	-	-	4.120,00	4.120,00	0,00
<b>TOTAL (II) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>106.159,11</b>	<b>106.159,11</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Iomerê, 19/03/2014

Ludiano Pagarini Ordenador da Despesa	Silvia Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças
Leandro José Stefani Controlador Interno		

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	473.200,00	473.200,00	49.228,27	49.228,27	10,40
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	98.600,00	98.600,00	943,99	943,99	0,96
1.1.1- IPTU	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	669,84	669,84	13,40
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	274,15	274,15	9,14
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	90.000,00	90.000,00	8.904,00	8.904,00	9,89
1.2.1- ITBI	90.000,00	90.000,00	8.904,00	8.904,00	9,89
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	104.600,00	104.600,00	14.575,97	14.575,97	13,93
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	14.358,91	14.358,91	14,36
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.000,00	4.000,00	217,06	217,06	5,43
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	180.000,00	180.000,00	24.804,31	24.804,31	13,78
1.4.1- IRRF	180.000,00	180.000,00	24.804,31	24.804,31	13,78
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.168.200,00	11.168.200,00	2.222.945,55	2.222.945,55	19,90
2.1- Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	22,36
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.270.000,00	5.270.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	23,34
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	915.139,74	915.139,74	17,60
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	35.000,00	35.000,00	3.959,78	3.959,78	11,31
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	13.835,68	13.835,68	17,29
2.5- Cota-Parte ITR	3.200,00	3.200,00	72,11	72,11	2,25
2.6- Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	59.913,98	59.913,98	17,12
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	11.641.400,00	11.641.400,00	2.272.173,82	2.272.173,82	19,52
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	190.200,00	190.200,00	55.274,09	55.274,09	29,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.000,00	120.000,00	54.906,50	54.906,50	45,76
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.200,00	2.200,00	367,59	367,59	16,71
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	45.002,00	45.002,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	45.002,00	45.002,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	233.100,00	233.100,00	948,68	948,68	0,41
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	468.302,00	468.302,00	56.222,77	56.222,77	12,01
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.233.640,00	2.233.640,00	444.588,67	444.588,67	19,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	246.004,78	246.004,78	22,36
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	183.027,73	183.027,73	17,60
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	791,94	791,94	11,31
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.767,16	2.767,16	17,29
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	640,00	640,00	14,40	14,40	2,25
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	70.000,00	70.000,00	11.982,66	11.982,66	17,12
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.180.000,00	1.180.000,00	227.202,96	227.202,96	19,25
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.180.000,00	1.180.000,00	227.202,96	227.202,96	19,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	-1.053.640,00	-1.053.640,00	-217.385,71	-217.385,71	20,63
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.183.000,00	1.194.976,97	152.217,12	152.217,12	12,74
13.1- Com Educação Infantil	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.068.000,00	1.079.976,97	152.217,12	152.217,12	14,09
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.183.000,00	1.194.976,97	152.217,12	152.217,12	12,74
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					152.217,12
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					67,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					33,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					11.976,97
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					11.976,97
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.910.350,00	2.910.350,00	568.043,45	568.043,45	19,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	400.000,00	400.000,00	41.628,67	41.628,67	10,41
23.1- Creche	268.900,00	268.900,00	22.479,48	22.479,48	8,36
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	153.900,00	153.900,00	22.479,48	22.479,48	14,61
23.2- Pré-escola	131.100,00	131.100,00	19.149,19	19.149,19	14,61
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	131.100,00	131.100,00	19.149,19	19.149,19	14,61
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.284.710,00	2.296.686,97	302.344,93	302.344,93	13,16
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.068.000,00	1.079.976,97	152.217,12	152.217,12	14,09
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.216.710,00	1.216.710,00	150.127,81	150.127,81	12,34
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.684.710,00	2.696.686,97	343.973,60	343.973,60	12,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-217.385,71
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					11.976,97
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-205.408,74
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					549.382,34
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,18
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	122.000,00	122.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	113.302,00	113.302,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	235.302,00	235.302,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.920.012,00	2.931.988,97	343.973,60	343.973,60	11,73

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	227.202,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	227.202,96	0,00

Iomerê, 19/03/2014

Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen  
Contadora

Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani  
Controlador Interno

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 11.976,97, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.057.448,00	137.375,08	0,00	920.072,92
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.057.448,00</b>	<b>137.375,08</b>	<b>0,00</b>	<b>920.072,92</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.057.448,00</b>	<b>-137.375,08</b>		<b>-920.072,92</b>

FONTE:

Iomerê, 19/03/2014

Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen  
Contadora

Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani  
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Iomerê, 19/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

\_\_\_\_\_  
Sirlei Altenhofen  
Contadora

\_\_\_\_\_  
Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
Leandro José Stefani  
Controlador Interno



Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00	100,00
Investimentos	100,00	0,00	0,00	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.663,75	0,00	1.663,75

FONTE:

Iomerê, 19/03/2014

Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen  
Contadora

Leandro José Stefani  
Controlador Interno

Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	473.200,00	473.200,00	49.313,43	10,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	90.000,00	90.000,00	8.904,00	9,89
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	14.358,91	14,36
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	180.000,00	180.000,00	24.804,31	13,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.600,00	4.600,00	302,22	6,57
Dívida Ativa dos Impostos	5.100,00	5.100,00	669,84	13,13
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.500,00	3.500,00	274,15	7,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.398.200,00	11.398.200,00	2.222.945,55	19,50
Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	1.230.024,26	22,36
Cota-Parte ITR	3.200,00	3.200,00	72,11	2,25
Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	59.913,98	17,12
Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	915.139,74	17,60
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	13.835,68	17,29
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	285.000,00	285.000,00	3.959,78	1,49
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	3.959,78	11,31
Outras	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.871.400,00</b>	<b>11.871.400,00</b>	<b>2.272.258,98</b>	<b>19,14</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	722.100,00	722.100,00	122.641,94	16,98
Provenientes da União	722.100,00	722.100,00	122.641,94	16,98
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	5.003,00	5.003,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.500,00	3.500,00	2.738,43	78,24
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>730.603,00</b>	<b>730.603,00</b>	<b>125.380,37</b>	<b>17,16</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.958.930,00	2.990.068,87	1.037.268,22	34,69	425.959,63	14,25
Pessoal e Encargos Sociais	1.787.000,00	1.818.138,87	259.981,53	14,30	248.981,53	13,69
Outras Despesas Correntes	1.171.930,00	1.171.930,00	777.286,69	66,33	176.978,10	15,10

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		65.883,00	65.883,00	2.952,00	4,48	2.952,00	4,48
Investimentos		65.883,00	65.883,00	2.952,00	4,48	2.952,00	4,48
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		3.024.813,00	3.055.951,87	1.040.220,22	34,04	428.911,63	14,04
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		728.103,00	759.241,87	82.093,68	7,89	75.390,28	17,58
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		722.100,00	753.238,87	82.093,68	7,89	75.390,28	17,58
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		6.003,00	6.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		728.103,00	759.241,87	82.093,68	7,89	75.390,28	17,58
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		2.296.710,00	2.296.710,00	968.126,54	26,15	363.521,35	-3,54
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5		15,56					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]		12.682,50					

Continua 2/4

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)				0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
				LIMITE NÃO CUMPRIDO				
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
				-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) %
								(m/Total m)*100
Atenção Básica				2.837.813,00	2.837.813,00	992.651,25	95,43	387.942,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				164.500,00	195.638,87	47.568,97	4,57	40.968,97
Vigilância Sanitária				12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica				10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				3.024.813,00	3.055.951,87	1.040.220,22	100,00	428.911,63
								100,00

Município de Iomerê - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

.....

Iomerê, 20/03/2014

Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen  
Contadora

Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

Leandro José Stefani  
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Iomerê, 19/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

\_\_\_\_\_  
Sirlei Altenhofen  
Contadora

\_\_\_\_\_  
Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
Leandro José Stefani  
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	12.220.778,00	
Previsão Atualizada		—	12.220.778,00	
Receitas Realizadas		2.303.897,25	2.303.897,25	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	149.160,33	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	12.220.778,00	
Créditos Adicionais		—	181.915,84	
Dotação Atualizada		—	12.402.693,84	
Despesas Empenhadas		3.657.307,91	3.657.307,91	
Despesas Liquidadas		1.824.340,74	1.824.340,74	
Superávit Orçamentário		—	479.556,51	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.657.307,91	3.657.307,91	
Despesas Liquidadas		1.824.340,74	1.824.340,74	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			12.436.012,53	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-50.000,00	891,62	
Resultado Primário		900.000,00	60,68	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	106.159,11	0,00	106.159,11	0,00
EXECUTIVO	106.159,11	0,00	106.159,11	0,00
TOTAL:	106.159,11	0,00	106.159,11	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		549.382,34	25%	24,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		152.217,12	60%	67,00
Liquidadas		343.973,60		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		137.375,08	920.072,92	

Continua 1/2



Município de Iomerê - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	100,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		353.521,35	15,00	15,56
Liquidadas		353.521,35		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Iomerê, 20/03/2014

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini  
Ordenador da Despesa

\_\_\_\_\_  
Sirlei Altenhofen  
Contadora

\_\_\_\_\_  
Douglas Francisco Zardo  
Secretário de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
Leandro José Stefani  
Controlador Interno

# Ipumirim

## PREFEITURA

### Lei Nº 1735 de 14 de Março de 2.014

LEI Nº 1735 de 14 de março de 2.014

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE IPUMIRIM – CDL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no artigo 31 da LDO e artigo 179 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o 4º § 8º da Lei 1.729 de 17 de dezembro de 2013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim - CDL, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 78.510.013/0001-06 que tem por objetivo a organização da exposição da Indústria e Comércio e contratação dos eventos culturais e artísticos alusivos a comemoração dos 51 anos de emancipação político administrativo do Município.

Art. 2º Fica também o Executivo Municipal autorizado a cancelar o repasse dos recursos financeiros em caso de inadimplemento por parte da Conveniente de qualquer Cláusula constante do Termo de Convênio, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 14 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

### Lei Complementar Nº 137 de 20 de Março de 2.014

LEI COMPLEMENTAR Nº 137 DE 20 DE MARÇO DE 2.014

Altera Anexos I e IV e Acrescenta Anexo V da Lei Complementar nº 005, de 27 de setembro de 2002 que Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores do Poder Legislativo do Município de Ipumirim – Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM - Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara decreta e Eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados: os Anexos I - Cargos de Provimento em Comissão e Anexo IV – Tabela de Vencimentos dos Cargos Comissionados – do Poder Legislativo, os quais passam a integrar a Lei Complementar nº. 005/2001.

Art. 2º Fica acrescido Anexo V - Quadro de habilitação Profissional e Atribuições do Cargo, que passa a fazer parte da Lei Complementar nº. 005/2001.

Art. 3º A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CARGO	ABREVIATURA	NIVEL	QUANTIDADE
SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO	SECAD	CC-01	01
DIRETOR ADMINISTRATIVO	DAD	CC-01	01
ASSESSOR PARLAMENTAR	ASP	CC-01	01
DIRETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO	DCF	CC-02	01
ASSESSOR JURÍDICO	ASJ	CC-02	01

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

#### ANEXO IV

#### TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

#### PODER LEGISLATIVO

NIVEL	VENCIMENTO
CC-01	1.400,00
CC-01	1.400,00
CC-01	1.400,00
CC- 02	1.970,00
CC-02	1.970,00

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

ANEXO V  
ANEXOS PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Assessor Jurídico -	Habilitação de nível superior, em nível de graduação de Bacharel em Direito, com registro na Ordem de Advogados do Brasil – OAB, Secção de Santa Catarina.	Representar em juízo ou fora dele a parte de que é mandatário o Poder Legislativo, o Município, instituição ou pessoa, nas ações em que estes forem autores, réus ou interessados, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo à audiência e outros atos, para defender direitos ou interesses: estudar a matéria jurídica e de outra natureza, consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos à legislação aplicável; complementar ou apurar as informações levantadas, inquirindo o cliente, as testemunhas e outras pessoas e tomando outras medidas, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação; preparar a defesa ou acusação, arrolando e correlacionando os fatos e aplicando o procedimento adequado, para apresentá-la em juízo; acompanhar o processo em todas as suas fases, requerendo seu andamento através de petições específicas, para garantir seu trâmite legal até a decisão final do litígio; representar a parte de que é mandatário em juízo, comparecendo às audiências e tomando sua defesa, para pleitear uma decisão favorável; redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, tributaria ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-las na defesa de seus clientes; orientar os representantes legais com relação aos seus direitos e obrigações legais; prestar serviços de consultoria jurídica, elaborar Pareceres das proposições recebidas pela Câmara de Vereadores e desincumbir-se de outras atividades afins. - Acompanhar as Sessões da Câmara.

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

ANEXO V  
 ANEXOS PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
 CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
 QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Diretor Contábil e Financeiro	Habilitação de Grau de graduação e portador de Diploma de Bacharel em Ciências Contábeis ou a graduação de Técnico em Contabilidade com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.	<p>Executar as atividades da Contadoria do Poder Legislativo, dar pareceres, planejar, executar assessoria na área de Contabilidade Pública, participar na atividade da elaboração do Orçamento da Câmara de Vereadores (Anual, Plurianual e Diretrizes Orçamentária), supervisionar a aplicação dos recursos público e contribuir nos processos de licitação e executar, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Escriturar sintética e analiticamente a contabilidade orçamentária do Poder Legislativo, de acordo com a Legislação em vigor.</li> <li>- Classificar os documentos e preparar os elementos necessários aos registros e controle contábeis nos livros e fichas apropriadas e sistema eletrônico.</li> <li>- Elaborar mensalmente o balancete da Receita e Despesa do Poder Legislativo.</li> <li>- Promover a liquidação da despesa, bem como a conferência de todos os elementos nos processos respectivos.</li> <li>- Realizar a conferência das contas de estabelecimentos de crédito mediante o confronto dos extratos de contas correspondentes.</li> <li>- Realizar o controle dos adicionais e de transferências de verbas mediante o acompanhamento das Leis e Decretos.</li> <li>- Instituir e informar processos de pagamentos.</li> <li>- Organizar o Balanço Geral da Câmara de Vereadores com os respectivos quadros demonstrativos e elementos elucidativos correspondentes.</li> <li>- Proceder a verificação dos valores contábeis e dos bens escriturados existentes.</li> <li>- Controlar a execução do orçamento em todas as suas fases.</li> <li>- Instituir e informar processos e prestações de contas, de importâncias recebidas pela Câmara de Vereadores, observando o prazo para a respectiva prestação de contas.</li> <li>- Efetuar o Registro do Patrimônio imobiliários e bens semoventes do Poder Legislativo.</li> <li>- Promover a classificação e numerar o material permanente do Poder Legislativo.</li> <li>- Controlar os bens patrimoniais e efetuar inventários periódicos.</li> <li>- Providenciar o inventário anual dos bens verificando a leal existência dos mesmos e estados de conservação.</li> <li>- Providenciar a baixa do material inservível ou alienado.</li> <li>- Contribuir a elaboração da Proposta Orçamentária, Lei de Diretrizes Orçamentária e Plano Plurianual de Investimento, assim como elabora todos os seus anexos correspondentes.</li> <li>- Responder, regularizar as pendências apontadas em diligências pelo Tribunal de Contas do Estado e/ou de outros Órgãos Fiscalizadores das Contas Públicas Municipais.</li> <li>- Responder as diligências apontadas nas</li> <li>- Desenvolver a executar outras e quaisquer tarefas correlatas à Contabilidade Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Poder Legislativo.</li> <li>- Acompanhar as reuniões da Câmara de Vereadores.</li> </ul>

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

ANEXO V  
ANEXOS PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Assessor Parlamentar	Habilitação em Curso Superior	<p>Executar as atividades Pertinentes ao Processo Legislativos, e de atividades administrativas e auxiliares e executar, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Redação de Pareceres das Comissões Técnicas Permanentes.</li> <li>- Redação de Atas das Reuniões das Comissões Técnicas Permanentes, bem como Atas de Audiências Públicas quando realizadas por Comissão Técnicas Permanentes.</li> <li>- Manter a escrituração e organização dos livros de Registro utilizados pelas Comissões Técnicas Permanentes.</li> <li>- Manter contato com os Vereadores e comunicá-los sobre atividades extras, quando necessário a presença desses.</li> <li>- Informar os Vereadores a cerca do calendário de Reuniões das Comissões Técnicas Permanentes, organizando junto com os Presidentes das Comissões o calendário de Reuniões..</li> <li>- Devolver à Secretaria da Câmara as Proposições cujo tramite já se encontra encerrado nas Comissões.</li> <li>- Acompanhar as reuniões da Câmara.</li> </ul>

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

ANEXO V  
ANEXOS PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Diretor Administrativo	Habilitação em curso superior	<p>Desenvolvimento de atividades relacionadas a administração da Câmara de Vereadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Supervisionar as atividades da Câmara de Vereadores.</li> </ul>

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

ANEXO V  
ANEXOS PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
QUADRO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Secretario Administrativo	Habilitação em curso superior	<p>Desenvolvimento de atividades relacionadas à assessoria e organização do gabinete da presidência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar a Agenda do Presidente, informando as atividades que requeiram a presença do Presidente, fora do ambiente da Câmara.</li> <li>- Organizar as reuniões da Mesa Diretora nos termos Regimentais.</li> <li>- Manter a organização e registro de livros, especialmente de Atas das reuniões da Mesa Diretora.</li> <li>- Informar os Vereadores e demais servidores das decisões da Presidência.</li> <li>- Participar de reuniões, encontros, seminários e afins, na impossibilidade de qualquer dos membros da Mesa Diretora.</li> </ul>

Ipumirim-SC, 20 de março de 2.014  
Valdir Zanella  
Prefeito Municipal

**Extrato de Convênio Nº 03/2014**

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 03/2014

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE IPUMIRIM, CNPJ nº 78.510.013/0001-06.
2. OBJETO: conjugação de esforços para prestar cooperação financeira necessária as despesas com realização da Feira da Ind. Com. e agricultura nos dias 11,12 e 13 de abril de 2014.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 17/03/2014 a 14/06/2014.
4. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2014.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 100.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito pela CDL, Sr. Hildo Carlos Sabadin - CPF nº 295.204.879-72 - Presidente.

**Extrato de Contrato Nº 10/2014/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 10/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO PR IF = "PE" "PREGÃO ELETRÔNICO" "" IF PR = "TP" "TOMADA DE PREÇOS" "" IF PR = "CC" "CONCORRÊNCIA PÚBLICA" "" IF PR = "LE" "LEILÃO" "" IF PR = "CA" "CONCORRÊNCIA PARA ALIE-NAÇÃO" "" Nº 2/2014, Processo de Licitação nº 7/2014, homologado em 19 de março de 2014.

Objeto: contratação de empresa para Capacitação e Aperfeiçoamento continuado, para profissionais na área da Saúde do Município de Ipumirim.

Valor: R\$ 7.827,00 (Sete Mil Oitocentos e Vinte e Sete Reais)

Assinatura: 19/03/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO, situada na RUA VITOR SOPELSA 3000, Bairro SALETE, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.395.921/0003-90.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 1º Bimestre de 2014

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	22.727.640,00	3.753.400,96	16,51	3.753.400,96	16,51
	20.527.640,00	20.527.640,00	3.753.400,96	18,28	3.753.400,96	18,28
RECEITAS CORRENTES	1.295.400,00	1.295.400,00	206.542,90	15,94	206.542,90	15,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.234.800,00	1.234.800,00	167.428,15	13,56	167.428,15	13,56
IMPOSTOS	60.600,00	60.600,00	39.114,75	64,55	39.114,75	64,55
TAXAS	92.900,00	92.900,00	17.450,68	18,78	17.450,68	18,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	92.900,00	92.900,00	17.450,68	18,78	17.450,68	18,78
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	11.500,00	11.500,00	32.425,78	281,96	32.425,78	281,96
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	29.442,60	0,00	29.442,60	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	11.500,00	11.500,00	2.983,18	25,94	2.983,18	25,94
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	19.500,00	19.500,00	4.549,91	23,33	4.549,91	23,33
RECEITA DE SERVIÇOS	19.009.640,00	19.009.640,00	3.483.091,64	18,32	3.483.091,64	18,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.837.940,00	18.837.940,00	3.472.473,25	18,43	3.472.473,25	18,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.400,00	4.400,00	508,50	11,56	508,50	11,56
Transf. de Pessoas	167.300,00	167.300,00	10.109,89	6,04	10.109,89	6,04
Transf. de Conv.	98.700,00	98.700,00	9.340,05	9,46	9.340,05	9,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.800,00	52.800,00	4.173,40	7,90	4.173,40	7,90
Multas e Juros de Mora	20.900,00	20.900,00	630,00	3,01	630,00	3,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.600,00	24.600,00	4.536,65	18,44	4.536,65	18,44
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.727.640,00	22.727.640,00	3.753.400,96	16,51	3.753.400,96	16,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>22.727.640,00</b>	<b>22.727.640,00</b>	<b>3.753.400,96</b>	<b>16,51</b>	<b>3.753.400,96</b>	<b>18.974.239,04</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.727.640,00	22.727.640,00	3.753.400,96	16,51	3.753.400,96	18.974.239,04
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	93.461,84	—	—	84.241,84	—
Superávit Financeiro	—	93.461,84	—	—	84.241,84	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>22.727.640,00</b>	<b>93.461,84</b>	<b>22.821.101,84</b>	<b>3.971.019,08</b>	<b>3.971.019,08</b>	<b>2.272.739,96</b>	<b>2.272.739,96</b>	<b>20.548.361,88</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>19.330.400,00</b>	<b>88.461,84</b>	<b>19.418.861,84</b>	<b>3.903.872,33</b>	<b>3.903.872,33</b>	<b>2.238.185,84</b>	<b>2.238.185,84</b>	<b>17.180.676,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.105.067,92	32.541,60	11.137.609,52	1.519.720,15	1.519.720,15	1.453.600,40	1.453.600,40	9.684.009,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	84.500,00	0,00	84.500,00	4.612,27	4.612,27	4.612,27	4.612,27	79.887,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.140.832,08	55.920,24	8.196.752,32	2.379.539,91	2.379.539,91	779.973,17	779.973,17	7.416.779,15
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.297.240,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>3.302.240,00</b>	<b>67.146,75</b>	<b>67.146,75</b>	<b>34.554,12</b>	<b>34.554,12</b>	<b>3.267.685,88</b>
INVESTIMENTOS	3.044.240,00	5.000,00	3.049.240,00	44.809,70	44.809,70	12.217,07	12.217,07	3.037.022,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	253.000,00	0,00	253.000,00	22.337,05	22.337,05	22.337,05	22.337,05	230.662,95
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>22.727.640,00</b>	<b>93.461,84</b>	<b>22.821.101,84</b>	<b>3.971.019,08</b>	<b>3.971.019,08</b>	<b>2.272.739,96</b>	<b>2.272.739,96</b>	<b>20.548.361,88</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>22.727.640,00</b>	<b>93.461,84</b>	<b>22.821.101,84</b>	<b>3.971.019,08</b>	<b>3.971.019,08</b>		<b>2.272.739,96</b>	<b>2.272.739,96</b>	<b>9,96</b>	<b>20.548.361,88</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		<b>—</b>	<b>1.480.661,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>22.727.640,00</b>	<b>93.461,84</b>	<b>22.821.101,84</b>	<b>3.971.019,08</b>	<b>3.971.019,08</b>		<b>2.272.739,96</b>	<b>3.753.400,96</b>	<b>9,96</b>	<b>20.548.361,88</b>

FONTE:  
IPUMIRIM, 20/03/2014

Valdir Zanella

Juliano Babinski

Prefeito de Ipumirim

Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	22.727.640,00	22.821.101,84	3.971.019,08	3.971.019,08	2.272.739,96	2.272.739,96	100,00	20.548.361,88
Legislativa	870.244,00	870.244,00	70.609,72	70.609,72	67.830,32	67.830,32	2,98	802.413,68
Ação Legislativa	870.244,00	870.244,00	70.609,72	70.609,72	67.830,32	67.830,32	2,98	802.413,68
Essencial à Justiça	56.000,00	56.000,00	8.850,43	8.850,43	7.514,47	7.514,47	0,33	48.485,53
Defesa da Ordem Jurídica	56.000,00	56.000,00	8.850,43	8.850,43	7.514,47	7.514,47	0,33	48.485,53
Administração	2.063.850,38	2.063.850,38	618.896,69	618.896,69	292.774,08	292.774,08	12,88	1.771.076,30
Planejamento e Orçamento	112.000,00	112.000,00	17.587,62	17.587,62	17.587,62	17.587,62	0,77	94.412,38
Administração Geral	1.884.850,38	1.884.850,38	589.549,15	589.549,15	263.426,54	263.426,54	11,59	1.621.423,84
Controle Interno	67.000,00	67.000,00	11.759,92	11.759,92	11.759,92	11.759,92	0,52	55.240,08
Segurança Pública	75.000,00	75.000,00	50.000,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	0,22	70.000,00
Policimento	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	0,22	45.000,00
Assistência Social	251.600,00	256.600,00	21.975,07	21.975,07	10.220,25	10.220,25	0,45	246.379,75
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.000,00	140.000,00	17.775,07	17.775,07	8.520,25	8.520,25	0,37	131.479,75
Assistência Comunitária	111.600,00	116.600,00	4.200,00	4.200,00	1.700,00	1.700,00	0,07	114.900,00
Saúde	5.214.664,30	5.214.664,30	1.072.947,58	1.072.947,58	758.722,05	758.722,05	33,38	4.455.942,25
Atenção Básica	3.476.164,30	3.476.164,30	734.330,41	734.330,41	592.385,17	592.385,17	26,06	2.883.779,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.560.500,00	1.560.500,00	314.601,89	314.601,89	142.915,45	142.915,45	6,29	1.417.584,55
Suporte Profilático e Terapêutico	41.000,00	41.000,00	5.349,36	5.349,36	5.349,36	5.349,36	0,24	35.650,64
Vigilância Sanitária	96.100,00	96.100,00	13.695,45	13.695,45	13.101,60	13.101,60	0,58	82.998,40
Vigilância Epidemiológica	40.900,00	40.900,00	4.970,47	4.970,47	4.970,47	4.970,47	0,22	35.929,53
Educação	5.304.685,32	5.337.226,92	387.345,25	387.345,25	266.161,62	266.161,62	11,71	5.071.065,30
Alimentação e Nutrição	109.700,00	109.700,00	23.484,84	23.484,84	10.462,14	10.462,14	0,46	99.237,86
Ensino Fundamental	3.659.985,32	3.672.526,92	280.710,38	280.710,38	195.227,08	195.227,08	8,59	3.477.299,84
Ensino Médio	271.900,00	271.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	271.900,00
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Educação Infantil	1.158.100,00	1.178.100,00	83.055,03	83.055,03	60.472,40	60.472,40	2,66	1.117.627,60
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	95,00	95,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	105.000,00	105.000,00	5.703,14	5.703,14	398,45	398,45	0,02	104.601,55
Difusão Cultural	105.000,00	105.000,00	5.703,14	5.703,14	398,45	398,45	0,02	104.601,55

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	22.727.640,00	22.821.101,84	3.971.019,08	3.971.019,08	2.272.739,96	2.272.739,96	100,00	20.548.361,88
Infra-Estrutura Urbana	3.695.900,00	3.701.820,00	713.165,03	713.165,03	203.469,12	203.469,12	8,95	3.498.350,88
Serviços Urbanos	2.875.600,00	2.875.600,00	271.168,56	271.168,56	108.761,77	108.761,77	4,79	2.766.838,23
Saneamento	820.300,00	828.220,00	441.996,47	441.996,47	94.707,35	94.707,35	4,17	731.512,65
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	53.000,00	53.000,00	18.842,50	18.842,50	3.750,00	3.750,00	0,16	49.250,00
Recursos Hídricos	23.000,00	23.000,00	16.742,50	16.742,50	1.650,00	1.650,00	0,07	21.350,00
Agricultura	30.000,00	30.000,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	0,09	27.900,00
Promoção da Produção Animal	1.273.000,00	1.273.000,00	166.665,18	166.665,18	128.123,03	128.123,03	5,64	1.144.876,97
Defesa Sanitária Animal	160.000,00	160.000,00	23.471,08	23.471,08	18.854,58	18.854,58	0,83	141.145,42
Abastecimento	203.000,00	203.000,00	33.112,99	33.112,99	33.112,99	33.112,99	1,46	169.887,01
Extensão Rural	452.000,00	452.000,00	106.141,11	106.141,11	72.215,46	72.215,46	3,18	379.784,54
Indústria	458.000,00	458.000,00	3.940,00	3.940,00	3.940,00	3.940,00	0,17	454.060,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Comércio e Serviços	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Comercial	110.000,00	110.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Transporte	110.000,00	110.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Transporte Rodoviário	1.861.196,00	1.911.196,24	435.030,96	435.030,96	340.082,77	340.082,77	14,96	1.571.113,47
Desporto e Lazer	1.861.196,00	1.911.196,24	435.030,96	435.030,96	340.082,77	340.082,77	14,96	1.571.113,47
Desporto Comunitário	368.000,00	368.000,00	60.618,73	60.618,73	29.418,19	29.418,19	1,29	338.581,81
Encargos Especiais	368.000,00	368.000,00	60.618,73	60.618,73	29.418,19	29.418,19	1,29	338.581,81
Serviço da Dívida Interna	1.300.500,00	1.300.500,00	338.368,80	338.368,80	159.275,61	159.275,61	7,01	1.141.224,39
Outros Encargos Especiais	337.500,00	337.500,00	26.949,32	26.949,32	26.949,32	26.949,32	1,19	310.550,68
	963.000,00	963.000,00	311.419,48	311.419,48	132.326,29	132.326,29	5,82	830.673,71

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.727.640,00	22.821.101,84	3.971.019,08	3.971.019,08	2.272.739,96	2.272.739,96	100,00	20.548.361,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.727.640,00	22.821.101,84	3.971.019,08	3.971.019,08	2.272.739,96	2.272.739,96	100,00	20.548.361,88

FONTE:

IPUMIRIM, 20/03/2014

Valdir Zanella	Juliano Babinski
Prefeito de Ipumirim	Contador CRCSC 026089/O-9

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.262.900,00	1.262.900,00	169.132,95	169.132,95	13,39
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	158.900,00	158.900,00	1.105,83	1.105,83	0,70
1.1.1- IPTU	151.000,00	151.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.900,00	4.900,00	945,94	945,94	19,30
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	159,89	159,89	7,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	118.000,00	118.000,00	33.904,24	33.904,24	28,73
1.2.1- ITBI	118.000,00	118.000,00	33.904,24	33.904,24	28,73
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.200,00	650.200,00	92.050,05	92.050,05	14,16
1.3.1- ISS	645.000,00	645.000,00	91.451,08	91.451,08	14,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	500,00	500,00	15,57	15,57	3,11
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	4.700,00	4.700,00	522,10	522,10	11,11
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	61,30	61,30	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	335.800,00	335.800,00	42.072,83	42.072,83	12,53
1.4.1- IRRF	335.800,00	335.800,00	42.072,83	42.072,83	12,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	17.280.875,00	17.280.875,00	3.271.802,47	3.271.802,47	18,93
2.1- Cota-Parte FPM	5.486.575,00	5.486.575,00	1.230.024,26	1.230.024,26	22,42
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.486.575,00	5.486.575,00	1.230.024,26	1.230.024,26	22,42
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.887.800,00	10.887.800,00	1.927.278,66	1.927.278,66	17,70
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.500,00	50.500,00	8.346,92	8.346,92	16,53
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	156.300,00	156.300,00	29.164,43	29.164,43	18,66
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	47,63	47,63	3,18
2.6- Cota-Parte IPVA	698.200,00	698.200,00	76.940,57	76.940,57	11,02
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>18.543.775,00</b>	<b>18.543.775,00</b>	<b>3.440.935,42</b>	<b>3.440.935,42</b>	<b>18,56</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	—	0,00	877,70	877,70	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	877,70	877,70	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	167.300,00	167.300,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	167.300,00	167.300,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	476.600,00	476.600,00	52.383,88	52.383,88	10,99
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>643.900,00</b>	<b>643.900,00</b>	<b>53.261,58</b>	<b>53.261,58</b>	<b>8,27</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.444.560,00	3.444.560,00	654.360,04	654.360,04	19,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.085.700,00	1.085.700,00	246.004,78	246.004,78	22,66
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.177.560,00	2.177.560,00	385.455,52	385.455,52	17,70
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.100,00	10.100,00	1.669,38	1.669,38	16,53
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	31.260,00	31.260,00	5.832,87	5.832,87	18,66
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	9,52	9,52	3,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	139.640,00	139.640,00	15.387,97	15.387,97	11,02
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	3.021.300,00	3.021.300,00	551.539,74	551.539,74	18,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.021.300,00	3.021.300,00	547.901,46	547.901,46	18,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	3.638,28	3.638,28	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-423.260,00</b>	<b>-423.260,00</b>	<b>-106.458,58</b>	<b>-106.458,58</b>	<b>25,15</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.472.631,92	2.472.710,95	151.400,60	151.400,60	6,12
13.1- Com Educação Infantil	497.000,00	497.000,00	25.127,32	25.127,32	5,06
13.2- Com Ensino Fundamental	1.975.631,92	1.975.710,95	126.273,28	126.273,28	6,39
14- OUTRAS DESPESAS	548.668,08	581.130,65	52.519,42	52.519,42	9,04
14.1- Com Educação Infantil	350.000,00	370.000,00	32.967,20	32.967,20	8,91
14.2- Com Ensino Fundamental	198.668,08	211.130,65	19.552,22	19.552,22	9,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.021.300,00	3.053.841,60	203.920,02	203.920,02	6,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					32.541,60
17.1 - FUNDEB 60%					79,03
17.2 - FUNDEB 40%					32.462,57
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					32.541,60
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					171.378,42
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					27,44
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					3,64
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					68,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					32.541,60
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					32.541,60
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.635.943,75	4.635.943,75	860.233,86	860.233,86	18,56
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.146.000,00	1.166.000,00	60.472,40	60.472,40	5,19
23.1- Creche	1.146.000,00	1.166.000,00	60.472,40	60.472,40	5,19
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	847.000,00	867.000,00	58.094,52	58.094,52	6,70
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	299.000,00	299.000,00	2.377,88	2.377,88	0,80
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.212.585,32	3.225.126,92	195.227,08	195.227,08	6,05
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.174.300,00	2.186.841,60	145.825,50	145.825,50	6,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.038.285,32	1.038.285,32	49.401,58	49.401,58	4,76
25- ENSINO MÉDIO	271.900,00	271.900,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.730.485,32	4.763.026,92	255.699,48	255.699,48	5,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-106.458,58
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.638,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					32.541,60
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-70.278,70
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					325.978,18
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					9,47
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	307.300,00	307.300,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	236.900,00	236.900,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	544.200,00	544.200,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.274.685,32	5.307.226,92	255.699,48	255.699,48	4,82



MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	66.704,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	547.901,46	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	220.279,41	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	214.194,07	0,00
49.2 Restos a Pagar	6.085,34	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.638,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	397.965,10	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 32.541,60, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 7, DL 2-2014/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 2/2014 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 7/2014 <b>Data do Processo:</b> 19/03/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 7/2014  
b ) Licitação Nr.: 2/2014-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 19/03/2014  
e ) Objeto da Licitação: contratação de empresa para Capacitação e Aperfeiçoamento continuado, para profissionais na área da Saúde do Município de Ipumirim.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO (7013)**

1	Curso capacitação profissionais na área da saúde, aperfeiçoamento continuado, - Pagamento de professores. 6.593,00 - pagamento grupo teatral de motivação- 400,00 - transportes- 184,00 - materiais Didáticos- 650,00, perfazendo um total de 7.827,00 com as seguintes programações anexas ao edital	UN	1,00	0,0000	7.827,00	7.827,00
---	--	----	------	--------	----------	----------

**Total do Fornecedor: 7.827,00**

**Total Geral: 7.827,00**

Ipumirim, 19 de Março de 2014.

-----  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 11, PP 5-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 11/2014 <b>Data do Processo:</b> 05/03/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014, conforme especificações anexo ao edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 6/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 20 de Março de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 11/2014, Licitação nº 5/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte dias do mês de março do ano de 2.014, às nove horas, reuni-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua equipe de apoio, constituída pela funcionária pública Jucilene Goldoni Calari, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: CANTINHO DO ARTESANATO LTDA - ME e BRUNA APARECIDA FEO - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.2, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª MONALIZA MARTINI RISSI sócia proprietária da empresa CANTINHO DO ARTESANATO LTDA - ME e a Srª BRUNA APARECIDA FEO sócia proprietária da empresa BRUNA APARECIDA FEO - ME. As empresas acima citadas se credenciam como Micro Empresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigência do presente Edital. Os representantes das empresas denegaram expressamente o direito de recorrer das fases desta licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representantes legais das licitantes presente ao final da sessão.

**Participante:** 9635 - BRUNA APARECIDA FEO - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014, conforme especificações anexo ao edital.	H	1.116,00		0,0000	17,00	18.972,00

**Total do Participante ----->** 18.972,00

**Total Geral ----->** 18.972,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2014 Data do Processo: 05/03/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 20 de Março de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)  
JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 11, PP 5-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 11/2014 <b>Data do Processo:</b> 05/03/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 11/2014  
b ) Licitação Nr.: 5/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 21/03/2014  
e ) Objeto da Licitação contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014, conforme especificações anexo ao edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**BRUNA APARECIDA FEO - ME (9635)**

1 contratação de Monitora para prestação de serviço curso Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos (natalinos) Biscuit, teatro, bordado, artes visuais e atividades socioeducativas, para Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família, crianças/adolescentes, do programa socioeducativo e atividades de artesanato com crianças do projeto Bom na Escola Bom de Bola, para o ano de 2014, conforme especificações anexo ao edital.	H	1.116,00	0,0000	17,00	18.972,00
---	---	----------	--------	-------	-----------

**Total do Fornecedor: 18.972,00**

**Total Geral: 18.972,00**

Ipumirim, 21 de Março de 2014.

-----  
Valdir Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Lei Nº. 1.782/2014

LEI N.º 1.782/2014.

“ALTERA O ARTIGO 14 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

artigo 14 da Lei Complementar nº 059/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O processo de promoção por titulação será aberto quando da apresentação dos certificados descritos no artigo 11 e terá seus direitos pecuniários a partir do requerimento administrativo”.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis, em 19 de março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 2570/2014

Decreto nº 2.570/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme artigo 13.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil) conforme discriminação seguinte:

09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024 (121)

Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito citado acima serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, apurado por fonte de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de fevereiro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Extrato de Processo 08/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 04 de abril de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02 e nº 8.666/93, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DA SAÚDE. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br)

Irineópolis, 21 de março de 2014.

FRANCISCO ERALDO KONKEL

Responsável Interino do F. M. S.

**Itaiópolis****PREFEITURA****Extrato de Edital**

Processo Licitatório nº 26/2014 – Dispensa de Licitação nº 1/2014. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de gasolina comum e etanol para frota municipal. Contratada: Posto Estiva Ltda. EPP. Valor Unitário: R\$ 2,849 o litro da gasolina comum e R\$ 2,399 o litro do etanol. Totalizando R\$ 3.601,72. PRAZO: 30 (trinta) dias. Fundamentação Legal: artigo 24, inciso IV da Lei 8666/93.

Itaiópolis, 20/03/2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal

**Itapiranga****PREFEITURA****Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 46/2014  
Dispensa de Licitação nº 46/2014  
Partes: Município de Itapiranga e SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Santa Catarina  
Objeto: Contratação do SEBRAE para elaboração de plano estratégico de desenvolvimento de Itapiranga, definindo metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo e seus respectivos indicadores.  
Fundamento: Inciso XIII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93  
Valor: R\$ 35.000,00  
Vigência: 31/12/2014

Itapiranga - SC., 21 de março de 2014  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 45/2014

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 45/2014, cujo objeto é a contratação de serviços de máquinas e caminhão para atendimento aos programas autorizados por Leis Municipais e outros serviços de interesse desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 03 de abril de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por e-mail: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 21 de março de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 47/2014  
Dispensa de Licitação nº 47/2014

Partes: Município de Itapiranga e Shark Máquinas para Construção Ltda

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças, serviços e deslocamento para manutenção periódica de 500 horas, do trator de esteiras New Holland D-140B, a disposição da secretaria de transportes desta municipalidade.

Fundamento: XVII, o artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

Valor: R\$ 3.494,81  
Vigência: 31/12/2014

Itapiranga - SC., 21 de março de 2014  
Milton Simon  
Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### Contrato Administrativo Nº14/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO nº 14/2014  
Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: TES TECNOLOGIA SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA, com sede à Rodovia Anhanguera, SP 330 Km 296, Bairro: Industrial, na cidade de Cravinhos/SP, CEP: 14.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 62.517.297/0001-14, e Inscrição Estadual nº279.016.675.113, representada neste ato pelo diretor geral Sr. FRANCISCO DE PAULO VIEIRA BORBA portador do CNPF/MF nº 068.447.668-15 e do CI.RG nº 4.225.261 SSP/SP.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014 – PROCESSO Nº 14/2014

Objeto: Aquisição de um terminal de videoconferência, incluindo sua instalação e configuração, um computador e dois no-breaks, para uso no e-Tec do Instituto Federal de SC, Polo de Itapoá, conforme especificações e demais condições constantes no Edital.

VALOR R\$: 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2014.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato Ata de Registro de Preço Nº 10.14

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.157.032/0001-22 e Inscrição Estadual: 252.244.710, com sede à Estrada Boa Esperança, nº 1918, Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, CEP: 89160-000, representada neste ato pelo Sr. JORGE HENRIQUE DA SILVA portador do CNPF/MF nº 481.293.139-87 e do CI. RG nº 1.421.312/SESPDC-SC

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 79.825,50 (Setenta e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a

validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato Ata de Registro de Preço Nº 11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2014  
Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.800.317/0001-09 e Inscrição Estadual: 254038220, com sede à Rua Tupy, nº 1723, Bairro Brasília, Joinville- SC, CEP: 89214-505, representada neste ato pelo Sr. EGDIO DAGIOS JUNIOR portador do CNPF/MF nº 794.424.559-15 e do CI.RG nº 2.234.873 SSP/DF.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato Ata de Registro de Preço Nº 12.14

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.505.263/0001-40 e Inscrição Estadual: 253962625, com sede à Rua Rua Colibri, 425, Salto Weissbach, Blumenau - SC, CEP: 89.032-235, representada neste ato pelo Sr. LAERTE BORGONOV0 portador do CNPF/MF nº 481.276.399-15 e do CI.RG nº 1.424.524.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 20.344,30 (Vinte mil trezentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 13.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.200.303/0001-22 e Inscrição Estadual: 039/0140279, com sede à Av Maurício Cardoso, 706, centro, Erechim - RS, CEP: 99.700-000, representada neste ato pelo Sr. NÉDIO JUSTINO MASSOCHIN JÚNIOR portador do CNPF/MF nº 010.448.960-00 e do CI.RG nº 4092420878 SSP-RS.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 4.376,00 (Quatro mil trezentos e setenta e seis reais)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 14.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.802.002/0001-02 e Inscrição Estadual: 253.148.995, com sede à Estrada Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, CEP: 89.163-554, representada neste ato pelo Sr. ANACLETO FERRARI portador do CNPF/MF nº 523.140.819-00 e do CI.RG nº 1.428.772.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 7.999,60 (Sete mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 15.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.033.589/0001-12 e Inscrição Estadual: 253.869.366, com sede à Rua Fernando de Souza de Silva, 1199, Itoupava Norte, Blumenau - SC, CEP: 89052-475, representada neste ato pelo Sr. MARCOS MAURILIO PEREIRA portador do CNPF/MF nº 808.696.299-72 e do CI.RG nº 2.799.192-0 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 44.679,00 (Quarenta e quatro mil seiscentos e setenta e nove reais)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 16.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.501.603/0001-65 e Inscrição Estadual: 253.990.807, com sede à Av. Oscar Barcelos, nº 205, Rio do Sul - SC, CEP: 89.160-000, representada neste ato pelo Sr. GILMAR LAMEGO portador do CNPF/MF nº 539.236.009-25 e do CI.RG nº 7/R 1.228.743/SSI/SC

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 13.091,10 (Treze mil noventa e um real e dez centavos)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 17.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.250.676/0001-93 e Inscrição Estadual: 251.290.131, com sede à Rua Joaquim Nabuco, nº 1695, Capoeiras, Florianópolis – SC, CEP: 88090-060, representada neste ato pelo Sr. ARION PEIXOTO GERSHENSON portador do CNPF/MF nº 151.644.970-34 e do CI.RG nº 1012067268.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 16.130,00 (Dezesseis mil cento e trinta reais)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 18.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.365.644/0001-25 e Inscrição Estadual: 256.353.204, com sede à Rua Maria Umbelina da Silva, 680, sala 01 e 02, Água Verde, Jaraguá do sul - SC, CEP: 88252-490, representada neste ato pela Sra. FRANCINI RANIELI POSTAI portadora do CNPF/MF nº 064.036.249-46 e do CI.RG nº 4691840SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 5.358,70 (Cinco mil trezentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 19.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.101.480/0001-01 e Inscrição Estadual: 90492848-85, com sede à Rua das Carmelitas, 634, Vila Hauer, Curitiba - PR, CEP: 81610-070, representada neste ato pelo Sr. CLAUDEMIR JOSÉ DOS SANTOS portador do CNPF/MF nº 841.542.099-49 e do CI.RG nº 5885749-1 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014 - PROCESSO Nº25/2014

Objeto: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ R\$ 30.568,30 (Trinta mil quinhentos e sessenta e oito reais e trinta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 03.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: JCT MONTEIRO COMÉRCIO E PAPELARIA ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.731.267/0001-26 e Inscrição Estadual: 90608567-42, com sede à Rua Fidelino Figueiredo 381/1, Curitiba- PR, CEP: 81.330-340, representada neste ato pelo Sr. JOSÉ CARLOS TRINDADE MONTEIRO portador do CNPF/MF nº 518.592.709-72 e do CI.RG nº 171780518 SSP/SC

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2013-REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013-PROCESSO Nº135/2013

Objeto: Aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares, material de expediente e didático para atender a Secretaria de educação e suas unidades escolares de educação infantil e de ensino fundamental, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 79.735,66 (Setenta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 18 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 04.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEM ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.765.586/0001-88 e Inscrição Estadual: 90624097-19, com sede à Rua Caetano Marchesini, nº 626, Portão, Curitiba - PR, CEP: 81.070-110, representada neste ato pelo Sr. MARCELO JACOB portador do CNPF/MF nº 026.131.759-82 e do CI.RG nº 6.758.981-5 SESP/PR

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2013-REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013-PROCESSO Nº135/2013

Objeto: Aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares, material de expediente e didático para atender a Secretaria de educação e suas unidades escolares de educação infantil e de ensino fundamental, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 54.841,91 (Cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta e um real e noventa e um centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 18 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 05.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MÁXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 85.260.164/0001-00 e Inscrição Estadual: 252426240, com sede à Rua Adolfo Konder, nº 279, Ceramarte, Rio Negrinho - SC, CEP: 89.295-000, representada neste ato pelo Sr. LUIZ AMARILDO MUELLER portador do CNPF/MF nº 516.501.429-00 e do CI.RG nº 1646471

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2013 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013-PROCESSO Nº135/2013

Objeto: Aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares, material de expediente e didático para atender a Secretaria de educação e suas unidades escolares de educação infantil e de ensino fundamental, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 33.434,85 (Trinta e três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 18 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 06.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: FERNANDO DE AVIZ EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.362.737/0001-78 e Inscrição Estadual: 254.479.146, com sede à Rua dos Escoteiros, nº 680, Fátima, Joinville - SC, CEP: 89229-320, representada neste ato pelo Sr. FERNANDO DE AVIZ portador do CNPF/MF nº 037.367.639-56 e do CI.RG nº 3923566

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2013 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013-PROCESSO Nº135/2013

Objeto: Aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares, material de expediente e didático para atender a Secretaria de educação e suas unidades escolares de educação infantil e de ensino fundamental, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: R\$ 56.873,93 (Cinquenta e três mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e três centavos)

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 18 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Extrato Ata de Registro de Preço Nº 07.14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.008.570/0001-00 e Inscrição Estadual: 255.467.893, com sede à Rua Irmgard Carl, nº 225, Escola Agrícola, Blumenau - SC, CEP: 89037-555, representada neste ato pelo Sr. DIEGO ALESSANDRO CARL portador do CNPF/MF nº 048.425.629-78 e do CI.RG nº 4.514.517-2 SSP/SC

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2013 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013-PROCESSO Nº135/2013

Objeto: Aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares, material de expediente e didático para atender a Secretaria de educação e suas unidades escolares de educação infantil e de ensino fundamental, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$ 93,20 (Noventa e três reais e vinte centavos)

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 18 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL



**Ata de Egitro de Preço Nº 08/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, com sede à Av. Sete de setembro, nº 236, Bairro: Centro, na cidade de Tapejara/RS, CEP: 99.950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 88.197.330/0001-60, e Inscrição Estadual n.º 138.0018576, representada neste ato pelo representante legal Procurador o Sr. SANDER ESTEVÃO PANISSON portador do CNPF/MF nº 420.401320-15 e do CI.RG nº 10.329.251-49 SSP/RS

Licitação: pregão presencial nº 12/2014 REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2014- PROCESSO Nº 21/2014.

Objeto: Aquisição de pneus de 1º linha, certificados pelo INMETRO, para manutenção da frota de máquinas pesadas, caminhões e veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

VALOR R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Ata de Registro de Preço Nº 09/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA, com sede à Av. Cavallhada, nº 3489, Bairro: Cavallhada, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 91.740-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 93.988.921/0001-95, e Inscrição Estadual n.º 43.20214555-2, representada neste ato pelo sócio o Sr. LEONARDO CHIOT portador do CNPF/MF nº 416.653.170-00 e do CI.RG nº 8025420624 SSP/RS

Licitação: pregão presencial nº 12/2014 REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2014- PROCESSO Nº 21/2014.

Objeto: Aquisição de pneus de 1º linha, certificados pelo INMETRO, para manutenção da frota de máquinas pesadas, caminhões e veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

VALOR R\$ 29.346,00 (vinte e nove mil trezentos e quarenta e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de março de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

**Dispensa Nº 03/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº03/2014

PROCESSO N.º 31/2014

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que o local atende o interesse público por se tratar de local adequado conforme a Lei nº 8.242 de 12/10/1991, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando que o imóvel atende aos interesses da Secretaria quanto a sua estrutura e espaço físico.

Considerando o Parecer jurídico nº 30/2014 da Diretoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores:

a) RONALDO JOSE DOS SANTOS, Creci nº 17561/SC, no valor de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais);

b) JONECIR SOARES, Creci nº 10718/SC, no valor de R\$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais);

c) ROSÂNGELA GONÇALVES FERREIRA, Creci nº 12.943/SC, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais);

Autoriza a locação do objeto abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei n 8.666/93.

2. OBJETO: Locação de um Imóvel em alvenaria, com aproximadamente 76,65 m2 para funcionamento da sede da extensão da Creche Mundo Encantado, na localidade do Balneário Palmeiras.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Imóvel em alvenaria, contendo 02 (dois) quartos, 01 (uma) suíte, sala e cozinha, 01 (um) banheiro social, garagem, totalizando a área construída de 76,65 m2, com quintal aberto na frente e nos fundos do imóvel, murado, localizado sob a Rua Curitiba, nº 303, constituído pelo Lote n.º 05 da Quadra n.º 31 do loteamento denominado Balneário Palmeiras, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a matrícula de n.º 18.031 – livro n.º 02 – ficha n.º 01;

4. VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 11.833,20 (onze mil oitocentos e trinta e três reais e vinte centavos) que será pago em 09 (nove) parcelas de R\$ 1.250,00 e mais 14 (quatorze) dias correspondente aos dias 18 a 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 583,20 (quinhentos e oitenta e três reais e dois mil trezentos e setenta e cinco milésimos de centavos).

5. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:

Descrição	Código	Unid.	Função	Sub-função	Programa	Proj. ativ	FR	Sub elemento
Fundo Municipal de Educação	30	01	12	361	21	2095	10100	33903615

6. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 17/03/2014, finalizando-se em 31/12/2014, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

7. CONTRATADO: SIBILIA BAZI, brasileira, casada, do lar, portador do CI. RG n.º 1.234.084 SSI/SC, e inscrito no CNPF/MF sob nº 099.817.848-93, residente e domiciliado a Rua Curitiba nº303, Balneário: Palmeiras, nesta cidade de Itapoá/SC.

Itapoá, 20 de março de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

**Contrato Administrativo Nº 15/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO nº 15/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SIBILIA BAZI, brasileira, casada, do lar, portador do CI. RG nº 1.234.084 SSI/SC, e inscrito no CNPF/MF sob nº 099.817.848-93, residente e domiciliado a Rua Curitiba nº303, Balneário: Palmeiras, nesta cidade de Itapoá/SC.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014 – PROCESSO Nº 31/2014

Objeto: locação de um Imóvel em alvenaria, , contendo 02 (dois) quartos, 01 (uma) suíte, sala e cozinha, 01 (um) banheiro social, garagem, totalizando a área construída de 76,65 m2, com quintal aberto na frente e nos fundos do imóvel, murado, localizado sob a Rua Curitiba, nº 303, constituído pelo Lote nº 05 da Quadra nº 31 do loteamento denominado Balneário Palmeiras, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a matrícula de nº 18.031 – livro nº 02 – ficha nº 01;

DATA DA ASSINATURA: 20/03/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá início em 17/03/2014, finalizando-se em 31/12/2014, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 20 de março de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

**Extrato do Contrato Nº 059/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): PRE MOLDADOS PAGANI LTDA EPP  
Valor Global: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil quinhentos reais).  
Vigência: Início: 28/02/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 004/2014/PMJM  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22/2014.

Jacinto Machado – SC, 28 de Fevereiro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 060/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP  
Valor Global: R\$ 59.981,00 (cinquenta e nove mil novecentos e oitenta e um reais).  
Vigência: Início: 07/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 017/2014/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 7 de Março de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 061/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): NAZAMAK PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME  
Valor Global: R\$ 11.798,00 (onze mil setecentos e noventa e oito reais).  
Vigência: Início: 07/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 019/2014/PMJM  
Dotação: 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO  
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO EM MÁQUINA PESADA RETRO CASE 580M DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE JACINTO MACHADO.

Jacinto Machado – SC, 7 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 062/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): MECANICA E ACESSÓRIO TONETTO LTDA EPP  
Valor Global: R\$ 10.355,00 (dez mil trezentos e cinquenta e cinco reais).

Vigência: Início: 07/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 019/2014/PMJM  
Dotação: 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO EM MÁQUINA PESADA RETRO CASE 580M DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE JACINTO MACHADO.

Jacinto Machado – SC, 7 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 063/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME  
Valor Global: R\$ 75.466,60 (setenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos).

Vigência: Início: 07/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 020/2014/PMJM  
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.033.3390.00 - 116 - 79/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E PREDITIVAS DOS CAMINHÕES MERCEDES BENZ E VOLKSWAGEN DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 7 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 064/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): VITORIO BORGES - ME  
Valor Global: R\$ 55.704,00 (cinquenta e cinco mil setecentos e quatro reais).

Vigência: Início: 10/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 021/2014/PMJM  
Dotação: 2.008.3390.00 - 95 - 35/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 104 - 37/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.008.3390.00 - 94 - 34/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DE USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 10 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 065/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): CLEUSA CASAGRANDE PATEL ME  
Valor Global: R\$ 15.250,00 (quinze mil duzentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 005/2014/PMJM

Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA RECONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, CONFORME DECRETO Nº 22/2014.

Jacinto Machado – SC, 11 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 066/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): AELSON LESSA & CIA LTDA  
Valor Global: R\$ 21.210,00 (vinte e um mil duzentos e dez reais).

Vigência: Início: 14/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014/PMJM  
Dotação: 2.008.3390.00 - 95 - 35/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 104 - 37/2014 - MANUTENÇÃO



DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 94 - 34/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FRETAMENTO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS DO ENSINO PÚBLICO DE JACINTO MACHADO NO ANO LETIVO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 14 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 067/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): PASSOS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA ME

Valor Global: R\$ 25.935,00 (vinte e cinco mil novecentos e trinta e cinco reais).

Vigência: Início: 14/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014/PMJM

Dotação: 2.008.3390.00 - 95 - 35/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 104 - 37/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 94 - 34/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FRETAMENTO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS DO ENSINO PÚBLICO DE JACINTO MACHADO NO ANO LETIVO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 14 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 069/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor Global: R\$ 19.150,00 (dezenove mil cento e cinquenta reais).

Vigência: Início: 14/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 023/2014/PMJM

Dotação: 1.006.4490.00 - 80 - 8/2014 - EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL 2.048.4490.00 - 80 - 93/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO 2.005.3390.00 - 80 - 13/2014 - MANUT. DOS SERV. ADMINISTRATIVOS E DE PLANEJAMENTO

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA SEREM UTILIZADOS NA SECRETARIA DE AGRICULTURA IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE E NO CENTRO ADMINISTRATIVO DE JACINTO MACHADO.

Jacinto Machado – SC, 14 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Extrato do Contrato Nº 070/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratado (a): MECANICA E ACESSÓRIO TONETTO LTDA EPP

Valor Global: R\$ 61.050,00 (sessenta e um mil e cinquenta reais).

Vigência: Início: 14/03/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 024/2014/PMJM

Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM MÁQUINAS PESADAS DA SEC. DE AGRICULTURA E SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado – SC, 14 de Março de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

#### **Dispensa de Licitação P/ Compras E Serviços Nº 004/2014/Pmjm Processo Licitatório Nº 032/2014/Pmjm**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 004/2014/PMJM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2014/PMJM

Homologação: 28/02/2014

Contratado: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA EPP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22/2014.

Valor da Despesa: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil quinhentos reais)

Fundamento: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 28 de Fevereiro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Extrato de Termo de Convênio Nº 05/2014 – PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2014 – PMJ  
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),  
CONVENIADO: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 59.589,48 (CINQUENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), A SER REPASSADO EM PARCELAS MENSAS DE R\$ 4.965,79 (QUATRO MIL, NOVECENTOS E SESENTA E CINCO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROJ./ATIVIDADE: 2.052 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES - ENSINO ESPECIAL  
MODALIDADE APLICAÇÃO: 112 3.3.50.00.00.00.00.00  
00.01.0000.000000 (TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS).

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA

JOAÇABA (SC), EM 20 DE MARÇO DE 2014.  
MARCOS WEISS WALDEMAR RONSSSEN JÚNIOR  
PREFEITO EM EXERCÍCIO PRESIDENTE

### Lei Nº 4.463 de 17 de Março de 2014.

LEI Nº 4.463 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

“DENOMINA RUA HELENA MARIA, UMA DAS VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO BAIRRO BOA VISTA, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica denominada “ Rua Helena Maria”, a rua sem saída localizada na estrada do Bairro Boa Vista com início na Rua Ari Rodrigues Maia e extensão aproximada de 75 metros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

### Errata Extrato Contrato 159/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA – SC

Errata ao extrato de contrato nº 159/2014/PMJ, publicado no DOM em 13/03/2014.

1) Onde se lê:

“VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 9.253.081,05 (nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitenta e um reais e cinco centavos), sendo:

R\$ 8.164.689,13 (oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e treze centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

R\$ 906.958,96 (novecentos e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), correspondente aos serviços”;

Leia-se:

“VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 9.253.081,05 (nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitenta e um reais e cinco centavos), sendo:

R\$ 8.164.689,13 (oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e treze centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

R\$ 906.958,96 (novecentos e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), correspondente aos serviços.

R\$ 181.432,96 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e seis centavos), correspondente a mobilização e desmobilização.”

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, março de 2014.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto Legislativo Nº 001/2014 de 21 de Março de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2014 DE 21 DE MARÇO DE 2014.  
CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO JOAÇABENSE A JAYME SCHERER PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

Faz saber a todos os habitantes que o Plenário aprova e nós promulgamos o presente

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de CIDADÃO JOAÇABENSE ao Sr. JAYME SCHERER pelos relevantes serviços prestados ao Município de Joaçaba.

Art. 2º - A realização de Sessão Solene para entrega da honraria será acordada entre a Mesa Diretora e o homenageado.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2014.

VEREADOR FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente

**Lages****PREFEITURA****Rerratificação TP 01-2014 FMAS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Executivo de Licitações e Contratos

**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014 FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO PARA IMPLANTAÇÃO DO CRAS NO BAIRRO GRALHA AZUL.

O Município de Lages Em atenção a pedidos de esclarecimentos, sobre irregularidades detectadas nos anexos do edital, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no §4º do Inciso IV, do Art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, leva-se ao conhecimento dos interessados, a nova data para abertura da sessão e recebimento dos envelopes, marcada para o dia 08/04/2014 às 10:00 horas.

Em relação as alterações que se fizeram necessárias, encaminhar-se-á novo CD, diretamente aos interessados que retiraram o Edital. As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 21 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**PP 20-2014 SMS; PP 42 e 43-2014 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Executivo de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 20-2014 SMS Objeto: Prestação de Serviços de Desinsetização, Desratização e Limpeza de Águas

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 25/04/2014 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 27.798,35

Modalidade: PP 43-2014 PML Objeto: Outorga de Concessão de uso para realizar, organizar e explorar a Festa Nacional do Pinhão.

Tipo: Maior Oferta Abertura: 03/04/2014 às 09:00  
Valor Mínimo da Oferta: R\$ 86.860,44 por evento

Modalidade: PP 42-2014 PML Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos

Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 28/04/2014 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 1.044.971,52

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br"www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**Lauro Muller****PREFEITURA****Classificação Final Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014

O município de Lauro Müller homologa a classificação final dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 para o cargo de Servente/Merendeira

Classificação	Nome	NOTA
1	ATAISE MENDES	8,5
2	CHAIANE DA SILVA	8,0
3	ROSELI INÊS ZANATTA MEDEIROS	7,5
4	PAMELA BENEDETT	7,5
5	CAMILA MENDES	7,0
6	VANESSA DE MEDEIROS CÂNDIDO	7,0
7	CASILDA COSMIM GOULART CAMILO	6,5
8	ROSÂNGELA TOMAZ ANTÔNIO	6,5
9	TATIANE PEREIRA BARBOSA	6,5
10	ROSIANE SÉRGIO	6,5
11	IVONETE DA SILVA CUSTÓDIO	6,0
12	VERIDIANA CARBONI	6,0
13	MARIA DAS GRAÇAS GOMES MENDES	5,5
14	ROSILDA BORGES DE OLIVEIRA	5,5
15	JULIANA DE SOUZA	5,5
16	ROSANGELA DA ROSA FRANÇA DA ROSA	5,0
Reprovada	ROSANI POSSAMAI DELA COLLI	4,5
Reprovada	ANGELITA GOULART PANDINI	4,5
Reprovada	MARIA ADELAIDE TEZZA	4,5
Reprovada	MARIA APARECIDA DA ROSA LEANDRO	4,5
Reprovada	ELIONÁ R. FENILLI	4,0
Reprovada	ISABEL C. CANDIDO	3,5
Reprovada	REGINA DA ROSA CORRÊIA GOULART	3,5
Reprovada	SÔNIA PANDINI DA ROSA	3,5
Reprovada	RITA DE CASSIA ELIAS	3,5
Reprovada	JULIANA F. BORGES	3,0
Reprovada	CINARA DURANT	3,0
Reprovada	MARIA VANDERLI SILVA HEINZEN	3,0
Reprovada	MARIA MARGARETI MADALENA	3,0
Reprovada	MARIA DA GRAÇA MATEUS RODRIGUES	2,5
Reprovada	BERNADETE DOMINGOS	2,5
Reprovada	MARIA MARCELINO MARTINS VIEIRA	2,5
Reprovada	INÊS MARTINS ALVES	2,0
Reprovada	SÔNIA MARIA RAULINO HIPOLITO	2,0
Reprovada	VANDERLÉIA LORENZI	2,0
Ausente	CRISTIANE DA SILVA	----
Ausente	DAIANA VIEIRA PEREIRA	----
Ausente	MARIA APARECIDA CARDOSO SANTANA	----
Ausente	MILITANA BELTRAME TEIXEIRA	----
Ausente	MARIA DE JESUS SANTOS DA SILVA	----
Ausente	MICHELE DA SILVA	----
Ausente	ROSINETE TOMAZ ANTONIO	----

LAURO MÜLLER (SC), 18 DE MARÇO DE 2014.

JULIANA ZANIN PIUCO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

**ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 5/FMS/2014**

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 5/FMS/2014

ABERTA A SESSÃO E O ENVELOPE DA PROPOSTA DA EMPRESA FERNANDA SILVA TEIXEIRA FORA ABERTO, APRESENTANDO SUA PROPOSTA TORNANDO-SE HABILITADA SENTO QUE FOI A ÚNICA EMPRESA A PARTICIPAR DO CERTAME. FACE A AUSENCIA DA LICITANTE, A COMISSAO DECIDE ABRIR PRAZO DE RECURSO E COMUNICAR AS EMPRESAS PARTICIPANTES. NADA MAIS, FOI ENCERRADO A PRESENTE SESSÃO.

Lauro Muller 20 de março de 2014.  
Allan Croceta.  
Pregoeiro

**Dispensa Pmlm Nº45/2014 Processo Nº44/2014**

DISPENSA PMLM Nº45/2014 PROCESSO Nº45/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, com sede na rua Walter Vertteli, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.9009/0001-24, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS DE MANUT DE REDE DE AGUA BARRO BRANCO/ MANUT E CONSERVAÇÃO CEMITERIO GUATA.

CONTRATADO: SR LINDOMAR ANTONIO BERNARDO

VALOR GLOBAL: 9.800,00 ( nove mil e oitocentos reais)  
CONTRATADO: SR RUBERVAL RUFINO BARELO

VALOR GLOBAL: 9.900,00 ( nove mil e novecentos reais)  
VIGÊNCIA: 31/12/2014

Lauro Müller, 20 de março de 2014.

**Lebon Régis****PREFEITURA****Aviso de Licitação**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGAO PRESENCIAL 05/2014

O Município de Lebon Régis-SC torna público que às 14:10h do dia 02/04/2014 realizará licitação na modalidade de Pregao Presencial para um Rolo Compactador, com rolo do tipo liso, novo, para a recuperação das estradas vicinais do Município especificadas no Anexo I, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, mediante as especificações e condições previstas no edital. Maiores informações no Setor de Compras e Licitações ou pelo e-mail: licitações@lebonregis.sc.gov.br ou fone (49) 3247 0188.

Adair da Silva Mattos  
Pregoeiro.  
Lebon Régis, 21 de março de 2014.

**Aviso de Licitação**

FUNDO DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO 02/2014  
PREGAO PRESENCIAL 02/2014

O Município de Lebon Régis-SC torna público que às 14:10h do dia 03/04/2014 realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de um motor completo e seus componentes originais da linha de montagem e serviços de mão de obra mecânica autorizados pela montadora para o veículo Masteramp Rotan, ano 2009, modelo 2010 placa MHP 6047, Chassi 93YADCYH6AJ333671, mediante as especificações e condições previstas no edital. Maiores informações no Setor de Compras e Licitações ou pelo e-mail: licitações@lebonregis.sc.gov.br ou fone (49) 3247 0188.

Adair da Silva Mattos  
Pregoeiro.  
Lebon Régis, 21 de março de 2014.

**Extrato de Contratos**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/14  
HOMOLOGAÇÃO: 10/03/14  
CONTRATADO: DAL-MAS & AMARAL LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção e material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.600,00 (quatorze mil seiscentos reais)

DATA: 21/03/14  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/14  
HOMOLOGAÇÃO: 10/03/14  
CONTRATADO: TURKOT & OLIVEIRA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS  
OBJETO: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção e material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais)  
DATA: 21/03/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº: 03/2014  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS  
Contratada: TURKOT & OLIVEIRA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA ME  
Valor: 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais)  
Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 2/2014  
Recursos : Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 185.659,08  
Objeto: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção e material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Lebon Régis, 21 de Março de 2014  
Contrato Nº: 04/2014  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS  
Contratada: DAL-MAS & AMARAL LTDA  
Valor: 14.600,00 (quatorze mil seiscentos reais)  
Vigência : Início: 11/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 2/2014  
Recursos : Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 185.659,08  
Objeto: A presente licitação visa aquisição de materiais de construção e material hidráulico, material elétrico e madeiras para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis para o ano de 2014, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.  
Lebon Régis, 21 de Março de 2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14  
HOMOLOGAÇÃO: 19/03/14  
CONTRATADO: MIGUEL PADILHA DE MARAFIGO  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
OBJETO: A presente dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.025,00 (vinte e nove mil e vinte e cinco reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.  
DATA: 21/03/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14  
HOMOLOGAÇÃO: 19/03/14  
CONTRATADO: CIDIMAR PSCHIEDT 90792696972  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
OBJETO: A presente dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.802,50 (quinze mil oitocentos e dois reais e cinquenta centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.  
DATA: 21/03/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14  
HOMOLOGAÇÃO: 19/03/14  
CONTRATADO: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
OBJETO: A presente dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 149.672,25 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.  
DATA: 21/03/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14  
HOMOLOGAÇÃO: 19/03/14  
CONTRATADO: GILBERTO BUENO DOS REIS-ME  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
OBJETO: A presente dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 93.686,25 (noventa e três mil seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.  
DATA: 21/03/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/14  
HOMOLOGAÇÃO: 19/03/14  
CONTRATADO: JOAO ALMEIDA FERNANDES 01075176980  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
OBJETO: A presente dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.703,75 (vinte e três mil setecentos e três reais e setenta e cinco centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.  
DATA: 21/03/14 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 31/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
Contratada: GILBERTO BUENO DOS REIS-ME  
Valor: 93.686,25 (noventa e três mil seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 19/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 6/2014  
Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (46),  
2.055.3.3.90.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (62)  
Objeto: O presente contrato visa a contratação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.

-----  
Lebon Régis, 21 de Março de 2014  
Contrato Nº: 27/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
Contratada: MIGUEL PADILHA DE MARAFIGO  
Valor: 29.025,00 (vinte e nove mil e vinte e cinco reais)  
Vigência : Início: 19/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 6/2014  
Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (46),  
2.055.3.3.90.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (62)  
Objeto: O presente contrato visa a contratação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.

-----  
Lebon Régis, 21 de Março de 2014  
Contrato Nº: 28/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
Contratada: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA  
Valor: 149.672,25 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos)  
Vigência : Início: 19/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 6/2014  
Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (46),  
2.055.3.3.90.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (62)  
Objeto: O presente contrato visa a contratação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.

-----  
Lebon Régis, 21 de Março de 2014  
Contrato Nº: 29/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
Contratada: CIDIMAR PSCHEIDT 90792696972  
Valor: 15.802,50 (quinze mil oitocentos e dois reais e cinquenta centavos)  
Vigência : Início: 19/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 6/2014  
Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (46),  
2.055.3.3.90.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (62)  
Objeto: O presente contrato visa a contratação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.

-----  
Lebon Régis, 21 de Março de 2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº: 30/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
Contratada: JOAO ALMEIDA FERNANDES 01075176980  
Valor: 23.703,75 (vinte e três mil setecentos e três reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência : Início: 19/03/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 6/2014

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (46),  
2.055.3.3.90.00.00.00.00 (59), 2.057.3.3.90.00.00.00.00 (62)  
Objeto: O presente contrato visa a contratação, com fundamento no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993, visa à contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal e estadual de ensino, até o dia 31/07/2014.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Decreto N.º 024/2014

DECRETO N.º 024, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso III da Lei nº 1005 de 26 de Novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	5.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	5.000,00
Programa	0005	Cultura Esporte e Turismo	5.000,00
Projeto/Atividade	1.011	Construção de um Ginásio Municipal de Esportes	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.3.0000	Recurso Ordinário	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			5.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte e respectivo valor.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	5.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO		5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de Março de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 025/2014

DECRETO N.º 025, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de Novembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social vigente, na dotação com a seguinte classificação,

no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	24.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	24.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	10.000,00
Sub-Função	813	Lazer	10.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	10.000,00
Projeto/Atividade	2.045	Atividades de Integração do Jovem	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0052.20	Serviço de Proteção Básica	10.000,00
Função	08	Assistência Social	6.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	6.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	6.000,00
Projeto/Atividade	2.025	Apoio ao Grupo de Mulheres	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0052.20	Serviço de Proteção Básica	6.000,00
Função	08	Assistência Social	5.000,00
Sub-Função	241	Assistência ao Idoso	5.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	5.000,00
Projeto/Atividade	2.024	Atividades de Integração ao Idoso	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0052.20	Serviço de Proteção Básica	5.000,00
Função	08	Assistência Social	3.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	3.000,00
Programa	0008	Assistência ao Menor com Responsabilidade	3.000,00
Projeto/Atividade	2.038	Bloco de Financiamento - Proteção Social Básica - PSB - CRAS	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0052.20	Serviço de Proteção Básica	3.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			24.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação, na seguinte fonte e respectivo valor.



Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Serviço de Proteção Básica	0.1.0052.20	24.000,00
TOTAL DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO		24.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de Março de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Decreto N.º 026/2014

DECRETO N.º 026, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social vigente, na dotação com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	45.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	45.000,00
Sub-Função	813	Lazer	45.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	45.000,00
Projeto/Atividade	2.045	Atividades de Integração do Jovem	45.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	45.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	45.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0052.18	Piso Básico Variável - SCFV	45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			45.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação, na seguinte fonte e respectivo valor.

Recurso	Fonte de Recurso	Valor
Piso Básico Variável - SCFV	0.1.0052.18	45.000,00
TOTAL DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO		45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de Março de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 229/2014, de 19 de Março de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2014, DE 19 DE MARÇO DE 2014.  
FIXA ÍNDICE DE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pedro Ari Parizotto, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos agentes públicos do Município de Lindóia do Sul, serão reajustados em 6% (seis pontos percentuais).

Art. 2º. O índice que dispõe o artigo primeiro se estende aos inativos pagos pelo Município e incidirá a partir de 1º de Março de 2014.

Art. 3º. Sobre os subsídios dos agentes políticos eletivos dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e o valor fixo das funções gratificadas, o reajuste será o equivalente a 100% (cem pontos percentuais) do INPC-IBGE acumulado no período de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de Janeiro de 2014.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 19 de Março de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### Decreto N.º 2.550/2014, de 19 de Março de 2014

DECRETO N.º 2.550/2014, DE 19 DE MARÇO DE 2014  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família - ESF  
3.1.90.00.00.00.00.00.0351 – Aplicações Diretas R\$ 3.394,91

Projeto/Atividade 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.673 – Aplicações Diretas R\$ 12.905,05

Projeto/Atividade 2.027 – Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0.475 – Aplicações Diretas R\$ 3.574,80

3.3.90.00.00.00.00.00.0.667 – Aplicações Diretas R\$ 5.711,64

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.1.90.00.00.00.00.00.0.072 – Aplicações Diretas R\$ 21.184,39

3.3.90.00.00.00.00.00.0.374 – Aplicações Diretas R\$ 34.376,33

3.3.90.00.00.00.00.00.0.325 – Aplicações Diretas R\$ 17.209,70

3.3.90.00.00.00.00.00.0.664 – Aplicações Diretas R\$ 112.200,00

Projeto/Atividade 2.029 – Vigilância Epidemiológica

3.3.90.00.00.00.00.00.0.666 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.666 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade 2.029 – Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0.666 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.666 – Aplicações Diretas R\$ 6.364,76

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do exercício anterior de recursos vinculados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 19 de Março de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

### **Decreto N.º 2.551/2014, de 19 de Março de 2014**

DECRETO N.º 2.551/2014, DE 19 DE MARÇO DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

I - Órgão 07: SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.032 – Promoção da Produção Animal

- FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 – Aplicações Diretas . R\$ 8.000,00

II - Órgão 05: SECRETARIA DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 – Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 – Assistência Comunitária - FMAS

3.3.90.00.00.00.00.00.03.000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, I, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária e II, Superávit do Exercício anterior:

I - Órgão 07: SECRETARIA DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.031 – Promoção da Produção Vegetal - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 – Aplicações Diretas . R\$ 3.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00.01.000 – Aplicações Diretas . R\$ 5.000,00

II – Superávit do Exercício anterior R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 19 de Março de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

### **Pregão Presencial 28/2014**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, objetivando a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de filmagem do 8º Festival Intermunicipal da Canção Infantil, Gospel, Popular e Sertaneja de Lindóia do Sul, as 14:00 horas do dia 03 de abril de 2014, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 21 de março de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### Lei 1214

LEI Nº 1214 de 21 de março de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A CETEPI - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS com a CETEPI - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL, que tem por objeto a prestação de serviços de ASSESSORIA e CONSULTORIA TÉCNICA através do INOVALE - POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE visando a geração de empreendimentos inovadores, novos produtos, serviços, tecnologias e processos e de práticas de gestão inovadoras no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- O MUNICÍPIO repassará para a CETEPI - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL, pelos serviços prestados de ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA através do INOVALE - POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE o valor total de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais), pagos em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais).

Art.3º- As despesas provenientes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária nº Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Atividade -1001.22.661.0058.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica de Luzerna - Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Elemento 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### Lei 1215

LEI Nº 1215 de 21 de março de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, EFETUAR O PAGAMENTO DE AIH'S - AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR EXCEDENTES À QUOTA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, autorizado a efetuar o pagamento de

AIH'S - AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR excedentes à quota do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), desde que, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Luzerna, até o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no exercício de 2014.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do atendimento de laudos médicos excedentes à cota municipal, serão pagas mediante a apresentação das notas fiscais relativas aos serviços prestados aos pacientes do Município de Luzerna(SC), acompanhadas da relação dos respectivos laudos médicos de internação hospitalar.

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária nº 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Aplicações Diretas 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes - Elemento - 3.3.90.39.50 - Serviço Médico, Hospitalar, Odontológico e Laboratorial - Fonte de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### Lei 1216

LEI Nº 1216 de 21 de março de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - CETE LUZERNA, objetivando a cedência do espaço físico do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), consistindo em 01 (uma) sala no subsolo onde funcionava a cozinha da Escola Profissional Feminina.

Parágrafo Único - As condições da cessão de Uso constarão do Termo a ser firmado com a entidade.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### Lei 1217

LEI Nº 1217 de 21 de março de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna/SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art.2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de máquinas e equipamentos rodoviários.

Art.3º- Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art.4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos Projetos de Lei Orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna/SC, 21 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### **Dispensa PL 030.2014 - DI 004.2014 - Programa de Gestão Tributária - CIGA - PML**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 030/2014

Dispensa 004/2014

A Prefeitura Municipal de Luzerna torna pública a Dispensa de Licitação referente à "CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, ASSOCIAÇÃO PÚBLICA COM PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITO NO CNPJ Nº 09.427.503/0001-12, COM SEDE NA RUA SANTOS SARAIVA, 1546, ESTREITO, FLORIANÓPOLIS/SC, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU DIRETOR EXECUTIVO, GILSONI LUNARDI ALBINO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA."

Valor contratado: R\$ 2.970,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, XXVI.

Luzerna (SC), 21 de março de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### **Decreto 1767**

DECRETO Nº 1767 de 21 de março de 2014.

"RECONDUZ O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA/CMA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe confere a Lei nº 041 de 08/05/1997, alterada pelas Leis nºs 738 de 16/08/2007 e 1176 de 19/11/2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam RECONDUZIDOS os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA(SC) na forma do art.6º e 7º da Lei nº 041 de 08/05/1997, alterado pelas Leis nºs 738 de 16/08/2007 e 1176 de 19/11/2013 fica assim constituído:

a)Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: RÉGIS VALTER WEISER

Suplente: DOUGLAS RICARDO TRIQUES

b)Representante da Associação de Desenvolvimento Rural:

Titular: LENIR COSTA BEBER

Suplente: JÚLIO ANTÔNIO MARQUES

c)Representante da Associação dos Avicultores:

Titular: EVERALDO COSTA BEBER

Suplente: EDUARDO LAMB HEINFARTH

d)Representante da Associação das Mulheres Agricultoras:

Titular: ANA NEFF ARENHART

Suplente: NAIR MOTTA

e)Representante da COPÉRDIA:

Titular: ENORI ANTÔNIO GUARAGNI

Suplente: GREICE SUELI KRUG

f)Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: ALTAIR FIORIN

Suplente: ARI ALLAN BALLER

g)Representante da EPAGRI:

Titular: JAIME TURRA

Suplente: FERNANDO NAVA

h)Representante das Localidades de:

- Linha Barra do Estreito:

Titular: ALBINO JOSÉ TEDESCO

Suplente: AIRTON ROQUE SCHNEIDER

- Linha Leãozinho/São Bento:

Titular: AMARILDO ROSA PIAIA

Suplente: MARCOS LAMB

- Linha Roça Grande/Passo da Invernada:

Titular: RICARDO DILDEY

Suplente: SILVESTRE SALVADOR

- Linha Grafunda Alta/Baixa:

Titular: ELOI BRUGNARA

Suplente: IVONE DAHMER

- Linha Alto Rochedo:

Titular: MARILDO BOGONI

Suplente: EDSON SCHUMACHER

- Vila Kennedy/Linha Dois Irmãos:

Titular: VOLNEY ANTÔNIO VENCATO

Suplente: ERVINO WOLZ

- Linha Nogueira/Germano:

Titular: VILMAR CAMPAGNOLO

Suplente: JOÃO OLDEMBURG

- Linha do Salto/Limeira:

Titular: LEOZIR STOFFEL

Suplente: SILVESTRE FREIBERGER

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



Anexo 1 RREO Balanço Orçamentário

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.796.674,14	18,40	2.796.674,14	18,40
	14.951.000,00	14.951.000,00	2.752.175,04	18,41	2.752.175,04	18,41
RECEITAS CORRENTES	1.600.345,36	1.600.345,36	160.958,72	10,06	160.958,72	10,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	985.845,36	985.845,36	134.637,90	13,66	134.637,90	13,66
IMPOSTOS	354.500,00	354.500,00	24.101,98	6,80	24.101,98	6,80
TAXAS	260.000,00	260.000,00	2.218,84	0,85	2.218,84	0,85
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	278.000,00	278.000,00	40.812,89	14,68	40.812,89	14,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	278.000,00	278.000,00	40.812,89	14,68	40.812,89	14,68
CONTRIB P/GUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	191.961,00	191.961,00	42.708,18	22,25	42.708,18	22,25
RECEITA PATRIMONIAL	31.000,00	31.000,00	2.244,01	7,24	2.244,01	7,24
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	157.961,00	157.961,00	40.464,17	25,62	40.464,17	25,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	24.900,00	24.900,00	10.840,00	43,53	10.840,00	43,53
RECEITA DE SERVIÇOS	12.682.224,64	12.682.224,64	2.476.409,55	19,53	2.476.409,55	19,53
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.658.224,64	12.658.224,64	2.476.409,55	19,56	2.476.409,55	19,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Instituições Privadas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	173.569,00	173.569,00	20.445,70	11,78	20.445,70	11,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.576,00	76.576,00	10.130,70	13,23	10.130,70	13,23
Multas e Juros de Mora	24.600,00	24.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	68.260,00	68.260,00	10.315,00	15,11	10.315,00	15,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.133,00	4.133,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	249.000,00	249.000,00	44.499,10	17,87	44.499,10	17,87
RECEITAS DE CAPITAL	249.000,00	249.000,00	37.909,60	15,22	37.909,60	15,22
ALIENAÇÃO DE BENS	149.000,00	149.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	37.909,60	37,91	37.909,60	37,91
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	6.589,50	0,00	6.589,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	6.589,50	0,00	6.589,50	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.796.674,14	18,40	2.796.674,14	18,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.796.674,14	18,40	2.796.674,14	18,40	12.403.325,86
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.200.000,00	15.200.000,00	2.796.674,14	18,40	2.796.674,14	18,40	12.403.325,86
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	683.331,90	—	—	99.352,60	—	—
Superávit Financeiro	—	683.331,90	—	—	99.352,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>15.200.000,00</b>	<b>683.331,90</b>	<b>15.883.331,90</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>2.038.078,32</b>	<b>2.038.078,32</b>	<b>12,83</b>	<b>13.845.253,58</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.029.274,00</b>	<b>301.909,90</b>	<b>13.331.183,90</b>	<b>3.598.191,30</b>	<b>3.598.191,30</b>	<b>1.993.762,30</b>	<b>1.993.762,30</b>	<b>14,96</b>	<b>11.337.421,60</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.199.552,61	83.100,74	7.282.653,35	1.280.531,19	1.280.531,19	1.277.279,35	1.277.279,35	17,54	6.005.374,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	14.770,35	14.770,35	14.770,35	14.770,35	14,77	85.229,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.729.721,39	218.809,16	5.948.530,55	2.302.889,76	2.302.889,76	701.712,60	701.712,60	11,80	5.246.817,95
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.140.784,00</b>	<b>381.422,00</b>	<b>2.522.206,00</b>	<b>602.119,06</b>	<b>602.119,06</b>	<b>44.316,02</b>	<b>44.316,02</b>	<b>1,76</b>	<b>2.477.889,98</b>
INVESTIMENTOS	2.117.464,00	381.422,00	2.498.886,00	597.877,44	597.877,44	40.074,40	40.074,40	1,60	2.458.811,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	23.320,00	0,00	23.320,00	4.241,62	4.241,62	4.241,62	4.241,62	18,19	19.078,38
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>29.942,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.942,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.942,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>15.200.000,00</b>	<b>683.331,90</b>	<b>15.883.331,90</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>2.038.078,32</b>	<b>2.038.078,32</b>	<b>12,83</b>	<b>13.845.253,58</b>

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>15.200.000,00</b>	<b>683.331,90</b>	<b>15.883.331,90</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>2.038.078,32</b>	<b>2.038.078,32</b>	<b>13.845.253,58</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>758.595,82</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>15.200.000,00</b>	<b>683.331,90</b>	<b>15.883.331,90</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>4.200.310,36</b>	<b>2.038.078,32</b>	<b>2.796.674,14</b>	<b>13.845.253,58</b>

FONTE:

Luzerna, 21/03/2014

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA  
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

Anexo 2 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.883.331,90	4.200.310,36	4.200.310,36	2.038.078,32	2.038.078,32	100,00	12,83	13.845.253,58	
	Legislativa	450.000,00	79.919,17	79.919,17	63.121,47	63.121,47	3,10	14,03	386.878,53	
Ação Legislativa	450.000,00	450.000,00	79.919,17	79.919,17	63.121,47	63.121,47	3,10	14,03	386.878,53	
Administração	2.275.586,00	2.295.603,08	602.400,01	602.400,01	311.125,51	311.125,51	15,27	13,55	1.984.477,57	
Administração Geral	1.932.086,00	1.952.103,08	550.602,67	550.602,67	262.201,77	262.201,77	12,87	13,43	1.689.901,31	
Administração Financeira	287.000,00	287.000,00	47.331,48	47.331,48	44.457,88	44.457,88	2,18	15,49	242.542,12	
Controle Interno	56.500,00	56.500,00	4.465,86	4.465,86	4.465,86	4.465,86	0,22	7,90	52.034,14	
Segurança Pública	80.500,00	80.500,00	5.647,00	5.647,00	269,09	269,09	0,01	0,33	80.230,91	
Policimento	80.500,00	80.500,00	5.647,00	5.647,00	269,09	269,09	0,01	0,33	80.230,91	
Assistência Social	545.912,80	584.600,80	103.420,93	103.420,93	61.210,62	61.210,62	3,00	10,47	523.390,18	
Assistência ao Idoso	36.000,00	36.000,00	1.412,87	1.412,87	633,35	633,35	0,03	1,76	35.366,65	
Assistência à Criança e ao Adolescente	103.612,80	127.300,80	29.271,62	29.271,62	6.326,80	6.326,80	0,31	4,97	120.974,00	
Assistência Comunitária	406.300,00	421.300,00	72.736,44	72.736,44	54.250,47	54.250,47	2,66	12,88	367.049,53	
Saúde	2.668.497,47	2.843.521,39	825.757,20	825.757,20	467.913,23	467.913,23	22,96	16,46	2.375.608,16	
Atenção Básica	2.473.037,47	2.648.061,39	815.102,01	815.102,01	459.762,04	459.762,04	22,56	17,36	2.188.299,35	
Vigilância Sanitária	111.960,00	111.960,00	10.655,19	10.655,19	8.151,19	8.151,19	0,40	7,28	103.808,81	
Vigilância Epidemiológica	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	
Alimentação e Nutrição	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00	
Trabalho	19.000,00	19.000,00	5.000,00	5.000,00	416,67	416,67	0,02	2,19	18.583,33	
Relação de Trabalho	19.000,00	19.000,00	5.000,00	5.000,00	416,67	416,67	0,02	2,19	18.583,33	
Educação	4.414.177,50	4.462.328,09	777.632,04	777.632,04	593.564,29	593.564,29	29,12	13,30	3.868.763,80	
Alimentação e Nutrição	335.510,00	355.718,73	59.980,79	59.980,79	44.875,02	44.875,02	2,20	12,62	310.843,71	
Ensino Fundamental	3.116.434,00	3.144.375,86	609.993,89	609.993,89	458.896,20	458.896,20	22,52	14,59	2.685.479,66	
Ensino Profissional	31.000,00	31.000,00	3.620,46	3.620,46	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	
Ensino Superior	70.000,00	70.000,00	7.332,00	7.332,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	
Educação Infantil	821.233,50	821.233,50	96.704,90	96.704,90	89.793,07	89.793,07	4,41	10,93	731.440,43	
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
Cultura	320.470,00	320.470,00	7.643,14	7.643,14	7.643,14	7.643,14	0,38	2,38	312.826,86	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	
Difusão Cultural	258.470,00	258.470,00	7.643,14	7.643,14	7.643,14	7.643,14	0,38	2,96	250.826,86	

Continua 1/3

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	15.200.000,00	15.883.331,90	4.200.310,36	4.200.310,36	2.038.078,32	2.038.078,32	100,00	12,83
Infra-Estrutura Urbana	1.465.096,40	1.765.096,40	1.047.338,72	1.047.338,72	162.667,16	162.667,16	7,98	9,22
Serviços Urbanos	160.000,00	460.000,00	365.681,64	365.681,64	606,70	606,70	0,03	0,13
Transporte Rodoviário	1.293.096,40	1.293.096,40	680.157,08	680.157,08	161.803,00	161.803,00	7,94	12,51
Habitação	12.000,00	12.000,00	1.500,00	1.500,00	257,46	257,46	0,01	2,15
Habitação Rural	182.000,00	182.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	856.440,00	856.440,00	148.802,94	148.802,94	93.607,30	93.607,30	4,59	10,93
Indústria	813.440,00	813.440,00	148.802,94	148.802,94	93.607,30	93.607,30	4,59	11,51
Promoção Industrial	43.000,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	186.575,38	186.575,38	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	0,10	1,04
Promoção Comercial	186.575,38	186.575,38	1.943,76	1.943,76	1.943,76	1.943,76	0,10	1,04
Transporte	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	1.186.012,45	1.287.464,76	341.179,62	341.179,62	212.838,53	212.838,53	10,44	16,53
Desporto Comunitário	1.186.012,45	1.287.464,76	341.179,62	341.179,62	212.838,53	212.838,53	10,44	16,53
Encargos Especiais	171.470,00	171.470,00	21.591,56	21.591,56	9.723,28	9.723,28	0,48	5,67
Serviço da Dívida Interna	171.470,00	171.470,00	21.591,56	21.591,56	9.723,28	9.723,28	0,48	5,67
Outras Transferências	248.320,00	248.320,00	52.034,27	52.034,27	52.034,27	52.034,27	2,55	20,95
	123.320,00	123.320,00	19.011,97	19.011,97	19.011,97	19.011,97	0,93	15,42
	125.000,00	125.000,00	33.022,30	33.022,30	33.022,30	33.022,30	1,62	26,42

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.200.000,00	15.883.331,90	4.200.310,36	4.200.310,36	2.038.078,32	2.038.078,32	100,00	12,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.942,00	29.942,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	15.200.000,00	15.883.331,90	4.200.310,36	4.200.310,36	2.038.078,32	2.038.078,32	100,00	12,83

FONTE:

Luzerna, 21/03/2014

MOISES DIERSMANN      ANGELO BRANDALISE JUNIOR      MARIA INES DALLOLMO DALLA (

PREFEITO MUNICIPAL      SECRETARIO DA FAZENDA E AC      CONTADORA - CRC/SC 020394/C

MARIA RITA NOGUEIRA PASA

COORDENADORA CONTROLE IN

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexo 3 Receita Corrente Líquida

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
			Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.128.907,32	1.318.295,62	1.715.150,33	1.348.889,45	1.325.680,12	1.258.776,12	1.318.493,52	1.268.028,98	1.655.764,50	1.850.157,79	1.590.533,41	1.598.696,37	17.367.550,53	17.123.056,15
	I.P.T.U.		61.110,90	131.916,62	595.530,63	117.027,16	155.000,85	67.811,67	73.876,10	72.476,10	109.912,49	81.841,70	96.938,02	104.020,70	1.391.488,16	1.600.345,36
	I.P.T.U.		0,00	14.000,96	146.225,64	22.259,91	18.079,65	5.753,49	7.376,39	5.618,65	67.224	2.575,57	6,68	11.924,02	234.493,20	254.165,00
	I.R.R.F		12.015,26	230,72	662,40	16.779,49	58.229,92	4.622,94	11.056,61	8.534,87	57.338,29	20.745,35	14.577,94	32.603,34	237.397,13	206.680,36
	I.S.S		35.563,31	39.466,30	36.684,02	32.865,04	38.769,80	37.156,31	32.659,71	32.036,97	36.475,34	44.032,04	35.440,01	35.207,23	435.656,08	400.000,00
	I.T.B.I.		5.073,88	21.765,03	7.634,00	13.112,14	12.818,00	5.813,66	7.494,00	13.059,60	8.150,00	3.588,00	1.240,00	3.638,68	103.274,99	125.000,00
	Outras Receitas Tributárias		8.498,45	56.457,61	166.324,77	32.010,60	27.103,48	14.465,27	15.381,39	13.226,01	7.277,62	10.920,74	5.673,39	20.647,43	380.446,76	614.500,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		19.828,80	20.388,03	8.068,40	5.349,16	1.850,18	5.415,10	5.340,17	5.256,37	99.846,95	19.964,37	21.001,36	19.811,53	232.221,42	278.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL		13.184,73	14.530,07	14.602,71	15.439,53	19.000,50	17.514,23	17.178,90	19.826,37	19.345,91	18.624,87	20.336,16	22.372,02	211.956,00	191.961,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS		280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.720,00	0,00	0,00	0,00	6.950,00	10.840,00	0,00	23.270,00	24.900,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.026.641,30	1.143.843,01	1.321.233,84	1.204.323,92	1.138.923,90	1.148.230,63	1.213.148,43	1.156.183,77	1.417.032,72	1.706.965,77	1.461.650,27	1.441.797,02	15.379.993,58	14.854.280,79
	Cota-Parte do F.P.M.		355.613,96	381.780,35	546.566,47	457.864,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	505.993,86	594.831,36	635.192,90	5.427.827,11	5.074.938,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.		324.016,50	390.692,55	389.553,13	363.678,09	361.008,46	378.507,92	402.159,21	390.994,71	429.369,96	427.549,25	423.470,97	402.903,97	4.683.904,72	4.968.137,79
	Cota-Parte do I.P.V.A.		37.739,10	45.386,29	50.469,30	45.530,06	52.506,77	48.600,16	52.195,93	86.880,32	44.378,86	19.283,75	26.123,11	36.603,71	544.677,36	639.630,00
	Cota-Parte do ITR.		0,00	295,25	57,67	12,98	6,31	38,98	1.394,09	2.593,90	148,39	6,99	23,08	6,21	4.573,85	9.362,00
	Outras Transferências Correntes		124.517,14	104.472,35	103.912,91	129.871,54	198.394,17	78.114,12	186.773,61	111.688,46	206.055,36	523.846,01	179.263,45	135.912,73	2.082.801,85	1.534.000,00
	Transferências da LC 61/1989		4.581,70	4.201,18	5.649,28	5.893,89	5.795,76	6.201,50	5.641,08	6.030,35	6.889,22	7.149,34	6.770,37	5.731,96	70.325,63	125.613,00
	Transferências da LC 87/1996		0,00	7.108,85	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.777,21	1.789,09	1.789,09	24.904,71	42.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	Transferências do FUNDEB		179.972,90	209.905,19	221.247,87	199.905,21	193.519,40	208.860,97	210.539,01	204.585,11	238.037,84	221.359,56	229.387,84	223.656,45	2.540.978,35	2.460.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		7.861,69	7.374,89	11.714,55	6.209,66	10.884,69	15.084,49	8.952,92	15.276,37	9.025,43	15.811,08	9.760,60	10.685,10	128.641,37	173.589,00
	DEDUÇÕES (II)		144.430,10	165.892,64	199.214,39	174.909,27	149.401,81	172.250,90	163.545,52	167.987,85	194.587,70	192.351,84	210.801,36	216.445,38	2.174.156,15	2.174.156,15
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		144.430,10	165.892,64	199.214,39	174.909,27	149.401,81	172.250,90	163.545,52	167.987,85	194.587,70	192.351,84	210.801,36	216.445,38	2.174.156,15	2.174.156,15
	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		984.477,22	1.152.402,98	1.515.935,94	1.173.680,18	1.176.288,31	1.086.525,22	1.154.953,00	1.101.041,13	1.460.676,80	1.657.805,95	1.369.934,05	1.382.240,99	15.215.931,77	14.948.900,00
	FONTE:															
	Luzerna, 21/03/2014															

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA  
CONTADOR - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA  
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

**Anexo 8 Demonstrativo do Ensino MDE**

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.063.902,36	1.063.902,36	146.666,43	146.666,43	13,79
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	328.722,00	328.722,00	21.178,67	21.178,67	6,44
1.1.1- IPTU	254.165,00	254.165,00	11.930,70	11.930,70	4,69
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.557,00	4.557,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	6.183,87	6.183,87	12,37
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	3.064,10	3.064,10	15,32
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	126.330,00	126.330,00	4.878,68	4.878,68	3,86
1.2.1- ITBI	125.000,00	125.000,00	4.878,68	4.878,68	3,90
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	450,00	450,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	402.170,00	402.170,00	73.427,80	73.427,80	18,26
1.3.1- ISS	400.000,00	400.000,00	70.647,24	70.647,24	17,66
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	470,00	470,00	502,29	502,29	106,87
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	1.796,23	1.796,23	163,29
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	600,00	600,00	482,04	482,04	80,34
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	206.680,36	206.680,36	47.181,28	47.181,28	22,83
1.4.1- IRRF	206.680,36	206.680,36	47.181,28	47.181,28	22,83
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.860.280,79	10.860.280,79	2.135.235,82	2.135.235,82	19,66
2.1- Cota-Parte FPM	5.074.938,00	5.074.938,00	1.230.024,26	1.230.024,26	24,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.074.938,00	5.074.938,00	1.230.024,26	1.230.024,26	24,24
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.968.137,79	4.968.137,79	826.374,94	826.374,94	16,63
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	42.600,00	42.600,00	3.578,18	3.578,18	8,40
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	125.613,00	125.613,00	12.502,33	12.502,33	9,95
2.5- Cota-Parte ITR	9.362,00	9.362,00	29,29	29,29	0,31
2.6- Cota-Parte IPVA	639.630,00	639.630,00	62.726,82	62.726,82	9,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.924.183,15</b>	<b>11.924.183,15</b>	<b>2.281.902,25</b>	<b>2.281.902,25</b>	<b>19,14</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	312.000,00	312.000,00	43.881,85	43.881,85	14,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	230.000,00	230.000,00	43.881,85	43.881,85	19,08
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	11.500,00	705,27	705,27	6,13
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	11.500,00	11.500,00	705,27	705,27	6,13
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>603.500,00</b>	<b>603.500,00</b>	<b>44.587,12</b>	<b>44.587,12</b>	<b>7,39</b>
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.172.056,15	2.172.056,15	427.046,74	427.046,74	19,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.014.987,60	1.014.987,60	246.004,78	246.004,78	24,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	993.627,55	993.627,55	165.274,82	165.274,82	16,63
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.520,00	8.520,00	715,62	715,62	8,40
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	25.122,60	25.122,60	2.500,47	2.500,47	9,95
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.872,40	1.872,40	5,85	5,85	0,31
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	127.926,00	127.926,00	12.545,20	12.545,20	9,81
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.474.000,00	2.474.000,00	454.617,62	454.617,62	18,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.460.000,00	2.460.000,00	453.044,29	453.044,29	18,42
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	14.000,00	14.000,00	1.573,33	1.573,33	11,24
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>287.943,85</b>	<b>287.943,85</b>	<b>25.997,55</b>	<b>25.997,55</b>	<b>9,03</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.484.400,00	1.484.400,00	295.092,24	295.092,24	19,88
13.1- Com Educação Infantil	477.026,50	477.026,50	74.339,58	74.339,58	15,58
13.2- Com Ensino Fundamental	1.007.373,50	1.007.373,50	220.752,66	220.752,66	21,91
14- OUTRAS DESPESAS	989.600,00	989.600,00	101.248,57	101.248,57	10,23
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	989.600,00	989.600,00	101.248,57	101.248,57	10,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.474.000,00	2.474.000,00	396.340,81	396.340,81	16,02
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					396.340,81
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					64,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					22,27
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					12,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.981.045,79	2.981.045,79	570.475,56	570.475,56	19,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	821.233,50	821.233,50	89.793,07	89.793,07	10,93
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	821.233,50	821.233,50	89.793,07	89.793,07	10,93
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	477.026,50	477.026,50	74.339,58	74.339,58	15,58
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	344.207,00	344.207,00	15.453,49	15.453,49	4,49
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.775.434,00	2.775.434,00	424.211,78	424.211,78	15,28
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.996.973,50	1.996.973,50	322.001,23	322.001,23	16,12
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	778.460,50	778.460,50	102.210,55	102.210,55	13,13
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.596.667,50	3.596.667,50	514.004,85	514.004,85	14,29
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					25.997,55
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.573,33
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					27.570,88
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					486.433,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,32
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	235.000,00	261.552,21	34.684,42	34.684,42	13,26
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	158.500,00	180.098,38	17.515,48	17.515,48	9,73
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	393.500,00	441.650,59	52.199,90	52.199,90	11,82
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.990.167,50	4.038.318,09	566.204,75	566.204,75	14,02



MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	453.044,29	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	396.340,81	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	396.340,81	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.573,33	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	58.276,81	0,00

Luzerna, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALL'OLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

\_\_\_\_\_  
MARIA RITA NOGUEIRA PASA  
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Anexo 12 Demonstrativo com Ações em Saúde

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			1.063.902,36	146.666,43	13,79	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			254.165,00	11.930,70	4,69	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			125.000,00	4.878,68	3,90	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			400.000,00	70.647,24	17,66	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			206.680,36	47.181,28	22,83	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			5.477,00	502,29	9,17	
Dívida Ativa dos Impostos			51.580,00	7.980,10	15,47	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			21.000,00	3.546,14	16,89	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			11.070.280,79	2.135.235,82	19,29	
Cota-Parte FPM			5.074.938,00	1.230.024,26	24,24	
Cota-Parte ITR			9.362,00	29,29	0,31	
Cota-Parte IPVA			639.630,00	62.726,82	9,81	
Cota-Parte ICMS			4.968.137,79	826.374,94	16,63	
Cota-Parte IPI-Exportação			125.613,00	12.502,33	9,95	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			252.600,00	3.578,18	1,42	
Desoneração ICMS (LC 87/96)			42.600,00	3.578,18	8,40	
Outras			210.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		12.134.183,15	12.134.183,15	2.281.902,25	18,81	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS					
Provenientes da União		750.115,00	750.115,00	187.061,42	24,94
Provenientes dos Estados		700.000,00	700.000,00	168.539,98	24,08
Provenientes de Outros Municípios		50.000,00	50.000,00	18.521,44	37,04
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		115,00	115,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
		14.755,00	14.755,00	524,08	3,55
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		764.870,00	764.870,00	187.585,50	24,53

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		2.424.997,47	2.518.421,39	824.357,20	32,73	466.513,23	18,52
Pessoal e Encargos Sociais		1.345.177,70	1.428.062,36	295.327,14	20,68	295.327,14	20,68
Outras Despesas Correntes		1.079.819,77	1.090.359,03	529.030,06	48,52	171.186,09	15,70

Continua 1/4

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
		2.518.421,39	824.357,20	32,73	466.513,23	18,52
DESPESAS DE CAPITAL	243.500,00	325.100,00	1.400,00	0,43	1.400,00	0,43
Investimentos	243.500,00	325.100,00	1.400,00	0,43	1.400,00	0,43
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	2.668.497,47	2.843.521,39	825.757,20	29,04	467.913,23	16,46
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO  DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	750.000,00	925.023,92	40.446,85	4,90	35.965,97	7,69
	750.000,00	925.023,92	40.446,85	4,90	35.965,97	7,69
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	750.000,00	925.023,92	40.446,85	4,90	35.965,97	7,69
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	1.918.497,47	1.918.497,47	785.310,35	24,14	431.947,26	8,77
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,93
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						89.661,92

Continua 2/4

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		5.341,74	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTÍCULO 24, § 2º								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% ((Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica		2.473.037,47	2.648.061,39	815.102,01	98,71	459.762,04	98,26	
Vigilância Sanitária		111.960,00	111.960,00	10.655,19	1,29	8.151,19	1,74	
Vigilância Epidemiológica		75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição		8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		2.668.497,47	2.843.521,39	825.757,20	100,00	467.913,23	100,00	

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1000

Continua 3/4

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Luzerna, 21/03/2014

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

MARIA RITA NOGUEIRA PASA  
COORDENADORA CONTROLE INTERNO

**Anexo 14 Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de Luzerna - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	15.200.000,00	
Previsão Atualizada		—	15.200.000,00	
Receitas Realizadas		2.796.674,14	2.796.674,14	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	99.352,60	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	15.200.000,00	
Créditos Adicionais		—	683.331,90	
Dotação Atualizada		—	15.883.331,90	
Despesas Empenhadas		4.200.310,36	4.200.310,36	
Despesas Liquidadas		2.038.078,32	2.038.078,32	
Superavit Orçamentário		—	758.595,82	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.200.310,36	4.200.310,36	
Despesas Liquidadas		2.038.078,32	2.038.078,32	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.215.931,77	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.987.319,23	-697.668,80	35,11
Resultado Primário		-267.585,85	699.234,02	-261,31
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	14.279,52	0,00	14.279,52	0,00
	14.279,52	0,00	14.279,52	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	317.880,61	0,12	65.312,33	252.568,16
	317.880,61	0,12	65.312,33	252.568,16
TOTAL:	332.160,13	0,12	79.591,85	252.568,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		486.433,97	25%	21,32
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		295.092,24	60%	64,91
Liquidadas		514.004,85		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		44.316,02	2.477.889,98	

Continua 1/2

Município de Luzerna - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			37.909,60	211.090,40
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	258.530,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		431.947,26	15,00	18,93
Liquidadas		431.947,26		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Luzerna, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

\_\_\_\_\_  
MARIA RITA NOGUEIRA PASA  
COORDENADORA CONTROLE INTERNO



**Mafra****PREFEITURA****Extrato de Dispensa de Licitação Nº 158/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2014.

FORNECEDOR: GOVERNANÇABRASIL S.A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS.

CNPJ: 00.165.960/0001-01.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação dos softwares instalados e em funcionamento, por prazo determinado, através da Secretaria Municipal de Administração.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ R\$ 302.999,92 (Trezentos e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Mafra, (SC) 21 de março de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

**Maravilha****PREFEITURA****Minuta Edital de Concurso Público Nº 001/2014**

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, ROSIMAR MALDANER, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontram abertas de 31/03/2014 a 24/04/2014 as inscrições para Concurso Público destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva no Quadro de Pessoal do Município de Maravilha. Das vagas: Agente de Manutenção e Conservação; Assistente de Manutenção de Obras; Auxiliar de Serviços Gerais; Vigia; Operador de Máquinas; Motorista de Veículos Pesados; Motorista de Veículos Leves; Motorista da Saúde; Auxiliar de Serviços Gerais da Educação; Fiscal de Obras; Fiscal de Tributos; Técnico em Enfermagem; Técnico em Saúde Bucal; Vigilante Sanitário; Advogado do CRAS; Arquiteto e Urbanista; Enfermeiro Saúde da Família; Engenheiro Civil; Engenheiro Agrônomo; Farmacêutico; Fisioterapeuta; Fisioterapeuta; Médico Ginecologista; Médico Clínico Geral – Saúde da Família; Médico Psiquiatra – CAPS; Nutricionista; Odontólogo – Saúde da Família; Odontólogo – Especialista em Cirurgia Buco-Maxilo-Faciais; Odontólogo – Especialista em Endodontia; Odontólogo – Especialista em Periodontia; Psicólogo; e Terapeuta Ocupacional. As inscrições serão realizadas exclusivamente via internet, através do site oficial do Município de Maravilha (SC) ([www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br)). A íntegra do Edital será publicada em 24/03/2014 no site oficial do Município de Maravilha (SC). Maiores informações podem ser obtidas na Unoesc.

**Decreto Nº 034/2014**

DECRETO Nº 034, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade de com Lei Municipal nº 3.717, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 731.250,00 (Setecentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.04 – Departamento dos Esportes

27 – Desporto e Lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.1.026 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios - Outros

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

R\$ 731.250,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Contrato de Repasse nº 782923/2013 celebrado com o Governo Federal, objetivando a ampliação e Reforma do Ginásio de Esportes Gelson Tadeu Lara, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 – Receitas de Capital

2400.00.00 – Transferência de Capital

2420.00.00 – Transferências Intergovernamentais

2421.00.00 – Transferências da União

2421.99.00 – Outras Transferências da União

Destinação de Recursos: 0.1.24 – Transferências de Convênios – Outros R\$ 731.250,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 17 de março de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto Nº 035/2014**

DECRETO Nº 035, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com Lei Municipal nº 3.742 de 17 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do Município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.04 – Departamento de Esportes

27 – Desporto e lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.1.073 – AQUISIÇÃO DE MICRO ÔNIBUS/VEÍCULO PASSEIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

R\$ 16.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do Município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.04 – Departamento de Esportes

27 – Desporto e lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.1.072 – PROGRAMA APOIO A PRÁTICA ESPORTIVA AOS DEFICIENTES FÍSICOS E MENTAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

R\$ 16.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 20 de março de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Marema

## PREFEITURA

### Portaria Nº 043/2014

Portaria nº043/2014

De 21/02/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMERSON BODANESE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EMERSON BODANESE, por um período de 15 dias, de 01 de abril de 2014 a 15 de abril de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01 de março de 2013 a 02 de março de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 21 de fevereiro de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### Portaria Nº 044/2014

Portaria nº044/2014

De 06/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECIR ZANCHIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal CLAUDECIR ZANCHIN, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 6 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA,

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### Portaria Nº 045/2014

Portaria nº045/2014

De 06/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NELSON CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal NELSON CAREGNATTO, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 6 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA,

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### Portaria Nº 046/2014

Portaria nº046/2014

De 06/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO CESAR MILANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal PAULO CESAR MILANI, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 6 de março de 2014.  
VALDOMIRO BEVILAQUA,  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **Portaria Nº 047/2014**

Portaria nº047/2014

De 06/03/2014

ADMITE SALETE CHITOLINA EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2013. CONSIDERANDO portaria 016/2014 de 23/01/2014, que concede afastamento para tratamento de saúde a Conselheira Titular.

#### **DECIDE**

Art. 1º - Admitir SALETE CHITOLINA para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 06/03/2014 a 09/07/2014, ou pelo tempo que perdurar a licença da conselheira titular.

Parágrafo Único – O prazo da Licença para tratamento de saúde da conselheira tutelar poderá sofrer alterações de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2014.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria Nº 048/2014**

Portaria nº048/2014

De 06/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERTON LUIZ ZILLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente

registrado no órgão competente.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal EVERTON LUIZ ZILLI, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 06 de março de 2014.  
VALDOMIRO BEVILAQUA,  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **Portaria Nº 049/2014**

Portaria nº049/2014

De 06/03/2014

CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GENI DE LOURDES NADAL CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Público Municipal GENI DE LOURDES NADAL CERATTO, por um período de 11 dias, de 01 de março de 2014 a 11 de março de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 05 de julho de 2013 a 04 de julho 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2014.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

#### **Portaria Nº 050/2014**

Portaria nº050/2014

De 06/03/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NELCI

**LUIZ SOTILLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NELCI LUIZ SOTILLI, por um período de 30 dias, de 09 de abril de 2014 a 08 de maio de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01 de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

**Portaria Nº 051/2014**

Portaria nº051/2014

De 06/03/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMOR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALMOR PERUZZO, por um período de 30 dias, de 09 de abril de 2014 a 08 de maio de 2014.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 04 de março de 2013 a 05 de março de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

**Portaria Nº 052/2014**

Portaria nº052/2014

De 13/03/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JUCIMAR PAULO RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão do Ensino Médio devidamente registrado no órgão competente.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal JUCIMAR PAULO RAMPAZZO, gratificação por grau de instrução de nível de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 13 de março de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA,  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado



# Massaranduba

## PREFEITURA

### Processo Licitatório 04/2014-Fass - Pregão Presencial 02/2014-Fass

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2014 – REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

#### 1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346/2014 de 10 de FEVEREIRO de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando aquisição de MATERIAIS DE AVIAMENTOS, novos, de primeira qualidade, destinados as atividades desenvolvidas pelo Centro de Conveniência e Fortalecimento da Assistência Social, conforme descrição abaixo.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentações, e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação deverá ser entregue até a data e horário abaixo, a saber:

a)Data: 09/04/2014

b)Local: Sala de licitações, anexa ao museu municipal, sito à Rua 11 de Novembro, 2785 – Bairro Centro - Massaranduba (SC)

c)Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00h, no Setor de Licitações

d)Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30h Sala de licitações, anexa ao museu municipal, sito à Rua 11 de Novembro, 2785 – Bairro Centro - Massaranduba (SC).

#### 2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando aquisição de diversos MATERIAIS DE AVIAMENTOS, novos, de primeira qualidade, destinados as atividades desenvolvidas pelo Centro de Conveniência e Fortalecimento do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações, quantidades estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de SC, afixado no Mural de Avisos da FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA e no site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br) da FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA - SC.

Massaranduba (SC), em 07 de março de 2014.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL DE MASSARANDUBA

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora do Fundo Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 039/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2014

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 601/93 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1993.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso I do Art. 217 da Lei Municipal nº 601/93 de 16 de dezembro de 1993 passa a ter a seguinte redação:

“I. No caso de terreno sem ocupação: 0,45% (zero vírgula quarenta e cinco por cento).”

Art. 2º A tabela XIV do anexo XIV da Lei Municipal nº 601/93 de 16 de dezembro de 1993, a qual trata da taxa de coleta de resíduos sólidos, passa a ter a seguinte redação:

Tipo de Imóvel atendido	R\$ por passada	UFM por Passada
Imóveis residenciais	0,899	0,0145
Imóveis comerciais	0,656	0,0106

Art. 3º A tabela XV do anexo XV da Lei Municipal nº 601/93 de 16 de dezembro de 1993, especificamente quanto ao custeio de iluminação pública comercial, passa a ter a seguinte redação:

Classe	Faixa de Consumo KWH/Mês	Valores – R\$
	Até 200	9,00
	De 201 até 300	12,00
	De 301 até 400	15,00
	De 401 até 500	18,00
	De 501 até 600	21,00
	De 601 até 1.000	24,00
COMERCIAL	Acima de 1.001	37,50

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 21 de março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Termo de Dispensa de Licitação Nº 019/2014

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 019/2014

Do Objeto: Contratação de serviço visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes, matriculados no ensino médio, supletivo e superior, permitindo treinamento prático para o futuro profissional.

Do Contratado: Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina -CIEE/SC.

Do Valor e do Pagamento: A Prefeitura pagará ao contratado o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mensais por Bolsa Auxílio concedida, totalizando a presente contratação no valor estimado

de R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), que serão pagos em 9 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A dispensa de licitação para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes se faz necessária por se tratar de instituição brasileira, cujo objeto contratado está relacionado com o ensino.

Fundamentação Legal: art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/346/01, mo processo de consulta nº COM-01/01586000, que resultou no pré julgado nº 1283.

#### RATIFICAÇÃO

A vista do exposto dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Meleiro/SC, 24 de março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

## Modelo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 105/2014

Decreto nº 105/2014 de 20/03/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 214/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 214/2014, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2014., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
JOAÇABA PNEUS LTDA.	123.358,00
MODELO PNEUS LTDA	71.196,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 20 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações



**RREO Anexo XI Aplic. Recursos 2013**

PÁGINA: 1 DE 1  
19/03/2014 15:26

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro/2013

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	376.550,00	279.140,40	97.409,60
Alienacao De Bens Moveis	76.550,00	-	76.550,00
Alienacao De Bens Imoveis	300.000,00	279.140,40	20.859,60
<b>TOTAL</b>	<b>376.550,00</b>	<b>279.140,40</b>	<b>97.409,60</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012 (h)	2013 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		279.140,40	279.140,40

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 26m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento das despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO Anexo I Balanço Orçamentário 2013

PÁGINA: 1 DE 5  
19/03/2014 15:19

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS	PREVISÃO		RECETAS REALIZADAS				SALDO A	
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	REALIZAR (a-c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>24.378.892,00</b>	<b>24.378.892,00</b>	<b>2.563.091,37</b>	<b>10,51</b>	<b>12.603.881,73</b>	<b>51,70</b>	<b>11.775.010,27</b>	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>18.717.342,00</b>	<b>18.717.342,00</b>	<b>2.486.481,48</b>	<b>13,28</b>	<b>11.630.735,29</b>	<b>62,14</b>	<b>7.086.606,71</b>	
Receita Tributária	1.171.253,50	1.171.253,50	144.379,68	12,33	797.488,77	68,09	373.764,73	
Impostos	676.500,50	676.500,50	125.718,56	18,58	647.640,21	95,73	28.860,29	
Taxas	304.000,00	304.000,00	18.661,12	6,14	145.808,98	47,96	158.191,02	
Contribuição de Melhoria	190.753,00	190.753,00	-	-	4.039,58	2,12	186.713,42	
Receita De Contribuições	340.490,00	340.490,00	15.609,99	4,58	95.205,73	27,96	245.284,27	
Contribuições Econômicas	188.690,00	188.690,00	-	-	-	-	188.690,00	
COSP	151.800,00	151.800,00	15.609,99	10,28	95.205,73	62,72	56.594,27	
Receita Patrimonial	169.940,40	169.940,40	17.912,87	10,54	36.509,75	21,48	133.430,65	
Receitas De Valores Mobiliários	106.318,60	106.318,60	17.912,87	16,85	36.509,75	34,34	69.808,85	
Outras Receitas Patrimoniais	63.621,80	63.621,80	-	-	-	-	63.621,80	
Receita Agropecuária	11.000,00	11.000,00	-	-	-	-	11.000,00	
Outras Receitas Agropecuárias	11.000,00	11.000,00	-	-	-	-	11.000,00	
Receita Industrial	127.500,00	127.500,00	-	-	-	-	127.500,00	
Receitas Da Indústria De Transformação	127.500,00	127.500,00	-	-	50,00	0,04	127.450,00	
Receita De Serviços	250.000,00	250.000,00	9.099,42	3,64	81.747,48	32,70	168.252,52	
Transferências Correntes	16.241.588,10	16.241.588,10	2.283.197,88	14,06	10.561.717,84	65,03	5.679.870,26	
Transferências Intergovernamentais	16.079.588,10	16.079.588,10	2.278.080,54	14,17	10.538.707,04	65,54	5.540.881,06	
Transferências De Pessoas	22.000,00	22.000,00	5.467,82	24,85	16.770,15	76,23	5.229,85	
Transferências De Convênios	140.000,00	140.000,00	-350,48	-0,25	6.240,65	4,46	133.759,35	
Outras Receitas Correntes	406.570,00	406.570,00	16.281,64	4,01	58.015,72	14,30	347.554,28	
Multas E Juros De Mora	123.520,00	123.520,00	4.454,61	3,61	33.626,50	27,22	89.893,50	
Indenizações E Restituições	102.000,00	102.000,00	-	-	8.776,17	8,60	93.223,83	
Receita Da Dívida Ativa	91.050,00	91.050,00	10.089,58	11,08	13.499,73	14,83	77.550,27	

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

R\$ 1,00									
RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)		
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)			
Receitas Correntes Diversas	89.000,00	89.000,00	1.737,45	1,95	2.113,32	2,37	86.886,68		
Recetas De Capital	5.661.550,00	5.661.550,00	76.609,89	1,35	973.146,44	17,19	4.688.403,56		
Operacs De Credito	-	-	-	-	-	-	-		
Alienacao De Bens	376.550,00	376.550,00	-	-	279.140,40	74,13	97.409,60		
Alienacao De Bens Moveis	76.550,00	76.550,00	-	-	-	-	76.550,00		
Alienacao De Bens Imoveis	300.000,00	300.000,00	-	-	279.140,40	93,05	20.859,60		
Amortizacões De Empréstimos	25.000,00	25.000,00	-	-	374,50	1,50	24.625,50		
Transferencias De Capital	4.860.000,00	4.860.000,00	76.609,89	1,58	693.631,54	14,27	4.166.368,46		
Transferencias Intergovernamentais	4.080.000,00	4.080.000,00	75.151,48	1,84	692.173,13	16,97	3.387.826,87		
Transferências de Convênios	780.000,00	780.000,00	1.458,41	0,19	1.458,41	0,19	778.541,59		
Outras Receitas De Capital	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	400.000,00		
Outras Receitas	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	400.000,00		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-		
SUBTOTAL DAS RECEITAS(II)=(I+II)	24.378.892,00	24.378.892,00	2.563.091,37	10,51	12.603.881,73	51,70	11.775.010,27		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)									
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-		
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-		
Contratual	-	-	-	-	-	-	-		
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-		
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-		
Contratual	-	-	-	-	-	-	-		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(II+IV)	24.378.892,00	24.378.892,00	2.563.091,37	10,51	12.603.881,73	51,70	11.775.010,27		
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL(VII)=(V+VI)	24.378.892,00	24.378.892,00	2.563.091,37	10,51	12.603.881,73	51,70	11.775.010,27		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	0,16	-	-		

PÁGINA: 3 DE 5  
19/03/2014 15:19

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)	R\$ 1,00					
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	-	-	-	-	0,16	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 4 DE 5  
19/03/2014 15:19

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A LIQUIDAR
				No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%	
						No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.378.892,00	1.462.500,16	25.841.392,16	-751.954,57	12.324.961,89	2.579.542,40	12.324.961,89	-	47,69	13.516.430,27
Despesas Correntes	16.069.027,50	255.350,16	16.324.377,66	424.959,89	10.830.022,92	2.081.478,11	10.830.022,92	-	66,34	5.494.354,74
Pessoal E Encargos Sociais	6.638.000,00	490.300,00	7.128.300,00	1.337.175,53	6.130.594,00	1.385.124,55	6.130.594,00	-	86,00	997.706,00
Juros E Encargos Da Dívida	60.000,00	-19.000,00	41.000,00	-23.314,76	17.585,24	2.187,08	17.585,24	-	42,89	23.414,76
Outras Despesas Correntes	9.371.027,50	-215.949,84	9.155.077,66	-888.900,88	4.681.843,68	694.166,48	4.681.843,68	-	51,14	4.473.233,98
Despesas De Capital	8.179.864,50	1.207.150,00	9.387.014,50	-1.176.914,46	1.494.938,97	498.064,29	1.494.938,97	-	15,93	7.892.075,53
Investimentos	7.639.899,50	1.207.150,00	8.847.049,50	-1.132.708,32	1.220.645,11	471.945,25	1.220.645,11	-	13,80	7.626.404,39
Inverss Financeiras	239.965,00	-19.000,00	220.965,00	-	-	-	-	-	-	220.965,00
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	300.000,00	19.000,00	319.000,00	-44.206,14	274.293,86	26.119,04	274.293,86	-	85,99	44.706,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	-	130.000,00	-	-	-	-	-	-	130.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) (VIII+X)	24.378.892,00	1.462.500,16	25.841.392,16	-751.954,57	12.324.961,89	2.579.542,40	12.324.961,89	-	47,69	13.516.430,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	24.378.892,00	1.462.500,16	25.841.392,16	-751.954,57	12.324.961,89	2.579.542,40	12.324.961,89	12.324.961,89	47,69	13.516.430,27
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	278.919,84	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	24.378.892,00	1.462.500,16	25.841.392,16	-751.954,57	12.324.961,89	2.579.542,40	12.324.961,89	12.603.881,73	48,77	12.958.590,59

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 19m.

PÁGINA: 5 DE 5  
19/03/2014 15:19

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R\$ 1,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO Anexo II Despesa Função 2013

PÁGINA: 1 DE 8  
19/03/2014 15:20

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')				R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	% ((e+f)/Total (e+f))	% ((e+f)/a)				
			Despesas Empenhadas		Liquidadas								
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre							
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	24.378.892,00	25.841.392,16	-751.954,57	12.324.961,89	2.579.542,40	12.324.961,89	0,00	100,00	0,00				
Legislativa	643.000,00	643.000,00	102.084,41	524.401,86	102.084,41	524.401,86	0,00	4,25	81,56				
Ação Legislativa	643.000,00	643.000,00	102.084,41	524.401,86	102.084,41	524.401,86	0,00	4,25	81,56				
Administração	2.008.550,00	1.975.850,00	188.183,82	1.479.981,15	276.146,55	1.479.981,15	0,00	12,01	74,90				
Administração Geral	1.568.550,00	1.535.850,00	138.360,33	1.195.577,32	226.323,06	1.195.577,32	0,00	9,70	77,84				
Administração Financeira	440.000,00	440.000,00	49.823,49	284.403,83	49.823,49	284.403,83	0,00	2,31	64,64				
Segurança Pública	103.000,00	103.000,00	3.398,06	72.146,78	11.102,09	72.146,78	0,00	0,59	70,05				
Policimento	53.000,00	53.000,00	1.443,35	28.231,81	3.926,37	28.231,81	0,00	0,23	53,27				
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	1.954,71	43.914,97	7.175,72	43.914,97	0,00	0,36	87,83				
Assistência Social	1.186.578,00	1.206.578,00	66.449,51	473.463,47	116.025,17	473.463,47	0,00	3,84	39,24				
Assistência à Criança e ao Adolescente	341.000,00	341.000,00	15.081,91	106.307,71	24.103,21	106.307,71	0,00	0,86	31,18				
Assistência Comunitária	845.578,00	865.578,00	51.367,60	367.155,76	91.921,96	367.155,76	0,00	2,98	42,42				
Saúde	4.992.720,00	4.992.720,00	104.363,72	2.969.433,65	585.068,58	2.969.433,65	0,00	24,09	59,48				
Atenção Básica	4.450.720,00	4.450.720,00	80.909,24	2.658.544,21	552.800,73	2.658.544,21	0,00	21,57	59,73				
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	435.000,00	435.000,00	-8.238,21	235.292,79	-2.148,24	235.292,79	0,00	1,91	54,09				
Vigilância Sanitária	107.000,00	107.000,00	31.692,69	75.596,65	34.416,09	75.596,65	0,00	0,61	70,65				
Educação	6.112.000,00	6.112.000,16	228.153,41	2.806.907,90	533.872,24	2.806.907,90	0,00	22,77	45,92				
Ensino Fundamental	3.497.000,00	3.500.100,16	27.181,95	1.559.599,51	270.350,85	1.559.599,51	0,00	12,65	44,56				
Ensino Médio	78.000,00	78.000,00	0,00	23.009,88	0,00	23.009,88	0,00	0,19	29,50				
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,08	40,00				
Educação Infantil	2.390.000,00	2.386.900,00	188.792,88	1.146.039,35	251.342,81	1.146.039,35	0,00	9,30	48,01				
Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	26.000,00	2.178,58	15.077,16	2.178,58	15.077,16	0,00	0,12	57,99				
Educação Especial	96.000,00	96.000,00	0,00	53.182,00	0,00	53.182,00	0,00	0,43	55,40				
Cultura	261.634,00	261.634,00	4.437,31	75.404,10	12.531,06	75.404,10	0,00	0,61	28,82				
Difusão Cultural	261.634,00	261.634,00	4.437,31	75.404,10	12.531,06	75.404,10	0,00	0,61	28,82				



PÁGINA: 2 DE 8  
19/03/2014 15:20

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	%	%	((e+f)/a)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre				
Direitos da Cidadania	26.655,00	6.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	26.655,00	6.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária										
Urbanismo	1.227.000,00	1.282.000,00	-63.491,72	552.157,19	142.828,53	552.157,19	0,00	4,48	43,07	
Infra-Estrutura Urbana	950.000,00	940.000,00	-92.473,29	512.602,09	112.367,96	512.602,09	0,00	4,16	54,53	
Serviços Urbanos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	20.000,00	20.000,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,01	7,50	
Turismo	247.000,00	312.000,00	28.981,57	38.055,10	30.460,57	38.055,10	0,00	0,31	12,20	
Habitação	215.648,00	176.648,00	-29.605,97	59.726,57	0,00	59.726,57	0,00	0,48	33,81	
Habitação Urbana	215.648,00	176.648,00	-29.605,97	59.726,57	0,00	59.726,57	0,00	0,48	33,81	
Saneamento	285.000,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	285.000,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	163.000,00	143.000,00	0,00	133.604,61	23.000,00	133.604,61	0,00	1,08	93,43	
Saneamento Básico Urbano	163.000,00	143.000,00	0,00	133.604,61	23.000,00	133.604,61	0,00	1,08	93,43	
Agricultura	1.788.487,00	1.792.487,00	-15.764,33	1.028.340,64	369.828,87	1.028.340,64	0,00	8,34	57,37	
Recursos Hídricos	25.000,00	25.000,00	350,00	350,00	350,00	350,00	0,00	0,00	1,40	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,08	100,00	
Promoção da Produção Animal	142.655,00	56.655,00	0,00	5.407,38	0,00	5.407,38	0,00	0,04	9,54	
Defesa Sanitária Animal	53.240,00	53.240,00	0,00	25.293,50	4.895,04	25.293,50	0,00	0,21	47,51	
Extensão Rural	907.592,00	997.592,00	-94.974,33	686.061,76	106.985,83	686.061,76	0,00	5,57	68,77	
Transporte Rodoviário	640.000,00	640.000,00	78.860,00	301.228,00	257.598,00	301.228,00	0,00	2,44	47,07	
Indústria	285.620,00	139.320,00	-15.789,00	78.850,90	5.568,00	78.850,90	0,00	0,64	56,60	
Promoção Industrial	166.620,00	126.620,00	-15.789,00	78.850,90	5.568,00	78.850,90	0,00	0,64	62,27	
Produção Industrial	119.000,00	12.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PÁGINA: 3 DE 8  
19/03/2014 15:20

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	%	%
			Até o Bimestre		Até o Bimestre				
			No Bimestre (b)	(c)	No Bimestre (d)	(e)			
Promoção Comercial	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	((e+f)/a)
Transporte	1.629.000,00	3.391.500,00	-242.750,33	1.122.930,13	127.536,35	1.122.930,13	0,00	9,11	33,11
Transportes Coletivos Urbanos	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.575.000,00	3.337.500,00	-242.750,33	1.122.930,13	127.536,35	1.122.930,13	0,00	9,11	33,65
Desporto e Lazer	2.744.000,00	2.623.000,00	-1.013.519,37	524.317,03	212.413,90	524.317,03	0,00	4,25	19,99
Turismo	2.000.000,00	2.004.000,00	-1.035.615,62	262.945,98	177.027,71	262.945,98	0,00	2,13	13,12
Desporto Comunitário	744.000,00	619.000,00	22.096,25	261.371,05	35.386,19	261.371,05	0,00	2,12	42,22
Encargos Especiais	570.000,00	570.000,00	-68.104,09	423.295,91	61.536,65	423.295,91	0,00	3,43	74,26
Serviço da Dívida Interna	360.000,00	360.000,00	-67.520,90	291.879,10	28.306,12	291.879,10	0,00	2,37	81,08
Transferências	210.000,00	210.000,00	-583,19	131.416,81	33.230,53	131.416,81	0,00	1,07	62,58
Reserva de Contingência	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	24.378.892,00	25.841.392,16	-751.954,57	12.324.961,89	2.579.542,40	12.324.961,89	0,00	100,00	47,69

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 20m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				Despesas Executadas			
			Despesas Empenhadas		Liquidadas		Inscritas em		%	%
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	Restos a Pagar	Não Processados		
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)		((e+f)/Total (e+f))	((e+f)/a)

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

PÁGINA: 5 DE 8  
19/03/2014 15:20

Saldo	
Executar	
(a-(e+f))	
<b>13.516.430,27</b>	
118.598,14	
118.598,14	
495.868,85	
340.272,68	
155.596,17	
30.853,22	
24.768,19	
6.085,03	
733.114,53	
234.692,29	
498.422,24	
2.023.286,35	
1.792.175,79	
199.707,21	
31.403,35	
3.305.092,26	
1.940.500,65	
54.990,12	
15.000,00	
1.240.860,65	
10.922,84	
42.818,00	
186.229,90	
186.229,90	

PÁGINA: 6 DE 8  
19/03/2014 15:20

Saldo
Executar
(a-(e+f))
6.655,00
6.655,00
729.842,81
427.397,91
10.000,00
18.500,00
273.944,90
116.921,43
116.921,43
285.000,00
285.000,00
9.395,39
9.395,39
764.146,36
24.650,00
10.000,00
0,00
51.247,62
27.946,50
311.530,24
338.772,00
60.469,10
47.769,10
12.700,00
7.000,00

PÁGINA: 7 DE 8  
19/03/2014 15:20

Saldo
Executar
(a-(e+f))
7.000,00
2.268.569,87
54.000,00
2.214.569,87
2.098.682,97
1.741.054,02
357.628,95
146.704,09
68.120,90
78.583,19
130.000,00
130.000,00
0,00
<b>13.516.430,27</b>

PÁGINA: 8 DE 8  
19/03/2014 15:20

Saldo  
Executar  
(a-(e+f))



RGF Anexo V Disponib. Caixa 2013

PÁGINA: 1 DE 2  
19/03/2014 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
				R\$ 1,00
	Fonte de Recurso não Cadastrada	-	63.644,25	-63.644,25
	Atenção Basica - Bloco: BLATB - Recursos FNS	-	10.254,00	-10.254,00
	Conv. FAS - MDSCF e FNAS	0,57	-	0,57
	Convenio Ministerio da Agricultura - PRODESA	3.441,63	-	3.441,63
	Convenio Ministerio das Cidades	125.375,37	-	125.375,37
	FUNDEB Profissionais da Educação	1.464,05	-	1.464,05
	IGD - BOLSA FAMILIA	3.312,87	-	3.312,87
	Programa As.Soc. IGD / SUAS	566,33	-	566,33
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	269,22	-	269,22
	Programa: PBVII - Piso Basico VariAV. II - Idosos e Crianças de 0 a 6 anos e suas familias/cras- Recursos FNAS	450,15	-	450,15
	Programa: PBF/CRAS - Piso Basico Fixo - Recursos FNAS	2.289,14	-	2.289,14
	Programa: PTMC - Pessoa c/Deficiencia, Idosa e suas Familia - PSE/Recursos FNAS -	3.438,07	-	3.438,07
	Programa: PVMC - PETI - Piso Variavel de Media Complexidade - Recursos FNAS	20.020,78	-	20.020,78
	Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDUCAÇÃO	50,11	-	50,11
	Recursos Convenio - Merenda Escolar PNAE União	9.057,42	-	9.057,42
	Recursos Convenio Transporte escolar - Estado	197,29	-	197,29
	Recursos de Impostos - SAUDE	42.754,38	690,00	42.064,38
	Salario Educação	22.251,53	1.456,77	20.794,76
	Transf. Convênios - Educação	84,61	-	84,61
	Transf. Recursos - FNAS - Prog.Assist.Social	0,18	-	0,18
	Transf. Recursos - SUS Gestão Plena PPI	20.673,00	-	20.673,00
	TRANSF.CONVENIOS UNIAO	34.383,02	-	34.383,02
	Transf.de Convênios Diversos	140.582,45	-	140.582,45
	Transferencia Uniao para Centro Eventos	18,74	-	18,74
	Transferencias Convenios Governo Estado Santa Catarina e Secretarias para obras, equipamentos, veiculos M	0,10	-	0,10

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ 1,00		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>430.681,01</b>	<b>76.045,02</b>	<b>354.635,99</b>
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	45,90	-	45,90
Recursos Ordinários	156.495,20	9.575,81	146.919,39
Taxas FUNREBOM	5.471,40	320,08	5.151,32
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>162.012,50</b>	<b>9.895,89</b>	<b>152.116,61</b>
<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	<b>592.693,51</b>	<b>85.940,91</b>	<b>506.752,60</b>

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup>**

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 48m.

Nota:<sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

**RGF Anexo II dívida consolidada 2013**

PÁGINA: 1 DE 2  
19/03/2014 15:44

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.363.243,03	1.144.302,23	945.745,72
Dívida Mobiliária	253.320,45	191.161,83	129.003,21
Dívida Contratual	759.890,22	603.108,04	485.596,36
Interna	759.890,22	603.108,04	485.596,36
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-
	350.032,36	350.032,36	331.146,15
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	280.652,72	208.321,14	570.396,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	643.501,63	807.348,16	592.693,51
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	362.848,91	599.027,02	22.296,66
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>1.082.590,31</b>	<b>935.981,09</b>	<b>375.348,87</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.900.280,07	11.151.886,08	11.630.735,29
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	12,51	10,26	8,13
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	9,93	8,39	3,23
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <0,00%>			
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>			
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII + VIII)	759.890,22	603.108,04	485.596,36
DÍVIDA DE PPP(V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	506.569,77	411.946,21	356.593,15
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	506.569,77	411.946,21	356.593,15
Previdenciárias	421.508,78	347.547,56	307.651,54
Demais Contribuições Sociais	85.060,99	64.398,65	48.941,61
Do FTGS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	253.320,45	191.161,83	129.003,21
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 44m.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo,

PÁGINA: 2 DE 2  
19/03/2014 15:44

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")  
colocar um "-" (traço) nessa linha.

R\$ 1,00

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO Anexo VIII Educação 2013

PÁGINA: 1 DE 7  
19/03/2014 15:25

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	708.500,50	708.500,50	126.337,20	652.599,74	92,11	
1.1-Receta Resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	141.278,50	141.278,50	8.695,20	133.386,41	94,41	
1.1.1-IPTU	130.278,50	130.278,50	8.501,11	140.596,31	107,92	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	11.000,00	11.000,00	194,09	3.752,27	34,11	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	-	-	-	-	-	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	-	-	-	-	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-	10.962,17	-	
1.2-Receta Resultante do imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	143.600,00	143.600,00	28.551,77	109.793,90	76,46	
1.2.1-ITBI	132.600,00	132.600,00	28.551,77	109.793,90	82,80	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	11.000,00	11.000,00	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	-	
1.3-Receta Resultante do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	208.000,00	208.000,00	31.760,47	180.000,85	86,54	
1.3.1-ISS	198.000,00	198.000,00	31.335,92	178.793,59	90,30	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	424,55	1.207,26	12,07	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	-	-	-	-	-	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	-	-	-	-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	-	-	
1.4-Receta Resultante do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	215.622,00	215.622,00	57.329,76	229.418,58	106,40	
1.4.1-IRRF	215.622,00	215.622,00	57.329,76	229.418,58	106,40	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	-	
1.5-Receta Resultante do imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		12.570.747,80	12.570.747,80	1.942.147,65	9.252.959,06	73,61
2.1.Cota-Parte FPM		7.314.119,00	7.314.119,00	1.279.717,88	5.503.583,89	75,25
2.1.1-Parcela referente à Cf. art. 159, I, alínea b		7.314.119,00	7.314.119,00	1.279.717,88	5.503.583,89	75,25
2.1.2-Parcela referente à Cf. art. 159, I, alínea d		-	-	-	-	-
2.2.Cota-Parte ICMS		4.580.909,80	4.580.909,80	620.981,33	3.418.748,79	74,63
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996		44.000,00	44.000,00	2.681,71	16.086,21	36,56
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação		143.275,00	143.275,00	15.346,85	49.096,18	34,27
2.5-Cota-Parte ITR		16.500,00	16.500,00	32,55	2.595,78	15,73
2.6-Cota-Parte IPVA		471.944,00	471.944,00	23.387,33	262.848,21	55,69
2.7-Cota-Parte IOF-Outro		-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)		13.279.248,30	13.279.248,30	2.068.484,85	9.905.558,80	74,59

PÁGINA: 3 DE 7  
19/03/2014 15:25

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	867.000,00	867.000,00	29.697,60	219.526,96	25,32
5.1 - Transferências do Salário-Educação	100.000,00	160.000,00	13.074,34	144.302,90	90,19
5.2 - Outras Transferências do FNDE	707.000,00	707.000,00	16.623,26	75.224,06	10,64
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	277.000,00	277.000,00	2.140,26	36.585,00	13,21
6.1 - Transferências de Convênios	277.000,00	277.000,00	2.140,26	36.585,00	13,21
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	1.342,16	1.342,16	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.144.000,00	1.144.000,00	33.180,02	257.454,12	22,50

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.503.300,00	1.503.300,00	378.393,02	1.796.221,28	119,49
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	248.364,48	1.054.963,83	81,15
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	81.200,00	81.200,00	124.262,39	678.800,20	835,96
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	8.800,00	8.800,00	536,17	3.227,78	36,68
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	69,96	69,96	0,32
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	3.300,00	3.300,00	-	512,41	15,53
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	88.000,00	88.000,00	5.160,02	58.647,10	66,64
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.851.000,00	1.851.000,00	269.065,11	1.455.978,31	78,66
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.827.480,00	1.827.480,00	268.669,28	1.453.917,64	79,56
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	23.520,00	23.520,00	395,83	2.060,67	8,76
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	324.180,00	324.180,00	-109.723,74	-342.303,64	-105,59

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



PÁGINA: 4 DE 7  
19/03/2014 15:25

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)							RS 1,00
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%
			LIQUIDADAS		(g)=[(e+f)/(d)x100		
			No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)				
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	-	-	121.439,46	1.126.325,93	-	-	
13.1-Com Educação Infantil	-	-	66.718,36	643.546,78	-	-	
13.2-Com Ensino Fundamental	-	-	54.721,10	482.779,15	-	-	
14-OUTRAS DESPESAS	3.000,00	3.000,16	63.274,95	329.652,54	-	-	10.987,83
14.1-Com Educação Infantil	-	-	19.634,59	75.923,78	-	-	
14.2-Com Ensino Fundamental	3.000,00	3.000,16	43.640,36	253.728,76	-	-	8.457,17
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	3.000,00	3.000,16	184.714,41	1.455.978,47	-	-	48.530,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB							-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)							-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-18)/(11)x100%)							77,36
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,16
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013²							0,16

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB										
	RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	(c)=(b/a)×100		
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)					
		3.319.812,08	3.319.812,08	517.121,21	2.476.389,70			74,59		
	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				(f)	%	(g)=(e+f)/d×100
				LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
				No Bimestre	Até o Bimestre					
		1.021.000,00	1.021.000,00	223.856,70	1.103.821,51	-		108,11		
	23-EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	86.352,95	719.470,56	-				
	23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.021.000,00	1.021.000,00	137.503,75	384.350,95	-		37,64		
	23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	735.000,00	733.000,16	260.317,28	1.403.479,35	-		191,47		
	24-ENSINO FUNDAMENTAL	3.000,00	3.000,16	98.361,46	736.507,91	-		24.548,95		
	24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	732.000,00	730.000,00	161.955,82	666.971,44	-		91,37		
	24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	18.000,00	18.000,00	-	23.009,88	-		127,83		
	25-ENSINO MÉDIO	5.000,00	5.000,00	-	-	-		-		
	26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-		-		
	27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	66,00	344,00	-		-		
	28-OUTRAS									
	29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.779.000,00	1.777.000,16	484.239,98	2.530.654,74	-		142,41		

PÁGINA: 6 DE 7  
19/03/2014 15:25

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	RS 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-342.303,64
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	2.060,67
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,16
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-340.242,81
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	2.847.543,67
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(31x100))%	28,75

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%
			LIQUIDADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO							(g)=(e+f)/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	50.000,00	52.900,00	22.630,67	137.915,65	-	-	260,71
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	108.000,00	108.000,00	17.001,59	128.337,51	-	-	118,83
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	158.000,00	160.900,00	39.632,26	266.253,16	-	-	165,48
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	1.937.000,00	1.937.900,15	523.872,24	2.796.907,90	-	-	144,33
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2013 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		-	-	-	-		

PÁGINA: 7 DE 7  
19/03/2014 15:25

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2013/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

	FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
		FUNDEF	FUNDEF
		(h)	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		0,16	
48-(+)-INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.453.917,64	
49-(-)-PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.455.978,47	
50-(+)-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.060,67	
51-(-)-SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		-	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 25m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.  
<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."  
<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.  
<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.  
<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RGF Anexo III Garantias 2013**

PÁGINA: 1 DE 1  
19/03/2014 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro de 2013

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	10.900.280,07	11.151.886,08	11.630.735,29
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)</b>			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mar/2014, 15h e 45m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### Processo Seletivo Nº. 001/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA – SC. PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2014. A Comissão do Processo Seletivo Nº 001/2014, nomeada pelo Decreto Nº 026/2014, torna público que se encontram abertas as inscrições no período de 01 de Abril de 2014 a 04 de Abril de 2014, das 08:00 às 13:00h, na Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça, relativos ao PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS e PROGRAMA DE AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS - PACE, para preenchimento de cargos constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, para admissão em caráter temporário, através de aplicação de prova escrita de acordo com as instruções constantes no Edital disponível na Secretaria de Saúde, Rua Deputado Antônio Guglielmi Sobrinho, 367, Centro, Morro da fumaça – SC.

Morro da fumaça em 21 de Março de 2014.  
Cristina Pereira Maccari  
Presidente da Comissão de Processo Seletivo.

### Decreto Nº 026/2014

DECRETO Nº 026/2014, em 21 de Março de 2014.  
"NOMEIA COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS E PROGRAMA DE AGENTES DE COMBATE À ENDEMIAS - PACE DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Processo Seletivo Simplificado de candidatos para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal,  
DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos existentes no Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS e Programa de Agentes de Combate à Endemias - PACE, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, todos servidores desta municipalidade, sob a presidência do primeiro:

Cristina Pereira Maccari  
Mabel Possamai Guedin  
Renata Dagostin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 21 de Março de 2014.  
Agnaldo David Maccari  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Michel Antônio Maccari  
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### 001-207

Portaria	Data	Ementa
001	02/01/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 480/2014 DE 05/07/2013 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA O SERVIDOR ROBSON DA SILVA GABRIEL, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.
002	02/01/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 440/2013 DE 13/06/2013 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA VERA LUCIA DE ALMEIDA SMANIA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR EM ENFERMAGEM.
003	03/01/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA VIVIANY GUOLLO DELUCA, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.
004	13/01/2014	EXONERA POR MORTE O SERVIDOR ALTAIR FIGUEREDO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
005	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALBERTINA APOLINÁRIO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
006	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA VANILDE RODRIGUES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
007	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLARICE DE FREITAS CASAGRANDE PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
008	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA PEDRO DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
009	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELE CARDOSO DA SILVA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
010	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOELMA QUIRINO DE SOUZA MONTEIRO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
011	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULEICA GONSALVES DA SILVA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
012	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARTA HENRIQUETA PIVA DE JESUS PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
013	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NILVANIA MARIA SARTOR SERAFIM PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
014	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSA FAUSTA RICARDO MAXIMO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
015	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TAMIRES MEDEIROS DA CRUZ PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
016	16/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANGELA WAGNER CARDOSO PARA O CARGO DE PROFESSORA.

017	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JEOVANA BORTOLON DE BEM PARA O CARGO DE PROFESSORA.
018	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISLAINE ROUSSENQ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
019	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANICE MARTIGNAGO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
020	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE SANTOS DA SILVA CANDIDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
021	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDIMARA DALMOLIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
022	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GRAZIELA CIZESKI MACHADO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
023	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CYNTIA DE SOUZA TEIXEIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
024	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA DE ALMEIDA HENFRAIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
025	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GEOVANA EUDÓCIA PEREIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
026	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARLI MAURINA PATRICIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
027	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA PAULA TUAN PAULINO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
028	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANE NUNES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
029	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA FREITAS LEOPOLDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
030	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDETE PORTO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
031	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GENI VARGAS COSTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
032	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VAEDINA LOPES FELISBINO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
033	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA DE AGUIAR FRANCISCO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
034	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANESSA ZANINI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
035	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABRICIA DE BEM PARA O CARGO DE PROFESSORA.
036	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIDIANE GONÇALVES DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
037	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANAINA GABRIEL MACHADO MORONA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
038	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LISLAINE BERTAN PACHECO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
039	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE TUON PARA O CARGO DE PROFESSORA.
040	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA STEINBACK PARA O CARGO DE PROFESSORA.
041	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA SIMONI GUOLLO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.

042	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TAMIRIS DA SILVA DE SOUZA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
043	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GIZELLI KEMPER GABRIEL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
044	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA GHIZONE DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
045	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALBERTINA MARIA VIEIRA FERNANDES PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
046	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA BRUGNOLI BUDNY PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
047	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SUELEN JUNG PEDRO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
048	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA CENI BURATO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
049	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARA REGINA FRANCISCO MOTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
050	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GEOVANA MARIA DE BITENCOURT PARA O CARGO DE PROFESSORA.
051	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINI CARDOSO DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
052	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BITENCOURT CAVAGNOLI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
053	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUEILA DE ALMEIDA SIMÕES ZANATTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
054	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GIANE ALVIM DE SOUZA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
055	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVÂNIE DE BETTIO O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
056	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE DA SILVA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
057	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALCIONE LUIZ VIEL PARA O CARGO DE PEDREIRO.
058	20/01/2014	RESCIDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JOELSON FREITAS MACHADO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.
059	20/01/2014	NOMEIA DANDARA BERTAN GUOLLO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
060	20/01/2014	NOMEIA FLÁVIA MARIA JUNG FOGAÇA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
061	20/01/2014	NOMEIA CRISTIANE TEODORO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
062	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO OTÁVIO BITENCOURT BORGES PARA O CARGO DE MOTORISTA.
063	20/01/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIEGO GOMES PARA O CARGO DE MOTORISTA.
064	24/01/2014	RESCIDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JULEICA GONSALVES DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.



065	24/01/2014	RESCIDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE CRISTIANE DA SILVA SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
066	24/01/2014	EXONERA O SERVIDOR BENTO JOSÉ DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
067	31/01/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 042/2013 DE 17/01/2013 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ELISABETH MENDES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
068	03/02/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE FERNANDA GUOLLO MAGAGNIN, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
069	03/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANESSA MUSSÓI GARCIA PARA O CARGO DE ADVOGADA.
070	03/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SANDRO ROBERTO FARACO PARA O CARGO DE ADVOGADO.
071	03/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA FERNANDES D'AGOSTIM SARTOR O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
072	03/02/2014	ALTERA A PORTARIA 009/2013 DE 02/01/2013 QUE NOMEOU RONALDO OTHEMAR TEIXEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
073	04/02/2014	CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA DANIELA APARECIDA MARANGONE BAESSO OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
074	04/02/2014	ALTERA A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA PRISCILA FUNK CIPRIANO CORREA DE 20 PARA 25 HORAS SEMANAIS.
075	05/02/2014	CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA TANIA KELEN SILVESTRE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
076	05/02/2014	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE VANDELINO DE OLIVEIRA DOS SANTOS OCUPANTE DO CARGO DE ZELADOR DE ESCOLA.
077	05/02/2014	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE HELEN MORAES LUIZ OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SAMU.
078	06/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANDELINO DE OLIVEIRA DOS SANTOS PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
079	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADAIANE PIRES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
080	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SULEMAR MACHADO DOS SANTOS SARTOR PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
081	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALDIRA DE SOUZA DOS SANTOS PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
082	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROZELIA VIANA RENATO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
083	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILEIA IZEPON PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
084	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ZENAIDE MARIA FELICIANO IZEPON PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.

085	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI MENDES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
086	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULEICA GONSALVES DA SILVA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
087	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAIARA CECHINEL PARA O CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
088	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FERNANDA GUOLLO MAGAGNIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
089	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA GUOLLO RECCO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
090	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BEATRIS FORMENTIN MORONA PARA O CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
091	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SINARA NASPOLINI PARA O CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
092	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANE APARECIDA SIMÃO DA ROSA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
093	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIA CRISTINA DE QUADRA CALEGARI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
094	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KATIA APARECIDA DUARTE MACHADO NIERO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
095	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALCEITE MARQUES DE SOUZA BORTOLIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
096	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALEXANDRA FRELLO FRASSON PARA O CARGO DE PROFESSORA.
097	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSA MARIA CRISPIM DA CUNHA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
098	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIZA SARTOR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
099	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARISTELA SARTOR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
100	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA CASAGRANDE PARA O CARGO DE PROFESSORA.
101	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANI HONORATO PIVA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
102	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA DAGOSTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
103	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DENISE DE FREITAS CARDOSO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
104	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SALETE DE ALMEIDA GOULART PARA O CARGO DE PROFESSORA.
105	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA PAGNAN TEIXEIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
106	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MABEL APARECIDA COSTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.

107	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA MARQUES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
108	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARINA BORTOLIN MILAK PARA O CARGO DE PROFESSORA.
109	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ERITA INÊS BECK PARA O CARGO DE PROFESSORA.
110	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE TRESI XAVIER PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
111	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUCIRLEI PEREIRA CASAGRANDE PARA O CARGO DE PROFESSORA.
112	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RODRIGO BORGES FRANCISCO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
113	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUCELMA SILVANO PARA O CARGO DE PROFESSORA
114	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ARACELI DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
115	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FLAVIA BEHENCK EVALDT PARA O CARGO DE PROFESSORA.
116	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA CRISTINA GUOLLO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
117	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANA COMIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
118	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA BOM SIMON PARA O CARGO DE PROFESSORA.
119	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA SILVEIRA JOSÉ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
120	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDIANE MACEDO RECCO PAGNAN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
121	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVELYN PEREIRA GOMES DE SÁ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
122	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA REGINA PIROLA DAGOSTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
123	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELE CASAGRANDE PARA O CARGO DE PROFESSORA.
124	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA MAGAGNIN PARA O CARGO DE PROFESSORA
125	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA POLICARPO SARTOR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
126	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIEL VALGA RICARDO PARA O CARGO DE PROFESSOR.
127	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JESSICA SERAFIM FRASSON PARA O CARGO DE PROFESSORA
128	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NELLY MAGDALENA BARRIOS DELGADO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
129	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANA CASAGRANDE PARA O CARGO DE PROFESSORA.
130	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA DE SOUZA CLAUDINO PARA O CARGO DE PROFESSORA.

131	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANA ALVES DE LIMA CRUZ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
132	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA LEACI DAGOSTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
133	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANILI MARTIGNAGO CASAGRANDE PARA O CARGO DE PROFESSORA.
134	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANAINA FERNANDES AGUIAR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
135	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MATEUS DE PIERI MODOLON PARA O CARGO DE PROFESSOR.
136	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVIA FRANCISCO MOTA MENDES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
137	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LAÍS TISCOSKI DA SILVA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
138	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUCELI FORMANSKI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
139	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TATIANE ZANELATTO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
140	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDERALDO COLOSSI PARA O CARGO DE PROFESSOR.
141	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABRICIA DA SILVA SOARES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
142	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DJALMA SANTOS ARAÚJO PARA O CARGO DE PROFESSOR.
143	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANETE SILVANO CARDOSO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
144	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GÉSSICA PADOIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
145	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE RICARDO DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
146	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCEL MADEIRA DE COSTA PARA O CARGO DE PROFESSOR.
147	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSEMARY DAGOSTIN FRASSON PARA O CARGO DE PROFESSORA.
148	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CINARA FERNANDES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
149	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE MACIEL DE ALMEIDA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
150	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANE SARTOR PACHECO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
151	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LAURENICE MANOEL MARIANO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
152	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANEIDE NOGAREDO CESCA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
153	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANE BURIGO MATHIOLA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
154	10/02/2014	DESIGNA A PROFESSORA ALINE CARDOSO DE SOUZA A RESPONDER POR MAIS 05 HORAS SEMANAIS.

155	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA SORATO CESCA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
156	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JACKIANI MARTIGNAGO CASAGRANDE PARA O CARGO DE PROFESSORA.
157	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA APARECIDA HENFRAIN GUOLLO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
158	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA ISOLETE LAURINDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
159	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA TERMA DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
160	10/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LETÍCIA MAURICI PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
161	10/02/2014	NOMEIA JOELMA FELICIO FERNANDES PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
162	10/02/2014	NOMEIA JORGIA GUGLIELMI PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
163	10/02/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE GRAZIELA CIZESKI MACHADO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
164	10/02/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE MARLI MAURINA PATRICIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
165	11/02/2014	EXONERA A SERVIDORA ELIZETE CORREIA DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA, EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
166	11/02/2014	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA MORGANA APARECIDA AMORIN LAUREANO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
167	11/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA ROSE MERY TEIXEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
168	11/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA ANDRESA SIMÃO RUFINO KUNTZ, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
169	11/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA MABEL APARECIDA COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
170	11/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA MARIELI FRASSON DAMASIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
171	11/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA MIRIANI DAGOSTIN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
172	11/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA VALERIA GUOLLO PATRICIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
173	11/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA CRISTINA SILVANO FERNANDES SARTOR, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
174	12/02/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 615/2013 DE 26/12/2013 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ISABEL CRISTINA HAHN BATISTA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

175	12/02/2014	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA SIRLEY MARTIGNAGO DE LORENZI CANCELLIER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.
176	12/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARICELIA APARECIDA MENDES FRANCISCONI PARA O CARGO DE INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
177	12/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SARINA VITORASSI NANDI PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
178	12/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DEISE SILVANA CUSTÓDIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
179	12/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ISABELA ZANATTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
180	12/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA MARQUES, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
181	14/02/2014	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA CARINA BORTOLIN MILAK, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
182	14/02/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA ADRIANA BAESSO DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
183	14/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANA TEIXEIRA ROCHA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
184	14/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTINA RÉUS PATRICIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
185	14/02/2014	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA DANIELA ZEFERINO JOAQUIM FERREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
186	14/02/2014	CONCEDE LICENÇA ADOÇÃO À SERVIDORA ELAINA FUNK CIPRIANO BELETINI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
187	14/02/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 357/2013 QUE CONCEDEU LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA JANAINA BERTAN, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
188	17/02/2014	DESIGNA A SERVIDORA JANAINA BERTAN, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NO ESF ANA BENFATO GOBATTO.
189	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUANA DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
190	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILZA TEIXEIRA DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
191	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ISABELA NATAL MILAK PARA O CARGO DE PROFESSORA.
192	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANESSA DA SILVA DA SILVEIRA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
193	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FERNANDA LOPES MACIEL PARA O CARGO DE PROFESSORA.
194	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FERNANDA BIEGER AGRINFO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.

195	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA DOS SANTOS FORMENTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
196	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOANA FARIAS OLIVEIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
197	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMACKY TOMÉ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
198	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARINA CONSTANTE RICARDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
199	17/02/2014	CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDORA MARZA DE LOURDES DE ROCHI ROSSO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
200	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAIARA SOARES CÂNDINO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
201	17/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUSSARA DE OLIVEIRA BAPTISTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
202	17/02/2014	NOMEIA ADEMIR VARGAS FILHO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
203	20/02/2014	NOMEIA IEDA CARDOSO MILAK PARA O CARGO DE ASSESSOR II.
204	20/02/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 603/2013 DE 04/12/2013 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA O SERVIDOR SAMUEL DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.
205	20/02/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIRLEI MARIA LUZA PARA O CARGO DE INSTRUCTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
206	25/02/2014	EXONERA À SERVIDORA JESSICA SAVIATO SALVAN OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
207	25/02/2014	CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA SIMONE DE OLIVEIRA BURIGO OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Processo Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1654 DE 21 DE JANEIRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo – Analista Consultora Administrativa – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível descumprimento de ordem superior (escala de trabalho) por Guarda Municipal de Trânsito.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE JANEIRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de janeiro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### Sindicância

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1655 DE 21 DE JANEIRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo – Analista Consultora



Administrativa – e Euclides Mendes – Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível má conduta no procedimento de autuação de veículos por Guarda Municipal de Trânsito.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE JANEIRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de janeiro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial 63/2014 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO (PAI) ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 03/04/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 03/04/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 21 de março de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial 12/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE LISTAGEM ATUALIZADA DO GUIA FARMACEUTICO DE MEDICAMENTOS BRASINDICE DE A A Z PARA ATENDER A FARMACIA BASICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Data da entrega dos envelopes: 03/04/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 03/04/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 21 de março de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

## **Nova Trento**

### **PREFEITURA**

#### **Contrato 051/2014**

CONTRATO Nº 051/2014

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2014. Homologação: 17/03/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: MÁRCIO LUIZ FELLER ME., inscrita no CNPJ nº 01.901.550/0001-44, estabelecida na Rua Nicolau Bado, 70, centro, CEP 88270-000, cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais (leves e utilitários) e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações no Pregão Presencial nº 014/2014. O valor estimado é de: PREFEITURA R\$ 81.060,00 (Oitenta e um mil e sessenta reais);

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 64.488,00 (Sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 17 de março de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

#### **Contrato 052/2014**

CONTRATO Nº 052/2014

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2014. Homologação: 17/03/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: EDSON RENATO MICHNOSKI ME., inscrita no CNPJ nº 80.658.859/0001-21, estabelecida na Rua dos Imigrantes, s/nº, centro, CEP 88270-000, cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais (leves e utilitários) e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações no Pregão Presencial nº 014/2014. O valor estimado é de: PPREFEITURA R\$ 87.550,00 (Oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais); FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 18.860,00 (Dezoito mil, oitocentos e sessenta reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 17 de março de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

#### **Contrato 053/2014**

CONTRATO Nº 053/2014

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2014. Homologação: 17/03/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: AUTO MECÂNICA BOTTAMEDI LTDA ME., inscrita no CNPJ nº 05.906.895/0001-41, estabelecida na Rua Alferes, 319, Bairro Trinta Reis, CEP 88270-000, cidade de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais (leves e utilitários) e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento,

conforme especificações no Pregão Presencial nº 014/2014. O valor estimado é de: PREFEITURA R\$ 21.225,00 (Vinte e um mil, duzentos e vinte e cinco reais); FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 44.596,00 (Quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 17 de março de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

### **Contrato 054/2014**

CONTRATO Nº 054/2014

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2014. Homologação: 17/03/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: COM-PARTS LTDA. EPP, inscrita no CNPJ nº 03.195.677/0001-10, estabelecida na Rua José Manoel Reis, s/nº, centro, cidade de Tijucas/SC, CEP 88200-000. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais (leves e utilitários) e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações no Pregão Presencial nº 014/2014. O valor estimado do presente Contrato é de R\$ 7.600,00 (Sete mil e seiscentos reais) para a Prefeitura. Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 17 de março de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

### **Contrato 055/2014**

CONTRATO Nº 055/2014

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2014. Homologação: 17/03/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: TECNOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. EPP, inscrita no CNPJ nº 75.461.509/0001-30, estabelecida na Rodovia SC 411, s/nº, KM 11 – Bairro Centro, cidade de Canelinha/SC. Objeto do Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais (leves e utilitários) e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações no Pregão Presencial nº 014/2014. O valor estimado do presente Contrato é de R\$ 75.700,00 (Setenta e cinco mil e setecentos reais) para a Prefeitura. Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 17 de março de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

### **Contrato 056/2014**

CONTRATO Nº 056/2014

Origem: Processo Licitatório nº 020/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 014/2014. Homologação: 17/03/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: JAQUELINE APARECIDA PSCHIEDT ME., inscrita no CNPJ nº 17.545.116/0001-09, estabelecida na Rua Geraldo Manoel Vargas, 105, Bairro Cardoso, cidade de São João Batista/SC. Objeto do

Contrato: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais (leves e utilitários) e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações no Pregão Presencial nº 014/2014. O valor estimado é de: PREFEITURA R\$ 72.100,00 (Setenta e dois mil e cem reais); FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 5.725,00 (Cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais). Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 17 de março de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

### **Resultado Fase de Habilitação - Tomada de Preço Nº 003/2014**

Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório nº 028/2014 – Tomada de Preço nº 003/2014 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários para Estabilização de Talude do Morro da Cruz, Km 2+600, Km 2+800, Km 3+400 e drenagem profunda com pavimentação da estrada pública Nossa Senhora do Bom Socorro, Município de Nova Trento, houve a participação das seguintes empresas licitantes: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. E TERRAPLANAGEM AZZA LTDA. Da análise da documentação decidiu a comissão: A) Habilitar as empresas participantes para a sequência do certame por atenderem o solicitado em edital; b) Marcar para dia 03/04/2014 as 16:00 horas a abertura das Propostas. Concedida a palavra aos presentes, não houve manifestação pela interposição de recurso.

Nova Trento (SC), 20 de março de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Decreto Nº 049/2014**

DECRETO nº 049/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 06/2013 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 25 de março de 2014, munido da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21

anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 21 de março de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº049/2014)

CARGO: enfermeiro (ESF)	
08	Rodrigo Thallis Alves Pudell
09	Bruna da Silva Weber

### Portaria Nº 189/2014

PORTARIA Nº 189 /2014

Indica Servidores.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere artigo 94, item VIII da Lei Orgânica de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 2.502/2013, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação – CME,

Resolve:

Art. 1º – Indicar e credenciar as servidoras públicas municipais, Rosilda Maria Dalri Merizio, Ana Miria Cipriani Marchi e Naide Feller, para análise e teste do material pedagógico, a ser adquirido para a Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, quando da realização do Certame Licitatório, Processo nº 030/2014, na modalidade Tomada de Preço nº 004/2014, no dia 09 de abril de 2014.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de março de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

### Contrato Nº 008/2014

CONTRATO Nº 008/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Ariano Da Cunha, portador do CPF nº 006.037.289-36, RG nº 00004186617/SSP/SC, PIS nº 127.07.375723, CNH 01792091843, CAT. "AD", Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 32.640,00 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### Contrato Nº 010/2014

CONTRATO Nº 010/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Alcir Raizer, portador do CPF nº 767.347.579-00, RG nº 16/R-2.725.377/SSP/SC, PIS nº 123.4127815-0, CNH 02993053706, CAT. "AC", Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### Contrato Nº 012/2014

CONTRATO Nº 012/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: André Luiz Gandin, portador do CPF nº 065.427.839-38, RG nº 4537.825-8/SSP/SC, PIS nº 139.53150.72-2, CNH 04084728623 CAT. "AD", Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total



deste contrato é de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 013/2014**

CONTRATO Nº 013/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Ataíde Henrique Marcolla, portador do CPF Nº 167.665.989-72, RG nº 167.132- SSP/SC, Nº do PIS 10795119221, CNH 00723303942, CAT. "D"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 29.520,00 (vinte e nove mil quinhentos e vinte reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 014/2014**

CONTRATO Nº 014/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Doroteia Aparecida Dell'Agnolo Brasciani, portadora do CPF Nº 733.231.369-34 RG nº 1.929.763-7- SSP/SC, Nº do PIS 138.64495.72-4, CNH 02905277264, CAT. "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 015/2014**

CONTRATO Nº 015/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento, Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Eder Pering, portador do CPF nº 033.360.019-35, RG nº 4.186.823/SSP/SC, CNH 03056883254, CAT. "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 18.360,00 (dezoito mil trezentos e sessenta reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 017/2014**

CONTRATO Nº 017/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Ederson Renato Michalski, portador do CPF Nº 098.584.719-04, RG nº 6314457/SSP/SC, CNH 054.473927828 CAT. "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 34.340,00 (trinta e quatro mil trezentos e quarenta reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 018/2014**

CONTRATO Nº 018/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Anizio Luiz Pereira, portador do CPF Nº 508.350.929-68, RG nº 16/R-1.926.372-2/SSP/SC, CNH 365310606, CAT. "AD", PIS nº 122.203.827-12; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 020/2014**

CONTRATO Nº 020/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Evanildo Antônio Barni, portador do CPF Nº 218.077.609-87, RG nº 1113083/SSP/SC, CNH 02504735412, CAT. "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 021/2014**

CONTRATO Nº 021/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova

Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Fernanda Costa, portadora do CPF Nº 073.725.899-32, RG nº 5383142-0/SSP/SC, Nº PIS 203.69227985, CNH 04876810082, CAT. "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### **Contrato Nº 023/2014**

CONTRATO Nº 023/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Fernando Schmitt, portador do CPF Nº 061.249.429-25, RG nº 5.077.731-9/SSP/SC, nº PIS 200.43258.01.2, CNH 03955784374, CAT. "AC"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 12.240,00 (doze mil duzentos e quarenta reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### **Contrato Nº 024/2014**

CONTRATO Nº 024/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Francisco Boso, portador do CPF Nº 416.211.669-53 RG nº 198.613-9- SSP/SC, nº do PIS 107.04176.66.9, CNH 00695686609, CAT. "C"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### **Contrato Nº 025/2014**

CONTRATO Nº 025/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: Geli Costa Zucatelli, inscrita no CPF sob o Nº 036.349.419-79, RG nº 4.119.069-6/SSI/SC, CNH 03206743595, CAT. "AB", PIS Nº 133.04768.72-5 ; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos

reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### **Contrato Nº 026/2014**

CONTRATO Nº 026/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Jaisson José Tomasi, portador do CPF Nº 034.905.529-70, RG nº 3.663.231/SSP/SC, Nº PIS 128.45680.72.6, CNH 01024156824, CAT. "AB" ; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 38.520,00 (trinta e oito mil quinhentos e vinte reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### **Contrato Nº 027/2014**

CONTRATO Nº 027/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: José Luiz Raiser, portador do CPF Nº 767.342.429-00, RG nº 32725394/SSP/SC, Nº PIS 123.09146805, CNH 03232768409, CAT. "AB", Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### **Contrato Nº 028/2014**

CONTRATO Nº 028/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: José Luiz Raiser, portador do CPF Nº 767.342.429-00, RG nº 32725394/SSP/SC, Nº PIS 123.09146805, CNH 03232768409, CAT. "AB", Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato Nº 029/2014**

CONTRATO Nº 029/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: José Marcos Hilleshein, portador do CPF Nº 092.234.779-48, RG nº 6462898/SSP/SC, CNH 05554282292, CAT. "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 4.511,00 (quatro mil quinhentos e onze reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 18 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato Nº 030/2014**

CONTRATO Nº 030/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Lizier Marchi, portador do CPF Nº 020.653.849-99, RG nº 3.663.232/SSP/SC, Nº do PIS 139.22150.72-0, CNH 765696370, CAT. "AC"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato Nº 031/2014**

CONTRATO Nº 031/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: Lucinete Melzi Pereira, portadora do CPF Nº 678.596.669-87, RG nº 2341264/SSP/SC, Nº PIS 12285992639, CNH 00779694193, CAT. "D". Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato Nº 032/2014**

CONTRATO Nº 032/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova

Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Luiz Carlos Sborz, portador do CPF Nº 082.190.149-46, RG nº 6.069.825/SSP/SC, CNH 049411538603, CAT. "AB", nº do PIS 163.80686.52-6; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 32.760,00 (trinta e dois mil setecentos e sessenta reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 18 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato Nº 033/2014**

CONTRATO Nº 033/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: Marcilene Reuter, portadora do CPF Nº 059.258.599-95, RG nº 5.334.470-7/SSP/SC, CNH 03251515290, CAT. "AB", PIS Nº 138.39888.72-6; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato Nº 034/2014**

CONTRATO Nº 034/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: MUNDIALLI VIAGENS E TURISMO LTDA ME, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.001.868/0001-92, registrada na junta Comercial do Estado de SC, sob o nº 42203381950, estabelecida à Rua Cristovão Gessele, s/nº, centro, na cidade de Nova Trento, neste ato representada por um de seus sócios, Onélia Almeida, residente à Rua Cristóvão Gessele, s/nº, centro, na cidade de Nova Trento, portadora da C.I. nº 1/R-1.160.718-SSI/SC, inscrita no CPF nº 378.637.209-82; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Contrato Nº 035/2014**

CONTRATO Nº 035/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova

Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Olímpio Fontanelli, portador do CPF Nº 450.202.809-68, RG nº 1370864/ SSP/SC, CNH 01098778249, CAT. "AC", PIS nº 10814222843; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 036/2014**

CONTRATO Nº 036/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Osni Paulo Schulz, portador do CPF Nº 712.181.659-87, RG nº 479386/SSP/SC, Nº PIS 123.15484695, CNH 03679095583, CAT. "AB", Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 037/2014**

CONTRATO Nº 037/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Robson Almeida, portador do CPF Nº 026.586.109-80, RG nº 3.953.868- SSP/SC, CNH 524828958, CAT. "D"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 43.920,00 (quarenta e três mil novecentos e vinte reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 041/2014**

CONTRATO Nº 041/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014, Processo Licitatório 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Venito Michalski, portador do CPF Nº 770.892.869-91, RG nº 16/R 2.830.234/SSP/SC, nº do PIS 209.24681.93-9, CNH 0311775040, CAT. "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de

Dezembro de 2014.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### **Contrato Nº 042/2014**

CONTRATO Nº 042/2014

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2014 e Processo Licitatório nº 026/2014. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça Del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Vilson Luiz Marchi, portador do CPF Nº 020.915.769-05, RG nº 3773.916, nº do PIS 125.2716280.2, CNH nº 02010485067, CAT "AB"; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 10.880,00 (dez mil oitocentos e oitenta reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2014.

Nova Trento, 18 de fevereiro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Aviso de Resultado do Pregão Presencial nº 009/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 009/2014, cujo objeto é a seleção de proposta mais vantajosa para: A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NAS OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS CURSOS DE: "MANICURE E PEDICURE", "PINTURA EM TECIDO, VIDROS E TELAS" E "DIA DO IDOSO" A SEREM OFERECIDOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 21/03/2014 às 08:00 hs, que teve como empresas participantes: REBELATTO & CRUZ LTDA ME; SILVA E GOBI LTDA – EPP, sendo a empresa SILVA E GOBI LTDA – EPP, vencedora dos itens 04, 05, 06, 08, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 com o valor total de R\$ 3.116,00 (Três mil, cento e dezesseis reais), a empresa REBELATTO & CRUZ LTDA ME, foi vencedora dos itens 1, 25 e 26, com o valor total de R\$ 1.479,00 (Um mil, quatrocentos e setenta e nove reais), totalizando o valor de R\$ 4.595,00 (Quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais), os itens 2, 3, 7, 9, 10 e 11, fora DESERTOS. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: As propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial Nº 009/2014.

Novo Horizonte/SC, em 20 de Março de 2014.  
ARNO GOLDSCHMIDT  
Pregoeiro

### Aviso Resultado Habilitação E Proposta PL 022/14 CV Nº 004/14

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2014 – CONVITE Nº 004/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto é a seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DA OBRA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DE PONTE EM CONCRETO ARMADO A SER EXECUTADA SOBRE O RIO GUAPORÉ, NAS PROXIMIDADES DA COMUNIDADE DE LINHA GUAPORÉ, NA DIVISA DOS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE/SC E SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, TAL CABECEIRA SERÁ EXECUTADA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM KIT PONTE, FORNECIDA PELA DEFESA CIVIL DE SC, COM LARGURA DE 5,00 METROS E COMPRIMENTO DE 9,00 METROS, TOTAL DE 45 M2, a ser executado sob o regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Orçamento, descritos nos Anexos I – VIII e demais Anexos parte integrante deste edital. Que no dia de sua realização dia 20/03/2014 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: PRESSOTTO ESTRUTURAS E PRE-MOLDADOS LTDA, PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES

LTDA, CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME, que todas as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo.

Novo Horizonte (SC), em 20 de Março de 2014  
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2014 – CONVITE Nº 004/2014-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto é a seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DA OBRA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DE PONTE EM CONCRETO ARMADO A SER EXECUTADA SOBRE O RIO GUAPORÉ, NAS PROXIMIDADES DA COMUNIDADE DE LINHA GUAPORÉ, NA DIVISA DOS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE/SC E SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, TAL CABECEIRA SERÁ EXECUTADA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM KIT PONTE, FORNECIDA PELA DEFESA CIVIL DE SC, COM LARGURA DE 5,00 METROS E COMPRIMENTO DE 9,00 METROS, TOTAL DE 45 M2, a ser executado sob o regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Orçamento, descritos nos Anexos I – VIII e demais Anexos parte integrante deste edital. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, com valor total de R\$ 26.768,44 (Vinte e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação da autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 20 de Março de 2014.  
Comissão Permanente de Licitação

### Extrato Aditivo 001 ao Ca FMS 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO ADITIVO

Aditivo Nº 001 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 005/2013

Contratante: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada: RECK CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor: 14.171,83 (quatorze mil cento e setenta e um reais e oitenta e três centavos)

Vigência : Início: 19/03/2014 Término: 19/03/2015

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 136.820,22

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE, para a aplicação do índice de reajuste (IGP-M), de 5,76% (cinco vírgula setenta e

seis) referente à variação do índice do IGP-M, divulgado pela

Fundação Getúlio Vargas, do período de 01/03/2013 a 28/02/2014 e alteração da Cláusula Oitava - Da Vigência, consistindo na prorrogação para mais 12 (doze) meses até 19/03/2015.

Novo Horizonte, 19 de Março de 2014

### **Aviso de Retificação do PL Nº 023/2014-Pregão Presencial Nº 011/2014-Registro de Preços**

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014 – REGISTRO DE PREÇO

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014 – Registro de Preços

O Pregoeiro Oficial do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014 – Registro de Preços, o qual se realizará em conformidade com a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 5.504/05, Decreto Municipal Nº 1.694/2009 e demais normas pertinentes.

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

MOTIVO: Alteração na quantidade do item 35, na descrição dos itens 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49, na exclusão do item 39, por se repetido, e renumerar os itens do Termo de Referência (Anexo VIII), do Processo Licitatório Nº 023/2014 – Pregão Presencial nº 011/2014 – Registro de Preços.

Entrega dos envelopes: Em razão da retificação do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório 023/2014, Modalidade Pregão Presencial 011/2014-Registro de Preços, prorroga-se o prazo para abertura dos envelopes para as 9:00 horas do dia 04 de Abril de 2014.

Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3362 0024 e e-mail: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br.

Novo Horizonte, SC, 21 de março de 2014.

Arno Godschmidt

Pregoeiro Oficial do Município.

### **Extrato de Homologação E Adjudicação PL FMS Nº 006/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 006/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/03/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO

NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.991,51 (Seis mil, novecentos e noventa um reais e cinquenta um centavos)

CONTRATADO: CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: 3.791,40 (Três mil, setecentos e noventa um reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: 2.120,70 (Dois mil, cento e vinte reais e setenta centavos)

CONTRATADO: AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: 3.061,60 (Três mil, sessenta e um reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.687,80 (Sete mil, seiscentos e oitenta sete reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC

VALOR DA DESPESA: 6.158,40 (Seis mil, cento e cinquenta oito reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.149,45 (Quatro mil, cento e quarenta nove reais e quarenta cinco centavos).

CONTRATADO: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.302,40 (Onze mil, trezentos e dois reais e quarenta centavos).

CONTRATADO: ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.904,68 (Cinco mil, novecentos e quatro reais e sessenta oito centavos).

CONTRATADO: DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.704,30 (Seis mil, setecentos e quatro reais e trinta centavos)

CONTRATADO: 1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM.

LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.384,40 (Um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

CONTRATADO: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: 2.615,10 (Dois mil, seiscentos e quinze reais e dez centavos).

CONTRATADO: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.455,00 (Um mil, quatrocentos e cinquenta cinco reais)

DATA: 17/03/2014

TANIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria De Saúde E Promoção Social/gestora Fms.

### **Extrato Contratual Nº 034/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 034/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: TRENTIN & SANAGIOTTO LTDA ME-MÓVEIS SANAGIOTTO

Valor de Avaliação do Imóvel: R\$ 157.400,00 (Cento e cinquenta e sete mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 21/03/2014 Término: 21/03/2014

Licitação: Concorrência para Alienação Nº: 1/2014

Objeto: O presente contrato tem como objeto a DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DO IMÓVEL do Condomínio Industrial: LOTE INDUSTRIAL Nº 08, COM ÁREA DE 4.986,23m2 (quatro mil, novecentos e oitenta seis metros e vinte três centímetros quadrados), edificado com BARRACÃO com Pilares pré-moldados de concreto e cobertura metálica, medindo 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), situado no Condomínio Industrial, a título de incentivo econômico, Matrícula nº 16.106, a TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO.

Novo Horizonte, 21 de Março de 2014

### **Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 010/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2014  
CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 001/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 21/03/2014

CONTRATADO: TRENTIN & SANAGIOTTO LTDA ME-MÓVEIS SANAGIOTTO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente certame é a doação com encargos e cláusula de reversão do seguinte imóvel do Condomínio Industrial: LOTE INDUSTRIAL Nº 08, COM ÁREA DE 4.986,23m2 (quatro mil, novecentos e oitenta seis metros e vinte três centímetros quadrados), edificado com BARRACÃO com Pilares pré-moldados de concreto e cobertura metálica, medindo 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), situado no Condomínio Industrial, a título de incentivo econômico, Matrícula nº 16.106.

DATA: 21/03/2014  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

## **Orleans**

### **PREFEITURA**

#### **Edital de Homologação Processo Seletivo Nº006/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO  
EDITAL Nº 006/2014

O Prefeito de Orleans/SC homologa e torna pública a Lista de Candidatos aprovados, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2014.

ÁREA: DISCIPLINA DE ARTES – EDUCAÇÃO BÁSICA

NOME	TELEFONE	CLASSIFICAÇÃO
GISELE CHEQUETTO BAGGIO	99634603	1º
DAIANE DA SILVA PEREIRA	34663993 – 96237795	2º
PAULA MENEGASSO COAN	99157330 – 34662078	3º

Fica homologada a classificação dos candidatos deste Processo Seletivo Simplificado.

ORLEANS (SC), 20 de março de 2014.  
MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal



**Ouro Verde****PREFEITURA****Extrato de Pregão**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE OURO VERDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço 0027/2014 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Aquisição de forma parcelada de Materiais Odontológicos, Materiais de Consumo Hospitalar e Materiais Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC, conforme especificações no edital. Sessão publica Entrega Envelopes: Até as 08h15min 03/04/2014. Obt. informações Secre. Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 21 de março de 2014.  
Rosane Minetto Selig  
Prefeita Municipal.

**Palhoça****PREFEITURA****Edital Pregão 75-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014**

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 04 de abril de 2014 às 9:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75//2014, que tem por objeto aquisição de tendas piramidais para Secretaria de Infra-estrutura. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 21 de março de 2014.  
A PREGOEIRA.

**Lei Nº 3.995, de 19 de Março de 2014.**

LEI Nº 3.995, DE 19 DE MARÇO DE 2014.  
UTILIDADE PÚBLICA. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Pachecos, inscrição sob o CNPJ nº 19.324.812/0001-10, localizado no Bairro Pachecos na Rua Natalino Campos Schaimann, Município de Palhoça, em Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de março de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Edição nº \_\_\_\_/2014

Secretaria de Governo

**LEI Nº 3.996, DE 19 DE MARÇO DE 2014.**

LEI Nº 3.996, DE 19 DE MARÇO DE 2014.  
UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Fraterno Amor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA FRATERNAL AMOR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.764.864/0001-45, situado à Rua Eugênia Cardoso, nº 133, bairro Aririú, município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de março de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Edição nº \_\_\_\_/2014

Secretaria de Governo

### **TERMO RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO Nº 006/2007.**

Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato de Concessão Real de Uso nº 006, de 12 de dezembro de 2007, firmado entre o Município de Palhoça e o Conselho Comunitário Brejaruense.

Pelo presente instrumento de Termo de Rescisão que celebra o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani, nesta cidade, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTIS, neste ato denominado simplesmente CONCESSOR, de forma unilateral e considerando a notificação extrajudicial de 18/02/2014, resolve rescindir o Contrato de Concessão Real de Uso nº 006/2007, nos termos abaixo:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica rescindindo o Contrato de Concessão Real de Uso nº 006, de 12 de dezembro de 2007, celebrado entre o Município de Palhoça e o Conselho Comunitário Brejaruense.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

As benfeitorias realizadas no imóvel ficam revertidas e integram ao patrimônio do Poder Executivo Municipal, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Concessão Real de Uso nº 007, de 12 de dezembro de 2007, que ora se rescinde.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente instrumento.

Palhoça, 20 de março de 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal

#### **TESTEMUNHAS**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura

Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

# Papanduva

## PREFEITURA

### **Lei Nº 2016, de 21 de Março de 2014. - Altera O Art. 1º da Lei Nº 2010, de 20 de Fevereiro de 2014.**

Lei nº 2016, de 21 de março de 2014.

Altera o Art. 1º da Lei nº 2010, de 20 de fevereiro de 2014.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

#### LEI

Art. 1º. O Art. 1º da Lei nº 2010, de 20 de fevereiro de 2014, passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. .

I – 01(um) veículo marca VW/SPACEFOX TREND GII, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, cor preta, ano de fabricação/modelo 2013/2013, chassi nº 9BWPB45Z0D4187378, Código Renavan nº 529206650, placas MKM 7753.

Parágrafo único. .”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 21 de março de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **Lei Nº 2017, de 21 de Março de 2014. Dispõe Sobre A Proibição de Colocação de Propagandas, Cartazes.**

Lei nº 2017, de 21 de março de 2014.

Dispõe sobre a proibição de colocação de propagandas, cartazes e similares em bens públicos do Município de Papanduva e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte,

#### Lei:

Art. 1º. Fica proibida, no Município de Papanduva, a colocação de cartazes, propagandas e similares em bens de uso comum do povo, bens de uso especial, placas de sinalização de trânsito e postes de iluminação pública, à exceção das disposições previstas na Legislação Eleitoral.

Art. 2º. O não cumprimento do disposto na presente Lei acarretará aos infratores as seguintes penalidades, incidentes em dobro no caso de reincidência:

I – pessoa física multa de 06 (seis) UFMs;

II – pessoa jurídica multa de 12 (doze) UFMs.

§1º. Além das multas previstas no caput do presente artigo, fica o infrator obrigado a efetuar a limpeza dos locais afetados, arcando com o pagamento das despesas incidentes, ainda que efetuados pela Municipalidade.

§2º Consideram-se infratores às disposições previstas na presente Lei, nos termos do inciso I deste artigo, tanto a pessoa física ou jurídica beneficiária da propaganda fixada como aquela que realizou pessoalmente a fixação dos cartazes, propagandas e similares.

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar esta Lei.

Art. 4º. Esta Lei Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 21 de março de 2014.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 011/2014

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 011/2014

Ata nº 011/2014; Processo nº012/2014; Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos de farmácia básica, pronto atendimento e de uso contínuo e controlado, para atender a Secretaria de Saúde deste Município. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA EPP, valor contratado: R\$ 48.170,00 (quarenta e oito mil cento e setenta reais), ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, valor contratado: R\$ 2.459,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta e nove reais), KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, valor contratado: R\$ 20.575,95 (vinte mil e quinhentos setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), MGF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, valor contratado: R\$ 71.553,60 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI ME, valor contratado: R\$ 25.368,18 (vinte e cinco mil trezentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos), DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, valor contratado: R\$ 23.035,20 (vinte e três mil e trinta e cinco reais e vinte centavos), ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA valor contratado: R\$ 55.451,49 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos), MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, valor contratado: R\$ 84.618,00 (oitenta e quatro mil seiscentos e dezoito reais), MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, valor contratado: 17.936,00 (dezesete mil novecentos e trinta e seis reais), DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, valor contratado: 125.270,00 (cento e vinte e cinco mil duzentos e setenta reais), EREMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA valor contratado: 18.933,62 (dezoito mil novecentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos), ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, valor contratado: 42.155,30 (quarenta e dois mil cento e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, valor contratado: 5.175,00 (cinco mil cento e setenta e cinco reais), LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, valor contratado: 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), GESSER MEDICAL LTDA EPP, valor contratado: 18.420,00 (dezoito mil quatrocentos e vinte reais), INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, valor contratado: 47.822,80 (quarenta e sete mil oitocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, valor contratado: 52.949,00 (cinquenta e dois mil novecentos e quarenta e nove reais), EXTRAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EPP, valor contratado: 9.392,64 (nove mil trezentos e noventa e dois reais e sessenta centavos), CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, valor contratado: 18.208,00 (dezoito mil e duzentos e oito reais), PRODIET FARMACEUTICA S.A, valor contratado: 16.806,00 (dezesesseis mil e oitocentos e seis reais), NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, valor contratado: 5.949,94 (cinco mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, valor contratado: 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) e VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, valor contratado: 19.350,00 (dezenove mil trezentos e cinquenta reais).

Paulo Lopes, 14 de março de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

**Controle da Origem E dos Gastos com Ensino**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**  
**MÊS DE FEVEREIRO DE 2014**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	59.664,64
1.2 - ITBI	24.363,57
1.3 - ISS	88.870,84
1.4 - FPM	1.230.024,26
1.5 - IRRF	28.933,73
1.6 - ICMS	584.628,30
1.7 - IPI	8.703,37
1.8 - IPVA	62.458,06
1.9 - ITR	1.773,37
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	2.490,92
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	12.472,98
1.12 - Multas e Juros de Mora	5.381,95
<b>TOTAL</b>	<b>2.109.765,99</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	527.441,50
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	415.456,32
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	3.864,63
2.3 - Convênios	407.326,56
<b>TOTAL</b>	<b>1.354.089,01</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	378.015,66	378.015,20	-0,46
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	251.592,57	180.722,63	-70.869,94
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	167.728,38	48.651,03	-119.077,35
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	149.425,84	141.698,73	-7.727,11
3.5 - Convênios e Transferências	407.326,56	82.423,28	-324.903,28
<b>TOTAL</b>	<b>1.354.089,01</b>	<b>831.510,87</b>	<b>-522.578,14</b>

**OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.**2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;  
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 18 de março de 2014.

**% APLICADO : 24,63%**

Aplicado a menor : -7.727,57

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.740.574,82	0,00
Pessoal Ativo	6.571.395,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	169.178,95	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	189.663,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	139.541,93	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	50.122,01	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.550.910,88	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.550.910,88	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.455.056,35	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,32	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	7.805.730,43	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	7.415.443,91	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	7.025.157,39	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 18/03/2014

\_\_\_\_\_  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Secretária de Finanças

\_\_\_\_\_  
ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Diretor de Controle Interno

\_\_\_\_\_  
LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664-O

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE FEVEREIRO DE 2014**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	59.664,64
1.2 - ITBI	24.363,57
1.3 - ISS	88.870,84
1.4 - FPM	1.230.024,26
1.5 - IRRF	28.933,73
1.6 - ICMS	584.628,30
1.7 - IPI	8.703,37
1.8 - IPVA	62.458,06
1.9 - ITR	1.773,37
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	2.490,92
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	12.472,98
1.12 - Multas e Juros de Mora	5.381,95
<b>TOTAL</b>	<b>2.109.765,99</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	316.464,90
2.2 - Rendimento de Aplicação	0,00
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	598.939,17
<b>TOTAL</b>	<b>915.404,07</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	316.464,90	341.021,80	24.556,90
3.2 - Convênios e Transferências	598.939,17	180.554,10	-418.385,07
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>915.404,07</b>	<b>521.575,90</b>	<b>-393.828,17</b>

% aplicado = 16,16%

Aplicado a maior = 24.556,90

Paulo Lopes, 18 de março de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE



**Peritiba****PREFEITURA****Resumo de Licitação 23/2014**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 14/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 23/2014 – Pregão Presencial 14/2014, julgamento Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem e julgamentos dos campeonatos municipais de futebol de salão e futebol sete.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 04 de Abril de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba – SC em 21 de Março de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

**Pescaria Brava****PREFEITURA****Lei Complementar Nº 13-2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº13, de 11 de março de 2014.  
ALTERA, ACRESCE E REVOGA DISPOSITIVO DA LEI Nº002/2013, QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Acresce ao Art.59, da Lei Complementar nº002/2013, o parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 59. .

Parágrafo único. O servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, em comissão ou admitido em caráter temporário, vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social de que trata a Lei Federal nº 8213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º. Revoga o Art.60 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº002/2013.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 11 de março de 2014.  
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 14-2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº14, DE 11 DE MARÇO DE 2014.  
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº2/2013 E LEI COMPLEMENTAR Nº03/2013, ALTERANDO VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os vencimentos dos servidores públicos municipais que percebem remuneração com base no salário mínimo nacional, em face do reajuste deste para R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Art. 2.º - Para a adequação ordenada na Constituição Federal, bem como no art.100, inciso III, da Lei Orgânica do Município, altera o Anexo III (Tabela de Vencimento), da Lei Complementar nº 02/2013, passando o VR 00 a perceber o valor do salário mínimo nacional, ficando igualmente alterado o anexo único da Lei Complementar nº 03/2013, que passa a vigorar com o valor de R\$724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Art. 3.º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações próprias, consignadas no orçamento corrente, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 4.º - Por conta deste reajuste, fica o Poder Executivo

autorizado a utilizar a compensação por ocasião do reajuste na data base (maio), descontando os valores ora acrescidos.

Art. 5.º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de primeiro 1.º de janeiro de 2014, ratificando os efeitos do Decreto Nº 38/2013.

Pescaria Brava, 11 de março de 2014.  
ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 54-2014**

LEI Nº 054, de 11 de março de 2.014.  
REAJUSTA O VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1.º - Fica reajustado a partir do mês de janeiro deste ano de 2.014 o piso do Magistério Público Municipal, passando a ser de R\$1.697,00 (mil seiscentos e noventa e sete reais), para uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º - O valor de que trata o artigo anterior, tem como base a fixação do Piso Nacional do Magistério Público, nos termos da Lei federal nº11.738/2008, que regulamente a alínea "e", do inciso III, caput do art. 60, do Ato das Disposições Transitórias.

Art. 3.º - O piso salarial de que trata esta Lei, é pago a todo profissional da educação, compreendendo todos aqueles envolvidos em atividades de suporte pedagógico a docência, incluídos os cargos de direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 4.º - Em razão da obrigação do município em respeitar o piso nacional dos professores, concedido por Lei Federal, fica o Prefeito de Pescaria Brava autorizado a conceder o reajuste anual, sempre obedecendo aos valores da Lei Federal, por meio de Decreto, isentando-se da obrigação de encaminhar Projeto de Lei à Câmara dos Vereadores para esse fim.

Art. 5.º - Os efeitos desta Lei Ordinária retroagem para ratificar os efeitos do Decreto nº 042, de 27 de janeiro de 2.014.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 11 de março de 2014.  
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 55-2014**

LEI Nº55, de 11 de março de 2.014.  
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ORDINÁRIA Nº25/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de

Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os anexos I e II, da Lei Nº25/2013, para adequação da remuneração paga aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias, que passa a ser de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Art. 2.º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações próprias, consignadas no orçamento corrente, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 3.º - Por conta deste reajuste, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar a compensação por ocasião do reajuste na data base (maio), descontando os valores ora acrescidos.

Art. 4º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de primeiro 1.º de janeiro de 2014, ratificando o Decreto Nº038/2014.

Pescaria Brava, 11 de março de 2014.  
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 56-2014**

LEI Nº56, 11 de março de 2.014.  
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR CONVÊNIO COM O CLUBE AGUA VERDE, PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL EM APOIO A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2.014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o CLUBE AGUA VERDE, do bairro de Barreiros, concedendo subvenção social para a realização do carnaval de 2.014.

Art. 2.º - A subvenção social concedida ao Clube Agua Verde, será no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), utilizando-se a dotação específica.

Art. 3.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 11 de março de 2014.  
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal

### **Lei N. 57-2014**

LEI Nº 057, 21 de março de 2014.  
Dispõe, conforme determina o art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar convênio com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina – AGESAN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina - AGESAN, em consonância com as Leis Federais 11.445/07, 12.305/10 e com o art. 241, da Constituição Federal

de 1988, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município.

Art. 2º Deverão ser delegadas mediante convênio com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina - AGESAN, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando sem motivo justificado houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – AGESAN.

Art. 3º Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, provirão da cobrança da Taxa de Fiscalização a ser estabelecida no convênio.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo pagamento da taxa referida no caput deste artigo será das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico.

Art. 4º O Município exigirá que as ligações sejam obrigatórias às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, em todas as construções e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes.

Parágrafo único. As ligações mencionadas no caput deste artigo correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual n.º 13.517/05.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 21 de março de 2014.  
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal

## Lei Nº 58-2014

LEI Nº 058, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE INFORMAÇÃO, PUBLICIDADE DE ATOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O uso de meio eletrônico na comunicação, publicação e circulação de atos oficiais ou advindos de processo administrativo será admitido nos termos desta Lei.

Art.2º Para fins do disposto no artigo primeiro desta Lei, fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Município de Pescaria Brava, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos administrativos do Município de Pescaria Brava, bem como dos órgãos da administração indireta, suas autarquias e fundações, o qual será hospedado no sítio da rede mundial de computadores "internet" [www.pescariabrava.sc.gov.br](http://www.pescariabrava.sc.gov.br) de domínio da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava.

§ 1º O Diário Oficial Eletrônico do Município de Pescaria Brava poderá circular com a versão impressa ou a ela substituir, de acordo com a conveniência e o interesse público.

§ 2º O chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de noventa (90) dias da publicação desta Lei, editará decreto regulamentando a implementação e utilização do Diário Oficial Eletrônico do Município de Laguna.

§ 3º A distribuição do Diário Oficial Eletrônico e informações processuais em geral, por meio eletrônico serão admitidos mediante prévio cadastramento dos interessados na Secretaria Municipal de Comunicação, na forma do anexo único desta Lei.

§ 4º Independentemente da distribuição de que trata o parágrafo terceiro deste artigo, o Diário Oficial Eletrônico ficará disponível a todo o cidadão no sítio da rede mundial de computadores "internet" [www.pescariabrava.sc.gov.br](http://www.pescariabrava.sc.gov.br) de domínio da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava.

Art.3º Considerar-se-á realizada a publicação de atos oficiais, uma vez que estejam publicados no Diário Oficial Eletrônico. A circulação será considerada realizada, desde que o Diário Oficial Eletrônico esteja devidamente disponível no sítio oficial do município de Pescaria Brava.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Comunicação, deverá guardar, durante seis meses, em meio digital (correspondência eletrônica - e-mail) ou em meio impresso, o comprovante de envio do Diário Oficial Eletrônico aos interessados que estejam cadastrados.

Art.4º Os órgãos da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de processos administrativos por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo Único - Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida em regulamento.

Art.5º Para fins de instituição do processo administrativo eletrônico, os sistemas a serem desenvolvidos pelos órgãos da Prefeitura Municipal deverão usar, preferencialmente, programas com código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores, priorizando-se a sua padronização.

Art.6º O sistema eletrônico de processo administrativo poderá ser aplicado a todos os serviços prestados na Prefeitura Municipal e

não dispensa o pagamento de tributos ou preço público eventualmente incidentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pescaria Brava, 21 de março de 2014.  
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO  
TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Pelo presente TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO, eu,

NOME: .....

CPF: .....

RG:..... ORG. EXP: .....

DATA NASCIMENTO: .....

NATURALIDADE: .....

NACIONALIDADE: .....

ESTADO CIVIL: .....

PROFISSÃO: .....

.....

TELEFONE: .....

ENDEREÇO RESIDENCIAL:.....

ENDEREÇO PROFISSIONAL: .....

Venho solicitar o meu cadastramento, para recebimento do DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, instituído pela Lei ..... e, da qual tenho conhecimento e, para cuja finalidade, apresento o seguinte endereço de e-mail:

E-MAIL AUTORIZADO: .....

Pescaria Brava, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

Assinatura do Solicitante

\* Documentos obrigatórios para cadastramento:

No ato do cadastramento o Interessado deverá apresentar cópia autenticada da carteira de identidade e do CPF.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Edital de Licitação 018/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO 018/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 08/04/2014, licitação modalidade Pregão Presencial n. 018/2014, visando à aquisição de 300 (trezentas) horas de serviço/máquina, tipo escavadeira hidráulica.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 08/04/2014, até às 10:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 DE MARÇO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 100, de 14 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 100, DE 14 DE MARÇO DE 2014.  
NOMEIA NELIZE SCHLOSSER PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a entrada no gozo de licença maternidade da servidora Edivane Pradella,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NELIZE SCHLOSSER, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 091.776.879-57, para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete do Executivo, DAI- 04, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 1º de março de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 14 de março de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 099, de 14 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 099, DE 14 DE MARÇO DE 2014.  
EXONERA NELIZE SCHLOSSER DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CARÁTER EM COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,



**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar NELIZE SCHLOSSER, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 091.776.879-57, do cargo de provimento em comissão de Chefe Divisão de Formação.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo à 1º de março de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 14 de março de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3.988, de 17 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 3.988, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

ATUALIZA MONETARIAMENTE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO PARA EFEITO DE LANÇAMENTO DO IPTU IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TSP TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com disposto no Parágrafo Único do art. 11 da Lei Municipal nº 422/86, de 05 de dezembro de 1986, com redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 05/12/2006, e

CONSIDERANDO a inflação acumulada no ano de 2013 de 5,52 % (cinco inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), calculada pela IGPM,

**DECRETA**

Art. 1º Fica atualizada monetariamente em 5,52 % (cinco inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) a Planta Genérica de Valores do Município, para efeito de lançamento do IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano e TSP Taxas de Serviços Públicos, para o exercício de 2014.

Parágrafo único. O percentual de reajuste, corresponde ao IGPM Índice Geral de Preços de Mercado, acumulado, da Fundação Getúlio Vargas, do exercício de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 17 de março de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

## Ponte Serrada

### PREFEITURA

**Lei 2.191**

LEI Nº 2.191/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR BENS MÓVEIS, CONFORME ESPECIFICA.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar bens móveis conforme segue:

TRATOR VALMET/VALTRA 785, ANO FABRICAÇÃO 2002, OFICIAL, CHASSI: 048324651.

CAR/CAMINHONETE/C.ABERTA, FIAT STRADA WORKING, GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2002/2002, OFICIAL, PLACA MBQ 6303, CHASSI: 9BD27801222805820.

MIS/CAMINHONETA, FIAT/DOBLO EX, GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2005/2005, OFICIAL, PLACA MCX 7945, CHASSI: 9BD11995851028058.

MIS/CAMINHONETA, FIAT/DOBLO ELX FLEX, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2006/2006, OFICIAL, PLACA MDP 9772, CHASSI: 9BD11975561034582.

PAS/AUTOMOVEI, FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2005/2006, OFICIAL, PLACA MCX 8035, CHASSI: 9BD15822764729163.

PAS/AUTOMOVEI, FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2005/2006, OFICIAL, PLACA MCX 7845, CHASSI: 9BD15822764729066.

PAS/ONIBUS/C.FECHADA, VOLKS/COMIL SVELTO U, DIESEL, COR BRANCA, ANO/MODELO 2002/2002, OFICIAL, PLACA MCM 1011, CHASSI: 9BWRF82W92R206217.

PAS/ONIBUS, M.BENZ/OF 1620, DIESEL, COR BRANCA, ANO/MODELO 1995/1995, OFICIAL, PLACA KNI 9029, CHASSI: 9BM384087SB072927.

PAS/ONIBUS, VW/MPOLLO FRATELLO LOT, DIESEL, COR BRANCA, ANO/MODELO 2000/2001, OFICIAL, PLACA JWT 6615, CHASSI: 9BWV2VE211RY11350.

Parágrafo único – A alienação de que trata este artigo ocorrerá mediante licitação ou leilão, nos termos da Lei nº 8.666/96 e os bens, incluídos no Inventário do Patrimônio do Município, serão baixados para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada  
Em data supra.

## 2.192

LEI Nº 2.192/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

“ CONCEDE AUXILIO FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA”

EDUARDO COPPINI, Prefeito de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado nos termos desta Lei, conceder através de Auxílio Financeiro o valor de R\$ 7.000,00 ( sete mil reais) à ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA DA COMUNIDADE DE LINHA FÁTIMA – CNPJ: 14.492.743/0001-30, para auxiliar nos gastos de combustíveis, manutenção de equipamentos e outras atividades pertinentes.

Parágrafo único – O beneficiário após o recebimento deverá prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da Lei 4.320/64.

Art.2º Os recursos para fazer frente a presente Lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada  
Em data supra.

## 2.193

LEI Nº 2.193/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

“RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PONTE PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PONTE PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO, associação privada, sem fins lucrativos, de caráter social, atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro no Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob nº 01.043.341/0001-07.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada  
Em data supra.

## 2.194

LEI Nº 2.194/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

“AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS AO HOSPITAL SANTA LUZIA SEDIADO NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, CONFORME ESPECIFICA.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei, a efetuar transferência financeira no valor mensal de até R\$ 30.000,00 ( trinta mil reais) ao Hospital Santa Luzia, inscrito no CNPJ- 80.088.263/0001-33 sediado neste município de Ponte Serrada, com vistas a que sejam executados os serviços de atendimento em sistema de Plantão 24 horas atinentes a procedimentos médicos e de enfermagem nos casos de urgência/emergência, consultas clínicas em geral, bem como o fornecimento de medicação para um pronto atendimento dos pacientes, beneficiando a todos os habitantes do município.

Parágrafo Primeiro – Fica autorizado o repasse mensal no valor acima estipulado a partir do mês de fevereiro de 2014, tendo em vista que os serviços já vem sendo prestados.

Parágrafo Segundo - A forma de execução dos serviços de saúde, bem como a responsabilidade da entidade beneficiária dos recursos e do município de Ponte Serrada, será especificada, de maneira pormenorizada, em termo de Convênio.

“Art. 2º A entidade beneficiária deverá prestar contas dos valores recebidos nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 3º - As despesas decorrentes para a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente e futuros.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada  
Em data supra.

## 2.195

LEI Nº 2.195/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

“ CONCEDE AUXILIO FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA”

GILSON DAMACENO, Prefeito em exercício neste município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado nos termos desta Lei, conceder através de Auxílio Financeiro o valor

de R\$ 2.000,00 ( dois mil reais) ao GRUPO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA LINHA ALEGRE II – CNPJ Nº 05.760.742/0001-39 para auxiliar nos gastos de combustíveis, manutenção de equipamentos e outras atividades pertinentes.

Parágrafo único – O beneficiário após o recebimento deverá prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da Lei 4.320/64.

Art.2º Os recursos para fazer frente a presente Lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada

Em data supra.

## 2.196

LEI Nº 2.196/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

“ CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA”

GILSON DAMACENO, Prefeito em exercício neste município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado nos termos desta Lei, conceder através de Auxílio Financeiro o valor de R\$ 2.000,00 ( dois mil reais) ao CENTRO COMUNITÁRIO DE BAIA BAIXA – ESPORTE CLUBE CANARINHO – CNPJ Nº 78.500.840/0001-00 para auxiliar nos gastos de combustíveis, manutenção de equipamentos e outras atividades pertinentes.

Parágrafo único – O beneficiário após o recebimento deverá prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da Lei 4.320/64.

Art.2º Os recursos para fazer frente a presente Lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada

Em data supra.

## 2.197

LEI Nº 2.196/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

“ CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, CONFORME ESPECIFICA”

GILSON DAMACENO, Prefeito em exercício neste município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e

promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado nos termos desta Lei, conceder através de Auxílio Financeiro o valor de R\$ 2.000,00 ( dois mil reais) ao CENTRO COMUNITÁRIO DE BAIA BAIXA – ESPORTE CLUBE CANARINHO – CNPJ Nº 78.500.840/0001-00 para auxiliar nos gastos de combustíveis, manutenção de equipamentos e outras atividades pertinentes.

Parágrafo único – O beneficiário após o recebimento deverá prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da Lei 4.320/64.

Art.2º Os recursos para fazer frente a presente Lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada

Em data supra.

## Lc 152;2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

“ALTERA REDAÇÃO DOS ARTIGOS 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2013, CONFORME ESPECIFICA.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Artigos Terceiro e Quarto da Lei Complementar nº 140/2013, de 14 de maio de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A Cessão de Uso de terreno do Município de Ponte Serrada, tem a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.”

Art. 4º - O prazo da concessão do direito real de uso de que trata esta Lei, será de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada

Em data supra.

## Lc 153/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 153/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER CONCESSÃO DE IMÓVEL ATRAVÉS DE DIREITO REAL DE USO, MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



GILSON DAMACENO, Prefeito em exercício neste município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, realizar concessão de direito real de uso, a quem se interessar, a título gratuito de uma área de terra com área de 745,80 m2, localizado no distrito industrial do município, compreendendo parte do lote 23-A registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5.755.

Parágrafo único – A concessão será efetuada respeitando o disposto no Art. 17 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições pertinentes à matéria, atendendo o interesse público de incremento da receita do Município, através do desenvolvimento empresarial, com a finalidade expressa para implantação de projeto empresarial no ramo de chapeação, mecânica de veículos leves e funilaria.

Art. 2º - Para a seleção do interessado será realizado processo licitatório através de Concorrência Pública, nos termos da Lei de Licitações e Contratos, onde serão consignados detalhadamente às obrigações, os encargos, situações de reversão e prazo.

Parágrafo único – A empresa interessada vencedora da licitação terá que comprovar anualmente, durante o período que perdurar a concessão, o cumprimento dos encargos mínimos estabelecidos nesta Lei e os que se dispôs suportar, com período de carência de 12 (doze) meses.

Art. 3º- Fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado conceder juntamente com a área a execução de infraestrutura necessária sobre a área concedida, compreendendo terraplenagem do imóvel e acesso.

Art. 4º- Fica vedado ao vencedor da licitação transferir o direito real de uso do imóvel concedido no todo ou em parte, a qualquer título.

Art. 5º - Após a realização da licitação deverá o Chefe do Poder Executivo a promover a inscrição da concessão de direito real de uso, nos termos da Lei e do Contrato Administrativo a ser firmado com a empresa vencedora da licitação.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do registro e averbação à margem da matrícula do imóvel desta Concessão de Direito Real de Uso correrão por conta da licitante vencedora.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 149/2013 de 11 de dezembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MARÇO DE 2014.  
GILSON DAMACENO  
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada  
Em data supra.

### Extrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO LICITATÓRIO  
CONCORRENCIA: 0001/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO 0010/2014

OBJETO: Concessão de direito real de uso a quem se interessar, a título gratuito de uma área de terra com área de 7.000,00m2, localizado no distrito industrial do município, compreendendo o lote n.06, com 5.000,00m2 e 2.000,00m2 da parte do lote n.05, ambos registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 5.755.

Qualquer elemento, informação, esclarecimento ou cópia da íntegra deste Edital, deverão solicitar a Secretaria Municipal de Administração – Setor de Compras e Licitações das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min de Segunda à Sexta-feira ou pelo e-mail: [licitação@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:licitação@ponteserrada.sc.gov.br)

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

Ponte Serrada – SC 19 de Março de 2014.  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Lei de Responsabilidade Fiscal

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>1.753.688,79</b>	<b>2.026.149,66</b>	<b>2.421.696,48</b>	<b>2.019.531,97</b>	<b>1.846.520,80</b>	<b>1.934.075,06</b>	<b>2.187.177,67</b>	<b>2.129.566,36</b>	<b>2.537.023,10</b>	<b>2.709.779,21</b>	<b>2.341.318,17</b>	<b>2.225.970,65</b>	<b>26.131.687,72</b>	<b>26.696.750,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		53.671,64	212.136,23	373.520,88	136.527,71	102.674,38	98.663,43	122.731,63	131.671,24	439.553,67	217.302,60	119.563,48	127.390,53	2.137.628,42	2.494.750,00
I.P.T.U.		0,00	5.801,22	214.364,89	18.912,75	9.914,74	8.098,65	6.553,08	7.117,74	3.458,76	2.983,44	0,00	0,00	277.225,27	565.000,00
I.R.R.F.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.180,99	72.000,00
I.S.S.		47.036,09	89.852,08	69.479,78	92.138,56	75.555,46	72.299,66	93.409,84	92.826,47	123.766,72	182.011,96	95.470,36	114.954,94	1.148.801,92	1.000.000,00
I.T.B.I.		2.368,84	3.365,75	10.065,55	10.082,05	7.953,40	8.542,19	14.187,40	21.620,77	14.925,56	6.428,27	1.339,80	4.186,36	105.075,94	86.000,00
Outras Receitas Tributárias		6.476,91	113.097,18	79.590,66	15.394,35	9.251,38	9.922,93	8.561,51	10.106,26	7.145,70	9.954,87	22.773,32	8.249,23	300.544,30	761.750,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		19.471,51	20.448,10	20.773,42	19.884,75	16.643,46	18.521,54	17.456,65	19.430,45	21.116,79	19.662,19	21.322,66	19.325,48	233.861,00	260.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		6.094,77	5.206,31	5.261,79	6.847,07	13.337,24	8.464,52	11.373,62	15.760,43	17.474,12	23.663,99	16.265,52	23.379,52	152.948,90	74.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		11.632,60	10.477,16	14.094,57	4.393,55	10.218,82	5.711,97	11.386,83	7.134,36	7.479,40	5.206,21	6.086,24	2.769,04	96.610,75	90.000,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.966,67	6.089,33	4.227,39	5.944,90	3.085,49	1.636,52	1.240,61	1.301,60	6.911,25	4.792,27	1.835,29	1.693,36	40.724,68	138.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.627.762,12	1.748.550,09	1.985.248,51	1.829.786,02	1.679.561,74	1.762.794,58	2.013.462,10	1.941.015,84	1.987.641,92	2.349.553,23	2.182.165,68	2.026.170,02	23.136.731,85	22.734.000,00
Cota-Parte do F.P.M.		474.416,61	509.040,49	731.421,98	610.219,91	434.554,46	568.173,01	470.237,72	470.244,94	654.101,18	796.570,85	793.108,49	846.923,96	7.361.015,40	7.650.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		398.611,49	480.637,35	477.646,50	447.403,67	444.119,42	465.477,55	484.743,78	481.009,05	528.219,01	415.877,12	526.729,58	501.298,56	5.661.853,08	5.750.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		54.521,77	62.739,86	66.598,45	68.610,12	80.723,25	71.873,29	70.342,15	70.072,63	43.958,30	30.655,92	33.241,18	56.941,43	712.278,35	660.000,00
Cota-Parte do ITR.		12,33	36,25	1.026,87	0,00	5.726,21	5.659,75	12.169,49	101.738,89	15.137,16	7.356,87	5.917,69	11.243,99	166.225,60	24.000,00
Outras Transferências Correntes		359.710,31	291.636,34	285.772,65	322.111,49	345.086,73	272.626,00	595.121,43	427.701,56	307.335,93	659.937,51	373.027,40	194.620,44	4.404.888,79	3.557.000,00
Transferências da LC 61/1989		5.636,50	5.166,34	6.949,86	7.238,45	7.130,05	7.629,22	6.939,76	7.418,65	8.229,21	8.795,25	8.423,78	7.131,79	86.690,86	85.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	8.745,44	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.186,36	2.226,01	2.226,01	30.688,34	28.000,00
Transferências do FUNDEB		334.851,11	390.544,02	411.645,84	372.016,02	360.055,26	388.599,40	391.721,41	380.643,76	428.474,77	428.263,55	419.491,55	408.763,84	4.713.090,53	4.780.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		30.869,28	23.241,44	18.569,92	16.547,97	20.978,87	18.082,50	19.526,03	13.252,44	46.842,95	88.598,72	14.039,30	22.222,70	332.792,12	916.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>186.639,96</b>	<b>213.346,66</b>	<b>257.565,80</b>	<b>227.122,43</b>	<b>194.887,71</b>	<b>224.273,60</b>	<b>211.323,64</b>	<b>226.533,90</b>	<b>250.366,04</b>	<b>249.926,15</b>	<b>273.923,13</b>	<b>285.152,95</b>	<b>2.801.067,97</b>	<b>2.879.400,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		186.639,96	213.346,66	257.565,80	227.122,43	194.887,71	224.273,60	211.323,64	226.533,90	250.366,04	249.926,15	273.923,13	285.152,95	2.801.067,97	2.879.400,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>1.567.048,83</b>	<b>1.812.803,00</b>	<b>2.164.130,68</b>	<b>1.792.409,54</b>	<b>1.651.632,89</b>	<b>1.709.801,46</b>	<b>1.985.854,03</b>	<b>1.903.032,46</b>	<b>2.276.657,06</b>	<b>2.458.853,06</b>	<b>2.067.389,04</b>	<b>1.940.817,70</b>	<b>23.330.429,75</b>	<b>23.817.350,00</b>
PONTE:															
Ponte Serrada, 21/03/2014															

OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

Lei de Responsabilidade Fiscal

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.792.000,00	1.792.000,00	234.238,25	13,07
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	565.000,00	565.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	86.000,00	86.000,00	5.526,16	6,43
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	210.425,30	21,04
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	48.000,00	48.000,00	12.910,70	26,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.000,00	16.000,00	5.376,09	33,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.397.000,00	14.397.000,00	2.795.412,47	19,42
Cota-Parte FPM	7.850.000,00	7.850.000,00	1.640.032,45	20,89
Cota-Parte ITR	24.000,00	24.000,00	17.161,68	71,51
Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	90.182,61	13,66
Cota-Parte ICMS	5.750.000,00	5.750.000,00	1.028.028,14	17,88
Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	15.555,57	18,30
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	28.000,00	28.000,00	4.452,02	15,90
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.000,00	28.000,00	4.452,02	15,90
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>16.189.000,00</b>	<b>16.189.000,00</b>	<b>3.029.650,72</b>	<b>18,71</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.072.400,00	6.072.400,00	1.271.992,94	20,95	1.032.794,60	17,01
Pessoal e Encargos Sociais	3.557.400,00	3.557.400,00	657.176,94	18,47	657.176,94	18,47
Outras Despesas Correntes	2.515.000,00	2.515.000,00	614.816,00	24,45	375.617,66	14,94
DESPESAS DE CAPITAL	82.100,00	182.100,00	8.861,04	4,87	8.861,04	4,87
Investimentos	82.100,00	182.100,00	8.861,04	4,87	8.861,04	4,87

Continua 1/4

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	82.100,00	182.100,00	8.861,04	4,87	8.861,04	4,87
Investimentos	82.100,00	182.100,00	8.861,04	4,87	8.861,04	4,87
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	6.154.500,00	6.254.500,00	1.280.853,98	20,48	1.041.655,64	16,65
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.123.000,00	2.223.000,00	243.544,82	19,01	243.544,82	23,38
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.123.000,00	2.223.000,00	243.544,82	19,01	243.544,82	23,38
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.123.000,00	2.223.000,00	243.544,82	19,01	243.544,82	23,38
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	4.031.500,00	4.031.500,00	1.037.309,16	1,46	798.110,82	-6,73
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/16³]</b>						
						343.663,21

Continua 2/4

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	0,00		0,00		0,00			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00		0,00		0,00			
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
	-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% ((Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
		5.664.500,00 453.000,00 37.000,00	5.764.500,00 453.000,00 37.000,00	1.173.341,91 105.654,07 1.858,00	91,61 8,25 0,15	934.143,57 105.654,07 1.858,00	89,68 10,14 0,18	
	TOTAL		6.154.500,00	6.254.500,00	1.280.853,98	100,00	1.041.655,64	100,00

FONTE:

- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- <sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- <sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- <sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- <sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- <sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V[(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Ponte Serrada, 21/03/2014

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL	OSMIR RODRIGUES MACHADO TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	VANDERLEI ZANATTA CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	--

Lei de Responsabilidade Fiscal

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>4.030.207,74</b>	<b>15,53</b>	<b>4.030.207,74</b>	<b>15,53</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.817.350,00</b>	<b>23.817.350,00</b>	<b>4.008.206,74</b>	<b>16,83</b>	<b>4.008.206,74</b>	<b>16,83</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.484.750,00	2.484.750,00	246.974,01	9,94	246.974,01	9,94
IMPOSTOS	1.723.000,00	1.723.000,00	215.951,46	12,53	215.951,46	12,53
TAXAS	641.750,00	641.750,00	30.742,55	4,79	30.742,55	4,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	120.000,00	120.000,00	280,00	0,23	280,00	0,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	260.000,00	260.000,00	40.648,14	15,63	40.648,14	15,63
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	260.000,00	260.000,00	40.648,14	15,63	40.648,14	15,63
RECEITA PATRIMONIAL	74.000,00	74.000,00	39.665,04	53,60	39.665,04	53,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	74.000,00	74.000,00	39.665,04	53,60	39.665,04	53,60
RECEITA AGROPECUÁRIA	90.000,00	90.000,00	8.875,28	9,86	8.875,28	9,86
Outras Receitas Agropecuárias	90.000,00	90.000,00	8.875,28	9,86	8.875,28	9,86
RECEITA DE SERVIÇOS	138.000,00	138.000,00	3.528,65	2,56	3.528,65	2,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.854.600,00	19.854.600,00	3.632.253,62	18,29	3.632.253,62	18,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.642.600,00	19.642.600,00	3.592.213,88	18,29	3.592.213,88	18,29
Transf. de Conv.	212.000,00	212.000,00	40.039,74	18,89	40.039,74	18,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	916.000,00	916.000,00	36.262,00	3,96	36.262,00	3,96
Multas e Juros de Mora	98.000,00	98.000,00	13.145,09	13,41	13.145,09	13,41
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	118.000,00	118.000,00	18.385,13	15,58	18.385,13	15,58
RECEITAS DIVERSAS	700.000,00	700.000,00	4.731,78	0,68	4.731,78	0,68
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.130.000,00</b>	<b>2.130.000,00</b>	<b>22.001,00</b>	<b>1,03</b>	<b>22.001,00</b>	<b>1,03</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.130.000,00	2.130.000,00	22.001,00	1,03	22.001,00	1,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.130.000,00	2.130.000,00	22.001,00	1,03	22.001,00	1,03
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>4.030.207,74</b>	<b>15,53</b>	<b>4.030.207,74</b>	<b>15,53</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>4.030.207,74</b>	<b>15,53</b>	<b>4.030.207,74</b>	<b>21.917.142,26</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.947.350,00	25.947.350,00	4.030.207,74	15,53	4.030.207,74	21.917.142,26
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	417.256,10	—	—	116.690,93	—
Superávit Financeiro	—	417.256,10	—	—	116.690,93	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>417.256,10</b>	<b>26.364.606,10</b>	<b>4.740.237,83</b>	<b>4.740.237,83</b>	<b>3.314.903,72</b>	<b>3.314.903,72</b>	<b>23.049.702,38</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>22.814.250,00</b>	<b>46.275,90</b>	<b>22.860.525,90</b>	<b>4.563.286,42</b>	<b>4.563.286,42</b>	<b>3.189.558,94</b>	<b>3.189.558,94</b>	<b>19.670.966,96</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.659.000,00	0,00	12.659.000,00	2.049.233,86	2.049.233,86	2.049.233,86	2.049.233,86	10.609.766,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	5.612,40	5.612,40	921,96	921,96	19.078,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.135.250,00	46.275,90	10.181.525,90	2.508.440,16	2.508.440,16	1.139.403,12	1.139.403,12	9.042.122,78
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.133.100,00</b>	<b>370.980,20</b>	<b>3.504.080,20</b>	<b>176.951,41</b>	<b>176.951,41</b>	<b>125.344,78</b>	<b>125.344,78</b>	<b>3.378.735,42</b>
INVESTIMENTOS	3.043.100,00	370.980,20	3.414.080,20	143.801,05	143.801,05	119.925,25	119.925,25	3.294.154,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	33.150,36	33.150,36	5.419,53	5.419,53	84.580,47
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>417.256,10</b>	<b>26.364.606,10</b>	<b>4.740.237,83</b>	<b>4.740.237,83</b>	<b>3.314.903,72</b>	<b>3.314.903,72</b>	<b>23.049.702,38</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Ponte Serrada - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro - Fevereiro

Continuação 3/3

Despesas	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f) = (d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo a Liquidar (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.947.350,00	417.256,10	26.364.606,10	4.740.237,83	4.740.237,83	3.314.903,72	3.314.903,72	23.049.702,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	715.304,02	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.947.350,00	417.256,10	26.364.606,10	4.740.237,83	4.740.237,83	3.314.903,72	4.030.207,74	23.049.702,38

FONTE:  
Ponte Serrada, 21/03/2014

EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

Lei de Responsabilidade Fiscal

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)			
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.947.350,00	26.364.606,10	4.740.237,83	4.740.237,83	3.314.903,72	3.314.903,72	100,00	12,57	23.049.702,38		
Legislativa	900.000,00	900.000,00	129.106,00	129.106,00	129.106,00	129.106,00	3,89	14,35	770.894,00		
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	129.106,00	129.106,00	129.106,00	129.106,00	3,89	14,35	770.894,00		
Administração	2.354.000,00	2.354.000,00	592.826,89	592.826,89	364.476,41	364.476,41	11,00	15,48	1.989.523,59		
Administração Geral	2.354.000,00	2.354.000,00	592.826,89	592.826,89	364.476,41	364.476,41	11,00	15,48	1.989.523,59		
Segurança Pública	470.000,00	470.000,00	20.388,20	20.388,20	20.388,20	20.388,20	0,62	4,34	449.611,80		
Policimento	140.000,00	140.000,00	20.388,20	20.388,20	20.388,20	20.388,20	0,62	14,56	119.611,80		
Serviços Urbanos	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.000,00		
Assistência Social	1.486.000,00	1.756.980,20	365.122,36	365.122,36	296.122,05	296.122,05	8,93	16,85	1.460.858,15		
Assistência à Criança e ao Adolescente	94.000,00	94.000,00	10.092,74	10.092,74	10.092,74	10.092,74	0,30	10,74	83.907,26		
Assistência Comunitária	1.392.000,00	1.662.980,20	355.029,62	355.029,62	286.029,31	286.029,31	8,63	17,20	1.376.950,89		
Saude	6.154.500,00	6.254.500,00	1.280.853,98	1.280.853,98	1.041.655,64	1.041.655,64	31,42	16,65	5.212.844,36		
Atenção Básica	5.664.500,00	5.764.500,00	1.173.341,91	1.173.341,91	934.143,57	934.143,57	28,18	16,21	4.830.356,43		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	453.000,00	453.000,00	105.654,07	105.654,07	105.654,07	105.654,07	3,19	23,32	347.345,93		
Vigilância Epidemiológica	37.000,00	37.000,00	1.858,00	1.858,00	1.858,00	1.858,00	0,06	5,02	35.142,00		
Educação	7.118.850,00	7.165.125,90	997.811,40	997.811,40	794.098,18	794.098,18	23,96	11,08	6.371.027,72		
Ensino Médio	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00		
Ensino Superior	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00		
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00		
Educação Básica	7.032.850,00	7.079.125,90	997.811,40	997.811,40	794.098,18	794.098,18	23,96	11,22	6.285.027,72		
Cultura	50.000,00	50.000,00	11.479,74	11.479,74	457,86	457,86	0,01	0,92	49.542,14		
Difusão Cultural	50.000,00	50.000,00	11.479,74	11.479,74	457,86	457,86	0,01	0,92	49.542,14		
Urbanismo	2.785.000,00	2.785.000,00	222.310,05	222.310,05	36.114,92	36.114,92	1,09	1,30	2.748.885,08		
Infra-Estrutura Urbana	2.099.000,00	2.099.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.099.000,00		
Serviços Urbanos	686.000,00	686.000,00	222.310,05	222.310,05	36.114,92	36.114,92	1,09	5,26	649.885,08		
Agricultura	780.000,00	780.000,00	176.475,24	176.475,24	109.303,02	109.303,02	3,30	14,01	670.696,98		
Extensão Rural	780.000,00	780.000,00	176.475,24	176.475,24	109.303,02	109.303,02	3,30	14,01	670.696,98		
Indústria	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00		
Promoção Industrial	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00		
Transporte	2.037.000,00	2.037.000,00	546.093,12	546.093,12	343.115,24	343.115,24	10,35	16,84	1.693.884,76		
Transporte Rodoviário	2.037.000,00	2.037.000,00	546.093,12	546.093,12	343.115,24	343.115,24	10,35	16,84	1.693.884,76		

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Ponte Serrada - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Desporto e Lazer	25.947.350,00	26.364.606,10	4.740.237,83	4.740.237,83	3.314.903,72	3.314.903,72	100,00	12,57
Desporto Comunitário	282.000,00	282.000,00	20.176,43	20.176,43	20.176,43	20.176,43	0,61	7,15
Encargos Especiais	282.000,00	282.000,00	20.176,43	20.176,43	20.176,43	20.176,43	0,61	7,15
Outros Encargos Especiais	1.460.000,00	1.460.000,00	377.594,42	377.594,42	159.889,77	159.889,77	4,82	10,95
	1.460.000,00	1.460.000,00	377.594,42	377.594,42	159.889,77	159.889,77	4,82	10,95
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>25.947.350,00</b>	<b>26.364.606,10</b>	<b>4.740.237,83</b>	<b>4.740.237,83</b>	<b>3.314.903,72</b>	<b>3.314.903,72</b>	<b>100,00</b>	<b>12,57</b>

FONTE:

Ponte Serrada, 21/03/2014

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL	OSMIR RODRIGUES MACHADO TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6	VANDERLEI ZANATTA CONTROLADOR INTERNO
---------------------------------------	---	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Lei de Responsabilidade Fiscal

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

## RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.792.000,00	1.792.000,00	234.238,25	234.238,25	13,07
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	605.000,00	605.000,00	9.116,24	9.116,24	1,51
1.1.1- IPTU	565.000,00	565.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	6.475,94	6.475,94	21,59
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	2.640,30	2.640,30	33,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	86.000,00	86.000,00	5.526,16	5.526,16	6,43
1.2.1- ITBI	86.000,00	86.000,00	5.526,16	5.526,16	6,43
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.029.000,00	1.029.000,00	219.595,85	219.595,85	21,34
1.3.1- ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	210.425,30	210.425,30	21,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	18.000,00	18.000,00	6.434,76	6.434,76	35,75
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.000,00	8.000,00	2.735,79	2.735,79	34,20
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	14.397.000,00	14.397.000,00	2.795.412,47	2.795.412,47	19,42
2.1- Cota-Parte FPM	7.850.000,00	7.850.000,00	1.640.032,45	1.640.032,45	20,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.850.000,00	7.850.000,00	1.640.032,45	1.640.032,45	20,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.750.000,00	5.750.000,00	1.028.028,14	1.028.028,14	17,88
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	28.000,00	28.000,00	4.452,02	4.452,02	15,90
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	15.555,57	15.555,57	18,30
2.5- Cota-Parte ITR	24.000,00	24.000,00	17.161,68	17.161,68	71,51
2.6- Cota-Parte IPVA	660.000,00	660.000,00	90.182,61	90.182,61	13,66
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>16.189.000,00</b>	<b>16.189.000,00</b>	<b>3.029.650,72</b>	<b>3.029.650,72</b>	<b>18,71</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	727.000,00	727.000,00	105.879,59	105.879,59	14,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	460.000,00	460.000,00	71.699,12	71.699,12	15,59
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	33.437,58	33.437,58	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	742,89	742,89	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	212.000,00	212.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	212.000,00	212.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	—	0,00	313,82	313,82	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>939.000,00</b>	<b>939.000,00</b>	<b>106.193,41</b>	<b>106.193,41</b>	<b>11,31</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.879.400,00	2.879.400,00	559.082,08	559.082,08	19,42
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.570.000,00	1.570.000,00	328.006,41	328.006,41	20,89
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.150.000,00	1.150.000,00	205.605,48	205.605,48	17,88
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.600,00	5.600,00	890,40	890,40	15,90
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.000,00	17.000,00	3.111,12	3.111,12	18,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.800,00	4.800,00	3.432,32	3.432,32	71,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	132.000,00	132.000,00	18.036,35	18.036,35	13,66
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	4.786.000,00	4.786.000,00	828.275,39	828.275,39	17,31
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.780.000,00	4.780.000,00	828.275,39	828.275,39	17,33
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>1.900.600,00</b>	<b>1.900.600,00</b>	<b>269.193,31</b>	<b>269.193,31</b>	<b>14,16</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.871.600,00	2.871.600,00	498.460,21	498.460,21	17,36
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.871.600,00	2.871.600,00	498.460,21	498.460,21	17,36
14- OUTRAS DESPESAS	1.914.400,00	1.914.400,00	91.690,36	91.690,36	4,79
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.914.400,00	1.914.400,00	91.690,36	91.690,36	4,79
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.786.000,00	4.786.000,00	590.150,57	590.150,57	12,33
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					590.150,57
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					60,18
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					11,07
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					28,75
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					160.812,31
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	4.047.250,00	4.047.250,00	757.412,68	757.412,68	18,71
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.953.850,00	5.953.850,00	751.754,69	751.754,69	12,63
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.786.000,00	4.786.000,00	590.150,57	590.150,57	12,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.167.850,00	1.167.850,00	161.604,12	161.604,12	13,84
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.953.850,00	5.953.850,00	751.754,69	751.754,69	12,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					269.193,31
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					269.193,31
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					482.561,38
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					15,93
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	479.000,00	525.275,90	30.101,89	30.101,89	5,73
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	939.000,00	985.275,90	30.101,89	30.101,89	3,06
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.892.850,00	6.939.125,90	781.856,58	781.856,58	11,27

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	160.812,31	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	828.275,39	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	523.572,46	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	523.572,46	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	465.515,24	0,00

Ponte Serrada, 21/03/2014

\_\_\_\_\_  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
OSMIR RODRIGUES MACHADO  
TEC. CONT. CRC/SC 15.249/O-6

\_\_\_\_\_  
VANDERLEI ZANATTA  
CONTROLADOR INTERNO

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 160.812,31, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



# Porto União

## PREFEITURA

### Edital de Convocação 130/2014

Edital de convocação 130/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 20/03/2014 à 26/03/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

01 foto 3x4;  
Carteira de Identidade;  
Cadastro de Pessoa Física;  
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)  
PIS/PASEP (cópia reprográfica);  
Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição – 2 turnos, conforme o caso;  
Comprovante de endereço atualizado;  
Certificado de Reservista, se for o caso;  
Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);  
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);  
Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;  
Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);  
Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;  
Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)  
Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)  
Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;  
Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, a candidata deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.  
Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
Rose Amanda Muxfeldt	69º		

Porto União (SC), 19 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### Portaria N.º 331/2014 - RH

PORTARIA Nº 331, de 10 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 191, de 04 de fevereiro de 2013, da servidora Zenaide Maria Larsen Zimmermann.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 285/2014 - RH

PORTARIA Nº 285, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 193, de 04 de fevereiro de 2013, da servidora Michele Alessandra Pattene Konart.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 241/2014 - RH

PORTARIA Nº 241, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jussara Marlene Freisleben, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período

de 23 de janeiro a 17 de dezembro de 2014 ou até que cessem as restrições nas atividades funcionais da servidora efetiva Margarete Kreuzberg Reisdorfer, conforme atestado médico.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Mílis, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de janeiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 332/2014 - RH**

PORTARIA Nº 332, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Seção I da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º PROMOVER POR TITULAÇÃO a servidora efetiva Andréia Aparecida Claus Costek, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para a Classe "C", Referência "03", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e seus anexos, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 333/2014 - RH**

PORTARIA Nº 333, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 14 de fevereiro a 14 de abril de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adriana Cristina Schipanski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Januária Húpalo que se encontra em Licença Prêmio.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional do Legru, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 334/2014 - RH**

PORTARIA Nº 334, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 213, de 04 de fevereiro de 2013, da servidora Eloisa Bradoski Wojciechowski.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 21 de janeiro de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 335/2014 - RH**

PORTARIA Nº 335, de 11 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a partir de 22 de janeiro de 2014, a servidora efetiva Cleunice Regina Kerecz Lisboa, para desempenhar a função de Secretária de Escola, de acordo com o Art 70, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 337/2014 - RH**

PORTARIA Nº 337, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vilson Marschalk, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Zilda Leoni Farber que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 338/2014 - RH**

PORTARIA Nº 338, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daniele Aparecida Moreira Bueno, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos finais (História), com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Isabel Caznok, que está exercendo a função de Diretora de Escola.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 339/2014 - RH**

PORTARIA Nº 339, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 068/2013, de Cleide Rejane Finotello, que exerce as funções do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 11 a 31 de março de 2014, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga e conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com a Promotoria Pública.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 340/2014 - RH**

PORTARIA Nº 340, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 10 de março de 2014, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, às servidoras Moira de Cássia Ferreira, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 341/2014 - RH**

PORTARIA Nº 341, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de março a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Elisangela Ferreira de Moraes, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Português), com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão da redução da carga horária da professora Silmara Lindamir Soares dos Santos.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 343/2014 - RH**

PORTARIA Nº 343, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de março a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vanessa Aparecida Becker Jack, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Apoio Pedagógico com as crianças do Abrigo da Criança e do Adolescente de Porto União de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta firmado com a Promotoria Pública de Porto União.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 344/2014 - RH**

PORTARIA Nº 344, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20022150.1.00037/13-4, datada de 02 de dezembro de 2013, da servidora ILDA APARECIDA CUSTODIO DOS SANTOS FERNANDES DIAS, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 5.114 dias, ou seja, 14 (quatorze) anos, 00 (zero) meses e 04 (quatro) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de Contribuição		
---------	------------	-----------------------	--	--

- 19/08/1985 a 31/08/1985 – Empresa Cine Diversões Santa Catarina S.A	00a	00m	12d
- 18/11/1985 a 01/07/1988 – Miguel Forte Industrial S.A Papel e Madeiras	02a	07m	14d
- 19/06/1989 a 18/11/1989 – Supermercado Almar S.A	00a	05m	00d
- 01/01/1990 a 08/02/1999 – Cooperativa de Laticínios Curitiba LTDA	09a	01m	08d
- 01/08/2003 a 31/05/2005 – Contribuinte Individual	01a	10m	00d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 348/2014 - RH**

PORTARIA Nº 348, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jane Aparecida do Prado, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 345/2014 - RH**

PORTARIA Nº 345, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a servidora efetiva Joseane Cristina Jung Bereza, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR – Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, pelo período de 03 (três) anos a partir de 10 de março de 2014.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, à servidora acima mencionada, de acordo com o Art. 49 da



Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 346/2014 - RH**

PORTARIA Nº 346, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Zenaide Maria Larsen Zimmermann, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 10 de março a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Fernanda Padilha Vaz Alves de Lima que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2014.

Porto União, SC em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 347/2014 - RH**

PORTARIA Nº 347, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Artigo 14 da Resolução 003/2013 do Conselho Municipal de Educação de Porto União, que regulamenta o processo eleitoral para escolha de Diretor das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora efetiva Fernanda Padilha Vaz Alves de Lima, para desempenhar as funções de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR – Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, pelo período de 03 (três) anos a partir de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 2º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Escola, à servidora acima mencionada, de acordo com o Art. 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterado pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 349/2014 - RH**

PORTARIA Nº 349, de 12 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 070/2013, de Franciele Andressa Dobler Zago, que exerce as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 12 a 31 de março de 2014, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exerce suas atividades junto ao Conselho Tutelar, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 342/2014 - RH**

PORTARIA Nº 342, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de fevereiro a 07 de março de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jane Aparecida do Prado, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Ivone Alongo Grossl que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Portaria N.º 336/2014 - RH**

PORTARIA Nº 336, de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Marli Ferreira Glaner, pertencente ao quadro do magistério em extinção, no cargo de Docente Leigo, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 27 de janeiro a 17 de dezembro de 2014, para atender aos alunos do Núcleo São Pedro do Timbó em tempo integral, em virtude do Programa Mais Educação.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2014.

Porto União, SC em 11 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2014 - Educação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 012/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de utensílios de cozinha para as Escolas da Rede Municipal de Ensino. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 10 de abril de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de março de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2014 - Prefeitura**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 028/2014 - CARONA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de mudas de flores. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 07 de abril de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Este processo licitatório deu adesão (carona) o processo licitatório do mesmo número para o Fundo Municipal da Educação. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de Março de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 410/2014**

DECRETO Nº 410, de 21 de março de 2014.

Declara a manutenção de SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por ENXURRADAS (COBRADE – 12.200).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO as chuvas torrenciais que vêm ocorrendo constantemente no Município de Porto União desde o mês de setembro do ano de 2013;

CONSIDERANDO que as reiteradas chuvas intensas e concentradas vem provocando alagamentos, deslizamentos e quedas de ponte em todo o território do Município, principalmente no interior;

CONSIDERANDO que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, combinada com deslizamento de barreiras, causou danos a pontes e pontilhões em aproximadamente 1.500 km de estradas rurais do Município, isolando parcialmente e até totalmente algumas comunidades do interior de Porto União – SC, comprometendo o setor agrícola e pecuário, resultando em significativos danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes no Formulário FIDE, anexo;

CONSIDERANDO as situações de emergências declaradas nos Decretos nº 290/2013 e Decreto nº 363/2013 não foram absorvidas pelo Município, tendo inclusive se agravado;

CONSIDERANDO que o principal acesso à comunidade do "Quati" encontra-se bloqueado por barreira;

CONSIDERANDO que o principal acesso à comunidade de São Pedro do Timbó está interrompido pela queda da ponte do Rio Bonito;

CONSIDERANDO que o isolamento das comunidades vêm causando sérios prejuízos ao escoamento de produção agrícola, pecuária e leiteira;



CONSIDERANDO que o Município presta o serviço de transporte público de alunos nessas comunidades;

CONSIDERANDO que houve a necessidade de caminhos alternativos para atender aos alunos das comunidades, o que vem onerando demasiadamente com o aumento de valores contratuais para prestar o serviço de transporte de alunos;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, relatando a manutenção deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

CONSIDERANDO que a situação de emergência permanece haja vista a instabilidade do tempo,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada e mantida a Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS (COBRADE – 12.200), conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5o da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

usar da propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5o do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de

resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Revogam-se os Decretos nº 290, de 30 de setembro de 2013 e Decreto nº 363, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Porto União (SC), 21 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Contrato Administrativo Nº 272/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 272/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE APARECIDA DE ANDRADE MORAES, portador(a) do CPF nº 690.856.099-68 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 45, Bairro Santa Rita - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinheiro, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Navegantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 881,99 (oitocentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARLENE APARECIDA DE ANDRADE MORAES

Contratado (a)

### Termos Aditivos de Ana Cristina Mattos A Valmiria de Amorim Nunes

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2013 firmado em 30/08/2013, com término previsto para 07/02/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CRISTINA MATTOS portador(a) do CPF nº 043.271.419-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014.

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA CRISTINA MATTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2013 firmado em 11/10/2013, com término previsto para 07/02/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA SERAFIM portador(a) do CPF nº 055.700.719-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014.

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANDREIA SERAFIM

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2013 firmado em 08/11/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE INES THEISS portador(a) do CPF nº 065.288.849-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 333/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014.

## Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA CRISTIANE INES THEISS  
Secretário de Administração Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013 firmado em 19/09/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LINDONESI APARECIDA PAIXÃO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 045.092.449-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 304/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014."

## Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

LINDONESI APARECIDA PAIXÃO DOS SANTOS  
Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2013 firmado em 04/11/2013 com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCELIA KLAUBERG portador(a) do CPF nº 750.997.489-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 319/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014."

## Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA LUCELIA KLAUBERG  
Secretário de Administração Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 288/2013 firmado em 28/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA NUNES portador(a) do CPF nº 005.929.459-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 288/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 288/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA                      LUCIANA NUNES  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 323/2013 firmado em 04/11/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLETE LEDRA portador(a) do CPF nº 712.807.669-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 323/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 323/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA                      MARLETE LEDRA  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2013 firmado em 22/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLISE ROCHA DA SILVA portador(a) do CPF nº 051.844.809-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 287/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

287/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/03/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA                      MARLISE ROCHA DA SILVA  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2013 firmado em 11/10/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILMA LUCIA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 719.097.619-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 309/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA                      NILMA LUCIA DOS SANTOS  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2013 firmado em 25/10/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NORMA PINHEIRO portador(a) do CPF nº 062.075.659-40, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:



"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 313/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA                      NORMA PINHEIRO  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 307/2013 firmado em 04/10/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RITA DE CASSIA OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 089.210.289-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 307/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 307/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA                      RITA DE CASSIA OLIVEIRA  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 292/2013 firmado em 30/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANA ANDREA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 043.371.169-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 292/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 292/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

ROSANA ANDREA DOS SANTOS  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013 firmado em 19/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira – Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014."

Cláusula Segunda – Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 278/2013 firmado em 19/08/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE MARI CARDOSO portador(a) do CPF nº 898.209.329-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 278/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SIMONE MARI CARDOSO

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013 firmado em 04/11/2013, com término previsto para 07/02/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALMIRIA DE AMORIM NUNES portador(a) do CPF nº 834.729.919-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira – Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 307/2013, iniciando-se a prorrogação em 08/02/2014 e encerrando-se em 30/06/2014.”

**Cláusula Segunda – Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/02/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VALMIRIA DE AMORIM NUNES

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Edital Processo Seletivo Nº 001/2014

##### EXTRATO DE EDITAL

PROVA ESCRITA E PRÁTICA PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS DE ÁREAS DIVERSAS, PARA ATENDIMENTO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Prefeito Municipal de Salto Veloso em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que se encontram abertas as inscrições do Processo Seletivo, nos dias 24 de março a 04 de abril de 2014, para Contratação de Servidores em Caráter Temporário para os cargos de auxiliar de informática, auxiliar de limpeza, auxiliar de alimentação e nutrição, operário braçal, operador de máquinas classe II, auxiliar de limpeza urbana, conforme os termos do Edital nº 001/2014.

O Edital completo e demais informações poderão ser obtido junto ao sítio eletrônico [www.saltoveloso.sc.gov.br](http://www.saltoveloso.sc.gov.br) e na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em horário de expediente.

Salto Veloso-SC, 19 de março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

#### Decreto Nº 012/2014

DECRETO Nº 012/2014, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE TESTE SELETIVO 001/2014 PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS DIVERSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal de Salto Veloso em exercício, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável:

##### DECRETA

Art. 1º. Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Especial de Teste Seletivo 001/2014 para acompanhar a execução de teste seletivo e a posterior contratação por necessidade temporária e excepcional.

Art. 2º. Fazem parte da Comissão:

Presidente: Monica Giacomini

Secretário: Francieli Mezzari

Membro: João Leite

Membro: Emanuele Battisti

Membro: Michele Alves

Parágrafo Único. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art.3º. A Comissão fará a análise dos recursos e poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário.

Art.4º. As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.5º. Revogadas as disposições em contrário.

Art.6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 21 de março de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Lei Municipal 1183/2014

LEI Nº 1183 DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, por conta do superávit financeiro do exercício de 2013 no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:.

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028003 Assistência Social				
	0324	3.3.30.00.00.0000	Aplicações Diretas	36.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Março de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

#### Lei Municipal 1184/2014

LEI Nº 1184 DE 21 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR AUXILIO ALIMENTAÇÃO E AUXILIO MORADIA PARA MÉDICO VINCULADO AO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina; Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município de Santa Terezinha do Progresso, autorizado a pagar em forma de abono, Auxílio



Alimentação e Auxílio Moradia ao médico vinculado ao Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 2º - O valor a ser pago mensalmente será de R\$ 900,00 (novecentos reais) a título de Auxílio Moradia e R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de Auxílio Alimentação.

Art. 3º - Os valores serão reajustados conforme estabelecido no programa do Governo Federal.

Art. 4º - Os referidos valores serão base para fins de contribuição previdenciária.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 21 de Março de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

### Publicação

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso – SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 6/2014, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO ODONTOLÓGICO DA SECRETARIA DA SAÚDE Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 03/04/14, até às 10:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 10:05 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 20/03/14.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal.

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 4969/2014

PORTARIA Nº 4969, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o parágrafo único do artigo 163, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001, e

Considerando que a servidora Sônia Aparecida Schmidt postulou a prorrogação de prazo para apresentação de provas,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante Especial do Processo Administrativo Disciplinar nº 7979/2013, em desfavor da servidora SÔNIA APARECIDA SCHMIDT, reinstaurado por meio da Portaria nº 4088, de 29 de janeiro de 2014.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### SAMAE

#### Extrato do Contrato Nº 04/2014

Contrato nº: 04/2014

Contratante: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE

Contratada: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

Valor: R\$103.045,00 (cento e três mil reais e quarenta e cinco centavos) total

Vigência : Início: 26/02/2014 Término: 26/05/2014

Licitação: Pregão Presencial Nº 58/2013

Recursos: Dotação: 107 - 2.066.4.4.90.52.00.00 – Exercício Vigente

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE RADIO COMUNICAÇÃO DIGITAL DE VOZ, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE ESTAÇÕES MÓVEIS EQUIPADAS COM GPS E IMPLANTAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

#### Extrato do Contrato Nº 14/2014

Contrato nº: 14/2014

Contratante: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE

Contratada: MÁXIMA PAPELARIA EIRELI LTDA.

Valor: R\$ 16.511,00 (dezesesseis mil quinhentos e onze reais) total

Vigência : Início: 20/02/2014 Término: 20/02/2015

Licitação: Pregão Presencial Nº 03/2014  
Recursos:Dotações: 2.063.3.3.90.30 (11), 3.3.90.30 (35) e 2.065.3.3.90.30 (57) - Exercício Vigente.  
Objeto : AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS ÁREAS ADMINISTRATIVA, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO E COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

#### **Extrato do Contrato Nº 16/2014**

Contrato nº: 16/2014  
Contratante: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE  
Contratada: BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA  
Valor:R\$14.790,00 (quatorze mil setecentos e noventa reais) total  
Vigência :Início:19/02/2014 Termina: 19/02/2015  
Licitação: Pregão Presencial Nº 11/2014  
Recursos:Dotações: 2.063.3.3.90.30 (11); 2.064.3.3.90.30 (35) E 2.065.3.3.90.30 (57) - Exercício Vigente.  
Objeto : AQUISIÇÃO E TROCA DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS DE AR, FILTROS DE ÓLEO, ADITIVO PARA RADIADORES, FLUIDO DE FREIO, FLUIDO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA E ÓLEO HIDRÁULICO PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA DESTE SAMAE.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

#### **Extrato do Contrato Nº 17/2014**

Contrato nº: 17/2014  
Contratante: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE  
Contratada: OFICINA AUTO SERVICE LTDA. – EPP.  
Valor:R\$8.900,00 (oito mil e novecentos reais) total  
Vigência :Início:19/02/2014 Termina: 19/02/2015  
Licitação: Pregão Presencial Nº 11/2014  
Recursos:Dotações: 2.063.3.3.90.30 (11); 2.064.3.3.90.30 (35) E 2.065.3.3.90.30 (57) - Exercício Vigente.  
Objeto : AQUISIÇÃO E TROCA DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS DE AR, FILTROS DE ÓLEO, ADITIVO PARA RADIADORES, FLUIDO DE FREIO, FLUIDO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA E ÓLEO HIDRÁULICO PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA DESTE SAMAE.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

#### **Extrato do Contrato Nº 18/2014**

Contrato nº: 18/2014  
Contratante: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE  
Contratada: CATARINENSE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.  
Valor:R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) total  
Vigência :Início: 24/02/2014 Termina: 24/02/2015  
Licitação: Pregão Presencial Nº 12/2014  
Recursos:Dotações: 2.065.3.3.90.39 (61) – Exercício Vigente.  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESTINAÇÃO DE LODO DESAGUADO POR SISTEMA "CONTIPRESS" E/OU LEITO DE SECAGEM, RESÍDUOS DE GRADEAMENTO E DESARENADOR PROVENIENTE DO TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (RESÍDUO CLASSE II) DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

#### **Extrato do Contrato Nº 19/2014**

Contrato nº: 19/2014 – 4º T.A.  
Contratante: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE  
Contratada:CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN  
Valor:613,32 (seiscentos e treze reais e trinta e dois centavos) total  
Vigência :Início:11/03/2014 Termina:11/03/2015  
Licitação:Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 08/2010  
Recursos:Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (99)  
Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS, VISANDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TREINO PRÁTICO, SITUAÇÕES DE VIDA E TRABALHO AOS ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL PARA 04 ESTAGIÁRIOS, PODENDO SER DE ENSINO SUPERIOR, ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 E COM A LEI N. 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, ATRAVÉS DO ESTÁGIO, QUE OBRIGATÓRIO OU NÃO, DEVERÁ SER PEDAGOGICAMENTE ÚTIL E POR ISSO, DE INTERESSE CURRICULAR, ENTENDIDO COMO UM ATO EDUCATIVO ESCOLAR SUPERVISIONADO, DESENVOLVIDO NO AMBIENTE DE TRABALHO.

São Bento do Sul, 17 de março de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

#### **Portaria /SAMAE/SBS Nº 072, de 20 de Março de 2014.**

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 072, de 20 de março de 2014.  
" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### **RESOLVE**

Art. 1º- CONCEDER ao servidor VALDIR DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13/03/14.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 073, de 20 de março de 2014.**

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 073, de 20 de março de 2014.

**" CONCEDE FÉRIAS "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ANTÔNIO CLAUDIO HACK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 17/03/2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 074 de 20 de março de 2014**

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 074 de 20 de março de 2014.

**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º CONCEDER ao servidor IVAN DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 075 de 20 de março de 2014.**

PORTARIA SAMAE/SBS/Nº 075 de 20 de março de 2014.

**" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC., nomeado pela Portaria 013 de 01 de janeiro de 2013, do Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º CONCEDER ao servidor ARNALDO DZIEDZIC JUNIOR,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 076, de 20 de março de 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 076, de 20 de março de 2014.

**" READAPTAÇÃO DE SERVIDOR "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - READAPTAR, na forma do art. 34º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001 e da Lei nº 1718, de 24/11/2006 no art. 50, GERALDO POKRYWIECKI, Auxiliar de Serviços Operacionais, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação, de acordo com laudo pericial médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de abril de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 077 de 20 de março de 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 077 de 20 de março de 2014.

**"CONCEDE LICENÇA P/ DOENÇA EM PESSOA FAMÍLIA"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art.1º - CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, a servidora EDITE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada nesta autarquia, de acordo com o Artigo 92 § 1º da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, compreendendo o período de 13/03 a 11/05/2014, conforme parecer social e perícia médica.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato de Contrato Nº 006/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2014

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 006/2014 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Portal do Planalto S/A.

DO OBJETO: Contrato de que tem como objeto ponto de recepção do sinal de TV por assinatura/cabo.

DO VALOR: R\$ 630,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 20 de março de 2014 a 19 de março de 2015.

São Bento do Sul, 20 de março de 2014.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

JORGE RUBÉN PUENTES

pela Empresa Contratada

**São João do Sul****PREFEITURA****Licitação Nº 023/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 023/2014

Modalidade – Pregão Presencial nº 009/2014

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: CAMINHÃO NOVO, 0 KM 2014/2014, COR BRANCO MOTOR A DIESEL, 06 CILINDROS, POTÊNCIA 280 CV, INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL, TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 275 LITROS, CABINE SIMPLES FRONTAL, CAIXA DE TRANSMISSÃO 06 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, PBT 23.000KG, CMT 35.000KG, EQUIPADO COM SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR ) COM RESERVATÓRIO DE ARLA DE 50 LITROS. PARA O ESCAPE DE GASES, AR CONDICIONADO E VIDROS ELETRICOS DE FABRICA NAS DUAS PORTAS, , CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 12M³, DEMAIS ITENS DE SÉRIE DO FABRICANTE DO VEÍCULO.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 13:45 horas do dia 03/04/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 14:00 horas do dia 03/04/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 21 de março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Licitação Nº 024/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 024/2014

Modalidade – Pregão Presencial nº 010/2014

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 08:45 horas do dia 03/04/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 09:00 horas do dia 03/04/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 21 de março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 038 de 11 de Fevereiro de 2014.**

PORTARIA Nº. 038 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

"PROMOVE SERVIDOR POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal, em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c do artigo 4º da Lei Complementar nº 009/2012, que altera o Inciso I, alínea "a" do artigo 44 da Lei Complementar Municipal nº. 05, de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal;

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por Nova Habilitação Profissional, conclusão do Ensino Médio, para a Servidora AVANI ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, Grupo Ocupacional SGE, Nível-4 Amplitude de Referência J, para o Nível-7, Amplitude de Referência J.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 11 de fevereiro de 2014.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal, em Exercício.

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 039 de 11 de Fevereiro de 2014.**

PORTARIA Nº 039 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

**RESOLVE:**

Nomear a Sra. JANETE OLIVEIRA FARIAS CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, a contar da presente data.

Cessar os efeitos da Portaria nº 050 de 20 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 11 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº. 040 de 11 de Fevereiro 2014.**

PORTARIA Nº. 040 DE 11 DE FEVEREIRO 2014.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e

de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Auxiliares Administrativo Escolares abaixo relacionadas, no período de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de dezembro de 2014:

01 – ALEXANDRA CARDOSO DA SILVA – EEB. Vila Velha II;  
02 - CLAUDIO JÚNIOR LIMA DA ROCHA - CEJA Vereadora Rita Quadros;  
03 – PATRÍCIA ROCHA DA SILVA – CEI Paraíso da Criança;  
04 – VANESSA SCANDOLARA MAGNUS - Secretária Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 11 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração



# São José

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2425/2014

DECRETO Nº 2425/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS/FUNDEB, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 481 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinada com o artigo 2º da Lei Municipal nº 4.608, de 20 de dezembro de 2007 e a Lei Municipal nº 5.256, de 21 de dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para constituírem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, para o mandato no período 07 de março de 2014 à 07 de março de 2016, os seguintes membros:

#### REPRESENTANTES DO SEGMENTO DO PODER EXECUTIVO:

Membro Titular - Lilian Sandin Boeing CPF - 868.530.319-20  
Membro Suplente – Kelem Bittencourt  
CPF - 003.443.349-02

#### SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Membro Titular: Mariluce de Oliveira Trajano  
CPF: 895.715.769-72  
Membro Suplente: Simone Warmling dos Santos  
CPF: 789.451.359-87

#### REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Membro Titular: Vanderléia Kamers  
CPF - 909.133.619-68  
Membro Suplente: Eliane Marcelino de Oliveira  
CPF – 642.130.649-72

#### REPRESENTANTES DO SEGMENTO DOS PROFESSORES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.

Membro Titular: Rosilene Sant'Ana  
CPF – 678.493.429-68  
Membro Suplente: Rafael Rodrigo de Melo  
CPF – 029.999.059-12

#### SEGMENTO DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS

Membro Titular: Luzinéia Amorim  
CPF – 455.389.999-04  
Membro Suplente: José Indalésio Warmiling  
CPF – 613.163.939-68

#### REPRESENTANTES DO SEGMENTO DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Membro Titular: Cristina da Silva  
CPF - 033.167.719-99

Membro Suplente: Tatiana Matias Baron  
CPF – 008.593.879-33  
Membro Titular: José Wilsoni Madeira  
CPF – 155.580.459-49  
Membro Suplente: Anderson Rodrigues Kling  
CPF – 249.444.559-00

#### REPRESENTANTES DO SEGMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Membro Titular: Alceu Vargas Nadal Filho  
CPF – 952.265.759-04  
Membro Suplente: Jhonatan Angelo Mendonça  
CPF – 100.856.599-75  
Membro Titular: Cláudio Francisco da Silva  
CPF – 588.864.274-68  
Membro Suplente: Jhonathan Junior Barbosa  
CPF – 085.399.659-84

#### REPRESENTANTES DO SEGMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Membro Titular: Marco Aurélio da Silva  
CPF – 047.429.829-91  
Membro Suplente: Jayme Costa Filho  
CPF – 377.475.769-00

#### REPRESENTANTES DO SEGMENTO CONSELHO TUTELAR

Membro Titular: Caroline Nienchotter  
CPF – 058.973.589-66  
Membro Suplente: Diogo Luis Filippi  
CPF – 004.344.299-16

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de março de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### Extrato de Convênio - Termo de Convênio 028/2014

EXTRATO DE CONVÊNIO  
TERMO DE CONVÊNIO 028/2014

PARTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE SÃO LUIZ.

OBJETO: O objeto do presente convênio é o estabelecimento de RENOVAÇÃO da cessão de uso entre as partes, visando a transferência da gestão escolar do Centro de Educação Infantil ao MUNICÍPIO, para efeitos do computo de matrícula no censo escolar da Rede Municipal de Ensino.

VIGÊNCIA: O presente Convênio terá validade de 05 (cinco) anos, sendo sua vigência a partir da data de sua publicação.

LOCAL E DATA: São José (SC), 27 de fevereiro de 2014

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Meri Terezinha de Melo Hang pelo Município e José Nonato da Silva Filho pela Associação de Moradores da Localidade São Luiz.

**EDITAL Nº 010/2014/USJ - RETIFICA O EDITAL 009/2014/USJ DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS EM 2ª CHAMADA PARA O 2º SEMESTRE, NO CONCURSO VESTIBULAR 2014, PARA REALIZAREM MATRÍCULA**

EDITAL Nº 010/2014/USJ

Retifica o edital 009/2014/USJ de convocação dos candidatos aprovados em 2ª chamada para o 2º semestre, no CONCURSO VESTIBULAR 2014, para realizarem matrícula.

A Reitora do Centro Universitário Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, ReSOLVE:

1. Retificar o item 5 do Edital 009/2014/USJ.

Onde se lê:

5. Para a área de Ciências Contábeis – 70% (setenta por cento)

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
801140	ALINE DA ROSA	4610734/SC	65
800772	JESSICA BRUDER PEDROSO	6196626/SC	66
800290	TATIANE APARECIDA BATISTA	4975126/SC	67
800290	TATIANE APARECIDA BATISTA	4975126/SC	68
800168	BRUNA GABRIELLE FONSECA DE LIZ	6074789/SC	69
800483	EVELYN CAROLINE SCOUTINHO	4600174/SC	70
800278	ANA PAULA COSTA TEODORO	6707874/SC	71
801554	EDINA BORGES SOARES	4777779/SC	72
800322	GABRIELA R. DE J. MARTINEZ	46170901/SC	73
801784	NATHANIEL JULIAN BRANCO CORREA	4794605/SC	74
801463	ADELITA DE OLIVEIRA	4093783/SC	75
801762	MAIARA GODINHO	52107892/SC	76

Passa-se a ler:

5. Para a área de Ciências Contábeis – 70% (setenta por cento)

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
801140	ALINE DA ROSA	4610734/SC	65
800772	JESSICA BRUDER PEDROSO	6196626/SC	66
800290	TATIANE APARECIDA BATISTA	4975126/SC	67
800858	DIEGO MORAES ESPINOZA	7089356311/R	68
800168	BRUNA GABRIELLE FONSECA DE LIZ	6074789/SC	69
800483	EVELYN CAROLINE SCOUTINHO	4600174/SC	70
800278	ANA PAULA COSTA TEODORO	6707874/SC	71
801554	EDINA BORGES SOARES	4777779/SC	72
800322	GABRIELA R. DE J. MARTINEZ	46170901/SC	73
801784	NATHANIEL JULIAN BRANCO CORREA	4794605/SC	74

801463	ADELITA DE OLIVEIRA	4093783/SC	75
801762	MAIARA GODINHO	52107892/SC	76

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as demais disposições em contrário.

São José, 21 de março de 2014.

PROFA. MA. ELISIANI CRISTINA DE SOUZA DE FREITAS NORONHA

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José



## São José do Cedro

### PREFEITURA

#### Edital de Convocação Nº 026/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS I

Ronaldo Silva

Regi Dal Alba

Rosana Gonçalves

Ariel Ribas

Tiago Marcelo Johner

José Eduardo Wilk

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de março de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.824, de 20 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.824, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Altera o Decreto nº 4.075, de 15 de julho de 2010, que estabelece valores de diárias pagas aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII do artigo 55, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo III, do Decreto nº 4.075, de 15 de julho de 2010, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.824, de 20 de março de 2014.

"ANEXO III

(Decreto nº 4.075, de 15 de julho de 2010)

#### VALORES DAS DIÁRIAS - QUADRO ÚNICO DE PESSOAL"

Nível	GRUPO CATEGORIA	Per- centual (%)	Valor da Diária*	Desloca- mento para as Capitais dos Esta- dos*	Desloca- mento para a Capital Federal*
I	Prefeito e Vice- Prefeito.	4	R\$ 571,91	R\$ 857,87	R\$ 1143,82
II	Secretários Municipais e Servidores ocupan- tes de cargo de chefia dos Órgãos Especiais da Administração Superior do Poder Executivo: Procurador Geral do Município; Controlador Geral do Município; e Contador Geral do Município.	2,5	R\$ 357,45	R\$ 536,18	R\$ 714,90
III	Gerentes, Assessores, Diretores, Servidores do Nível Administra- tivo Superior - NAS, Servidores integrantes da carreira do Magis- tério, ACTs com Nível de Ensino Superior.	2,0	R\$ 285,96	R\$ 428,94	R\$ 571,92

IV	Servidores com ocupações de Nível Técnico Administrativo - NAT, ACTs com Nível de Ensino Médio e Servidores ocupantes dos seguintes cargos: Fiscal de Tributos e Obras; Conselheiro Tutelar; Técnico em Administração; Técnico em Agropecuária; Técnico em Ativ. Financ. e Econom.; Técnico em Contabilidade; Técnico em Tributação; Técnico em Vigilância Sanitária.	1,5	R\$ 214,47	R\$ 321,70	R\$ 428,94
	Servidores com ocupações de Nível Operacional Básico - NOB, ACTs com Nível de Ensino Fundamental e Servidores ocupantes dos seguintes cargos: Agente Administrativo; Agente de Manutenção e Conservação; Agente de Saúde Pública; Assistente Administrativo; Assistente de Manut. e Conservação; Assistente de Obras e Serviços; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Biblioteca; Auxiliar de Enfermagem (I); Auxiliar de Serviços Gerais; Instrutor de Serviços Manuais; Motorista; Motorista de Carga Pesada; Operador de Máquinas I; Operador de Máquinas II; Vigia.	1,0	R\$ 142,98	R\$ 214,47	R\$ 285,96

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

## Extrato do Termo de Acordo Nº 001/2014, de 20 de Março de 2014.

TERMO DE ACORDO Nº 001/2014  
DESAPROPRIAÇÃO DE BEM IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260 - SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20, residente e domiciliado neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente EXPROPRIANTE e, de outro lado, a empresa INDÚSTRIA DE DOCES BOM GOSTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.668.993/0001-61, com sede na Rodovia SC 480, s/n, Km 74, bairro São Francisco, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, o Sr. Francisco Oreste Libardoni, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 91.374, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 003.119.019-72, residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 884, Centro, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, de ora em diante denominada EXPROPRIADA, pactuam o presente acordo para desapropriação de imóvel, o que fazem nos seguintes termos:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Expropriada é legítima possuidora e proprietária do bem imóvel: parte da chácara número 43 (quarenta e três) e 44 (quarenta e quatro) com área de 1.636,56 m<sup>2</sup> (um mil, seiscentos e trinta e seis vírgula cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na seção São Lourenço, na zona suburbana, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme confrontações descritas no memorial descritivo e na matrícula de nº 7.973, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constantes do Anexo Único deste termo de acordo.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACORDO

Pelo presente instrumento, as partes acordam que se leve a efeito a desapropriação do imóvel acima descrito, concretizando-se, após a realização dos atos administrativos necessários, sua aquisição compulsória pelo Expropriante.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pela desapropriação noticiada, o Expropriante pagará a Expropriada, a título de indenização, a quantia de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), conforme laudo de avaliação do imóvel, expedido por Engenheiro Civil, constante do Anexo Único deste termo, em parcela única, até o dia 30 de abril de 2014, mediante depósito na conta nº 1735-8, operação 003, agência nº 1884, banco 104 (Caixa Econômica Federal).

Parágrafo Primeiro. O valor ora pactuado refere-se à indenização integral do imóvel pertencente à Expropriada, sendo que este nada mais poderá reclamar a este título do que, com o adimplemento da quantia referida, dará ampla geral e irrestrita quitação.

Parágrafo Segundo. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente termo de acordo, serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução, exercício financeiro de 2014, sob a seguinte dotação orçamentária: 08.01.12.36 5.4505.2.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (78/2014).

### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas que por ventura venham a surgir, inerentes ao presente termo de acordo.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, formulou-se o presente termo de acordo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, além de duas testemunhas abaixo mencionadas.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Nome: Nome:

CPF: CPF:

ANEXO ÚNICO

(Termo de Acordo nº 001/2014)

MATRÍCULA DE Nº 7.973, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, MEMORIAL DESCRITIVO E LAUDO DE AVALIAÇÃO.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2014.

FRANCISCO ORESTE LIBARDONI  
Indústria de Doces Bom Gosto Ltda  
Expropriada

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal  
Expropriante

Visto e Aprovado pela  
Procuradoria Geral do Município,  
em 20 de março de 2014.

ELISABETH REDIVO  
OAB/SC 21.317  
Procuradora Geral do Município  
Matrícula nº 1710/01

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal  
Expropriante

FRANCISCO ORESTE LIBARDONI  
Indústria de Doces Bom Gosto Ltda  
Expropriada

### **DECRETO Nº 4.826, DE 21 DE MARÇO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.826, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Decreta desapropriação, por utilidade pública, de bem imóvel de propriedade da Indústria de Doces Bom Gosto Ltda, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, nas condições do artigo 5º, alínea "i" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978, mais o previsto no § 3º do artigo 1.228, combinado com o inciso V do artigo 1275, estas da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; ainda o disciplinado no inciso I, item 34, do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e

CONSIDERANDO a necessidade do Município de desapropriação do bem imóvel de matrícula nº 7.973, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, descritos no art. 1º deste Decreto, de propriedade da Indústria de Doces Bom Gosto Ltda, cujo imóvel o Município de São Lourenço do Oeste pretende adquirir

para fins de edificação do Ginásio de Esportes da Escola Municipal do bairro São Francisco, neste município de São Lourenço do Oeste;

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado desapropriado, por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável, parte da chácara número 43 (quarenta e três) e 44 (quarenta e quatro) com área de 1.636,56 m² (um mil, seiscentos e trinta e seis vírgula cinquenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, situado na seção São Lourenço, na zona suburbana, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme confrontações descritas no memorial descritivo e na matrícula de nº 7.973, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constantes do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. Em decorrência da desapropriação, o Município pagou a expropriada, como indenização, o valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) pelo imóvel, conforme Termo de Acordo nº 001, de 20 de março de 2014, firmado entre as partes, e laudo de avaliação constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O imóvel, objeto desta desapropriação, será utilizado para fins de edificação do Ginásio de Esportes da Escola Municipal do bairro São Francisco, neste município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500  
– Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA

### **Decreto Nº 4.825, de 21 de Março de 2014.**

DECRETO Nº 4.825, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
03.01.02.062.4513.2.004	
3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	5 Aplicação Direta R\$ 3.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

03.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM		
03.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM		
03.01.02.062.4513.2.004		Aplicação	
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	6	Direta	R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### **Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 004/2014 - FMS**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2014 - FMS  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 004/2014 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS NAS ESF's (Estratégia de Saúde Familiar) UNIDADES DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO FRANCISCO E BAIRRO SANTA CATARINA, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

FORNECEDOR: PANDINI CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA EPP - CNPJ: 03.210.836/0001-09.

VALOR: R\$ 137.769,99 (cento e trinta e sete mil e setecentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

TOTAL: R\$ 137.769,99 (cento e trinta e sete mil e setecentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10/03/2014.

VIGÊNCIA: 10/03/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

**Lei Complementar Nº 161, de 21 de Março de 2014.****LEI COMPLEMENTAR Nº 161, DE 21 DE MARÇO DE 2014.**

*Altera a Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012 e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Para os efeitos desta Lei, o zoneamento consiste no procedimento de divisão e organização do território municipal em unidades espaciais de áreas denominadas macrozonas, zonas e áreas de especial interesse.

.....” (NR)

“Art. 12. ....  
Parágrafo único. Os parâmetros de uso e ocupação do solo atribuídos aos trechos do sistema viário referidos no *caput* serão aplicados nos lotes que tenham frente para estes mesmos trechos, de acordo com as regras estabelecidas na presente lei.” (NR)

“Art. 16. A Macrozona Urbana subdivide-se nas seguintes zonas:  
I - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1 (Centro);  
II - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2;  
III - Zona Urbana de Ocupação Prioritária – 3 (Santa Catarina) / ZUOP-3(Santa Catarina);  
IV - Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco);

.....  
VIII - Zona de Expansão Urbana Futura-1 (Costa Sul) / ZEUF-1 (Costa Sul)-2;  
IX - Zona de Expansão Urbana Futura-2 (Linha São Miguel) / ZEUF-2 (Linha São Miguel);  
X - Zona Industrial - Norte (alimentícia) / ZI-Norte (alimentícia I e II);  
XI - Zona Industrial - Sul (moveleira) / ZI Sul (moveleira);  
XII - Zona de Expansão Industrial.” (NR)

“Art. 87. Para os efeitos da presente Lei, constituem áreas de especial interesse:

I - Área de Especial Interesse Urbanístico:

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



- a) Área de Especial Interesse Urbanístico - 1 (Igreja Matriz) / AEIU-1(Igreja Matriz);
  - b) Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vale do Lajeado) / AEIU-2 (Vale do Lajeado);
  - c) Área de Especial Interesse Urbanístico - 3 (Mirante) / AEIU-3 (Mirante);
  - d) Área de Especial Interesse Urbanístico - 4 (Centro de Eventos) / AEIU-4 (Centro de Eventos);
  - e) Área de Especial Interesse Urbanístico - 5 (Trevo do Centro de Eventos) / AEIU-5 (Trevo do Centro de Eventos);
  - f) Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Santuário) / AEIU-6 (Santuário);
  - g) Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 ( Limite Estadual) / AEIU-7(Limite Estadual);
  - h) Áreas de Qualificação Urbanística (Vilas e distritos) - AQU (Vilas e distritos)
- II - Área de Especial Interesse Econômico
- a) Área de Especial Interesse Econômico - 1 (Contorno Viário Armino Echer e SC 157) / AEIE-1(Contorno Viário Armino Echer e SC 157);
  - b) Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SC-480) / AEIE-2 (SC-480);
  - c) Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tiradentes) / AEIE-3 (Rua Tiradentes);
- III - Área de Especial Interesse Ambiental
- a) Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vale do Lajeado) / AEIA-1 (Vale do Lajeado);
  - b) Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzeiro) / AEIA-2 (Cruzeiro);
  - c) Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arroio Gramadinho) / AEIA-3 (Arroio Gramadinho);
  - d) Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal) / AEIA-4 (Parque Municipal);
  - e) Área de Preservação de Mananciais - APM.
- IV - Área de Especial Interesse Social
- a) Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco) / AEIS-1 (São Francisco);
  - b) Área de Especial Interesse Social - 2 (Cardoso) / AEIS-2 (Cardoso);
  - c) Área de Especial Interesse Social - 3 (Vida Nova) / AEIS-3 (Vida Nova);
  - d) Área de Especial Interesse Social - 4 (Brasília) / AEIS-4 (Brasília);
  - e) Área de Especial Interesse Social - 5 (Araucária) / AEIS-5 (Araucária);
  - f) Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina) / AEIS-6 (Santa Catarina);
  - g) Área de Especial Interesse Social - 7 (Meneguetti) / AEIS-7 (Meneguetti).” (NR)

“Art. 183. O uso do solo fica classificado em:

I - residencial;

II - não-residencial;

2

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)





III - misto.

IV - industrial.

§ 1º Considera-se uso residencial aquele destinado às moradias do tipo unifamiliar e multifamiliar.

§ 2º Considera-se uso não-residencial aquele destinado ao exercício das atividades institucionais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 3º Considera-se uso misto aquele constituído por mais de um tipo de uso no mesmo lote, excetuando-se o uso industrial.

§ 4º Considera-se uso industrial aquele destinado ao exercício das atividades industriais de pequeno, médio e grande porte.” (NR)

“Art. 196. A aplicação dos parâmetros urbanísticos nas Zonas relativo a cada tipo de uso encontra-se detalhada na Tabela de Parâmetros para Ocupação do Solo constante no Anexo-1 desta Lei.

§ 1º Especificamente com relação ao parâmetro referido no art. 195, inciso VI, para definição do número máximo de pavimentos, prevalecerão os trechos do sistema viário constantes no mapa de macrozoneamento que se refere a trechos do sistema viário Anexo-6 (Número máximo de Pavimentos) da presente Lei, onde:

I - T-2 compreende os trechos onde poderá ser permitido edificar até o número máximo de 2 (dois) pavimentos, desde que disponha a via:

a) comprovadamente por laudo técnico emitido pelo órgão de saneamento competente, de rede de abastecimento de água e solução para tratamento de esgoto compatíveis com a instalação do empreendimento, somente quando da implantação do sistema de esgoto sanitário;

b) de pavimentação;

II - T-4 compreende os trechos onde poderá ser permitido edificar até o número máximo de 4 (quatro) pavimentos, desde que disponha a via:

a) comprovadamente por laudo técnico emitido pelo órgão de saneamento competente, de rede de abastecimento de água e solução para tratamento de esgoto compatíveis com a instalação do empreendimento, somente quando da implantação do sistema de esgoto sanitário;

b) de pavimentação.

III - T-6 compreende os trechos onde poderá ser permitido edificar até o número máximo de 6 (seis) pavimentos, desde que disponha a via:

a) comprovadamente por laudo técnico emitido pelo órgão de saneamento competente, de rede de abastecimento de água e solução para tratamento de esgoto compatíveis com a instalação do empreendimento, somente quando da implantação do sistema de esgoto sanitário;

b) de largura igual ou superior a 20m (vinte metros);

c) de pavimentação.

IV - T-8 compreende os trechos onde poderá ser permitido edificar até o número máximo de 8 (oito) pavimentos, desde que disponha a via:

3

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)





- a) comprovadamente por laudo técnico emitido pelo órgão de saneamento competente, de rede de abastecimento de água e de sistema de coleta e tratamento de esgoto compatíveis com a instalação do empreendimento, somente quando da implantação do sistema de esgoto sanitário;
- b) de largura igual ou superior a 20m (vinte metros);
- c) de pavimentação.

V - T-12 compreende os trechos onde poderá ser permitido edificar até o número máximo de 12 (doze) pavimentos, desde que disponha a via:

- a) comprovadamente por laudo técnico emitido pelo órgão de saneamento competente, de rede de abastecimento de água e de sistema de coleta e tratamento de esgoto compatíveis com a instalação do empreendimento, somente quando da implantação do sistema de esgoto sanitário;
- b) de largura igual ou superior a 20m (vinte metros);
- c) de pavimentação.

§ 2º A permissão para edificar a partir de 08 (oito), até 12 (doze) pavimentos, inclusive, nos trechos T-8 e T-12, respectivamente, somente será concedida mediante o atendimento das seguintes exigências:

- I - tamanho mínimo do lote de 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);
- II - instalação de elevadores de acordo com as exigências dos órgãos competentes.

III - apresentar certidão da Unidade do Corpo de Bombeiros no Município, declarando que o mesmo tem capacidade de atender ocorrências de incêndio para a edificação pretendida.

§ 3º A permissão para edificar deverá considerar ainda:

- a) Até quatro pavimentos (T4), lotes com qualquer área;
- b) De cinco (T5) a doze (T12) pavimentos, será permitido em lotes com área de no mínimo 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados);
- c) De treze (T13) a vinte (T20) será permitido em lotes com área de no mínimo 1.500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados).

§ 4º No caso de lotes localizados em esquinas, o número máximo de pavimentos será o estabelecido para a via onde é permitido um maior número máximo de pavimentos.

§ 5º Sempre que exigidos equipamentos de prevenção e de extinção de incêndio, a Prefeitura só concederá habite-se para edificações de uso residencial multifamiliar e habite-se e alvará de funcionamento para edificações de uso não residencial, mediante prova de inspeção e aprovação das instalações pelo Corpo de Bombeiros.” (NR)

“Art. 197. Como regra geral, para fins de contagem do número de pavimentos da edificação:

- I - será considerado o pavimento térreo;



II - não será contado o pavimento subsolo destinado à garagem e áreas comuns do edifício, exceto as garagens que não sejam anexas às unidades deste.

III - não será contado o pavimento destinado a mezanino e sobreloja desde que não ultrapassem 50% (cinquenta por cento) do piso térreo.

IV - não será contado a garagem e/ou área comum acima do térreo, exceto quando se tratar de edifício exclusivo para uso de garagem, sendo que neste caso todos os pavimentos serão considerados.

V - não será contado o pavimento ático quando sua área coberta for inferior a 50% (cinquenta por cento) da área de projeção da torre do edifício.” (NR)

“Art. 199. Ressalvadas as disposições edilícias do Município, fica estabelecido, como regra geral para os recuos e afastamentos mínimos das edificações:

I - Recuo Frontal:

a) Para uso residencial exclusivo fica obrigatório o recuo de 4,00m (quatro metros);

b) Recuo frontal de quatro metros para ruas com menos de 20,00m (vinte metros);

c) Para terrenos com mais de uma testada, será definido em estudo técnico a via principal onde será mantido o recuo de 4,00m (quatro metros), sendo para as outras definidos recuos de 2,00m (dois metros).

II - Afastamentos Laterais e Fundos:

a) Afastamentos laterais e fundos para edificações com até 10,00m (dez metros) de altura ou no máximo 03 (três) pavimentos:

1. Isento sem aberturas;

2. Mínimo de 1,50 m (um metro e meio) com aberturas.

b) Afastamentos laterais e fundos para edificações acima de 10m de altura ou com mais de 03 (três) pavimentos até 12 (doze) pavimentos:

1. Mínimo de 1,50 m sem aberturas;

2. Mínimo de 2,50 m com aberturas.

c) Afastamentos laterais e fundos para edificações acima do 12º (décimo segundo) pavimento de 5,00m.” (NR)

“Art. 221.....

III - áreas verdes.

§ 3º Áreas verdes, para os efeitos das ações de parcelamento do solo previstas neste plano diretor, devem ser entendidas como áreas de domínio público que desempenham função paisagística e recreativa, de forma a garantir a qualidade estética e funcional, devendo ser dotadas de vegetação, em especial arbórea, e de espaços livres de impermeabilização.

5

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



§ 4º As áreas verdes devem estar localizadas, preferencialmente, junto às áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, não podendo, em qualquer hipótese, ter alterados sua destinação, fins e objetivos originalmente estabelecidos.

§ 5º Não poderá ser prejudicado o acesso público às áreas verdes.” (NR)

“Art. 222. As áreas de uso público deverão:

I - ser proporcionais à densidade de ocupação prevista para a área a ser loteada;

II - obedecer ao traçado e ao regime urbanístico estabelecidos neste Plano Diretor;

III - ser cedidas ao Município, ao qual compete a escolha da conformação e localização dessas áreas por instrumento público, sem qualquer ônus, no ato da aprovação do parcelamento do solo.” (NR)

“Art. 223. No parcelamento do solo é obrigatória a destinação de áreas de uso público nas seguintes proporções:

I - Nos parcelamentos situados na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro)/ZUOP-1(Centro), na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2/ZUOP-2 e Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Santa Catarina)/(Santa Catarina), Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco), Zonas Industriais, Zonas de Expansão Urbana Futura e Zonas de Expansão Industrial, as áreas de uso público serão de, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) do total da área a ser loteada.

II - Com relação a área verde, a mesma deverá atender à legislação ambiental estadual correspondente.” (NR)

“Art. 224. Nos desmembramentos, o proprietário fica isento de ceder áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, exceto quando o parcelamento ocorrer em áreas maiores que 15.000 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados), onde deverá haver a previsão da doação de 5% (cinco por cento) em forma de áreas institucionais.” (NR)

“Art. 225. As áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários e de áreas verdes deverão ter acesso com vias de circulação de no mínimo 15m (quinze metros) de largura, devendo os prolongamentos respeitar sempre a dimensão das ruas já existentes.” (NR)

“Art. 229. Ficam estabelecidas as características, abaixo descritas, dos lotes resultantes de projetos de loteamentos, desmembramentos e

6

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



remembramentos, para as Zonas de Ocupação Prioritárias e para as Zonas de Expansão Urbanas Futuras:

I - Área mínima de 360,00m²;

II - Testada mínima de 12,00 metros;

III - Nos lotes de esquina, a sua área, bem como sua testada, serão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) maiores que a área e testada do lote mínimo exigido para a respectiva zona.

Parágrafo único. Nas Zonas Industriais e Zonas de Expansão Industrial as características, de que trata o caput deste artigo, serão determinadas por lei específica.” (NR)

“Art. 233. As vias de circulação de qualquer loteamento deverão:

I - ter largura máxima de 35m e mínima de 15m;

II - estabelecer uma hierarquização do sistema viário, vinculando-a à classificação dos níveis de incomodidade constante no art. 188, incisos I a V;

III - garantir a continuidade do traçado das vias existentes nas adjacências da gleba a ser loteada, conforme regras expedidas pelo Poder Público.

IV – ser classificadas e caracterizadas conforme descrito no art. 234 da presente Lei.” (NR).

“Art. 234. A hierarquia viária deverá respeitar as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo:

I - Rodovias: são vias rurais de rodagem pavimentadas, de transporte interurbano de alta velocidade, que podem ou não proibir o seu uso por parte de pedestres e ciclistas, cujas dimensões serão definidas pelos órgãos estaduais e municipais competentes.

II - Vias Expressas: são vias que promovem a ligação entre o sistema rodoviário interurbano e o sistema viário urbano. Apresentam, normalmente, grandes comprimentos, com altos níveis de fluidez de tráfego. Possuem poucas interseções e, portanto, baixa acessibilidade. Sua integração com o solo lindeiro deve ser limitada. Podem se classificar em Primárias (autoestradas) com tráfego direto, bloqueadas ou com interseções em níveis diferentes, e, Secundárias com tráfego direto, com cruzamento em nível e acessos laterais.

III - Vias Arteriais: são aquelas que fazem as ligações intraurbanas e que, por sua importância dentro da cidade, conciliam fluidez, alta acessibilidade e integração com o solo lindeiro, apresentando as seguintes características:

a) Avenida:

1. caixa da rua com largura de 35 m;

2. canteiro central com largura de 5 m;

3. passeio público com largura de 5 m cada; duas faixas de 10,00 m de largura subdivididas em duas pistas de rolamento de 3,20 m, uma faixa de

7

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



estacionamento em paralelo 2,40m e ciclovia com largura mínima de 1,20 m, conforme anexo IX da presente Lei;

4. canteiros centrais contínuos e com altura de 45cm; pavimentação da via com asfalto;

5. canteiro central arborizado;

6. iluminação decorativa conforme padronização definida em lei municipal própria;

IV - Vias Coletoras - são aquelas que recebem e distribuem o tráfego proveniente das vias locais e alimentam as vias arteriais, também denominadas de Rua A, apresentando os seguintes modelos e características:

a) Rua A - Modelo I:

1. caixa da rua com largura de 25 m;

2. canteiro central com largura de 1 m;

3. passeio público com largura de 2,5 m cada;

4. duas faixas de 9,5 m de largura subdivididas em pistas divididas em duas faixas de 3,00 m, uma faixa de estacionamento em paralelo 2,30 m e ciclovia com largura mínima de 1,20 m, conforme anexo IX, da presente Lei;

5. canteiros centrais contínuos e com altura de 45 cm; pavimentação da via com asfalto; canteiro central ajardinado.

b) Rua A - Modelo II:

1. caixa da rua com largura de 25 m;

2. Canteiro central com largura de até 2 m;

3. passeio público com largura de 2,5 m cada;

4. duas faixas de até 9 m de largura, subdivididas em uma pista de rolamento com largura de até 4 m, uma faixa de estacionamento em oblíquo de 5 m, sem ciclovia, conforme anexo IX, da presente Lei;

5. canteiros centrais contínuos e com altura de até 45 cm; pavimentação da via com asfalto; canteiro central continua ou descontinuamente ajardinado ou com vegetação ornamental diversa.

V - Vias Locais - são aquelas que permitem acesso direto às diversas áreas funcionais da cidade, apresentando baixa fluidez e alta acessibilidade. Caracterizam-se pela alta congruência com o uso do solo lindeiro, também denominadas de Rua B ou de Travessa, apresentando os seguintes modelos:

a) Rua B - Modelo I:

1. caixa de rua com largura de 20 m;

2. canteiro central com largura de 1 m;

3. passeio público com largura de 2,5 m;

4. duas faixas de 7,0 m de largura subdivididas em uma pista de rolamento com largura de 3,40 m, uma faixa de estacionamento em paralelo 2,40 m e ciclovia com largura mínima de 1,20 m, conforme anexo IX da presente Lei;

5. canteiros centrais contínuos e com altura de 45 cm; pavimentação da via com asfalto ou pedras irregulares; canteiro central ajardinado;

b) Rua B - Modelo II:

1. caixa da rua com largura de 20 m;

8

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



2. canteiro central com largura de até 2 m;
3. passeio público com largura de 2,5;
4. duas faixas de até 6,5 de largura, subdivididas em uma pista de rolamento com largura de até 4,60 m, uma faixa de estacionamento em paralelo de até 2,40 m, sem ciclovia, conforme anexo IX da presente Lei;
5. canteiros centrais contínuos e com altura de até 45 cm; pavimentação da via com asfalto ou pedras irregulares; canteiro central contínuo ou descontinuamente ajardinado ou com vegetação ornamental diversa.

c) Travessa:

1. caixa da rua com largura de 15 m;
2. sem canteiro;
3. passeio público com largura de 2,5 m;
4. duas faixas com 5,0 m de largura subdivididas em uma pista de rolamento com largura de 2,60 m, uma faixa de estacionamento em paralelo 2,40 m, sem ciclovia, conforme anexo IX da presente Lei;
5. pavimentação da via com asfalto ou pedras irregulares; comprimento máximo de 150 m.

VI - Vias Especiais - são vias com funções de passeio, lazer e vivência local, apresentando as seguintes características:

a) Denominação - Alameda: caixa da rua com largura de 25 m; canteiro central - 7 m; passeio público com largura de 3,00 m; duas faixas com 6 m de largura subdivididas em uma pista de rolamento com largura de 2,40 m, uma faixa de estacionamento em paralelo 2,40 m e ciclovia com largura de 1,20 m, conforme anexo IX da presente Lei; pavimentação da via com asfalto ou pavers; canteiro central arborizado, pavimentado e com equipamento público; iluminação decorativa conforme padronização definida em lei municipal própria.

VII - Vias Internas: vias de acesso a edificações que não possuem acesso direto a via pública, sendo permitidas dimensões inferiores as vias locais, usando-se o mesmo critério para circulação de veículos, no interior de condomínios horizontais em geral. Não será parte integrante da malha viária municipal, ficando a instalação de equipamentos, pavimentação, infraestrutura (água, luz, pluvial, esgoto) e manutenção sob responsabilidade do proprietário do terreno. Deverão ter largura mínima de 5,00m, sendo que o passeio deverá ter pelo menos 2,0 m de largura.

VIII - Vias de Pedestres - são vias exclusivas para pedestres e seus extremos desembocam em vias de circulação de veículos, apresentando as seguintes características:

a) Denominação - Vias de Pedestres: largura da Via - 4 m; comprimento máximo - 120 m; pavimentação da via: pavers.

§ 1º Para condomínios horizontais será facultado a exigência de largura máxima e mínima das vias internas ao mesmo, desde que seja garantida a possibilidade futura de conexão com a malha viária municipal, criando vias de acesso principal com as larguras previstas no inciso I, do artigo 233.

§ 2º VETADO." (NR)

9



“Art. 246. A consulta de viabilidade constitui-se num pedido de informações sobre a possibilidade de determinada área de terra a ser parcelada através de desmembramento ou ainda remembrada, não gerando direitos, e tendo validade por 6 (seis) meses.” (NR)

“Art. 248. Compete ao Poder Executivo Municipal:

I - expedir a resposta à consulta, no prazo de 15 (quinze) dias, com a informação da viabilidade de se desmembrar ou remembrar a área pretendida; .....” (NR)

“Art. 249. Em posse da consulta de viabilidade, o requerente apresentará requerimento ao Poder Executivo Municipal, acompanhado de:

I - certidão atualizada da matrícula da área a ser desmembrada ou remembrada, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, ressalvado o disposto no art. 18, § 4.º, da Lei 6.766/79, atualizado pelas Leis 9.785/99 e 10.932/04;

II - projetos geométricos de desmembramento ou remembramento, georeferenciados no Sistema Geodésico Brasileiro vigente, em 5 (cinco) vias impressas, e em meio digital e, devidamente assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico contendo:

- a) indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos;
- b) indicação do tipo de uso predominante no local;
- c) indicação da divisão de lotes pretendida na área;
- d) ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;
- e) áreas resultantes;
- f) área anterior;
- g) denominação anterior;
- h) denominação atual;
- i) indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;
- j) indicação precisa das edificações existentes;

III - indicação precisa da localização em relação ao sítio urbano mais próximo.

IV - certidão de ônus reais e certidão negativa de tributos municipais, todos relativos ao imóvel a ser desmembrado ou remembramento;

V - comprovante de pagamento de taxas;

VI - Memorial descritivo da situação anterior e resultante do desmembramento ou remembramento com respectivo quadro de áreas;

VII - ART do profissional responsável;

Parágrafo único. Todos os documentos e plantas deverão ser assinados pelo proprietário, ou seu representante legal.” (NR)





“Art. 259.....  
.....  
§ 2º.....  
I - divisas do imóvel;  
II - ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas;  
III - usos existentes;  
IV - áreas de APP existentes;  
V - benfeitorias existentes;  
VI - existência e distância das nascentes e corpos d'água;  
VII - quantificar e qualificar árvores significativas, bosques e florestas e áreas de preservação;  
VIII - a indicação dos equipamentos urbanos e comunitários já existentes na área a ser loteada e adjacências.  
IX - servidões, faixas diversas de domínio ou ambas, existentes no local em escala;  
X - locais alagadiços ou sujeitos a inundação;  
XI - curvas de nível de 1 (um) em 1 (um) metros e indicação dos talvegues;  
XII - áreas com declividade até 2% (dois por cento), de 30% a 46,6% (trinta a quarenta e seis virgula seis por cento), de 46,6% a 100% (quarenta e seis virgula seis a cem por cento), superiores a 100% (cem por cento);  
XIII - tabela de áreas do imóvel, nela devendo constar, além da área total da gleba a ser loteada, a indicação, com seus respectivos percentuais e destinações:  
a) áreas verdes;  
b) áreas preservação permanente (APP);  
c) áreas de faixas de domínio;  
d) áreas voltadas a sistema de circulação;  
e) de áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;  
f) área de lotes;  
g) ângulos de orientação geográfica (azimutes) e distâncias das divisas.  
XIV - arruamentos vizinhos em todo o perímetro, com a locação exata das vias e a distância para com os loteamentos próximos, com a indicação dos principais acessos;  
XV - apresentação da localização das edificações de significado histórico-cultural existentes, mesmo rurais, para resgate histórico da memória da ocupação do Município;  
XVI - redes de alta tensão, cercas, construções, monumentos naturais e artificiais existentes;  
XVII - localização de eventuais formações rochosas.  
.....” (NR)



“Art. 261.....

IV.....

a) de áreas verdes;

§ 1º Além do anteprojeto, o interessado deverá apresentar:

I - LAP (Licença Ambiental de Projeto);

II - o registro imobiliário da área a ser loteada, devidamente atualizado;

III - a ART do anteprojeto.” (NR)

§ 2º O anteprojeto terá aprovação válida pelo prazo de seis meses podendo ser prorrogado por igual período a critério do Poder Público.” (NR)

“Art. 263.....

IV.....

a) de áreas verdes;

.....” (NR)

“Art. 288. As normas do presente Capítulo não se aplicam às propostas ou projetos de parcelamento do solo (loteamentos e desmembramentos) e remembramentos que, na data de sua publicação, já estiverem protocolados junto ao Poder Executivo Municipal, para os quais continua prevalecendo a legislação anterior, para análise e aprovação.

Parágrafo único. Após vencido o prazo de cronograma de obras, os pedidos de revalidação da licença dos projetos de loteamentos deverão obedecer as disposições deste capítulo.” (NR)

“Art. 289. Passarão a integrar o domínio do Município, a partir da data de registro do parcelamento do solo no Cartório de Registro de Imóveis, as vias, as áreas verdes e outros equipamentos públicos urbanos e comunitários constantes no projeto e no memorial descritivo.

.....” (NR)

“Art. 321.....

I.....

II - empreendimentos não residenciais com área construída igual ou superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

III - estações de tratamento, sucatas;

IV - cemitérios, recicláveis, exploração de minérios;

.....” (NR)

12

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



“Art. 322. O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento ou atividade econômica sobre a qualidade de vida da população residente, ou usuária da área em questão, e seu entorno afetado, bem como apresentar soluções que deverão ser implantadas pelo empreendedor, a fim de adequar o empreendimento quanto aos pontos negativos identificados.” (NR)

“Art. 323.....  
§1º O Termo de Referência mencionado no *caput* deverá especificar as seguintes questões a serem estudadas:

.....  
§ 4º As exigências previstas no § 1º deste artigo serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrada em vigor da presente Lei, sendo que referidas exigências deverão ser separadas por grupo de categorias e atividades.” (NR)

“Art. 325. Os custos com a elaboração do EIV correrão às expensas do empreendedor.

§ 1º Em atendimento ao disposto no *caput*, a contratação de serviços técnicos para elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança deverá ser financiada pelo empreendedor, restando o Poder Executivo Municipal responsável pela realização de credenciamento, bem como por estabelecer critérios a serem seguidos pelos interessados em se credenciar.

§ 2º Na contratação dos serviços técnicos para elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, o empreendedor deverá contratar profissionais credenciados na Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste - SC.” (NR)

“Art. 344.....  
I - Programa de regularização fundiária I, que objetiva regularizar eventuais situações de informalidade urbana que envolvam a população de baixa renda com relação à posse de imóveis ocupados, priorizando a qualificação ambiental e a adequação às normas da zona onde está inserida, salvo quando a permanência oferecer risco à saúde e ao meio ambiente e promovendo ações no seu entorno que levem à melhoria do ambiente do assentamento, à sua integração ao espaço urbano e ao resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiada;

.....  
§ 2º Para viabilizar o Programa de Regularização Fundiária II, o Poder Executivo Municipal, deverá, de acordo com o cronograma referido no art. 386, parágrafo único, inciso I, priorizar a elaboração de legislação específica que regulamente os procedimentos de implantação do Programa de Regularização

13

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Fundiária II, com base nos critérios e objetivos descritos no inciso II deste artigo, prevendo que apenas os casos comprovadamente consolidados até a data de aprovação da lei do Plano Diretor Participativo possam ingressar neste programa e que esta lei específica estabeleça também um prazo limite para o cadastramento dos casos consolidados.

§ 7º .....

X - projetar o Contorno Leste, para garantir a ligação do trevo de Campo-Erê, na Rodovia SC 157, à Rodovia SC 480;

XII - Implementar as diretrizes do sistema viário dando continuidade a Rua Frei Ângelo Valentin, possibilitando a integração com malha urbana já consolidada, e sua conexão com a SC 480, tornando-se uma segunda opção de acesso ao município.

.....” (NR)

**Art. 2º** Ficam incluídos os artigos: 16-A, 74-A, 87-A, 326-A, 387-A, 387-B, 387-C e 387-D na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012, com as seguintes redações:

“Art. 16-A. As características atuais, condicionantes que limitam a ocupação, os objetivos específicos e os instrumentos que poderão ser aplicados em cada Zona de Ocupação Prioritária estão descritos no anexo 03, desta lei.” (NR)

“Art. 74-A. As características atuais, condicionantes que limitam a ocupação, os objetivos específicos e os instrumentos que poderão ser aplicados em cada Zona Rural estão descritos no anexo 03, desta Lei.” (NR)

“Art. 87-A. As características atuais, condicionantes que limitam a ocupação, os objetivos específicos e os instrumentos que poderão ser aplicados em cada Área de Especial Interesse estão descritos no anexo 03, da presente Lei.” (NR)

“Art. 326-A. Fica suspensa a elaboração do EIV até a entrada em vigor do decreto previsto no § 4º do art. 323.” (NR)

“Art. 387-A. Lei específica, a ser editada no prazo máximo de 120 dias regulamentará o uso do solo em áreas de ocupação conjunta.” (NR)

“Art. 387-B. Fica definido o prazo de 04 meses para elencar as áreas prioritárias de expansão, com estudo elaborado pela equipe técnica, a partir da publicação desta lei.” (NR)

14



“Art. 387-C. Deverá ser elaborado, por equipe técnica, propostas que estabelecerão quais serão as novas Zonas Industriais, bem como os respectivos parâmetros a serem adotados para as mesmas, cujas propostas serão levadas à análise e deliberação do CONCISLO, no prazo máximo de 120 dias.” (NR)

“Art. 387-D. Enquanto não elaboradas as propostas de que trata o Art. 387-C, bem como editada a Lei Municipal correspondente, para fins de não inviabilizar a instalação e as atividades das empresas cujos terrenos ou áreas de terra já tenham sido objeto de doação pelo Município até a presente data, a Zona Industrial São Paulinho, criada pela Lei Municipal nº 1.940 de 16 de junho de 2011, reger-se-á, no que pertine aos parâmetros para ocupação do solo, bem como à todas as demais referências mencionadas direta ou indiretamente na presente Lei, pelos índices exigíveis para a ZUOP - 3 (Santa Catarina), Uso Não Residencial, especialmente em referência aos coeficientes de aproveitamento, à taxa de ocupação máxima, à taxa de permeabilidade e ao número máximo de pavimentos, conforme Anexo I.” (NR).

**Art. 3º** Ficam revogados os incisos V, VI e VII do art. 16; art. 17 a 73, art. 75 a 86, art. 88 a 182, inciso VI do § 1º do art. 196, incisos IV e V do § 2º do art. 196, parágrafo único do art. 197, art. 198, art. 205 a 211, §§ 1º e 2º do art. 224, inciso XI do art. 321, § 3º do art. 325 e alínea “s” do inciso IX do art. 362, todos da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012.

**Art. 4º** Os Anexos I ao IX da Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012 passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I ao IX, sucessivamente, desta Lei.

**Art. 5º** Fica incluído o Anexo X (Sumário), na Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012 que passa a vigorar com a redação constante do Anexo X desta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

**GERALDINO CARDOSO**  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

(Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014)

## “ANEXO 1

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

### TABELA DE PARÂMETROS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO”

Zona	Usos		Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade de (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)
			Mínimo	Básico	Máximo				
ZUOP - 1 (Centro)	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	4	8	60%	15%	4	6
	Multifamiliar		0,2	8	12	75%	8%	12	20
	Não Residencial		0,2	8	12	75%	8%	12	20
	Misto		0,2	8	12	75%	8%	12	20

Zona	Usos		Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade de (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)
			Mínimo	Básico	Máximo				
ZUOP - 2	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	4	8	60%	15%	4	6
	Multifamiliar		0,2	4	8	75%	8%	8	12
	Não Residencial		0,2	4	8	75%	8%	8	12
	Misto		0,2	4	8	75%	8%	8	12

16

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Zona	Usos			Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade de (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)
				Mínimo	Básico	Máximo				
ZUOP - 3 (Santa Catarina)	Residencial Exclusivo	Unifamiliar	0,1	2	4	60%	15%	4	6	
			0,2	2	4	60%	15%	4	8	
	Não Residencial Misto		0,2	2	4	60%	15%	4	8	
			0,2	2	4	60%	15%	4	8	

Zona	Usos		Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação Máxima (%)	Taxa de Permeabilidade (%)	Número Máximo de Pavimentos (Sem instrumentos)	Número Máximo de Pavimentos (Com instrumentos)
			Mínimo	Básico	Máximo				
ZUOP - 4 (São Francisco do)	Residência Exclusiva	Unifamiliar	0,1	2	4	60%	15%	2	4
	Não Residencial Misto	Multifamiliar	0,2	2	4	60%	15%	4	8
			0,2	2	4	60%	15%	4	8
			0,2	2	4	60%	15%	4	8

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

**GERALDINO CARDOSO**  
Prefeito Municipal

17

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 - CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 - Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA  
CNPJ - 83.021.873/0001-08 - [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



**ANEXO II**

(Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014)

**“ANEXO 2**

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

**TABELA DE NÍVEIS DE INCOMODIDADE**

Nível de Incomodidade	Usos e atividades	EIV
Incomodidade N-0	<b>Residencial</b>	
	habitação.	
	<b>Comércio Varejista</b>	
	antiquidades;	
	armário/bijuterias;	
	mercearia (sem câmara fria);	
	artigos de decoração;	
	artigos desportivos;	
	artigos do vestuário;	
	artigos fotográficos;	
	artigos religiosos;	
	bazar;	
	brinquedos;	
	confeitaria/bomboniere;	
	estação de telefonia (torres e congêneres);	<b>Obrigatório</b>
	farmácia/drogaria/perfumaria sem manipulação;	
	farmácia/drogaria/perfumaria com manipulação;	
	floricultura;	
	joalheria;	
	livraria;	
	papelaria;	
	presentes/artesanatos/souvenirs;	
	revistas/tabacaria.	
	<b>Serviços</b>	
	agência de Correios e Telégrafos;	
	agência de viagens e turismo;	
	agência telefônica;	
	barbearia, salão de beleza e massagista;	
	biblioteca;	
	confecção sob medida de artigos do vestuário;	
	conselho comunitário e associação de moradores;	
	consultório veterinário (sem internação e alojamento);	
	consultórios profissionais;	
	encadernação e douração;	
	entidade de classe e sindical;	
	escritórios profissionais;	

18

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	estúdio de pintura, desenho e escultura;	
	equipamentos de som	
	galeria de arte;	
	imobiliárias;	
	lapidação de gemas;	
	museu;	
	posto policial;	
	instalação de esquadrias móveis, forros, divisórias, pisos	
	prestação de serviços diversos (sem comércio)	
	equipamentos comunitários de lazer, praças e parques	
	reparação de artigos diversos, jóias e relógios, instrumentos musicais, científicos, aparelhos de precisão, brinquedos e congêneres;	
	reparação de calçados e demais artigos de couro;	
	serviços gráficos diversos;	<b>Obrigatório</b>
	prestação de serviço de jardinagem (sem comércio de produtos afins)	
	serviços de locação de vídeos;	
	serviços de tatuagem e congêneres;	
	posto de saúde;	
	templo e local de culto em geral e congêneres.	



Nível de Incomodidade	Usos e atividades	EIV
Incomodidade N-1	<b>Comércio Varejista</b>	
	açougues e peixarias (carnes e derivados);	
	artigos de plástico e borracha;	
	bar (venda de bebidas alcóolicas);	Obrigatório
	café/lancheria;	
	calçados/artefatos de couro;	
	Centro comercial;	
	eletrodomésticos;	
	equipamentos de segurança;	
	produtos e equipamentos veterinários e/ou agropecuários;	
	pet shop ou loja de animais	
	feiralivre;	Obrigatório
	quitanda;	
	ferragem;	
	funerária;	Obrigatório
	Hortomercado	Obrigatório
	instrumentos médico hospitalares/material odontológico, aparelhos ortopédicos e equipamentos científicos e de laboratórios;	
	loja de departamentos;	Obrigatório
	plantas, flores e folhagens e produtos de jardinagem;	
	máquinas, aparelhos, equipamentos diversos;	
	material elétrico;	
	móveis;	
	padaria sem utilização de forno a lenha;	
	padaria com utilização de forno a lenha;	Obrigatório
	posto de abastecimento de combustível sem estacionamento de caminhões;	Obrigatório
	posto médico de atendimento de urgência;	Obrigatório
	restaurante e pizzeria com/sem forno a lenha;	Obrigatório
	supermercado e hipermercado com estacionamento e área de carga e descarga interna (depósito);	Obrigatório
	vidraçaria;	
	materiais de construção sem depósito	
	peças e acessórios para veículos;	
	Veículos automotores;	
	<b>Serviços</b>	
	academia de ginástica e/ou dança (escola de cultura física);	Obrigatório
	agência de locação de veículos (automóveis, motocicletas e bicicletas);	
	agência de empregos	
	serviços de instrução musical (bandas,	Obrigatório

20

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



orquestras, etc.)	
artigos lotéricos;	
bancos, financeiras e congêneres;	
boliches, bilhares;	Obrigatório
instalação de equipamento de som automotivo	Obrigatório
centro de eventos	Obrigatório
casa noturna (boate);	Obrigatório
churrascaria;	Obrigatório
estação de televisão;	
cinema;	Obrigatório
clínicamédica e odontológica;	
centro cultural;	Obrigatório
centro de cuidados, creche, escola maternal, pré-escolar, APAE;	
escolas de ensino médio, fundamental e de nível superior	Obrigatório
clínicas e policlínicas;	Obrigatório
empresa de limpeza e vigilância sem armazenamento e ou produção de produtos químicos;	
reparação de máquinas e aparelhos elétricos domésticos	
empresa de táxi;	
escolas específicas (idiomas, artes)	
estabelecimentos de ensino superior com estacionamento;	Obrigatório
estação de radiodifusão;	Obrigatório
estação de rádio-base e congêneres;	Obrigatório
Garage comercial	
estacionamento privativo/comercial	
Hotel	Obrigatório
prédios e instalações administrativas vinculados aos poderes públicos: federal, estadual e municipal	
prédios e instalações vinculados aos poderes: judiciário, executivo e legislativo	
cartórios e atividades afins	
ginásio	Obrigatório
centrossociais	Obrigatório
instalações voltadas ao lazer da terceira idade	Obrigatório
instalações de atendimento a terceira idade	
Instituição científica e tecnológica;	Obrigatório
jogoseletrônicos;	
laboratório de análiseclínica;	
lavagem e lubrificação;	Obrigatório
pousada (hospedagem);	
prédios administrativos e instalações vinculados às polícias civil e militar;	
pronto-socorro;	Obrigatório
borracharia, reparação de artigos de borracha	Obrigatório

21

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



(pneus, câmara de ar e outros artigos);	
reparação de equipamentos elétricos, hidráulicos e de gás (pequenos reparos)	
reparação de equipamentos elétricos, hidráulicos e de gás (maiores reparos)	<b>Obrigatório</b>
reparação e manutenção de veículos automotores sem chapeação nem pintura;	
sauna;	
serigrafia;	
execução de placas e letreiros de publicidade com pintura automotiva	<b>Obrigatório</b>
execução de placas e letreiros de publicidade sem pintura automotiva	
teatro;	<b>Obrigatório</b>
tinturaria e lavanderia sem caldeira;	<b>Obrigatório</b>
serviço de raio-x.	<b>Obrigatório</b>



Nível de Incomodidade	Usos e atividades	EIV
Incomodidade N-2	<b>Comércio Varejista</b>	
	centro de compras (shopping center);	Obrigatório
	materiais de construção; com depósito	Obrigatório
	posto combustíveis com estacionamento de caminhões	Obrigatório
	hipermercados	Obrigatório
	<b>Serviços</b>	
	agência de sonorização;	Obrigatório
	centro esportivo;	Obrigatório
	Estádio	Obrigatório
	parque exposições e feiras;	Obrigatório
	circo;	
	clube e congêneres;	Obrigatório
	consultório veterinário com internação e alojamento (NR);	Obrigatório
	empresa de limpeza e vigilância com armazenamento de produtos químicos (sem produção);	Obrigatório
	hospital geral;	Obrigatório
	oficinas de reparação e manutenção de veículos automotores de passeio com chapeação e/ou pintura (NR);	Obrigatório
	motel;	
	prédios e instalações vinculados ao corpo de bombeiros;	
	tinturaria e lavanderia com caldeira;	Obrigatório
	reparação ou manutenção de máquinas e equipamentos industriais;	Obrigatório
	serviço de ensaio de materiais (análise da qualidade);	Obrigatório
	pintura de placas e letreiros;	Obrigatório
	reparação de artigos de madeira, do mobiliário (móveis, persianas, estofados, colchões, etc.);	Obrigatório
	<b>Industrial</b>	
	artefatos para pesca e esporte: fabricação;	Obrigatório
	brinquedos e jogos recreativos: fabricação;	Obrigatório
	equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional;	Obrigatório
	escovas, pincéis e vassouras: fabricação;	Obrigatório
	instrumentos musicais: fabricação;	Obrigatório
	indústria de confecções (pequeno porte)	Obrigatório

23

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Nível de Incomodidade	Usos e atividades	EIV
Incomodidade N-3	<b>Comércio Varejista</b>	
	máquinas, aparelhos, equipamentos diversos de grande porte;	
	posto de revenda de gás - classe 1 e 2;	Obrigatório
	equipamentos e produtos agrícolas e/ou veterinários, agrotóxicos e defensivos agrícolas- com depósito;	Obrigatório
	<b>Comércio Atacadista</b>	
	alimentos armazenados em câmaras frigoríficas;	
	alimentos (grãos e cereais) sem secador de grãos;	
	alimentos (grãos e cereais) com secador de grãos;	Obrigatório
	bebidas e produtos do fumo;	
	depósito ou posto de revenda de gás;	Obrigatório
	equipamentos e produtos agrícolas e/ou veterinários, agrotóxicos e defensivos agrícolas- com depósito;	Obrigatório
	produtos hortifrutigranjeiros	Obrigatório
	depósitos de gás liquefeito de petróleo (GLP) e Gás Natural Veicular (GNV);	Obrigatório
	máquinas, veículos e equipamentos;	
	materiais de construção;	
	materiaisóuticos e cirúrgicos;	
	minérios, metais, resinas, plásticos, borrachas;	Obrigatório
	mobiliário;	
	papel, artigos para papelarias;	
	peles e couros;	
	produtos farmacêuticos;	
	produtos para fotografia;	
	vestuários e têxteis;	
	depósitos em geral	
	<b>Serviços</b>	
	estação de rádio-base e congêneres;	
	agência de locação de caminhões, máquinas e equipamentos;	
	agência de locação de trailers e camionetas;	
	centrais de abastecimento;	Obrigatório
	centrais de carga;	Obrigatório
	clube de caça e tiro;	Obrigatório
	empresa de dedetização, desinfecção, aplicação de sinteco e pintura de imóveis;	
	empresas de mudança;	
	marmoraria;	Obrigatório
	motódromo e cartódromo;	
	oficinas de esmaltação;	
	oficinas de galvanização;	

24

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)





	oficinas de niquelagem e cromagem;	
	oficinas de retificação de motores;	
	serralheria;	
	serviços de construção civil, terraplanagem e escavações, pavimentação, estaqueamento, fundações, estruturas e concreto, impermeabilização e demais serviços similares;	
	serviços de perfuração, detonação e corte de pedras;	
	tornearia;	
	garagem e transportadora de carga e de pessoas;	
	funilaria;	
	depósito de materiais de construção	
	oficinas de reparação e manutenção de veículos automotores de carga com chapeação e/ou pintura (NR);	
	Depósito de sucatas/ ferro velho	<b>Obrigatório</b>
	<b>Industrial</b>	
	usinagem (mecânica) de peças;	
	artefatos de concreto, cimento, materiais semelhantes: fabricação;	
	caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
	embalagens metálicas, produtos de trefilados de metal, artigos de metal para uso doméstico e pessoal: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
	energia elétrica: geração (PCH), transmissão e distribuição;	<b>Obrigatório</b>
	estruturas metálicas e esquadrias em metal: fabricação;	
	laminados planos e tubulares de material plástico: fabricação;	
	móveis com predominância de madeira e metal: fabricação;	
	colchões: fabricação;	
	tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central: fabricação;	
	tubos e acessórios de material plástico para uso na construção: fabricação;	
	reforma de pneumáticos usados (recauchutagem/ recapadora): processamento;	
	indústria alimentícia	
	indústria moveleira	
	laminação de madeira	
	compensados de madeira	
	beneficiamento e tratamento químico de madeira como parte do processo produtivo da indústria moveleira.	
	usina de Concreto	<b>Obrigatório</b>

25

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	Britador	<b>Obrigatório</b>
	fábrica de cola	
	Produção de espuma quando esta é parte do processo produtivo da indústria moveleira.	
	Inseticidas, fungicidas e formicidas: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
	Agroindústria (artesanal)	
	Operação com processo de moagem de produtos de origem vegetal.	



Nível de Incomodidade	Usos e atividades	EIV
Incomodidade N-4	<b>Serviços</b>	
	Crematório;	Obrigatório
	Unidade Prisional	Obrigatório
	Depósitos de explosivos;	Obrigatório
	Exploração de Minérios	Obrigatório
	Usina de triagem e separação de recicláveis	Obrigatório
	<b>Indústrias de GRANDE impacto ambiental</b>	
	álcool: fabricação de produtos, primários (destilação) e intermediários, derivados de álcool (inclusive produtos finais);	Obrigatório
	carvoaria (carvão vegetal): fabricação e estocagem;	Obrigatório
	cimento-amianto: fabricação de peças e artefatos;	Obrigatório
	fibrocimento: fabricação de peças e artefatos;	Obrigatório
	cloro, cloroquímicos e derivados: fabricação;	Obrigatório
	energia elétrica: geração (termelétrica);	Obrigatório
	ferro (gusa) e aço fundidos (siderúrgicas): fabricação;	Obrigatório
	ferroesponja: produção;	Obrigatório
	fertilizantes fosfatados (superfosfatados, granulados, monamônio e diamônio fosfatado e assemelhados): fabricação;	Obrigatório
	fósforos de segurança: fabricação;	Obrigatório
	gás de nafta craqueada: fabricação;	Obrigatório
	ligas de metais não ferrosos, exceto metais preciosos (latão, bronze, etc.): fabricação em formas primárias;	Obrigatório
	lixo doméstico: reciclagem, deposição, compostagem, incineração;	Obrigatório
	lixo industrial (reciclagem): deposição, processamento;	Obrigatório
	metais não ferrosos, exceto metais preciosos (alumínio, chumbo, estanho, zinco, etc.): metalurgia em formas primárias;	Obrigatório
	metais não ferrosos e ligas (metalúrgicas): fabricação de peças fundidas, laminados, tubos e arames;	Obrigatório
	minerais não metálicos (gesso, gipsita, malacacheta, cristal de rocha, talco, esteatita, agalmatolito, etc.): beneficiamento e preparação;	Obrigatório
	pasta mecânica: fabricação;	Obrigatório
	pneumáticos e câmaras-de-ar: fabricação;	Obrigatório
	pólvora, explosivos e detonantes (inclusive munição para caça, esportes e artigos pirotécnicos): fabricação, estocagem e comercialização;	Obrigatório
	soda cáustica e derivados: fabricação;	Obrigatório
	tintas de impressão: fabricação;	Obrigatório

27

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



tintas, esmaltes, vernizes e lacas: fabricação;	Obrigatório
impermeabilizantes, solventes, secantes e produtos afins: fabricação;	Obrigatório
<b>Indústrias de risco ambiental MODERADO</b>	
açúcar natural: fabricação;	Obrigatório
adubos e corretivos do solo não fosfatados: fabricação;	Obrigatório
abatedouros de animais;	Obrigatório
carne, conservas, embutidos: produção com emissão de efluentes;	Obrigatório
cal e gesso: fabricação;	Obrigatório
cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal: fabricação;	Obrigatório
couros e peles: curtimento, secagem e salga;	Obrigatório
desinfetantes sanitários: fabricação;	Obrigatório
óleos e gorduras para alimentação: refinação;	Obrigatório
óleos, essências vegetais e congêneres: fabricação;	Obrigatório
óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, em bruto: produção (exceto refinação de produtos alimentares);	Obrigatório
produtos de limpeza e polimento: fabricação;	Obrigatório
rações balanceadas para animais (exceto farinhas de carne, sangue, ossos e peixe): fabricação;	Obrigatório
solventes: fabricação;	Obrigatório
cerâmica vermelha (tijolos, telhas e outros artefatos de barro cozido, exceto cerâmica (vitrificada): produção;	Obrigatório
cerâmica refratária: fabricação;	Obrigatório
carne, sangue, ossos e assemelhados: fabricação de farinha de ossos;	Obrigatório
cimento/clínquer: fabricação;	Obrigatório
ferro e aço e ferro-ligas - formas primárias e semi-acabados (lingotes, biletos, palanquilhas, tarugos, placas e formas): produção;	Obrigatório
gelo, usando amônia como refrigerante: fabricação;	Obrigatório
madeira: desdobramento e beneficiamento (com tratamento químico);	Obrigatório
sabões, detergentes sintéticos, germicidas, fungicidas: fabricação;	Obrigatório
tabaco: preparação de fumo, cigarros e congêneres;	Obrigatório
<b>Indústrias de risco ambiental LEVE</b>	
a) baixo potencial de poluição atmosférica;	Obrigatório
b) efluentes líquidos industriais compatíveis com seu lançamento em rede pública coletora de esgoto, com ou sem tratamento prévio de acordo com a legislação vigente (ambiental);	Obrigatório

28

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



c) produção de resíduos sólidos, em pequena quantidade, de acordo com a legislação (ambiental);	<b>Obrigatório</b>
d) operação com um dos processos listados a seguir:	<b>Obrigatório</b>
1. laminados planos de aço, laminados longos de aço, arames, relaminados, trefilados e perfilados de aço: produção;	<b>Obrigatório</b>
2. alimentares, produtos de origem vegetal: beneficiamento, torrefação, liofilização, preparação de conservas, condimentos e doces, exceto fabricação de óleos e confeitaria;	<b>Obrigatório</b>
3. bebidas: fabricação de destilados, fermentados, sucos e refrigerantes;	<b>Obrigatório</b>
4. borracha: fabricação de espuma, laminados e fios;	<b>Obrigatório</b>
5. cerâmica: fabricação de peças e artefatos, exceto de barro cozido;	<b>Obrigatório</b>
6. concentrados aromáticos, naturais e sintéticos: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
7. fios e tecidos: beneficiamento, acabamento, fiação e tecelagem;	<b>Obrigatório</b>
8. madeira com ou sem tratamento químico: desdobramento e beneficiamento;	<b>Obrigatório</b>
9. pedras: aparelhamento e outros trabalhos;	<b>Obrigatório</b>
10. resinas de fibras de fios artificiais: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
11. soldas anôdos: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
12. vidro plano e de segurança, embalagens de vidro, artigos de vidro e de cristal: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
13. leite e laticínios: preparação e fabricação com emissão de efluentes líquidos;	<b>Obrigatório</b>
14. Fábrica de embutidos	<b>Obrigatório</b>
15. máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária e equipamentos para irrigação: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
16. máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação: fabricação;	<b>Obrigatório</b>
17. embalagens de material plástico (copos descartáveis, sacolas, etc.): fabricação;	<b>Obrigatório</b>
18. artefatos de fibrocimento, gesso e materiais semelhantes: fabricação.	<b>Obrigatório</b>

**Observação:**

Atividades não previstas na tabela acima e no art. 321 e atividades conflitantes deverão ter sua instalação aprovada pelo Conselho da Cidade”.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

**GERALDINO CARDOSO**

Prefeito Municipal

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

29



### ANEXO III

(Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014)

### “ANEXO 3

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

**TABELA DE CARACTERIZAÇÃO DE MACROZONAS, ZONAS E ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE”**

Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1 (Centro)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso predominantemente misto, voltado a atividades residenciais, e atividades comerciais e de serviços concentradas com maior intensidade na área central;</li> <li>-existência de baixa quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-alto potencial de adensamento;</li> <li>-cortada ao longo de sua extensão pelo traçado do Contorno Viário Armino Echer.</li> <li>-necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- asua declividade acentuada, especialmente nas confluências:</li> <li>a) da Avenida Brasil com a Rua Lauro Müller;</li> <li>b) da Avenida Ernesto Beuter com a Avenida Brasil;</li> <li>c) da Rua Coronel Bertaso com a Rua João Beux Sobrinho.</li> <li>-a declividade acentuada, especialmente com relação à dificuldade de transposição do relevo entre a Rua Sete de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-manter o uso misto predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços para consolidar no centro urbano do Município;</li> <li>-manter o uso residencial predominante nos bairros, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços, de uso diário visando estimular a formação de centralidades ao longo das vias de acesso, a saber Rua Guilherme Hack, Rua Nereu Ramos e Rua Rio de Janeiro;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Transferência do Direito de Construir;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização</li> </ul>

30

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	<p>comunitários com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria da complementação do sistema pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) regulamentação do trânsito;</p> <p>d) iluminação pública;</p> <p>e) terminal urbano e abrigos nos pontos de passageiros;</p> <p>f) equipamentos públicos de lazer nos bairros;</p> <p>-núcleos de baixa renda na Rua Lauro Müller.</p>	<p>Setembro e a Rua Lauro Müller.</p> <p>-trânsito de passagem - ligação entre o Estado do Paraná, passando por Santa Catarina até o Rio Grande do Sul - sem acessar ao Município de São Lourenço do Oeste;</p> <p>-indefinição da divisa entre estados (SC e PR).</p>	<p>-promover o adensamento da ocupação através da edificação e utilização de terrenos vazios ou subutilizados, visando otimizar o aproveitamento da infraestrutura, equipamentos públicos e a acessibilidade existentes;</p> <p>-direcionar a expansão urbana no sentido oeste, de forma a reforçar o centro ao longo da Av. Brasil, da Avenida Ernesto Beuter no sentido sul e suas vias paralelas;</p> <p>-qualificar a conexão com o sistema viário em seu entorno;</p> <p>-incrementar a infraestrutura e os equipamentos públicos urbanos e comunitários para suprir as deficiências atuais e absorver o adensamento futuro;</p> <p>-promover a mobilidade urbana.</p> <p>-garantir a acessibilidade e a qualificação dos passeios públicos.</p> <p>-lançar diretrizes do sistema viário para garantir:</p> <p>a) a segurança do trânsito ao longo do Contorno Viário</p>	<p>Compulsória;</p> <p>-IPTU</p> <p>Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>
--	---	--	--	--






			Armindo Echer, organizando o trânsito local e as possíveis conexões para acesso ao Centro Urbano do Município. b) consolidar área de especial interesse econômico ao longo do Contorno Viário Armindo Echer; c) reservar áreas para implantação do Terminal Rodoviário Interurbano.	
--	--	--	---	--



Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2</b>	<p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-existência de média quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-médio potencial de adensamento;</p> <p>-necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) iluminação pública;</p> <p>d) equipamentos públicos de lazer nos bairros;</p> <p>e) extensão da rede de abastecimento de água;</p> <p>f) extensão da rede de energia elétrica;</p> <p>g) extensão da rede de telefonia;</p>	<p>-a sua declividade acentuada e dificuldade de transposição do relevo entre as Ruas Sete de Setembro e Lauro Müller;</p> <p>-a sua declividade acentuada junto ao Vale do Lajeado;</p> <p>-Sua sobreposição com a AEIA- Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado;</p> <p>-a conexão viária única, em função da existência do Vale do Lajeado, através da Rua Coronel Bertaso e da Av. Brasil que resulta:</p> <p>a) na separação desta área do restante da cidade;</p> <p>b) em dificuldades para o sistema viário, em especial a grande distância que gera entre as áreas leste e oeste do</p>	<p>-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário, visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no anexo-5 da presente lei;</p> <p>-promover a ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, visando otimizar o aproveitamento da infraestrutura e equipamentos públicos existentes;</p> <p>-controlar ou controlar a ocupação em áreas com risco de inundação e de deslizamentos, especialmente áreas com alta declividade e margens de rios;</p> <p>-incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários para suprir as deficiências atuais;</p> <p>-implantar parque ecológico no declive acentuado do Vale do Lajeado, contornado por uma via</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU</p> <p>Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida</p>



	<p>-existência de núcleos de baixa renda próximo à Rua Lauro Müller.</p>	<p>Município. -área com situação de indefinição da divisa entre estados (SC e PR).</p>	<p>panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura. -reservar área para implantação do Hospital Regional, prevendo adequada acessibilidade para o Município e região, observadas as disposições desta Lei. -promover a regularização e reurbanização das ocupações de terra feitas por população de baixa renda.</p>	<p>Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).</p>
---	--	--	---	--



Macrozona Urbana			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)
Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Santa Catarina)/ZUOP-3 (Santa Catarina)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso predominantemente residencial;</li> <li>-existência de grande quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-médio potencial de adensamento;</li> <li>- existência de áreas de uso rural, não urbanizadas e com potencial para ocupação urbana.</li> <li>-necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários, com:               <ol style="list-style-type: none"> <li>a) urbanização da área;</li> <li>b) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</li> <li>c) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</li> <li>d) iluminação pública;</li> <li>d) extensão da rede de abastecimento de água;</li> <li>e) extensão da rede de</li> </ol> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-o Contorno Viário Armino Echer;</li> <li>-a existência de áreas de especial interesse ambiental;</li> <li>-a existência de áreas sujeitas à inundação;</li> <li>-a existência de áreas de especial interesse econômico;</li> <li>-a proximidade com a divisa do Paraná;</li> <li>-a existência de núcleos urbanizados isolados por áreas rurais que geram descontinuidade do sistema viário.</li> <li>-a proximidade com a Área de Preservação de Mananciais;</li> <li>-Trânsito de passagem ao longo do Contorno Viário Armino Echer.</li> <li>-a sua situação atual de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias especificadas no anexo-5 da presente lei;</li> <li>-promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários;</li> <li>-colibir a ocupação em áreas de risco de inundação e de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água;</li> <li>-incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários;</li> <li>-lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno;</li> <li>-explorar o potencial do</li> </ul>
			Instrumentos do EC passíveis de aplicação <ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas</li> </ul>

35

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	<p>energia elétrica; f) extensão da rede de telefonia. g) escola, ginásio de esportes e posto de saúde.</p> <p>-áreas com recursos hídricos e pesque-pague; -cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do Contorno Viário Armindo Echer.</p> <p>-área onde se localiza o Cemitério Municipal Jardim da Saudade; -área que faz divisa com o Estado do Paraná;</p>	<p>área não completamente urbanizada, o que não permite a continuidade do sistema viário.</p>	<p>Contorno Viário Armindo Echer, estimulando a instalação, nas suas margens, de usos compatíveis com o seu trânsito e com seu potencial de escoamento, em especial comércios e serviços de médio e grande portes; -fortalecer a Avenida Brasil como acesso principal ao Município, criando uma Área de Especial Interesse Urbanístico, conferindo um tratamento diferenciado ao contorno viário nesta região; -qualificar e limitar a conexão com o sistema viário em seu entorno. -instalação de solução de passagem segura de pedestres e ciclistas através do Contorno Viário Armindo Echer.</p>	<p>Consorticiadas; -AEIS (ZEIS).</p>
--	---	---	--	--



Macrozona Urbana			
Zona	Caracterização (presente)	Condiçantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)
Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco)	-uso predominantemente residencial; -existência de média quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -necessidade de complementação da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários com: a) sistema de coleta e tratamento de esgoto; b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário; c) iluminação pública; d) extensão da rede de abastecimento de água; e) extensão da rede de energia elétrica;	-a declividade acentuada: a) em sua porção leste. b) junto ao Vale do Lajeado; -O traçado da SC 480 gerando descontinuidade e falta de integração na área. - a descontinuidade do traçado do sistema viário próximo ao Bairro Santa Catarina; -a conexão viária única, em função da existência do Vale do Lajeado, através da Rua Coronel Bertaso e da Av. Brasil que resulta: a) na separação desta área do	-manter o uso residencial predominante, permitindo a instalação de funções comerciais e de serviços de uso diário visando estimular a formação de centralidades em vias no anexo-5 da presente lei; -promover a gradativa ocupação de terrenos vazios ou subutilizados, acompanhada do incremento necessário na infraestrutura e equipamentos públicos comunitários; -colibir a ocupação em áreas com risco de deslizamentos, em especial áreas com alta declividade e ao longo dos cursos d' água. -implantar parque ecológico no declive acentuado do Vale do Lajeado, contornado por uma via panorâmica destinada à circulação de automóveis, bicicletas e pedestres e que abrigue equipamentos públicos e institucionais de esporte, lazer e cultura; -incrementar a infraestrutura do sistema viário e de equipamentos públicos comunitários e urbanos para
			Instrumentos do EC passíveis de aplicação -Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações

37

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	<p>f) extensão da rede de telefonia;</p> <p>g) implantação de escola, posto de saúde e áreas de lazer nos bairros.</p>	<p>restante da cidade;</p> <p>b) em dificuldades para o sistema viário, em especial a grande distância que gera entre as áreas leste e oeste do Município.</p> <p>- existência de áreas de especial interesse ambiental na suas proximidades.</p> <p>-sua sobreposição com a AEIA- Área de especial Interesse Ambiental do Vale do Lajeado;</p> <p>-a proximidade com a Zona Industrial - Sul (Moveleira) e Zonas Industriais – Norte (Alimentícia) 1 e 2.</p>	<p>suprir as deficiências atuais;</p> <p>lançar diretrizes do sistema viário para garantir a conexão deste em seu entorno, permitindo novos acessos .</p> <p>-consolidar o eixo da Área de Especial Interesse Econômico ao longo da SC-480;</p> <p>manter a barreira vegetal definida pela Área Especial de Interesse Ambiental- III, existente a oeste, prevenindo o conflito de usos.</p> <p>-promover a regularização e reurbanização das ocupações de terra feitas por população de baixa renda.</p>	<p>Urbanas consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>
--	--	--	--	---





Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Zona de Expansão Urbana Futura (Costa Sul) / ZEUF-01 (Costa Sul)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso predominante rural;</li> <li>-área não urbanizada e com potencial para ocupação urbana;</li> <li>-área com deficiência no sistema viário para escoamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-a proximidade com fundos de vale na sua porção oeste;</li> <li>-a declividade ao longo de sua delimitação leste e sul.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-reservar áreas com condições favoráveis à urbanização de médio e longo prazos, que seja capaz de absorver o crescimento futuro da cidade por meio da expansão gradativa do perímetro urbano, observando-se a priorização da efetiva ocupação e redução de vazios urbanos;</li> <li>a) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1(Centro).</li> <li>b) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2;</li> <li>c) Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Santa Catarina);/ ZUOP-3(Santa Catarina);</li> <li>d) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4(São Francisco);</li> <li>e) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Meneguetti) / ZUOP-4 (Meneguetti);</li> <li>f) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Cruzeiro) / ZUOP-4 (Cruzeiro);</li> <li>-realizar planejamento para ocupação futura desta área, definindo parâmetros urbanísticos específicos da zona, que condicionarão a aprovação de quaisquer projetos</li> <li>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários;</li> <li>-lançar diretrizes do sistema viário para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Consórcio Imobiliário.</li> </ul>



				orientar a implantação de loteamentos e garantir a conexão da malha viária existente em seu entorno.	
--	--	--	--	--	--



Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Zona de Expansão Urbana Futura (Linha São Miguel) / ZEUF -02 (Linha São Miguel)</b>	<p>-uso predominante rural;</p> <p>-área não urbanizada e com potencial para ocupação urbana;</p> <p>-área que se limita:</p> <p>a) com a SC-480;</p> <p>b) com a Área de Especial Interesse Ambiental 1 – (Vale do Lajeado)/ AEIU – 1 (Vale do Lajeado)</p>	<p>-a sua proximidade com a Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vale do Lajeado) / AEIU - 2 (Vale do Lajeado) e com a Área de Especial Interesse Econômico-2; AEIE-2.</p> <p>-a sua limitação com a SC-480;</p> <p>-a conexão viária única, em função da existência do Vale do Lajeado, através da Rua Coronel Bertaso e da Av. Brasil que resulta:</p> <p>a) na separação desta área do restante da cidade;</p> <p>b)em dificuldades para o sistema viário, em especial a</p>	<p>-reservar áreas com condições favoráveis à urbanização de médio e longo prazos, que seja capaz de absorver o crescimento futuro da cidade por meio da expansão gradativa do perímetro urbano, observando-se a priorização da efetiva ocupação e redução de vazios urbanos:</p> <p>a) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZUOP-1(Centro).</p> <p>b) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2;</p> <p>c) Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3(Santa Catarina); / ZUOP-3 (Santa Catarina);;</p> <p>d) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4(São Francisco);</p> <p>e) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Meneguetti) / ZUOP-4 (Meneguetti);</p> <p>f) na Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Cruzeiro) / ZUOP-4 (Cruzeiro);</p> <p>-realizar planejamento para ocupação futura desta área, definindo parâmetros urbanísticos específicos da zona, que condicionarão a aprovação de quaisquer projetos</p> <p>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários;</p>	<p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário.</p>

41

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



		grande distância que gera entre as áreas leste e oeste do Município.	-lançar diretrizes do sistema viário a fim de orientar a implantação de loteamentos e garantir a conexão da malha viária existente em seu entorno.	
--	--	--	--	--



Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condiçantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Zonas Industrial - Norte (Alimentícia)1 e 2 / ZI - Norte (Alimentícia) 1 e 2</b>	<p>-a sua localização ao longo da SC-480 e Rua Tiradentes;</p> <p>-uso predominante industrial;</p> <p>-baixo potencial de adensamento;</p> <p>-a necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) iluminação pública;</p> <p>d) extensão da rede de telefonia;</p> <p>e) abrigos de passageiros e ciclovias.</p>	<p>-a sua declividade acentuada na porção leste;</p> <p>-a deficiência do sistema de abastecimento de água;</p> <p>-a existência de poucos vazios urbanos.</p> <p>-a sua declividade acentuada na porção nordeste.</p>	<p>-assegurar condições de localização de atividades industriais preferencialmente voltadas à industrialização de alimentos e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-480;</p> <p>-proibir o uso residencial;</p> <p>-evitar conflitos com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo;</p> <p>-prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas;</p> <p>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.</p>	<p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>



Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI - Sul (Moveleira)</b>	<p>-a sua localização ao longo (do acesso sul) e da SC-157;</p> <p>-uso predominante industrial;</p> <p>-baixo potencial de adensamento;</p> <p>-necessidade de complementação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos com:</p> <p>a) sistema de coleta e tratamento de esgoto;</p> <p>b) melhoria e complementação da pavimentação do sistema viário;</p> <p>c) abrigos de Passageiros e ciclovia</p> <p>d) extensão da rede de telefonia.</p> <p>e) abastecimento de água.</p>	<p>-a existência de cursos d'água;</p> <p>-a existência de áreas de especial interesse ambiental;</p> <p>-o Acesso Sul e a SC-157;</p> <p>-os núcleos residenciais existentes na área.</p>	<p>-assegurar condições para localização de atividades industriais, preferencialmente as voltadas para a industrialização de madeira, e que sejam compatíveis com a capacidade de escoamento de cargas e insumos, considerado o aproveitamento do acesso direto à Rodovia SC-157;</p> <p>-vetar o uso residencial;</p> <p>-evitar conflito com os usos existentes no seu entorno, especialmente com relação ao uso residencial próximo;</p> <p>-prevenir e controlar os impactos ambientais eventualmente decorrentes das atividades nela desenvolvidas;</p> <p>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos.</p>	<p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Macrozona Urbana				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Zonas de Expansão Industrial -ZEI</b>	<p>-uso predominantemente rural; não ocupadas e com potencial para ocupação industrial; -áreas passíveis de aproveitamento para o uso industrial de médio e grande portes;</p> <p>-a proximidade com rodovias;</p> <p>-a existência de cursos d'água.</p>	<p>-a existência de relevo declividade acentuada determinadas porções de suas área e, em geral, próximo aos cursos d' água;</p> <p>-a existência de vegetação ambientalmente protegida;</p> <p>-a existência de cursos d'água.</p>	<p>- reservar áreas com potencial para localização de atividades industriais diversas, aproveitando o acesso direto às Rodovias SC-157 e SC-480, com condições favoráveis à urbanização de médio e longo prazo, que seja capaz de absorver o crescimento futuro da cidade por meio da expansão gradativa do perímetro urbano, observando-se a priorização da efetiva ocupação e redução de vazios urbanos;</p> <p>a) Zona Industrial Sul Moveleira – ZI Sul (Moveleira);</p> <p>b) Zonas Industriais Norte Alimentícia 1 e 2 – ZI Norte (Alimentícia) 1 e 2;</p> <p>-prevenir conflitos de uso futuros;</p> <p>-implementar infraestrutura e equipamentos públicos urbanos;</p> <p>-definir diretrizes para a sua ocupação.</p> <p>-realizar planejamento para</p>	<p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p>

45

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)





			ocupação futura desta área, definindo parâmetros urbanísticos específicos da zona, que condicionarão a aprovação de quaisquer projetos.	
--	--	--	---	--



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Área de Especial Interesse Urbanístico – 1 (Igreja Matriz) / AEIU-1 (Igreja Matriz)</b>	-uso predominantemente misto, voltado a atividades comerciais, de serviços e institucional; -existência de baixa quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários suficientes, ressalvada a necessidade de implantação de: <ol style="list-style-type: none"> <li>sistema de coleta e tratamento de esgoto;</li> <li>melhoria da pavimentação viária e da iluminação pública;</li> <li>necessidade de revitalização das áreas de uso comunitário.</li> </ol>	-a existência de poucos vazios urbanos; -o baixo potencial de renovação das edificações.	-manter o caráter misto de usos para preservar a integração entre estes; -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois), 8 (oito) e 12 (doze) pavimentos, conforme mapa anexo 6; -fortalecer a área com a implantação de usos voltados ao lazer e entretenimento utilizando os espaços comunitários existentes; -garantir que a Igreja Matriz permaneça como referencial visual do Município, estabelecendo tipologias diferenciadas para as edificações da área, com especial ênfase no gabarito máximo; -propor a concepção de patrimônio histórico para a edificação da Igreja Matriz e o conjunto de espaços da Praça da Bandeira, objetivando preservar características desta área como referencial urbano.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Operações Urbanas Consorciadas.

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

47



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<p>Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vale do Lajeado) / AEIU -2 (Vale do Lajeado)</p>	<p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-área com potencial para ocupação urbana de uso residencial, necessitando da definição da extensão da malha viária e da implantação de:</p> <p>a) infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários;</p> <p>b) sistema de coleta e tratamento de esgoto.</p>	<p>-a declividade acentuada;</p> <p>-a descontinuidade do sistema viário;</p> <p>-a existência de área de APP particular;</p> <p>-a falta de um programa específico para a área de APP particular;</p> <p>-a presença de assentamentos precários e irregulares na área</p>	<p>-implementar unidade de conservação APA (Área de Preservação Ambiental), que constituirá o Parque do Vale do Lajeado voltada a atividades ambientais e paisagísticas de uso comunitário;</p> <p>-definir usos mistos, buscando preservar a integração entre funções, especialmente entre uso residencial e uso voltado a atividades de lazer e contemplação;</p> <p>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois).</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

48



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<p><b>Área de Especial Interesse Urbanístico - 3 (Mirante) / AEIU- 3(Mirante)</b></p>	<p>-uso predominantemente residencial;</p> <p>-existência de baixa quantidade de vazios urbanos;</p> <p>-baixo potencial de adensamento;</p> <p>-a necessidade de melhorias na iluminação pública e na pavimentação das vias e de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto.</p>	<p>-a declividade acentuada no encontro da Rua Sete de Setembro com a Travessa Afílio Galeazzi, Rua Saldanha da Gama e Travessa Cerchiani.</p>	<p>-consolidar o entorno desta área, para garantir que o Mirante Panorâmico seja uma referência visual para o Município através da tipologia das edificações que ocupam o entorno;</p> <p>-definir o caráter misto de usos, preservando a integração entre funções de comércio, moradia e serviços;</p> <p>-fortalecer as áreas comerciais, transformando os eixos com potencial para concentrar atividades de comércio e serviços em corredores de usos mistos, de forma a atender as necessidades da região e as complementares ao Mirante Panorâmico.</p> <p>-limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois) pavimentos.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p>

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Área de Especial Interesse Urbanístico - 4 (Centro de Eventos) / AEIU-4 (Centro de Eventos)</b>	-uso predominantemente residencial; -existência de alta quantidade de vazios urbanos; -médio potencial de adensamento; -necessidade de implantação da infraestrutura e equipamentos públicos urbanos e comunitários e do sistema de coleta e tratamento de esgoto.	-a declividade acentuada na Rua Albano Menegatti Filho.	-definir o caráter misto de usos no entorno, preservando a complementação das atividades do centro de eventos; -definir a tipologia das edificações para ocupação desta área, considerando-se que o centro de eventos se localiza num ponto privilegiado dos demais referenciais públicos arquitetônicos do Município. -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois) pavimentos.	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas.

50

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Santuário) / AEIU- 6(Santuário)</b>	-uso predominantemente residencial; -existência de baixa quantidade de vazios urbanos; -baixo potencial de adensamento; -necessidade de melhorias na iluminação pública e na pavimentação das vias; -necessidade de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto.	-a ausência de áreas disponíveis para ocupação; -a proximidade com a divisa com o Estado do Paraná.	-consolidar a caracterização desta área como um centro público e religioso do bairro, por meio da valorização do santuário e da praça; -estabelecer diretrizes de ocupação como tipologias, transformando este espaço em referência arquitetônica para o bairro. -limitar o número máximo de pavimentos das edificações em 2 (dois).	-Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).

51

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 (Limite Estadual) / AEIU-7 (Limite Estadual)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Divergência de limites municipais e divisas estaduais, gerando problemas de jurisdição;</li> <li>-O parcelamento de área rural do município de Vitorino para fins de ocupação residencial, impondo ampliação de demanda dos serviços municipais básicos a São Lourenço do Oeste.</li> <li>-Existência de parcelamento irregular do solo.</li> <li>-Uso predominantemente misto;</li> <li>-Existência de média quantidade de vazios urbanos;</li> <li>-Cortada ao longo de toda a sua extensão pelo traçado do contorno viário Armino Echer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Proximidade com Contorno Viário Armino Echer;</li> <li>-Problemas de jurisdição causados pelas divergências de limite.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Consolidar a linha divisa estadual e limite municipal que estabeleça a jurisdição;</li> <li>-promover o ordenamento para uma ocupação planejada da área.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>





Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Áreas de Qualificação Urbanística – (Distritos)/AQ U– (Distritos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Aglomerados com parcelamentos não regularizados;</li> <li>-Existência de equipamentos públicos urbanos e comunitários;</li> <li>-Deficiência no sistema de abastecimento de água;</li> <li>-Interligados por rede viária estadual;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Falta de infraestrutura no abastecimento de água</li> <li>-Pouca diversidade de atividades econômicas;</li> <li>-A indisponibilidade de terrenos regularizados.</li> <li>-Sua condição de núcleo isolado na área rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Regularização dos parcelamentos;</li> <li>-promover o ordenamento para uma ocupação planejada da área.</li> <li>-Suprir as necessidades de infraestrutura;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>

53

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<p>rea de Especial Interesse Econômico - 1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-157) / AEIE-1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-157)</p>	<p>-uso rural predominante, mas com a presença de atividades industriais e de prestação de serviços;</p> <p>-área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias;</p> <p>-área provida com serviço de abastecimento de energia e água.</p>	<p>-o uso residencial;</p> <p>-o alto valor dos terrenos;</p> <p>-a divisa com o Estado do Paraná.</p> <p>- Necessidade de implantação de iluminação pública.</p>	<p>-explorar o potencial oferecido pelo Contorno viário Armindo Echer e SCT- 468, consolidando centros de comércio e prestação de serviços de médio e grande portes compatíveis com os usos próximos e que funcione como um suporte para as lojas localizadas no centro do Município;</p> <p>-estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas comerciais sem prejudicar os demais usos existentes na área;</p> <p>-prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p>



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SC-480) / AEIE-2 (SC-480)	-área com uso predominantemente rural.	-falta de infraestrutura quanto a rede de abastecimento de água, e iluminação pública; -o alto valor financeiro dos terrenos;	-explorar o potencial oferecido pela SC-480, caracterizando-a como uma área voltada aos interesses da indústria alimentícia e afins; -estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas industriais sem prejudicar os demais usos existentes na área; -prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas. -Servir como faixa de transição entre a Zona Industrial Norte (Alimentícia) /ZI- Norte (Alimentícia) e Zona de Expansão Urbana Futura -3 (Linha São Miguel) / ZEUF-3 (Linha São Miguel)	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).

55

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tiradentes) / AEIE-3 (Rua Tiradentes)</b>	<p>-área que se sobrepõe à Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco) ao longo da Rua Tiradentes;</p> <p>-área ocupada por indústrias de beneficiamento da madeira.</p>	<p>-o uso residencial existente no entorno;</p>	<p>-explorar o potencial oferecido pela Rua Tiradentes, de forma a consolidar centros de comércio e de prestação de serviços de médio e grande portes compatíveis com os usos próximos, caracterizando-a como uma área voltada aos interesses das indústrias já instaladas.</p> <p>-estabelecer uma ocupação que fortaleça as áreas industriais sem prejudicar os demais usos existentes na área;</p> <p>-prevenir e mitigar os eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

56

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Econômico - 4 (SC 157 e Zona Rural do Rio Macaco) / AEIE-4 (SC 157 e Zona Rural do Rio Macaco)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-uso rural predominante;</li> <li>-área de fácil escoamento de produção, através das suas conexões viárias (SC468);</li> <li>-área provida com serviço de abastecimento de energia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobreposição com Área de Proteção de Mananciais</li> <li>-Proximidade com rodovia;</li> <li>-Declividade acentuada em determinados trechos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-explorar o potencial oferecido pela proximidade com a sede do município e acessibilidade da rodovia;</li> <li>-controlar a ocupação;</li> <li>-prevenir eventuais impactos ambientais decorrentes das atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas.</li> </ul>



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vale do Lajeado) / AEIA-1 (Vale do Lajeado)	<p>-área com localização central com relação à ocupação urbana;</p> <p>-área de fácil acesso, se considerada sua localização.</p> <p>-área com declividade acentuada e cursos d'água.</p> <p>-existência de mata nativa;</p> <p>-área com beleza ambiental e paisagística.</p>	<p>-a declividade acentuada;</p> <p>-a descontinuidade do sistema viário;</p> <p>-a existência de APP particular;</p> <p>-a falta de legislação específica para a área;</p> <p>-a existência de assentamentos precários e irregulares.</p>	<p>-implantação do "Parque do Vale do Lajeado", associando a necessidade de preservação desta área com os interesses econômicos e turísticos do Município, tornando-a uma referência paisagística para a cidade;</p> <p>-implantar a via marginal ao longo desta área, valorizando a região e provendo todo seu entorno com áreas de lazer e contemplação;</p> <p>-definir soluções para as ocupações irregulares implantadas nas margens desta área;</p> <p>-instalar infraestrutura de equipamentos urbanos que seja compatível com os usos que se deseja implantar, especialmente os usos voltados a lazer,</p>	<p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

58

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



			contemplação e esportes; -definir diretrizes da ocupação da área de Especial Interesse Urbanístico 2 (Vale do Lajeado) AEIU- 2 (Vale do Lajeado), estabelecendo a integração entre usos e ocupação, potencializando as características da Area de Especial Interesse Ambiental-1 (Vale do Lajeado) – AEIA-1 (Vale do Lajeado)	
--	--	--	--	--





Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzeiro) / AEIA-2 (Cruzeiro)	<p>-área com declividade acentuada;</p> <p>-a existência de mata nativa;</p> <p>-a localização entre áreas de ocupação residencial e de ocupação industrial.</p>	<p>-os impedimentos decorrentes da legislação ambiental federal e estadual em vigor.</p>	<p>-garantir a preservação desta área, consolidando sua função de barreira vegetal entre a Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI-Sul (Moveleira) e a Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Cruzeiro) / ZUOP-4 (Cruzeiro);</p> <p>-consolidar a função desta área como APP, não permitindo usos de lazer.</p>	<p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas.</p>

60

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arroio Gramadinho) / AEIA-3 (Arroio Gramadinho)	<p>-faixa de APP ao longo do Arroio Gramadinho;</p> <p>-área com declividade acentuada;</p> <p>-área que não permite transposição entre a Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI-Sul (Moveleira) e a Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Menegueti) / ZUOP-4 (Menegueti).</p>	<p>-a sua própria condição de APP.</p>	<p>-garantir a preservação desta área consolidando sua função de barreira vegetal, para evitar futuros conflitos de usos.</p>	<p>-Direito Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).</p>

61

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal) / AEIA-4 (Parque Municipal)	-a presença de pequenos córregos e de mata nativa de grande porte.	-a sua própria condição de APP, de área verde e de área pública.	I- garantir qualidade ambiental e paisagística, incorporando a APP e a área verde para conformar o Parque Municipal. II - consolidar a implantação do Parque Municipal como um ponto de referência no Município associado ao Centro de Eventos, com uso voltado ao entretenimento e lazer, dotando-o com a infraestrutura e equipamentos urbanos necessários.	-Direito de Preferência/Preempção; -Direito de Superfície; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas.



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco) / AEIS-1 (São Francisco)</b>	<p>-área ocupada por população de baixa renda, atendida por equipamentos urbanos e comunitários, a saber posto de saúde, ginásio e escolas, sendo atendida, ainda, por parcialmente saneamento;</p> <p>-área com necessidade de regularização urbanística e fundiária;</p> <p>-existência de poucos vazios na área consolidada;</p> <p>-área com disponibilidade de espaço para novas ocupações.</p> <p>-existência de ocupação em áreas públicas, áreas de risco e parcelamento irregular;</p>	<p>-as ocupações em áreas de risco;</p> <p>-a elevada concentração de população carente;</p> <p>-infraestrutura, necessitando melhorias na pavimentação e drenagem pluvial;</p> <p>-o seu relevo acentuado.</p>	<p>-promover e implementar programas de Regularização Fundiária;</p> <p>-instituir e implementar legislação para fins de ocupação de baixa renda na área, de forma a possibilitar a regularização fundiária das ocupações;</p> <p>-viabilizar o estoque de terras necessário , para moradia de interesse social, possibilitando a relocação e aproveitamento dos equipamentos urbanos e comunitários implantados;</p> <p>-promover a qualificação da área, dotando-a de infraestrutura viária e urbana;</p> <p>-promover oportunidades de trabalho e renda.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

63

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Social - 2 (Cardoso) / AEIS-2 (Cardoso)	<p>-área ocupada por população de baixa renda;</p> <p>-carência de equipamentos públicos urbanos e comunitários;</p> <p>-existência de vazios na área consolidada com médio potencial de adensamento;</p> <p>-disponibilidade de espaço para novas ocupações;</p> <p>-área plana;</p> <p>-núcleo isolado da ocupação urbana.</p>	<p>-o seu acesso exclusivamente pela SC-480.</p>	<p>-instituir e implementar legislação para fins de ocupação de baixa renda na área, de forma a possibilitar a regularização fundiária das ocupações;</p> <p>-promover a sua qualificação, dotando-a de infraestrutura viária e urbana;</p> <p>-promover oportunidades de trabalho e renda;</p> <p>-suprir a necessidade de implementação de melhorias do serviço de abastecimento de água.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

64

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Social - 3 (Vida Nova) / AEIS-3 (Vida Nova)	<p>-área onde localiza-se o loteamento popular Vida Nova, de iniciativa do Poder Público Municipal, parcialmente ocupado;</p> <p>-área próxima à Escola Básica Municipal São Lourenço e Unochapecó.</p>	<p>- o seu acesso exclusivamente pela SC-480.</p>	<p>I - dar continuidade ao processo de urbanização iniciado, promovendo a implantação e complementação dos equipamentos urbanos e comunitários, especialmente aqueles destinados ao saneamento básico.</p> <p>II - promover a integração da área com a malha urbana já consolidada, e das diretrizes a serem previstas no Programa Viário.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

65

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Social - 4 (Brasília) / AEIS-4 (Brasília)	<p>-área ocupada por população de baixa renda;</p> <p>-inexistência de vazios urbanos;</p> <p>-existência de ocupações irregulares em áreas de risco;</p> <p>-área localizada próximo ao centro urbano do Município.</p> <p>-área atendida pelos equipamentos públicos comunitários do centro urbano do Município e do bairro Santa Catarina.</p> <p>-área com existência de parcelamento irregular do solo.</p>	<p>-a sua própria condição de área com ocupação consolidada.</p>	<p>-instituir e implementar legislação para fins de ocupação de baixa renda na área, de forma a possibilitar a regularização fundiária das ocupações;</p> <p>-promover a remoção das ocupações em área de risco, assegurado o direito à moradia dos afetados;</p> <p>-promover oportunidades de trabalho e renda.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p>

66

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)





					-Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).
--	--	--	--	--	---

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Social - 5 (Araucária) / AEIS-5 (Araucária)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-deficiência da infraestrutura básica, especialmente de tubulação pluvial e de pavimentação;</li> <li>-área sujeita a alagamento;</li> <li>-área com dificuldades de acesso, considerada a sua condição de área isolada da malha urbana consolidada;</li> <li>-área com deficiência de equipamentos públicos comunitários;</li> <li>-área com existência de parcelamento irregular do solo, principalmente devido aos terrenos em comum;</li> <li>-área ocupada por população de baixa renda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-área ocupação consolidada;</li> <li>-área sujeita a alagamento;</li> <li>-drenagem do solo que impossibilita sistema de tratamento de esgoto individual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-implementar programas de Regularização Fundiária;</li> <li>-possibilitar o acesso aos equipamentos públicos;</li> <li>-implementar uma solução específica para o saneamento;</li> <li>-Promover a integração da área com a malha urbana já consolidada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</li> <li>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</li> <li>-Direito de Preferência/Preempção;</li> <li>-Transferência do Direito de Construir;</li> <li>-Direito de Superfície;</li> <li>-Parcelamento Compulsório;</li> <li>-Edificação Compulsória;</li> <li>-Utilização Compulsória;</li> <li>-IPTU Progressivo no Tempo;</li> <li>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</li> <li>-Consórcio Imobiliário;</li> <li>-Operações Urbanas Consorciadas;</li> <li>-AEIS (ZEIS).</li> </ul>

68

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina) / AEIS-6 (Santa Catarina)</b>	-falta de infraestrutura esgotamento sanitário; -área de encosta ocupada por população de baixa renda (Nossa Senhora Aparecida); -área inserida na malha urbana consolidada; -entorno com potencial para a estruturação de AEIS (ZEIS); -área que se serve da infraestrutura de equipamentos públicos urbanos e comunitários do bairro Santa Catarina.	-área ocupação consolidada; -o adensamento da ocupação do solo que impossibilita a implantação do sistema de tratamento de esgoto individual.	-promover regularização fundiária, considerando a necessidade de relocação de algumas famílias; -usar os vazios do entorno para assentamento das famílias a serem relocadas, garantindo a infraestrutura necessária;	-Outorga Onerosa do Direito de Construir; -Outorga Onerosa de Alteração de Uso; -Direito de Preferência/Preempção; -Transferência do Direito de Construir; -Direito de Superfície; -Parcelamento Compulsório; -Edificação Compulsória; -Utilização Compulsória; -IPTU Progressivo no Tempo; -Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; -Consórcio Imobiliário; -Operações Urbanas Consorciadas; -AEIS (ZEIS).



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
Área de Especial Interesse Social - 7 (Meneguetti) / AEIS-7 (Meneguetti)	<p>-parcialmente habitado, com ocupação do entorno por população de baixa renda;</p> <p>-a existência de deficiência nos acessos;</p> <p>-a falta de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-área com potencial para a estruturação de AEIS (ZEIS).</p>	<p>-entorno com ocupação consolidada;</p> <p>-as condições de acessibilidade;</p> <p>-a porção com declividade acentuada na área que abrange o Loteamento Meneguetti III.</p> <p>-necessidade de ampliação da capacidade de abastecimento de água.</p>	<p>-estabelecer um tamanho de lote mínimo de 180m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados), de modo a garantir a permanência da população de baixa renda;</p> <p>-reservar espaços para implantação de equipamentos públicos;</p> <p>-prever a continuidade do sistema viário;</p> <p>-criar programa de habitação voltado a trabalhadores das indústrias existentes no Município.</p>	<p>-Outorga Onerosa do Direito de Construir;</p> <p>-Outorga Onerosa de Alteração de Uso;</p> <p>-Direito de Preferência/Preempção;</p> <p>-Transferência do Direito de Construir;</p> <p>-Direito de Superfície;</p> <p>-Parcelamento Compulsório;</p> <p>-Edificação Compulsória;</p> <p>-Utilização Compulsória;</p> <p>-IPTU Progressivo no Tempo;</p> <p>-Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública;</p> <p>-Consórcio Imobiliário;</p> <p>-Operações Urbanas Consorciadas;</p> <p>-AEIS (ZEIS).</p>

70

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Áreas de Especial Interesse (AEIs)				
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)	Instrumentos do EC passíveis de aplicação
<b>Área de Preservação de Mananciais - APM</b>	<p>-situada na área rural do Município;</p> <p>-compreende a bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus Afluentes;</p> <p>-bacia hidrográfica principal e afluentes a montante da área de captação da CASAN (principal fonte de abastecimento de água da sede);</p> <p>-compreende as comunidades de Santo Antônio e Bela Vista.</p>	<p>-ser área de captação de água para consumo do município.</p>	<p>-preservar os recursos hídricos para abastecimento e consumo em médio e longo prazos;</p> <p>-restringir atividades poluentes que prejudiquem especialmente os recursos hídricos existentes na área;</p> <p>-proibir o lançamento de esgoto e dejetos nos recursos hídricos;</p> <p>-recuperar matas ciliares e nascentes;</p> <p>-incentivar o reflorestamento e o manejo florestal, proibindo o plantio de espécies que prejudiquem os recursos hídricos;</p> <p>-criar alternativas para exploração ambientalmente sustentável da área;</p> <p>-elaborar o plano de manejo da APM.</p> <p>-Criar Faixa verde com o objetivo de constituir área verde de amortecimento e referencial paisagístico com vegetação arbórea (sugestão plantar faixa de araucárias), conforme mapa anexo 7 à presente Lei.</p>	<p>Não se aplicam</p>

71

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Macrozona Rural			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)
<b>Zona Rural - Lajeado Grande</b>	<p>-área localizada nas bacias hidrográficas dos Rios São Lourenço, Lajeado Grande, São Roque, Feliciano, Bracatinga e Gramadinho;</p> <p>-compreende as localidades de Frederico Wastner (Distrito-Sede), Santa Clara, São João, São Caetano, Lajeado Raul, Lajeado Grande, Feliciano, Santa Terezinha.</p> <p>-compreende a área urbanizada da localidade de Frederico Wastner;</p> <p>-baixa a média densidade de ocupação;</p> <p>-predominância de propriedades de pequeno e médio portes;</p> <p>-existência de áreas com concentração de população em situação de carência econômica e social;</p> <p>-tendência ao êxodo rural significativo;</p> <p>-usos predominantes voltados à pecuária de leite e ao reflorestamento comercial;</p> <p>-presença de culturas anuais de milho, e fumo, sendo esta fragmentada;</p> <p>-carente de equipamentos públicos comunitários considerando:</p> <p>a) a existência de poço artesiano para abastecimento de água na sede do Distrito e de cinco poços artesanais em outras comunidades;</p> <p>b) a existência de escola estadual de ensino fundamental, Gerência de Infraestrutura do distrito, Centro de Saúde Unidade Básica e Viveiro Florestal Municipal;</p>	<p>-a densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a concentração de áreas com declividade acentuada, com limitações para mecanização da agricultura e diversificação econômica;</p> <p>-o solo com maiores índices de pedregosidade e menor estabilidade.</p>	<p>-definir a aptidão agroecológica e promover o fortalecimento das atividades no campo e sua diversificação;</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais</p> <p>-desenvolver programas de melhoria e diversificação de renda;</p> <p>-promover opções de emprego e renda na sede do distrito;</p> <p>-desenvolver potencial para turismo de aventura e turismo rural, aproveitando especialmente as grutas, cachoeiras, trilhas existentes e o potencial da área para a prática de vôo-livre;</p> <p>-fortalecer os programas de saneamento básico desenvolvidos pelo projeto Microbacias, considerando a necessidade de seu incremento;</p>

72

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	<p>-com relação ao sistema viário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) exige maior manutenção devido às condições do relevo e do solo;</li> <li>b) grande extensão do sistema vicinal;</li> <li>c) complexidade de reestruturação devido às condições de relevo;</li> <li>d) servida pela SC-480;</li> </ul> <p>-potencial de desenvolvimento econômico das seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) pecuária;</li> <li>b) reflorestamento;</li> <li>c) piscicultura;</li> <li>d) turismo de aventura e turismo rural, considerado especialmente o potencial de aproveitamento do Rio São Lourenço;</li> <li>e) agroindústrias, sendo nove já instaladas e voltadas ao processamento de queijo, leite, embutidos e derivados de cana.</li> </ul>		<p>-desenvolver programa voltado à regularização e adequação das Áreas de Preservação Permanente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-incentivar a apicultura;</li> <li>-criar um eixo de desenvolvimento para abrigar usos diferenciados, especialmente com relação a indústrias, compatibilizando-os com os demais usos pretendidos para a macrozona.</li> </ul>
--	---	--	--

73

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)





Macrozona Rural			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)
<b>Zona Rural - Rio Macaco</b>	<p>-área localizada na bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus Afluentes;</p> <p>-compreende as localidades de Presidente Juscelino (Distrito-Sede), Santo Antonio, Bela Vista, São Paulinho, Bessegatto, São Roquinho, Jacutinga, Sentinela, Bender, Limoeiro, Filipini, Alvorada, Lajeado Antunes e Três Voltas;</p> <p>-compreende as áreas urbanizadas de Presidente Juscelino, Três Voltas e Lajeado Antunes, com presença, nestas áreas, de atividades industriais, comerciais e de serviços;</p> <p>-média a baixa densidade de ocupação;</p> <p>-estrutura fundiária mista;</p> <p>-área que compreende o distrito mais desenvolvido em apicultura;</p> <p>-usos predominantes voltados a atividades:</p> <p>a) agrícolas, considerando-se as culturas anuais;</p> <p>b) de reflorestamento comercial, tendo o distrito, potencial para incremento desta atividade;</p> <p>c) de pecuária de leite e de suinocultura;</p> <p>d) de avicultura;</p> <p>e) de indústrias madeiras e de movelaria;</p> <p>f) de agroindústrias, notadamente derivados de cana, bolachas, abatedouros, leite, queijos, mel.</p> <p>-existência de equipamentos públicos comunitários com boa distribuição dentro da área;</p> <p>-área bem provida de estradas, sendo servida pela SC-</p>	<p>-a declividade;</p> <p>-densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a existência de área voltada à preservação de mananciais</p> <p>APM, responsável pela captação de água para abastecimento da sede urbana.</p>	<p>-promover ações de recuperação das matas ciliares, especialmente através do estabelecimento de áreas de proteção de nascentes;</p> <p>-preservar a qualidade dos recursos hídricos;</p> <p>-incentivar atividades agrícolas não-poluentes, especialmente agricultura familiar e orgânica;</p> <p>-preservar e recuperar a extensão e a qualidade da cobertura florestal;</p> <p>-incentivar atividades de reflorestamento e manejo florestal;</p> <p>-manter a qualidade e melhorar as condições de segurança do sistema viário;</p> <p>-promover opções de emprego e renda na sede do distrito;</p> <p>-criar incentivos para desenvolvimento da infraestrutura de turismo e agroturismo, especialmente com relação:</p> <p>a) às festas tradicionais;</p> <p>b) às grutas de São Valentin e da Curva Fria;</p>

74

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	<p>305 e SC-157 e possuindo grande extensão do sistema vicinal em boas condições;</p> <p>-potencial de desenvolvimento econômico em:</p> <p>a) agricultura;</p> <p>b) pecuária;</p> <p>c) agroindústria;</p> <p>d) indústria (madeira/reflorestamento).</p>		<p>c) às quedas d'água existentes na área;</p> <p>d) ao potencial de desenvolvimento de corredor italo-germânico.</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais</p>
--	---	--	---

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)

75



Macrozona Rural			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)
<b>Zona Rural - Rio Macaco Sul</b>	<p>-área localizada na parte sul da bacia hidrográfica do Rio Macaco e seus afluentes;</p> <p>-compreende as localidades de Turvo Baixo, Amizade, Farroupilha, Belvedere, Alto da Serra, Poço Redondo, São Sebastião, Novo Guaporé e Santos Dumont ;</p> <p>-significativo inter-relacionamento com São Bernardino e Irati;</p> <p>-baixa densidade de ocupação;</p> <p>-predominância de propriedades de pequeno porte;</p> <p>-área com concentração de população em situação de carência econômica e social;</p> <p>-área com significativa tendência ao êxodo rural;</p> <p>-tendência à concentração de áreas para reflorestamento;</p> <p>-usos predominantes voltados:</p> <p>a) ao reflorestamento comercial;</p> <p>b) a culturas anuais e de fumo;</p> <p>c) ao gado de leite e de corte, considerado o caráter fragmentado desta atividade;</p> <p>-área carente de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-com relação ao sistema viário:</p> <p>a) dificuldade de manutenção pelas condições de relevo e solo;</p> <p>b) grande extensão do sistema vicinal;</p> <p>c) complexidade de reestruturação territorial pelas condições do relevo;</p> <p>-área com potencial de desenvolvimento econômico das</p>	<p>-a densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a concentração de áreas com declividade acentuada, o que causa limitações para mecanização da agricultura e diversificação econômica;</p> <p>-tendência à concentração de áreas para reflorestamento;</p> <p>-a dificuldade de acesso, considerada a distância da sede do distrito e das rodovias;</p> <p>-as características atuais do sistema</p>	<p>-definir a aptidão agroecológica e promover o fortalecimento e a diversificação das atividade no campo;</p> <p>-promover a capacitação do produtor rural;</p> <p>-promover acesso ao planejamento das propriedades rurais e o manejo de reflorestamento comercial em nível de bacias hidrográficas;</p> <p>-desenvolver programas de melhoria e diversificação de renda;</p> <p>-fortalecer os programas de saneamento básico desenvolvidos pelo projeto Microbacias;</p> <p>-promover melhorias no sistema viário, especialmente com relação aos acessos.</p>

76

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



seguintes atividades:

- a) pecuária de corte e de leite;
- b) reflorestamento.

viário;

- a concentração de áreas para gado de corte.

77

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Macrozona Rural			
Zona	Caracterização (presente)	Condicionantes limitantes à ocupação	Objetivos (futuro)
<b>Zona Rural - Rio do Ouro</b>	<p>-área localizada nas bacias hidrográficas dos Rios do Ouro, São Francisco e João Emílio;</p> <p>-compreende as localidades de São Roque (Distrito-Sede), Sant'ana da Bela Vista, Planalto, Prata, Ouro Verde, Santa Inês, Giordani;</p> <p>-média densidade de ocupação;</p> <p>-média a grande estrutura fundiária;</p> <p>-compreende áreas urbanizadas de São Roque, Sant'Ana da Bela Vista e Santa Inês, com presença de indústrias, serviços e comércio;</p> <p>-uso predominante relacionado com atividades:</p> <p>a) agrícolas, considerando-se as culturas anuais;</p> <p>b) de reflorestamento comercial;</p> <p>c) de pecuária de leite e de corte e de suinocultura;</p> <p>d) de avicultura, havendo significativa concentração destes;</p> <p>e) voltadas à indústria de beneficiamento de madeira;</p> <p>-existência de equipamentos públicos comunitários;</p> <p>-área bem provida por estradas, sendo servida pela SC-468 e com grande extensão do sistema vicinal em boas condições;</p> <p>-área com potencial de desenvolvimento econômico nas</p>	<p>-a declividade;</p> <p>-densidade de drenagem significativa;</p> <p>-a escassez de água ao longo da SC-468, o que acarreta a dependência de atendimento por carros-pipa nos períodos de estiagem;</p> <p>-a distância da Sede do Município.</p>	<p>-preservar a qualidade dos recursos hídricos, considerada a necessidade de soluções para o problema de limitações no abastecimento de água;</p> <p>-promover ações de recuperação das matas ciliares e de áreas de proteção das nascentes;</p> <p>-garantir a manutenção da cobertura vegetal existente;</p> <p>-incentivar atividades agropecuárias, especialmente fruticultura e agricultura familiar e orgânica;</p> <p>-eliminar o lançamento de dejetos nos rios;</p> <p>-incrementar a diversificação das atividades agrícolas, considerando-se a integração e</p>

78

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



	<p>áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) de agricultura, especialmente culturas de milho, uva, soja, feijão;</li> <li>b) de pecuária de leite e de corte;</li> <li>c) da agroindústria, especialmente com relação a queijos e embutidos;</li> <li>d) de reflorestamento;</li> <li>e) de avicultura;</li> </ul> <p>-especial potencial de desenvolvimento econômico de eixo industrial ao longo da SC-468, condicionado a soluções para os problemas relacionados com limitações no abastecimento de água.</p>		<p>complementaridade com a avicultura;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-criar alternativas para geração de emprego e renda.</li> <li>-promover a capacitação do produtor rural;</li> <li>-promover o acesso ao planejamento das propriedades rurais e o manejo de reflorestamento comercial em nível de bacias hidrográficas.</li> </ul>
--	--	--	---

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

**GERALDINO CARDOSO**

Prefeito Municipal

79

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



## ANEXO IV

(Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014)

## “ANEXO 4

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)

### GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NA PRESENTE LEI COMPLEMENTAR

**Afastamentos** - representam as distâncias mínimas que devem ser observadas entre a edificação e as divisas do lote.

**Recuo Frontal:** distância mínima entre a edificação e o alinhamento predial.

**Alinhamento predial** - limite entre o lote e o passeio/logradouro público.

**Ambiência** - espaço arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético ou psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas.

**Áreas de Preservação Permanente (APP)** - porções do território definidas conforme a Lei Federal n.º 4.771/1965, detalhada pelas Resoluções 302 e 303 do CONAMA, são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, situadas:

I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de:

a) 30m (trinta metros), para o curso d'água com menos de 10m (dez metros) de largura;

b) 50m (cinquenta metros), para o curso d'água com 10m (dez metros) a 50m (cinquenta metros) de largura;

c) 100m (cem metros), para o curso d'água com 50m (cinquenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;

d) 200m (duzentos metros), para o curso d'água com 200m (duzentos metros) a 600m (seiscentos metros) de largura;

e) 500m (quinhentos metros), para o curso d'água com mais de 600m (seiscentos metros) de largura;

II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de 50m (cinquenta metros), de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;

III - ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:

a) 30m (trinta metros), para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;

b) 100m (cem metros), para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros;

IV - em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50m (cinquenta metros), a partir do limite do espaço brejoso e encharcado;

V - no topo de morros e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação à base;

80





VI - nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha de cumeada equivalente a 1000m (mil metros);

VII - em encosta ou parte desta, com declividade superior a 100% (cem por cento) ou 45° (quarenta e cinco graus) na linha de maior declive;

VIII - nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa;

IX - nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias;

X - nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Observação: Na ocorrência de dois ou mais morros ou montanhas cujos cumes estejam separados entre si por distâncias inferiores a 500m (quinhentos metros), a Área de Preservação Permanente abrangerá o conjunto de morros ou montanhas, delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura em relação à base do morro ou montanha de menor altura do conjunto, aplicando-se o que segue:

1 - agrupam-se os morros ou montanhas cuja proximidade seja de até quinhentos metros entre seus topos;

2 - identifica-se o menor morro ou montanha;

3 - traça-se uma linha na curva de nível correspondente a dois terços deste;

4 - institui-se de preservação permanente toda a área acima deste nível.

**Bocas-de-lobo** - dispositivos localizados em intervalos ao longo das sarjetas, com o objetivo de captar o escoamento superficial e encaminhá-lo à galeria subterrânea mais próxima, evitando a inundação do leito carroçável.

**Calçada** - o mesmo que passeio.

**Canalização** - toda obra ou serviço que tenha por objetivo dotar cursos de água, ou trechos destes, de seção transversal com forma geométrica definida, com ou sem revestimento de qualquer espécie, nas margens ou no fundo.

**Captação** - toda retirada de água, para qualquer fim, de curso de água, lago, nascente, aquífero ou oceano.

**Coeficiente de aproveitamento** - índice obtido através da divisão da área autorizada a ser construída ou já construída pela área do lote.

**Coeficiente de aproveitamento básico** - limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira.

**Coeficiente de aproveitamento máximo** - limite máximo de aproveitamento do lote.

**Coeficiente de aproveitamento mínimo** - é a relação entre a área edificada (excluída a área não computável) e a área do lote, abaixo do qual este será considerado subutilizado.

**Controle social** - conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à Sociedade informações, assistências técnicas, participações e deliberações nos



processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados às políticas territoriais e urbanísticas desenvolvidas no Município.

**Cota** - (1) distância vertical entre um ponto do terreno e um plano horizontal de referência; (2) número colocado sobre uma linha fixa auxiliar traçada em paralelo com uma dimensão ou ângulo de um desenho técnico, que indica o valor real de distância entre dois pontos ou abertura correspondente, no mesmo representado.

**Curso d'água** - qualquer corrente de água, canal, rio, riacho, ribeirão ou córrego.

**Dique** - estruturas longitudinais a cursos de água com a finalidade de evitar inundação de áreas urbanizadas, podendo contar com comportas e estruturas de recalque para retirar as águas pluviais.

**Diretrizes** - conjunto de orientações para elaboração e implementação da política territorial e urbanística municipal, de forma a balizar objetivos, estratégias, metas, planos, programas, projetos normas e prazos.

**Empreendimento** - toda atividade desenvolvida por pessoa física ou jurídica, que ofereça bens, serviços ou ambos.

**Espaço público ou Espaço de Uso Público** - todo espaço de uso coletivo, arborizado ou não, que tenha valor social para os cidadãos como local destinado prioritariamente a atividades de lazer, contemplação, encontro e convívio, ou que apresente potencial para abrigá-las.

**Estratégia** - conjunto de diretrizes, objetivos, programas e ações, estruturados com vistas à consecução de objetivos específicos.

**Estudo de Impacto de Vizinhança** - é o estudo técnico que deve ser executado de forma a analisar os efeitos positivos e negativos de um empreendimento ou atividade a ser implementada ou licenciada, quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

**Galerias** - canalizações destinadas a receber as águas pluviais captadas na superfície e encaminhá-las ao seu destino final, devendo ser projetadas como conduto livre, podendo estar localizadas no eixo ou terço transversal da rua.

**Gleba** - área de terra que não foi objeto de parcelamento para fins urbanos.

**Habitação multifamiliar** - edificação usada para moradia constituída por unidades residenciais autônomas.

**Infraestrutura** - conjunto das instalações necessárias às atividades humanas.

**Lote** - terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos para a unidade territorial em que se situe, definidos no plano diretor e/ou legislação municipal específica.

**Macro drenagem** - intervenções em fundos de vale que coletam as águas pluviais de áreas providas ou não de sistemas de micro drenagem, sendo constituída por canais de dimensões maiores, projetadas para cheias cujo período de retorno está acima de dez anos, podendo se apresentar como canalizações, bacias de contenção de cheias, barragens ou diques.

**Micro drenagem** - formada pelos pavimentos das ruas, guias e sarjetas, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e canais de pequenas dimensões, sendo dimensionada para o escoamento de águas pluviais cuja ocorrência tem período de

82



retorno variando de dois a dez anos, sendo composta por sarjetas, sarjetão, bocas de lobo, caixas de ligação, poços de visita e galerias.

**Nível de referência ou nivelamento** - nível sobre o ponto médio da testada do lote fornecido pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal para fins de nivelamento do terreno.

**Parcelamento** - subdivisão ou junção de glebas mediante loteamento, desmembramento ou remembramento.

**Passeio** - caminho junto à rua destinado ao trânsito de pedestres.

**Pavers** - bloco de concreto para revestimento de piso externo.

**Pavimento** - (1) parte de uma edificação situada entre a face superior de um piso acabado e a face superior do piso seguinte, ou entre a face superior de um piso acabado e o teto acima dele, se não houver outro piso acima; (2) conjunto de dependências situadas no mesmo nível, compreendidas entre dois pisos consecutivos.

**Pé-direito** - distância vertical medida entre o piso acabado e a parte inferior do teto de um compartimento, ou do forro falso, se houver.

**Piso** - plano ou superfície de acabamento inferior de um pavimento.

**Planta de Valores Genéricos** - representação do valor do solo e das edificações, por metro quadrado, para as diferentes áreas do Município.

**Poço ou obra de captação subterrânea** - qualquer obra, sistema, processo, artefato ou sua combinação, com o fim principal ou incidental de extrair água subterrânea.

**Potencial construtivo** - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento.

**Potencial construtivo básico** - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico fixado para a zona onde está localizado.

**Potencial construtivo máximo** - é o produto resultante da multiplicação da área do lote pelo Coeficiente de Aproveitamento Máximo fixado para a zona onde está localizado.

**Recuo** - é a menor distância medida entre a divisa do lote e o limite da projeção horizontal da edificação.

**Recursos hídricos** - qualquer coleção de água superficial ou subterrânea.

**Remembramento** - o mesmo que anexação; junção de dois ou mais lotes para formar uma única unidade fundiária.

**Retificação** - toda obra ou serviço que tenha por objetivo alterar, total ou parcialmente, um traçado ou percurso original.

**Saneamento básico** - (conforme a Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007) conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados



dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV - drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

**Sarjetão ou vala** - canais auxiliares utilizados para guiar o fluxo de água na travessia de ruas transversais ou desviar o fluxo de um lado para outro da rua.

**Sarjetas** - canais situados junto ao meio fio e ao longo da via, com a finalidade de coletar e dirigir o escoamento superficial para locais apropriados para sua captação.

**Silvicultura** - cultura de árvores florestais.

**Talvegue** - linha sinuosa, no fundo de um vale, pela qual as águas correm, e que divide os planos de duas encostas.

**Taxa de Ocupação** - relação percentual entre a área da projeção horizontal da edificação e a área do lote.

**Taxa de Permeabilidade** - percentual da área do lote destinada à infiltração da água no solo.

**Testada** - (1) linha que separa de logradouro público uma propriedade particular; (2) face do lote voltada para o logradouro; usa-se também para denotar a dimensão dessa face.

**Travessia** - toda construção cujo eixo principal esteja contido num plano que intercepte um curso de água, lago e respectivos terrenos marginais, sem a formação de reservatório de água a montante, com o objetivo único de permitir a passagem de uma margem à outra”.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

**GERALDINO CARDOSO**

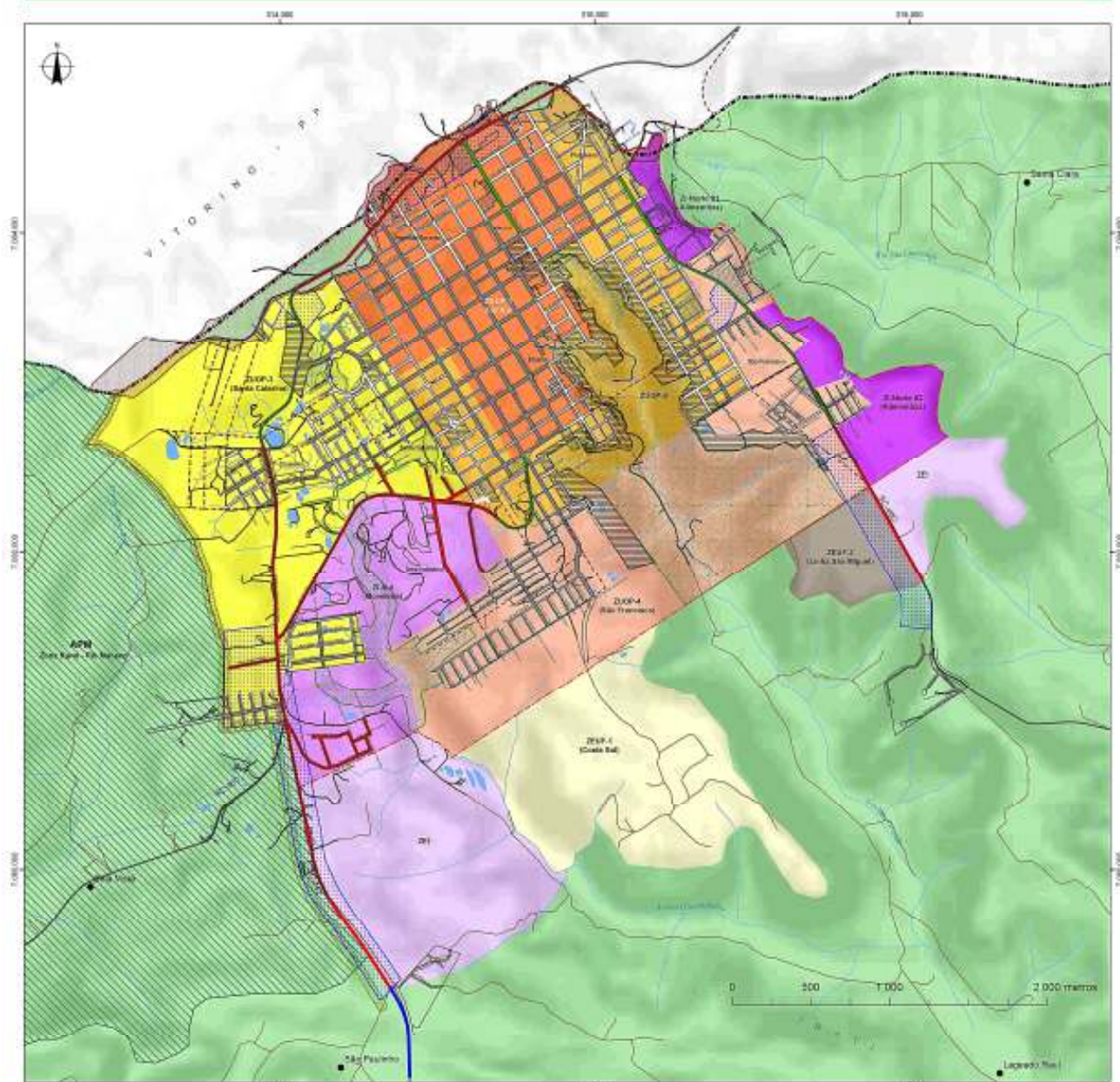
Prefeito Municipal



## Anexo-5

### ZONEAMENTO URBANO

#### Níveis de inconvênio



#### Zonas constantes da Macrozona Urbana:

- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro)
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Santa Catarina)
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco)
- Zona de Expansão Urbana Futura (Costa Sul)
- Zona de Expansão Urbana Futura (Linha São Miguel)
- Zona Industrial - Norte 01 (Alimentícia)
- Zona Industrial - Norte 02 (Indústria)
- Zona Industrial - Sul (Movelaria)
- Zonas de Expansão Industrial

#### Áreas de Especial Interesse

- Área de Especial Interesse Econômico - AEIE
- Área de Especial Interesse Ambiental - AEIA
- Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU
- Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU
- Limite Estadual
- Áreas de Preservação de Mananciais - APM

#### Níveis de Inconvênio

- Vias com Nível de Inconvênios 4 (N-4)
- Vias com Nível de Inconvênios 3 (N-3)
- Vias com Nível de Inconvênio 2 (N-2)
- Vias com Nível de Inconvênio 1 (N-1)
- Vias com Nível de Inconvênio 0 (N-0)

#### Instrumentos do Estatuto da Cidade

- Áreas de Proteção / Prioridade - AP

#### Legenda

- Municípios
- Localidades
- Sistema viário
- Sistema viário urbano
- Diretrizes de sistema viário
- Hidrografia
- Limite municipal
- Perímetro urbano
- Faixa Verde de Amortecimento

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**  
Município de São Lourenço do Oeste/ SC

#### CONSELHO

Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano



Prefeitura Municipal de  
São Lourenço do Oeste

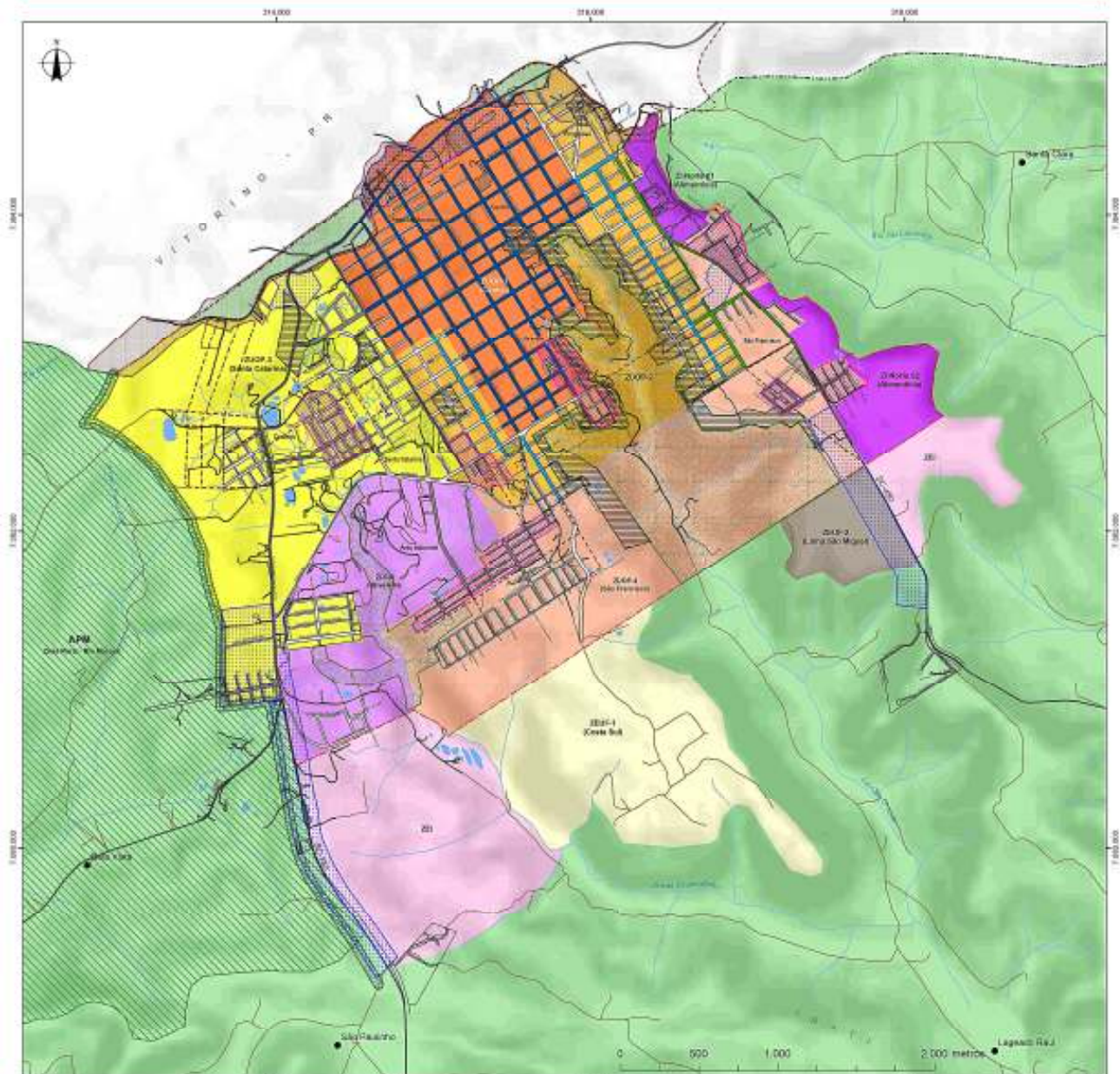
**GERALDINO CARDOSO**  
Prefeito Municipal



## Anexo-6

### ZONEAMENTO URBANO

#### Número máximo de pavimentos



#### Zonas constantes da Macrozona Urbana:

- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro)
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Santa Catarina)
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco)
- Zona de Expansão Urbana Futura (Costa Sul)
- Zona de Expansão Urbana Futura (Linha São Miguel)
- Zona Industrial - Norte - 01 (Alimentícia)
- Zona Industrial - Norte - 02 (Alimentícia)
- Zona Industrial - Sul (Moveleira)
- Zonas de Expansão Industrial

#### Áreas de Especial Interesse

- Área de Especial Interesse Social - AEIS
- Área de Especial Interesse Ambiental - AEIA
- Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU
- Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU Limite Estadual
- Área de Especial Interesse Econômico - AEIE
- Área de Preservação de Mananciais - APM
- Transferência do Direito de Construir (TDC)**
- Áreas sujeitas a aplicação do instrumento de Transferência do Direito de Construir (TDC)

#### Número Máximo de Pavimentos (trecho da via)

- T-12 (até 12 pavimentos)
- T-8 (até 8 pavimentos)
- T-6 (até 6 pavimentos)
- T-4 (até 4 pavimentos)
- T-2 (até 2 pavimentos)

#### Trecho de vias passíveis de recebimento de TDC

- T-12 (até 12 pavimentos)
- T-8 (até 8 pavimentos)
- T-4 (até 4 pavimentos)

#### Legenda

- Municípios
- Localidades
- Sistema viário
- Sistema viário urbano
- Diretrizes de sistema viário
- Hidrografia
- Limite municipal
- Pavimento urbano
- Faixa Verde de Amortecimento

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**  
Município de São Lourenço do Oeste/ SC

**CONCILIO**  
Conselho de Cidade de São Lourenço do Oeste

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
**Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste**

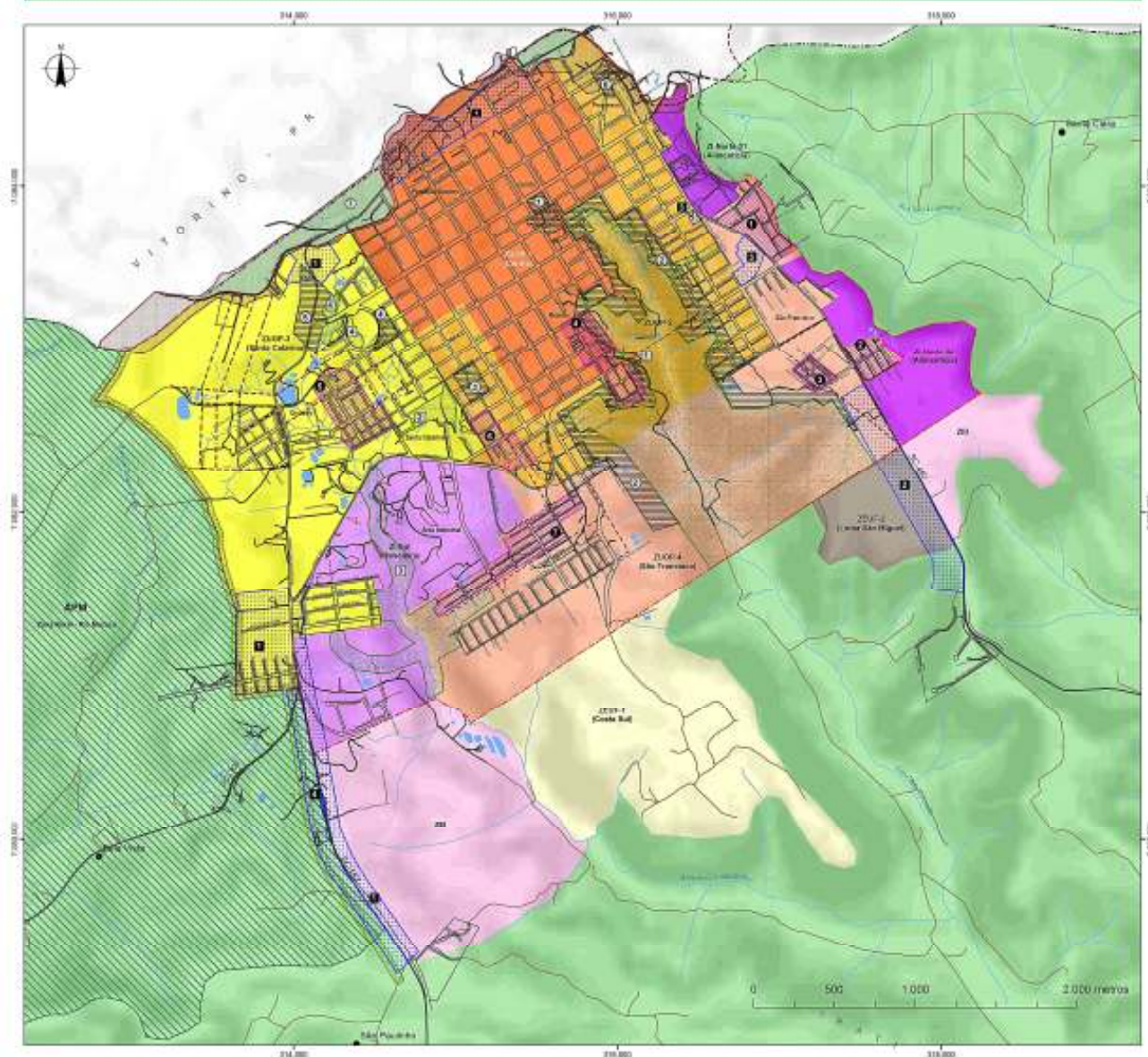
**GERALDINO CARDOSO**  
Prefeito Municipal



## Anexo-7

### ZONEAMENTO URBANO

#### Áreas de especial interesse



#### Zonas constantes da Macrozona Urbana:

- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro)
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 (Centro)
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 (Santa Catarina)
- Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco)
- Zona de Expansão Urbana Futura (Cidade Sul)
- Zona de Expansão Urbana Futura (Linha São Miguel)
- Zona Industrial - Norte - 01 (Moinhos)
- Zona Industrial - Norte - 02 (Moinhos)
- Zona Industrial - Sul (Moinhos)
- Zonas de Expansão Industrial

#### Áreas de Especial Interesse (AEIs):

- Área de Especial Interesse Social - AEIS
  - 1 Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco)
  - 2 Área de Especial Interesse Social - 2 (Centro)
  - 3 Área de Especial Interesse Social - 3 (Vila Nova)
  - 4 Área de Especial Interesse Social - 4 (Barragem)
  - 5 Área de Especial Interesse Social - 5 (Cruzinhos)
  - 6 Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina)
  - 7 Área de Especial Interesse Social - 7 (Jardim)
- Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU
  - 1 Área de Especial Interesse Urbanístico - 1 (Igreja Matriz)
  - 2 Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vila do Lajado)
  - 3 Área de Especial Interesse Urbanístico - 3 (Mirante)
  - 4 Área de Especial Interesse Urbanístico - 4 (Centro de Eventos)
  - 5 Área de Especial Interesse Urbanístico - 5 (Três de Maio)
  - 6 Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Parque)

- Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU
  - 7 Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 (Linha Estadual)
- Área de Especial Interesse Econômico - AEE
  - 1 Área de Especial Interesse Econômico - 1 (Centro - Vão Arreio - Eixo - SCT-400)
  - 2 Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SCT-400)
  - 3 Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tradicional)
  - 4 Área de Especial Interesse Econômico - 4 (SCT-400 e Zona Rural Rio Macaco)
- Área de Especial Interesse Ambiental - AEIA
  - 1 Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vila do Lajado)
  - 2 Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzinhos)
  - 3 Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arco Gramadinho)
  - 4 Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal)

#### Legenda

- Municípios
- Localidades
- Sistema viário
- Sistema viário urbano
- Diretrizes de sistema viário
- Hidrografia
- Limite municipal
- Perímetro urbano
- Faixa Verde de Arborização

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**  
Município de São Lourenço do Oeste/ SC

**CONCILIO**  
Conselho de Cidade de São Lourenço do Oeste

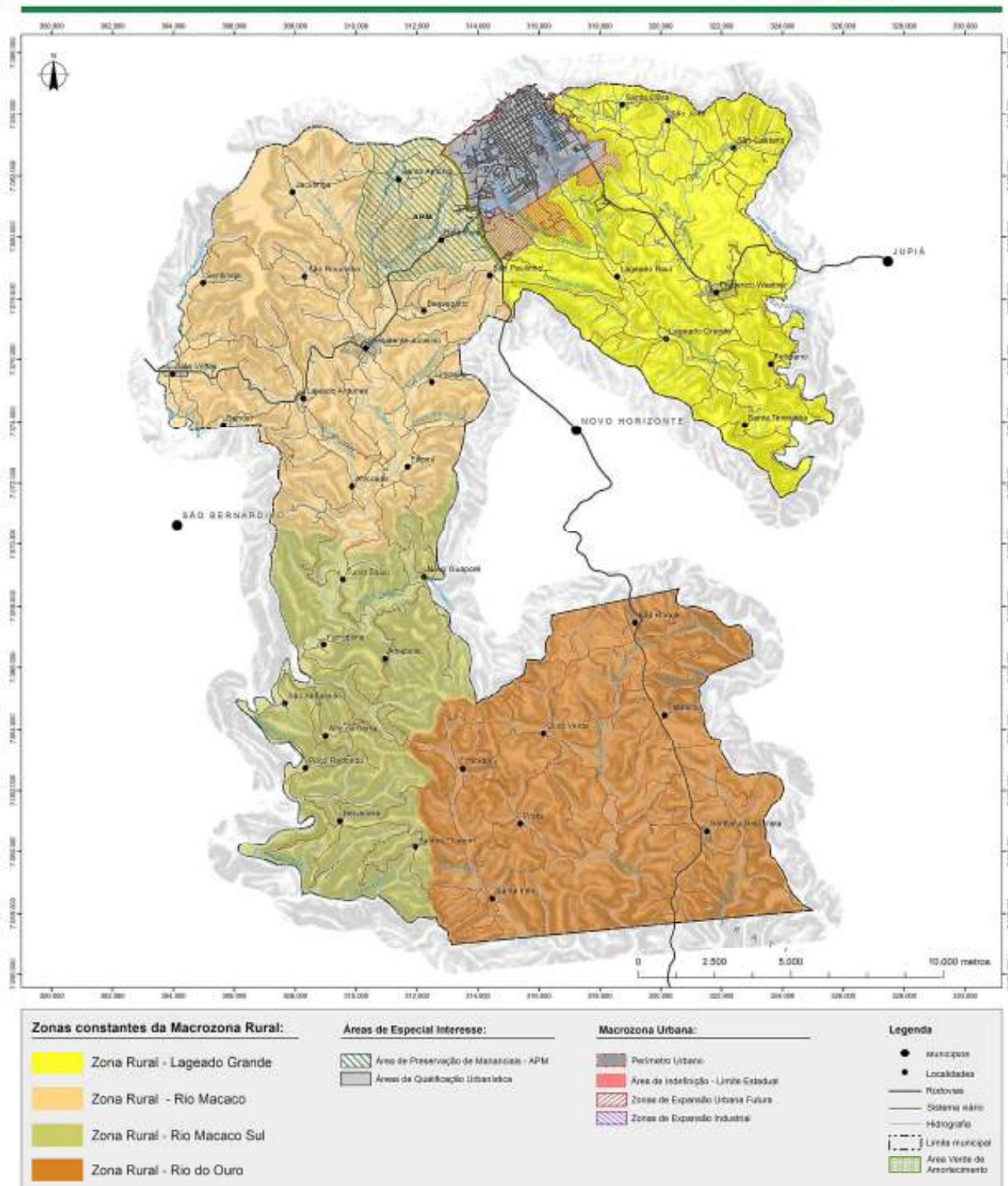
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

**Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste**

**GERALDINO CARDOSO**  
Prefeito Municipal



## Anexo-8 ZONEAMENTO RURAL



**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**  
**Município de São Lourenço do Oeste/ SC**

**CONCISLO**

Conselho de Cidade de São Lourenço do Oeste

Secretaria Municipal de Planejamento e  
Desenvolvimento Urbano

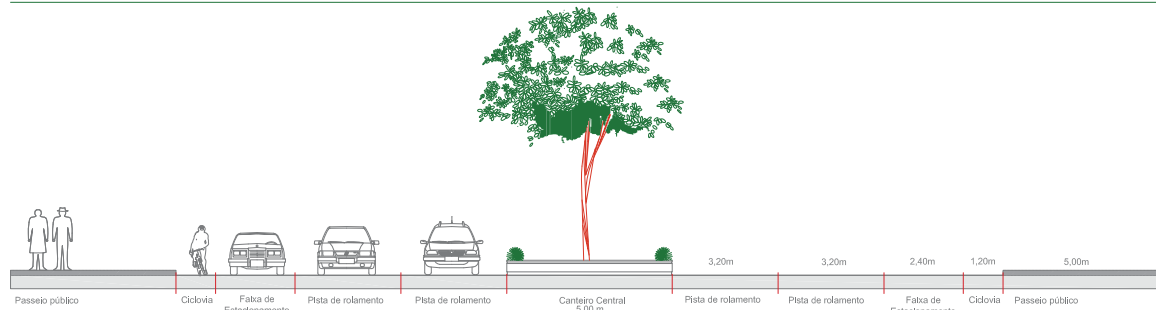


**Prefeitura Municipal de**  
**São Lourenço do Oeste**

**GERALDINO CARDOSO**  
Prefeito Municipal

## ANEXO IX

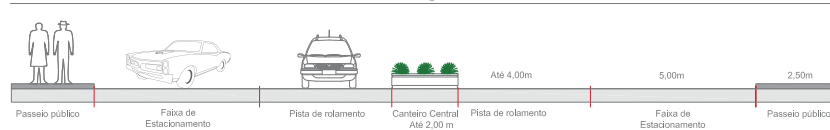
## 1. VIAS ARTERIAIS - AVENIDA - Caixa da Rua com largura de 35 metros



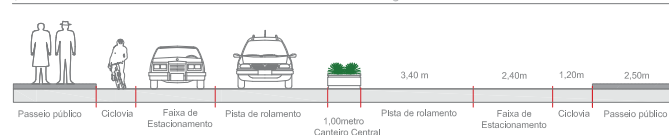
## 2. VIAS COLETORAS - RUA "A" MODELO I - Caixa da Rua com largura de 25 metros



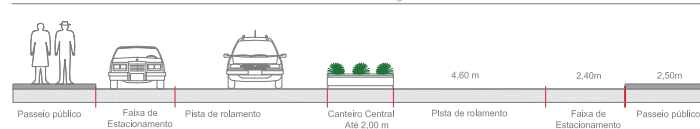
## 3. VIAS COLETORAS - RUA "A" MODELO II - Caixa da Rua com largura de 25 metros



## 4. VIAS LOCAIS - RUA "B" MODELO I - Caixa da Rua com largura de 20 metros

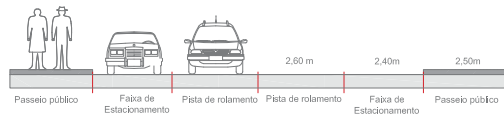


## 5. VIAS LOCAIS - RUA "B" MODELO II - Caixa da Rua com largura de 20 metros

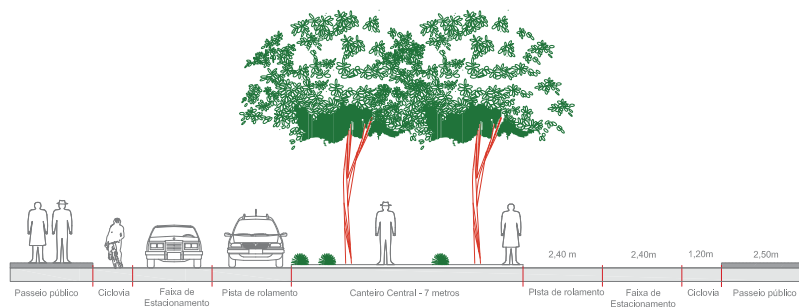


## ANEXO IX

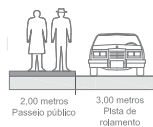
## 6. VIAS LOCAIS - TRAVESSA - Calça da Rua com largura de 15 metros



## 7. VIAS ESPECIAIS - ALAMEDA - Calça da Rua com largura de 25 metros



## 8. VIAS INTERNAS - Caixa da Rua com largura mínima de 5 metros





## ANEXO X

(Lei Complementar nº 161, de 21 de março de 2014)

## “ANEXO 10

(Lei Complementar nº 146, de 28 de dezembro de 2012)”

## SUMÁRIO”

<b>TÍTULO I.....</b>	
<b>CONCEITUAÇÃO, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA TERRITORIAL E URBANÍSTICA.....</b>	
<b>CAPÍTULO I.....</b>	
<b>DA CONCEITUAÇÃO.....</b>	
<b>CAPÍTULO II.....</b>	
<b>DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA TERRITORIAL E URBANÍSTICA.....</b>	
<b>Seção I.....</b>	
<b>Dos Princípios.....</b>	
<b>Seção II.....</b>	
<b>Das Diretrizes Gerais.....</b>	
<b>TÍTULO II.....</b>	
<b>DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.....</b>	
<b>TÍTULO III.....</b>	
<b>DOS INSTRUMENTOS DO PLANO DIRETOR.....</b>	
<b>CAPÍTULO I.....</b>	
<b>DA CLASSIFICAÇÃO.....</b>	
<b>CAPÍTULO II.....</b>	
<b>DO ZONEAMENTO.....</b>	
<b>Seção I.....</b>	
<b>Das Disposições Gerais.....</b>	
<b>Seção II.....</b>	
<b>Da Macrozona Urbana.....</b>	
<b>Subseção I.....</b>	
<b>Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 1 (Centro) / ZOUP-1(Centro).....</b>	
<b>Subseção II.....</b>	
<b>Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 2 / ZUOP-2.....</b>	
<b>Subseção III.....</b>	
<b>Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 3 / ZUOP-3.....</b>	
<b>Subseção IV.....</b>	
<b>Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (São Francisco) / ZUOP-4 (São Francisco).....</b>	
<b>Subseção V.....</b>	
<b>Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Meneguetti) / ZUOP - 4 (Meneguetti).....</b>	
<b>Subseção VI.....</b>	
<b>Da Zona Urbana de Ocupação Prioritária - 4 (Cruzeiro) / ZUOP-4 (Cruzeiro).....</b>	

91

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)



Subseção VII.....	
Zona de Expansão Urbana Futura-1 (Alto Gramadinho) / Zeuf-1 (Alto Gramadinho).....	
Subseção VIII.....	
Da Zona de Expansão Urbana Futura-2 (Costa Sul) / ZEUF-2 (Costa Sul).....	
Subseção IX.....	
Da Zona de Expansão Urbana Futura (Linha São Miguel)-3 / ZEUF-3 (Linha São Miguel).....	
Subseção X.....	
Zona Industrial - Norte (Alimentícia) / ZI-Norte (Alimentícia).....	
Subseção XI.....	
Zona Industrial - Sul (Moveleira) / ZI-Sul (Moveleira).....	
Subseção XII.....	
Das Zonas de Expansão Industrial.....	
Seção III.....	
Da Macrozona Rural.....	
Subseção I.....	
Da Zona Rural - Lajeado Grande.....	
Subseção II.....	
Zona Rural - Rio Macaco.....	
Subseção III.....	
Zona Rural - Rio Macaco/Sul.....	
Subseção IV.....	
Zona Rural - Rio Do Ouro.....	
Seção IV.....	
Das Áreas de Especial Interesse.....	
Subseção I.....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 1 (Igreja Matriz) / AEIU-1(Igreja Matriz).....	
Subseção II.....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 2 (Vale Do Lajeado) / AEIU-2 (Vale Do Lajeado).....	
Subseção III.....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 3 (Mirante) / AEIU-3 (Mirante).....	
Subseção IV.....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 4 (Centro De Eventos) / AEIU-4 (Centro de Eventos).....	
Subseção V.....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 5 (Trevo Do Centro de Eventos) / AEIU-5 (Trevo do Centro de Eventos).....	
Subseção VI.....	
Da Área de Especial Interesse Urbanístico - 6 (Santuário) / AeiU-6 (Santuário).....	
Subseção VII.....	
Área de Especial Interesse Urbanístico - 7 ( Limite Estadual) / AEIU-7 (Limite Estadual).....	
Subseção VIII.....	
Áreas de Qualificação Urbanística (Vilas e Distritos) / AQU (Vilas e Distritos).....	
Subseção IX.....	



Da Área de Especial Interesse Econômico - 1 (Contorno Viário Armindo Echer E SC-468) / AEIE-1 (Contorno Viário Armindo Echer e SC-468).....	
Subseção X.....	
Da Área de Especial Interesse Econômico - 2 (SCt-480) / AEIE-2 (SCT-480).....	
Subseção XI.....	
Área de Especial Interesse Econômico - 3 (Rua Tiradentes) / AEIE-3 (Rua Tiradentes).....	
Subseção XII.....	
Da Área de Especial Interesse Econômico - 4 (SC-468 E Zona Rural - Rio Macaco) / AEIE-4(SC-468 E Zona Rural - Rio Macaco).....	
Subseção XIII.....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 1 (Vale Do Lajeado) / AEIA-1 (Vale Do Lajeado).....	
Subseção XIV.....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 2 (Cruzeiro) / AEIA-2 (Cruzeiro).....	
Subseção XV.....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 3 (Arroio Gramadinho) / AEIA-3 (Arroio Gramadinho).....	
Subseção XVI.....	
Da Área de Especial Interesse Ambiental - 4 (Parque Municipal) / AEIA-4 (Parque Municipal).....	
Subseção XVII.....	
Da Área de Especial Interesse Social - 1 (São Francisco) / AEIS-1 (São Francisco).....	
Subseção XVIII.....	
Da Área de Especial Interesse Social - 2 (Cardoso) / AEIS-2 (Cardoso).....	
Subseção XIX.....	
Da Área de Especial Interesse Social - 3 (Vida Nova) / AEIS-3 (Vida Nova).....	
Subseção XX.....	
Da Área de Especial Interesse Social - 04 (Brasília).....	
Subseção XXI.....	
Da Área de Especial Interesse Social - 5 (Araucária) / AEIS-5 (Araucária).....	
Subseção XXII.....	
Da Área de Especial Interesse Social - 6 (Santa Catarina) / AEIS-6 (Santa Catarina).....	
Subseção XXIII.....	
Da Área de Especial Interesse Social - 7 (Meneguetti) / AEIS-7 (Meneguetti).....	
Subseção XXIV.....	
Da Área de Preservação de Mananciais - APM.....	
CAPÍTULO III.....	
DAS NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.....	
Seção I.....	
Da Classificação do Uso do Solo.....	
Seção II.....	
Das Regras sobre Uso e Ocupação do Solo Urbano.....	
Seção III.....	
Dos Incômodos ou Incomodidades e seus Respective Níveis.....	
Seção IV.....	
Dos Parâmetros Urbanísticos de Ocupação do Solo.....	
Seção V.....	





Das Regras Gerais sobre Áreas Não-Edificáveis.....	
Seção VI.....	
Das Normas Gerais de Uso e Ocupação do Solo por Condomínios Horizontais.....	
CAPÍTULO IV.....	
DAS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO.....	
Seção I.....	
Disposições Gerais.....	
Seção II.....	
Dos Requisitos Urbanísticos.....	
Subseção I.....	
Das Áreas de Uso Público.....	
Subseção II.....	
Das Quadras e Lotes.....	
Subseção III.....	
Da Rede Viária.....	
Subseção IV.....	
Da Infraestrutura.....	
Seção III.....	
Do Projeto de Desmembramento e Remembramento.....	
Subseção I.....	
Da Consulta de Viabilidade.....	
Subseção II.....	
Da Aprovação.....	
Seção IV.....	
Do Projeto de Loteamento.....	
Subseção I.....	
Das Disposições Gerais.....	
Subseção II.....	
Da Consulta de Viabilidade.....	
Subseção III.....	
Da Análise de Estudo Preliminar.....	
Subseção IV.....	
Do Anteprojeto.....	
Subseção V.....	
Do Projeto Definitivo.....	
Subseção VI.....	
Da Aprovação do Projeto.....	
Subseção VII.....	
Do Alvará de Licença para Execução.....	
Subseção VIII.....	
Das Garantias.....	
Subseção IX.....	
Da Fiscalização e Entrega dos Loteamentos.....	
Subseção X.....	
Da Aceitação.....	
Seção V.....	
Das Responsabilidades Técnicas.....	
Seção VI.....	
As Infrações e Sanções.....	
Seção VII.....	



Das Disposições Complementares sobre Parcelamento do Solo.....	
CAPÍTULO V.....	
DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR.....	
CAPÍTULO VI.....	
DO DIREITO DE PREFERÊNCIA.....	
CAPÍTULO VII.....	
DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DE ALTERAÇÃO DE USO.....	
CAPÍTULO VIII.....	
DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS.....	
CAPÍTULO IX.....	
DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS.....	
CAPÍTULO X.....	
DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS.....	
CAPÍTULO XI.....	
DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO.....	
CAPÍTULO XII.....	
DO DIREITO DE SUPERFÍCIE.....	
CAPÍTULO XIII.....	
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA.....	
CAPÍTULO XIV.....	
DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - AEIS.....	
CAPÍTULO XV.....	
DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	
TÍTULO IV.....	
<b>DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO.....</b>	
CAPÍTULO I.....	
DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	
CAPÍTULO II.....	
DA ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	
CAPÍTULO III.....	
DA ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO, ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL.....	
CAPÍTULO IV.....	
DA ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVOS.....	
<b>TÍTULO V.....</b>	
<b>DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE.....</b>	
CAPÍTULO I.....	
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, ÂMBITOS DE AÇÃO E OBJETIVOS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE.....	
Seção I.....	
Das Disposições Gerais e Âmbitos de Ação do Sistema De Acompanhamento e Controle.....	
Seção II.....	
Dos Objetivos do Sistema de Acompanhamento e Controle.....	
Seção III.....	
Da Participação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais no Sistema de Acompanhamento e Controle.....	



CAPÍTULO II.....	
DAS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E	
CONTROLE.....	
Seção I.....	
Do Congresso da Cidade.....	
Seção II.....	
Do “Conselho da Cidade de São Lourenço Do Oeste”.....	
Subseção I.....	
Das Disposições Gerais, Objetivos e Competências do Conselho.....	
Subseção II.....	
Da Eleição e Mandato dos Conselheiros.....	
Subseção III.....	
Da Organização e Composição Do Conselho.....	
Seção III.....	
Das Audiências Públicas para Matérias do Plano Diretor ou dele Derivadas.....	
CAPÍTULO III.....	
DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS.....	
TÍTULO VI.....	
<b>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....</b>	
<b>ANEXO 1.....</b>	
<b>ANEXO 2.....</b>	
<b>ANEXO 3.....</b>	
<b>ANEXO 4.....</b>	
<b>ANEXO 5.....</b>	
<b>ANEXO 6.....</b>	
<b>ANEXO 7.....</b>	
<b>ANEXO 8.....</b>	
<b>ANEXO 9.....</b>	
<b>ANEXO 10.....</b>	

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de março de 2014.

**GERALDINO CARDOSO**

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 04/2014 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2014 – PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 49/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução do projeto preventivo de incêndio do Ginásio de Esportes Alfredo Pa-sold, contemplando uma área de 3.602,86m<sup>2</sup>, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de abril de 2014 às 08h45min

Abertura do Processo: 09 de abril de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.  
A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 24 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Nº. 43/2014 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 43/2014 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 22/2014-PMS

Processo nº. 51/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº. 11711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000.

Objeto: contratação de prestadora de seguro para veículo Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680, na cor Branca, álcool/gasolina lotado no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.  
Valor do contrato: R\$ 1.032,00 (Um mil e trinta e dois reais).  
Data da Assinatura: 21/03/2014 – Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 44/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 44/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 33/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SEMEX DO BRASIL, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.593.476/0001-83, estabelecida na Rua Guilherme Scharf, nº 2520, Andar Térreo, Fidelis, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.060-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para serviço de inseminação para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2013, QUE ATENDA ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Jersey confiabilidade produtiva igual ou superior à 85%, com PTA Leite igual ou maior que 400 libras, PTA Tipo positivo; PTA Gordura maior ou igual a 0.15% (percentil); PTA Proteína maior ou igual a 0.03% (percentil); Composto de Úbere positivo; Contagem de células Somáticas menor ou igual a 2.90; Vida Produtiva maior ou igual a 1.0	200	Unidade	14,00	2.800,00
02	Sêmen Bovino LIMOUSIN - Sêmen de touro da raça Limousin, mocho, com avaliação genética em Associação da América do Norte, rodada não inferior à Primavera de 2014 (S14),com: dep para Facilidade de Parto Direta (CED), top 30% ou melhor dep para Peso ao Nascer (BW), top 20% ou melhor; dep para Peso à Desmama (WW), top 30% ou melhor; dep para Área de Olho de Lombo (REA), melhor ou igual a top 2%.	50	Unidade	14,00	700,00
03	Sêmen Bovino GIR - Sêmen da Raça Gir Leiteira, que atenda às seguintes características mínimas, sendo o pai do touro provado pelo sùmaro Embrapa/ABCGIL 2013 com PTA Leite maior ou igual a 414 kg de leite e sua mãe com produção oficial encerrada acima de 6.500 kg de leite em até 305 dias de ordenha.	70	Unidade	14,00	980,00
04	SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2013, QUE ATENDA ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Holandesa, Cor preta e Branca, com uma confiabilidade produtiva igual ou maior a 85%, com PTA Leite maior que 1.000 libras, PTA Tipo igual ou maior que 1.70, com confiabilidade para Tipo maior ou igual a 80%; Composto de úbere igual ou maior que 0.90, Composto Pernas e Pés igual ou maior 2.0, Facilidade de Parto igual ou menor a 8% e Score de Célula Somática igual ou inferior à 2.90, Altura de Úbere Posterior maior ou igual a 1.80, Largura de Úbere posterior maior ou igual a 1.70; Forma Leiteira maior ou igual a 2.0	60	Unidade	14,00	840,00
05	Touro da raça GUZERÁ, inscrito no livro PO da ABCZ, com avaliação genética pelo PMGZ – 2013/2013, com as seguintes características: § Índice ABCZ, ranqueado como Top 4% ou melhor; § Top 9% ou melhor para Peso à Desmama – Efeito Direto (PD – ED); § Top 1% ou melhor para Peso ao Sobreano - efeito direto (PS – ED); § Top 5% ou melhor para Total Materno do peso à fase materna (TMM); § Top 3% ou melhor para Idade ao Primeiro Parto (IPP); § Top 2% ou melhor para Intervalo entre Primeiro e Segundo Parto (I2P).	40	Unidade	14,00	560,00
06	Sêmen Bovino TABAPUÃ - o Touro da raça Tabapuã, inscrito no livro PO da ABCZ, com avaliação genética pelo PMGZ – 2013/2013, com as seguintes características: § Índice ABCZ, ranqueado como Top 10% ou melhor; § Consanguinidade menor ou igual a 1%; § Top 25% ou melhor para Peso a Desmama - efeito direto (PD – ED); § Top 5% ou melhor para Peso ao Sobreano - efeito direto (PS – ED); § Top 10% ou melhor para Total Materno do peso à fase materna (TMM); § Top 8% ou melhor para Idade ao Primeiro Parto (IPP).	60	Unidade	14,00	840,00
07	Sêmen Bovino PARDO SUÍÇO - SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2013, QUE ATENDA ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Pardo Suíço: PTA Leite igual ou superior a + 230 lbs Mínimo 80 filhas em 60 rebanhos Composto Úbere igual ou superior a + 0,40 Vida Produtiva igual ou superior a + 1,0 Forma Leiteira maior ou igual a 2.0	40	Unidade	24,50	980,00
08	Carga Nitrogênio Líquido para botijão de armazenamento de Sêmen Bovino	180	Litros	5,00	900,00
09	Pacote Boinha Francesa IMV com 50 unidades	15	Unidade	25,00	375,00
10	Pacote Luva de Palpação 5 dedos especial Longa com 100 unidades - Uso veterinário	15	Unidade	29,50	442,50
TOTAL R\$					9.417,50

Valor do contrato: R\$ 9.417,50 (nove mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 21/03/2014 – Vigência: 21/03/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 45/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 45/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 31/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALDIR ABATI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.412.000/0001-03, estabelecida na Rua Presidente Costa e Silva, nº 430, sala B, Rio Hern, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, reparos de estrutura em geral, limpeza de caixas de captação pluvial e em recolocação de lajotas e paralelepípedos para as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva - reparos de estrutura em geral: Postos de Saúde, Escolas, Creches, Ginásios, Prédio da Prefeitura, ETA, garagens (melhorias de acessibilidade, mobilidade e pequenas reformas). Serviços Urbanos (recuperação de calçada, bocas de lobo e meio fio), consertos hidráulicos e pinturas. É de responsabilidade da contratada pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de Segurança, Encargos Sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais, transporte (deslocamento, equipamentos, ferramentas). A Contratada deverá ter registro - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)	2000	Horas	24,90	49.800,00
02	Empresa Especializada em Serviço de Recolocação de Lajotas e paralelepípedos, incluso máquina de compactação. (com fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos) - A segurança viária no local da obra cabe à contratada (colocação de cones, placas de sinalização e fitas zebradas) Município de Schroeder.	2000	Metros quadrados	14,90	29.800,00
03	Empresa Especializada em limpeza de caixas de captação pluvial (bocas de lobo), retirada de grade de ferro ou concreto, obstruídas por barro, pedras e areia, trazidas pelas enxurradas e inundações e afixar grade de ferro ou concreto. A segurança viária no local da obra cabe a contratada (colocação de cones, placas de sinalização e fitas zebrada) Município de Schroeder.	4000	Unidades	11,40	45.600,00
TOTAL R\$					125.200,00

Valor do contrato: R\$ 125.200,00 (cento e vinte e cinco mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 21/03/2014 – Vigência: 21/03/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato de Registro de Preços Nº. 08/2014 - FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato de Registro de Preços nº. 08/2014 - FAS

Processo de licitação nº. 03/2014–FAS – Pregão Presencial Registro de Preços nº. 02/2014–FAS



Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.532.066/0001-10, estabelecida na Rua Quintino Bocaiúva, nº 64, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-680.

1.1. Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos para reforma e/ou substituição do Grupo de Skate 2014, grupo este do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, da Secretária de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Kit infante juvenil contendo (6 à 10 anos): Par de Cotoveleira amadora, revestida de espuma acolchoada, capa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Joelheira amadora, revestida de espuma acolchoada, caoa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Munhequeira amadora para proteção de pulsos, proteção rígida na parte interna e externa do pulso, tamanho: único, com ajuste em velcro, acabamento em couro.	40	Unidade	39,90	1.596,00
02	Kit juvenil contendo (11 à 15 anos): Par de Cotoveleira amadora, revestida de espuma acolchoada, capa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Joelheira amadora, revestida de espuma acolchoada, caoa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Munhequeira amadora para proteção de pulsos, proteção rígida na parte interna e externa do pulso, tamanho: único, com ajuste em velcro, acabamento em couro.	40	Unidade	69,90	2.796,00
03	Kit adulto contendo (15 à 18 anos): Par de Cotoveleira amadora, revestida de espuma acolchoada, capa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Joelheira amadora, revestida de espuma acolchoada, caoa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Munhequeira amadora para proteção de pulsos, proteção rígida na parte interna e externa do pulso, tamanho: único, com ajuste em velcro, acabamento em couro.	10	Unidade	79,90	799,00
04	Lixa preta composta de pó de ferro.	60	Unidade	7,50	450,00
05	Capacete revestido internamente de espuma, com tira de sustentação com proteção de queixo próprio para a prática do esporte (skate). Tamanho adequado para crianças com idade de 06 à 10 anos.	10	Unidade	49,80	450,00
06	Capacete revestido internamente de espuma, com tira de sustentação com proteção de queixo próprio para a prática do esporte (skate). Tamanho adequado para crianças com idade de 11 à 16 anos.	10	Unidade	49,90	499,00
07	Shape: de madeira pinho, largura 19cm, comprimento 80 cm, com 7 lâminas, lixa preta composta de pó de ferro. A furação do shape deve ser com medidas e padrões adequados (devem situar-se em linha reta). Os parafusos devem ser adequados com chave philips e material galvanizado.	40	Unidade	53,50	2.140,00
08	Kit amortecedor, composto de 4 amortecedores e 2 chupetas. O kit para os 2 trucks.	40	Unidade	7,50	300,00
09	Jogo de Parafusos contendo 8 parafusos philips com porcas	40	Unidade	4,90	196,00
TOTAL R\$					9.274,00

Valor do contrato: R\$ 9.274,00 (nove mil duzentos e setenta e quatro reais)

Data da Assinatura: 21/03/2014 – Vigência: 21/03/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 2.897/2014, de 20 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.897/2014, de 20 de março de 2014

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2014 – SECEL/PMS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei

Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologada a lista classificatória referente ao Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 001/2014 - SECEL/PMS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1449, de 19 de março de 2014, p. 515 a 517 e seguintes.

Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, contados a partir da data de homologação, conforme disposto nos Itens 1.3 e 1.4 do Edital n.º 001/2014 – Edital de Abertura do Processo Seletivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 20 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 2.898/2014 de 20 de Março de 2014**

DECRETO Nº 2.898/2014 de 20 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº. 5.497/2014, de 21 de Março de 2014.**

PORTARIA Nº. 5.497/2014, de 21 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Odette Jaqueline Sadzinski, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº FG-2-C , com efeitos retroativos a partir de 20/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de março de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Cancelamento Dispensa Nº 01/2014-FIA**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 1/2014 - DL**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 1/2014  
Data do Processo: 20/03/2014

**Objeto:** Contratação de prestadora de seguro para veículo Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680, na cor Branca, alcool/gasolina lotado no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2014**

**Motivo:** Processo cancelado, pois as despesas do Conselho Tutelar são administradas pelo Fundo da Prefeitura Municipal.

Schroeder, 21 de Março de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 15/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 12/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais para serviço de inseminação para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2013, QUE ATENDA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Jersey confiabilidade produtiva igual ou superior a 85%, com PTA Leite igual ou maior que 400 libras, PTA Tipo positivo; PTA Gordura maior ou igual a 0.15% (percentil); PTA Proteína maior ou igual a 0.03% (percentil); Composto de Ubers positivo; Contagem de células Somáticas menor ou igual a 2.90; Vida Produtiva maior ou igual a 1.0	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	SEMEX MONF	0	14.0000	1
2	Sêmen Bovino LIMOUSIN - Sêmen de touro da raça Limousin, mocho, com avaliação genética em Associação da América do Norte, rodada não inferior à Primavera de 2014 (S14) com: dep para Facilidade de Parto Direta (CED), top 30% ou melhor dep para Peso ao Nascer (BW), top 20% ou melhor; dep para Peso à Desmama (WW), top 30% ou melhor; dep para Área de Ombro de Lombo (REA), melhor ou igual a top 2%.	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	SEMEX SENA	0	14.0000	1
3	Sêmen Bovino GIR - Sêmen da Raça Gir Leiteira, que atenda às seguintes características mínimas, sendo o pai do touro provado pelo sumário Embrapa/ABCGL 2013 com PTA Leite maior ou igual a 414 kg de leite e sua mãe com produção oficial encerrada acima de 6.500 kg de leite em até 305 dias de ordenha.	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	SEMEX COLIS	0	14.0000	1
4	SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2013, QUE ATENDA AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Holandesa, Cor preta e Branca, com uma confiabilidade produtiva igual ou maior a 85%, com PTA Leite maior que 1.000 libras, PTA Tipo igual ou maior que 1.70, com confiabilidade para Tipo maior ou igual a 80%; Composto de ubere igual ou maior que 0.90, Composto Pernas e Pes igual ou maior 2.0, Facilidade de Parto igual ou menor a 8% e Score de Célula Somática igual ou inferior a 2.90, Altura de Ubers Posterior maior ou igual a 1.80, Largura de Ubers posterior maior ou igual a 1.70; Forma Leiteira maior ou igual a 2.0	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	SEMEXATTR	0	14.0000	1
5	Touro da raça GUZERÁ, inscrito no livro PO da ABCZ, com avaliação genética pelo PMGZ - 2013/2013, com as seguintes características: § Índice ABCZ, ranqueado como Top 4% ou melhor; § Top 9% ou melhor para Peso à Desmama - Efeito Direto (PD - ED); § Top 1% ou melhor para Peso ao Sobreano - efeito direto (PS - ED); § Top 5% ou melhor para Total Materno do peso à fase materna (TMM); § Top 3% ou melhor para Idade ao Primeiro Parto (IPP); § Top 2% ou melhor para intervalo entre Primeiro e Segundo Parto (2P).	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	SEMEX CONC	0	14.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 12/2014      Data do Registro: 21/03/2014      Válido até: 21/03/2015

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais para serviço de inseminação para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Sêmen Bovino TABAPUÁ - o Touro da raça Tabapuá, inscrito no livro PO da ABCZ, com avaliação genética pelo PMGZ - 2013/2013, com as seguintes características: § Índice ABCZ, ranqueado como Top 10% ou melhor; § Consangüinidade menor ou igual a 1%; § Top 25% ou melhor para Peso a Desmama - efeito direto (PD - ED); § Top 5% ou melhor para Peso ao Sobrêano - efeito direto (PS - ED); § Top 10% ou melhor para Total Materno do peso à fase materna (TMM); § Top 8% ou melhor para Idade ao Primeiro Parto (IPP).	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	SEMEX LICOF	0	14,0000	1
7	Sêmen Bovino PARDO SUÍÇO - SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A DEZEMBRO DE 2013, QUE ATENDA ÀS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Pardo Suíço: PTA Leite igual ou superior a + 230 lbs Mínimo 80 filhas em 60 rebanhos Composto Ubre igual ou superior a + 0,40 Vida Produtiva igual ou superior a + 1,0 Forma Leiteira maior ou igual a 2,0	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	SEMEX GOLD	0	24,5000	1
8	Carga Nitrogênio Líquido para botijão de armazenamento de Sêmen Bovino	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	AIR LIQUIDE	0	5,0000	1
9	Pacote Bainha Francesa IMV com 50 unidades	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	IMV	0	25,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 12/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais para serviço de inseminação para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Pacote Luva de Palpação 5 dedos especial Longa com 100 unidades - Uso veterinário	UN	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO (10682)	GLOVEMAX	0	29.5000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 12/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais para serviço de inseminação para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2014  
PROCESSO Nº 33/2014

(10682) - SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO

Schroeder, 21 de Março de 2014.

**Dispensa nº 22/2014-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 22/2014 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 51/2014</b> <b>Data: 21/03/2014</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A <b>Endereço:</b> AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 11711 <b>Cidade:</b> São Paulo - SP <b>CNPJ:</b> 61.074.175/0001-38	<b>Código:</b> 9905  <b>Inscrição Estadual:</b> 108244683111
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de prestadora de seguro para veículo Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680, na cor Branca, alcool/gasolina lotado no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	seguro para veículo Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680, na cor Branca, alcool/gasolina lotado no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social.	UN	1.032,00	1.032,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Garantir a segurança dos profissionais que irão dirigir o veículo, terceiros e também o patrimônio.

Schroeder, 21 de Março de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 22/2014 - DL****Processo Nr.: 51/2014**  
**Data: 21/03/2014**

Folha: 2/2

19/3/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Março de 2014

**Valor da Despesa:** 1.032,00 (um mil e trinta e dois reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 13/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 10/2014			Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, reparos de estrutura em geral, limpeza de caixas de captação pluvial e em recolocação de lajetas e paralelepípedos para as Secretarias d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva - reparos de estrutura em geral: Postos de Saúde, Escolas, Creches, Ginásios, Prédio da Prefeitura, ETA, garagens (melhorias de acessibilidade, mobilidade e pequenas reformas). Serviços Urbanos (recuperação de calçada, bocas de lobo e meio fio), consertos hidráulicos e pinturas. É de responsabilidade da contratada pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de Segurança, Encargos Sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais, transporte (deslocamento, equipamentos, ferramentas). A Contratada deverá ter registro - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)	H	VALDIR ABATIME (12282)		0	24,9000	1
2	Empresa Especializada em Serviço de Recolocação de Lajotas e paralelepípedos, incluso máquina de compactação, (com fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos) - A segurança viária no local da obra cabe à contratada (colocação de cones, placas de sinalização e fitas zebradas) Município de Schroeder.	M²	VALDIR ABATIME (12282)		0	14,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Número do Registro de Preços: 10/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, reparos de estrutura em geral, limpeza de caixas de captação pluvial e em recolocação de lajotas e paralelepípedos para as Secretarias d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Empresa Especializada em limpeza de caixas de captação pluvial (bocas de lobo), retirada de grade de ferro ou concreto, obstruídas por barro, pedras e areia, trazidas pelas enxurradas e inundações e afixar grade de ferro ou concreto. A segurança viária no local da obra cabe a contratada (colocação de cones, placas de sinalização e fitas zebrada) Município de Schroeder.	UN	VALDIR ABATI ME (12282)		0	11,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Número do Registro de Preços: 10/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, reparos de estrutura em geral, limpeza de caixas de captação pluvial e em recolocação de lajetas e paralelepípedos para as Secretarias d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014  
PROCESSO Nº 31/2014  
(12282) - VALDIR ABATI ME

Schroeder, 21 de Março de 2014.



ATA REGISTRO DE PREÇOS POREGÃO PRESENCIAL 02/2014-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 2/2014				Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos para reforma e/ou substituição do Grupo de Skate 2014, grupo este do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Kit infante juvenil contendo (6 à 10 anos): Par de Cotovaleira amadora, revestida de espuma acolchoada, capa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Joelheira amadora, revestida de espuma acolchoada, caoa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Munhequeira amadora para proteção de pulsos, proteção rígida na parte interna e externa do pulso, tamanho: único, com ajuste em velcro, acabamento em couro.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	LAZER	0	39,9000	1
2	Kit juvenil contendo (11 à 15 anos): Par de Cotovaleira amadora, revestida de espuma acolchoada, capa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Joelheira amadora, revestida de espuma acolchoada, caoa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Munhequeira amadora para proteção de pulsos, proteção rígida na parte interna e externa do pulso, tamanho: único, com ajuste em velcro, acabamento em couro.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	LAZER	0	69,9000	1
3	Kit adulto contendo (15 à 18 anos): Par de Cotovaleira amadora, revestida de espuma acolchoada, capa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Joelheira amadora, revestida de espuma acolchoada, caoa de poliéster, velcro reforçado nas duas extremidades, nas cores preto ou azul. Par de Munhequeira amadora para proteção de pulsos, proteção rígida na parte interna e externa do pulso, tamanho: único, com ajuste em velcro, acabamento em couro.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	TRAXART	0	79,9000	1
4	Lixa preta composta de pó de ferro.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	NORTON	0	7,5000	1
5	Capacete revestido internamente de espuma, com tira de sustentação com proteção de queixo próprio para a prática do esporte (skate). Tamanho adequado para crianças com idade de 06 à 10 anos.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	NORTON	0	49,8000	1
6	Capacete revestido internamente de espuma, com tira de sustentação com proteção de queixo próprio para a prática do esporte (skate). Tamanho adequado para crianças com idade de 11 à 16 anos.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	LAZER	0	49,9000	1
7	Shape: de madeira pinho, largura 19cm, comprimento 80 cm, com 7 lâminas, lixa preta composta de pó de ferro. A furação do shape deve ser com medidas e padrões adequados (devem situar-se em linha reta). Os parafusos devem ser adequados com chave philips e material galvanizado.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	REACT/SODIL	0	53,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos para reforma e/ou substituição do Grupo de Skate 2014, grupo este do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Kit amortecedor, composto de 4 amortecedores e 2 chupetas.O kit para os 2 trucks.	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	TILT	0	7.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos para reforma e/ou substituição do Grupo de Skate 2014, grupo este do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Jogo de Parafusos contendo 8 parafusos philips com porcas	UN	LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA (11481)	W7	0	4,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 21/03/2014		Válido até: 21/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de equipamentos para reforma e/ou substituição do Grupo de Skate 2014, grupo este do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014  
PROCESSO Nº 3/2014

(11481) - LOCOMOTIVOS CONFECÇÕES LTDA

Schroeder, 21 de Março de 2014.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Decreto Nº 064/2014

DECRETO Nº. 064/2014 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RENATO ODAIR DE ALMEIDA PARA O CARGO DE FISCAL SANITARIO E AMBIENTAL, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 001/2014, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. RENATO ODAIR DE ALMEIDA, portador do CPF nº. 009.234.129-21, RG nº. 4.815.419-9, para o Cargo de FISCAL SANITARIO E AMBIENTAL, com lotação junto a Secretaria de Saúde, Nível 32, do Grupo 3 – SOP, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### Decreto Nº 065/2014

DECRETO Nº 065/2014 de 18 de março de 2014.

"Dispõe sobre resultado da ata de classificação e homologação Final do Concurso Público Municipal 001/2014. E da outras providências.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e nos termos do presente documento, torna Público o resultado final e homologação do Concurso Público Municipal Edital Nº 001/2014, do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, conforme determina o referido Edital.

Art. 1º - Fica Divulgado e Homologado o resultado final do Concurso Público Nº 001/2014, do Município de Serra Alta (SC).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 14 de março de 2014, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 18 de março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### Decreto Nº 061/2014

DECRETO Nº 061/2014 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"Dispõe sobre exoneração da Servidora INÊS ROSEGHINI GAMBA para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências"

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a as Leis Municipais n.º 692/2006 de 13/04/2006 e 684/2005 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a Servidora INÊS ROSEGHINI GAMBA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 11 do grupo 1 - SEG, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo o vencimento constante na lei nº684/2005 de 13/12/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 17 de Março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### Decreto Nº 067/2014

DECRETO Nº 067/2014 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

"Dispõe sobre exoneração do Servidor WILLIAN JHONATAN SCHNEIDER ROSSATTO para o cargo de Operador de Máquinas, e dá outras providências"

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a as Leis Municipais n.º 692/2006 de 13/04/2006 e 684/2005 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido o Servidor WILLIAN JHONATAN SCHNEIDER ROSSATTO, para o cargo de Operador de Máquinas, Nível 32 do Grupo 3 - SOP, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, percebendo o vencimento constante na lei nº684/2005 de 13/12/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 19 de Março de 2014.  
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO  
Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:  
VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **Resolução Nº 001/2014**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA  
SERRA ALTA- SC  
RESOLUÇÃO 001/2014

FICA PRORROGADO O PRAZO PARA INSCRIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR, ALTERANDO CALENDÁRIO OFICIAL ELEITORAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA.

DANIELA ZANELLA DONIDA, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal n.º 8.069/90 e Lei Municipal n.º 604/2003, o Conselho aprovou e fica promulgada esta resolução, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para inscrições do Conselho Tutelar, alterando o calendário Oficial do Município de Serra Alta/SC, até o dia 26 de março de 2014.

Serra Alta, 19 de Março de 2014.  
DANIELA ZANELLA DONIDA  
Presidente CMDCA

#### **ANEXO I - CALENDÁRIO ELEITORAL:**

Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

05/03/2014 – Publicação do Edital;

10/03/2014 à 26/03/2014 – Inscrição dos Candidatos;

27/03/2014 – Às 9:00 Horas - Publicação da resolução com a relação de candidatos inscritos e abertura do prazo de 03 (três) dias para impugnação;

01/04/2014 – Prazo para interpor recurso da lista de candidatos com inscrição INDEFERIDA;

04/04/2014, a partir das 16:00 horas – Publicação de candidatos aptos a participar da capacitação prévia;

09/04/2014 – Capacitação;

10/04/2014 – Provas de conhecimento;

15/04/2014 – Divulgação da lista de candidatos aptos a participar da eleição;

28/04/2014 – Eleição; das 8:00 Horas à 16:30 horas, sem fechar ao meio dia;

30/04 – Capacitação para os eleitos;

02/05 – Posse e início dos trabalhos.

### **Decreto Nº 069/2014**

DECRETO Nº 069/2014 DE 19 DE MARÇO 2014.

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho Municipal de Educação do Município de Serra Alta/SC.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei 641/2004 de 30/11/2004.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Educação do Município de Serra Alta – SC:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: AUREA PERUZZO

Suplente: SILMARA FREITAS

Representantes da APP da Rede Estadual de Ensino

Titular: CARLOS ZAMIGNAN

Suplente: VALDECIR STRAPAZZON

Representantes da APP da Rede Municipal de Ensino da Educação Infantil

Titular: SILVANE CERIZOLLI BAESSO

Suplente: EDIONE DETONI

Representantes do SINTE

Titular: IRIA BARP

Suplente: LUIZ CERIZOLLI

Representante da APP da Rede Municipal do Ensino Fundamental

Titular: GILBERTO FICAGNA

Suplente: WALDIR DA CUNHA

Representante da Rede Municipal de Ensino Fundamental

Titular: IVANI TOMAZELLI GERMINIANI

Suplente: ELIDES MARIA MAI VIVAN

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: CARLOS ALBERTO BENVENUTTI

Suplente: CESAR SPEROTO

Representante da Casa da Cultura

Titular: LIONE FICAGNA

Suplente: ELONI CERUTTI CEREJO

Representante da Associação Comercial e Industrial -ACISA

Titular: JANICE RIGO

Suplente: REJANE DE CARLI

Art. 2º - O mandato do Conselho terá duração de 02 (dois) anos.

Art.3º - Necessitando um Conselheiro se afastar por prazo superior a seis meses, será designado um substituto enquanto durar o seu impedimento.

Art 4º - A função do conselheiro será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerada como relevante serviço prestado ao município.

Art 5º - O Conselho Municipal de Educação realizará reuniões de acordo com o estabelecido em seu Regimento.

Art 6º - Ao CME compete:

I - Obedecer o Regimento Interno do CME;

II - Estabelecer em conjunto com o Executivo Municipal, diretrizes gerais da Política Educacional do Município, com base na



Legislação vigente;

III - Acompanhar o desenvolvimento da educação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

IV - Avaliar o recenseamento e chamada anual da matrícula, acesso, evasão e aprovação escolar;

V - Propor a política e respectivas metas quanto à formação de recursos humanos da Educação Municipal;

VI - Propor, aprovar e avaliar a execução do plano Municipal de educação e do Planejamento do Serviço de Orientação Educacional;

VII - Emitir parecer sobre assuntos ou questões de sua competência, que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal ou Secretaria Municipal de Educação;

VIII - Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação;

IX - Participar de Campanhas Educativas coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação;

X - Conhecer a Legislação pertinente a Secretaria Municipal de Educação;

XI - Conhecer e reestruturar, quando necessário, o Regimento Interno do CME;

XII - Conhecer a Lei do Sistema Municipal de Ensino, Estatuto e Plano de Carreira do Magistério;

XIII - Realizar integração com os demais Conselheiros ligados a Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de planejar conjuntamente o plano de Ação referente a cada ano;

XIV - Participar de palestras e Cursos de Aperfeiçoamento referente ao trabalho dos Conselheiros;

XV - Eleger entre os Conselheiros a Diretoria deste.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando o Decreto nº075/2013 de 25 de abril 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

## Decreto Nº 068/2014

DECRETO Nº 068/2014 de 19 de março de 2014.

"Homologa as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de acordo com Edital nº 001/2014"

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e nos termos do presente documento, defere inscrições dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado Nº001/2014, do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, conforme determina o referido Edital.

Art. 1º - Ficam homologada as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado Nº001/2014, do Município de Serra Alta (SC), as quais preencham os requisitos exigidos, a/ aos seguintes funções/cargos:

AUXILIAR DE ENFERMAGEM - CÓDIGO 001		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
002	CRISTIANA MARTELLO	009.550.809-08
004	ADRIANA BALLOLLI PRIOR	044.185.469-95

012	PRISCILA WERNER	032466309-92
026	DEBORA SUELEN PACASSA	088.226.669-17
027	IVANETE ZAPANI CEREZOLLI	692.725.499-49

### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – CÓDIGO 002

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
015	MARLUCIA DA SILVA VACARI	174.329.758-09
016	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	898.109.299-00
029	VANUZA TEREZINHA DOS SANTOS MENDES	029.101.029-63

### AGENTE EDUCATIVO – CÓDIGO 003

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
001	TALLYSSA CEREJO	096.758.049-80
003	ELENIR KREMER SGARBI	028.479.369-80
006	GESSICA IRENE DERTZBACHER VIANA	096.206.069-06
007	DERLICE TURMINA	036.324.529-46
008	LUCIA EUZEBIO	036.612.699-76
009	ELAINE SALETE JUNG	987.393.289-53
010	DILVANE SCHIRMANN	087.066.179-56
011	MARCIANE RODRIGUES DA SILVA	042.629.129-81
013	JULIANA WERLANG	041.276.089-43
014	SILVANE NEMERSKI	061.086.459-97
018	FRANCINE PACASSA	064.043.889-01
020	CATIANE APARECIDA BEGNINI	076.822.139-06
021	MARIA LUCIA FREY	074.030.129-25
024	ANA CLAUDIA SENHOR	085.449.409-00

### PROFESSOR DE ARTES- CÓDIGO 004

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
028	LUANA ANTUNES	093.417.009-65
025	VANDERLEA PRIOR MARTINELLI	824.709.369-34

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CÓDIGO 005

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
005	GABRIELA CARLA STRAPAZZON	091.362.069-62
017	FABIANA PARIZOTTO	074.812.679-10
019	SOLANGE LAUX	034.419.279-23
022	MAICON VOLMIR VITORIA	092.512.989-55
023	KARINE ENGEL DA CUNHA	066.217.629-41

Art. 2º – Foram homologadas inscrições, as quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº001/2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 19 de março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração



**Decreto Nº 060/2014**

DECRETO Nº. 060/2014 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

“INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CONFORME EDITAL Nº 001/2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado Municipal conforme Edital nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Serra Alta, composta pelos seguintes membros:

AUREA PERUZZO - Coordenadora

PABLO LUIZ ZORZI - Membro

SILVANES CERIZOLLI BAESSO - Membro

LIANE DE ALMEIDA – Membro

MICHELI SANTORO – Membro

JAQUELINE NOAL DONIDA - Membro

Art. 2º. À Comissão compete resolver casos não previstos no Edital nº 001/2014 e acompanhar todo processo para contratação do profissional, bem como o resultado da homologação das inscrições dos candidatos inscritos, apreciar os recursos previstos no item do Edital nº 001/2014.

Art. 3º. As decisões da Comissão de Acompanhamento do Edital do Processo Seletivo Simplificado serão tomadas pela maioria, cabendo ao coordenador o desempate.

Art. 4º. O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta(em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**Decreto Nº 070/2014**

DECRETO Nº 070/2014 DE 19 DE MARÇO DE 2014.

“Dispõe sobre o Calendário Fiscal para Pagamento de Impostos Municipais e dá outras providências”

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao Art. 47 parágrafo 2º do Código Tributário Municipal – Lei Municipal nº 403/98,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definido o Calendário Fiscal de Serra Alta, para pagamento de Alvará de Licença para Localização e Permanência - IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), Alvará Sanitário e ISS (Imposto Sobre Serviços), referente ao Exercício de 2013:

ALVARÁ	VENCIMENTO
Pagamento em cota única	14/03/2014

IPTU	VENCIMENTO
Pagamento à vista/Parcela Única	07/06/2014
1ª Parcela	07/06/2014
2ª Parcela	07/07/2014
3ª Parcela	07/08/2014

ISS	VENCIMENTO
1ª Parcela	20/02/2014
2ª Parcela	20/03/2014
3ª Parcela	20/04/2014
4ª Parcela	20/05/2014
5ª Parcela	20/06/2014
6ª Parcela	20/07/2014
7ª Parcela	20/08/2014
8ª Parcela	20/09/2014
9ª Parcela	20/10/2014
10ª Parcela	20/11/2014
11ª Parcela	20/12/2014
12ª Parcela	20/01/2015

ALVARÁ SANITÁRIO	VENCIMENTO
Pagamento em cota única	04/04/2014

Art. 2º. Os pagamentos poderão ser efetuados nas agências Bancárias.

Parágrafo Único. Após o vencimento, os impostos sofrerão acréscimo de multa e juros ocorridos no período, na forma do Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Ao término do Exercício de 2014, os débitos serão lançados em dívida ativa e os pagamentos somente poderão ser quitados na Tesouraria Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Este Decreto Revoga o Decreto Nº 164/2013 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2013 e as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Serra Alta/SC, 19 de março de 2014.

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### **27 2014 Aviso de Licitação Pregao Escavadeira**

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 0027/2014  
/ PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº 007/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 07/04/2014, às 09:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Aquisição de 1 (uma) escavadeira hidráulica nova conforme contrato de repasse nº 790537/2013/MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, referente ao processo nº 2624.1008517-18/2013, o edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores Informações: (48) 3435 3188.

Siderópolis, 21 de março de 2014.

FABÍOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

**Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito 210 - 599/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 210 599/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXW9745	55307329D	5010/0	15/12/2012	162 * I
LXW9745	55307330D	6408/0	15/12/2012	221
MKL1010	55307326D	6599/2	04/12/2012	230 * V
MKL1010	55307327D	5452/1	04/12/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLÍCIA

**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 600/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 210 600/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM3211	55307168D	6912/0	29/11/2012	232
MEG4976	55307041D	5045/0	14/12/2012	162 * V
MEG4976	55307042D	5835/0	14/12/2012	195
MFV1151	55307324D	6599/2	30/11/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLÍCIA

**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 601/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 210 601/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGI9274	55307311D	5010/0	03/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGI9274	55307312D	6599/2	03/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGI9274	55307313D	6408/0	03/11/2012	R\$ 85,12	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLÍCIA

**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 602/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 210 602/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BMI0778	55307321D	5541/1	18/11/2012	181 * XVII
MBB7080	55307316D	5010/0	06/11/2012	162 * I
MBB7080	55307317D	6912/0	06/11/2012	232
MCP5304	55307282D	6912/0	02/01/2013	232
MCP5304	55307283D	6637/2	02/01/2013	230 * IX
MCV2763	55307325D	6599/2	03/12/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLÍCIA

**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 603/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 210 603/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KLE6836	55512392C	6920/0	23/10/2012	R\$ 127,69	233
MJU1734	55307304D	5010/0	25/10/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLICIA



**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 604/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 210 604/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HSE4820	55307043D	5010/0	23/12/2012	162 * I
HSE4820	55307044D	6599/2	23/12/2012	230 * V
HSE4820	55307173D	6408/0	23/12/2012	221
LWW3636	55307284D	5010/0	05/01/2013	162 * I
LWW3636	55307285D	6726/1	05/01/2013	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH

DELEGADO DE POLÍCIA

**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 605/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 210 605/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCS3690	55307290D	6599/2	21/01/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH

DELEGADO DE POLÍCIA

**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 607/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 210 607/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBP1407	55307314D	6599/2	06/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBP1407	55307315D	6408/0	06/11/2012	R\$ 85,12	221
MFM6175	55307062D	5010/0	06/12/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH  
DELEGADO DE POLÍCIA

**Editais de Notificação por Autuação pelo cometimento de Infração de Trânsito 210 - 608/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 210 608/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GZN6407	55307338D	5010/0	26/01/2013	162 * I
INK7742	55307297D	5010/0	17/02/2013	162 * I
INK7742	55307298D	6556/1	17/02/2013	230 * I
MBJ2160	55307174D	5010/0	09/01/2013	162 * I
MKJ6186	55307342D	5541/4	29/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE MARÇO DE 2014

JORGE LUIZ KOCH

DELEGADO DE POLÍCIA

# Sombrio

## PREFEITURA

### Lei 2130/2014

LEI Nº. 2130, DE 20 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos, a concessão de auxílio moradia e alimentação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos, instituído pela Medida Provisória nº 621, de 08 de julho de 2013, convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 2º. Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a conceder auxílio moradia e auxílio alimentação aos médicos participantes do Programa Mais Médicos, estendido a este Município pela presente lei.

§ 1º. O auxílio moradia e o auxílio alimentação serão pagos em pecúnia a cada médico participante do Programa Mais Médicos, e atuante neste Município, nos seguintes valores mensais:

I – Auxílio moradia, no valor mensal de R\$ 2.500,00

II – Auxílio alimentação, no valor mensal de R\$ 500,00

§ 2º. Os valores previstos no § 1º deste artigo serão automaticamente revistos anualmente na mesma data e índice da revisão geral dos servidores municipais.

Art. 3º. O auxílio moradia e o auxílio alimentação de que trata esta Lei, terá caráter indenizatório e não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração ou vantagens recebidas pelo profissional;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para a Previdência Social; e

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

Art. 4º. Cabe a Secretaria Municipal de Saúde a análise para a concessão ou revogação do auxílio moradia e o auxílio alimentação de que trata a presente Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações

orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Fica revogada a Lei nº 2118, de 17 de dezembro de 2013 e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio – SC, 20 de março de 2014.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Lei 2131/2014

LEI Nº. 2131, 20 DE MARÇO DE 2014.

CONCEDE REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Os vencimentos dos profissionais do magistério, ficam reajustados em 8,32 % (oito inteiros e trinta e dois centésimos por cento).

Art. 2º O reajuste de que trata esta Lei será considerado como antecipação da revisão geral anual de que trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, para o exercício de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de março de 2014.

Município de Sombrio – SC, 20 de março de 2014

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Lei 2132/2014

LEI Nº. 2132, de 20 DE MARÇO DE 2014.

FIXA O ÍNDICE DE REVISÃO GERAL DAS REMUNERAÇÕES E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O índice de revisão geral das remunerações e dos subsídios dos servidores públicos municipais, extensivo aos agentes políticos, aos admitidos em caráter temporário, aos Conselheiros Tutelares e demais formas de remuneração prevista na legislação municipal, da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal e art. 39, § 2º da Lei Municipal nº 1.414, 20/05/2003, a ser aplicado no mês de março de 2013, compreendendo o período de março de 2013 a fevereiro de 2014, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 5,39% (cinco inteiros e trinta e nove centésimos por cento).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir 01 de março de 2014.

Município de Sombrio, 20 de março de 2014

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria 001/2014**

PORTARIA Nº 001 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO – SC, Senhor José Paulo Custódio, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto 007, de 02 de janeiro de 2013 e Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e suas alterações, combinado com a Lei 1414, de 20 de maio de 2003.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Pedido o Servidor efetivo Sr. GEAN ALBINO DUARTE, Auxiliar Administrativo, matrícula 015, lotado junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Sombrio-SC, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 13 de março de 2014.

JOSÉ PAULO CUSTÓDIO

Diretor Presidente

**Portaria 002/2014**

PORTARIA Nº. 002, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO/SAMAE Nº. 004/2014.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO-SC, Senhor José Paulo Custódio, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Nº 1114, de 07 de abril de 1997 e suas alterações, e Lei Complementar nº 006, de 7 de agosto de 2007 e suas alterações posteriores.

**RESOLVE:**

Art. 1( Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo/SAMAE nº 004/2014, integrada pelos Srs. José Paulo Custódio, Marcelo Euclides Tristão, José Sidnei Januário, Everton Luiz Santos e Maria Regina Quartieiro de Matos, para, sob a Presidência do primeiro, coordenar, supervisionar e executar o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE.

Parágrafo Único. A Comissão fica autorizada a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste processo seletivo.

Art. 2( O Poder Executivo poderá contratar empresa especializada na área para elaboração e julgamento do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3( - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 23 de março de 2014.

JOSÉ PAULO CUSTÓDIO

Diretor Presidente

**Decreto 062/2014**

DECRETO Nº 062, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DEPROCESSO SELETIVO Nº. 0002/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio

Cardoso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Item VI, Art. 66 da Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990.

**DECRETA:**

Art. 1( Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo nº 002/2014, integrada pelos Srs. Gislane Dias da Cunha, José Sidnei Januário, Marcelo Euclides Tristão, Everton Luiz Santos, Joelmo Silveira e Maria Regina Quartieiro de Matos, para, sob a Presidência do primeiro, coordenar, supervisionar e executar o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal.

Parágrafo Único. A Comissão fica autorizada a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste processo seletivo.

Art. 2( O Poder Executivo poderá contratar empresa especializada na área para elaboração e julgamento do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3( - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 21 de março de 2014.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Decreto 063/2014**

DECRETO Nº 063, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DEPROCESSO SELETIVO Nº. 0003/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Item VI, Art. 66 da Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990.

**DECRETA:**

Art. 1( Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo nº 002/2014, integrada pelos Srs. José Sidnei Januário, Marcelo Euclides Tristão, Everton Luiz Santos, Cleonaldo Colares Coelho e Maria Regina Quartieiro de Matos, para, sob a Presidência do primeiro, coordenar, supervisionar e executar o Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal.

Parágrafo Único. A Comissão fica autorizada a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste processo seletivo.

Art. 2( O Poder Executivo poderá contratar empresa especializada na área para elaboração e julgamento do Processo Seletivo, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3( - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 21 de março de 2014.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Decreto 064/2014**

DECRETO Nº 064, DE 21 DE MARÇO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 44.184,00 (quarenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.03 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.019 - Prevenção de Riscos à Criança e ao Adolescente - FIA

4.4.90.00.00.00.00.0078 – Aplicações Diretas R\$ 44.184,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 78.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 21 de março de 2014.

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Timbó****PREFEITURA****Portaria No 897, de 12 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 897, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014  
Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Jusceli Aparecida de Oliveira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal JUSCELI APARECIDA DE OLIVEIRA, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 863, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 07 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 898, de 12 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 898, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014  
Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
------	------------	-----	-----------------	---------



Sonia Gonçalves Tesser (Aumento do número de alunos)	25/01/71	032.142.079-97	44h	06/02/2014 a 10/04/2014
---	----------	----------------	-----	----------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 899, de 12 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 899, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Marcio John Thiesen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal MARCIO JOHN THIESEN do cargo de provimento efetivo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº GAPREF-553, de 05 de março de 2002, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 900, de 12 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 900, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Nádia Alexius Miranda, ocupante do cargo de provimento efetivo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal NÁDIA ALEXIUS MIRANDA, do cargo de provimento efetivo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº GAPREF-553, de 05 de março de 2002, a contar

desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 901, de 14 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 901, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Ana Paula Fachini Tiso, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ANA PAULA FACHINI TISO, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 864, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 07 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Portaria No 902, de 14 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 902, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Rubia Fozina Brehmer, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal RUBIA FOZINA BREHMER, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 805, de 14 de janeiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria No 903, de 14 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 903, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Elisandra Pazianoti Horst, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

##### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal ELISANDRA PAZIANOTI HORST, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 056, de 21 de janeiro de 2013, a contar de 03 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria No 904, de 14 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 904, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Josimery Roepcke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

##### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal JOSIMERY ROEPCKE, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 862, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 13 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria No 905, de 17 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 905, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Maristela Pissetta, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

##### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal MARISTELA PISSETTA, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 864, de 04 de fevereiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria No 906, de 17 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 906, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Inês Ender Goral, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 14 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

##### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal INÊS ENDER GORAL, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 864, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 14 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **Portaria Nº 909, de 20 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA Nº 909, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439,

de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Márcia Regina Biz Ropelato	862, de 04/02/2014	03/03/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 911, de 21 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 911, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Camila Fernanda Giovannella, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal CAMILA FERNANDA GIOVANELLA, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 864, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 03 de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 912, de 21 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 912, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera temporariamente a carga horária de servidores de provimento efetivo, para o cargo de Professor, no período de 05/02/2014 a 17/12/2014.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei

Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, para o ano letivo de 2014, ou seja, no período de 05/02/2014 a 17/12/2014, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Claudio Haubricht	18h/a	12h/a
Dirlene Vicente Salvador	18h/a	24h/a
Sandra Aparecida Ferrari	18h/a	43h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 920, de 24 de Fevereiro de 2014**

PORTARIA No 920, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Cristiane Roberta Bewiahn Tomaselli, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 11 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal CRISTIANE ROBERTA BEWIAHN TOMASELLI, contratada temporariamente para o cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 868, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 11 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de fevereiro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 922, de 03 de Março de 2014**

PORTARIA No 922, DE 03 DE MARÇO DE 2014

Exonera Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Ingrid Wetzel Corrêa	Coordenadora do Núcleo de Educação Infantil/ CC-4	Nº 08, de 02/01/2013
Sandra Regina Cunha de Moura	Assessora do Departamento de Ensino / CC-2	Nº 019, de 02/02/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria Nº 923, de 03 de Março de 2014**

PORTARIA Nº 923, DE 03 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Servidora para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 04 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, a Servidora abaixo relacionada, a contar de 04 de março do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Ingrid Wetzel Corrêa	Assessor do Departamento de Ensino / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 924, de 03 de Março de 2014**

PORTARIA No 924, DE 03 DE MARÇO DE 2014

Autoriza Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), a conduzirem veículos oficiais, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, a contar desta data, autorizadas a conduzirem veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)		
NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Ivana Dorlete Dallabona	Assessora de Serviços – Nivel I	02348360873 / B
Mariane Luiza Keutmann Stédile	Assessora de Serviços – Nivel I	01454217018 / AB

Art. 2º Ficam as servidoras desde já cientificadas que durante o período em que estiverem de posse do veículo são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC



**Portaria No 925, de 03 de Março de 2014**

PORTARIA No 925, DE 03 DE MARÇO DE 2014

Autoriza Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzirem veículos oficiais, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Ficam os Servidores Públicos Municipais abaixo identificados, a contar desta data, autorizados a conduzirem veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Maria de Lurdes Linhares	Técnica em Enfermagem	00923032040 / B
Samir Jorge Cury Ayache	Agente de Saúde Pública	02387388736 / AB

Art. 2º Ficam os servidores desde já cientificados que durante o período em que estiverem de posse do veículo são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Aviso Tomada de Preço N.º 31 2014 PMT - Revitalização Avenida Getúlio Vargas**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 31/2014

OBJETO: contratação de empresa, compreendendo material e mão-de-obra, para a execução de serviços de revitalização da Avenida Getúlio Vargas conforme contrato de repasse N.º CT 770985/2012 - APF 0388004-36 que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Programa MCIDADES, representada pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Timbó/SC, objetivando a execução de ações relativas ao Planejamento Urbano para as Obras de Minimização dos Conflitos Intermodais e Reabilitação Urbana, tudo conforme memorial descritivo, projeto, quantitativo e orçamento estimativo e cronograma físico financeiro. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 09 de abril de 2014. ABERTURA: dia 09 de abril de 2014 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 18/03/2014.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**Aviso Pregão Presencial N.º 02 2014 Fct - Locação de Estrutura E Prestação de Serviço de Sonorização E Iluminação Cênica Para Festividade de Páscoa**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão Nº 02/2014

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO CÊNICA COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO E ESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA PARA FESTIVIDADES DE PÁSCOA QUE ACONTECERÁ DO DIA 05 AO DIA 13 DE ABRIL DE 2014 NO PARQUE CENTRAL DE TIMBÓ. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08:30 horas do dia 03 de abril de 2014. ABERTURA: dia 03/04/2014 às 08:35 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 21/03/2014.

JORGE R. FERREIRA

Presidente da Fundação Cultural

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 69 Regulamenta Processo Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº. 69/2014

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, REVOGA ARTIGOS DO ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO - LC nº. 40/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu, nos termos dos Art. 73, incisos I, III e XIII da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, sanciono a seguinte Lei:

DA SINDICÂNCIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas sobre procedimento administrativo disciplinar, no âmbito da Administração Pública do município de Treze Tílias, visando à uniformização dos procedimentos processuais administrativos disciplinares.

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se a todos os servidores da administração direta e indireta incluindo-se os servidores em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargo comissionado.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, entre outros, os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, impessoalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, razoável duração do processo, interesse público e eficiência.

Art. 3º A autoridade que de qualquer modo tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a dar conhecimento imediato ao Chefe do Executivo para a sua apuração pelos procedimentos previstos nesta Lei Complementar, assegurado ao acusado a ampla defesa.

Parágrafo único: Incorrerá a autoridade em responsabilidade administrativa caso constatada a omissão no cumprimento da obrigação das disposições deste artigo.

Art. 4º A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

Parágrafo único. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 5º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 6º Não haverá sobrestamento do processo administrativo disciplinar em virtude de ações na esfera judicial contra o servidor acusado, salvo na hipótese de necessidade declarada pela comissão, após prévia consulta ao Setor Jurídico do Município.

Parágrafo único. Ocorrendo o sobrestamento do feito o prazo

ficará interrompido até que seja resolvido o incidente.

#### CAPÍTULO II DA SINDICÂNCIA

Art. 7º. A sindicância é o meio de que se utiliza a Administração Pública para, sigilosa ou publicamente, com sindicados ou não, proceder à apuração de ocorrências anômalas, ocorrentes no serviço público.

Art. 8º. A sindicância se divide nas seguintes espécies:

I - investigativa ou preparatória;  
II - acusatória ou punitiva com penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias.

§ 1º A sindicância investigativa será instaurada quando o fato ou a autoria não se mostrarem evidentes ou não estiver suficientemente caracterizada a infração.

§ 2º Na portaria de sindicância investigativa constará a identificação da autoridade instauradora e dos membros que compõem a comissão com a indicação do presidente, a denúncia ou descrição das eventuais irregularidades ocorridas e o prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 3º A sindicância investigativa ou preparatória, será conduzida por um ou mais servidores efetivos e estáveis pertencentes a categoria funcional compatível com o objeto da apuração.

§ 4º A sindicância acusatória ou punitiva será conduzida por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo efetivo e estável, superior ou de mesmo nível na categoria funcional do sindicado, preferencialmente.

§ 5º Na portaria de sindicância acusatória ou punitiva constará a identificação da autoridade instauradora, dos membros da comissão com indicação do presidente e indicação dos prováveis servidores responsáveis e prazo para conclusão dos trabalhos.

Art. 9º. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;  
II – advertência;  
III – suspensão de até 30 (trinta) dias;  
IV – instauração de processo disciplinar.

Art. 10. Na sindicância não há necessariamente defesa, salvo no caso de sindicância acusatória ou punitiva, cujo prazo será de 10 (dez) dias.

Art. 11. Os autos de sindicância, como peça informativa, poderão integrar o processo disciplinar.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 12. O prazo para a conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

#### CAPÍTULO III PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 13. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor estável, em estágio probatório, com

vínculo celetista e em cargos comissionados, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

§ 1º O período do estágio probatório ficará suspenso com a instauração de qualquer procedimento administrativo disciplinar.

§ 2º Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou função gratificada, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Art. 14. Verificando-se necessária a aplicação da penalidade, o processo disciplinar será instaurado independentemente de sindicância, quando houver confissão lógica ou forem evidentes a autoria e a materialidade da infração.

Art. 15. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível na categoria funcional do acusado, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.

Parágrafo único. A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

Art. 16. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

§ 1º As reuniões da comissão terão caráter reservado, sendo que as audiências serão públicas.

§ 2º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo ao processo disciplinar, ficando seus membros e secretário, em tais casos, dispensados das atividades no órgão até a entrega do relatório conclusivo.

§ 3º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 17. Constatando-se que um dos membros da comissão está em licença médica ou em caso de afastamento de extrema necessidade, o presidente solicitará à autoridade instauradora a imediata substituição.

Parágrafo único. Os membros da comissão que derem motivo para a postergação ou não cumprimento de prazos serão responsabilizados administrativamente.

Art. 18. Todas as autoridades administrativas, independentemente de grau hierárquico, assim como todos os funcionários, servidores e agentes públicos, dos órgãos e entidades da Administração Pública devem conferir prioridade ao atendimento das requisições das comissões de processo administrativo disciplinar.

Parágrafo Único. O atendimento às requisições das comissões processantes deve ocorrer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, se outro prazo nelas não houver sido fixado, levando-se em conta a preclusão dos atos processuais, assim como a natureza e o grau de complexidade do objeto da requisição.

#### Seção I Dos Impedimentos

Art. 19. É impedido de atuar em processo administrativo como presidente ou membro da comissão, o servidor ou autoridade que:

- I - esteja em estágio probatório ou exerça exclusivamente cargo em comissão;
- II - tenha participado como perito, testemunha ou representante da parte;
- III - seja cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
- IV - tenha integrado comissão de sindicância da qual se originou o processo ou emitido parecer; e
- V - esteja litigando judicialmente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 20. O interessado poderá arguir o impedimento de forma incidental em autos apartados e sem suspensão da causa.

Art. 34. O indeferimento do incidente de impedimento poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

#### Seção II Fases do Processo

Art. 21. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
- II - instrução;
- III - defesa;
- IV - relatório conclusivo; e
- V - julgamento.

#### Subseção I Da Instauração

Art. 22. O processo administrativo disciplinar será instaurado mediante a expedição da Portaria, que indicará:

- I - a identificação funcional dos membros da comissão, com a indicação do presidente;
- II - a identificação dos prováveis servidores responsáveis;
- III - o resumo dos fatos;
- IV - a capitulação legal, caso seja possível;
- V - o prazo para a conclusão dos trabalhos.

Parágrafo único. Na portaria poderá constar a identificação do provável servidor responsável de forma abreviada.

Art. 23. A portaria poderá ser aditada, notificando-se o acusado e, caso já tenha ocorrido o interrogatório, deverá ser designado novo depoimento sobre os fatos apresentados na adição.

Art. 24. Iniciar-se-ão os procedimentos processuais disciplinares no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da Portaria na imprensa oficial do Município e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, e em caso de força maior, por prazo determinado a critério do Chefe do Executivo, não excedente a 60 (sessenta) dias.

Art. 25. A instalação é formalizada pela autuação da Portaria, e outros documentos que a instruírem, certidão ou cópia da ficha funcional do acusado, designação do dia, hora e local para a audiência inicial e citação do mesmo, para se ver processar e acompanhar, querendo, por si ou por seu procurador devidamente habilitado no processo, a instrução.

Parágrafo único. Constará do mandado de citação/notificação o nome completo e matrícula do servidor, a cópia da portaria instauradora do processo, o local, data e hora da primeira audiência, além do prazo para arrolar as testemunhas de defesa.

Art. 26. Quaisquer documentos, cuja juntada ao processo seja considerada necessária, deverão ser despachados, pelo presidente da comissão, com a expressão "junte-se aos autos" ou



equivalente, seguida de data e assinatura, lavrando o secretário o competente termo de juntada.

Parágrafo único. A numeração das folhas nos diversos volumes do processo será contínua, contando-se, porém, não se numerando, a capa e a contracapa, contendo em cada volume termo de encerramento e termo de abertura.

Art. 27. A citação do acusado dar-se-á pessoalmente, por escrito, com contra recibo e será acompanhada de cópia da portaria.

§ 1º No caso de se achar o acusado ausente do lugar onde deveria ser encontrado, será citado por via postal, em carta registrada com aviso de recebimento - AR, juntando-se ao processo o comprovante do registro e do recebimento ou por edital a ser publicado no órgão de imprensa oficial do Município.

§ 2º O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar imediatamente à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 3º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação, com as assinaturas de 02 (duas) testemunhas.

Art. 28. Quando, por 3 (três) vezes, o membro da comissão processante houver procurado o acusado em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

§ 1º No dia e hora designados, o membro da comissão comparecerá ao domicílio ou residência do acusado, a fim de realizar a diligência.

§ 2º Se o acusado não estiver presente, o membro da comissão procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o acusado se tenha ocultado.

§ 3º Da certidão de ocorrência, o membro da comissão deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

§ 4º Feita a citação com hora certa, a comissão enviará ao acusado carta registrada com Aviso de Recebimento - AR, dando-lhe de tudo ciência.

Art. 29. Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado 03 (três) vezes na imprensa oficial do Município, com intervalo de 05 (cinco) dias úteis de cada publicação, cujo prazo, nessa hipótese, será de 15 (quinze) dias para defesa, a contar da última publicação do edital.

§ 1º Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 2º Será designado um servidor, de preferência bacharel em direito, como defensor do acusado, se não atendida a citação por edital.

§ 3º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

#### Subseção II Da Instrução

Art. 30. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis,

objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Parágrafo único. É permitido o uso de prova emprestada, desde que respeitado o contraditório.

Art. 31. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º Compete ao advogado que postular no processo administrativo disciplinar informar telefone de contato, endereço eletrônico e profissional no qual receberá as intimações e notificações, bem como comunicar à comissão processante qualquer mudança de endereço.

§ 2º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 32. Na instrução, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão, interrogando-se, em seguida, o acusado, seguindo-se à inquirição das testemunhas arroladas pela defesa.

§ 1º Havendo denunciante, proceder-se-á à tomada de declarações do mesmo, antes da oitiva das testemunhas arroladas pela comissão.

§ 2º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, poderá ser promovida a acareação entre eles.

§ 3º Incumbe ao acusado, no prazo de 05 (cinco) dias a partir do seu interrogatório, apresentar o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, telefone, residência e o local de trabalho.

§ 4º Na instrução é lícito ao acusado oferecer até 10 (dez) testemunhas, indicando 3 (três), no máximo, para cada fato.

§ 5º Na hipótese da defesa arrolar testemunhas em número excedente ao fixado no parágrafo anterior, a comissão ouvirá somente as 10 (dez) primeiras constantes do rol oferecido.

§ 6º A comissão poderá arrolar as testemunhas que achar necessário à elucidação dos fatos, bem como proceder a mais de um interrogatório do acusado.

Art. 33. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do mesmo ser juntada aos autos.

§ 1º Se a testemunha for servidor público, civil ou militar, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 2º O acusado pode comprometer-se a levar à audiência a testemunha, independentemente de intimação, presumindo-se, caso não compareça, que desistiu de ouvi-la.

§ 3º A intimação poderá ser feita por outro meio, desde que atinja a finalidade.

Art. 34. Respeitado o limite disposto no art. 32, poderá o acusado durante a instrução, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não comparecerem, desde que presente

a substituta na audiência.

Art. 35. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo único. As testemunhas serão inquiridas separadamente, o mesmo ocorrendo com os interrogatórios, quando houver mais de um indiciado.

Art. 36. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo caso de proibição legal, nos termos do art. 207 do Código de Processo Penal.

§ 1º Quando a pessoa estranha ao serviço público se recuse a depor perante a comissão, o presidente solicitará à autoridade policial a providência cabível, se assim entender, a fim de ser ouvida no departamento policial.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o presidente da comissão encaminhará à autoridade policial, as perguntas sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.

§ 3º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 37. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial.

§ 1º O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

§ 2º O internamento do acusado, bem como a licença para tratamento de saúde após o interrogatório não suspende a tramitação do processo.

Art. 38. Havendo necessidade de prova pericial suspende-se o andamento do processo até a apresentação do laudo requerido.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 39. A fase instrutiva encerrar-se-á com Relatório de Instrução, no qual serão resumidos os fatos apurados, as provas produzidas e a convicção da Comissão Disciplinar sobre as mesmas, a identificação do acusado e das transgressões legais.

#### Subseção III Da Defesa

Art. 40. Após o relatório de instrução, o acusado ou seu representante legal serão notificados para apresentar defesa técnica no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que poderá juntar documentos, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, ou fora dela exclusivamente a procurador que seja advogado, mediante carga, no decurso do prazo.

§ 1º Havendo 2 (dois) ou mais acusados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 2º No caso de recusa do acusado ou do seu representante legal em por o ciente na cópia da notificação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a notificação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

§ 3º Na hipótese de não apresentação de defesa técnica, o Presidente designará um defensor ad hoc.

#### Subseção IV Do Relatório Conclusivo

Art. 41. Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 42. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido ao Chefe do Executivo, para julgamento, com parecer prévio do setor Jurídico do Município, quanto à legalidade do processo.

#### Subseção V Do Julgamento

Art. 43. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Proferido o julgamento serão notificados da decisão o servidor e seu defensor.

§ 4º O acusado, no processo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade julgadora adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a Comissão Processante, sem que implique cerceamento de defesa.

Art. 44. A extrapolação dos prazos previstos nesta Lei Complementar pela comissão ou pela autoridade julgadora não implica nulidade do processo.

Art. 45. Nos processos administrativos disciplinares em que a comissão processante sugerir a aplicação de quaisquer penalidades previstas em lei, a autoridade competente deverá previamente submetê-lo ao respectivo órgão jurídico para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

§ 5º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 46. O julgamento a ser efetuado pela autoridade julgadora é dirigido pelo livre convencimento, a qual é facultado divergir das conclusões do relatório da comissão, podendo, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Parágrafo único. Reconhecida pela comissão a inocência do servidor ou a inexistência do fato, o Chefe do Executivo determinará o seu arquivamento, salvo se entender de forma diversa, frente à prova dos autos, quando aplicará a penalidade cabível.

Art. 47. Verificada a ocorrência de vício insanável, o Chefe do Executivo declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

Art. 48. Quando a infração estiver capitulada como crime será remetido cópia do processo disciplinar ao Ministério Público para, se for o entendimento, instaurar a ação penal competente.

Art. 49. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade eventualmente aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

### Seção III Dos Recursos Subseção I

Art. 50. É cabível o pedido de reconsideração.

Art. 51. A petição de recurso observará os seguintes requisitos:

I - será dirigida ao Chefe do Executivo e protocolizada no setor Jurídico do Município, no qual tramita o processo original, devendo neste ser juntada;

II - trará a indicação do número do processo, o nome, qualificação e endereço do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões da inconformidade; e

IV - conterá o pedido de reforma da decisão recorrida.

Art. 52. O recurso será recebido no efeito meramente devolutivo, salvo se, a juízo da autoridade competente, for concedido efeito suspensivo.

Art. 53. O pedido de reconsideração não poderá ser renovado.

Art. 54. O prazo para interposição de pedido de reconsideração é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida pelo interessado ou defensor.

Art. 55. São peremptórios e improrrogáveis os prazos estabelecidos nesta seção.

Art. 56. Ao decidir o pedido de reconsideração, o Chefe do Executivo poderá provê-los total ou parcialmente, motivando as razões de decidir.

Parágrafo único. Os pedidos de reconsideração que forem providos darão lugar às retificações necessárias.

### Seção IV Da Revisão

Art. 57. Caberá revisão da decisão que puniu o servidor com demissão ou cassação de aposentadoria, quando:

I - se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido;

II - quando a decisão revista for contrária a texto expresso em lei ou à evidência de fatos novos, modificativos e extintivos da punição; e

III - na hipótese da decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.

Parágrafo único. O ônus da prova caberá ao requerente.

Art. 58. O direito de propor a revisão se extingue em 2 (dois) anos, contados do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

§ 1º Quando a revisão não se fundar nos casos contidos no elenco do artigo anterior será indeferida, desde logo, pela autoridade

competente.

§ 2º A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo.

§ 3º Nas hipóteses em que a penalidade aplicada for de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o pedido de revisão deverá ser submetido à análise do setor Jurídico do Município para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Art. 59. O processo originário acompanhará, obrigatoriamente, a petição da revisão.

### CAPÍTULO VI DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 60. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração da irregularidade, o Chefe do Executivo poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º Deverá constar da portaria de afastamento a determinação de que o servidor afastado ficará à disposição do órgão ao qual é vinculado, bem como da Comissão Processante durante o horário normal do expediente, em local certo e conhecido, a contar da ciência do ato.

§ 3º O não atendimento pelo servidor acusado à determinação disposta no parágrafo anterior configura prática de nova irregularidade e impõe a instauração de novo procedimento administrativo disciplinar.

§ 4º O não cumprimento será informado ao setor de pessoal e os dias ausentes serão descontados.

§ 5º É facultado ao órgão, dependendo da infração cometida, designar o servidor acusado para ter exercício em outro setor até o término do procedimento administrativo disciplinar.

### CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. Extinta a punibilidade pela prescrição, o Chefe do Executivo determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 62. Serão assegurados transporte e diárias aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 63. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário, especificamente os artigos 198 a 203 e artigos 205 a 239 da Lei Complementar 40/2011.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 20 de março de 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registada e publicada a presente lei complementar no DOM – Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

**Portaria Nº 041-14 - Concede Licença A Lourdes Puelacher**

PORTARIA Nº 041/14 DE 21 DE MARÇO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença sem vencimento, conforme Seção IX, art. 159 da Lei Complementar nº 40/2011, a Sra. LOURDES DE BASTIANI PUELACHER, CPF nº 400.691.929-87, residente e domiciliada neste município, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, do dia 24 de março de 2014 a 04 de abril de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,  
EM 21 DE MARÇO DE 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Credenciamento

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

SETOR DE COMPRAS

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 001/2014

O Município de Tunápolis - SC, através das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Transportes e Obras, torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas na área da Agricultura e de Transportes e Obras, para prestação de serviços de hora máquina, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 491, de 29 de janeiro de 2001 e o Decreto Municipal nº 1.603/2014, de 13 de março de 2014, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

#### 1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar Empresas para prestação de serviço de forma parcelada, hora máquina tipo Escavadeira Hidráulica e de Trator Esteira D-51, conforme Lei Municipal nº 491, de 29 de janeiro de 2001 e o Decreto Municipal nº 1603/2014, de 13 de março de 2014, da seguinte forma:

ESPECIALIDADES				CUSTOS EM R\$	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1000	H	Horas de serviço de Trator de Esteiras para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, para serviços constantes no cronograma de trabalho da Secretaria Municipal da Agricultura, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, atendendo as seguintes especificações: Peso operacional mínimo de 14.000 kg, potência mínima de 130 HP, com lâmina articulada e equipado com pé de pato, ano não inferior a 2.013.	200,00	200.000,00
2	200	H	Horas de serviço de Escavadeira Hidráulica, com potência de motor de no mínimo 90 HP, peso operacional mínimo de 13.000 Kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,60 m³, para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.	180,00	36.000,00
3	200	H	Horas de serviço de Escavadeira Hidráulica, com potência de motor de no mínimo 120 HP, peso operacional mínimo de 18.000 Kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,80 m³, para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.	200,00	40.000,00

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste certame é necessário conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 4.

2.2. Não serão admitidas:

2.2.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.2. Os interessados que por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou; e

2.2.3. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

2.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Empresa em participar do presente credenciamento, implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

## 3. DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1. A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 4, sendo que o credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo e nos termos estabelecidos no item 10, para as pessoas jurídicas habilitadas, observado os critérios de interesse público, e as necessidades das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

3.2. Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Município através do setor de compras, fornecerá à pessoa jurídica Certificado de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do indeferimento.

3.3. Os documentos da habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado em que conste:

Município de Tunápolis

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 001/2014

ENVELOPE N. 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(Razão Social ou nome do Licitante)

3.5. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis- SC., sito na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17 h, de segunda a sexta-feira, podendo credenciar-se a partir do dia 24/03/2014.



3.5.1. Os documentos da habilitação não poderão ser remetidos via fax-simile.

3.6. O interessado em se credenciar deverá apresentar a Solicitação de Credenciamento conforme modelo identificado como ANEXO I a este edital, devendo neste identificar para quais os itens quer se credenciar.

#### 4. DA HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS EXIGIDOS

4.1. Para participarem do processo de credenciamento, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos a seguir relacionados:

##### 4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

##### 4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

##### 4.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

##### 4.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação da Prova de Registro de pessoa jurídica e de seu responsável técnico com habilitação inerente ao objeto licitado, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, para o item 01 que trata dos serviços de Trator de Esteira.

4.1.5 – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de

empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Obs.: Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Tunápolis - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

A Comissão de Licitações farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

#### 5. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O Município pagará à EMPRESA CREDENCIADA o preço R\$ 200,00 (duzentos reais) por hora trabalhada do item 01 e 03, e o preço de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por hora trabalhada para o item 02, não tendo reajuste dos referidos valores até o encerramento do processo e em conformidade com o disposto no item 6.2, deste edital.

5.2. O pagamento dos serviços executados pela CREDENCIADA, (quanto à parte pertinente ao Município), será feito ATÉ O DIA 05 DO MÊS SUBSEQÜENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS. A diferença do valor, a CREDENCIADA deverá cobrar diretamente do beneficiário dos serviços, sendo por sua conta e risco. O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhado de Relatório dos serviços prestados; e da apresentação pela contratada das Notas Fiscais (3ª via) correspondentes aos serviços executados em nome do produtor (tomador do serviço).

5.3. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do produtor rural ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

#### 6. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste edital.

6.2. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, dos itens 01, 02 e 03, nos locais determinados pelos responsáveis da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente ou pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, os quais serão controlados e coordenados por estas Secretarias. Os contratados deverão apresentar notas fiscais do valor das horas executadas, bem como relatório das horas laboradas com identificação e assinatura do beneficiado pelo programa. O valor total mensal deverá ser desmembrado em duas notas, uma no nome do beneficiado do serviço no equivalente a 70 % das horas laboradas. E outra nota fiscal no valor de 30% até o limite de 10 (dez) horas em nome do Município o qual efetuará o pagamento à CREDENCIADA, conforme estipulado no item 5.2.

6.3. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em

branco ou de garantia de qualquer espécie.

6.4. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Município a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

6.5. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

6.6. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Município.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

7.1. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os serviços para os quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor adicional aos beneficiados encaminhados pelo Município.

7.2. A credenciada deverá prestar os serviços somente com as Máquinas credenciadas para a prestação dos mesmos, permitindo-se somente a troca das Máquinas credenciadas por outras de igual potência e eficácia, mediante autorização prévia do Município.

7.3. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de seus serviços pelo Município, através das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

7.4. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, relatórios, ordens de serviço ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

7.5. Comunicar o Município quando da ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

7.6. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos beneficiados e/ou terceiros.

7.7. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

7.8. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1. O Município deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas.

8.2. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços nos percentuais definidos.

8.3. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao proprietário beneficiado a boa prestação dos serviços.

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

## 9. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre o Município e a Credenciada, serão formalizadas através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente;

9.2 - O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 3 (três) dias após a convocação.

## 10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. O presente Edital entra em vigor dia 24/03/2014 e vigorará até o dia 30/09/2014 podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, durante esse prazo, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Município.

## 11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

11.1 - Nas despesas decorrentes deste edital serão empregados recursos orçamentários a seguir relacionados:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 05, Unidade 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Projeto/Atividade 2.050 – Programa de Subsídios Agrícolas	
Órgão 06, Unidade 01, Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, Projeto/Atividade 2.027 – Manutenção dos Serviços de Transportes	3.3.90.00.00.00.00.00.0104
Recursos próprios	3.3.90.00.00.00.00.00.0104

11.2 – Os recursos financeiros serão próprios, alocados nas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, e da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

11.3 - Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 12. DO DESCRENCIAMENTO

12.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os serviços constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos proprietários



beneficiados, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

- A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste edital.

- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste edital.

### 14. ESCLARECIMENTOS

14.1. O Aviso de credenciamento e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, sendo que quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento deverão ser solicitados durante horário comercial, sendo das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3632-1122, ou ainda pelo e-mail: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

14.2. A CPL terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

14.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Chamamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

### 15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

15.1. O presente Aviso de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 16. DA IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO

16.1. Qualquer cidadão ou Empresa poderá impugnar o presente Edital de Chamamento por eventuais irregularidades, devendo protocolar seu pedido conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

### 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

17.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de Credenciamento.

17.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

17.4. O proponente credenciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como ANEXO II a este edital, fazendo dele parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

17.5 - Integram este Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo da Solicitação de Credenciamento

ANEXO II – Minuta do Termo de Credenciamento

Tunápolis – SC., 24 de março de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Assessoria Jurídica

ANEXO I

### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

AO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

A empresa ....., CNPJ nº ....., com sede e foro na ..... (rua,etc) da cidade de ....., Estado de ....., por seu representante legal, Sr....., portado do CPF nº ....., ..... (cargo/função), residente e domiciliado ....., que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços de horas máquina a seguir relacionados:

1	1000	H	Horas de serviço de Trator de Esteiras para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, para serviços constantes no cronograma de trabalho da Secretaria Municipal da Agricultura, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, atendendo as seguintes especificações: Peso operacional mínimo de 14.000 kg, potência mínima de 130 HP, com lâmina articulada e equipado com pé de pato, ano não inferior a 2.013.	200,00	200.000,00
2	400	H	Horas de serviço de Escavadeira Hidráulica, com potência de motor de no mínimo 90 HP, peso operacional mínimo de 13.000 Kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,60 m³, para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.	180,00	72.000,00
3	200	H	Horas de serviço de Escavadeira Hidráulica, com potência de motor de no mínimo 120 HP, peso operacional mínimo de 18.000 Kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,80 m³, para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.	200,00	40.000,00

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de chamamento para Credenciamento de Empresas Prestadoras de serviços em horas máquina.

Atenciosamente

Representante legal

## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOÍ SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis - SC., doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa ....., com sede na Rua ....., nesta cidade de ....., inscrito no CNPJ/MF sob nº ....., neste ato representado por ....., brasileiro, ....., residente e domiciliado na cidade e Município de ....., inscrito no CPF/MF sob nº ....., RG nº ....., e doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviço de forma parcelada, hora máquina tipo Escavadeira Hidráulica e de Trator Esteira D-51, conforme Lei Municipal nº 491, de 29 de janeiro de 2001 e o Decreto Municipal nº 1603/2014, de 13 de março de 2014, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 001/2014 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto do presente edital é o de credenciar empresas para prestação de serviço de forma parcelada, hora máquina tipo Escavadeira Hidráulica e de Trator Esteira D-51, conforme Lei Municipal nº 491, de 29 de janeiro de 2001 e o Decreto Municipal nº 1603/2014, de 13 de março de 2014, conforme descrição a seguir:

1	1000	H	Horas de serviço de Trator de Esteiras para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, para serviços constantes no cronograma de trabalho da Secretaria Municipal da Agricultura, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, atendendo as seguintes especificações: Peso operacional mínimo de 14.000 kg, potência mínima de 130 HP, com lâmina articulada e equipado com pé de pato, ano não inferior a 2.013.	200,00	200.000,00
2	400	H	Horas de serviço de Escavadeira Hidráulica, com potência de motor de no mínimo 90 HP, peso operacional mínimo de 13.000 Kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,60 m³, para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.	180,00	72.000,00

3	200	H	Horas de serviço de Escavadeira Hidráulica, com potência de motor de no mínimo 120 HP, peso operacional mínimo de 18.000 Kg, capacidade de caçamba de no mínimo 0,80 m³, para atendimento a produtores rurais do município de Tunápolis, bem como para prestar serviços junto às estradas municipais conforme cronograma de atividades desenvolvido pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.	200,00	40.000,00
---	-----	---	--	--------	-----------

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos produtores rurais do Município far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos proprietários rurais, mediante a apresentação da ordem de serviço. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Município a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência a empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Os serviços credenciados não sofrerão reajuste durante o prazo contratual. Os contratados deverão apresentar notas fiscais do valor das horas executadas, bem como relatório das horas laboradas com identificação e assinatura do beneficiado pelo programa. O valor total mensal deverá ser desmembrado em duas notas, uma no nome do beneficiado do serviço no equivalente a 70 % das horas laboradas. E outra nota fiscal no valor de 30% até o limite de 10 (dez) horas em nome do Município o qual efetuará o pagamento à CREDENCIADA

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 05, Unidade 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Projeto/Atividade 2.050 – Programa de Subsídios Agrícolas	3.3.90.00.00.00.00.00.0104
Órgão 06, Unidade 01, Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, Projeto/Atividade 2.027 – Manutenção dos Serviços de Transportes	3.3.90.00.00.00.00.00.0104
Recursos próprios	

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A credenciada deverá prestar os serviços somente com as Máquinas credenciadas para a prestação dos mesmos, permitindo-se somente a troca das Máquinas credenciadas por outras de igual potência e eficácia, mediante autorização prévia do Município. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de seus serviços pelo Município, através das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, relatórios, ordens de serviço ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar o Município quando da ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentados e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos beneficiados e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços nos percentuais definidos. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao proprietário beneficiado a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma

permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os serviços constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos proprietários beneficiados, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 30/09/2014, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do interesse público do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente

instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Assessoria Jurídica

#### Leilão 01.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2014  
Edital de Leilão nº 01/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Leilão Público Presencial de Materiais e Equipamentos inservíveis para o Município.

Entrega das propostas a partir das 09:00 horas do dia 24/04/2014. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49)332-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 21 de março de 2014.

VOLMIR PEDRO LAWISCH  
Prefeito Municipal em Exercício

#### Dispensa

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

#### 1. DO OBJETO

O presente processo dispensa tem por objeto a contratação de Empresa de Segurança e Vigilância com Monitoramento de Câmaras para a 11º EFACITUS conforme cronograma abaixo:

DATA	QUANTIDADE DE SEGURANÇA	LOCAL, ESTANDES, SHOWS, PÁTIO, ESTACIO-ORGANIZAÇÃO.	HORAS DE INÍCIO	HORAS DE TÉRMINO	TOTAL DE HORAS
24/04/14	02 Seg.	Estandes	20:00	08:00	24:00
25/04/14	04 seg.	Abertura feira, pátio	19:00	24:00	20:00
25/04/14	07 seg.	Show	21:00	03:00	42:00
26/04/14	03 seg.	Estandes, pátio	00:00	08:00	24:00
26/04/14	03 seg.	Estandes, pátio	08:00	15:00	21:00



		Estandes, fechamentos, pátio organização.			
26/04/14	05 seg.		15:00	21:00	30:00
26/04/14	15 seg.	Shows	21:00	04:00	105:00
27/04/15	04 seg.	Estandes pátio	23:00	08:00	36:00
27/04/14	03 seg.	Estandes, pátio	08:00	18:00	30:00
27/04/14	06 seg.	Shows, Mate baile.	17:00	02:00	54:00
27/04/14	03 seg	Estandes e pátio	19:00	08:00	39:00
				Totais horas	425:00
8 câmaras de segurança infravermelha de 20 metros, fazendo a vigilância 24 h.					

## 2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa atender às necessidades dos serviços de vigilância patrimonial, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança das instalações e de toda a Feira não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, e assegurar a integridade física dos visitantes e de todo o cidadão que circula e desempenham atividades, que eventualmente transitam, a qualquer hora, no ambiente da 11ª EFACITUS.

Além disso, em razão do baixo valor para contratação, prevista nos termos do art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 que possibilita a utilização da dispensa da licitação, conforme segue:

[...]

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior e para alienação nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

Fundamentado na legislação e considerando necessidade e relevância do objeto desta dispensa, visando garantir o bem e atender aos interesses municipais.

Tunápolis – SC, 20 de Março de 2014.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Coordenador da CCO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

## 3. DO FORNECEDOR

JOHN RR SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 09.813.930/0001-39

Rua: Av.Catharina Seger,491,Centro

Cidade Palma Sola/SC

Cep 89985-000

## 4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR.

O fornecedor supracitado foi escolhido pelo menor preço após comparativo de preços entre empresas do mesmo ramo de atividade. Considera-se empresa legalmente constituída, com apresentação das certidões negativas para comprovação da idoneidade.

## 5. DO VALOR CONTRATADO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O valor contrato é R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pela contratação de acordo com o cronograma. O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional.

## 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 03, unid 01,proj/ativ 2016	3.3.90.00.00.00.00.0.100 Manutenção das Festividades Oficiais

## 7. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de contratação para esta dispensa de licitação inicia-se em 24 até o dia 27 abril 2014.

Tunápolis – SC, 20 de março de 2014.

SHEILA INÊS BIEGER

Auxiliar de contabilidade

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

## 8. ENCAMINHAMENTO

Exmo Sr.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2014, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis – SC, 20 de março de 2014.

SHEILA INÊS BIEGER

Auxiliar de contabilidade

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

## 9. DO DESPACHO.

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis – SC, 21 de março de 2014

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

## 10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor de JOHN RR SEGURANÇA LTDA, estabelecido na Rua: Av.Catharina Seger,491,Centro Cidade Palma Sola/SC. Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis – SC., 21 de março de 2014.

ENOI SCHERER	MARCOS ANDRE BONAMIGO
Prefeito Municipal	Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### **Contratação de Serviços de Arbitragem Para Jogos de Futsal, Futebol Suíço E Voleibol, Promovidos Pelo Departamento Municipal de Esportes do Município de Vargem Bonita – SC.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014  
PREGÃO Nº018 /2014

Objeto: Contratação de serviços de arbitragem para jogos de futsal, futebol suíço e voleibol, promovidos pelo departamento municipal de esportes do município de Vargem Bonita – SC.

Julgamento: Menor Preço Item.

Data da Abertura: Dia 09 de abril de 2014 às 09h00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – Fone 49 3548-3000; e-mail com-pras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 21 de Março de 2014.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

### **Aquisição Parcelada de Tubos de Concreto Armado, Blocos, Tijolos E Cimento.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2014  
PREGÃO Nº 019/2014

Objeto: Aquisição parcelada de Tubos de concreto armado, Blocos, Tijolos e Cimento.

Julgamento: Menor Preço Item.

Data da Abertura: Dia 10 de abril de 2014 às 09h00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – Fone 49 3548-3000; e-mail com-pras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 21 de Março de 2014.

MELÂNIA A. ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

### **Aquisição Parcelada de Material Britado E Massa Asfáltica.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2014  
PREGÃO Nº 020/2014

Objeto: Aquisição parcelada de Material britado e massa asfáltica.

Julgamento: Menor Preço Item.

Data da Abertura: Dia 11 de abril de 2014 às 09h00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – Fone 49 3548-3000; e-mail com-pras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 21 de Março de 2014.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

### **Aquisição de Uniforme Escolar Para Alunos da Rede Municipal de Ensino.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014  
PREGÃO Nº 021/2014

Objeto: Aquisição de UNIFORME ESCOLAR para Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Julgamento: Menor Preço Global.

Data da Abertura: Dia 14 de abril de 2014 às 09h00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC., Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – Fone 49 3548-3000; e-mail com-pras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 21 de Março de 2014.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

### **Contrato Administrativo N.024/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº024/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa L A Dalla Porta Junior EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.145.401/0001-56 e com sede à Rua Pascoal Gomes Librelotto, nº 20, Bairro Parque Dom Antonio Reis, Santa Maria - RS, neste ato representada por Luis Alberto Dalla Porta Junior, inscrito no CPF sob nº 016.047.580-58 e RG nº. 5089385743 residente e domiciliado na Rua Inconfidentes, nº 50, Bairro Medianeira, Santa Maria - RS, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 18.877,02 (dezoito mil oitocentos e setenta e sete reais e dois centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

#### CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

LENIR RADAPELLI  
CONTRATANTE

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

### Contrato Administrativo N.025/2014

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. Melânia A. Roman Meneghini, portadora do CPF sob o Nº 710.974.499-04 residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.758.684/0001-09, com sede à Rua Severino Slongo, nº 30, Centro, Lacerdópolis- SC, neste ato representado pelo seu representante legal Roberto Antonio Tessaro, inscrito no CPF sob n.º 518.086.929-34 e RG nº 2140493, residente e domiciliado na Av. XV de Novembro, 818, Centro de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO de, forma parcelada, de Material Escolar para distribuição nas escolas do Município de Vargem Bonita, durante o exercício 2014, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 9.518,00 (nove mil quinhentos e dezoito reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após



a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº /001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações,

subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Eleggem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 29 de janeiro de 2014.

MELÂNIA AP. ROMAN MENEHINI

Contratante

ANTONIO ROBERTO TESSARO

Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2ª \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

### **Contrato Administrativo N.026/2014**

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. Melânia A. Roman Meneghini, portadora do CPF sob o Nº 710.974.499-04 residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.499.653/0001-83, com sede à Rua Silvino Ciarinni, nº 530, Bairro Industriários, Concórdia- SC, neste ato representado pelo sua representante legal Sra. Daiane Rosa, inscrita no CPF sob n.º 949.233.889-00 e RG nº 2.134.107, residente e domiciliado na Rua Maria Mafessoni Rosa, nº196, Bairro dos Industriários, Concórdia - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Aquisição, de forma parcelada, de Material Escolar para distribuição nas escolas do Município de Vargem Bonita, durante o exercício 2014, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação

ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações

subseqüentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 29 de janeiro de 2014.

MELÂNIA AP. ROMAN MENEGHINI

Contratante

DAIANE ROSA

Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**Contrato Administrativo N.027/2014**

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – inscrito no CNPJ sob o Nº 95.996.187/0001-31, representado neste ato por sua Prefeita Municipal Sra. Melânia A. Roman Meneghini, portadora do CPF sob o Nº 710.974.499-04 residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Infotriz Comercial Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.586.694/0001-41, com sede à Rua Doraci Galotti Kehrig, nº 56, Centro, Santo Amaro da Imperatriz - SC, neste ato representado pelo sua representante legal Sr. Salmir Elmo Besen, inscrita no CPF sob n.º 576.115.729-20 e RG nº 1.819.640, residente e domiciliado no Loteamento Tereza Cristina, s/n, Centro, Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 004/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Aquisição, de forma parcelada, de Material Escolar para distribuição nas escolas do Município de Vargem Bonita, durante o exercício 2014, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 9.768,59 (nove mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente

de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos Créditos Orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo

licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº / ..... 2014 – Pregão Nº ...../2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

#### CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações

subseqüentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 29 de janeiro de 2014.

MELÂNIA AP. ROMAN MENECHINI

Contratante

SALMIR ELMO BESEN

Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:      CPF:

#### Contrato Administrativo N.028/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº028/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o Nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, portadora do CPF nº 028.724.059-25, residente e domiciliada em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Clínica de Psicoterapia Alessandra Brand Ltd., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.684.014/0001-37, com sede à Av. 16 de fevereiro , nº. 250, Centro, na cidade de Luzerna - SC, neste ato representada pela Sra. Alessandra Brand, inscrito no CPF sob n.º 017.726.839-57 e CI nº. 2.823.044-2 residente e domiciliado à Av. 16 de fevereiro , nº. 250, Centro, na cidade de Luzerna - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 002/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.10 presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para prestação dos seguintes serviços:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11	mês	Atendimento profissional na área de psicologia, com especialização em acupuntura e medicina tradicional chinesa, e formação em Yoga e Yoga Dance, para prestação de serviços mensais ao Município de Vargem Bonita, através do FMS, durante o exercício de 2014, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas.	R\$ 1.500,00	R\$ 16.500,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 16.500,00, (dezesseis mil e quinhentos reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados mensalmente, até o 10º. Dia útil do mês subsequente ao mês de sua execução, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, ou outro Documento Legal, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com o Relatório de Serviço, obrigatoriamente anexado à Nota Fiscal ou do Documento Legal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO**

4.1. O local de fornecimento dos serviços será indicado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e sempre no perímetro do município de Vargem Bonita – SC.

4.2. A Contratada deverá manter atualizado o RELATÓRIO DE SERVIÇOS, constituído da anotação das seguintes ocorrências: Atendimentos realizados, data do atendimento, ocorrências durante os atendimentos e outros fatores importantes que mereçam ser relatados.

4.3. Os serviços contratados serão solicitados e autorizados pelo Município.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento/Despesa	Saldo Disponível
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	1.090.000,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 30 de janeiro de 2014.

LENIR RADAELLI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ALESSANDRA BRAND

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**Contrato Administrativo N.029/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitória, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 078.14016/0001-87, com sede à Rua Olavo Bilac, 1842 E, Bairro Jardim América, Chapecó - SC, neste ato representada pelo seu sócio Ivanor de Lima Pinto, inscrito no CPF sob n.º 017.776.399-05 e CI nº. 12/R 3.570.747 residente e domiciliado na Rua Curitiba, 541 D, Apto. 201, Ed.Palermo, Bairro Santa Maria, Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 003/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2014 conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 12.147,00 (doze mil cento e quarenta e sete reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.2. Os combustíveis deverão ser fornecidos no estabelecimento da Contratada, com o abastecimento direto dos Veículos e Máquinas do Município de Vargem Bonita.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.4. Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira

da companhia representada pela Contratada.

11.5. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
29	05.01	2.010	33.90.00.0000	73.000,00
30	05.01	2.010	33.90.00.0060	15.000,00
31	05.01	2.011	33.90.00.0000	35.000,00
32	05.01	2.011	33.90.00.0060	11.900,00
33	05.01	2.011	33.90.00.0060	27.400,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 – Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interposição ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2013.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI      IVANOR DE LIMA PINTO  
Contratante      Contratado

## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**Contrato Administrativo N.030/2014**

xCONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Friana Frigorífico Ana Carolina Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.325/0001-98, com sede à Linha Nova Vicenza, Água Doce - SC, neste ato representada pelo seu sócio Marilise Lucia Fachin Dri, inscrito no CPF sob n.º 518.030.039-87 e CI nº. 11/R 1.304.123 residente e domiciliado na Rua Irineu Bornhausen, 131, Centro, Água Doce - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 003/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2014 conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 5.210,00 (cinco mil duzentos e dez reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.  
 2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.  
 2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.  
 3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.  
 3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.  
 3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.  
 4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições,

especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.4. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
29	05.01	2.010	33.90.00.0000	73.000,00
30	05.01	2.010	33.90.00.0060	15.000,00
31	05.01	2.011	33.90.00.0000	35.000,00
32	05.01	2.011	33.90.00.0060	11.900,00
33	05.01	2.011	33.90.00.0060	27.400,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 – Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.  
 8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.  
 8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2013.  
 MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI  
 Contratante

MARILISE LUCIA FACHIN DRI  
 Contratada



## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**Contrato Administrativo N.031/2014****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2014**

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede à Rua Rodrigues Alves, nº 825 D, Bairro Bela Vista, Chapecó - SC, neste ato representada pela sua sócia Renata Raquel Ahlf, inscrito no CPF sob nº 005.351.199-92 e CI nº. 4.256.445 residente e domiciliado na Rua Eurico Gaspar Dutra, 581 - E, Bairro São Cristovão, Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 003/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2014 conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 19.650,10 (dezenove mil seiscentos e cinquenta reais) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

11.2. Os combustíveis deverão ser fornecidos no estabelecimento da Contratada, com o abastecimento direto dos Veículos e Máquinas do Município de Vargem Bonita.

11.3. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

11.4. Os produtos deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela Contratada.

11.5. Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

11.6. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

11.7. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

11.8. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
29	05.01	2.010	33.90.00.0000	73.000,00
30	05.01	2.010	33.90.00.0060	15.000,00
31	05.01	2.011	33.90.00.0000	35.000,00
32	05.01	2.011	33.90.00.0060	11.900,00
33	05.01	2.011	33.90.00.0060	27.400,00

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 – Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

**CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 03 de fevereiro de 2013.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI

Contratante

RENATA RAQUEL AHLF

Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### **Contrato Administrativo N.032/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 032/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Sra. Melânia A. Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04 Identidade nº 1517445, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº 1515, Centro, em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Sacolão de Frutas e Verduras São Cristovão Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.567.109/0001-07, com sede à Rua Ipê, 1773, Centro, Catanduvas - SC, neste ato representada pelo seu sócio Ivan Cristovão Tiepo, inscrito no CPF sob n.º 824.214.049-91 e CI nº. 11/R 2.636.628 residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 1306, Bairro Sayonara, Catanduvas - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 003/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2014 conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 35.732,50 (trinta e cinco mil setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.**

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.4. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO**

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito aos prazos de garantia ofertados pela Contratada, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

#### **CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
29	05.01	2.010	33.90.00.0000	73.000,00
30	05.01	2.010	33.90.00.0060	15.000,00
31	05.01	2.011	33.90.00.0000	35.000,00
32	05.01	2.011	33.90.00.0060	11.900,00
33	05.01	2.011	33.90.00.0060	27.400,00

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz do Edital de Licitação Nº 005/2013 – Pregão Nº 003/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

#### **CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Portaria Nº 0477/2014**

PORTARIA nº 0477/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARINILCE DAL PIZZOL, Auxiliar de Enfermagem, da referência "M" para a referência "N", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0476/2014**

PORTARIA nº 0476/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARILDE REGINA COPINI ZIMMER, Atendente de Creche, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0475/2014**

PORTARIA nº 0475/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor SILVANA DOS SANTOS PEREIRA SPANHOLI, Auxiliar Administrativo, da referência "J" para a referência "L", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0474/2014**

PORTARIA nº 0474/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA NATALINO GENERO, Atendente de Creche, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0473/2014**

PORTARIA nº 0473/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA KERBER COSTA, Zeladora, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a



1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0472/2014**

PORTARIA nº 0472/13  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**  
Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor SEBASTIÃO NUNES FERREIRA, Vigia, da referência "M" para a referência "N", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0471/2014**

PORTARIA nº 0471/13  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**  
Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA IZABEL SILVEIRA, Merendeira, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0470/2014**

PORTARIA nº 0470/13  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**  
Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA HELENA FERNANDES, Auxiliar de Contabilidade, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0469/2014**

PORTARIA nº 0469/13  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**  
Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor SANDRA FATIMA FIANCO, Atendente de Creche, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0468/2014**

PORTARIA nº 0468/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA HELENA ANCILIERO KORBER, Atendente de Creche, da referência "M" para a referência "N", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0467/2014**

PORTARIA nº 0467/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA ELVIRA ZAGO BELXIOR, Merendeira, da referência "L" para a referência "M", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0466/2014**

PORTARIA nº 0466/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA CRISTINA DE SOUZA, Datilógrafo, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0478/2014**

PORTARIA nº 0478/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SINCLAIR TE-REZINHA VARELA, Zelador, da referência "J" para a referência "L", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 30 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.056/14**

DECRETO Nº 11.056/14, DE 19 DE MARÇO DE 2014.

Homologa os Resultados Finais e respectiva classificação do Processo Seletivo – Edital nº 01/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital de Processo Seletivo nº 001/2014;

**DECRETA**

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2014, conforme se apresenta a seguinte relação dos respectivos candidatos aprovados, obedecendo a ordem decrescente das notas obtidas, conforme segue:



Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota	Ordem de Classificação
009	Adyr Pedro Fontana Maccagnan Jr.	6,00	1º
016	Sara Mezaroba	5,83	2º
025	Camila Zardo De Nardi	5,71	3º
10	José Alixande Tureta	5,52	4º
28	Samuel Reisdorfer	5,48	5º
007	Fernanda Hoefling Vila Fernandes	5,14	6º
005	Gabriele Ramos	5,06	7º
021	Heloisa Cristina Mendes	5,04	8º
024	Everton Luiz Mandelli	5,02	9º
022	Laura Ohannah Borba Luciano	4,98	Desclassificado
018	Leila Alice Spinelli	4,98	Desclassificado
023	Jean Carlos Palma	4,95	Desclassificado
027	Marcos Felipe Wagner Rauth	4,79	Desclassificado
011	Micael Mignoni	4,57	Desclassificado
030	Mirley Anibaletto	4,48	Desclassificado
013	Luiz Matheus Trevisani	4,44	Desclassificado
026	Diego Olavo Machado	4,36	Desclassificado
029	Fábio Mello Sordi	4,30	Desclassificado
006	Cristiane Perondi	4,12	Desclassificado
015	Fernanda Vanize Tureck	4,06	Desclassificado
019	Diovan Tedesco	3,91	Desclassificado
001	Rudinei Lenz	3,89	Desclassificado
014	Suelen Pires de Brito Cavichon	3,72	Desclassificado
003	Flávia Gabriela de Lima	3,49	Desclassificado
002	Thiago Vidal de Oliveira Branco	3,25	Desclassificado
004	Gabriel Fernando Terceiro		Ausente
008	Eduardo Miozzo		Ausente
012	Ellen Rovaris		Ausente
017	Ana Paula S. B. Fontana		Ausente
020	Alice Bogoni Demori		Ausente

Art. 2º Conforme disposto no item 8 do Edital 01/2014, o candidato possui 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado final, para apresentar recurso do presente resultado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Decreto Nº 10.043/14

DECRETO Nº 11.043/14, DE 17 DE MARÇO DE 2014.  
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 28 de fevereiro de 2014, JOSÉ CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, Assessor de Informática, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, admitido pelo Decreto nº 10.544/13.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Portaria Nº 0486/2014

PORTARIA nº 0486/14

Designa Adele Lucia Baldissera para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

### RESOLVE

Designar ADELE LUCIA BALDISSERA, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Portaria Nº 0485/2014

PORTARIA nº 0485/14

Designa Sirley Terezinha Haas para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

### RESOLVE

Designar SIRLEY TEREZINHA HAAS, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0484/2014**

PORTARIA nº 0484/14  
Designa Loreni de Oliveira Dias da Silva para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar LORENI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0483/2014**

PORTARIA nº 0483/14  
Designa Lindamar Terezinha Mattana Laube para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar LINDAMAR TEREZINHA MATTANA LAUBE, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0482/2014**

PORTARIA nº 0482/14  
Designa Edna Maria Teixeira para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar EDNA MARIA TEIXEIRA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0489/2014**

PORTARIA nº 0484/14  
Designa Loreni de Oliveira Dias da Silva para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar LORENI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0488/2014**

PORTARIA nº 0488/14

Designa Keli Cristina Mezaroba Dal Pizzol para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar KELI CRISTINA MEZAROBAL DAL PIZZOL, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0487/2014**

PORTARIA nº 0487/14

Designa Eliane Baldo Fantinel para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar ELIANE BALDO FANTINEL, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0493/2014**

PORTARIA nº 0493/14

Designa Vanir Aparecida Novaes para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar VANIR APARECIDA NOVAES, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0492/2014**

PORTARIA nº 0492/14

Designa Ivete Bresolin para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar IVETE BRESOLIN, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0491/2014**

PORTARIA nº 0491/14

Designa Gemanir Felckilcker Betu para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar GEMANIR FELCKILCKER BETU, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0490/2014**

PORTARIA nº 0490/14

Designa Simone Danielli para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar SIMONE DANIELLI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 503/2014**

PORTARIA nº 0503/14

Designa Sandra Aparecida Menegazzo para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar SANDRA APARECIDA MENEGAZZO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a

remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0502/2014**

PORTARIA nº 0502/14

Designa Maria Clara Knebel de Siqueira Lyra para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0496/2014**

PORTARIA nº 0496/14

Designa Cristina Coelho de Freitas Casagrande para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar CRISTINA COELHO DE FREITAS CASAGRANDE, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,



condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0508/2014**

PORTARIA nº 0508/14

Designa Francelia Fortes para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar FRANCELIA FORTES, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0507/2014**

PORTARIA nº 0507/14

Designa Paula Fernanda Turmina para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar PAULA FERNANDA TURMINA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0495/2014**

PORTARIA nº 0495/14

Designa Gerusa Coelho de Freitas Téó para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar GERUSA COELHO DE FREITAS TÉÓ, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0494/2014**

PORTARIA nº 0494/14

Designa Ivonete Aparecida Luzzi Zenere para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar IVONETE APARECIDA LUZZI ZENERE, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0516/2014**

PORTARIA nº 0516/14

Designa Gustavo Schenatto para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar GUSTAVO SCHENATTO, Carpinteiro, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0517/2014**

PORTARIA nº 0517/14

Designa Juliano Moraes para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar JULIANO MORAES, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0518/2014**

PORTARIA nº 0518/14

Designa Marcelo Perin para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar MARCELO PERIN, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0510/2014**

PORTARIA nº 0510/14

Designa Albari Ferreira de Souza para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar ALBARI FERREIRA DE SOUZA, Trabalhador Braçal, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração



**Portaria Nº 0511/2014**

PORTARIA nº 0511/14

Designa Elis Regina Bruschi para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar ELIS REGINA BRUSCHI, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0412/2014**

PORTARIA nº 0512/14

Designa Daysi Viviane Ferreira de Deus Trento para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar DAYSI VIVIANE FERREIRA DE DEUS TRENTO, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0514/2014**

PORTARIA nº 0514/14

Designa Edison Oliveira Bitencourt para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar EDISON OLIVEIRA BITENCOURT, Chefe de Escritório, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Merenda Escolar, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0513/2014**

PORTARIA nº 0513/14

Designa Sarine Paravise para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar SARINE PARAVISE, Nutricionista, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Eventos Escolares, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0501/2014**

PORTARIA nº 0501/14

Designa Luzia da Soler Di Domênico para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar LUZIA DA SOLER DI DOMÊNICO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0500/2014**

PORTARIA nº 0500/14

Designa Silvana Matilde da Silva Dalla Costa para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar SILVANA MATILDE DA SILVA DALLA COSTA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0499/2014**

PORTARIA nº 0499/14

Designa Danieli Galli Bressan para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar DANIELI GALLI BRESSAN, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0498/2014**

PORTARIA nº 0498/14

Designa Edinéia Ludke Mannes para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar EDINÉIA LUDKE MANNES, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0497/2014**

PORTARIA nº 0497/14

Designa Kátia Denardi Gheller para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar KÁTIA DENARDI GHELLER, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0509/2014**

PORTARIA nº 0509/14

Designa Marcia Coldebella para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar MARCIA COLDEBELLA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0506/2014**

PORTARIA nº 0506/14

Designa Ana Maria Pereira Dias para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar ANA MARIA PEREIRA DIAS, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0505/2014**

PORTARIA nº 0505/14

Designa Eduardo Socha Frâncio para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar EDUARDO SOCHA FRÂNCIO, Professor, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0504/2014**

PORTARIA nº 0504/14

Designa Rosangela Comerlato para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar ROSANGELA COMERLATO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.032/14**

DECRETO Nº 11.032/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor do Departamento de Expediente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, IVENISE CRISTINA PINTO RIBEIRO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Expediente, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.040/14**

DECRETO Nº 11.040/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessora do Núcleo de Música.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, WLADMAR GOLDBACH, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Núcleo de Música, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.039/14**

DECRETO Nº 11.039/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Projetos de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VANDERLEY ALVES PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos de Infraestrutura, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 24 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.038/14**

DECRETO Nº 11.038/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor do Departamento de Compras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VALCIR JOSÉ RIGO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Compras, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 11.042/14**

DECRETO Nº 11.042/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.  
Nomeia Chefe do Departamento de Imprensa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SILVIA ANGELICA PALMA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Imprensa, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 11.041/14**

DECRETO Nº 11.041/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.  
Nomeia Diretor do Departamento de Serviços Urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, DINILSO ANTONIO GAIO, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0515/2014**

PORTARIA nº 0515/14

Designa Sérgio Braz Yurkevicz para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Designar SÉRGIO BRAZ YURKEVICZ, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Borracharia, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 17 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 11.037/14**

DECRETO Nº 11.037/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.  
Nomeia Diretor de Saúde Bucal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Saúde Bucal, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração



aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.036/14**

DECRETO Nº 11.036/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor do Programa Bolsa Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, MICHELE KARINA PANAZZOLO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Programa Bolsa Família, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.035/14**

DECRETO Nº 11.035/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUIZ CARLOS GONSALLA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.034/14**

DECRETO Nº 11.034/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor do PROCON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, KAROLINE GRANDO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do PROCON, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.033/14**

DECRETO Nº 11.033/14, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Assessor de Convênios e Contratos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, JANAINA CORREA COUTO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Convênios e Contratos, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2014.

Videira, 14 de março de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.016/14**

DECRETO Nº 11.016/14, DE 11 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Assessor Executivo de Gabinete.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;



**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, MARIA SALETE FERRARI, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo de Gabinete, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2014.

Videira, 11 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0440/2014**

PORTARIA nº 0440/14

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os servidores FLÁVIO DE CARVALHO, EDISON OLIVEIRA BITENCOURT, DIRCEU DUTRA, SANDRO DE SOUZA FERNANDES, VILMAR ANTONIO BATISTELLA, IEDA CESCO MIOZZO, SARINE PARAVISI, LUCIMAR SALETE VICENZI, VALDENICE MARIA SCHNEIDER, TANIA REGINA CESCO e MARIA RODRIGUES DOS SANTOS MARQUES, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1305/12.

Videira, 07 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0456/2014**

PORTARIA nº 0456/14

Designa Luiz Bresolin para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar LUIZ BRESOLIN, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Videira, 11 de março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Resolução Nº 004/14 - CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 004/2014.

Dispõe sobre a aprovação de alteração da Lei 162/1996, referente à composição e eleição do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**RESOLVE:**

1º - Aprovar sob a ata nº 190 de 17 de março de 2014, a supressão do artigo 4º da Lei Vigente, e, em lugar desta inserir a seguinte redação:

Art. 4º. O CMAS é órgão colegiado de composição paritária, integrado por seis representantes do Poder Executivo, assegurada a participação dos órgãos executores das políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento e, em igual número, por representantes de entidades não-governamentais de âmbito municipal de promoção, proteção, defesa e controle social da política de assistência social, organizações e entidades de trabalhadores do setor e representantes de usuários.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER

Presidente do CMAS

Videira, 17 de março de 2014.

**Resolução Nº 005/14 - CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 005/2014.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite 2014, dos Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**RESOLVE:**

1º - Aprovar sob a ata nº 190 de 17 de março de 2014, Termo de Aceite 2014, dos Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER

Presidente do CMAS

Videira, 17 de março de 2.014.

**Resolução Nº 006/14 - CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 006/2014.

Dispõe sobre a aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente ao Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar sob a ata nº 190 de 17 de março de 2014, a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade, provenientes do FEAS, no valor de R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais).

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade, assim dividido:

50% repasse para a Casa Lar Menino Jesus; (Custeio)

50% repasse para o abrigo Lar O Bom Samaritano (Custeio)

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER

Presidente do CMAS

Videira, 17 de março de 2.014.

**Resolução Nº 007/14 - CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 007/2014.

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) referente ao Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Média Complexidade.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no

uso de suas atribuições legais e regimentais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar sob ata nº 190 de 17 de março de 2014, a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Média Complexidade e Média Complexidade, proveniente do FNAS, destinando 60% dos recursos para o pagamento de pessoal.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER

Presidente do CMAS

Videira, 17 de março de 2.014.

**Ata Nº 190/14 - CMAS**

Ata nº 190 – Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e catorze reuniram-se às catorze horas, em reunião ordinária, sito a Rua Lauro Muller, 288, na sala de reuniões do Departamento de Ação Social, os Conselheiros Municipais de Assistência Social, para deliberarem sobre os seguintes assuntos de pauta: 1) Alteração da Legislação 162/96, quanto à composição e eleição de seus membros 2) Termo de Aceite do cofinanciamento federal para o Serviço de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos. 3) Destinação de Recursos do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social) 4) Partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Média Complexidade, proveniente do FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social). Dando início aos trabalhos deram-se as boas vindas a todos e, seguiu-se apresentando o primeiro assunto da pauta, referente à reformulação de artigo da legislação vigente, a qual a comissão de normas e regulamentação, já havia discutido anteriormente. Após a leitura do parecer pela comissão, que foi favorável à supressão do artigo 4º da legislação vigente, a plenária aprovou a inserção da seguinte redação: Art. 4º. O CMAS é órgão colegiado de composição paritária, integrado por seis representantes do Poder Executivo, assegurada a participação dos órgãos executores das políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento e, em igual número, por representantes de entidades não-governamentais de âmbito municipal de promoção, proteção, defesa e controle social da política de assistência social, organizações e entidades de trabalhadores do setor e representantes de usuários. Quanto ao segundo assunto, leu-se telegrama vindo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual solicita que o município aceite o cofinanciamento federal para o Serviço de Acolhimento de Crianças, adolescentes e jovens até 21 anos. Serviços esses que Videira já oferece e mantém com recursos próprios e dos demais municípios da comarca. Os conselheiros aprovaram em maioria absoluta o recebimento do recurso de R\$5.000,00/mês, para a complementação do serviço oferecido no município. Explanando-se acerca terceiro item de pauta, quanto a partilha de recursos oriundos do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social, votou-se pela partilha de 50% para a Casa Lar Menino Jesus e 50% para o asilo O Lar Bom Samaritano. Já, para o item de pauta número cinco, votou-se pela destinação de 60% dos recursos oriundos do FNAS, para o pagamento de pessoal dos serviços de assistência social básica (Cras) e de média complexidade (Creas). Nada mais havendo a tratar, a Presidente, senhora Rosani declarou encerrada a reunião, da qual eu, Esther, lavrei a presente ata que será assinada por mim.

**Convenio de Cooperação Técnica 2809 – Termo Aditivo 4/Prorrogação**

CONVENIO DE COOPERAÇÃO TECNICA 2809 – TERMO ADITIVO 4/PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURAMUNICIPAL DE VIDEIRA, INSCRITA NO CNPJ Nº 83.039.842/0001 - 84 REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL LOURENÇO BECKER. CONTRATADO: COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA DE SC – CIDASC, INSCRITA NO CNPJ Nº 83.807.586/0001-28, REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE ENORI BARBIERI E PELO DIRETOR PLANEJAMENTO ALVORI JOSE CANTU. OBJETO: CEDENCIA DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL INTEGRANTE DO QUADRO DE SERVIDORES EFETIVO DO MUNICIPIO – CIDASC – O CONTRATADO DISPONIBILIZARÁ UM VEICULO PARA ATENDER AO CONVENIO – FIAT/ UNO MILE SMART, 1.0, MCD-4342, 2001, GASOLINA, 2 PORTAS, CH 9BD1. ASSINADAS AS VIAS EM 22-4-2013, FICANDO DESSA FORMA PRORROGADOS ATÉ 21-4-2014, TODAS AS DEMAIS CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO CONVENIO PRINCIPAL PERMANECEM EM VIGOR E INALTERADAS.

LOURENCO BECKER  
PREFEITO MUNICIPAL  
FLORIANÓPOLIS, 22-4-2013

**2ª Retificação Pregão Presencial Nº 28/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 – PMV  
2ª RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica RETIFICADO os itens 1.1 e 3.1.9 contidos no termo de referência e o item 6.5.2 do presente edital de Pregão Presencial nº 28/2014-PMV, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL (PÚBLICA), PARA CESSÃO ONEROSA DOS DIREITOS DE EFETUAR A CENTRALIZAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DE CONTAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, FUNDOS E FUNDAÇÕES E CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (PÚBLICA OU PRIVADA), AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL PARA A CENTRALIZAÇÃO E O PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTE DE 100% DA FOLHA DE PAGAMENTO GERADA PELO MUNICÍPIO E AUTARQUIAS, os mesmos passam a ser o seguinte: item 1.1. [...] lançados na modalidade crédito em conta corrente/conta-salário do funcionalismo público, vedadas as demais modalidades e as contas-salário, pagamento via DOC eletrônico ou contra-recibo [...]; item 3.1.9 [...], implantar PAB – Posto de Atendimento Bancário junto ao [...] e o item 6.5.2 [...] 01 (um) Posto de Atendimento Bancário – PAB [...], tendo em vista equívoco na descrição. Tal alteração não afeta a formulação da proposta de preços ficando inalterados a data e horário do recebimento dos envelopes documentação e proposta. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 21 de março de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Portaria Nº 055/2014**

PORTARIANº 055/2014

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**CONTRATAR:**

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, e conforme a classificação no Processo Seletivo nº 001/2014.

Nome: GREISON PIANESSER

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 19 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de março de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
21 DE MARÇO DE 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

# Xavantina

## PREFEITURA

### Edital DI 01/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2014 PMXV  
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 PMXV  
RESUMO DO SERVIÇO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS

EMPRESA CONTRATADA:

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC.

VALOR DO CONTRATO:

R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE:

Empresa Pública que possui, entre outros, o objetivo de planejar, coordenar, controlar e executar, de forma descentralizada a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

De acordo com os praticados no mercado para cessão de assistência técnica.

Xavantina/SC, em 24 de março de 2014.  
ANDRE RICARDO BROGLIO  
OAB/SC 24.013

À vista de exposição do gerente de material e patrimônio, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

( X ) Homologo a realização da despesa.

( ) Indefiro a realização da despesa.

Xavantina/SC, em 24 de março de 2014.  
MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.

### Extrato DI 01/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Andre Ricardo Broglio, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da empresa: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Xavantina/SC, em 24 de março de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

### Contrato Nº 68/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

Número do Contrato ou Aditivo: 68/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Data da Assinatura: 24/03/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

### PP 21/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças genuínas e prestação de serviços para consertar Retroescavadeira JCB 3C, pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de Lotes, Itens e Especificações de Peças e Serviços constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 03/04/2014.

Abertura: dia 03/04/2014, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 24 de março de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.



**Xaxim****PREFEITURA****Aviso de Dispensa 014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

PROCESSO 074/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2014

O município de Xaxim, através de seu Prefeito comunica que esta homologada a licitação supracitada que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de (coffee break) para consumo na capacitação das agentes comunitárias de saúde, com vigência a partir de 14 a 21 de março de 2014, tudo em conformidade com os pareceres anexo ao presente processo, a saber: Fornecedores/Valor homologado: Panificios e Confeites Sonho Mio Ltda. – ME; valor R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Data da homologação 14 de março de 2014.

Xaxim, 21 de março de 2014.

IDACIR ANTÔNIO ORSO

Prefeito Municipal

**Associações****AMMVI****Termo de Adjudicação Licitação Nº 03/2014**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO nº 03/2014

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 03/2014 para as empresas, consoante ata de julgamento da Comissão de Licitações:

ZOOM TECNOLOGIA LTDA: vencedor nos itens 01 (R\$ 1.465,00), 02 (R\$ 1.110,00), 04 (R\$ 1.215,00), 06 (R\$ 795,00), 15 (R\$ 1.585,00), e 16 (R\$ 630,00),

DOIN GAMA COM. PROD. INFORMÁTICA LTDA: vencedor no item 14 (R\$ 158,00); e

COPYCERTO COM. MAQ. E SUPRIMENTOS LTDA: vencedor nos itens 03 (R\$ 440,00), 05 (R\$ 1.670,00), 07 (R\$ 926,00), 08 (R\$ 3.310,00), 09 (R\$ 3.499,00), 10 (R\$ 2.510,00), 11 (R\$ 857,00), 12 (R\$ 265,00), 13 (R\$ 210,00) e 17 (R\$ 1.360,00).

Blumenau, SC, 20 de Março de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA

Secretário Executivo

**Termo de Homologação Licitação Nº 03/2014**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO nº 03/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 01/14, e Termo de Adjudicação,

Homologo,

Nesta data, a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto do Convite nº 03/2013, os participantes:

- 1 – ZOOM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 06.105.781/0001-65;
- 2 – DOIN GAMA COM. PROD. INFORMÁTICA LTDA – ME (DOMUS INFORMÁTICA), CNPJ nº 12.023.894/0001-14;
- 3 – COPYCERTO COM. MAQ. E SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ nº 01.496.134/0001-08;

Blumenau, SC, 20 de Março de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA

Secretário Executivo

# Consórcios

## CINCO

### Aa0016\_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Pneus Edital Ch. 0006\_2014 - Joaçaba Pneus

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

#### ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0016/2014, TERMO DE ANÁLISE 0016/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: JOAÇABA PNEUS LTDA.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
150	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	SCORPION ATR
151	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE DE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	RT-59
152	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	FG 85 FR 85

Fraiburgo SC, 21 de março de 2014.

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

### Aa0017\_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Pneus Edital Ch. 0001\_2014 - Bellenzier Pneus

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

#### ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0017/2014, TERMO DE ANÁLISE 0017/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: BELLENZIER PNEUS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
17	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE SPORT
24	PNEU 185/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE SPORT
26	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE SPORT
27	PNEU 195/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE SPORT
30	PNEU 205/55R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE SPORT

Fraiburgo SC, 21 de março de 2014

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013



**Aa0018\_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Pneus Edital Ch. 0006\_2014 - Bellenzier Pneus**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

**ANEXO IV**

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0018/2014, TERMO DE ANÁLISE 0018/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: BELLENZIER PNEUS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
150	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER RTS
151	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160
152	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
153	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	REGIONAL RHS
155	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SG- 2B

Fraiburgo SC, 21 de março de 2014

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

**Aa0019\_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Pneus Edital Ch. 0006\_2014 -Modelo Pneus**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES  
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

**ANEXO IV**

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0019/2014, TERMO DE ANÁLISE 0019/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: BELLENZIER PNEUS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
150	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	FIRESTONE	DESTINATION A/T
151	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	RT-59
152	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	BRIGESTONE	R-230
153	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RHS
155	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 26MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	BRIGESTONE	VUT V STEELUTRATI

156	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	305/70R16.5 BIBSTEEL
157	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	500/70R24 XMCL

Fraiburgo SC, 21 de março de 2014

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

## CONSÓRCIO CATARINA

### Comunicado Cancelamento Assembleia

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA  
COMUNICADO

O Presidente do Consórcio Catarina, no uso de suas atribuições,  
CONSIDERANDO:

I . Que parcela significativa dos senhores Prefeitos representantes dos municípios consorciados não poderão estar presentes na Assembléia Geral Ordinária convocada para dia 13, quinta-feira, conforme termos do Edital anexo;

II . Que em face dessas ausências haverá o risco de a Assembléia perder seus propósitos ou até mesmo carecer de quorum suficiente a respaldá-la,

RESOLVE:

Suspender a Sessão, não definindo, por ora, nova data para sua realização.

Em razão dessa decisão o Presidente do Consórcio Catarina solicita desculpas por eventuais transtornos que essa decisão possa ter provocado ou vir a provocar.

DIVULGUE-SE.

Tubarão, 12 de março de 2014.

AKILSON RUANO MACHADO

Presidente Interino do Consórcio Catarina

## CVC

### Ata da 12ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - (CVC).

ATA DA 12ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC).

As 14h00min (quatorze horas) do dia 18 de março de 2014 reuniram-se na sala de reunião do Centro de Eventos do Município de Coronel Freitas, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como os demais prefeitos e vice-prefeitos dos Municípios assoados ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, cuja lista de presença segue em anexo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, conforme determina o artigo 13 do Estatuto, com a seguinte pauta: 1º) Explanção sobre a viagem à Brasília nos dia 26 e 27 de fevereiro de 2014, 2º) Organização de assembleias para a realização do PPA, 3º) Contratação da Assessora para trabalhar com o SICONV, 4º) Emissão de Nota Fiscal do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), 5º) Informação a respeito das Emendas parlamentar, 6º) Saída dos Municípios de Pinhalzinho e 7º) Assuntos Gerais. Diretora Executiva Sra. Silvana Fatima Vidi Zanella, chamou a atenção de todos para início da Assembleia, onde leu a pauta do dia, para dar início aos trabalhos foi composta a mesa com os seguintes membros: Presidente do CVC e Prefeito Municipal de União do

Oeste Sr. Everaldo Luís Casonatto e o Secretário do CVC e Prefeito de Santiago do Sul Volmir Antônio Sotille, e seguida foi passa a palavra ao presidente para suas considerações e abertura oficial da Assembleia, onde o Presidente, cumprimentando e agradecendo a presença de todos os presentes, passada a palavra ao Secretário Sr. Volmir Antônio Sotille que cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, desfeita a mesa, a Diretora passou a explanar sobre o primeiro item da pauta, onde o Presidente Sr. Everaldo Luís Casonatto expos todo o resultado da viagem realizada a Brasília por ele e mais o Assessor Jurídico, e um grupo de quatro prefeitos associados bem como de vereadores e presidente de câmara, deixando claro que a intenção do governo federal é ampliar as relações com os consórcios públicos, e explicado que assinou um Termo de Compromisso com o Ministério do Planejamento para a realização do PPA regionalizado, onde haverá a colaboração de todos os prefeitos quando das elaborações das audiências pública para a realização do PPA, sendo este o segundo item da pauta, já para o terceiro item da pauta a Diretora apresentou a Sra. Fabiane Dal Chiavon que será contratada para assessorar no uso do sistema SICONV, ficando a seu cargo os cadastramentos de propostas bem como as prestações de contas e todos os demais atos a serem praticados no sistema, com relação ao quarto item da pauta, o Sr. Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico informou aos prefeitos presentes que o contrato de rateio assinado no início do ano previa o pagamento do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS) e do projeto básico do aterro sanitário onde a data de vencimento é 20 de março de 2014, solicitando autorização para a emissão das notas fiscais, o que foi aprovado por todos os prefeitos presente, com relação ao quinto item de pauta, o Assessor Jurídico informou que são duas as emenda em nome do consórcio, uma de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) do Deputado Federal Sr. Celso Maldaner, para a aquisição de equipamentos para a formação de patrulha mecanizada para realizar trabalhos de conservação e manutenção nas estradas vicinais bem como a realização de terraplanagens para a construção de empresas e instalação de agronegócios, e a segunda no valor de 500.000,00 (quinhentos mil reais) do Deputado Federal Sr. Pedro Uczai para a ampliação do Programa da Cidade Digital, salientando ainda a emenda da Deputada Federal Luci Choinacki no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a qual já foi empenhada,

neste momento o prefeito de Formosa do Sul Sr. Jorge Antônio Comunello, solicitou maiores informações a respeito do empenho, onde o prefeito de Coronel Freitas Sr. Mauri José Zucco, repassou as informações necessárias para o esclarecimento, passando para o sexto item de pauta, foi repassado as prefeitos presente o requerimento do Município de Pinhalzinho para a sua retirada do consórcio, onde foi aprovado por unanimidade, já para o item sétimo da pauta, Assunto Gerais, foi solicitado pelo presidente Sr. Everaldo Luís Casonatto, haja vista a presença da Sra. Fabiane Dal Chiavon, para que fosse indicados pelos presentes as prioridades para o cadastramento das propostas no SICONV, onde foram apontadas as seguintes propostas:

Projeto para a aquisição de patrulha mecanizada para realizar serviços de conservação das estradas vicinais e outros serviços como terraplanagem para a instalação de industriais e de agro-negócios; Projeto para a aquisição de Usina de asfalto ou mesmo a massa asfáltica para a pavimentação de ruas e estradas dos municípios associados; Projeto para a instalação de aterro sanitário, bem como todos os equipamentos para a coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos; Projeto para a instalação da Internet de boa qualidade para todos os municípios com valores reduzidos; Projeto para a construção de casas populares para pessoas de baixa renda, em seguida foi solicitado pelo prefeito de Coronel Freitas a consulta junto a EGEM para a realização de curso de Pregão Eletrônico para servidores dos municípios associados para futuramente ser implantado junto ao Consórcio. Não havendo mais nada a relatar, O Presidente do CVC Sr. Everaldo Luis Casonatto, agradecendo a presença de todos, e declarou encerrada a 12ª Assembleia Geral do Consórcio CVC. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico (OAB/SC 30881), declaro como autênticos os fatos acima narrados.

1



### O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)